AFFONSO DE E. TAUNAY
Do Instituto Histórico de São Paulo

Pequena História do Café no Brasil

(1727-1937)

Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro — Brasil
1939

N.º 76
22 2 962

DUAS PALAVRAS

TERMINADO o longo e penoso trabalho em que empreguei quase um decênio, redigindo os quinze tomos da História do Café no Brasil, correspondente ao período de 1727 a 1937, honrou-me o Snr. Jayme Fernandes Guedes, DD. Presidente do Departamento Nacional do Café, com nova incumbência. Era a [illegible] de diversas outras, colimando o mesmo fim e em virtude das quais realizara eu extensa e [illegible].

Queria que escrevesse um resumo daquilo que [illegible], por mais de seis mil páginas.

Foi o que procurei levar a cabo, mais [illegible] do que [illegible].

As informações fornecidas por minha obra [illegible] por [illegible] circunstância: a que ela não me foi solicitada pelo Departamento Nacional do Café duma só vez.

Em princípios de 1939, solicitara o eminente Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro, então presidente do Departamento, que eu, "além das [illegible] e [illegible]"

[illegible] que como [illegible] e [illegible], o Dr. Armando Vidal, por [illegible] Snr. Jayme Fernandes, uma [illegible] da [illegible] cafeeira no Brasil, em suas linhas gerais.

Vindo a lume esta pequena monographia em [illegible] de 1934 e impressa em portuguez, fê-la o Dr. Vidal verter para o francez pelo Conde de Périgny, distincto homem de lettras, publicando-a em número especial de Le Figaro Illustré, largamente illustrada.

Pediu-me pouco depois o Dr. Armando Vidal, como início do seu projectado plano de se fazer uma Historia do Café no Brasil, que me incumbisse de um historico da propagação cafeeira no nosso periodo colonial, o que realizei. Assim, se imprimiu, em 1935, o volume dos Subsidios para a Historia do café no Brasil Colonial, amplo que conta 418 páginas de formato grande e composição miúda.

Deixando o Dr. Vidal a presidencia do Departamento decidiram seus dignos successores, Drs. Antonio L. de Souza Mello, Fernando Costa e Jayme Fernandes Guedes, que se proseguisse a narrativa do nosso historico cafeeiro.

[illegible] o que [illegible] o ensejo de sua cultura [illegible] e apego á tradição nacional.

Entendeu até o ultimo destes presidentes, que se tornaria indispensavel republicar os Subsidios. [illegible] o primeiro tomo da série da projectada Historia do Café no Brasil, [illegible] muitos [illegible] de [illegible] em nosso paiz.

Assim, em 1939, se reimprimiram os primeiros tomos da obra agora encetada. Abrangem o periodo de 1727 a 1822.

Prefaciando [illegible] e o Primeiro [illegible] dos [illegible] historia.

A reedição dos Subsidios tomou [illegible] com quasi 600 páginas, [illegible] editores [illegible].

Tornou-se claro que, se a repercussão dos [illegible] cafeeiros coloniais tomara tal vulto, [illegible] impossivel deixar de reservar muito maior número de páginas para a sua continuação, quando [illegible] de [illegible] a [illegible] na nossa fase imperial.

Um simples confronto de numeros [illegible]

[illegible] incomparável, se atendermos às cifras da exportação cafeeira em 1822 e 1889.

Em 1822	....	190 000 sacas
Em 1889	....	5 586 000 »

ou sejam 29,4 vêzes, num lapso de 67 anos!

Daí o fato de ter sido forçado a descrever período [illegible] mais largo do que o [illegible].

Assim me achei naturalmente levado a consagrar ao período imperial o triplo das páginas que atribuíra à primeira parte da minha monografia.

Não me era possível modificar o fácies da obra, [illegible], quando justamente, após a Independência, passara o Brasil por enorme transformação econômica e [illegible], devido à cultura cafeeira.

Criara-se um panorama novo, econômico e social, cheio de [illegible]. Tal a importância da grande [illegible] que um homem público de [illegible] pôde [illegible] um [illegible]. Foi o vale do Paraíba que [illegible] o [illegible].

A [illegible] da grande lavoura e do trabalho servil [illegible] à história do café, na era imperial, incontestável [illegible], [illegible] o [illegible].

Aos 13 de maio de 1888, transformou-se a situação [illegible]. [illegible] rapidamente, a [illegible] do [illegible].

Mas, [illegible] na [illegible] de 1890 [illegible] pela [illegible] e [illegible], [illegible] com extrema importância [illegible] por S. Paulo.

Os 5 586 000 sacas de exportação de 1889 [illegible] os 9 771 000 de 1899 e os 16 881 000 de 1909!

O café que representava [illegible] da exportação brasileira no

primeiro decênio do Império, passara a constituir 61,5 no último e 64,5 na primeira década republicana.

E' tanto mais significativa esta porcentagem, quanto se avoluma imenso a exportação do Brasil, desde a mocidade dêste para o rol das Nações livres. Fôra, em 1822, de 19 751 contos de réis; em 1889, de 259 095 e de 1 016 590, em 1909, acima de cincoenta vêzes a cifra primitiva.

E se o valor do café exportado fôra de [illegible] contos, em 1822, passara a ser de 172 256, em 1889 e de 515 870, em 1909. Assim, ao passo que a exportação nacional avultara de cincoenta vêzes, a do café passara a ser 138 vêzes maior, o que mostra do modo mais eloquente a preponderância extraordinária do contingente da rubiácea no conjunto da produção nacional.

Parafraseando [illegible] o famoso aforismo econômico, o de Silveira Martins, pôde-se dizer que se o Império fôra o café, a República ainda continuava a ser o café.

E assim, ainda por muitos anos, manteria uma posição excepcional.

Não era, pois, [illegible] de [illegible] o lema que tive o ensejo de propor como título, à comissão organizadora do Congresso e Exposição comemorativa da passagem do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil, em 1927: Coffea Brasiliae fulcrum.

Foi exatamente desta dominadora preponderância que provieram os males e os [illegible] dêle próprios decorrentes. Um coincidir de circunstâncias provocou êsses [illegible] dos de angústias em que viveu a economia nacional, entre 1889 e 1909: a confiança [illegible] do consumo [illegible] de café e a existência de terras [illegible] adequadas ao cafeeiro, verdadeiro habitat da árvore, ótimas para a produção quantiosa.

Se as terras do oeste paulista fôssem [illegible] como as da região fluminense [illegible], as da Mata de Minas Gerais ou como as do próprio norte de S. Paulo, é mais que provável que a famosa crise de 1900 não houvesse assumido a gravidade de que se revestiu, pois a superprodução teria encontrado um freio natural no rendimento limitado dos cafèzais.

O mesmo se daria em 1927, se as terras virgens do norte paulista não tivessem a capacidade de produção de que dispõem, lançando aos portos milhões e milhões de sacas.

Se no tempo do Império a importância do café fôra tal, que as suas crises de preço constituíam motivo da maior solicitude e apreensão, nos primeiros decênios da República os problemas cafeeiros tomaram o aspecto exato de problemas nacionais, mais sérios do que quaisquer outros no conjunto da economia do país.

Daí o prodigioso alargamento do quadro em que se debateram na imprensa e no parlamento, como reflexo das evoluções das correntes da opinião pública.

Eis porque a primeira valorização, a de princípios do século, consubstanciada nas cláusulas do Convênio famoso de Taubaté, provocou tão longos e apaixonados debates.

Jamais até então se vira, de longe sequer, problema de ordem econômica converter-se em questão por tal forma empolgante da opinião pública, como fôra da defesa do café, [illegible] por meio de um convênio. Violentos os comentários pela imprensa, nos congressos agrícolas, nas sociedades cultas. Acaloradíssimos e veementes os debates do Congresso [illegible] a exteriorização da questão brasileira [illegible] e a atenção dos meios de estudos econômicos [illegible] universo e o [illegible] das principais universidades do globo, em matéria de Economia Política.

A [illegible] desta lei foi cheia de incidentes [illegible] longos que ela fôsse [illegible] o nono e o décimo.

Vencida a primeira campanha valorizadora [illegible] a produção por [illegible] em S. Paulo, lançou o café [illegible] com a [illegible] dos preços.

Veio, porém, a Conflagração Mundial de 1914-1918 trazer a universal perturbação da [illegible] da produção e do consumo.

P[illegible]u o café, nov[illegible] [illegible] da pe[illegible] [illegible] junto da exportação nacional. [illegible] [illegible]o-la, em 1916, baixar a 51,9[illegible] [illegible] 1,1, taxa inauditamente b[illegible] desde 1831!

Ocorreram n[illegible] [illegible] e a produção p[illegible] prazo longo. E[illegible] 1919, [illegible] naturalmente, [illegible] £ [illegible]10.

M[illegible], [illegible] podia [illegible] o em[illegible] no q[illegible] [illegible] [illegible] o govêrno [illegible]

[illegible] ([illegible] 2[illegible] [illegible] à de 1906.

[illegible] preço. [illegible] 1924, £ [illegible]

A[illegible] públ[illegible]. [illegible] na p[illegible] novo e form[illegible] em cujo solo [illegible]

Êste s[illegible]nt[illegible] vez, em 1927 [illegible] [illegible]im[illegible] s[illegible] [illegible]m as com[illegible]mor[illegible] [illegible]ntrodução do caf[illegible]

A importânci[illegible] [illegible]xigiu qu[illegible] n[illegible]st[illegible] Hi[illegible]

[illegible] fase, mas em comentários informativos. Daí o fato de lhe haver eu reservado os volumes XI a XIII.

Chegado o meu trabalho a esta altura, julguei finda a missão que o D.N.C. me confiara, quando o eminente presidente do Departamento, o Sr. Jayme Fernandes Guedes, fez-me ver a conveniência do prosseguir na minha tarefa até 1937, abrangendo, portanto, o histórico da terrível crise, a maior de quantas assolaram os mercados cafeeiros mundiais e infelizmente aos cafeicultores do Brasil, em geral, tão amargos dias.

Voltei à obra novamente, procurando cercar-me da maior cópia de documentos possível, a fim de descrever os fatos desta década que se encerra [illegible], contara anos e anos de [illegible] para, ao finalizar, trazer sólidas esperanças de melhores dias.

De 1921 até 1930, cresceu imenso a preponderância do café em comparação da exportação nacional. De 59,6, em 1921, passara a 64,4, em 1923. Um ano depois atingira o coeficiente máximo jamais verificado: 75,8! Descera no quatriênio seguinte. Mas, ainda assim, a média dêste lapso era altíssima: 73,0. Já se notava, então, sentir a presença do [illegible] que o consumo mundial não conseguia absorver. Contudo, 1929 apresentaria o índice de 71,0.

A terrível crise econômica mundial de 1929 provocou, como todos sabem, o [illegible] do plano de defesa [illegible] posto em prática pelo Estado de S. Paulo.

A revolução de 1930 encontrou a lavoura [illegible]

A [illegible] o Conselho Nacional do Café e o Departamento Nacional do Café, [illegible]

seca não revelasse por terrível desequilíbrio, terminando em verdadeiro abismo, onde por completo se soçobraria aquela maravilhosa indústria secular, graças ao qual tanto o Brasil adquirira os elementos essenciais ao seu desenvolvimento e coesão, e à sua ascensão civilizadora.

Se, em 1930, o coeficiente do café no conjunto da exportação nacional caíra a 62,6, já no triênio seguinte se levantava para uma média de 71,2, apesar da terrível depressão dos preços da saca. De £ 5,00, em 1925; £ 4,71, em 1929 e £ 2,69, ainda em 1930, viera a £ 1,91, em 1931, recuperando um pouco no triênio seguinte (£ 2,20), para, de 1933 em diante, passar por fase depressora absolutamente angustiosa. E, realmente, se cotou a £ 1,69, em 1933; £ 1,52, em 1934; £ 1,18 em 1935 e £ 1,25, em 1936.

Também baixara, e do modo mais sensível, a porcentagem da influência do café no conjunto da exportação nacional. De 61,1, em 1934, caíra a 52,6, em 1935 e a 45,5, em 1936.

A baixa dos preços [illegible] para a lavoura brasileira continuou [illegible] série de medidas, tendentes a equilibrarem as condições da oferta e da procura do seu café. Tão vasto e tão complexo o problema, que exigia contínua atenção por parte dos poderes da República. Envolvia não só casos de ordem interna, como delicadas questões internacionais.

A corajosa persistência do plano adotado pelo Presidente Getúlio Vargas e seus auxiliares para a eliminação do excesso visando destruir os [illegible] baixos, permitiu a diminuição gradual da crise, evitando-se o grave perigo das falências e [illegible] em explosões, cuja consequência seria não só o arrasamento da economia cafeeira e [illegible] comercial e bancária, com as mais terríveis repercussões para a vida financeira e econômica de tôda a Nação. Por apesar de tudo, mau grado o grande surto industrial do país, o desenvolvimento de zonas não cafeeiras e [illegible] de consideráveis fontes de produção [illegible] continuava o café a ser o verdadeiro e mais importante baluarte do saldo da exportação brasileira e da balança comercial do país.

Se, no qüinqüênio de 1931 a 1935, se cifrou em [illegible] contos a exportação do Brasil, para esta soma concorreu o café com 10 494 996, ou sejam 63,9 do total!

Dos 4.105.435 contos de réis de 1926, pertenciam-lhe 2.231.475 ou 45,5.

Assim, o estudo do decênio de 1927-1937 exigiu para a exposição dos seus lances pormenorizados, ao modo das secções anteriores, um desenvolvimento consentâneo de sua importância. Foi o que me levou a consagrar-lhe os tomos XIII e XIV e um trecho do décimo-quinto e último volume da obra.

Tão vasto o panorama cafeeiro do Brasil, que muito difícil se torna abrangê-lo de um só golpe de vista. Ao meu trabalho tive de apor diversos e pequenos anexos que também escapam à sua primeira inserção dos assuntos, apêndices colocados a diversos tomos.

Volumosos como as circunstâncias impuseram que se tornasse a História do Café no Brasil, o seu manuseio se torna muito mais cômodo mercê de um índice remissivo.

Foi o que entendi facultar aos consulentes, organizando uma lista onomástica dêsses quinze tomos, em que procurei assinalar as fases mais salientes da indústria cafeeira em nosso país. E isto desde os seus primeiros e insignificantes passos setecentistas, até à criação dessa magnífica fôrça econômica propulsora da nossa civilização nacional. Desabrochada na era oitocentista, atingiu a extraordinária pujança do fim do século XIX, mostrando, em nossa centúria, os aspectos de um dos maiores acontecimentos industriais contemporâneos, senão o maior, no campo da agricultura, como fez notar F. [illegible] há alguns decênios.

Terminando estas considerações, que imagino devem ser mais sucintas, [illegible] explicado os motivos pelos quais em longos decênios [illegible] a História do Café no Brasil, correspondente ao período mais que secular de 1727 a 1937.

Affonso de E. Taunay

S. Paulo, 10 de agôsto de 194[illegible]

CAPITULO I

A origem do café. Etíope ou árabe? Propagação pelo Oriente Próximo. Primeiras notícias na Europa. Penetração no ocidente da Europa. A etimologia do café. O café e a língua portuguesa. Bibliografia cafeeira antiga. Transplantação do cafeeiro à América. A [illegible] célebre de de Clieu. O café na Guiana Francesa. A famosa jornada de Palheta. Entrada do cafeeiro no Brasil.

Parece absolutamente fora de dúvida que o café tem origem etiópica. Os mais velhos relatos de viajantes consagram esta opinião. E o [illegible] não autoriza a versão de que a Arábia haja sido o berço da rubiácea estrela do Brasil, por [illegible] — *Coffea arabica*. Deve-se, [illegible] que [illegible] o grande [illegible] sido [illegible] por [illegible], com o seu *Jasminum arabicum*.

[illegible] passou o cafeeiro à Arábia. Quando? É o que até agora não se conseguiu apurar com [illegible]. O [illegible] de Schehabeddin [illegible] de 1500, mas é muito provável que tal data não corresponda à verdade dos fatos. [illegible] que os árabes hajam começado a tomar café já no século XV.

Sobre a origem do aproveitamento da infusão dos grãos e folhas do cafeeiro há uma [illegible] lendária, divulgada desde o século XVII por Fausto Naironi, [illegible] e bem conhecido [illegible] do pastor [illegible] a excitação [illegible] nas cabras de seu rebanho pela ingestão das folhas do

cafeeiro. Comunicara tal impressão a uns moages seus vizinhos e, dentro em breve, bebiam êstes um decocto das cerejas do café, que os mantinha sobremodo vigilantes à hora do côro noturno conventual.

A disseminação do uso do café não se fez fàcilmente. Encontrou, desde os primeiros dias, muitos tropeços e até, por vêzes, feroz resistência. Assim, se deu em Mecca, onde, em 1511, principiou uma perseguição de certos elementos fanáticos, terminada por violências e proibição expressa de ingestão de café, por contrariar ao Alcorão. Pouco durou, porém, o triunfo dos cafeífobos. Já em 1526, eram livres o plantio e o comércio cafeeiro na península arábica, onde tomaram grande desenvolvimento.

Propagou-se, ràpidamente, o uso do café pelo Oriente Próximo, Egito, Síria e Turquia. Na primeira dessas regiões encontrou viva oposição, como em 1534 e 1539, donde iram lugar a motins e violências muito sérias contra os tomadores de café, como em 1542. Na Síria espalhou-se, ràpida e triunfalmente, de 1530 em diante. No Império Otomano houve, apenas, pequeno óbice a vencer-se, com um *firman* de Soliman, o Magnífico, dentro em breve derrogado. Propagou-se, pois, nos domínios dos Osmanlis, o uso do café e, do modo mais avantajado, na primeira metade do século XVI. Em 1570, propagou-se o movimento anti-cafeeiro, desta vez encabeçado pelo Sadi Mufti e outros energúmenos, mas sem conseguir grandes resultados.

Continuaram os turcos a beber café e do modo mais intenso.

No século XVII, cabia aos árabes a exclusividade da lavoura cafeeira e acreditava-se ainda, então, que bêlas lavadas ferviam as sementes a fim de tirar destruir o poder germinativo.

Parece fora de dúvida que o revelador do café à Europa, por meio da imprensa, veio a ser Leonardo Rauwolf, viajante alemão do Oriente, que, em 1593 e ao seu relato de viagens, referiu a existência do grão de rubiáceas e do seu decocto. O segundo veio a ser o ilustre botânico italiano Prospero Alpini que, em sua *De medicina Aegyptiorum*, se referiu ao *chaova* e à sua infusão. Contudo, parece incontestável que já antes de ambos êstes precursores, os venezianos (e isso é tudo quanto há de mais [illegible]) conheciam de sobra o café, por freqüentarem os portos levantinos de Alexandria e Cons-

[illegible], onde tanto se bebia café. Foi Alpino, aliás, quem primeiro descreveu um ramo de cafeeiro.

Pretende Ukers, e diz-nos Dr. [illegible] que as primeiras xícaras de café bebidas na Europa ocidental o foram em Veneza, já em fins do século XVI. Entre os propagandistas do café na Itália, citam-se Pietro della Valle e [illegible] Belli, correspondente de Clusius, que passava por ser o maior botânico de seu tempo. Segundo Macpherson, apareceram os primeiros grãos de café na Holanda, em 1616, levados por certo Pieter van der Broek. Desde o princípio do século XVII faziam, aliás, os navios da Companhia das Índias Orientais grandes transportes de café entre os países muçulmanos do Levante.

As primeiras referências inglesas ao café parecem ser as da tradução da obra latina do médico holandês Bernardo ten Broecke (Paludanus), em 1598, dos viajantes William Parry (1601) e John Smith (1603). Já em 1623, tratava do café o imortal Francisco Bacon.

Na Holanda, o famoso botânico Bontius, em 1631, descreveu a [illegible] dos árabes. Em 1637, bebia-se café, correntemente, em Amsterdão e exportava-se o grão para a Alemanha. Coube aos holandeses um grande papel na obra de propagação da bebida pela Europa setentrional e central. Seus navios, em [illegible], segundo [illegible], transportavam grandes partidas de [illegible] para as Índias.

Na França, a primeira referência impressa é a de de l'Écluse (Clusius) e a segunda de [illegible] (1654). Viajantes franceses [illegible] Tavernier e Thévenot, e um terceiro [illegible], Bernier, contribuíram bastante para a divulgação do café.

[illegible] Thévenot se deve a introdução do café em Paris, em 1657. [illegible] preparou-se a bebida [illegible] em Marselha.

[illegible] em França foi o embaixador de Mahomet IV junto a Luís XIV, o famoso Soliman Aga.

Tornou-se verdadeira mania na corte do Rei-Sol tomar-se café, e a marquesa de Sévigné escreveu a tal propósito um [illegible] — segundo [illegible] — Racine passará como o café.

Parece que, na Inglaterra, foi Sir Henry Blount quem [illegible] entre os turcos.

Consta que o primeiro propagandista do café, em Londres, foi um tal Conopios, refugiado grego natural de Creta. Mas, parece que o primeiro café público deveu-se à iniciativa de um grego ou armênio, chamado Pasqua Rosée. Houve na Inglaterra dos últimos Stuart, vivos debates sôbre a inocuidade e a nocividade do café. Pontuaram-nos pitorescos incidentes como, por exemplo, o da representação das mulheres de Londres a Carlos II, pedindo a proibição da bebida que, no seu dizer, esterilizava a espécie humana.

Em 1670, verificava-se em Londres enorme multiplicação de cafés públicos, centro de falatórios dos oposicionistas contra o mau govêrno de Carlos II, que acabou por mandá-los fechar em 1675, mas não ousou tornar efetiva tal medida. Nos cafés londrinos muito se operou a efervescência dos espíritos que deu em terra com os Stuarts, em 1689.

Foi a Inglaterra setecentista notável bebedora de café e entre os principais adeptos da infusão arábica citam-se alguns grandes nomes, como os de Swift, Pope, Addison e Samuel Johnson.

Atribuem as autoridades a preferência [illegible] para o chá à propaganda da Companhia Britânica das Índias Orientais, a British East India Company, que movia tremenda guerra à sua congênere holandesa, propagandista do café.

Nas terras do Império Germânico, o café se introduziu pela via de Hamburgo e as influências holandesa e britânica. Na grande cidade [illegible], o primeiro café público data, segundo parece, de 1679. Berlim teve o seu em 1721. Na Alemanha meridional, a penetração se operou [illegible]. Frederico, o Grande, aliás grande bebedor de café, mostrou-se-lhe adverso, defendendo a bebida tradicional dos alemães, a cerveja. Taxou-o [illegible]. Já em [illegible] se consumia imenso o café com leite, mistura que passa por invenção germânica.

Na Alemanha setecentista, existiu um adepto fanático do café, portador de um dos maiores nomes da Humanidade: Emmanuel Kant. E não menos ferrenho outra celebridade à qual já nos referimos — Frederico, o Grande. Para alguns autores, passa Viena por ter sido a primeira cidade teutônica que conheceu o café. E esta circunstância se prende à história do famoso cêrco de 1683, quando o grande [illegible]

Kara Mustafá foi, sob os muros da antiga capital do Santo Império, desbaratado pelas tropas do heróico Sobieski. Fugindo, deixaram os turcos em sua impaciência, numerosos sacos de café. A êste caso prende-se o romântico episódio do polaco Kolschitzky, decantado em prosa e verso. Ao herói do cerco de Viena deveu-se a abertura do primeiro café público da grande cidade.

Na Suécia, começou o café a ser ingerido depois de 1721. Na Holanda, acredita-se que os primeiros cafés públicos datam de 1665, em Haia, e de 1666, em Amsterdam. A república batava jamais opôs o menor óbice à propagação do licor arábico. E a mais velha peça iconográfica européia que se conhece sôbre café é certo quadro de um dos maiores pintores neerlandeses: Adriano von Ostade.

Desde 1690, pensaram os bátavos em plantar o rubiáceo na Malásia, sob instigação do famoso Nicolau Witsen, burgomestre de Amsterdam e diretor da Companhia das Índias Orientais. Parece que o primeiro cafèzal de Java data de 1696 e foi plantado por ordem do Governador Geral van Outshoorn, perto de Batávia. De Java, propagou-se o cafèeiro a numerosas outras ilhas, como Sumatra, Celebes, Timor, etc. Há dúvidas acêrca da data da remessa do primeiro carregamento de café da Malásia a Amsterdam. Parece que, em 1706, ocorreu um primeiro envio, remetendo-se, ao mesmo tempo, mudas de cafèeiro ao jardim botânico de Amsterdam.

Destas mudas se originou o imenso cafèzal americano.

Do Oriente veio a primeira partida comercial, cêrca de [illegible] quilos, vendida na Holanda, em 1711.

Consta que o primeiro café público italiano se abriu em 1645. Proliferaram os cafés largamente, pela Península Itálica. Tornaram-se célebres, em toda a Europa, os cafés venezianos, genoveses e romanos.

Surgiu na Itália a primeira publicação ocidental sôbre o café. *De saluberrima potione cahue seu cafe nuncupata discursus*, de autoria de Fausto Naironi, erudito maronita, residente em Roma.

A [illegible] mesmo [illegible] os árabes (como era de esperar) [illegible] do café, de Fakr-Eddin, e as poesias do [illegible] Bakir, obras do século XVI. Já no século XVII [illegible] os antigos celebradores das virtudes do café. Parece que o primeiro foi o poeta italiano [illegible]. Citam-se,

entre os grandes nomes literários e científicos, como defensores do café: Milton, Voltaire, d'Alembert, Diderot, Pope, J. B. Rousseau, Benjamin Franklin, Goldoni, Delille, talvez o mais citado de todos, graças aos seus famosos versos mil vêzes repetidos: *Il est une liqueur*, etc. *c'est toi divin café!* etc. Grande quantidade de *poetae minores* celebraram a infusão arábica, através dos arroubos do seu estro mais ou menos inspirado. Entre outros grandes vultos e notabilidades do século, citam-se J. J. Rousseau, B. de Saint-Pierre, Luís XV, José II, Napoleão e Talleyrand.

Entre os artistas, arrolam-se nomes insignes como os de João Sebastião Bach, com a sua deliciosa *Cantata do café*, Van Ostade, W. Hogarth, Boucher e Van Loo, glórias das mais puras em suas diversas escolas.

Em França, os cafés públicos multiplicaram-se, notàvelmente, no século XVIII, representando o mais elevado papel como local de debates políticos. Já, aliás, os havia no século anterior, como o *Café Procópio*, aberto por um siciliano Procopio Coltelli ou Cotelli, e o ainda mais conhecido *Café de la Régence*, datando de 1689 e, assim, crismado em 1718, célebre como centro enxadrístico mundialmente reputado.

Cresceu tanto o comércio cafeeiro na monarquia do Rei Cristianíssimo que, já em 1708, negociantes de Saint Malo organizaram uma companhia para importar o grão diretamente da Arábia, daí se originando a célebre viagem de Jean La Rocque.

Nos tempos da Grande Revolução, tiveram enorme importância vários cafés como de la *Régence*, *Lemblin*, de *Foy*, etc., assiduamente frequentados por vultos da maior celebridade como Robespierre, Camille Desmoulins, Napoleão e muitos mais.

A bibliografia cafeeira dos séculos XVII e XVIII, francesa, inglêsa, alemã e italiana, avultou cada vez mais. A francesa é encabeçada pela obra de Philippe Dufour: *As admiráveis virtudes da árvore chamada café* (1671). Vêm muito depois das páginas do botânico inglês John Parkinson, cujo *Theatrum botanicum* é de 1640, e posteriormente [illegible] a *Quality and most excellent virtues of* [illegible] (1670). A mais antiga [illegible]: *De potu coffi* (1675). Parece que o [illegible] periódico de propaganda c[illegible]

casa de café, outrora na Itália, e agora na Alemanha", pasta-lisco editado em Leipzig, em 1907, é propriedade de um ce-lebre chamado Felipo Giorgi.

Sôbre o vocábulo café, largamente discorreram os etimologistas de várias nacionalidades. Aventa Sir James Murray que a palavra se filie ao topônimo abexim *Kaffa*, a cidade do Choa ao sudoeste da Etiópia, região de onde parece proceder o café. A seu ver, Kaffa passou a ser para os árabes *qahwah*, têrmo que os turcos pronunciam *Koveh*. A Murray contestaram Jacob Pott, o filólogo indiano V. Chattopadhyaya e o erudito linguista W. Pridgeaux, que repelem a influência turca. Para Ullman, que analisou êstes pareceres, não pode haver dúvida possível: proveio do árabe através do turco a palavra *café* e suas modalidades idiomáticas européias.

Em sua erudita monografia sôbre os primórdios do café acentua o Dr. Jorge Pedberg Drenkpol, apoiado em muitas autoridades de primeira ordem, que café não vem do etíope caffa ou *kaffa*, sendo o primeiro aventador de tal etimologia — Bruce, célebre viajante africano. Deriva de *qahwa*, vinho em árabe. Ao cafeeiro chamavam os abexins *Vinho da bôca*, como descobriram ilustres orientalistas, Silvestre de Sacy e Bartolomeu d'Herbelot.

Mas a ciência alemã aproxima o topônimo abexim *Kaffa* e o substantivo árabe *qahwa* que, ao ver de muitos dos seus orientalistas, é o incontestável vocábulo do café. Resumidamente estudou F. Drenkpol êste assunto, consultando excelente bibliografia de primeira ordem.

As primeiras referências ao café, em língua portuguêsa, parecem ser hoje provir de alguém que desconhecia de perto o fruto, o Padre Pedro Teixeira, que grafou o vocábulo em 1610.

Nem João de Barros e Diogo do Couto nem Fernão Mendes Pinto e Garcia da Orta jamais se referiram ao café. Nem tão pouco os embaixadores de Portugal às terras do Preste João, os missionários portuguêses enviados à Abissínia. E' sobremodo estranho que aos lusos o café fôsse por completo desconhecido quando de suas glórias e conquistas no Oriente.

os holandeses, tanto fizeram pela propagação do cafeeiro na Ásia e na Europa.

Fala-se que no relato da viagem do Padre Manuel Godinho, jesuíta, às terras persas e indianas, ocorrem referências ao café. Isto data de milésimo posterior a 1663.

Raríssimas referências ao café se encontram nos autores portuguêses seiscentistas. Um apenas, Duarte Ribeiro de Macedo, como veremos, entreviu o grande futuro do café para as colônias portuguêsas, sobretudo para o Brasil.

Bluteau, o nosso célebre protodicionarista, consagrou, em 1711, extenso verbete de seu monumental léxico ao café, "derivado do arábico *cahveh* e droga que já começava a se introduzir em Portugal".

Depois de Bluteau, vemos o café mencionado no léxico do insigne arabista Frei João de Sousa, em 1789.

Quem terá sido o primeiro autor brasileiro que fêz imprimir a palavra? Pensamos que o nosso dicionarista fluminense Antônio de Morais e Silva. Em seu *Dicionário*, na edição princeps de 1789, aparecem café e *cafeeira*.

Os derivados do café aumentaram com o correr do tempo. Em 1881, Aulete apenas consignou sete. [illegible], em 1898, elevou êste número a dezenove. Figueiredo consignou uns vinte e cinco, em 1922. Podemos afirmar que há, certamente, uns trinta vocábulos brasileiros e portuguêses derivados de café, vulgares como [illegible], [illegible], etc., além dos científicos como [illegible], [illegible], etc.

Referimo-nos a Duarte Ribeiro de Macedo, o notável diplomata português seiscentista, escritor de méritos, pessoa de tão alto relêvo que figura entre os possíveis autores da *Arte de Furtar*. Antes de Vieira e de Bluteau, foi ministro de Portugal em Paris e Madrid.

Muito aconselhou [illegible] que [illegible] no Brasil a árvore da especiaria. Se a grande colônia americana fornecesse [illegible], sentiria [illegible] o comércio holandês do Extremo Oriente.

Em 1673, endereçou ao Príncipe Regente, futuro D. Pedro II, um *Discurso sôbre as plantas para o [illegible] que há no Maranhão e Pará*, em que enumerou as drogas e suas produções próprias daquela repartição, tais o que [illegible] o café

Verdade é que o diplomata encareceu muito mais calorosamente a produção do algodão, do anil, do cacau, do arroz e do caroá (sic), do que a do café.

Acêrca do cultivo da rubiácea, externou essa nebulosa opinião, dando a entender, segundo alguns, que na data em que redigiu já era ela plantada no Pará, o que não é de todo admissível em face da larga documentação hoje conhecida.

Seja como for, a Duarte Ribeiro de Macedo cabe, sem dúvida alguma, o patriarcado do interêsse pela implantação da cultura cafeeira no Brasil, mais de meio século antes da entrada das primeiras mudas de cafeeiro em Belém do Pará.

Na Itália, as mais velhas referências bibliográficas cafeeiras, além do que já alegamos a propósito do maronita Fausto Nairone, são, segundo E. Belli, a *Virtù del Caffé*, de Magri (1671), *Il caffé non più diligente esaminato*, de Solinas (1674), e *Dell'uso e abuso del caffé* (1691). Na Alemanha, [illegible] como o primeiro item da bibliografia cafeeira, o *Usum et abusum potum Thee et Coffe*, de um dos Camerarius, Rodolfo [illegible] (1694), dessa precursora de enorme série.

[illegible] à *Vida maravilhosa e burlesca* do café, de autoria recente de Teixeira de Oliveira, há curiosa referência: "Temos um detalhe para avaliar o prestígio imenso do café no mundo intelectual da Itália. Referimo-nos à revista *Il caffè*, editada em Milão, com a colaboração do marquês de Beccaria, o autor do *Delitto e Pene*".

Consta que o primeiro cafeeiro transportado à Europa foi o que os holandeses levaram de Moka à Amsterdam, em 1616. Em 1671, houve nova tentativa em aclimar a rubiácea na França, em Dijon, mas o êxito da operação resultou nulo.

Segundo o famoso Boerhaave, o sábio da célebre escola [illegible], [illegible] dos médicos, data de 1690 a primeira missão de transmissão de mudas da Arábia para Java.

Dizem que os plenipotenciários franceses à conferência de 1713, da qual resultou a paz de Utrecht, solicitaram, por ordem de Luís XIV, mudas de café do Jardim Botânico de Amsterdam. [illegible] o burgomestre desta cidade satisfeito tal

[illegible] um [illegible] Transplantado em Marly, [illegible] do Jardim das Plantas de Paris [illegible] Antônio de Jussieu.

Pensaram os franceses, [illegible] nas Antilhas, escolhendo Jussieu [illegible] primeiras plantações.

As duas [illegible] a mais uma coroou o [illegible] Jardim das Plantas em 1723, [illegible] Clieu, oficial da [illegible] cuja biografia [illegible] obscuridades [illegible] lendas [illegible] Não se sabe, [illegible] da famosa transplantação do [illegible] lhões de árvores americanas. O [illegible] veu [illegible] de ser capturado [illegible] o que por um triz se realizou, [illegible] e por último [illegible] todos os [illegible] a preciosa plantinha, com ela repartiu [illegible] do líquido. Pôde salvá-la. [illegible] 1746 [illegible] árvores.

Af[illegible] Central, [illegible] Haití e [illegible] ção veiu de um [illegible] gando razões, [illegible] meiros ca[illegible] e 1760. Sôbre [illegible] 1750 ou 1769. [illegible] Rico, 1790 para o [illegible] Jamaica. Consta [illegible] quando o século [illegible]

Na Amér[illegible] [illegible]ro foi o Surinam, [illegible] colônia, mandaram [illegible] [illegible] conhecida [illegible] [illegible] (1775) que um [illegible]

mais. Pediu ao governador da Guiana que o perdoasse. Em troca, lhe traria sementes de café. Este indivíduo chamava-se Mourgues, ao que parece. O Sr. d'Albon, o governador, lhe concedeu o perdão. Assim, presume-se que os primeiros cafeeiros plantados perto de Caiena são de 1721 ou dos dois anos imediatos.

Mas, sôbre o caso há muita obscuridade e correm versões diversas. De qualquer maneira, é positivo que, já em 1726, havia na ilha de Caiena numerosas lavouras. No século XVIII, ao passo que na Inglaterra declinava muito o consumo do café, o inverso se dava na sua grande colônia norte-americana. Já na última metade do século XVII, era grande o gôsto do grão arábico, na Nova Inglaterra.

Aumentou imenso no século XVIII, sobretudo depois da independência dos Estados Unidos. O famoso "motim do chá", em Boston e em 1773, precursor da guerra libertadora, como que arraigou os americanos na preferência pelo café. A intolerância do govêrno inglês, instigado pela ganância da British East India Company, fêz tornar os Estados Unidos uma nação de bebedores de café. Já em 1732, havia em Nova York uma bolsa de café. No decorrer do século XVIII, avolumou-se muito o número dos cafés públicos.

Sôbre a entrada do cafeeiro no Brasil e seu introdutor, muito se tem escrito, sobretudo de 1927 em diante. Para o esclarecimento da figura do portador das primeiras sementes ao solo brasileiro, muito contribuíram: Joaquim Caetano da Silva, Capistrano de Abreu, Barão do Rio Branco, Manuel Barata, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães, Teodoro Braga e Artur Cezar Ferreira Reis. Foi Francisco de Melo Palheta personagem tão obscuro até os nossos dias, que historiadores relativamente modernos do café ignoravam, por completo, o papel capital que êle representou nos fastos brasileiros.

Mas agora, são já conhecidos, admiràvelmente, os Palhetas em Belém, ou portuguêses. Fora de dúvida tem-se, em primeiro lugar, que era oficial de linha do exército português, sargento-mor no ano em que trouxe, de Caiena para Belém, os primeiros grãos de café plantados no Brasil. Presume-se que haja nascido por volta de 1670. Em 1691, figura como comparte de uma expedição encarregada de escoltar as missões espanholas do ... que seguia para os domínios de Portugal.

tugal, o jesuita Padre Samuel Fritz, o famoso [illegible] na Amazônia, desterrado de Belém por ordem [illegible].

Em 1709, obtinha Palheta uma [illegible] no rio Uuatuba. Em 1722, já sargento-mor, chefiou uma grande jornada de exploração fluvial, de que há extenso relato publicado, em 1884, por Capistrano de Abreu.

Saiu de Belém a 11 de novembro de 1722, subiu o Rio Mar até a foz do Madeira e êste enorme afluente até as terras hoje bolivianas. Visitou as missões jesuíticas [illegible] do Mamoré e, a 12 de setembro de 1723, aportou, novamente, a Belém.

Mas, a grande, a verdadeira celebridade de Palheta proviria de nova jornada, a de 1727. Começaram a surgir os primeiros episódios da contestação franco-portuguêsa acêrca das fronteiras das duas coroas em terras amazônicas, o litígio que passou a ser franco-brasileiro depois de 1822, a questão do Amapá, e só se liquidou em 1900 com o laudo arbitral de Berna.

A João da Maia da Gama, Governador Geral do Estado do Maranhão, queixou-se acerbamente, em 1727, o governador francês da Guiana, Claudio d'Orvilliers, que [illegible] haviam arrancado a balsa assinaladora na fronteira das duas coroas na Montanha de Prata, evidentemente [illegible] território francês. E, a tal proposito, [illegible] dente de uma ação militar para [illegible] legítimo. Retrucou-lhe Maia da Gama, [illegible] pelas armas repeliria qualquer [illegible] Oiapoc.

Assim, mandou que Palheta, a [illegible] seguisse para a zona litigiosa do Amapá. [illegible] do Rio Branco [illegible] por Maia da Gama. Devia o oficial [illegible] com d'Orvilliers, pessoalmente.

A 13 de maio de 1727, visitou Palheta o local onde, [illegible] 1639, existira um [illegible] português que os franceses haviam arrancado, em 1726, [illegible]. De tal [illegible] lavrou solene auto, [illegible] do forte do Oiapoc.

"Com a maior [illegible] procedeu Palheta, [illegible] escreve Joaquim Caetano da Silva em sua obra [illegible] — "L'Oyapok et l'Amazone", que [illegible] Brasil [illegible]

pessoa governadora de Caiena, da mulher de C. d'Orvilliers, [illegible] introdução do cafeeiro".

A propósito dêste episódio, hoje conhecidíssimo, a mais antiga referência é a do bispo do Pará, D. Fr. João de São José Queiroz.

"As primeiras árvores de café vieram de Caiena no tempo do governador João da Maia, o que se deveu à generosidade de uma francesa, mulher do governador da praça que, sabendo a proibição e cuidado com que andavam os seus nacionais para que se não comunicasse a um português — de quem ignoramos o nome, e só sabemos ser N. Palheta (sic) que ali se achava — indo visitar seu marido, e saindo todos a passeio, ela generosamente lhe ofereceu em presença do esposo (que se sorriu), uma mão cheia de pevides de café, praticando a galanteria de ser a mesma que lhas introduziu no bolso da casaca, donde ficou o tal sorte, que lhe não sobejaram as expressões com que mostrou agradecer àquela madame esta franqueza e bizarria".

Assim, à primeira vista, parece que a uma iniciativa exclusiva de Palheta se deveu o transporte de grãos de café de Caiena ao Pará, iniciativa ajudada por uma circunstância fortuita, o encontro da boa vontade e cordialidade da Sra. d'Orvilliers.

Mas tal não se deu. Levava o oficial formais instruções de João da Maia da Gama para que se esforçasse, de todos os modos, por adquirir grãos de café e os trazer a Belém.

Coube a Teodoro Braga o desvendamento desta novidade capital na história do café no Brasil, mercê da descoberta de um documento de que Basílio de Magalhães só conhecera o resultado, publicado pelo Barão do Rio Branco.

Eis o capítulo décimo das instruções dadas por Maia da Gama a seu emissário: "E se acaso entrar em qualquer jardim ou roça aonde haja café, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pode esconder alguma que dê grão com todo o disfarce e com toda a cautela".

Chega Teodoro Braga a admitir, até, a hipótese de que o principal motivo da viagem de Palheta haja sido a obtenção das sementes de café.

Assim, a glória da introdução do cafeeiro no Brasil se deve a João da Maia da Gama, inspirador de Palheta. Deve ser

compartilhar, com o Capitão General, das glórias do [illegible] benemerito feito. Trouxe êle, segundo se refere, [illegible] vivas e mil e tantas sementes. Os últimos anos de Palheta são obscuros. Recebeu, em 1727, o posto de capitão-tenente de guarda costa, diversas sesmarias, onde plantou café [illegible], como alegou em 1733. Documento últimamente descoberto por Artur Cesar Ferreira Reis, demonstra que em 1734 deve ter ocorrido o seu falecimento.

Já em 1731 segundo Teófilo Braga, chegavam a Lisboa pequenas partidas de café do Pará e do Maranhão. Uma resolução de D. João V e de 1731 isentou o café de direitos durante doze anos. Muito recomendou o governo [illegible] mo aos seus delegados na Amazônia que incentivassem o plantio do cafeeiro. Já em 1734, entravam no pôrto de Lisboa três mil arrôbas de café da Companhia Geral do Maranhão e Grão Pará.

Era o consumo português então insignificante. Pedia a Câmara de Belém, em 1739, a D. João V o lançamento de direitos proibitivos sôbre o café estrangeiro, e em 1741, prometeu o rei deferir-lhe o requerimento. Nessa ocasião, produzia o Pará umas quinhentas arrôbas [illegible] do que o consumo anual do Reino. A [illegible] Diogo de Mendonça Corte Real avaliava, então, em [illegible] arrôbas, [illegible] vendidas entre 2$800 e 3000 réis, preço [illegible] para a época.

Afinal D. João V deferiu o pedido da Câmara belemense que lhe acenara com a próxima extinção da incipiente cultura local, se o consumo [illegible] não fôsse protegido [illegible] mente.

Nunca foi considerável o volume da produção cafeeira paraense, a mais velha das do Brasil. Das [illegible] exportações de sua terra, faz o douto Baena um quadro correspondente ao período de 1773 a 1818, em que [illegible], aliás, vinte lacunas. A média dos anos [illegible] de Barata correspondentes a [illegible] não atinge a quatro mil arrôbas.

Parece absolutamente incontestável que o cafeeiro penetrou no Brasil pelo Pará. Entretanto, [illegible] um brasileiro, Monsenhor Pizarro, e outro estrangeiro, Roberto Southey, lançaram a absurda versão de que Dom Manuel, o Venturoso, falecido em 1521, [illegible] de mandar plantar café no Brasil!

[illegible] estapafúrdia atoarda cabalmente rebateu Freire [illegible] em 1856, corroborando-lhe palavras e conceitos da [illegible] de dos de Moura Brasil, Vieira Fazenda, etc. Drenkpol, em 1927, atribuiu o êrro de Southey a alguma adulteração de qualquer apógrafo da obra de Gabriel Soares, que o poeta e historiador inglês haja consultado, apógrafo que, entretanto, não se sabe hoje qual seja.

Assim, não pode haver dúvida possível: penetrou o cafeeiro no Brasil pela via amazônica, vicejando as primeiras lavouras do futuro *Brasiliae fulcrum* nas vizinhanças da cidade de Santa Maria de Belém.

A mais antiga referência até agora divulgada e relativa ao consumo do café no Brasil, é o que ocorre no *Peregrino de América*, a conhecida obra de Nuno Marques Pereira, cuja composição terminou em 1733. Refere o piedoso autor que, nesse época, havia na cidade d'O Salvador, "casas de pasto onde se servem sorvetes, chocolates, chás, café e outras muitas potagas de gôsto ao paladar".

CAPÍTULO II

Propagação da cultura cafeeira na Amazônia, Maranhão e Nordeste. Entrada no Rio de Janeiro. Castelo Branco e João Hopman. Frei Veloso e o "Fazendeiro do Brasil". O bispo D. José Joaquim Justiniano, os padres Fonseca Couto e Lopes. A Mendanha. Os primeiros depoimentos sôbre os cafèzais fluminenses. [illegible] do Rio de Janeiro. S. João [illegible] Vassouras. O barão de Ai-[illegible] sôbre o cafèzal pau-[illegible] Invasão do norte paulista [illegible] em Minas Gerais e Santa Catarina. O [illegible] beneficiador primitivo.

Introduzido o café [illegible], em 1727, [illegible] primeiro campo [illegible] do Brasil. [illegible], embora [illegible] climáticas.

[illegible] a cultura do café [illegible] enorme [illegible] hoje o Estado do [illegible] diversos [illegible]-nos [illegible] como o [illegible] impá-[illegible] seu *Tesouro* [illegible] *no má-*[illegible] de viagem [illegible] *Diários* de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, o *Diário da Viagem*

Filosófica pela capitania de Sao José do Rio Negro, do ilustre Alexandre Rodrigues Ferreira, e, ainda ultimamente, Artur Cesar Ferreira Reis, na sua excelente *História do Amazonas*.

Insignificante, porém, foi a produção dos cafèzais da Amazônia. No Maranhão, também, foi insignificante a cultura cafeeira dos primeiros anos aos nossos dias. Pouco, muito pouco, se sabe sôbre a introdução do cafeeiro em terras maranhenses. E' fora de dúvida, contudo, que a sua cultura jamais ali prosperou, segundo o autorizado depoimento de Souza Gayoso, autor do *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. No Piauí, afirmou o erudito Pereira d'Alencastre, em 1855, na sua excelente *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, "o café nunca se plantou na província".

Quanto ao Ceará, diz Studart que o capitão-mor de Sobral, o pernambucano Furna Uchoa, plantou, em 1760, na serra de Meruoca, umas mudas de cafeeiro que trouxe do Jardim das Plantas, de Paris. O Sr. Máximo Linhares, descendente de Uchoa, contesta a Studart, aproximando de não a onta para 1760.

Desenvolveu-se o cafèzal cearense, relativamente, nas encostas das serras de Baturité, Aracoiba, Pacaruba, etc. A produção cearense foi assaz considerável, contudo para a época. No Rio Grande do Norte colonial [illegible] a cultura cafeeira. Na Paraíba foi ela insignificante. [illegible] de 1809 a 1825 percorreu o [illegible], [illegible] interessantes a [illegible] *Travels in Brazil* [illegible] o café e o cacau [illegible] em Pernambuco, plantados [illegible] cultura experimental [illegible], o que [illegible] preciosas *Notas* [illegible]. Em Alagoas e Sergipe, [illegible] assim dizer, foi a [illegible] cultura colonial. Na Bahia, [illegible] cafeeiros nas [illegible] de Caravelas [illegible] foram por dois capuchinhos, Frei [illegible] e Frei Pedro de Veneza, em 1784 ou 1785, [illegible] esclareceu Frei [illegible] de Pimento, Provincial dos Capuchinhos, em [illegible] *Os [illegible] no Brasil*.

Documentos oficiais [illegible] que [illegible] pequenos cafèzais na Bahia. [illegible] 100 000 os cafeeiros da [illegible] de Pinos.

A exportação para o Reino começou mais tarde. Santos Vilhena em suas curiosas e valiosas *Cartas soteropolitanas*, a respeito da exportação de 1798, declarou que nela se incluiam 254 sacas de café. Spix e Martius, em 1817 avaliavam esta exportação entre dez e doze mil arrobas, e Mrs. Graham, pouco depois da Independência, dizia do comércio cafeeiro baiano que era muito restrito, em relação ao do açúcar, fumo e algodão. Lindley, em 1803, contava que os cafés públicos da cidade d'O Salvador não passavam de sujos botequins.

Em 1811, descrevendo ao Conde de Barca o que ia pelo Espírito Santo, lembrava Francisco Manuel da Cunha a sua pequena produção de café. O relatório do governador Francisco Alberto Rubim, datado de 1817, corrobora esta asserção.

No Rio de Janeiro, quer nos parecer que a primeira alusão ao café seja a do Abbé La Caille, ilustre astrônomo e geodeta francês que em 1750 esteve na cidade carioca de passagem para o Cabo da Boa Esperança. Em seu relato de viagem, diz êste cientista que tomou café ao findar um jantar "magnífico", oferecido por um tal Paulo Vincent, fluminense de origem holandesa. Seria café importado, pois, em 1768, verberava Cook, o grande circunavegador, a desídia dos cariocas que de Portugal importavam toda o café e chocolate consumidos em sua cidade.

[illegible] que o introdutor do [illegible] Rio [illegible] o chanceler da Relação local, [illegible] de Castelo Branco. Colcca Mon[illegible] depois de 1770, mas Aires do Casal [illegible] se naturalizou, no Rio, na época do [illegible] de Cobadela, [illegible] a 1 de janeiro de [illegible] de Silva Lisboa atribuiu a prioridade a capu[illegible], o que é inaceitável por anacronismo. O [illegible] de Pedro Branco dá tal prioridade a João Hoyman, [illegible] residente no Rio.

[illegible] Castelo Branco as primeiras mudas de café para o [illegible] de 1760. Em 1756, [illegible] na Relação [illegible] a 14 de maio de 1757, chegou à Bahia vindo de [illegible] *Santo Antônio e Justiça* não [illegible] mudas de café. Em 1760 era chanceler [illegible] do Rio de Janeiro. E parece que foi então, que [illegible] Maranhão cafeeiros pequenos. Entregou-os aos ca-

puchinhos e êstes o plantaram em sua horta, onde, em 1762, o cônego Januário Barbosa os viu viçosos.

Alguns autores há que atribuem ao Vice-Rei, Marquês do Lavradio, decisiva influência sôbre a propagação cafeeira no Rio de Janeiro. Quer nos parecer que decorre tal atoarda da divulgação de um dos mais velhos dos romances brasileiros, o de Luiz de Azambuja Suzano, o *Capitão Silvestre e Frei Veloso ou a Plantação do café no Rio de Janeiro*, publicado em 1847.

Nesta novela se conta que Lavradio usou de verdadeira prepotência para obrigar os lavradores das cercanias do Rio de Janeiro a plantar café, havendo feito entre êles larga distribuição de sementes. Conta o romancista que um dêstes fazendeiros, o capitão Silvestre, indignado com tal violência, foi ter com Frei Veloso, a queixar-se das ameaças do Vice-Rei aos fazendeiros desobedientes às suas ordens. E o nosso ilustre botânico dissuadiu-o de deitar fora os grãos da rubiácea, afirmando-lhe que a nova lavoura o poderia enriquecer.

O exame da correspondência oficial de Lavradio não nos autoriza a perfilhar semelhante versão. Além, em junho de 1779, ao passar o govêrno a Luiz de Vasconcelos e Sousa, recomendou-lhe muito o [illegible] incremento da cultura do anil, do arroz, da amoreira [illegible], etc., e não dedicou uma única palavra ao café.

A Lavradio preocupou, [illegible] fibras da guaxuma, a malvácea [illegible] pelo Dr. Augusto Carlos da Silva Telles [illegible] da Politécnica de S. Paulo, em princípios do sec[illegible] resultados sobremodo dignos de aprêço.

Viu o Vice-Rei na guaxuma ou aramina um [illegible] magnífico do cânhamo e mandou que sôbre ela se [illegible] exames de resistência. Tais ensaios, feitos no arsenal [illegible] rinha do Rio de Janeiro, foram dirigidos por um [illegible] João Hopman, "homem excelente", morador no R[illegible] vizinhanças de 1740. A 12 de janeiro de 1778, escrevi[illegible] quês ao ministro Martinho de Melo Castro, louvando [illegible] os múltiplos méritos do [illegible]. E dizia — "[illegible] meiro que plantou o café e que ensinou o modo de [illegible] e de lhe fazer todo o outro benefício que êle preci[illegible]

À 23 de maio seguinte, reiterava êstes elogios ao Ministro, a quem contava que o bátavo tentara crear a sericicultura na capital brasileira, nada obtendo de prático "por não haver quem o animasse. Recolhera-se à sua quinta de Mata Porcos, onde conservara só a cultura de café num pequeno terreno que compreendia a mesma quinta, por não lhe permitir maiores esforços a falta de sua possibilidade".

Faleceu João Hopman entre 1782 e 1789, e até o fim da vida ocupou-se com as experiências sôbre a guaxuma. Em 1787, o capitão inglês Watkin tendo passado pelo Rio de Janeiro, dizia em seu relato de viagem que o café já não era ali mais importado. Já se plantava a rubiácea largamente, permitindo considerável exportação que, provàvelmente, se destinava ao próprio Brasil e ao Prata, mais do que ao Reino.

Os agrônomos portuguêses de fins do século XVIII, tais como José Henrique Ferreira, Joaquim de Amorim Castro, o bispo de Elvas, Azeredo Coutinho, Vandélli e Novais Navarro, que cuidaram dos assuntos brasileiros, não se interessaram de todo pelo café. A correspondência da coroa mostra-se mais atenta às possibilidades da malvácia do que às da rubiácea, como se deduz das instruções régias de 1798 a 1800.

Tão insignificante ainda a produção brasileira, que o Príncipe Regente em março de 1800, requisitava ao Vice-Rei para a Coberta de Casa Real, das arrobas do melhor café do Brasil.

De quanto era o café, em fins do século XVIII, ainda alheio às cogitações dos portuguêses da Europa, temos a mais fulgente prova na publicação d'*O Fazendeiro do Brasil*, espécie de enciclopédia agrícola luso-americana em onze volumes, confeccionados por ordem do Príncipe Regente, D. João VI, sob a direção do sábio botânico autor da *Flora fluminense*, Frei José Mariano da Conceição Veloso.

Versam os dois primeiros volumes sôbre a cana de açúcar, o terceiro sôbre laticínios, o quarto e o quinto sôbre anil, anacardo e outros corantes, o sexto sôbre a cochinilha. Aparece o café no sétimo e no oitavo, ainda volumosos, e constantes de [illegible] inglêses e franceses. O que é original no primeiro volume, e o fato de se lhe vermos o prefácio, de lavra de [illegible]. E não há uma única palavra referente ao Brasil! [illegible] disse [illegible], como admitir-se que o franciscano [illegible] *Flora Fluminense* haja sido um dos grandes cafeeiros

do Brasil? Como acreditar em sua colaboração com o marquês de Lavradio?

Ao segundo volume ocupa a tradução da obra do certo P. Laborie, *The coffee planter of Saint Domingo*, feita por Antônio Carlos de Andrada.

Gabando tal tratado, em 1798, dizia Frei Veloso que as futuras colunas da economia lusitana seriam o café, a cochinilha, o anil e o fumo (sic!). Mas, tão pouco entendia de cafeicultura, que antevia a possibilidade de cafesais brasileiros darem duas colheitas anuais!

Da fazenda do Capão, propriedade do bispo Castelo Branco, sairam mudas para a da Mandanha, pertencente ao padre Antônio Fonseca, padrinho de Freire Alemão. Foi o Capão o primeiro grande centro de disseminação de cafêsais do sul. Conta um autor anônimo que os lavradores da terra acima descarregavam as cangalhas de suas mulas e acolhiam com elas cheias de mudas. Dentro em breve ficaram prósperos, saindo da antiga e completa pobreza. Surgiram, pois, no cenro fluminense, pequenas lavouras cafeeiras, que Carneiro Mesa pensa haverem começado a produzir nas instalações de 1798. Em 1792, visitou Sir John Barrow uma fazenda no vale da Tijuca, onde trabalhavam cem escravos em cafesais, canaviais, algodoais, além de tratar de cacau, frutas e outros cruzes valiosos. Nas pinturas dos Pavilhões do Passeio Público notou Barrow um quadro representando um cafezal.

O viajante inglês Tuckey relata, em 1805, que, em 1794, a Guanabara suportara 312 sacas, e, em 1803, 6.000. John Mawe, em 1809, teve pessima impressão dos cafezais de Santa Cruz, que lhe pareceram verdadeiras matas florestais. Visitando Cantagalo, saindo de Niterói, encontrou pequenos cafezais aqui e acolá.

John Luccock que residiu no Brasil de 1808 a 1818, deixou em suas *Notes on Rio de Janeiro* interessantes depoimentos sôbre a lavoura cafeeira rudimentar dos arredores do Rio, além das serras, no vale do Paraíba, do Pargiba e do Paraibuna. Dá-nos, também, informes sôbre o destino do café exportado pela Guanabara para os Estados Unidos, Cuba, Rio da Prata, norte da Europa, Portugal e Chile, principalmente.

Freyreiss, zoólogo alemão, empreendeu, em 1814, uma viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais, via Cá[illegible]

e Paraíba do Sul, encontrando pequenos cafèzais aqui e acolá. Mas, embora o café começasse a avultar na exportação do Brasil, ainda era, em 1774, todo importado.

Alguns anos mais tarde, Spix e Martius publicavam que a exportação fluminense fôra, em 1817, de 298 998 arrobas e, em 1820, de 460 423, o que exigia a existência de alguns milhões de cafeeiros, quiçá uns doze.

Viajando, em 1815, pela baixada fluminense em direção a Campos e ao Espírito Santo, o ilustre naturalista Príncipe de Wied viu algum café, sobretudo em Macaé e Campos.

Escrevendo, em 1817, o seu notável relatório sôbre o [illegible] de Janeiro, dá Luiz de Freycinet, o ilustre navegante fr[illegible] primeiros e valiosos informes sôbre a lavoura cafeeira flu[illegible]nense. Segundo êle, até aquela data não havia nos [illegible] do Rio fazendeiro algum proprietário de mais de vinte mil cafeeiros. Nada mais sensato do que os conselhos de Freycinet aos que quizessem abrir lavoura de café. Já naquela época, porém, as lavouras terranas eram muito mais avultadas.

Em 1822, viu Saint Hilaire [illegible] fazenda com mais de [illegible] árvores, perto de S. [illegible]. Em 1820, o mineralogista Alexandre Caldcleugh [illegible]u sôbre as condições da agricultura brasileira, [illegible] a crítica ao misoneismo de [illegible] lavoura de café já era lucrativa. [illegible] dedicavam com êxito. Em 1827, Teodoro [illegible] afirmava que a lavoura cafeeira fluminense [illegible], quando muito, trinta anos.

[illegible] cafeeiros do Brasil [illegible] *Histoire des rel*[illegible] (1839), da [illegible] Horacio Say, que residiu no [illegible] comercial [illegible] café de 1815 em diante, [illegible] largo prazo [illegible].

[illegible] e notável acuidade [illegible] Brasil, e pensamos que [illegible] nossas [illegible] cafeeiras [illegible] de comercial.

[illegible] do café e o [illegible] de modo [illegible] o Brasil [illegible] milhões de quilo[illegible] de [illegible] 35 de procedência fluminense. De-

cuplicara a produção, de que resultava grande prosperidade de larga zona do Império. Na obra notável do veneziano Adriano Balli — *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états d'Europe* (1822), há referências, embora não muito consideráveis à exportação do café brasileiro, assinalando a importância do gênero no conjunto do nosso intercâmbio nacional.

Figura interessante e pitoresca, vem a ser a de um dos mais velhos lavradores de café do Brasil, o general Conde de Hogendorp antigo ajudante de campo de Napoleão I, emigrado para o Brasil após a queda do Corso, quizá em 1817. Em [illegible]0, tinha nas encostas do Corcovado uma lavoura de [illegible] mil pés. Vivia modestamente e faleceu no Rio, em 1822. [illegible] há interessantes depoimentos de Maria Graham, [illegible]old, Teodoro Taunay, etc

[illegible] estrangeiros de prol, cujos nomes figuram nos f[illegible] primevos do Rio de Janeiro, como fazendeiros, [illegible] Conde de Gestas, ministro de França no Brasil, que [illegible] a Condessa de Roquefeuil, tinha 20 000 pés [illegible] Grande da Tijuca; o Conde de Scey, Príncipe de [illegible] a baronesa Rouan, perto da Boa Vista; Nicolau A[illegible] e suas filhas na chamada Cascatinha Taunay, onde [illegible] o Dr. Lecesne, francês, antigo [illegible] na Ilha de S. Domingos, tido como um dos ve[illegible] nense, chegando a possuir 60 000 [illegible] N[illegible] Chamberlain o diplomata [illegible] o holandês [illegible]rto de Itaguaí; o barão de [illegible] Mandioca, n[illegible]rra da Estrêla. Já em 1828 [illegible] auto[illegible] dos regimentos [illegible] escrev[illegible] Rio de Janeiro, dizia que o [illegible] nense era [illegible]ouro, devido ao declive das [illegible] sujeitas à e[illegible]

Plantado [illegible] vado e da Serra d[illegible] as encostas voltad[illegible] mente expôs Gerem[illegible] o café no Distrito Fede[illegible] truidas da capital bra[illegible] *cara do Portão Verm*[illegible] de suas trinta ou quarenta mil [illegible] arrobas.

Espraiou-se a onda cafeeira para os distritos de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. "Desapareceram, pràticamente, da terra carioca, diz G. Dantas, mas incontestável é que dentro da cidade do Rio de Janeiro se formou o primeiro núcleo de mudas e sementes que inundaram o território fluminense, Minas, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, prodigiosa e incomensurável grandeza, a mais alta e ponderável fôrça econômica do Brasil perante o mundo e em face de nós mesmos".

Dois rumos notáveis e principais tomou a invasão cafeeira nas terras fluminenses, nos primeiros anos da disseminação da rubiácea: o do noroeste, com os núcleos importantíssimos de São João Marcos e Resende, e o do norte, de que decorreram as grandes lavouras de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. A zona oriental da capitania, a de Cantagalo, só mais tarde viria a ser aproveitada pelos cafèzais, já muito depois dos anos da Independência.

[illegible]u a zona de Vassouras importantíssimo papel nos fastos primevos do café. Já antes da fundação da atual cidade [illegible], por volta de 1780, cultivou-se um pouco da rubiácea em Pati do Alferes. Entre as principais propriedades de [illegible] a grande fazenda de Pau Grande, que pertencia ao barão de Capivari e ao filho dêste, Visconde de Ubá, e onde os cafezais começaram a aparecer entre 1800 e 1810, segundo consta de documentos do arquivo do grande latifúndio.

Na sesmaria de Vassouras, concedida, em 1782, a Francisco Rodrigues Alves e seu sócio, Luiz Homem de Azevedo, [illegible] do café brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Segundo a tradição, começou ali o plantio do café em [illegible], logo [illegible] desenvolvimento. [illegible] sobretudo a partir de [illegible] com a [illegible] de Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca ([illegible]).

Foi um dos mais notáveis pioneiros da história cafeeira das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em um [illegible] e seu incansável propagandista. Homem [illegible], viajando sempre, pessoa da mais alta reputação de probidade e filantropia, espírito progressista como [illegible] dos tempos da creação do seu planalto mineiro [illegible] numerosíssimos parentes e amigos, que se afazendaram

em diferentes pontos, como Vassouras, Barra Mansa, Valença, Sapucaia, Paraíba do Sul, Mar de Espanha, Leopoldina, etc.

Incansável peregrinador das novas regiões abertas à civilização, assinalava a sua passagem pelos diversos povoados com obras de utilidade e benemerência públicas, como a construção de igrejas, cemitérios, casas de câmara, etc. E, sobretudo, se batia pela abertura de estradas, dirigindo ele próprio os serviços, como no caso da grande via nova que, partindo do Magé, vencia os aclives da Serra dos Órgãos, ia ter a Sapucaia, penetrando na Mata de Minas, nas vizinhanças do Mar de Espanha.

"Abrir fazendas, dêle disse o cônego J. C. Fernandes Pinheiro, era para o capitão-mor Custódio Ferreira Leite [illegible] cio da maior facilidade e no que sentia suma satisfação. Amplamente com isto ganharam seus amigos e protegidos, e mais dum personagem devou a origem da fortuna à sua magnanimidade".

Para as terras fluminenses atraiu seis de seus irmãos numerosos sobrinhos, numerosíssimos primos, todos mineiros. E raros foram os que não prosperaram, e muito com essa transplantação. Entre os sobrinhos estavam os filhos de seu cunhado, o Barão de Itambé, os irmãos Teixeira Leite, José Eugenio, Francisco (barão de Vassouras), João Evangelista, Antônio Carlos, Joaquim, Carlos e Custódio, que em recluídos no século XIX eram verdadeiras potências nos meios cafeeiros e tanto se destacaram não nossos fastos primeiros ferroviários.

No oeste fluminense, notabilíssimos centros cafeeiros antigos foram S. João Marcos e Piraí, onde as lavouras da publicea tomaram incrível incremento, sobretudo a partir de 1810. Nesta época, era o café sobretudo plantado no litoral e na baixada. Assim, o distrito de Angra dos Reis, em 1811, produzia 10 000 arrobas. Em 1812, verificou Saint Hilaire o enorme progresso dos cafèzais marcenses e rezendenses, lavouras novas que Spix e Martius não haviam avistado ao passarem por aquelas mesmas paragens, em 1817. Perto de Parenda havia fazendeiros de sessenta, oitenta e até cem mil cafeeiros.

Pelo preço do gênero deviam ganhar somas enormes, observa o célebre viajante francês. Pertencem ao casal, porém, a gente muito rústica ainda.

"Em 1817, segundo depõe Aires do Casal, em sua benemérita *Corografia Brasílica*, o café vinha prosperando nos ter-

rênos fortes e frescos do país. O cafeeiro naturalizado no govêrno do Conde de Bobadela, por diligência de um magistrado, tinha se multiplicado prodigiosamente e enriquecido muita gente".

Dentre os distritos fluminenses cafeeiros põe em primeira plana São João Marcos e Rezende. São Gonçalo, Maricá e Itaboraí davam alguma coisa. Sôbre Vassouras e Valença nada adiu, porém, do que êstes dois distritos, depois tão famosos, começavam a produzir então.

Quase contemporâneamente, em 1819, o primeiro visconde de Araruama, em sua *Memória sôbre os campos dos Goitacazes*, relatava que o café ia invadindo a região entre o rio Macaé e a Lagoa Feia, produzindo ali mais de duas mil arrobas.

A neobibliografia de em tôrno de 1820, ainda não atribuía ao café grande valor. Assim, se dá com *Le Brésil*, a obra de Hipólito Taunay e F. Denis (1822), que descreve os pequenos catêzais da Tijuca, inclusive o da própria fazendinha paterna do primeiro dos dois autores, a da Cascatinha. Chamberlain, no mesmo ano, no seu admirável álbum das *Views* de *Rio de Janeiro* refere que, no distrito montanhoso da Tijuca, havia consideráveis lavouras que pertenciam a emigrados europeus, geralmente franceses.

É difícil fixar-se a data em que em terras paulistas se plantaram as primeiras lavouras de café.

O mais velho dos documentos da exportação por Santos, até hoje desvendado, data de 1795, referindo-se a uma remessa feita pelo Marechal Arouche à seu irmão, o erudito bibliófilo Diogo Ordenhas, então em Lisboa. Documentos publicados por Antônio de Toledo Piza revelam-nos que, em 1797, saíram de Santos para o Reino 1.424 arrobas de café em três navios. Na *Descrição e respeito da Capitania de S. Paulo*, do desembargador Marcelino Ferreira Cleto, memória datada de 1782, não há uma única referência ao café, embora o autor seja muito minudente ao relatar o que era a produção paulista.

Mas, já a 20 de agôsto de 1787, escrevendo o juiz de fora de Santos, Dr. [illegible] Antônio Apolinário da Silveira, ao ministro Martinho de [illegible] Castro, fazia-lhe ver quanto se achava a vila decadente [illegible] contava-lhe que fazia o possível para levar os lavradores [illegible] a cuidar de lavouras cafeeiras. Já em junho de 17[illegible] haviam plantado dois arú e tantos cafeeiros.

Em 1788, em suas *Reflexões sôbre o estado da agricultura de S. Paulo*, dava o Marechal Arouche a entender a existência de pequenos cafèzais no planalto paulista.

Em 1783, o plagiário Manuel Cardoso de Abreu, no seu minudente e, aliás, muito interessante *Divertimento admirável*, descreveu com mil pormenores o que era a produção paulista e nem uma única vez se referiu ao café.

O ilustre geógrafo e astrônomo paulista Lacerda de Almeida, vindo por terra de Vila Bela de Mato Grosso a S. Paulo em 1788 e 1789, inseriu em sua relação de viagem que era café plantado no Forte do Príncipe da Beira e não se referiu à rubiácea em seu percurso de Porto Feliz a S. Paulo. Assim também é artigo de que se não fala no manuscrito 13 981 do Museu Britânico: *Capitania de S. Paulo*, datado de 1792, e identificado por Oliveira Lima como sendo da lavra de Frei Veloso.

Mas já em 1797, o capitão-general Bernardo de Lorena afirmava ao seu sucessor, Antônio de Melo Castro e Mendonça, ao lhe passar o govêrno, que na vila de Santos havia muito café e de melhor qualidade.

Em 1794, no Casa Verde, arrabalde de S. Paulo, então fazenda do futuro Marechal Arouche, havia alguns milhares de cafeeiros.

Em 1798, João Manso Pereira — personagem que no seu tempo passava por ser dos mais notáveis brasileiros, muito versado em ciências naturais e químicas — quiche que se plantasse café, mas pôde que com êle se enriquecesse a grandeza brasileira.

Diz Correia de Melo, abalizado botânico paulista, que o capitão-general Melo Castro e Mendonça, o muito benquisto por seu antecessor Lorena, tratou de promover a cafeicultura em terras paulistas. Assim, brindou com algumas sementes o seu amigo sargento-mor Raimundo Alves dos Santos Prado que as plantou no seu quintal de Jundiaí.

Tal fato se teria dado entre 1797 e 1799. Pensava Correia de Melo que todo o cafèzal do oeste paulista descendia dêsses cafeeiros de Jundiaí.

Em 1803, encontrou Martim Francisco [illegible] café no Termo de Parnaíba e baixou em Itú.

As cifras de exportação por Santos acusavam 132 arrobas para 1801, 1 243 para 1804, 1 060 para 1806 e 1 270 para 1807.

Em Campinas, onde mais tarde houve tão formidável lavoura, consta que o primeiro cafèzal data de 1807 ou 1809, plantado pelo tenente Antônio Francisco de Andrade.

John Mawe, que esteve em S. Paulo em 1808, viu bastante café nos arredores da cidade, mas muito mal tratado, amontoado sob telheiros húmidos e coberto por couros. Indo de Santos ao Rio de Janeiro, a velejar pela costa, não conta que haja visto cafèzais em parte alguma do litoral paulista, só se avistando com êles em Santa Cruz, em território fluminense.

Entretanto, nesta época, segundo depõe os quadros oficiais insertos nas *Memórias* do Monsenhor Pizarro, saía de S. Sebastião e Ubatuba bastante café.

A *Memória* do desembargador Veloso de Oliveira, datada de 1810, sugeria ao Príncipe Regente que S. Paulo *poderia* produzir café ao lado do açúcar, aguardente, fumo, cacau, etc.

Gustavo Beyer, ilustrado viajante sueco que visitou a capitania de S. Paulo, em 1813, não viu grandes cafèzais no litoral paulista e, ao se referir a Santos, não menciona o grão entre os seus artigos de exportação. Mas, declara que na capitania paulista existia a exploração remuneradora do café, do açúcar e da lumiaria dos couros.

Caberia às terras do chamado "norte paulista" empreender a mais importante disseminação do cafeeiro, em terras de S. Paulo, por ordem de antiguidade. E a razão é fácil de se compreender a contiguidade das terras fluminenses, onde a diretriz cafeeira rumara de Mendanha para S. João Marcos e Rezende, penetrando em território paulista por S. José do Barreiro, Areias e Bananal.

Fama Fênio Pacheco e Silva, erudito conhecedor da história do café em S. Paulo, que os primeiros cafèzais do norte paulista devem ter sido plantados em Areias, entre 1800 e 1797.

Daí se foi espaniando no sentido da contra corrente do Paraíba, pelo vale do grande rio acima, chegando a galgar o *mirabilium aquarum* da serra de Itapetí e ocupar os arredores

de Mogí das Cruzes, já no vale do Tietê. E, na mesma época, apresentava irrupções laterais, como a de S. Luiz do Piraitinga.

Spix e Martius descrevendo a sua viagem do Rio de Janeiro a S. Paulo, em 1817, relatam que em Banaual e Areias haviam visto grandes lavouras. Outras referências não fizeram, e, no entanto, passaram por Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí e Mogí das Cruzes. Também não falam de cafèzais em Itú, Judiaí e Atibaia, onde denunciam a impressão causada pelos grandes canaviais avistados.

Não estiveram os dois famosos naturalistas em Campinas, onde começavam a despontar os primeiros cafèzais.

Passa o capitão Francisco de Paula Camargo por ter sido quem, em 1817, fez a primeira plantação campineira. Indo ao Rio de Janeiro assistir aos festejos do casamento do Príncipe Real, futuro Imperador D. Pedro I, surpreendeu-o o lucro imenso proporcionado pela lavoura cafeeira.

Era Campinas, então, notável centro açucareiro, onde havia senhores de engenho riquíssimos, como o brigadeiro Luiz Antônio de Souza e seu irmão Francisco Antônio. Não foi rápida a passagem da lavoura açucareira para a cafeeira, no distrito de Campinas. E, supomos que tal fato haja decorrido do temor que os agricultores tinham das guerras, então abundantíssimas no oeste de S. Paulo. Entre as primeiras lavouras da rubiácea locais, citam-se as do coronel Jeronimo Arnaldo Barreto de Camargo, seu genro Francisco Egidio de Souza Aranha e o cirurgião-mor Alvares Machado.

Na sua primeira viagem a S. Paulo, em 1818, viu Saint Hilaire, vindo de Goiaz e do Triângulo Mineiro, bastantes cafeeiros pelos sítios e chácaras dos arredores da cidade. E José Bonifácio, o Patriarca, em 1820 e em sua *Viagem Mineralógica*, anotava que no planalto piranhingano a gente cultivava muito os cafèzais.

Vindo de Minas pela garganta de Embaú e dirigindo-se a S. Paulo em 1822, notava Saint Hilaire que a cultura cafeeira estava em grande progresso, sobretudo em Banaual, Taubaté e Jacareí, muito embora o surto cafeeiro fluminense fosse muito mais vigoroso no distrito de Paraíba Nova, que assim se chamava o ocidente da capitania do Rio de Janeiro. Em 1814, o secretário do govêrno paulista, Manuel de Souza Cla-

[illegible], informava ao capitão-general que as vilas do norte e as da marinha da capitania plantavam muito café.

O ilustre W. von Eschwege, em 1818, publicou dados interessantes sôbre a exportação cafeeira paulista: 4 867 arrobas, em 1808 e 9 223, em 1813. Neste mesmo ano, Luiz d'Alincourt, indo de Santos a Cuiabá, não viu cafèzais em Campinas nem no oeste paulista. Em Campinas, trabalhava-se imenso, mas em açúcar.

E, em 1822, descrevendo as trinta e seis vilas da província paulopolitana, relatava Monsenhor Pizarro em suas *Memórias*, com especial destaque, a existência das lavouras do norte paulista, sobretudo de Jacareí e Lorena, Queluz e Ubatuba. Relativamente ao oeste, só quanto a Itú havia muito pequena referência.

Aires do Casal muito pouco diz do assunto. Nem sequer refere o início do surto do planalto paraibano. Apenas aponta a existência de cafèzais de certo vulto em Ubatuba.

As primeiras lavouras mineiras devem ter surgido nos últimos anos do século XVIII. Por volta de 1800, havia pequenos cafèzais no Triângulo Mineiro, afirmam as crônicas locais. Em 1809, era considerável a produção do Araxá. Segundo Daniel de Carvalho, documentos comprovam a existência de cafeeiros em quintais de Mariana, em 1780. John Mawe, em 1809, viu os Montiqueiros cafeeiros já antigos, assim como no S. João d'El Rei. O documento mais remoto de que temos notícia sôbre a exportação de café mineiro é o de Eschwege, que declara haver, em 1809, a capitania de Minas exportado 9 707 arrobas de café, das quais 9 256 oriundas das comarcas da Mata.

A essa altura onde a cultura da rubiácea teria de desenvolver-se de modo absolutamente notável, viria o café à Mata, pela sua maior proximidade do Rio de Janeiro, e nos municípios do sul de Paraíba, onde em breve Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguazes e Ubá seriam centros cafeeiros de maior importância. Outro grande núcleo seria o vale do Rio Preto.

Em suas viagens através pelo território mineiro, pouco ou nada Saint-Hilaire viu em matéria de cultura cafeeira. Em 1816, não se encontrou com uma única lavoura formada, e em apenas dois cafeeiros isolados, já não os em Rio Vermelho, no norte

de Minas, onde encontrou pequenos cafèzais, aliás muito viçosos. Quanto a Goiaz, de que também percorreu vastas áreas, disse o ilustre botânico que, em 1819, ali era muito recente a cultura do cafeeiro.

Santa Catarina foi o ponto extremo atingido pelo plantio da rubiácea, introduzida em 1786 por iniciativa oficial. Mandou o governador da capitania, Teixeira Ornan, plantar sementes de origem paulista, dizem certos autores, alguns de grande autoridade histórica, como Lucas Boiteux.

Mas Paulo de Brito, escrevendo em 1816, atribuiu tal plantio à iniciativa do governador José Pereira Pinto, que recebera sementes do vice-rei Luiz de Vasconcelos.

Segundo Paulo de Brito, em 1810, produziu o território catarinense 15 192 arrobas e, segundo Spix e Martius, em 1812, 12 592 arrobas. Em 1820, exportou o pôrto do Desterro, escreve Saint Hilaire, entre 400 e 500 arrobas. Lemos que, em 1822, escreve na capital catarinense, conta que nela não havia uma única hospedaria nem um único café público.

Nos primeiros anos apresentou-se o café brasileiro aos mercados muito mal beneficiado. O maquinário de que os primeiros lavradores lançaram mão era o mais primitivo. Começou pelo monjolo. Mas, em muitos distritos, era o café descascado pelos cascos dos bois, sôbre êle levados a plantar repetidamente.

Ninguém ignora que o monjolo é uma máquina hidráulica, rústica como nenhuma outra, cujo rendimento mecânico mal atinge quinze por cento do trabalho útil. Na antiguidade campineira apareceram os *monjolos de rabo*, cujo propulsor era animal, cavalo ou mula, que, movendo uma fronte horizontal em tôrno de eixo vertical, ia sucessivamente levantando e deixando cair as alavancas dos monjolos dispostos em círculo, e dotados de uma espécie de apêndice caudal, onde atritava a peça horizontal.

Estas elevações correspondiam a outras tantas pancadas da mão do monjolo sôbre o pilão, onde se achava o grão a descascar.

Mais tarde, talvez por volta de 1830, começou a divulgar-se no Brasil outra máquina de extrema rusticidade, o *ribes* ou

ripas, do norte de S. Paulo e do Rio de Janeiro, chamado *carretão* no oeste paulista.

Era a aplicação da galga no benefício do café, sendo êste colocado numa calha circular onde rodas imensas de madeira, movidas por juntas de bois, o atritavam de encontro às paredes do rêgo.

Com o correr do tempo, inventou-se o *carretão de roda de baixo*, movido por fôrça hidráulica, acionadora de um eixo horizontal terminado por um rodete, engranzado na roda dentada movimentadora do eixo vertical e impulsionadora, a seu turno, de grandes rodas descascadoras do café.

Mais recente, talvez, é a aplicação do engenho de pilões, tal qual o empregavam na mineração do ouro, ao benefício do café.

Em tôrno de enormes eixos horizontais de madeira de lei, munidos de azes, subiam e desciam duas, quatro e até doze mãos de pilão.

Como vimos, a lavoura de café antilhana precedeu de muito a brasileira. Assim, era de esperar que do Mar das Caraíbas e do Golfo do México viessem-nos os ensinamentos relativos ao benefício do gênero.

Foi por isto que Braz Veloso, em seus volumes sôbre a lavoura cafeeira, deu-se presa em fazer traduzir para o português os tratadistas franceses e inglêses, como Monnereau, Bryan Edwards, Moriny, etc., que haviam escrito sôbre a cultura de rubiáceas na América Central.

Ensinavam êles o que se fazia alí em matéria de plantio do cafeeiro, colheita e beneficiamento do café.

A tudo isto se entremeiavam conselhos relativos ao tratamento da escravatura, ao "mãos e pés dessa lavoura", como a propósito da cana de açúcar disse o bom Antonil.

CAPÍTULO III

O imenso incremento da cafeicultura sob D. João VI e a região fluminense. O surto cafeeiro de S. Paulo, lento mas constante. Apogeu da fase cafeeira na Província do Rio de Janeiro. Princípios do avantajamento da produção paulista.

Nos últimos anos de D. João VI tomou o plantio de café, na região fluminense, imenso incremento. Infelizmente, faltam os dados sôbre a exportação do Brasil, até 1817.

Autores vários afirmam coisas as mais diversas. Assim, dia Silva Caldeira que, em 1808, saíram do Rio de Janeiro 30 000 arrobas. Outros nos contam que, em 1812, só Santa Catarina exportou 12 592, ao passo que um autor reputado como Pôrto Alegre afirma que, em 1813, o Brasil exportou 85 arrobas!

De 1817 em diante, as cifras são contínuas e aceitáveis, embora discordantes, por vêzes imenso.

Citamos alguns dos dados alegados por diversas fontes (aproximadas).

Sendo a produção cafeo-fluminense, então, absolutamente

mínima em relação à exportada pela Guanabara, vamos nos reportar a esta:

Anos	Spix e Martius	Mons. Pizarro	Costa -Santos	Assoc. Com. do Rio	Walsh	Pôrto Alegre
1817	298 999	318 932	371 235	319 830	—	384 925
1818	246 135	371 345	371 235	371 235	371 072	321 605
1819	252 726	269 574	366 570	366 570	268 761	441 520
1820	—	539 000	487 500	487 500	465 945	487 400
1821	—	—	526 930	526 930	525 687	465 240
1822	—	—	760 240	760 240	759 947	489 901

Dava o café enormes proventos. Restituia fàcilmente aos seus cultores a integralização do seu capital inicial, em dez anos, afirmavam, em 1821, Hipólito Taunay e F. Denis. Segundo Horacio Say, subiu o arrôba de 4 000 réis, em 1817, a 5 700, em 1818, a 6 400, em 1820 e a 6 800, em 1821. Caiu bastante, em 1822: a 5 300, preço ainda assim sobremodo remunerador. Ia começar a era do apogeu financeiro da província fluminense, determinando enorme recrudescência do tráfico escravo africano, tal qual fizera, pouco mais de um século antes, a descoberta dos jazigos auríferos de Minas Gerais.

O oeste fluminense foi invadido pelo cafeal muito mais cedo do que o oriente.

Os grandes centros primitivos de cultura foram Vassouras, Piraí, Valença, Paraíba do Sul, S. João Marcos, Santa Maria e Rezende.

Em 1822, eram más as condições do erário do Brasil recém-independente, com uma receita de 3 802 contos e uma despesa de 4 702.

Os impostos arrecadados na região fluminense subiram a 6 580 contos; a imediata, a baiana, só produziu 1 644, vindo depois a pernambucana, com 1 436 e a maranhense, com 707. A enorme superioridade econômica do Rio de Janeiro provinha do surto cafeeiro. E êste surto se acentuaria cada vez mais, sobretudo depois da abertura das lavouras paulistas e das do resto da Província.

As mensagens dos primeiros presidentes fluminenses às assembléias provinciais, os futuros viscondes de Itaboraí, Uruguai, Souza França, o futuro marquês do Paraná, Diogo de Vas-

dos Viana, o futuro visconde de Sepetiba, assinalam eloqüentemente a preponderância do café na economia provincial.

A safra de 1836-1837 dera 2 321 710 arrobas e a de 1839-1840 quase o dôbro (4 547 312), chegando a de 1842-1843 a 4 804 813.

Havia muita dificuldade de comunicações, dada a aspereza do território sobremodo dobrado como é o fluminense. E as administrações provinciais punham todo o empenho em melhorar a viação, vencedora dos fortes aclives e resvaladouros serranos.

Nos govêrnos subseqüentes, por vêzes efêmeros, como o do visconde de Barbacena e o do Dr. Manuel de Jesus Valdetaro, mais tarde visconde dêste mesmo nome, no longo período do conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro) (1848-1853), entremeiado das vice-presidências de Domingos de Faro (visconde do Rio Bonito), prosseguiu a ascensão. Alcançou a colheita de 1845-1846 a 5 369 811 arrobas e a seguinte a 5 948 429.

A partir desta data, ainda muito mais altas cifras pautaram a exportação fluminense: 7 253 123, em 1847-1848; 8 041 011, em 1849-1850. As duas safras seguintes pouco decaíram: 7 836 357, em 1850-1851 e 7 535 844, em 1851-1852.

Braços e mais braços reclamavam o cafèzal, e êstes iam escasseando, notadamente, com a repressão do tráfico africano em 1851.

Sobremodo interessante o inquérito procedido, em 1856, pelo vice-presidente em exercício, conselheiro Antônio Nicolau Tolentino, sôbre as condições de trabalho agrícola nos diversos municípios da Província, versando preços de terras, preparação de terrenos lavrados em terra virgem, produção de café e cereais, valor dos gêneros produzidos, preço médio dos salários dos trabalhadores rurais e dos oficiais de ofício e custo da vida para os trabalhadores braçais.

De 1852-1853 a 1858-1859, a produção fluminense mantém uma média de quase oito milhões de arrobas (7 950 000) em seis safras, atingindo a um máximo de 9 369 107 em 1853-1854.

Assumiu o prestígio da Província no país; a sua presidên-

cia era considerada em todo o país como uma sétima pasta do ministério imperial.

À sua testa vêm-se, neste período, o glorioso Paranhos (visconde do Rio Branco), o Dr. João de Almeida Pereira Filho e Silveira da Mota (barão de Vila Franca).

Em 1859, eram estas as proporções da produção cafeeira no Brasil:

Safra	fluminense	78,41
"	paulista	12,13
"	mineira	7,78
"	espírito-santense . .	1,39
"	bahiana	0,26

O distrito da cidade do Rio de Janeiro, berço da grande cafeicultura nacional, é que vira a sua produção declinar rápidamente e, por assim dizer, desaparecer.

Em 1859, representava apenas três centésimos do total do Brasil.

Em 1860, terrível contratempo flagelaria os lavradores do Rio de Janeiro e de S. Paulo: o aparecimento de miríades de um microlepidóptero devorador da vestimenta dos cafeeiros, a *Elachista coffeella*.

Nesta ocasião, havendo cessado, por completo, o tráfico africano, mercê da energia da atuação benemérita de Eusébio de Queirós, apoiado pelo imperador, começou a desenhar-se um movimento de emigração de escravos do norte do país. Transportados para os cafèzais, vinham das canavieiras que se despovoavam, o que determinou por parte dos govêrnos das províncias açucareiras medidas coercivas, consistentes por grandes impostos sôbre a saída de cativos.

Dizia o presidente Oliveira Belo, em 1860, que, em média, valia um escravo válido 1:500$000 e uma escrava 1:300$000. Uma criança de três meses se vendia a 150$000, preços excessivos.

A praga da *borboletinha dos cafèzais*, *bicho de folha* ou *bicho do café*, produziu notável decréscimo da produção fluminense, como era de esperar. Caiu, em 1862, a 5.146.564 sacobas e no ano seguinte, a 4.869.152.

Mas, declinou assaz ràpidamente o surto do flagelo a que estudara, por ordem do govêrno imperial, uma comissão nomeada, em 1861, pelo ministro da Agricultura, conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, segundo titular da pasta recém-creada a 28 de julho de 1860.

Quatro homens de grande reputação de saber foram, então, convidados a emitir parecer sôbre tão grave acontecimento, que tão fundo golpeava a economia do Império: o conselheiro general Frederico Cesar Burlamaqui, o Dr. Francisco Bonifácio de Abreu (barão da Vila da Barra), Drs. Ezequiel Correia dos Santos e Francisco Gabriel da Rocha Freire, lentes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A esta comissão veio a presidir um dos homens mais notáveis, como cientista, do Brasil-Império, o ilustre botânico Francisco Freire Alemão.

No seu relatório, cheio de clareza e sensatez, identificou-se a larva devoradora da folhagem dos cafèzais. Era a *Elachista coffeela* que, em 1842, fizera enormes estragos nas Antilhas e fora estudada por Guérin e Ménéville, e vinha a ser a mesma *Comiostoma coffeellum, z.*

Depois de despir os cafèzais fluminenses, paulistas e mineiros, desapareceu a borboletinha, por assim dizer, e a produção fluminense retomou o seu ritmo. Mas, até 1869, não atingiu a cifra máxima anterior.

Caindo de 9 869 182 arrobas, em 1863, atingiu 9 308 654, em 1867, declinando para 8 936 247, em 1869 e 6 723 550, em 1870.

Em S. Paulo, o surto cafeeiro se processou, a princípio, muito mais modesto do que na região fluminense. As condições econômicas e climatéricas ali não eram tão favoráveis quanto as do Rio de Janeiro, beneficiado, além de tudo, pelas vantagens de ter a capital do país em seu território.

Pequena a produção paulista em 1825, apenas de 141 663 arrobas para um total do Brasil de 915 680 ou fôssem 15,25 por cento.

Nesta ocasião, o valor do café exportado pela Província

(250:782$) era muito menor do que o do açúcar (623:024$).

Os primeiros relatórios das presidências provinciais paulistas são sobremodo escassos, em matéria de dados cafeeiros. Quanto às estatísticas, apresentam-se da mais perfeita inópia. Em compensação, tratam longamente da questão da viação, capital para as terras do planalto, isoladas dos portos marítimos por alta serra, como parece inútil recordar.

Surge, porém, em 1838, uma fonte informativa magnífica, a obra do marechal Daniel Pedro Müller (1769-1842), o *Ensaio dum quadro estatístico da Província de S. Paulo*, um dos mais raros livros de toda a bibliografia nacional.

Fala-nos, assaz largamente, das condições da cafeicultura paulista, produção, preço de terras, cotações do gênero, etc.

Em 1836, o oeste paulista ainda produzia muito pouco, apenas 95 919 arrobas contra as 423 773 do norte da Província e as 84 864 do litoral, ou, ao todo, 584 516, o que correspondia a 13,5 da produção brasileira.

Dessa massa de café, Santos apenas exportava 76 536 arrobas.

A maior parte descia da serra a Jurumirim, Ubatuba e Paratí.

Os presidentes que administraram S. Paulo, de 1838 a 1855, bem poderiam ter deixado um documento de sua clarividência administrativa, mandando pôr em dia e publicar os dados resultantes dos ensinamentos de Daniel Pedro Müller.

Nabuco de Araujo, em 1852, apresentou um quadro muito lacunoso da produção açucareira e cafeeira. Avaliou a produção paulista, de grosso modo, em mais de dois milhões de arrobas, embora declarasse não ter dados sobre municípios de maior importância, como Bananal e Areias. O relatório de um dos seus sucessores, o conselheiro José Antonio Saraiva, traria dados incomparavelmente mais valiosos, os que provinham das informações do brigadeiro J. J. Machado de Oliveira. Em 1855, dizia êste presidente, a colheita paulista atingira 4 338 256 arrobas. Assim, em vinte anos, quase se tornara óctupla. Duas mil seiscentas e dezoito eram as fazendas de café e apenas 667 as de açúcar. Continuava a preponderância dos municípios do norte paulista, vindo Campinas em

quinto lugar e Limeira em nono, entre os treze municípios que produziam mais de cem mil arrobas.

Eram êles:

	(1854)	(1836)
Bananal	554 000	64 822
Taubaté	354 730	23 607
Pindamonhangaba..	350 000	62 628
Campinas	335 550	8 801
Jacareí	204 010	54 000
Queluz	200 000	—
Areias	186 094	102 797
Lorena	125 000	33 649
Limeira	121 800	—
Paraibuna	118 320	—
Vila Bela	112 500	10 289
Mogí das Cruzes ..	100 000	11 237
Guaratinguetá	100 885	22 442

Assim, a transformação das lavouras fôra, sobretudo, progressos em Campinas. Por esta época, havia municípios fluminenses que davam muito mais de um milhão de arrobas, como Vassouras.

Quase cinqüenta por cento do café paulista saía pelos portos fluminenses.

Nos relatórios dos presidentes paulistas, longas páginas se referem a verberar o atraso dos processos agrícolas vigentes então.

Sempre apontando à Assembléia Provincial o pujante surto da lavoura cafeeira de que provinham fartos lucros, falava em introduzir china em S. Paulo, a fim de melhorarem as condições do trabalho rural. A miragem teífera o perseguiu ainda, como a tantos outros dirigentes do Brasil, seus contemporâneos, muitos dêles portadores de pastas nos gabinetes imperiais.

Em 1840, encetavam em terra paulista a colonização particular, cabendo a grande glória desta iniciativa benemérita ao lúcido espírito filantrópico do Regente de 1831: Nicolau Vergueiro.

Importou o senador Vergueiro, em 1840, colonos portuguêses que localizou em seus cafèzais de Ibicaba, em Limeira. Mas, como a tentativa não desse resultados, recomeçou-a, em 1847, com colonos alemães.

Foi o primeiro ensaio de colonização européia, que tomaria tão notável vulto dentro em breve.

O vice-presidente paulista de 1856, Dr. Antônio Roberto de Almeida, anexou, ao seu relatório à Assembléia Provincial, excelentes observações da lavra do brigadeiro Machado de Oliveira, em que aparecem considerações interessantes sôbre a desigualdade de condições da lavoura cafeeira no norte e no oeste da Província. E, cuidava de uma questão sobremodo irritante, a dos impostos inter-provinciais, pendência mantida com a Província do Rio de Janeiro a propósito dos cafés paulistas embarcados em Paratí, Jurumirim, etc.

Esta questão era, aliás, muito menos ácida que outra absolutamente idêntica, cheia de episódios lamentáveis, entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Creava incidentes contínuos os mais desagradáveis, uma legislação abundante e desrespeitada a cada passo, cuja história minudente dará ao observador um cipoal verdadeiro, tão emmaranhado de avisos, decisões, convênios feitos e desfeitos verdadeiramente inacreditável.

Queixavam-se as Províncias do defraudamento das rendas, lançavam-se os seus govêrnos mùtuamente em rosto desagradáveis insinuações, senão acusações. Segundo uma e outra, acoroçoavam ambos o contrabando do café.

Não se dirá que tal questão se dirimia entre duas circunscrições do mesmo país, e sim se cuidava entre nações estrangeiras, cada qual defendendo mais ciosamente os seus interêsses fiscais!

E' realmente extraordinário que o governo imperial houvesse deixado eternizar-se tão irritante, absurda e inconveniente questão, que tanto cerrava os sentimentos regionalistas.

O que nos anais das Assembléias Provinciais fluminense, mineira e paulista, existe a respeito desta famosa questão *Guias*, sobretudo nos das duas primeiras, dá idéia do desperdício de tempo e de energia por ela causada. Nada mais estéril e deplorável, do que êste encarniçamento que se do-

cumenta por páginas e páginas das atas parlamentares e das mensagens presidenciais das Províncias.

Tal preponderância ia tomando o café na exportação paulista que, em 1857, num total de 10 376 contos de réis, já representava 82,5 por cento. O presidente, senador Fernandes Torres, em 1858, assinalava que nos últimos quatro anos crescera, consideràvelmente, a contribuição cafeeira. Em 1863, afirmava o presidente João J. de Mendonça, aumentara ainda a produção cafeeira, e notàvelmente, ao passo que como cessara a tradicional exportação paulista açucareira.

Fôra o território de S. Paulo assolado pelo *bicho do café,* a terrível borboletinha *Elachista coffeela*. Campinas sofrera muito, como, em 1865, observaria o visconde de Taunay ao passar por ali, embora já nesta época houvesse o flagelo desaparecido.

De 1859, existe mais uma estatística da produção paulista organizada pelo brigadeiro Machado de Oliveira, cheia de informes valiosos e variados. Observava o ilustre escritor que, infelizmente, perseveravam em tôda a Província os métodos os mais rotineiros e primitivos do beneficiamento do gênero. E, já em certas zonas do norte paulista eram evidentes os sinais do cansaço das lavouras.

Por tôda parte verificava-se a ausência das máquinas agrícolas, coisa que na Província do Rio de Janeiro não se verificava tanto.

Havia, também, geral e notável falta de braços.

Sob a presidência do conselheiro João da Silva Carrão (1865-1866), a ocorrência da Guerra do Paraguai veio perturbar, e muito, o desenvolvimento econômico da Província.

Expôs o presidente à Assembléia Provincial os seus pontos de vista sôbre a imigração, louvando muito a iniciativa dos fazendeiros que por sua conta procuravam obter colonos livres para os cafèzais. Referiu-se à excelente contribuição de imigrantes norte-americanos, que as contingências da terrível Guerra de Secessão fizeram emigrar para o Brasil. Augurava-se grande desenvolvimento dos resultados trazidos pela construção da primeira via férrea da Província, a linha da S. Paulo Railway, de S. Paulo a Jundiaí. Já Santos exportava um milhão de arrobas de café.

Avaliava-se a população paulista em 677 284 almas, em 1867.

De 1867 a 1868, governou S. Paulo o ilustre jurista Joaquim Saldanha Marinho, a cuja curta presidência assinalaram medidas de notável tino administrativo e descortino do futuro.

Coube-lhe influenciar notàvelmente o surto ferroviário, promovendo a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Navegação. Só no exercício de 1866-1867, dizia à Assembléia Provincial de S. Paulo, haviam saído de Santos 2 304 000 arrobas de café. Grande massa ainda se encaminhava para a Guanabara, graças ao avanço dos trilhos da Dom Pedro II e em detrimento da exportação dos portos do litoral norte paulista. As saídas por Ubatuba, Caraguatuba e S. Sebastião haviam sido de 345 642, 145 727 e 27 312 arrobas. Por Santos haviam partido 1 295 993.

Em 1869, assistia o novo presidente paulista, Dr. Antônio Cândido da Rocha, à entrega ao público do serviço regular da linha da S. Paulo Railway.

Em seus relatórios, deixou bem frisado o que era o progresso notável da Província, sob todos os aspectos.

Em 1870, sofreu a lavoura cafeeira paulista, que crescia vertiginosamente nas terras roxas ubérrimas do ocidente, terrível baque. Atolaram-se os lavradores em plantar cafèzais e mais cafèzais, ignorando os riscos das geadas. Sobreveio catastrófica geada naquele milésimo, matando milhões e milhões de cafeeiros. Mostrou-se, talvez, mais intensa do que o fenomeno de 1842, de que os velhos paulistas se lembravam assombrados, geada a que se seguira ininterrupta sêca, provocando imenso incêndio florestal, alastrado das margens do Atibaia às do Paraná, detendo-se aí graças ao fosso enorme constituido por êste gigantesco canal, mas depois de haver reduzido a cinzas muitas dezenas de milhares de quilômetros quadrados do *farwest* de S. Paulo, então completamente coberto de florestas virgens.

Crescia sempre a produção paulista. Passara de 2 304 000 arrobas, em 1866-1867, a 3 715 232 no ano seguinte, a 3 342 251 em 1869-1870. É o surto algodoeiro provincial determinado pela Guerra Civil norte-americana, embora já em

declínio, proporcionaria nas cinco safras últimas, a colheita de mais de dois milhões de arrobas da fibra da malvácea.

Nas presidências dos conselheiros Costa Pinto (1870-1871) e Costa Pereira (1871-1872), não esmoreceu o progresso paulista, reflexo do surto cafeeiro, mau grado as conseqüências do *geadão* de 1870.

Assinalaram, ambos êstes presidentes, quanto havia a maior carência de braços, ante a enorme extensão tomada pelo cultivo da rubiácea.

As estradas de ferro, vencidas as dificuldades de transposição da serra, encontravam terrenos onde o quilômetro construido saía muito mais barato do que nas terras acidentadíssimas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Trataram os dois presidentes, minudentemente, das questões imigratórias e da colonização de imigrantes livres europeus.

A safra de 1870-1871, prejudicadíssima pela descomunal geada, caíra a 2 270 608 arrobas. E as seguintes ainda se ressentiam muito das conseqüências do terrível fenômeno, sendo mais baixas ainda (2 023 025).

Demonstração mais palpável de quanto se tornara o café o elemento por excelência avassalador da economia paulista, dá-nos a contemplação dos quadros das rendas dos diversos municípios da Província e a posição relativa dos seus orçamentos, entre 1836 e 1870. E' interessante êste quadro, devido a Campos Aguirre. Em 1846 e 1856, tinha Ubatuba renda maior do que a de capital paulista! Em 1865, o mesmo se dava com Bananal.

CAPÍTULO IV

Avultamento da produção de Minas Gerais. Primórdios da cultura no Espírito Santo e na Bahia. A produção cearense. A miragem tenaz do chá. Informes dos ministros do Império e da Agricultura. O primeiro grande flagelador do cafèzal brasileiro, a "Elachista coffeela".

Na documentação presidencial mineira, as referências à cultura cafeeira mostram-se escassas. Em 1836, o Dr. Manuel Dias de Toledo, presidente da Província, refere-se à prodigiosa devastação e derrubada de matas provocadas pelo enorme incremento dos cafèzais na chamada Mata de Minas, onde os irmãos Francisco Leite Ribeiro e Custódio Ferreira Leite (futuro barão de Aiuruoca), pretendiam abrir uma estrada ligando as terras do Mar de Espanha às margens do Paraíba e à Mata.

O presidente de 1837, futuro visconde de Uberaba, apontava aos mineiros as vantagens da teicultura sôbre a cafeicultura. E isto, quando esta ia tomando imenso desenvolvimento. A exportação mineira passara de 9 739 arrobas, em 1818, a 153 000, em 1835.

Preconizava o engajamento de especialistas chineses para o incremento do plantio e preparo das fôlhas da tenstremiácea.

O presidente Bernardo Jacinto da Veiga em relatório à Assembléia Provincial, declarou que, em 1839, a exportação cafeeira de Minas fôra de 103 251 arrobas. Tratava-se de um ano de fallia, pois, em 1891, seu sucessor, o marechal Sebastião

Barreto Pereira Pinto, anunciava que a safra fôra de 243 473 arrobas.

O presidente Veiga referindo-se ao atraso dos métodos agrícolas mineiros, aventava a idéia de se mandar à Europa estudar, nas escolas agronômicas, alguns estudantes naturais da Província.

O general Andréa, futuro barão de Caçapava, presidente em 1843, lembrava a desfavorável situação geográfica de Minas, longe como se achava do litoral, sem se poder valer de um sistema de transportes, como seria êsse "meio espantoso" representado pelas vias férreas. Só mesmo gêneros de alto valor como o café, o fumo, o anil e as plantas medicinais, poderiam pagar as despesas do frete. Queria que a Província estabelecesse prêmios para a primeira fábrica de fiação de algodão digna dêste nome, e advogava a extravagante e irrealizável idéia de suprir a lavoura, muita falta de braços, com a introdução de africanos livres. Em 1844, fez Andréa largos elogios à teicultura e confessava que a Província não exportara, em 1843, uma única libra de chá, ao passo que remetera para o litoral 263 980 arrobas de café. Queixava-se o marechal da devastação das matas e dos impostos que os países estrangeiros gravavam os nossos produtos, levando os agricultores brasileiros a pouco lucrarem do seu trabalho árduo.

Os presidentes que imediatamente sucederam ao barão de Caçapava, continuaram a exaltar os méritos da lavoura do chá. Assim, o desembargador Quintiliano José da Silva, que governou a Província de 1845 a 1848, e o Dr. Sá Sousa, governador em 1851.

Lastimou êste último que o chá de Minas, o qual excluiria da Província o similar estrangeiro, não encontrasse grande acolhida no mercado do Rio de Janeiro.

O presidente de 1855, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, mais tarde senador, homem de belo inteligência, em sua mensagem anual, expôs os resultados do meritório sumário a que mandara proceder sôbre as condições da cultura cafeeira que se incrementava constantemente, apesar de dois grandes tropeços: a falta de braços e a deficiência dos meios de transporte, em virtude das péssimas estradas que ligavam o planalto ao litoral.

O Dr. Carlos Carneiro de Campos, futuro senador e visconde de Caravelas, presidente em 1858, contava à Assembléia que, em certos distritos da Mata crescia assombrosa-

mente a lavoura cafeeira, sobretudo em Leopoldina e Mar de Espanha.

O vice-presidente em exercício no ano de 1862, Dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro visconde de Ouro Preto, relatava, em 1862, que, nos últimos dez anos, haviam sido importadas em Minas 150 526 bestas de carga, indício seguro do desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Em 1861, inaugurava Dom Pedro II a famosa estrada carroçável, a *União e Indústria*, que, partindo da ponta dos trilhos da primeira via férrea do Brasil e segunda da América do Sul, a de Mauá à Raiz da Serra dos Órgãos, galgava esta última, e seguindo o curso do Piabanha atravessava o Paraíba para, depois, acompanhar o curso do Paraibuna até Juiz de Fora. Deveu-se êste notabilíssimo cometimento à lúcida energia de Mariano Procópio Ferreira Lage. Seria, com o seu ramal ao longo do Rio Preto, magnífico incitador da lavoura cafeeira.

Ainda em 1861, fazia a administração mineira grande alarde dos resultados obtidos com a vendagem do chá do Jardim Botânico de Ouro Preto: quinhentos mil réis!

Isto quando, em 1860-1861, Minas exportara mais de um milhão e trezentas mil arrobas de café, valendo mais de quatro mil contos de réis. Singular persistência!

O presidente de 1870, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, apresentou à Assembléia graves deficiências da administração provincial, sobretudo quanto à estatística. Em consciência, não podia o govêrno mineiro afirmar, com segurança, qual fôsse a importância anual dos dois grandes produtos provinciais exportados, o café e o fumo.

No volume *Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil*, publicação oficial da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, existe um quadro organizado pelo Dr. Aristóteles Alvim sôbre a exportação cafeeira de Minas.

As suas cifras estão, porém, a cada passo em desacôrdo com as dos govêrnos mineiros, por cujos registros passava todo o café mineiro.

Em vêzes, há divergências enormes entre os números do Dr. Alvim e os que se vêm, por exemplo, no pormenorizado relatório do Visconde do Rio Bonito, em 1851.

No período de 1838-1839 a 1850-1851, são êstes os dados:

Dr. Alvim: 4 417 074.

Visconde do Rio Bonito: 5 438 801.

No de 1852-1853 a 1858-1859, a diferença é muito menor de que as 1 011 777 arrobas acima apontadas; apenas 54 980 arrobas.

Dr. Alvim	5 476 187
Relatórios fluminenses	5 531 1[illegible]5

Entre 1859-1860 a 1871-1872, o cômputo do Dr. Alvim sobrepuja o dos relatórios presidenciais fluminenses:

Dr. Alvim	20 545 867
Relatórios fluminenses	19 368 827

Donde uma diferença de 1 177 040 arrobas. Verdade é que, neste período, já algum café mineiro (embora muito pouco) deixava de passar pelos registros fluminenses.

Escrevendo no mesmo volume em que há a contribuição do Dr. Aristóteles Alvim, estampa o Dr. Sócrates Alvim um estudo de sua lavra sôbre o desenvolvimento da produção cafeeira de Minas. Apresenta dados que estão por vêzes, em grande discordância com os do seu homônimo e os dos presidentes fluminenses.

Assim:

	Dr. A. Alvim	Dr. S. Alvim	V. do Rio Bonito
1847-1848	[illegible] 000	745 [illegible]	[illegible]
1850-1851	900 597	900 597	5[illegible]

Muita razão cabia, pois, ao presidente Sá e Benevides, apontando as graves falhas das estatísticas mineiras!

Viajando pelo sul do Espírito Santo, não viu Saint Hilaire, em 1818, cafèzais em parte alguma. Em 1825, Braz Rubim recomendava o plantio da rubiácea às vilas do norte do Rio Doce e o do trigo às do sul. O açúcar era o grande gênero da pequena Província, que tão pouco povoada ainda era. A exportação do café espírito-santense atingiu a insignificante cifra de 448 arrobas, em 1839, e 368, em 1842.

Mas, já em 1847, era de 28 848.

Nos mais antigos relatórios presidenciais da Província, as referências ao café vêm a ser pràticamente nulas. O de 1844 computava a população espírito-santense em 43 115 almas,

apenas. Em 1849, sairam da Província 22 985 arrobas e, em 1850, não mais de 14 346. Mas, em 1851, dizia o presidente, conselheiro Nascentes de Azambuja, que as lavouras já se mostravam extensas e muito rendosas, sendo a produção cafeeira dêste milésimo de 83 641 arrobas, das quais 26 160 de Vitória, 24 050 de Barra de S. Mateus, 18 600 de Itapemirim, 7 900 da cidade de S. Mateus e 6 150 de Benevente. Havia, no Espírito Santo, 252 propriedades cafeeiras com 3 171 escravos e 222 trabalhadores livres.

O presidente Azambuja, em 1852, recordava que a lavoura da rubiácea naquele Estado era praticada com o maior empirismo e atraso. Não se desenvolvia por falta do braço escravo, falta aliás enorme.

O presidente, Dr. Evaristo Ladislau da Silva, notava que a velha agricultura canavieira estava sendo abandonada pela nova, a cafeeira. Mas, no Espírito Santo, o café não era bem tratado e não alcançava preços remuneradores.

O vice-presidente, barão de Itapemirim (Joaquim Marcelino da Silva Lima), paulista, afazendado com grandes lavouras no sul da Província, aduziu à Assembléia, em 1857, um quadro das produções cafeeira e canavieira, no último triênio, mostrando quanto a primeira suplantava a segunda:

1853 — 86 729 arrobas de café e 73 870 de açúcar
1854 — 117 179 " " " " 97 297 " "
1855 — 117 178 " " " " 20 896 " "

A produção cafeeira de 1857 ainda se avantajaria, documenta o relatório vice-presidencial do com. José F. de Andrade Almeida Monjardim. Atingiu a 153 883 arrobas, quando de açúcar só se haviam fabricado arrobas 24,474.

O relatório de 1859 do presidente seguinte, o Dr. Pedro Leão Veloso, futuro senador do Império, traz uma estatística da produção cafeeira espírito-santense de 1845 a 1858, cujos dados, por vêzes, diverg em muito dos relatórios de seus antecessores.

A seu ver, a produção da Província, no hexênio de 1845 a 1850, fôra de 469 270 arrobas, no qüinqüênio de 1851-1855, de 517 790; em 1856, de 198 694; em 1857, de 153 883 e, em 1858, de 151 237, ou um total de 507 074 arrobas, dados que documentavam o enorme incremento da indústria cafeeira.

Considerações preciosas deixou o presidente Leão Veloso em sua mensagem.

Os grandes lucros da lavoura da rubiácea produzira, na Província, "verdadeira febre de plantar café". Entendia-se que o deslocamento das atenções da cana para o café, longe de ser um mal, constituia benefício. A lavoura canavieira era muito mais pesada do que a cafeeira e à Província faltavam imenso os braços, sobretudo depois da cessação do tráfico.

O Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, futuro conselheiro, presidente em 1861, frisava que continuava ardente o surto cafeeiro. Produzira o Espírito Santo:

1859 — 136 102 arrobas de café e 39 822 de açúcar
1860 — 202 117 " " " " 29 450 " "

Crescia a lavoura da rubiácea, notàvelmente, mas a prática da cultura cafeeira era ainda a mais rotineira.

Em 1861, subiu a 223 890 arrobas a contribuição espírito-santense e, em 1862, a 229 447. O Presidente Costa Pereira lembrou o terreno perdido pela produção açucareira provincial:

1844 — 324 308 arrobas —
1849 — 184 232 " 57 363 arrobas
1854 — 97 297 " 117 170 "
1859 — 39 822 " 186 103 "
1862 — 30 053 " 223 482 "

O presidente, Dr. Antônio Dias Paes Leme, em 1870, preconizava a volta à lavoura canavieira, embora a produção cafeeira espírito-santense houvesse crescido muito, pois neste milésimo chegara a 525 432 arrobas, como declarava o presidente Ferreira Coelho, autor de verdadeira objurgatória contra os métodos agrícolas espírito-santenses. Possuidores de lavradores da Província, com raríssimas exceções, a empregar processos inteiramente desprezados pelos países mais civilizados.

Na zona sul espírito-santense avantajava-se, notàvelmente, pela sua produção, o distrito de Itapemirim, com as suas terras do Cachoeiro e adjacências.

Chegara a assumir a importância dos grandes municípios fluminenses.

Nesta zona se destacava, e muito, aquêle que foi o maior fazendeiro espírito-santense no primeiro meio século da era imperial, Joaquim Marcellino da Silva Lima, barão de Itapemirim. Paulista, transferira a sede de sua atividade extraordi-

nária ao Espírito Santo, afazendando-se, em 1802, em Benevente, onde teve grande engenho açucareiro. Ao falecer, em 1860, octogenário, possuia, em numerosas propriedades, muito grandes lavouras de café, sem haver, contudo, abandonado a indústria açucareira. Destacava-se, entre as suas propriedades, a grande fazenda do Muquí, onde construira vasta sede luxuosamente ornamentada, a cavaleiro do rio Itapemirim.

Já vimos quais foram os primórdios da lavoura baiana. A partir de 1824, os primeiros relatórios dos presidentes da Província da Bahia são, por largo prazo, falhos de qualquer informação sôbre cafeicultura. A indústria canavieira, quase tri-secular, era o que preocupava os presidentes e legisladores baianos. Em 1842, o presidente Vasconcelos (visconde de Mont Serrat) recordava que, em Caravelas, uma colônia alemã e suiça exportara, em 1836, vinte e sete mil arrobas de café e, em 1847, mais de 35 mil.

Reinava em tôda a Bahia grande carência de trabalhadores rurais. As mensagens falam-nos na decadência da produção do excelente fumo baiano, por falta de conveniente preparo. E os poderes provinciais queixavam-se, imenso, da falta de imigração estrangeira.

O barão de Cotegipe, em 1844, queria que a Província contratasse técnicos para a melhoria do preparo do açúcar, fumo e café. Em 1846, o conselheiro Dr. Antônio Inácio de Azevedo punha em destaque o grande futuro do café, pelo aumento do consumo nos Estados Unidos, e dizia que as lavouras cresciam em Caravelas, Ilhéus, Camamú, Boipeba, Valença e Cachoeira. Neste último município destacava-se, notoriamente, o fazendeiro Gibaú.

Nos relatórios do conselheiro Francisco Gonçalves Martins (visconde de S. Lourenço), presidente de 1848 a 1852, nada se lê sôbre o café. A safra de 1850-1851 atingira 160.221 arrobas.

No visconde de S. Lourenço sucedeu o ilustre João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe (em 1860). Seus relatórios estão cheios de informes sôbre a situação agrícola da Província, onde se desenhava grande corrente imigratória para os cafezais do sul.

Cheios de dados estatísticos sôbre a produção provincial, nêles encontramos os seguintes dados cafeeiros:

Safras	de	1851-1852	— arrobas	123 106
"	"	1852-1853	— "	134 410
"	"	1853-1854	— "	93 252
"	"	1854-1855	— "	147 557

Em alguns municípios crescia bastante a indústria cafeeira, como, por exemplo, em Viçosa.

No relatório do sucessor de Cotegipe o Dr. Alvaro T. de Moncorvo Lima, foram estas cifras corrigidas e notàvelmente majoradas: 110 940 para 1853-1854 e 266 634 para a safra seguinte!

Ao Dr. Moncorvo Lima sucedeu um dos mais operosos estadistas do Império, o futuro visconde de Sinimbú, que em suas mensagens arrolou os seguintes dados:

Safras	de	1855-1856	— arrobas	293 477
"	"	1856-1857	— "	295 965

Continuava Cantagalo a ser o mais importante núcleo cafeeiro baiano, seguindo-se-lhe Nazaré e Maragogipe.

Os dados de Sinimbú são os primeiros que discriminam produção e exportação.

Safras	Produção	Exportação	Preços médios p/arr.
1854-1855	290 529	266 634	3 869 rs.
1855-1856	293 477	264 569	4 140 "
1856-1857	295 525	273 781	4 569 "

O Dr. Hercolano Ferreira Pena, mais tarde senador pelo Amazonas, presidente em 1860, deu em seu relatório dados em desacôrdo com os dos seus antecessores:

1854-1855	—	arrobas	289 910
1855-1856	—	"	203 510
1856-1857	—	"	289 994

E para as duas últimas safras, em 1857-1858 arrobas 252 174, e, em 1858-1859, arrobas 242 597.

O vice-presidente, Dr. José Augusto Chaves, em 1861, assinalou quanto era assustador o despovoamento das lavouras canavieiras, com o êxodo dos escravos para o sul.

Em 1862, o presidente Joaquim Antão Fernandes de Leão, em sua mensagem anual, anotava os seguintes dados para as diversas safras: 1857-1858, arrobas 245 855; 1858-1859, arr. 233 917; 1859-1860, arr. 195 648; 1860-1861, arr. 198 303. Grave a crise que assoberbava a Província, afirmava o delegado imperial.

Em 1863, o novo presidente, conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, atribuindo à colheita de 1861-1862, arr. 198 316, afiançava que a safra seguinte fôra a maior que a Bahia até então produzira — 286 167, o que seria desmentido pelos seus antecessores, pois em 1854, 1855 e 1856, os relatórios de Sureiva denunciam maiores colheitas. Dizia Sá e Albuquerque que o principal óbice ao progresso baiano provinha, não tanto de falta de braços, como da de capital e crédito agrícola.

Os relatórios seguintes, os do conselheiro Dantas (1866), desembargador Leitão da Cunha (barão de Mamoré), em 1867, Dr. João Ferreira de Moura e José Bonifácio Nascentes de Azambuja, pouco falam de café. Muito preocupava a êstes presidentes o flagelo que, então, assolava os canaviais.

Deixou Dantas a grande fazenda cafeeira de Vitória, em Ilhéus. Em 1868, volta a presidir a Província o conselheiro Gonçalves Martins, já agora barão de São Lourenço. No seu relatório de 1869, se informa que a safra de 1867-1868 fôra a maior até então obtida na Bahia — 439 600 arrobas. Governou São Lourenço até novembro de 1871, e na sua gestão as safras continuaram vultosas, como demonstram os seguintes dados: 1868-1869, arr. 386 924; 1869-1870, arr. 399 407, embora na colheita seguinte imediata baixasse muito: 336 907.

Grave crise agrícola prejudicava a economia provincial, embora houvesse decrescido de intensidade o flagelo dos canaviais. Mas o fumo andava muito desvalorizado e os cereais também. O presidente Freitas Henriques, em 1874, observava judiciosamente que a produção do café jamais estacionara.

No Pará, durante o século XIX, declinou a produção cafeeira progressivamente, a tanto que chegou a desaparecer pràticamente. Já em 1862, a Província não produzia o necessário ao seu consumo interno, sendo abastecida pelo Ceará e pela Ba-

hia com 20 000 arrobas. Em 1870, escreve Manuel Barata, estava completamente extinta a cultura. O avassalamento de tôdas as atividades pela borracha tornara-se integral.

Do Maranhão, também, desapareceu a cafeicultura que, aliás, jamais ali fôra extensa. Assim mesmo, na Ilha de S. Luiz colhiam-se, pelos meados do século, algum café para o consumo local.

No Ceará, foi sempre pequena a produção. Cresceu bastante entre 1846 e 1868, declinando depois. Exportou a Província, em 1857-1858, arr. 34 062; em 1861-1862, arr. 187 402; em 1865-1866, arr. 72 823; em 1867-1868, arr. 120 832; para cair, em 1871-1872, a 20 926. O Pará, o Maranhão e Pernambuco, comprovam tôdas as sobras do consumo interno provincial. O presidente, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo, em 1852, predizia grande futuro à lavoura cafeeira cearense, que se ia alastrando pelas abas das principais serras: Baturité, Maranguape, Aratanha, Ibiapaba, Meruoca, Araripe, etc.

E' nos relatórios dos ministros do Império que devemos procurar os primeiros informes sôbre os problemas agrícolas do Brasil, nas primeiras quatro décadas de nossa vida de Nação.

Nos mais antigos são, sobremodo, escassos os dados e respeito de tão importantes problemas.

A miragem rendosa do chá, herdada dos anos coloniais e das medidas de Dom João VI, em princípios do século, perseguiu os nossos Secretários de Estado.

Em face do insucesso surto cafeeiro, mantinham-se os ministros mudos, acenando aos agricultores com as esperanças da teicultura. Até um homem do altaneiro espírito de Bernardo de Vasconcellos, em 1838, expendia considerações obscuras sôbre o futuro miraculoso do chá, ao seu ver capaz de desbancar o congênere indiano, no próprio mercado de Londres! E' que, com certeza, preocupado com as questões políticas gravíssimas da época, limitou-se Vasconcellos a assinar sem ler atentamente, o que o diretor geral de sua secretaria lhe apresentou em relatório. Em 1841, era Araujo Viana quem seguia a corrente desta mesma ordem de idéias, a queixar-se que, para o seu relatório anual, haviam faltado, por completo, informações a respeito do estado da agricultura nas diversas Províncias.

Apenas podia relatar que no Ceará progredia a cultura

cafeeira! Em 1848, Almeida Tôrres comungava nas mesmas idéias. Chamava, fortemente, a atenção do Parlamento para as vantagens da teicultura. E logo depois, em 1849, era Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), grande fazendeiro em Piracicaba, embora de cana, testemunha ocular, portanto, do notabilíssimo surto da cultura cafeeira paulista, quem, a propósito de café, silenciava, preconizando o chá. No relatório de 1850, apontava o fato de haver, em S. Paulo, quem colhesse por ano 200 e até 300 arrobas de chá. Isto, quando de café as havia de dez e vinte mil, seguramente. Em 1851, dizia Monte Alegre, presidente do Conselho, que o chá brasileiro poderia nos Estados Unidos alcançar bom mercado.

Mas, era preciso que fôsse preto, pois o verde tinha poucos apreciadores. Em 1852, no seu último relatório ao Parlamento, afirmava Costa Carvalho que a agricultura brasileira vivia num estado da mais absoluta primitividade de processos.

Seu sucessor na pasta do Império, o baiano visconde de São Lourenço, não tratou do café e sim, sobretudo, das condições da lavoura canavieira. À indústria açucareira do Brasil ameaçavam os mais graves riscos, não só pelo seu retrocesso como pelos progressos enormes que ia alcançando a dos estrangeiros.

Em 1853, era presidente do Conselho o marquês do Paraná, cujo colega na pasta do Império vinha a ser o visconde do Bom Retiro, então presidente da Província do Rio de Janeiro, reduto essencial da cafeicultura do país. Contentava-se Couto Ferraz em lembrar que, na Província, existiam alguns senhores de engenho de açúcar e fazendeiros de café, introduzindo em seus estabelecimentos "importantíssimas máquinas das mais modernas", mas que êstes exemplos ainda não haviam sido seguidos em larga escala, como tanto seria desejável.

Em 1859, Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império do gabinete Abaeté, notava no Parlamento que havia muita falta de braços rurais no país, o que apenas se refletia sôbre o desenvolvimento da lavoura cafeeira. A canavieira é que se mantinha em estado efetivo. Chegara a uma fase de quase ruína, com o canavial dizimado e praguejado.

Mandara o govêrno imperial um agente arranjar mudas de cana em Maurícius, Bourbon e na Índia. E êste trouxera muitas e variadas de café Moca, Bourbon, etc.

Ano a ano, repetiam os ministros a mesma coisa: falta de braços e crédito agrícola, lavradores devorados pela usura

dos capitalistas, necessidade de imigração e colonização, métodos agrícolas rotineiros, carência de ensino técnico e estabelecimentos bancários financiadores da produção e contínua depressão do único gênero de exportação que fôra, outrora, o esteio do comércio internacional do Brasil: o açúcar.

Que seria do Brasil nessa larga série de anos, se não tivesse tido o café a pesar em sua balança comercial? Como poderia conseguir câmbio, sem a contribuição dos frutos da rubiácea?

No Império, mais do que em qualquer outra fase de sua vida, contou o Brasil com um esteio econômico fundamental e êste foi o café.

Por volta de 1860, dissipou-se a miragem brasileira do chá creada por D. João VI, com a sua plantação do Jardim Botânico por chinas especialmente engajados para tal fim.

O grande argumento dos apregoadores da cultura era que, sob pequeno volume e pêso, valia muito mais do que qualquer outro gênero. Teve ela grandes entusiastas como, no Rio de Janeiro, o ilustre botânico Frei Leandro do Sacramento, e, em São Paulo, o marechal Arouche.

Quando, em 1825, o Rio de Janeiro já exportava um milhão de arrobas de café, vivia Frei Leandro a apregoar que a cultura do chá era mais próspera no clima fluminense do que na própria China. E o marechal, em 1834, procurava desviar do café os seus comprovincianos, a pretexto que o chá decorria de produção menos laboriosa e dispendiosa.

Em S. Paulo, era mais aceitável o conselho, pois ocorriam, seguidamente, as geadas arrasadoras dos cafezais, como em 1840, 1841 e 1842, sendo que esta última chegara a ser catastrófica.

Mas o norte da Província, até Jacareí, pouco sofria abrigido, muito pouco.

Assim, em Campinas, depois de 1842, diversos fazendeiros desesperados com a ruína de seus cafezais, haviam decidido dedicar-se ao chá. Mas não tardaria que, antes, se demonstrasse necessário, por completo, a ilusão de que tal lavoura seria rendosa.

Com o desflorestamento, diminuiria a frequência das grandes geadas e o cafeeiro triunfaria triunfante, colonizando, dentro em breve, áreas imensas do oeste paulista.

Com a lei n.º 1 607, de 28 de julho de 1860, criara-se nova pasta no gabinete imperial, a da Agricultura, Comércio

e Obras Públicas, abrangendo numerosos serviços, até então dependentes da pasta do Império.

O primeiro titular da nova Secretaria de Estado veio a ser o almirante Joaquim José Inácio, futuro visconde de Inhaúma, cuja permanência foi curtíssima, de 2 de março a 21 de abril de 1861, no gabinete de 2 de março dêste ano, presidido pelo grande Caxias.

Substituido pelo conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, foi êste senador quem, a 3 de maio seguinte, apontou à Câmara o grave fato que ocorria nos cafèzais brasileiros, devastados pela larva da borboletinha do café, a *Elachista coffeela*, de que já falamos.

Referiu-se à comissão nomeada pelo govêrno imperial para combater o flagelo, presidida pelo sábio Freire Alemão, comissão de que já tivemos o ensejo de falar.

Já indicara ela aos fazendeiros diversas medidas, que reputava capazes de combater a infestação pelo terrível microlepidóptero.

Desanimados e certos da gravidade do ataque, voltavam-se os lavradores para outra cultura compensadora dos prejuizos sofridos; e muitos se haviam fixado na do algodão.

Não era nada animador o panorama econômico do Império: cafèzais infestados, com notável decréscimo de produção, preços muito baixos do açúcar, falta, grande falta de trabalhadores rurais.

Em 1861, o general Pedro de Alcântara Bellegarde, novo ministro da Agricultura, emitia conceitos muito mais animadores. Se não lhe era permitido ainda, comunicar ao Parlamento que a praga dos cafèzais desaparecera, podia asseverar, contudo, que se achava no mais franco declínio. Esperava-se o restabelecimento da normalidade das colheitas.

Mas, a lavoura cafeeira precisava de alento. Não era só a *Elachista* a causa do seu perecimento. Conviria, como preconizava Freire Alemão, introduzir nos cafèzais mudas das [illegible] espécies capazes de lhes infundir seiva nova e [illegible].

Tambem no Ceará se verificara a existência de uma praga, mas sem de pouco monta. Não era, porém, a mesma dos cafèzais do sul.

Em 1864, já não se falava mais da *Elachista* e seus malefícios. Em 1865, o ministro conselheiro Jesuino Marcondes batia, novamente, na tecla da falta de organização bancária financiadora dos lavradores. Felizmente se fizera a reforma do sistema hipotecário do país, primeiro passo para a introdução do crédito territorial.

Além desta grande medida, outras convinha estabelecer: a creação de bancos rurais e escolas agrícolas, primárias e secundárias, o incentivo da importação de maquinário agrícola e a melhoria das vias de comunicação. Isto, sem esquecer a propaganda, pelo universo, em prol do café brasileiro. A tal propósito, falava o ministro dos esforços do Sr. Debbané, cônsul honorário do Brasil em Alexandria, para a aquisição de boas sementes de café arábico, destinadas à melhoria das lavouras do Brasil.

O ministro de 1866, conselheiro Paula Souza, paulista, pertencente a uma família de grandes lavradores de café, tratou largamente da cultura da rubiácea, lembrando o enorme impulso que vinha tomando na província, com terras fertilíssimas de oeste, onde iam surgindo as lavouras, sobremodo produtivas, e as vilas e povoados que a elas circundavam. Em alguns lugares, até havia cidades como que brotadas do solo, como no caso de São Carlos do Pinhal.

Crescera imenso os cafèzais. Antes de dez anos daria a zona, com certeza, dez milhões de arrobas. Assinalava o ministro a circunstância do êxodo notável de escravos, das províncias do norte para as do sul. Dos canaviais arrebatavam os cafèzais braços e mais braços. Assim, se despovoava o Ceará, por exemplo, de sua população servil.

Ao relatório de Paula Souza acostam-se numerosos dados estatísticos. Copiemos os que dizem respeito aos qüinqüênios cafeeiros em suas médias, o que dá clara idéia do imenso progresso da cultura da rubiácea no Brasil:

Médias qüinqüenais	Arrobas exportadas
1834-1835 a 1838-1839	3 676 355
1839-1840 a 1843-1844	5 693 032
1844-1845 a 1848-1849	8 223 952
1849-1850 a 1853-1854	8 850 182
1854-1859 a 1858-1859	11 718 538
1859-1860 a 1863-1864	10 310 489

BIBLIO

Demonstram estas cifras que, quando cessada a importação africana, nem por isso se afrouxara a exportação cafeeira Pelo contrário, no quinto qüinqüênio crescera notàvelmente, e se no sexto ocorrera o decréscimo, muito se devera êle ao flagelo dos cafèzais pela *Elachista*. Entre 1834-1835 e 1863-1864, a produção cafeeira do Brasil aumentara de 280,72 por cento! Para a colheita de 1866-1867 chegaria a 403 por cento, havendo saído do país 13 062 319 arrobas, no valor oficial de 69 810 contos de réis, segundo o relatório do então ministro da Agricultura, conselheiro Manuel P. de Souza Dantas.

CAPÍTULO V

O café e as finanças do Brasil. A importância da contribuição crescente da produção cafeeira na economia nacional e no primeiro cinqüentenário imperial. Recrudescência do tráfico africano, provocada pelo café. A condição da escravatura nas fazendas. Depoimentos vários.

Ao proclamar D. Pedro I a independência do Brasil, estava o Tesouro Nacional em muito más condições. Desde alguns anos, aliás, que se haviam verificado tais dificuldades, graças aos excessivos gastos das guerras de D. João VI no Prata, donde provinha notável baixa cambial.

Nesse época, havia já a maior preponderância econômico-financeira da região fluminense sôbre as demais zonas do país. Em 1823, a receita percebida na província do Rio de Janeiro era de 6 580 contos, seguindo-se-lhe a da Bahia com 1 044, Pernambuco com 1 436, Maranhão com 767 e S. Paulo apenas arrecadava 278.

Os atos agitados do reinado de D. Pedro I produziram o aniquilamento dos meios financeiros do país.

No triênio de 1824-1826, foi o deficit de 11 917 contos de réis.

Já em 1811, cometera D. João VI o êrro de alterar o valor da moedagem de prata, e em 1819, viria o Brasil, pela primeira vez, o papel-moeda com curso forçado. Em fins de 1824, devia o Tesouro Nacional vinte mil contos, quantia enorme para o tempo e os recursos do país. Começavam os empréstimos internos a cobrir os deficits orçamentários.

As despesas com a guerra da Independência, a indenização paga a Portugal e pouco depois os gastos com a guerra da Cisplatina, vieram aumentar, notàvelmente, o desequilíbrio financeiro da nova nação. Nos nove exercícios de D. Pedro I, grandes cunhagens de moedas de cobre se fizeram e vultosas emissões de apólices. Dos 88 mil contos da receita arrecadada, 30 000 eram provenientes do líquido dos empréstimos externos.

Crescia, feliz e notàvelmente, a nova indústria extrativa da economia nacional, a do café. Exportadas 97 981 sacas de cinco arrobas, em 1822, vira-se êste número elevado a 280 331, em 1827 e a 549 427, em 1831. Passara sua produção, portanto, a ser quase cinco vêzes maior.

Em seu excelente ensaio — *História das relações comerciais entre a França e o Brasil*, calculava Horácio Say que, em 1830, teria o Brasil três milhões de habitantes livres e dois de escravos. Cabia à região fluminense 320 000 habitantes, à mineira 600 000, a S. Paulo 270 000, à Bahia e Pernambuco 400 000, a cada uma destas províncias. A superioridade das rendas do Rio de Janeiro era, então, enorme sôbre as das demais províncias: 17$, por habitante, para o Rio de Janeiro, 5$990 para a Bahia, 1$870 para o Maranhão, 3$780 para o Rio Grande do Sul, 3$490 para Pernambuco, 5$269 para Minas Gerais e 4$908 para S. Paulo. Há aí a notar, ainda, que a taxação não seria uniforme para todo o Brasil. E, ainda se a considerar a evasão das rendas que, em algumas províncias, se mostrava muito considerável. Mas, de modo geral, se evidencia a superioridade econômico-financeira do Rio de Janeiro e sua província, destaque dado pelo café, quase exclusivamente.

O câmbio sôbre Londres que, em julho de 1812, era de 49 d. por mil réis, chegara, quatro anos mais tarde, a atingir 53 com a entrada do ouro inglês. Mas, daí em diante, decaíra progressivamente, chegando a 20½ d, em janeiro de 1831. Entre 1822 e 1831, a arroba de café viera de 2 600 a 2 900 réis, em janeiro de 1827, mas recuperara algum terreno, chegando a 3 500, em janeiro de 1831. O açúcar é que tivera alta de 2 600, em 1822, a 2 900, em 1824, a 3 000, em 1829 e 3 500, em 1831.

Corria muito má a situação financeira do país em abril de 1831, com os seus 51 000 contos de dívida interna e

£ 6 255 000 de dívida externa, ou fôsse um total de 88 350 contos de réis para uma receita de pouco mais de quinze mil contos de réis.

E isto, quando o país estava muito longe de se achar pacificado. Com efeito, não tardaria a reinar a era da desordem, trazida pelas competições políticas na própria capital do Império, e depois as graves revoltas do Pará, do Maranhão, da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Exigiria o restabelecimento da ordem grandes despesas, que se refletiam poderosamente nos deficits dos orçamentos gerais.

Grande obra de reconstrução, prudência e energia fizeram os govêrnos regenciais, comprimindo as despesas do modo mais forte. Os nove exercícios de 1831-1832 a 1839-1840, acusaram 133 695 contos de receitas e 144 292 de despesas, dando um deficit de apenas 10 633 contos de réis, ou fôsse uma média anual de 1 191 contos. Verdade é que se fizera uma emissão contemporânea de 18 968 contos de papel-moeda e 15 779 de apólices, além de um empréstimo de £ 312 500 ou 2 500 contos de réis. Mas, estas operações complementares não haviam repercutido desfavorávelmente de todo sôbre a economia do país, nem sôbre a sua situação no mercado financeiro internacional. Seguro reflexo de tal situação, vinham a ser as médias cambiais (20 d. por mil réis, em abril de 1831; 30 d., um ano mais tarde, 36 d., em janeiro de 1835; 40 d., no ano seguinte).

A *Sabinada* e a *Guerra dos Farrapos* não prejudicaram a situação cambial — 27 d., em julho de 1838, para atingir 30 d., em abril de 1839 e quase 31, em meiados de 1840.

Ao café se deve o concurso do empréstimo de energias em favor do restabelecimento da saúde financeira e econômica do Brasil. Cresceu, extraordinàriamente, a sua produção. Fôra, em 1831, de 549 477 sacas de cinco arrobas, para chegar a 791 394 em 1835; a 974 142, em 1838 e a 1 009 723, em 1839.

Vejam-se o quadro das médias qüinqüenais:

1821-1825	487 594	sacas de 5 arrobas
1826-1830	1 618 202	" " " "
1831-1835	1 304 312	" " " "
1836-1840	1 623 345	" " " "

Os totais decenais teriam sido:

1821-1830, 3 178 000 sacas valendo 45 301 contos de réis ou £ 7 189 000 e 1831-1840, 9 744 000 sacas valendo 152 429 contos de réis ou £ 21 529 000.

O valor da saca havia sido, em média decenal, de 1821 a 1830, de 14$257 ou £ 2,26 e de 1831 a 1840, de 15$643 ou £ 2,21. O coeficiente com que o café contribuira para a exportação geral do país fôra, no primeiro decênio, de 18,4% e no segundo, de 43,8% !

Elogia Horacio Say, altamente, a obra reconstrutiva dos financistas das Regências. Publicando o seu volume, em 1839, lembrava que pela Europa se propagava a confiança na administração imperial, traduzida pela firmeza das cotações dos títulos da dívida pública do Brasil, muito procurados pelos capitalistas do Velho Mundo.

Entre êstes financistas, devem ser recordados Manuel do Nascimento Castro e Silva, o marquês de Abrantes, o visconde de Itaboraí, Bernardo de Vasconcelos, etc.

Para o consêrto das finanças imperiais figurava, em primeira plana, o grande acréscimo das receitas. Observava Say, sobretudo, o da renda alfandegário fluminense. E êste, era o reflexo da exportação cafeeira pela Guanabara.

Nesta ocasião, mostrava-se incontrastável a supremacia econômica da região cujo centro era o Rio de Janeiro.

Processos complicados e defeituosos regiam, ainda, as transações comerciais brasileiras, mas havia indícios de melhoria tornando as operações mais rápidas e racionais.

Com o golpe de estado dos Andradas e dos outros maioristas de 1840, sucedeu-se, como ninguém ignora, o reinado de D. Pedro II, menino de seus quinze anos incompletos. Nos primeiros anos, a era vitoriana do grande Bragança teve sérios sobressaltos, conseqüência do período perturbadíssimo das Regências. A má política ia trazer as mais finanças com as revoluções, ou antes, as revoltas de 1842, latas de caráter meramente partidário entre os grupos que seriam depois chamados *luzias* e *saquaremas*, e os ainda longos anos da última fase da revolução riograndense.

De 1840 a 1845, persistiria a baixa cambial de 30 15/16 a 23 3/8.

Dera o qüinqüênio 36 272 contos de déficit total, com uma receita de 94 266 contos e uma despesa de 130 930. E o Brasil tivera de importar 276 923 contos, exportando apenas 212 648.

Mas, a exportação cafeeira continuava a sua forte e farta marcha ascencional: de 1 307 921 sacas, em 1840, a 1 509 817, em 1844 e a 1 458 767, em 1845. Às £ 2 300 000 da safra de 1840-1841, contrapunham-se as £ 2 259 000 de 1846.

Com a pacificação devida ao glorioso Caxias e a tranqüilização geral, iam melhorar imenso as condições gerais do país.

Dizia o visconde de Albuquerque, em 1847, em seu relatório da Fazenda, que a massa circulante de papel não se mostrava excessiva à vista dos índices do câmbio, e a baixa da moeda metálica indicava que não era superior às necessidades da circulação.

O deficit diminuira notàvelmente. Fôra, em 1846-1847, de 640 contos apenas. Os resultados do qüinqüênio de 1845-1846 a 1849-1850, demonstraram quanto se tinha consolidado a situação das finanças brasileiras.

Haviam as receitas sido de 132 922 contos e as despesas de 132 297, dando o pequeno saldo de 625 contos. A importação acusou 275 325 contos. Subiu o câmbio de 25 3/4 d., em 1845, a 28 11/16, em 1850. Prosseguia, assim, a ascensão da exportação cafeeira. De 1 458 768 sacas (de cinco arrobas), em 1845, passara a 2 093 369, em 1848. O decênio de 1841-1850 dera um total de 17 121 000 sacas, quando o anterior acusara 9 744 000 e o de 1821-1830, apenas, 3 178 000! Verdade é que o valor por unidade saca baixara de 14 257 réis, em 1821-1830, e 15 643 no decênio seguinte, a 11 767 de 1841-1850.

De 1850 a 1853, regeu o visconde de Itaboraí as finanças nacionais. Ao deixar o govêrno, podia o ilustre homem de estado alegar que as receitas haviam, sempre, nos quatro exercícios, subido acima do orçado.

Aos 117 000 contos do cálculo previsto, contrapunham-se os 139 000 da arrecadação. Daí a confiança no futuro, que levava os governos a despender mais do que o orçado (143 500 contra os 119 500).

Mas, fôra o Brasil de, em nome da Humanidade e para a defesa precípua, em 1851, acudir aos países oprimidos pela tirania do sanguinário Rosas e Oribe. Essa, a razão dos meios extraordinários da gloriosa campanha de 1851-1852.

A Paraná, sucessor do Itaboraí na gestão da pasta da Fazenda, coube, talvez, a mais notável fase do esplendor imperial.

O seu relatório de ministro da Fazenda, em 1856, é um documento de maior interêsse, traduzindo o otimismo com que encarava o porvir do Brasil. Iam as rendas do Império no mais futuroso aumento, não havia despesas a pagar e as caixas do Tesouro Nacional continham avultados saldos, não havendo em circulação letra alguma sua.

Em 1859, o visconde de Inhomirim queria a compressão do meio circulante e realizava-o, embora muito combatido pelos que pensavam, e acertadamente, quanto num país da vastidão do Brasil, vivendo num regime de transportes sobremodo difíceis, com as transações sempre efetuadas em espécie era prejudicial diminuir-se o volume do meio circulante.

No qüinqüênio de 1855 a 1860, viveu o Brasil na mais profunda e benéfica paz, com todos os órgãos do seu govêrno funcionando com a maior regularidade.

Foi o total da receita arrecadada de 228 265 contos de réis e a da despesa efetuada de 237 677, dando um déficit mínimo de 9 431 contos, modestíssimo sequer sôbre o futuro de uma nação, que manifestava tamanha pujança em seu desenvolvimento.

Entre 1850 e 1860, cresceram, notàvelmente, as fôrças produtivas do país. Dizem os autores do tempo que os capitais impedidos de operar no tráfico africano voltaram-se para as aplicações internas. Emprêsas e mais emprêsas se fundaram, ferroviárias, de colonização, mineração, de navios, iluminação e transportes diversos. E, lateralmente, grande especulação que levou o govêrno a intervir, pela Lei de 22 de agôsto de 1860, visando coibir as irregularidades surgidas.

De 1860 a 1865, prosseguiu o ritmo ascendente do progresso brasileiro. Começou a manifestar-se o saldo positivo da exportação. No qüinqüênio, registram-se 590 854 contos para a importação e 638 002 para a exportação. Jamais houvera tão auspiciosos resultados para a balança comercial do Brasil. Entretanto, o inesperado flagelo cafeeiro da *Elachista coffeela* fizera afrouxar a contribuição cafeeira que, em 1851-1855, se cifrara por 12 680 466 libras; de 1856-1860 por 12 671 796, e afinal, em 1861-1865, por 12 014 542.

Quase no final do qüinqüênio, em 1864, a 9 de setembro, ocorreu a terrível crise bancária chamada popularmente 'Quebra do Souto". Repercutiu-se, gravemente, sôbre a lavoura cafeeira, por causa dos prejuízos avultados sofridos pelo comissariado fluminense. Nada, por assim dizer, sofreram as taxas

cambiais. O soberano, de 1854 a 1865, passou de 8 992 réis a 9 624.

Ia, porém, o Brasil entrar numa fase em que formidáveis sacrifícios lhe seriam impostos, para resguardar a sua integridade territorial e a dignidade da Nação, agredida que foi por ambicioso e tresvariado inimigo, arrazador do povo a que tiranizava, Francisco Solano Lopez.

Neste qüinqüênio sinistro em que se perderam cem mil vidas brasileiras e gastaram-se 613 183 contos de créditos extraordinários, o grande baluarte da defesa nacional econômica foi o Vale do Paraíba.

Foi o Vale que sustentou a Guerra! exclamou um parlamentar do Império, a exprimir grande verdade. As receitas ordinárias do qüinqüênio sanguinolento de 1865-1870 subiram a 376 811 contos de réis e as despesas a 701 219, dando um deficit de 324 328 contos.

Providencialmente, haviam as rendas públicas subido mais de 60 por cento e tal acréscimo se devera ao café. O saldo qüinqüenal da exportação do Brasil atingiu 151 911 contos. Os cafèzais, refeitos do ataque do nefasto micro-lepidóptero, deram 15 734 585 sacas de cinco arrobas. E, se o decênio de 1850-1860 dera 26 253 000 sacas, valendo 439 390 contos ou £ 49 741 000, o de 1860-1870 produzira 28 847 000, valendo 695 352 contos ou £ 68 004 000!

As taxas cambiais médias 24 15/16, em 1865, quase não haviam oscilado nos dois primeiros anos de guerra. Tinham, até, melhorado em 1866, mas as delongas de 1867 se refletiram sôbre elas, baixando-as a 22 3/8.

O desastre de Curupaití fizera com que, momentâneamente, caissem a 14 d.

Mas, em 1868, a média anual atingira 16 5/16. Os triunfos de Lomas Valentinas e a tomada de Assunção elevaram esta média, em 1869, a 18 3/4, e afinal, em 1870, a libra baixara a 10.909 réis (22 d.).

A circulação fiduciária nacional passara de 99.543 contos, em 1864, a 192.526. Em 1870, grandes empréstimos externos e internos se haviam realizado, mas a economia do país, valhardamente, resistira a tão dura provação, graças ao café, o "general Café, natural do Vale" (s. c. do Paraíba do Sul), como dizia-se, correntemente, na época.

Eram as nossas publicações oficiais apinhadas de contradições, em matéria estatística. Vamos valer-nos, para um

quadro geral representativo de que foi o café no primeiro meio século da vida nacional, da acurada e minuciosa revisão feita pela Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, e estampada em volume do *Comércio Exterior do Brasil* (1937).

EM CONTOS DE RÉIS

Decênios	*Importações*	*Exportações*	*Saldos*
1821 — 1830	265 164	243 263	— 21 900
1831 — 1840	385 742	348 258	— 37 4[illegible]
1841 — 1850	540 994	487 977	— 52 9[illegible]7
1851 — 1860	1 016 686	900 5[illegible]4	— 116 15[illegible]
1861 — 1870	1 347 514	1 537 175	+ 189 661

Assim, em meio século, o saldo positivo da exportação fôra nulo, havendo, pelo contrário, um negativo de 38.843 contos de réis. Em ouro, êste saldo negativo fôra de 1.051.000 libras esterlinas.

O total da exportação de meio século se cifrara em 3.517.207 contos ou 394.422.000 libras. O da importação em 3.556.0[illegible]0 contos ou 409.940.000 libras. O intercâmbio nacional em 7.073.257 contos ou 799.362 mil libras. O valor médio de uma libra ouro, em moeda nacional, fôra de 8.849 réis e a percentagem da importação sôbre a exportação de 102,7.

Quantos aos números do café:

Decênios	[illegible]	Contos de réis	[illegible]	Média da saca [illegible]	[illegible]	[illegible]
1821 — 1830	3 178	[illegible]5.308	7 1[illegible]9	1[illegible]7	2,26	18,[illegible]
1831 — 1840	9 744	152.429	21 529	16.[illegible]	[illegible] 20	[illegible]3,8
1841 — 1850	17 121	[illegible]1.469	22 655	11.[illegible]	1 32	[illegible]1[illegible]
1851 — 1860	26 253	[illegible].[illegible]90	49 [illegible]	16.73[illegible]	[illegible]89	[illegible]
1861 — 1870	28 847	[illegible]5.352	6[illegible]	24.10[illegible]	[illegible]36	[illegible]5 5
Meio-século	85 143	1 [illegible].9[illegible]8	189 1[illegible]	18.04[illegible]	[illegible]	[illegible]

Êste meio século fôra o da grande fase cafeeira fluminense. Em 1860-1861, frisava Rio Branco, a Guanabara vira sair 13 054 061 arrobas, quando Santos exportara 1 481 130 e a Bahia 198 304, apenas. Ao Rio e sua zona cabiam mais de 88 por cento da produção total brasileira, à Bahia pouco mais de um por cento e a Santos pouco mais de 10 por cento.

Êste incremento imenso da lavoura cafeeira devia-se, sobretudo, ao alargamento enorme do consumo nos Estados Unidos, onde o café entrava livremente. Entre 1821 e 1842, as exportações do Brasil para a grande confederação norte-americana haviam passado de 605.126 a 5.948.814 dollars, acréscimo devido, quase exclusivamente, ao café, dizia o cônsul Ferreira de Aguiar, em 1845.

O Conde Augusto van der Straten Ponthoz, diplomata belga que no Brasil esteve em 1846-1847, em sua alentada e proba obra *Le budget du Brésil* (1854), frisava o que representava em benefício para o Brasil esta clientela magnífica que era a dos Estados Unidos. Fazia grandes elogios à obra de organização do Império, apontava-lhe, especialmente, as falhas e frisava o papel notabilíssimo do café no cômputo da nossa riqueza nacional. Aconselhava que, com o máximo empenho, se intensificasse o plantio cafeeiro. Mas, ao mesmo tempo apontava a imperiosidade da colonização européia, ante a diminuição contínua dos recursos do braço escravo.

De 1850 datam, talvez, os primeiros ensaios sérios de estatística brasileira, abrangendo o país todo, no gênero daquele estudo notável que, em 1836, já Daniel Pedro Müller realizara, desaparelhado de recursos como estava, sôbre as condições econômicas da província de S. Paulo.

O estudo a que queremos reportar-nos foram os de Sebastião Ferreira Soares que, em 1865, e sob os auspícios do Ministério da Agricultura, publicou os seus bem conhecidos *Elementos de Estatística*.

Estudou o ensaísta rio-grandense as condições do país, no decênio de 1854-1855 a 1863-1864. A seu ver, abrigava o Brasil dois milhões de habitantes livres e um milhão de escravos. Dividiu as vinte províncias do Império em quatro categorias, segundo sua importância econômica.

As de primeira ordem eram o Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul. As de segunda, Maranhão, Pará, S. Paulo, Ceará, Alagoas, Paraíba. Tal classificação era

muito especiosa, com flagrante injustiça em relação a S. Paulo, que já então vivia em grande prosperidade, e injustiça absolutamente inacreditável, até mesmo absurda, quanto a Minas Gerais, colocada na quarta categoria provincial, ao lado de Amazonas, Mato-Grosso e Goiaz, circunscrições então desérticas!

É inexplicável não haja Sebastião Ferreira Soares reparado que a exportação mineira e a importação para Minas eram considerabilíssimas avolumadoras do comércio total fluminense.

Há na obra de Soares diversos dados valiosos, embora muitos dêles não possam ser tomados senão como aproximados.

Segundo êle, 371 625 africanos foram importados para o Brasil, de 1840 a 1852. Entre 1852 e 1859, imigraram 27 541 escravos, do norte para o sul. O quadro geral dos créditos hipotecários no Brasil acusam, ao seu dizer, 27 837, dos quais 20 478 cabiam às províncias cafeeiras (Rio de Janeiro, 13 568; S. Paulo, 3 305; Minas, 2 490; Município Neutro, 913; Espírito Santo, 202). Em 1864, estes créditos subiam a mais de quarenta mil contos, ao passo que nas províncias açucareiras atingiam apenas 4 087, o que representava um índice de progresso notável, como se torna desnecessário assinalar.

Entre 1852 e 1872, os dados estatísticos relativos às cifras da exportação total cafeeira do Brasil tornaram-se mais abundantes e provêm de várias fontes, cheias de discordâncias.

Valendo-se das *Propostas para o Orçamento* dos ministros da Fazenda, dos dados das Associações Comerciais do Rio de Janeiro e de Santos; dos do *Retrospecto Comercial* do Rio de Janeiro e dos de uma das maiores firmas cafeeiras do universo — Philippe Brothers, organizou Van Delden Laerne, em seu *Brasil e Java*, interessantes quadros de confronto, pondo em destaque as divergências dos números dos diversos procedências, contradizendo-se as estatísticas oficiais, as do governo geral e as dos govêrnos provinciais.

Os dados do *Comércio Exterior do Brasil* coincidem os das *Propostas para o orçamento* por vêzes em larga escala, com diferenças até de centenas de milhares de sacas.

A soma das dez safras de 1860-1861 a 1869-1870, segundo as *Propostas*, foi de 28 273 000 sacas e segundo o *Comércio Exterior*, de 28 847 000, mais de meio milhão a mais.

O senador Castro Carreiro em sua obra clássica *Mutório*

Financeira do Brasil, também apresenta dados em desacôrdo com os do *Comércio Exterior*, apesar de abeberado, e com a maior exação, aos 87 informes do Ministério da Fazenda. Assim, por exemplo, ainda em relação ao valor do café exportado de 1860-1861 e 1869-1870, aponta um total de 674.375 contos, quando o Comércio Exterior aceita uma cifra de 695.382.

Hans Scherrer em sua obra *Die Kaffeevalorisation* (1919), estabelece o seguinte quadro para as percentagens brasileiras do café, no cômputo da produção universal:

1820 — 1829	—	18.18
1830 — 1839	—	29.70
1840 — 1849	—	40.00
1850 — 1859	—	52.09
1860 — 1869	—	49.07

A produção de café, mínima no século XVI, minúscula nas centúrias seguintes, avolumou-se imenso no século XIX.

Quando o Brasil lançou o seu *quos ego!* triunfal nos mercados cafeeiros, seu grande êmulo eram as Índias Holandesas. Entre 1825 e 1830, foi a produção brasileira de 2 030 618 e a da Malásia bátava, 2 089 893. Quase idênticas, portanto. O qüinqüênio seguinte consagraria estrondosa vitória brasileira: 3 614 986 sacas contra 1 745 899. De 1836 a 1844, cresceu notàvelmente a produção malaia, mas a brasileira sempre se lhe mostrou largamente superior. Entre 1845 e 1854, manteve-se a holandesa quase estacionária em tôrno de uma média de um milhão de sacas, ao passo que a brasileira a sobrepujava incisivo e cada vez mais.

No mesmo primeiro meio século nacional, teve o Brasil outros grandes concorrentes na América Central, Antilhas, Ceilão, Venezuela e Colômbia.

Entre 1852 e 1872, cresceu sempre a produção brasileira de fornecimento aos mercados mundiais e estacionou, por assim dizer, a das Índias Holandesas e das Antilhas. Cresceu a de Ceilão, Venezuela, Colômbia, Índias Inglêsas e América Central, entre os maiores produtores.

Segundo Van Delden Laerne, foram as médias qüinqüenais em milheiros de sacas:

	América	*Ásia e Oceania*	*Africa*
1852 — 1857	3 143	1 845	22
1857 — 1862	3 358	1 983	28
1862 — 1867	3 176	2 254	33
1867 — 1872	4 244	2 436	53

Neste vintênio, oscilaram as quotas brasileiras de entregas aos mercados entre 41,2 e 56,9.

Foram, no primeiro qüinqüênio, 49,7; no segundo, 51,2; no terceiro, 45 0 e no último, 48,8.

Assim, pois, a média do vintênio mostrou-se notável: 48,8 dos suprimentos mundiais.

Entre 1867 e 1872, os ótimos preços da arroba que, em 1866, valera 9.022 réis, para, em 1868, chegar a 14.169, e, em 1869, a 12.800, ficando depois acima de dez mil réis — provocaram notável surto cafeeiro que se não intensificou mais porque o entravou a falta de trabalhadores rurais, apesar do deslocamento dos escravos dos canaviais nordestinos para os cafèzais do sul.

Apesar de tudo, as lavouras se despovoavam. Sabe-se quanto a natalidade das populações servis é fraca e quão elevado o coeficiente de letalidade.

O surto do café seria imenso no Brasil se, paralelamente a êle, houvesse ocorrido a liberdade do tráfico existente até 1845.

Se, em 1820, para uma produção de 97 498 sacas houvera uma entrada no Rio de Janeiro de 11 020 escravos, era natural que 375 107 [illegible] os 52 600 africanos introduzidos na Guanabara. Deveriam estes ser, para guardar as proporções, mais de cinqüenta e oito mil.

Em 1839, exportara o Brasil quase 890 000 sacas, a importação de escravos, a se manter o ritmo entre a produção e o trabalho, deveria ter atingido umas 130 000 cabeças. E, no entretanto, a repressão do tráfico, cada vez mais, fizera com que esta cifra apenas atingisse trinta mil escravos, oficialmente, digamos quarenta mil com os resultados das operações de contrabando.

No Rio de Janeiro, o mercado de escravos, inesperàvelmente mais importante do que qualquer outro do país, situava-se no Valongo, no bairro chamado da Saúde, tipo desaparecido pelos aterros provocados pelas grandes obras portuárias da capital brasileira.

Temos, dos visitantes [illegible] da urbe carioca, [illegible]

tos sobremodo penosos da impressão causada pelo aspecto desta nefanda feira de carne humana, de que também há documentos iconográficos da mais desagradável visão.

A revenda de espalha dos africanos pelas fazendas de café eram, geralmente, feitas por indivíduos da numerosa colônia de ciganos localizada na capital do Império, traficantes debuchados, de uma cupidez sem limites, a quem se referem nos mais acerbos têrmos, diversos viajantes ilustres como sejam de Freycinet, Saint Hilaire, Walsh, Debret, etc.

Denotavam verdadeira ferocidade de instintos para com a sua mísera mercadoria sofredora, chegando sua brutalidade a ser até antagônica de sua tão conhecida avidez.

E' de todos sabido que a promulgação do famoso *Bill Aberdeen*, de 8 de agôsto de 1845, representou um golpe de morte definitivo contra o tráfico. A benemérita lei de 4 de setembro de 1850, a que deu tão vigorosa execução o ilustre Eusébio de Queirós, acabou de vez com a introdução de africanos no Brasil. Já a repressão dos cruzeiros fizera baixar as entradas de 54 000, em 1849, a 23 000, em 1850. De 1851 em diante, o número de escravos contrabandeados não chegaria a quatro mil. A partir de 1855, nenhum mais entraria no litoral brasileiro.

Já no Brasil se haviam publicado panfletos abolicionistas, como os do futuro marquês de Queluz (1821), José Bonifácio, o Patriarca (1823), Frederico Burlamaqui (1837), Veloso de Oliveira (1845) e O. Muniz (1845). Fundaram-se no Rio de Janeiro agremiações anti-escravistas, como a *Sociedade defensora da liberdade* (1836) e a *Sociedade contra o tráfico* (1850).

Grandes capitais estavam invertidos no comércio negreiro e ficaram sem emprêgo, a partir de 1851. Havia, por outro lado, a valorização dos lavouras cafeeiras. A média de preço do escravo para a lavoura, e do enxadeiro, subiu imenso: de 400 mil réis, em 1820, para um conto de réis ao principiar a segunda metade do século.

Como demonstração da mortalidade dos escravos para com os seus preços, há numerosos documentos de meados do século XIX.

Alguns dos mais interessantes provêm de fontes médicas e agronômicas brasileiras e estrangeiras.

Assim, por exemplo, o *Manual do Fazendeiro* ou *Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*, do Dr. João Ba-

tista A. Imbert (1843), onde ocorrem curiosas regras para a escolha dos bons escravos e a enumeração das moléstias dos negros das fazendas, observações sôbre a enorme mortalidade infantil dos moleques, os perigos que ameaçavam os senhores, advertências em relação a envenenamentos, etc.

Nas *Reflexões sôbre a escravatura das fazendas*, de Moniz (1845), lê-se uma série de excelentes observações sôbre as causas da grande redução dos cativos nas lavouras.

Vinte anos mais tarde, era Sebastião Ferreira Soares, o nosso abalisado estadista nacional de vultosa obra, quem quase sôbre o mesmo assunto fazia considerações idênticas.

Tomando os dados de Balbi relativos ao recenseamento do Brasil, em 1817, em que se afirmara existirem na colônia 1 728 000 escravos, procurou Soares demonstrar que, em 1864, esta população servil estaria reduzida a 1 246 000 indivíduos.

Continuavam os abolicionistas da primeira hora a agitar-se. De 1835 em diante, pregavam diversos filantropos a necessidade de melhoria de condições em que viviam os escravos. Entre êles, já em 1837, o major do exército brasileiro Carlos Augusto Taunay (1791-1867), que pelas páginas de seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, largamente divulgado, desabusadamente exprimia o que pensava da abjeta instituição servil. Entre os abolicionistas dos primeiros anos, dignos êmulos e sucessores de José Bonifácio e do marquês de Queluz, citemos José Inácio P. da Silva, Nicolau Moreira, Teodoro Taunay, Caetano Alberto Soares, França Leite, Aureliano Tavares Bastos, Manuel da Cunha Galvão, Luiz F. da Câmara Leal, F. A. Brandão Junior, J. da Silva Neto e Henrique V. de Oliveira.

Viajando, longamente, pelo interior do Brasil, em 1840, notou o ilustre botânico inglês George Gardner quanto eram, em geral, os brasileiros senhores de escravos, brandos para com os seus servos, tratando a tal respeito elevados comentários, pois punha em confronto a condição dos cativos nas colônias inglêsas e no Brasil. Em 1856, o americano Rev. James Fletcher lembrava que não eram só os portuguêses e brasileiros ferrenhos escravocratas.

Assim, a grande emprêsa mineradora do Morro Velho, companhia inglêsa, desobedecendo, formalmente, à legislação britânica, fazia trabalhar em suas galerias centenas de escravos.

Tal situação durou até 1879, quando datava de 1843 um ato declarando fora da lei todo inglês que comprasse ou vendesse escravos, em qualquer parte do mundo.

Carlos de Ribeyrolles em seu *Brasil Pitoresco*, traçou as impressões que lhe ficaram da permanência nas fazendas cafeeiras da Província do Rio de Janeiro, em 1860.

Assim, descreve o que viu em matéria de senzalas, e o que era a alimentação dos servos, os castigos e o apadrinhamento, o regime de trabalho com os serões e os descansos dominicais. Narrou o que vinham a ser os divertimentos dos servos, notando a falta de assistência religiosa em que viviam e no que consistiam, geralmente, os cuidados médicos que se lhes dispensavam.

Os escravos das lavouras viviam, geralmente, bem alimentados, mas habitando casebres paupérrimos, remobiliados, sem higiene alguma. Severo o regime do trabalho, dez e às vezes doze horas diárias de labor, sob o sol tropical inclemente.

Vestuário sobremodo parco, era o que os senhores concediam aos seus servos.

Muitos autores estrangeiros estudaram, assaz longamente, o problema servil brasileiro. Concluiram todos pela afirmativa de que o país precisava cogitar de promulgar a abolição de suas massas servís, embora tivesse de fazê-lo paulatinamente. E apresentaram todos como uma das piores conseqüências da instituição, o fatal reflexo sôbre as gerações brancas, submetidas a um desfibramento pelo contacto com a situação deprimente de seus servos.

Horacio Say, em 1839, expendia a opinião de que a abolição só poderia realizar-se muito lentamente, em virtude do baixíssimo nível de civilização das enormes massas de africanos existentes no país. O conde de Castelnau, em 1843, declarou que, em suas longas viagens pelo Brasil, não vira quase escravos maltratados. As revícias provinham, quase sempre, dos impulsos da cólera e do ciume.

O Dr. Rendu, em páginas curiosas, apontou quanto era baixo o nível de civilização dos africanos. Anglófobo, afirmava que a Inglaterra vinendo extinguir o tráfico só tinha em vista alcançar, para as suas colônias, o monopólio dos gêneros coloniais.

Nas memórias de escritores brasileiros do Segundo Império, há depoimentos valiosos sôbre o regime das fazendas cafeeiras. Assim, no do barão do Pati do Alferes — *Memória sôbre a fundação e custeio de uma fazenda*, livro que teve grande divulgação em seu tempo, precioso depoimento — no

conjunto documental — da história do café sob os seus aspectos sociológicos.

Revelou-se o grande fazendeiro senhor humanitário e inteligente. Afirmou que "a escravatura era o cancro roedor do Império, que só o tempo conseguiria curar".

E, o código de vida que traçou como norma de regime para o trabalho servil nos cafèzais, traduz a brandura dos sentimentos do bom senhor que, ao mesmo tempo que resguardava os capitais invertidos no seu rebanho humano, procurava quanto possível mitigar o terrível estado de contenção dos seus servos, alojando-os mais higiênicamente, alimentando-os e vestindo-os bem, permitindo-lhes folga, concedendo-lhes terras para roças, das quais poderiam auferir pequenos lucros.

Alguns anos após a publicação das *Memórias* do barão do Patí, surgiu o *Manual* do padre Antônio Caetano da Fonseca (1861), que em seu tempo teve viva aceitação.

Sacerdote, agricultor, dono, forçosamente, de escravos, procurou o padre Fonseca ministrar aos seus leitores uma série de conselhos humanos, ajeitáveis às condições econômicas, num terreno sobremodo escorregadio de conciliação entre os ditames da religião e os da filantropia, e os interesses financeiros. Refletem suas palavras a mentalidade da época, temperada pelos imperativos do estado sacerdotal.

Expende o padre mineiro opiniões sôbre o modo de se construirem senzalas, a seu ver higiênicas, e de se as mobiliar. Era natural que o preocupasse a vida espiritual dêstes seus pretos. Daí, por exemplo, o seu empenho em promover o matrimônio dos seus servos. Assim tratou dêste problema com largueza. Poucos pormenores deixou esquecidos sôbre a alimentação dos escravos, as condições que lhe permitiriam usufrutar a melhor saúde, procurando conciliar as exigências do trabalho rude e a pequenez das fôrças.

Assim, também expôs os conselhos de uma pediatria elementar e outros de uma medicina caseira e simplista. Mas, como era natural, o seu grande empenho vinha a ser o levantamento do nível religioso dos escravos, por meio da prática freqüente dos sacramentos, da assistência à missa e às demais cerimônias religiosas.

E' a obra do padre Fonseca um dos bons documentos sociológicos de sua época e dos melhores que nos ficou

da bibliografia cafeeira existem datados de meados do século XIX.

Muitos outros há, da mesma época, mas na maioria insignificantes. Um dos mais volumosos é o do português Antônio Pinto Correia Junior, muito mais recomendável pelos sentimentos filantrópicos de que pela capacidade de os poder exprimir. Data de 1869, e é um relato de viagem e visita a uma das maiores fazendas fluminenses do tempo, a de monsenhor Francisco Bacelar, de quem, aliás, conta que era o mais humano dos senhores.

Um dos mais interessantes depoimentos sôbre as condições da escravatura é a do eminente Luiz Agassiz e o de sua espôsa, mulher de notável inteligência e elevação de sentimentos.

Em seu relatório de viagem ao Brasil, várias páginas consagra aos aspectos dêsse problema, de capital importância para a economia do país e ao futuro dêste.

A tal propósito, refere palavras que ambos ouviram do visconde de Sinimbú, em 1865, cheias de notável critério e perfeito conhecimento da psicologia nacional sôbre o modo pelo qual se processava, gradual e brandamente, a resolução do problema servil brasileiro, por meio de medidas progressivas, cujas primeiras já haviam sido realizadas e prenunciadoras de outras que se achavam em marcha.

CAPITULO VI

O surto cafeeiro e as tropas e tropeiros. As velhas estradas do café. O surto ferroviário. Mauá e os Teixeira Leite. A "Príncipe do Grão Pará", a "D. Pedro II" e a "São Paulo Railway".

O surto cafeeiro de princípios do século XIX não poderia tomar as dimensões que alcançou, sem o concurso de um ramo de negócios que o amparou de modo eficiente, o do tropeiro. Desde o século XVIII, que a creação de mulas se intensificara, notàvelmente, nas paragens meridionais do planalto brasileiro. Avultou cada vez mais no Rio Grande do Sul e na zona serrana de Santa Catarina, assim como nos campos curitibanos. E tal creação cresceu, espantosamente, nos campos do Uruguai e nos da mesopotâmia argentina.

Desde muitos da era setecentista, manadas e manadas de muares e de cavalos se encaminhavam do sul do Brasil e das paragens platinas para os mercados brasileiros mais próximos da zona de lavoura e de comércio mais intenso da grande colônia portuguêsa, a que tinha como capital econômica o Rio de Janeiro. Era sobretudo a região de Minas Gerais que demandava maior número de eqüinos para o seu tráfico, sendo como muitos dêstes animais transportavam às minas artigos de intercâmbio comercial, determinador da exportação e importação.

Tornou-se Sorocaba, como todos sabem, desde os meados do século XVIII, o grande centro de venda e distribuição destes eqüinos, em suas famosas feiras, a que eram conduzidas

pontas cada vez maiores de bestas do sul do Brasil, uruguaias e argentinas.

Ano a ano representariam as feiras de Sorocaba papel social, não só na vida econômica de todo o sul brasileiro e das regiões platinas adjacentes, como política, pela interpenetração dos brasileiros do sul, separados por vastidões consideráveis e semi-desertas.

E a falarmos das feiras de Sorocaba e do comércio de tropas, é de tôda justiça lembrar o nome de Cristóvam Pereira, o grande propulsionador setecentista do comércio de eqüinos, pela remessa de enormes pontas das pastarias da colônia de Sacramento às paragens de S. Paulo, através do deserto e das dificuldades topográficas de todo o gênero.

Assim, Sorocaba representou capital papel na obra de amálgama do sul do Brasil.

Muito insistiu Eduardo Prado em frisá-lo, e o lúcido espírito de Eliseu Reclus aceitou *in totum* os pontos de vista do ilustre escritor paulista, ao observar a magnitude do centro irradiador que foi a cidade-berço do grande fronteiro de Mato-Grosso e fundador de Cuiabá.

Com grande felicidade, recordou Felix Contreiras Rodrigues, em seus *Traços de Economia Social e Política do Brasil Colonial*, o papel das feiras sorocabanas e as agruras do tropeiro.

"Acostumaram elas os brasileiros do sul e um contato nos grandes mercados de eqüinos, fortalecendo a consciência da unidade nacional, a princípio pelo amor ao seu rei, em nome de quem conquistavam e defendiam terras, depois pelas simpatias da linguagem comum".

Um dos grandes reflexos das lavouras cafeeiras se daria em Sorocaba. Já em 1731, ali surgia Cristóvam Pereira com suas largas tropas de eqüinos. Eram elas sôfregamente cubiçadas pelos mineradores do ouro, achando-se, então, extraordinàriamente próspera a prospecção aurífera.

O caudal das tropas jamais se estancaria, até que a estrada de ferro o contrariasse.

Ao centro distribuidor paulista vinham recorrer as solicitações das mais longínquas regiões brasileiras: Goiaz, o norte mineiro, o centro baiano, o Piauí e a região do nordeste. As mulas de Sorocaba, trazidas por seus tropeiros, faziam milhas e milhas de quilômetros de vastidão brasileira.

No interessante e inteligente *Divertimento Admirável*, seu arguto e velhaco autor, o plagiário Cardoso de Abreu, co-

loca em relêvo a importância das feiras sorocabanas e da creação de eqüinos da comarca curitibana, assim como do planalto lageano, então território paulista.

Mas, a primeira notícia circunstanciada sôbre o grande mercado muar e cavalar, parece-nos provir das páginas de Augusto de Saint Hilaire, em seu relato de viagem pelas províncias de S. Paulo e Santa Catarina. Em fins de dezembro de 1819, deteve-se o grande botânico em Sorocaba, alguns dias, referindo que já naquela época ocorriam feiras de trinta mil animais. Tal incrementação já se devia, positivamente, ao café. Não havia animais cargueiros que chegassem para atender aos reclamos da exportação cafeeira. Em 1801, conta-nos Eschwege em seu *Journal von Brasilier,* haviam 12 834 eqüinos passado pelas barreiras do sul, em marcha para Sorocaba.

O interessante é que nessa época o número de mulas fôra de, mais ou menos, sessenta por cento do total, cabendo o resto a cavalos e éguas. Mais tarde, e cada vez mais. avultaria a percentagem dos muares.

Na correspondência particular dos fazendeiros de café de princípios do século passado, avultam os documentos de quanto havia enorme procura de bestas para o transporte de café. Subiam os preços das mulas, constantemente.

Reproduzimos, em nossa *História do Café no Brasil,* documentos do arquivo do barão de Vassouras. que atestam a nossa afirmativa.

A vida dos tropeiros e das tropas descreveu-a Eschwege, em têrmos muito sugestivos. E, ao relatar os pormenores de sua viagem do Rio de Janeiro a Angra dos Reis, pelas terríveis quebradas da Serra do Mar, teceu extraordinários elogios à robustez excepcional dos muares brasileiros.

Sem a organização das feiras sorocabanas, apoiada na creação eqüina do Brasil meridional e das regiões castelhanas adjacentes, não teria a lavoura de café podido alcançar o enorme vulto a que chegou, antes do estabelecimento da rêde ferroviária.

Qualquer outro meio de transporte teria sido impraticável nas regiões acidentadíssimas, onde a cultura da rubiácea substitue a floresta multisecular nas zonas da Mata do Rio e da Mata de Minas. Verificava-se, ainda, a agravante de que, entre a área cafeeira e os portos marítimos, erguia-se o alto paredão que as rudes, as aspérrimas veredas da passagem das tropas tinham que cortar perpendicularmente.

"Foram êsses desfiladeiros, essas devezas, êsses resvaladouros, o cemitério de milhares, de dezenas de milhares de pobres muares naqueles caminhos, do que havia de ruim, e onde muitas bestas de sela e de cangalha quebravam as pernas e o pescoço" escrevia um dos correspondentes do barão de Vassouras.

Sôbre tropas e tropeiros ninguém escreveu páginas tão eloqüentes quanto Calógeras, em seus *Transportes arcaicos*, a reconstituir com extraordinária segurança e impressividade, o que era a constituição das tropas e a vida dos seus tangedores.

A vida do tropeiro e sua influência social, sua organização, os seus métodos de incessante jornadeador, sua psicologia de infatigável centauro andarilho, todos êstes assuntos tratou-os Calógeras com mão de mestre, em páginas onde não há o que acrescentar nem o que retirar.

Nem como escurecer ou minguar a valia da missão progressista que o tropeiro exerceu, como pioneiro da civilização e do progresso econômico.

Tropear era carreira a que se dedicavam os membros das melhores famílias do Brasil. Nenhum demérito atingia aquêles que se entregavam à rude faina de transportadores dos artigos de exportação e de importação. Tropeiros atingiram os mais altos postos na administração imperial, nos Conselhos do Império, no Senado, nos diversos graus da hierarquia e nobiliarquia do país.

Cita-se, geralmente, em abono desta asserção, a carreira de João da Silva Machado (1782-1875), que de simples tropeiro na adolescência, acabou senador pelo Paraná, Grande do Império, e o barão de Antonina, fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, veador de S. M. a Imperatriz, Grande Dignitário da Rosa e Oficial do Cruzeiro, Brigadeiro Honorário do Exército, etc.

Os diversos viajantes célebres no Brasil deram à bibliografia xenobibliografia páginas documentais valiosas sôbre tropas e tropeiros. Assim, as do Príncipe de Wied, de Ribeyrolles, Adolfo d'Assier, Daniel Kidder e James Fletcher.

E sôbre as feiras de Sorocaba, há que dar a maior evidência aos longos depoimentos de Francisco Luiz de Abreu Medeiros, insertos nas *Curiosidades brasileiras* (1864). Trata-se de reportagem absolutamente única no gênero, de que demos assaz longo extrato no tomo IV da nossa *História do Café no Brasil*.

Tropeiros e tropas despejavam-se das terras do planalto para o litoral, a transportar café. E a palmilhar que caminhos! *O caminho novo*, de Garcia Rodrigues Pais, o grande filho do governador das Esmeraldas, vereda que pusera em contato os primeiros centros auríferos do Espinhaço com o Rio de Janeiro, tornou-se mais ou menos a diretriz da atual linha do centro da Central do Brasil, a partir da margem esquerda do Paraíba, em frente à Paraíba do Sul. E o seu trajeto no território à direita do grande rio era também, aproximadamente, a da linha de bitola estreita e a da rêde auxiliar da Central.

Vinha ter à Baixada Fluminense, nas vizinhanças de Iguassú. Por êste *caminho novo* de Garcia Rodrigues Pais, Domingos Rodrigues da Fonseca e Bernardo Soares de Proença desceram toneladas de ouro e milhares de quilates de diamantes.

À sua direita e à sua esquerda ficava a floresta virgem e densa, habitada por índios até princípios do século XIX. Caberia ao café desalojá-los.

Logo que as lavouras começaram a espraiar-se, principiaram os esgalhos do Caminho Novo.

O Caminho Velho das Minas era o que punha em comunicação o norte paulista e o porto de Paratí. Não havia estrada contínua entre S. Paulo e o Rio de Janeiro. A civilização tinha a sua fronteira em Queluz, e o Paraíba entre êste aldeiamento purí do padre Chagas Lima e Paraíba do Sul, corria no sertão.

Foi em fins do século XVIII que se estabeleceu picada através da matéria do oeste fluminense, que nesta época era paulista até o rio Piraí, a vereda de Santa Cruz a Itaguaí, que vencia a serra, demandava S. João do Príncipe e ia ter a Barrenal, Arrêias e Lorena.

O cafêzal propagou-se pelo vale do Paraíba, à montante de Lorena e à jusante de Rezende, e novas veredas se abriram de Barrenal para Jurumirim, de Barra Mansa a Angra dos Reis, de Taubaté a Ubatuba, de S. José a São Sebastião.

Variantes se praticaram, ainda no século XVIII, no Caminho Novo, a de Putí de Alferes, a Serra dos Órgãos e a Estrêla. Daí passava por Mandioca, a célebre fazenda de Langsdorf, galgava ràpidamente a Serra dos Órgãos, passava por Córrego Sêco, futura fazenda imperial e futura Petrópolis, em demanda de Cebolas e Paraíba do Sul.

Em 1819 e 1820, a Junta de Comércio do Rio de Janeiro,

à vista das dificuldades do tráfego, cada vez mais intenso, fez abrir nova variante: a que se entroncava no Caminho Novo em Iguassú, demandava Vassouras e Comércio, à margem do Paraíba, atravessava êste rio procurando Valença, a fronteira de Minas em Rio Preto, de onde deitava galho em direção de Paraibuna, através de região dentro em breve coberta de cafèzais.

Abriu-se mais tarde o chamado *caminho da serra,* que Cunha Matos perlustrou em seu conhecido e precioso *Itinerário*: do Rio de Janeiro à Estrêla, Mandioca, Padre Correia, Pampulha e Paraíba do Sul.

Teve Estrêla, grande ponto de entreposto, então, imenso movimento de carga e descarga do café mineiro e fluminense, destinado a sair pela barra da Guanabara. Sôbre a sua movimentação, há numerosos depoimentos de nossa xenobibliografia, como os de Mawe, Spix e Martius, Walsh, Saint Hilaire, Suzannet, etc.

Declinaria Estrêla com a construção da primeira estrada de ferro brasileira, a de Mauá à Raiz da Serra dos Órgãos, iniciativa do benemérito Irineu de Souza, barão e visconde de Mauá.

Acabaria por matar ao velho pôrto dos fetos, a linha da Pedro II.

O antigo Caminho Velho das Minas por Paraíba, Cunha e Guaratinguetá, que durante um século fôra transitado, viu o seu tráfego diminuido, largamente, com a abertura de novas vias condutoras do café ao litoral, como fôsse a de Bananal a Jurumirim. Por diversos rumos desceu o grão de rubiácea do planalto a vários pontos do golfo fluminense, tais as escoadas de Ariró, Itaipuna, Mambucaba e Bracuí. Naquela zona do litoral fluminense, ativo comércio se notava em vários portos, como fôssem Jurumirim, Angra dos Reis e Mangaratiba.

Tornou-se êste último pôrto sobremodo importante com a facilitação dos transportes, graças aos trabalhos da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba. Organizada em 1855, construiu ela com grande dispêndio de capitais cêrca de trinta quilômetros de estrada entre Mangaratiba e São João Marcos, vencendo a serra marítima, primeira verdadeira estrada de rodagem feita no Brasil, no conceito dos técnicos.

Por ela transitaram dois milhões de arrobas de café, dos quais nove décimos de procedência fluminense e o resto do extremo norte de S. Paulo ou Bananal, e do sul de Minas, do

região de Baependí. Devia ir à Barra Mansa, mas esgotando-se-lhe os recursos, faliu a emprêsa construtora.

Em 1854, inaugurava-se a primeira estrada de ferro do Brasil, o pequenino trecho de Mauá à Raiz da Serra da Estrêla, fruto da iniciativa do grande Irineu de Souza, visconde de Mauá. Pretendia o ilustre brasileiro fazer com que os trilhos de sua minúscula via férrea vencessem os fortíssimos aclives serranos e atingissem a margem direita do Paraíba. Mas faltaram-lhe, para tanto, os meios.

À ponta dos trilhos da via férrea de Mauá veio ligar-se o leito magnífico da União e Indústria, cuja concessão datou-se, igualmente, de 1852; obra enorme para os meios do tempo e devida a outro brasileiro dos mais notáveis: Mariano Procópio Ferreira Lage.

Imenso foi o que êle conseguiu com a sua esplêndida via carroçável, que galgava os oitocentos metros da Serra do Mar, atingia Petrópolis e descia para Entre Rios, aí transpondo o Paraíba para findar em Juiz de Fora. Dispunha, ainda, de ramais, dos quais o mais importante era o do Rio Preto. Prestou a União e Indústria inestimáveis serviços ao desenvolvimento da cultura cafeeira.

No oriente fluminense, os cafèzais apareceram muito depois dos das regiões de oeste.

A chamada zona de Cantagalo começou a ser invadida pela rubiácea, real e largamente, passado o ano de 1840.

Foi áspero o vencimento da serra. A estrada de ferro Pôrto das Caixas a Cantagalo, devido sobretudo à iniciativa do barão de Nova Friburgo, exigiu enormes dispêndios. As picadas abertas do planalto para o mar, em demanda de Macaé, tinham de vencer grandes agruras.

Não menores, as que determinam a abertura da estrada de Macé a Sapucaia e Mar de Espanha, realizada pelo barão de Aiuruoca e seu irmão Francisco Leite Ribeiro.

Desde 1835 apareceram, no Brasil, os primeiros vestígios do integramento do país na febre ferroviária que avassalava tôda a civilização ocidental, desde que surgira na Inglaterra o invento de Stephenson.

A 3 de outubro de 1835, promulgava o Regente Feijó a lei n.º 101, que dispunha sôbre os favores a serem concedidos aos construtores de estradas de ferro. Muitos anos decorre-

ram, antes que se tornasse uma realidade êste anseio de progresso. Nesta fase inicial, numerosos projetos surgiram e pedidos de concessão avultaram, sobretudo quanto à abertura de vias férreas servindo à zona mais rica do país, a cafeeira.

Mauá inauguraria os quatorze e meio quilômetros de sua linha singela, a 30 de abril de 1854. Os irmãos Teixeira Leite, com o barão de Vassouras e o dr. Joaquim J. Teixeira Leite à testa, encetaram o famoso Movimento de Vassouras, vencendo as resistências de tímidos misoneistas, entre os quais vários políticos, que anteviam os maiores desastres financeiros para a emprêsa ferroviária que tentasse ligar a cidade do Rio de Janeiro ao distrito vassourense.

Com espírito de decisão e de larga visão, muito raro no Brasil de seu tempo, custearam os Teixeira Leite os estudos de engenheiros inglêses, especialistas reputados, os irmãos Waring e afinal, depois de grandes delongas, conseguiram que o govêrno imperial patrocinasse a emprêsa, da qual surgiria a Estrada de Ferro Dom Pedro II. A 8 de novembro de 1858, seus trilhos alcançavam a base da Serra do Mar. Em 1863, estacavam ante as dificuldades do túnel grande de Rodeio. Em agôsto de 1864, vencera-se a Serra! Chegavam os comboios da Pedro II à Barra do Piraí, encontrando à direita e à esquerda o grande suave das margens do Paraíba, apinhadas de cafèzais. Atingiam Entre Rios em 1867, Barra Mansa em 1871. Em Entre Rios, valiam-se do vale do Paraibuna para atingir os novos e ricos centros cafeeiros de Juiz de Fora. Prosseguiam para o oriente, drenando o café da Mata de Minas em seus ricos municípios de Mar de Espanha e limítrofes.

Com esta estrada ferroviária crescera, do modo mais notável, a produção mineira; quase triplicara de volume num decênio: passara de 757 733 arrobas na safra de 1857-1858 a 2 149 354 das de 1867-1868.

Em São Paulo, não menos notável e vultosos eram os óbices ao escoamento do café para o litoral.

Depois de muitas tentativas falhas, organizou-se a companhia que devia levar os trilhos de Santos a São Paulo, Campinas e Rio Claro, iniciativa de que foi o magno animador o futuro visconde de Mauá. Encetaram-se os trabalhos da São Paulo Railway a 24 de novembro de 1860, seu tráfego regular se iniciou a 15 de agôsto de 1866, depois do vencimento

de mil tropêços, sobretudo financeiros, dominados e superados pela energia de Mauá, cujos serviços a São Paulo foram, nesta ocasião, imensos.

A 28 de novembro de 1868, fundava-se a Companhia Paulista, cujos trilhos, em 1872, chegavam a Campinas. Nas terras de suave derrame do oeste paulista, a quilometragem ferroviária se multiplicaria notàvelmente. Em 1873, inaugurava-se o trecho de Jundiaí a Itú.

Contemporâneamente, desenvolvia-se a viação férrea na região fluminense oriental. Já desde 1857, havia grandes fazendeiros como os barões de Nova Friburgo e de Itambí, solicitado concessão para uma linha do Pôrto das Caixas à Raiz da Serra dos Órgãos. Desenvolveu-se muito lentamente esta linha, de que havia apenas quarenta e nove quilômetros em 1869, por onde, ainda assim, neste milésimo, passaram 640 608 arrobas de café.

Neste ano, havia no Brasil 736 840 metros de vias férreas, cabendo às zonas cafeeiras 478 quilômetros, dando avultado saldo quilométrico e transportando mercadorias que pesavam 20 183 057 arrobas.

BIBLIOTECA DO I. B. C.

CAPÍTULO VII

A bibliografia agronômica brasileira antiga do café. Borges de Barros e Silvestre Rebelo; Ferreira de Aguiar e Carlos A. Taunay; o conde de Gestas e Agostinho Cunha; o barão de Patí do Alferes e F. Burlamaqui.

A bibliografia cafeeira do Brasil nasceu, segundo parece, em 1813, com os artigos publicados anônimamente por Borges de Barros, visconde da Pedra Branca, n' *O Patriota.*

Antecederam êles ao grande surto da rubiácea. Pode-se objetar que são posteriores aos volumes de Fr. Veloso n'*O Fazendeiro do Brasil,* mas esta alegação não procede, pois os dois livros do ilustre franciscano não passam de mera coletânea de traduções de autores inglêses e franceses, sem o mínimo cunho nacional, o que não se dá com as *Memórias sôbre o café, sua história, cultura* e *amanhos,* de Borges de Barros, cujo valor científico é sobremodo reduzido, aliás, como era de esperar. Nelas se compendiam bons e maus conselhos. Assim, se recomenda que as lavouras não sejam plantadas em terras de grande declive por causa da erosão, e apregoam-se as vantagens do sombreamento dos cafèzais. Ao mesmo tempo, declara-se não haver o menor inconveniente em se plantar, nos eitos, milho e mandioca. Pelo contrário, só há, em tal, vantagem!

Mas não se plantassem batatas inglêsas! Vê-se que o nosso autor como andava muito abeberado aos autores franceses. Recomendava muito cuidado com os viveiros, expendendo, a tal

propósito, excelentes conselhos, como são, aliás, os que se referem ao plantio das mudas.

O espaçamento dos cafeeiros também ocupou a atenção de Pedra Branca. Nunca se plantasse a menos de nove palmos de cova a cova, sendo admissível que se levasse êste espaçamento até ao dôbro. Covas para a plantação fôssem abertas de 6 a 7 polegadas de profundidade, quando a terra se mostrasse boa. E a transplantação se realizasse em tempos chuvosos.

Recomendava Borges de Barros o decote dos cafeeiros e o desbaste dos galhos. Mas fôsse esta poda realizada com enorme cuidado. O decote mostrava-se muito benéfico às árvores, facilitava a colheita e protegia as árvores dos furacões; e o decote, como o nosso agrônomo o recomendou, deve ter-se generalizado no Brasil. E' o que nos indica a mais velha bibliografia cafeeira. Tratando das carpas, preconizava o agrônomo a sua frequência pela enxada. Mas, fôssem elas bem dirigidas, pois senão seriam um auxiliar da erosão.

Depois de uma série de conselhos de menor interêsse e importância, inculcava Borges de Barros aos fazendeiros, como advertência, sério cuidado com os ensinamentos de certos autores, que se improvisavam mestres na ciência agronômica e davam, por paus e por pedras, com os seus desacertados e não autorizados ensinamentos.

Os conselhos de Borges de Barros sôbre a colheita são algo ingênuos. Devia a operação ser realizada com a maturação homogênea das cerejas; os colhedores que não cortassem a mão pelas ramas, ofendendo os rebanhos... O melhor processo consistia em se sacudirem as árvores, caindo os seus frutos sôbre grandes lençóis postos debaixo dela, como praticavam os árabes.

Reprovava o agrônomo o amontoamento do café nos terreiros, por favorecer a fermentação. Seria o ideal proceder a seca em estufa. Era muito favorável ao despolpamento integral das colheitas, por causa da economia de tempo que trazia.

Depois de expor os quatro processos de beneficiamento praticados no Rio de Janeiro, pelo pilão, o ripa, o moinho e a mó, dizia não ser mau banhar os grãos em leite de cal. Reduzia-se o prazo da seca e dava-se ao produto seu aroma. Nada de lavagens prolongadas, por desenvolver gases inflamáveis e detonantes. A humidade, eis o grande inimigo do café. E quando fôsse êle embarcado, não se o arrumasse nos porões

dos navios perto de fumo, álcool e especiarias. Arriscava-se o embarcador a vê-lo tomar o gôsto dos produtos contíguos. Os cafèzais brasileiros mostravam-se muito mais viçosos do que os antilhanos. O que faltava ao Brasil era a aprendizagem agrícola e o concurso para o aperfeiçoamento dos produtos.

A fundação, em 1828, no Rio de Janeiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por um grupo de homens esclarecidos, entre os quais figuravam o conselheiro Pinto de Almeida, o visconde de Alcântara e o barão de Ubá, trouxe sério estímulo aos estudos agronômicos do país.

Em 1835, saía o primeiro número do seu órgão, o *Auxiliar da Indústria Nacional,* espécie de enciclopédia destinada à vulgarização dos conhecimentos úteis sôbre mil e um assuntos agrícolas, industriais, químicos, etc.

Era impossível que nas suas páginas não surgisse, logo, a ventilação dos problemas cafeeiros.

Assim, no tomo V da série estampou-se a *Memória sôbre a cultura do cafeeiro,* de José Silvestre Rebelo, seguindo-se-lhe pequenos artigos, geralmente traduções de autores franceses e inglêses, como o do conselheiro José Caetano Gomes.

Contemporâneamente, foram aparecendo publicações autônomas, estimuladas pelos trabalhos da Sociedade, como, em 1836, a *Pequena memória sôbre a cultura do café,* do padre José J. Ferreira de Aguiar, e em 1837, o *Manual do Agricultor Brasileiro,* do major Carlos Augusto Taunay, que teve real êxito, sendo reimpresso, aumentado, em 1839, coisa inaudita para a época.

Neste *Manual,* longas páginas se consagram ao café, encerrando a maior massa de conselhos aos lavradores, até então codificada. Assim, incitou o autor aos fazendeiros a que procurassem instruir-se quanto possível e abeberar-se às idéias do progresso, pela leitura das obras dos agrônomos. Recomendou-lhes muito cuidado com a abertura e a conserva dos caminhos. Fôssem êstes racionalmente traçados, para poupar as fôrças dos escravos e dos animais de tiro.

Longamente tratou o major Taunay da questão da ferramenta agrícola, recomendando o contínuo emprêgo do arado. Escrevessem sempre atentos no combate à erosão, fazendo-lhe frente com tôdas as fôrças. Também o preocuparam o sombreamento dos cafèzais e a conservação das matas nos cocorutos das montanhas.

Conselhos judiciosos ministra o *Manual,* a propósito da

escolha do local das sedes das fazendas a se abrirem, a construção das casas grandes e das casas de máquinas, das senzalas, paióis e tulhas. Muito humanitários, os que se referem aos cuidados com a higiene e a saúde da escravatura. E jamais olvidassem os fazendeiros do imperativo absoluto de economizarem, economizarem sempre! Constituissem reservas, tendo em vista a aquisição de braços para a eventualidade do decréscimo de sua escravatura, devido a alguma epidemia.

Era, aliás, o major Taunay fervente abolicionista e foi dos próceres do movimento libertador no Brasil, mas reconhecia que o momento não era azado para que, entre nós, desaparecesse o regime servil.

O intróito da memória de José Silvestre Rebêlo fri[sa] quanto crescia, dia a dia, a importância do café no conjunto do comércio internacional do universo.

Procurava o douto autor ministrar, aos fazendeiros brasileiros, uma espécie de súmula do que os agrônomos franceses e inglêses preconizavam. A tal propósito, citou diversos tratadistas dos mais prestigiosos de seu tempo, como Laborie, Guissan, etc., sobretudo o primeiro, cuja ciência louva sobremaneira. Aplicando as lições dos agrônomos do Brasil e a elas adindo o que já a prática de longos anos de cafeicultura ensinava, tratou Silvestre Rebêlo da escolha das terras para o plantio de novas lavouras, dos padrões da vegetação destas terras, condenando o plantio direto de cafeeiros, pois devia êle ser feito em viveiros.

Longamente cuidou dos tratos a dar a êstes viveiros e à transplantação das mudas para o seu lugar definitivo, que devia ser em terreno bem limpo e bem destocado.

Cuidou longamente, também, do decote e da poda, que deviam ser feitos por intermédio de indivíduos peritos, podendo ser nefasto quando mal executados.

Outros conselhos, e abundantes, foram ministrados aos colhedores. Tratando o nosso agrônomo dos processos de beneficiamento em seu tempo correntes, lembrou quanto o descascamento pelo pilão de braços era a morte dos desgraçados escravos. Procurassem os fazendeiros, quanto possível, afastar de seus míseros servos tal imposição, que lembrava os horrores dos moinhos romanos de trigo. Assim, tratassem de substituir os homens pelos animais e, sempre que possível, pelos motores mecânicos e a fôrça hidráulica.

Intensivamente, discutiu Silvestre Rebêlo o caso das van-

tagens e desvantagens do benefício pelo despolpamento ou o trato do café de terreiro.

O café brasileiro vendia-se muito mais barato do que o das Antilhas, nos grandes mercados mundiais, e isto, êle, autor, supunha dever-se ao fato de que era sêco em terreiro e não despolpado.

Comparando fazendas antilhanas e brasileiras, declarou o nosso memorialista que, nas Antilhas, uma propriedade que dispusesse de cem mil árvores e cem escravos, colhia cêrca de 3 200 arrobas em média anual. Era o que davam as fazendas fluminenses. Produziam estas, ainda, víveres para o seu consumo interno e, às vêzes, para a venda, podendo dar um lucro de cêrca de doze contos de réis. Com êste resultado, vivia o fazendeiro "livre de dívidas, respeitado e gozando de bastante influência moral e política, entre os seus vizinhos".

Situação privilegiada, digna de tôda a inveja, comentava o nosso agrônomo.

Seus demais comentários são muito parecidos com os dos outros autores contemporâneos.

Na bibliografia cafeeira antiga do Brasil, figuram alguns autores estrangeiros, entre êles o conde de Gestas, que foi ministro da França no Rio de Janeiro, um dos fundadores da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e personalidade de notável atuação cultural e civilizadora nos meios brasileiros.

Tinha uma fazenda na Tijuca perto da Cascata Grande, onde introduziu várias plantas úteis ainda desconhecidas no Brasil. De 1830, data uma sua memória sôbre a cafeicultura, em que preconizava o emprêgo de máquinas e o aperfeiçoamento dos processos de seca. A êste propósito, estudava as vantagens e desvantagens da seca artificial em estufas, tabuleiros cobertos por meio de ventiladores.

De 1836, data a *Pequena memória sôbre a plantação, cultura e colheita do café*, da autoria do padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, capelão, largos anos, numa grande fazenda do Valença, que, supomos, haja sido do marquês de Baependí. Além o padre Aguiar ter conhecido de perto os processos da cafeicultura.

Assim, tratou de muitos aspectos dessa lavoura, cuidando dos viveiros, plantio de mudas, espaçamento, alinhamento, capinas, poda, colheita, processos de beneficiamento, plantação intercalar, etc.

Escrita com muito critério e moderação, esta *Memória*

do padre Aguiar bem reflete as melhores idéias do tempo, acêrca dos mais adiantados métodos empregados nas lavouras.

Era o seu autor grande apologista do emprêgo de máquinas, não só por espírito progressista, como devido a tendências humanitárias, a fim de aliviar o penosíssimo serviço dos cativos.

Deviam os lavradores "irem suprindo com máquinas artificiais as máquinas humanas, cuja falta futura muito arruinaria, em verdade, os incautos e os desprevenidos", previa o eclesiástico ao perceber quanto o trabalho servil era terrível devorador de homens.

De 1839, data-se segunda *Memória* de José Silvestre Rebêlo sôbre a cultura do cafeeiro. A respeito da história da introdução do café no Brasil, mostra-se êste autor bem pouco informado, alias. O que nesta produção do ilustre polígrafo, que tanto serviu à causa brasileira nos Estados Unidos, há de mais valioso, vêm a ser os dados estatísticos sôbre a nossa produção nacional.

Em 1844, apareceu sôbre o assunto obra de muito maior porte, a *Arte de cultura e preparação do café*, da autoria do dr. Agostinho Rodrigues da Cunha, que se supõe ter sido brasileiro... Precedera-o de um ano outro livrinho, a *Memória sôbre um novo método de preparar o café*, de Antônio da Silveira Caldeira, opúsculo de pequena monta.

A obra do dr. Cunha, embora não muito consideràvel é um manual versando todos os problemas cafeeiros da época, sob o ponto de vista agronômico.

Uma das suas principais qualidades era apontar aos lavradores os perigos da erosão, a necessidade do bom arejamento e insolação dos cafèzais, a importância da escolha de faces por causa dos ventos, etc. Ocupou-se o dr. Cunha, longamente, da poda, mostrando os perigos de tal operação, quando mal feita.

Também cuidou muito da construção das casas fazendeiras, dos terreiros, das vantagens e inconvenientes dos diversos métodos de beneficiamento, como do despolpamento. Era o nosso agrônomo grande apologista da secca artificial, verberando o desaparelhamento mecânico em que ainda viviam as fazendas brasileiras. Desta circunstância decorria a má qualidade do café do Brasil. Fazendeiros havia-os em número enorme, que maltratavam horrìvelmente o seu produto. O processo dos pilões era sobremodo primitivo e o nosso agrônomo preconizava a sua substituição pelos descascadores de

mós de moinho, que não quebravam nem esmagavam os grãos. Também elogiou muito os ventiladores, que faziam o serviço de muitos escravos.

Fazendeiros tão broncos havia, que quase faziam com o café como os vinhateiros de Portugal com as uvas, esmagavam-no esfregando-o entre pedras! Muitos dos maiores lavradores opunham a inércia do seu atraso às conquistas da ciência e da indústria.

Era o dr. Cunha pessimista, acêrca do futuro da lavoura cafeeira do Brasil. O café não poderia por muito tempo sustentar preços excepcionais, devido à concorrência de que estava ameaçado, até por parte da África.

Era propagandista acérrimo do aperfeiçoamento do produto. Afirmou que o valor da colheita, de 1841-1842, teria subido de 18 159 a 22 228 contos, se houvesse sido de cafés mais bem tratados.

No ano de 1845, outro livro sôbre o mesmo assunto se data, o do dr. Afonso Rendu, médico francês que percorreu o Brasil cafeeiro. Criticou o desflorestamento, sem peias, da região fluminense, que nem poupara as cumiadas dos morros, como tanto se impunha fazê-lo. Achou o café fluminense de muito mau gôsto: criticou a apanha simultânea dos grãos verdes e maduros. A colheita pelo braço escravo era a mais defeituosa. Havia a maior relutância, por parte dos fazendeiros, em aceitar os melhoramentos indicados pelo progresso. Eram verdadeiros misoneistas. Entretanto, via lotes venderem-se por seis mil réis a arroba, quando os preços comuns, gerais, oscilavam entre 3 500 e 4 000.

De 1847, data-se a *Memória sôbre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*, da lavra de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Patí de Alferes (1795-1861), grande fazendeiro, um dos maiores da região fluminense.

Seu livro é precioso documento como pintura de sua época. Nascera o autor, crescera e envelhecera na lavoura, presenciara a formação dos primeiros grandes cafèzais fluminenses e assistira ao surto magnífico daquela enorme lavoura, sôbre a qual se assentara a prosperidade do Brasil.

Era homem de real inteligência e notável critério, conhecedor profundo de sua profissão de lavrador.

O livro do barão de Patí tornou-se como que um breviário dos agricultores, seus contemporâneos, fato que demonstra

a rapidez do esgotamento de sua edição e a rapidez de sua reimpressão, num tempo em que quase não se lia no Brasil.

Tratou o provecto lavrador, com tôda a minúcia, de quanto havia de importante no meneio de uma fazenda. Assim, longamente tratou da escolha das terras destinadas às futuras lavouras, mostrando quanto era indispensável a observação dos patrões. Mostrava-se, aliás, sobremodo infenso aos processos de dendroclastia correntes no Brasil e graças aos quais enormes reservas florestais iam desaparecendo, freqüentemente, em pura perda. Sombrio futuro prenunciava êste estado de coisas para a riqueza nacional. A tal propósito, revelou o barão de Patí quanto era conhecedor das qualidades das grandes e numerosas essências da rica flora fluminense.

Outro caso de alto relêvo era a escolha da sede da futura fazenda. A tal propósito, ministra o grande fazendeiro os mais úteis alvitres. Devia ela ser o objeto da mais acurada inspeção.

Quanta e quanta fazenda havia, com a sua casa grande e suas principais benfeitorias instaladas em locais pèssimamente escolhidos. Outro capítulo importante foi largamente ventilado, o do estabelecimento da serraria, do engenho e dos terreiros.

O capítulo da *Memória* — "obrigações do administrador", constitui precioso quadro de costumes traçado por abalizada autoridade. Devia o gerente da propriedade, diàriamente, revistar a escravatura, fazer-lhe a chamada, verificar-lhe as condições de saúde e saber notícias dos enfermos hospitalizados. Depois das orações quotidianas e da partida dos escravos do eito, tocava-lhe a vez a revista dos animais domésticos, exame de currais, cocheiras, chiqueiros e o exame do que se fazia no engenho e na serra.

Terrível a faina do bom administrador, obrigado a extraordinária movimentação diária.

Finda a sua inspeção na sede, montaria a cavalo para ver como ia o serviço das lavouras, roças e pastos, conforme conlhasse. Voltando, devia ocupar-se com o movimento dos terreiros.

Devia prestar a maior atenção ao que nêles existia ao sol, pois muito furto de café se praticava pelos escravos surtidores de vendeiros da vizinhança.

Para a tarde, impunha-se nova ida ao eito. Se houvesse trabalho de tiradores de madeira, o administrador iria à mata. Voltando à sede, ainda considerava a revista da tarde e verificaria se deveria ou não haver serão.

Bom administrador só podia ser um homem muito moço, de rara atividade, pois dêle se exigia o mais notável dispêndio de energia.

Muito interessante, o capítulo em que o barão de Patí descreve o aparelhamento dos escravos trabalhadores rurais de seu tempo e faz um exame apurado da ferramenta.

A escolha da terra para os cafèzais, questões de faceamento e de declividade, estudou-a o nosso agrônomo com o maior cuidado. Largamente, também, se ocupou com o caso das carpas, da colheita e seus processos, preconizando método ùltimamente muito elogiado — o da colheita natural. Assim, também estendeu-se, longamente, sôbre a fatura de terreiros. Tratou da poda, ensinando como deveria realizar-se a delicada operação, que precisava ser feita com todo o cuidado. O espaçamento dos cafeeiros foi motivo de largo exame seu, assim como o modo do plantio.

Quanto ao beneficiamento do grão, dêle cuidou o provecto lavrador com a maior atenção.

Traçou uma resenha de quanto havia de melhor em matéria de processos, despolpamento, descascamento, seca natural e artificial, sendo êste capítulo bom apanhado do que havia de mais recomendado no seu tempo. Era o barão de Patí fervoroso adepto da boa lavagem do café. Só assim se libertaria o produto da terra, que tanto prejudicava o bom renome do café brasileiro.

Secção interessante da *Memória* do barão de Patí é a que se ocupa em descrever as indústrias secundárias, indispensáveis à fazenda de café. Assim, por exemplo, a que se refere à produção de mantimentos, às roças de milho, feijão, arroz e mandioca, ao canavial e ao plantio das tuberosas. Recomendava vivamente o emprêgo do arado, sempre que o terreno o permitisse.

Muita coisa interessante aí se compendia, de nossa agronomia primitiva e rudimentar.

Nada de fogo nas roças velhas e tigüeras, recomendava o brilar. Quanta terra estragada havia no Brasil, imprestável graças às queimadas, agora cobertas de sapê e samambaia!

Outra causa de dano: consentir o fazendeiro que o gado

so o flagelo, cobrindo enormes áreas no Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo. Inúmeros cafèzais se achavam em vara e as colheitas haviam decaído imenso. Mas o mal ia fazendo o seu ciclo e entrara na fase declinatória. A tal propósito, fez Freire Alemão muito inteligente apanhado das condições da lavoura fluminense, criticando-lhe o misoneismo dos processos e a incúria dos fazendeiros. A *Elachista* começara os seus estragos já em 1856, e só se tornara notada quando, quatro anos mais tarde, provocara aquêle terrível alarme em todo o país, pela extensão das devastações que, em diversas zonas, haviam sido enormes.

Desapareceu a borboletinha, por assim dizer, depois de 1862. A seu respeito, escreveu Agassiz interessante e extensa nota.

CAPÍTULO VIII

Grandeza e decadência da lavoura fluminense, do norte paulista e da Mata de Minas. As grandes fazendas e os grandes fazendeiros. O patriciado dos barões do café. Depoimentos de procedência estrangeira.

Desde os anos do Primeiro Império, como vimos, crescera imenso o cafèzal brasileiro, ocupando áreas cada vez maiores na província fluminense, na Mata de Minas e no norte de S. Paulo. Enormes superfícies magnìficamente florestadas haviam sido tomadas de assalto pelas lavouras da rubiácea. E, nada de mais eloqüente para documentar o fato, do que a inspeção das diversas cartas geográficas da região centro meridional do Império, os mapas sucessivamente impressos, onde vemos os núcleos de população, vilas e cidades surgirem ràpidamente em zonas onde, havia bem pouco, reinava a solidão e vagueavam índios.

Pouco a pouco derrubavam a mata e abriam lavouras que, dentro em breve, os enriqueceriam. Cada vez mais intenso o apêlo ao avolumamento dos braços, reclamados pelos cafèzais novos.

Muitas violências se praticaram nos distritos recentemente conquistados pelos cafèzais, como era inevitável que assim sucedesse, pois sempre ocorre em terras desertas que se abrem à civilização.

Grande número de mineiros, famílias inteiras, se despediram das terras do planalto para as da Mata do Rio, que

uma vez tomadas pelo cafèzal, transpusera êste o Paraíba, invadindo uma zona ubérrima, a Mata de Minas.

Começavam a surgir as grandes fazendas e os grandes fazendeiros. Famílias inteiras de grandes landlords, formando um como que patriciado de efêmera duração, aliás.

Muito interessante, sob o ponto de vista sociológico, o exame das condições da grande lavoura cafeeira, durante o primeiro meio século do regime imperial. Existe, sôbre esta fase curiosa, numerosos estudos esparsos, mas nenhum de conjunto assaz desenvolvido como tanto merece.

Entre êstes ensaios mencionemos: *Grandeza da Província e decadência do Estado do Rio de Janeiro*, de Eloi de Andrade, *A Côrte no Brasil*, de Alberto C. de Araujo Guimarães, *O Negro*, de Honório Silvestre, *O bacharel nortista*, de um anônimo, etc.

E, ainda como ensaio de sintetização, vários dêstes capítulos magníficos que Oliveira Viana consagrou ao assunto, em diversos de seus lúcidos estudos e observações.

Rèpidamente, prosperaram os pioneiros do café, que eram homens de notável energia e incansáveis trabalhadores. Centenas dêles acabariam figurando no nobiliário imperial. E seus nomes cobririam um terço da resenha total do milheiro de agraciamentos de títulos, feitos pelos dois imperadores.

Tornaram-se célebres, em todo o país, muitas destas fazendas, onde as benfeitorias, sobretudo as casas grandes, haviam às vêzes consumido centenas de contos de réis.

Assim, entre muitas, citemos *Gavião*, do conde de Nova Friburgo; *S. Joaquim da Grama*, do comendador Joaquim J. de Souza Breves; *Pau Grande*, do visconde de Ubá; *Paraiso*, do visconde de Rio Preto; *Coroas*, do marquês de Valença; *Santa Mônica* e *Santa Rosa*, do marquês de Baependí; *Pinheiro*, do comendador José J. de Souza Breves; *Lordelo*, do marquês de Paraná; *São Lourenço*, do visconde de Entre Rios; *Três Poços*, do comendador Lucas Monteiro de Barros; *Secretário*, do barão de Campo Belo; *Serraria*, do barão de Pirabanha; *São Fidélis*, do barão de Santa Justa; *Sant'Ana*, do marquês de Lages; *Vargem Alegre*, do barão dêste nome; *Crissiúma*, do barão do Amparo, e depois de seu filho, o visconde de Barra Mansa; *Campos Elíseos*, do visconde de Ipiabas; *Boa Vista*, do visconde da Paraíba; *Santa Clara*, do barão do mesmo nome; *Ubá*, do barão de Ubá; *Casal*, do comendador Paula Santos; *Areias*, do conde de São Clemente; *Santa Fé*, de monsenhor Bacelar; e muitas e muitas mais, como as dos barões de Pati

do Alferes, Duas Barras, Guanabara, Juparanã, Guararema, Piraí, viscondes do Imbé, Cananéia, Rio Bonito, conde de São Clemente, etc., pertencentes a famílias cujos diversos ramos haviam, simultâneamente, enriquecido cuidando da lavoura do café.

Constituiam, agora, o patriciado fluminense como os Nogueira da Gama, Pais Leme, Teixeira Leite, Monteiro de Barros, Souza Breves, Ribeiro de Avelar, Gomes de Carvalho, Darrigue de Faro, Correia e Castro, Clemente Pinto, Morais, Alves Barbosa, Carneiro Leão, Oliveira Roxo, Gonçalves de Morais, etc. etc.

No norte e oeste de S. Paulo, notava-se o mesmo fenômeno do enriquecimento simultâneo de diversos ramos das grandes famílias antigas, algumas delas já opulentadas, ou pelo menos abastadas, antes da grande cultura cafeeira e depois largamente beneficiadas pelo surto da rubiácea.

Assim se dava com os Pais de Barros, Sousa Queirós, Silva Prado, Queirós Teles, Almeida Prado, Sousa Aranha, Souza Rezende, Pompeu de Camargo, Leite de Barros, Cunha Bueno, Vergueiro, Arruda Botelho, Penteado, Pacheco e Silva, Ferreira de Camargo, Ferraz, Conceição, Teixeira Nogueira, Pompeu do Amaral, Rodrigues Jordão, Araujo Cintra, Lara, Assunção, Piza, Sousa Camargo, Alves Lima, Ulhôa Cintra, Mello Oliveira, Franco Lacerda, Junqueira, Oliveira, Azevedo, Oliveira Borges, Lopes Chaves, Leitão Godói, Homem de Mello Salgado, Romeiro, Aguiar Valim, Moreira Lima, Castro Lima, Monteiro, Freitas Novais, etc., do norte paulista.

Na Mata mineira alguns nomes nos ocorrem à memória, como os de Monteiro de Barros, Monteiro da Silva, Cerqueira Leite, Moreira Ferreira, Silva Pinto, Vilela de Andrade, Ferreira Leite, Leite Ribeiro, Teixeira Leite, Dias Tostes, Halfeld, Fonseca Pereira Armond, Barbosa Lage e quantos mais.

Entre as grandes fazendas paulistas de antanho, algumas delas dignas de confronto com as fluminenses, citemos as de *Ibicaba*, do senador Vergueiro; *São Jerônimo*, do barão de Souza Queirós; *Sete Quedas*, do visconde de Indaiatuba; *Anhumas*, do barão de Limeira; *Laranja Azêda*, do marquês de Três Rios; *Santa Gertrudes*, do barão de S. João do Rio Claro; *Santa Veridiana*, do dr. Martinho Prado; *Rio das Pedras*, do conselheiro Albino Barbosa de Oliveira; *Pau Grande*, do barão de Ataliba; *Charadão*, do barão de Itapura; *Santo Antônio*, do barão de Jundiaí; *Paraiso*, do barão de Itú; *Monjolinho* e *S.*

Lourenço, do comendador Souza Barros; *Santa Genebra*, do barão Geraldo de Rezende; *Barra*, do barão de Pirapitinguí; *Resgate*, do comendador Aguiar Valim; *Bela Vista*, do visconde de Aguiar Toledo; *Paraiso*, do barão de Serra Negra; etc. E no norte da Província, onde as lavouras eram mais antigas, citavam-se as fazendas do conde de Moreira Lima e barão de Castro Lins, em Lorena; do visconde de Aguiar Toledo e Arriró, barão de Joatinga e comendador Aguiar Valim, em Bananal; do visconde de Guaratinguetá, em Lorena e Guaratinguetá; dos viscondes de Pindamonhangaba e de Palmeiras, barões de Itapeva, Taubaté, Paraibuna e Romeiro, em Pindamonhangaba; dos barões de Jacareí e Santa Branca, e do comendador Leitão, em Jacareí; dos viscondes de Mossoró e de Tremembé, em Taubaté e Caçapava; dos barões de Itatiba, Ibitinga, Cintra, Campinas e Piracicaba, visconde do Rio Claro, conde do Pinhal, barões de Araraquara, Japí, Monte Mor, Pôrto Feliz, Atibaia, Tietê, etc.

Em Minas Gerais, algumas fazendas se tornaram, igualmente, muito citadas, como sejam: *Santa Mafalda*, do barão do mesmo nome; *Santa Sofia*, do conde de Prados; *Gironda*, do comendador José Eugênio Teixeira Leite; *Lourical*, do barão de Aiuruoca; *Três Barras*, do visconde de Jaguarí; *S. Mateus*, da baroneza do mesmo nome; *Soledade*, do barão da Bertioga; *Santa Ana*, de Mariano Procópio Ferreira Lage; *Pântano*, do comendador Antônio Carlos Teixeira Leite, e outras muitas, como as dos barões de Piabanha, Santa Helena, S. José do Rio Preto, Leopoldina, São Geraldo, Itamarandiba, Três Ilhas, Retiro, Santa Alda, visconde de Itatiaia (*Providencia*), Monte Mário (*Piedade*), etc.

Ao passo que as lavouras das matas fluminense e mineira haviam progredido de modo tão notável, o centro primitivo de disseminação cafeeira — o carioca, declinava ràpidamente, como era de esperar, pois os cafèzais haviam sido plantados, geralmente, nas abas íngremes da Serra da Tijuca. Ainda em 1840, havia cafèzais assaz consideráveis no território do Município Neutro. Comprovam-no os depoimentos de vários viajantes, como Itier, Lagrenée, Gardner, Lavollée e outros, cujos relatos são interessantes. As fazendas cariocas forneciam cafés

a capital do Império e ainda exportavam uma parte da produção. Em 1845-1846 tal exportação cifrou-se a 16 300 e, em 1850-1851, a 31 350 arrobas.

No litoral fluminense, o cafèzal tomara assaz considerável desenvolvimento, sobretudo do Rio de Janeiro para o sul, no distrito angrense. Em 1810, disse o ilustre Guilherme von Eschwege que as lavouras de Angra dos Reis produziam 22 000 arrobas, cifra considerável para o tempo.

Em tôrno de Mangaratiba, havia cafèzais de certo vulto e o mesmo se dava perto de Itaguaí e Santa Cruz.

De 1828, há o depoimento interessante de Walsh sôbre os primórdios cafeeiros do percurso do Rio de Janeiro ao vale do rio Sant'Ana, através a baixada fluminense, onde percorreu as grandes lavouras do marquês de São João Marcos, as terras de Vassouras e Valença.

Outros depoimentos onde, por vêzes, surgem informes mais e menos valiosos, são os de Holland, Kidder (1837), Suzanet (1846), autor francês sobremodo hostil ao Brasil, do ilustre botânico inglês Gardner (1840), muito bem disposto em relação ao nosso país, etc.

O príncipe prussiano Adalberto de Hohenzollern (1842), homem de inteligência superior, visitou sobretudo a região do oriente fluminense.

Em 1820, vindo do Triângulo Mineiro, e chegando ao distrito campineiro, notou Sainte Hilaire quanto a terra ali se mostrava belamente amanhada em enormes lavouras canaviei-ras.

Crescia Campinas notàvelmente. Lugar algum haveria, naquele momento, que demonstrasse tão considerável progresso.

Mas, o café ainda não surgira por alí. Foi o ilustre naturalista francês sobremodo minudente em suas observações e nada, absolutamente, menciona a propósito de plantações da rubiácea.

E, exatamente, o que se dá com o relato de outro viajante notável, Hercules Florence, ao descrever a sua viagem, em 1826, de Santos a Pôrto Feliz, a caminho de Cuiabá.

Outro viajante muito conhecido, um dos mais prestigiosos de nossa anobibliografia, Daniel Kidder, que bastante viajou pelo oeste paulista, em 1839, quase nada relata do progresso cafeeiro da Província. E o mesmo ainda se daria com a famosa *globe-trotter* austríaca, Ida Pfeiffer, em 1847.

Mas, já em 1852, James Fletcher, viajante americano, fazia notar em seu livro que a Campinas circundavam magníficos cafèzais. Foi ter a Limeira para ali visitar a grande fazenda de Ibicaba, onde o senador Vergueiro e seus filhos realizavam notável ensaio de colonização européia, que o viajante *yankee* analisa com minudência. E, a tal propósito, ministra valiosos informes sôbre a cafeicultura incipiente do oeste paulista.

A grande lavoura de S. Paulo daquela época era a do chamado norte paulista, circundando as cidades ribeirinhas do Paraíba, que se desenvolviam de modo extraordinário. Nelas, surgiam ràpidamente os casarões das fazendas e começavam a multiplicar-se os portadores de títulos nobiliárquicos, os dos chamados *barões do café*.

Do que era a prosperidade desta zona, dá-nos excelente idéia o relato de viagem de Emílio Zaluar, excursionista português, que depois de percorrer os distritos cafeeiros do oeste fluminense, penetrou em território de São Paulo, pelo Bananal.

Suas observações são, geralmente, muito curiosas, embora por vêzes não muito exatas. Esquecia-se o visitante lusitano de que percorria terra recém-desbravada, terra que tinha menos de um século de entrega à civilização.

Fôra, havia alguns decênios, coberta pela floresta primitiva que o cafèzal destruira.

Não lhe podia, pois, caber as argüições decorrentes do confronto com outros solos antigos, lentamente renovados pelo esfôrço das gerações.

Assim, verberava Zaluar o isolamento em que os grandes lavradores de café viviam em suas fazendas, o que prejudicava, notàvelmente, o desenvolvimento das cidades.

Nada mais triste do que visitar as vilas, com as ruas despovoadas e as famílias ausentes das janelas dos casarões fechados.

Era Bananal, então, o mais importante dos municípios cafeeiros paulistas. E, entre os seus prédios, figuravam já algumas das mais ricas habitações do Brasil. Dirigindo-se à cidade extrema do território da Província, passou Zaluar por São José do Barreiro, Arrias, Silveiras e Queluz. E' interessante o confronto entre as suas impressões de viagem e as dos viajantes eminentes, que por alí haviam transitado quarenta anos antes, como Saint Hilaire, Spix e Martius. Progresso enorme fizera a região. Ostentava, agora, fazendas importantes e pu-

merosas; haviam as estradas imenso melhorado, as sedes dos seus municípios tinham deixado de ser pequeninos vilarejos, para se converter em núcleos de feitio urbano adiantado. Por tôda a parte, subiam as lavouras pelas lombadas daquelas terras acidentadas. Milagres fazia o café, transmutando o seu valor em benefícios da civilização. A iniciativa particular conseguira resultados surpreendentes.

Mágica transformação operara a rubiácea naquela zona, onde pouco mais de meio século antes vagueavam os purís, a quem procurara chamar à civilização e ao cristianismo, o virtuoso padre Francisco das Chagas Lima.

Na zona montanhosa de Queluz, onde as estradas ainda eram péssimas, fazendas e fazendas cobriam uma área montanhosíssima. Algumas delas demonstravam ter a maior importância. O mesmo se dava em Silveiras. Em Lorena, não haviam Spix e Martius, em 1817, e Saint Hilaire, em 1822, divisado cultura cafeeira, descrevendo a antiga Guaipacaré como arraial muito pouco vistoso.

Já agora na vila se viam, porém, soberbos prédios e abundante comércio.

Guaratinguetá, que os notáveis naturalistas teutos e francês haviam conhecido insignificante, tomara notável impulso. Assinalavam o município grandes e numerosas fazendas, que exportavam seiscentas mil arrobas, anualmente. Em todo caso, a cidade não correspondia a esta produção, mal arruada e ainda mal construida. A comparação entre as estampas de Debret (1827) e de Benício Dutra (1840) mostram-nos, contudo, que a cidade das grandes garças brancas, *arx paulistarum*, melhorara sensìvelmente.

Piracicaba realizara imenso progresso. Insignificante arraial conhecera-a Martius, em 1817. Vira-a Saint-Hilaire mesquinha, em 1822, como demonstra o desenho de Debret datado de 1827, comprovando os dizeres dos viajantes. No entanto, em 1860, orgulhosa, ostentava sua grande e bela matriz, magníficos e vastos sobradões, dignos de tôda a admiração. De onde proviera tudo isto? Do café, exclusivamente. As 52 000 arrobas de sua exportação, em 1836, nada eram comparadas às 400 000 de 1860.

Daí, o florescimento da *Princesa do Norte*, que ainda se denuncia do número de seus titulares e de seus graduados pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Era a cidade dos barões e dos doutores, como se dizia na época.

Taubaté tivera sempre a primazia no norte paulista, desde as mais longínquas eras coloniais. E tal circunstância haviam-na frisado os depoimentos dos viajantes.

O desenho de Debret, datado de 1827, mostra quanto era núcleo urbano de relativa importância, com a sua grande matriz em destaque. Notou Zaluar que a cidade de Jacques Felix conservava tal primazia, não só pelo seu desenvolvimento, como pela animação do comércio. Também havia crescido muito a sua produção cafeeira. As 23 000 arrobas de 1836, arroladas por Daniel Pedro Müller em seu precioso *Quadro*, tinham-se multiplicado para 355 000, em 1855.

Grandes fazendas ocupavam o solo taubateano.

Caçapava, encontrou-a Zaluar digna de pouca nota. Crescera com o café, mas não tanto, mau grado a uberdade de suas terras tão afamadas no norte paulista.

Verdade é que, em 1822, Saint-Hilaire nem acaso a mencionara!

São José dos Campos, viu-a Zaluar muito atrasada ainda. Não era terra de grande cafèzal como nunca foi, aliás, embora de solo fértil. As nove mil arrobas de seu município, em 1836, haviam passado a perto de cem mil, em 1860, mas a sede do município apresentava-se muito mesquinhamente edificada.

Passando a Jacareí, ficou Zaluar muito bem impressionado com o aspecto da velha cidade seiscentista. Já em 1822, assinalara-a Saint-Hilaire como rico centro cafeeiro.

Em 1836, colhera o município 54 000 arrobas. Essa produção ascendera, em 1854, a 204 000. Contava grandes fazendas, algumas até de cafèzistas que se inscreviam no rol dos mais opulentos lavradores da Província.

Dispunha de próspero comércio, mas não tinha indústrias ainda. Apresentava franco aspecto de prosperidade, comentava Zaluar, dispondo de alguns prédios dignos até da capital do Império.

Seguindo de Jacareí para S. Paulo, atravessou Zaluar Mogí das Cruzes, onde o café também se multiplicara. Fôra a sua produção de 11 237 arrobas, em 1836, passando a 100 000, em 1854, segundo o brigadeiro Machado de Oliveira. Achou o viajante português a cidade de Braz Cardoso sombria, triste e pesada de aspecto, impregnada de singular tristeza, em uma espécie de atmosfera monástica e decadente,

circunstância que lhe parecia decorrer da contiguidade da capital paulista.

Depois de percorrer os municípios do norte paulista, Zaluar visitou Campinas, que então começava a ter enorme importância no conjunto da produção cafeeira, não só em S. Paulo como em todo o Brasil. Ascendera, constantemente, a sua produção.

Em 1854, exportara 335 550 arrobas e só fôra sobrepujada por Bananal (554 550), Taubaté (354 730) e Pindamonhangaba (350 000).

Mas os lucros, em Campinas, eram muito maiores do que nos demais municípios, pois a produção mostrava-se muito mais elevada. A desvantagem provinha, apenas, do perigo das geadas.

Os depoimentos dos viajantes sôbre os progressos das lavouras mineiras são muito menos abundantes, do que as similares sôbre os cafèzais fluminenses e paulistas.

Entre os que sobrelevam, destacam-se os do ilustre botânico inglês Jorge Gardner, que, em 1840, visitou terras de vários municípios ribeirinhos do Paraíba, quer da margem fluminense quer da mineira. Passou de Sapucaia, outro pacato vilarejo, às vizinhanças de Mar de Espanha, onde visitou as fazendas do barão de Aiuruoca e seu irmão Francisco Leite Ribeiro, ambas consideráveis.

Deplorou Gardner a destruição da floresta virgem da zona, verdadeiramente admirável em sua pujança. Ia desaparecendo, ante a investida do cafèzal. Passou o botânico para Cantagalo, de que dá interessante descrição. A zona cantagalense era, também, de desbravamento recente. E, nas encostas alcantiladas de sua topografia acidentadíssima subiam os cafèzais, que lhe dariam enorme mas efêmero esplendor.

Outro viajante ilustre das lavouras mineiras foi Castelnau, em 1843, mas do lado do vale do Paraibuna, sobretudo no município de Juiz de Fora. Alí conheceu a grande e belíssima fazenda da Soledade, pertencente ao comendador Antônio José da Silva Pinto, mais tarde barão de Bertioga, que ao ilustre viajante francês tratou admiràvelmente.

Dez anos mais tarde, à Soledade acorreria outro viajante ilustre: James Fletcher, que da sua permanência na esplendida propriedade nos deixaria interessantíssimas notas, preciosas para a história dos costumes rurais brasileiros, durante o segundo reinado.

CAPÍTULO IX

A situação do café após a Guerra do Paraguai. Novo e grande surto, especialmente em S. Paulo. A importância cada vez maior da exportação por Santos. Prenúncios desfavoráveis. A grande crise dos preços, em 1881. O café e as finanças nacionais.

[illegible] atenuando, em 1872, os grandes sobressaltos pelos [illegible] o país, com a grande campanha política do ano [illegible] cujo desfecho fôra a promulgação da lei da libertação dos nascituros.

As conseqüências da guerra do Paraguai, que obrigara o Brasil a tão penosos sacrifícios, faziam-se sentir, acentuadamente, sôbre as finanças nacionais.

O grande sustentáculo do país, naquela terrível conjuntura, fôra, sem dúvida alguma, o constante acréscimo da exportação cafeeira que, em 1870 1871, corresponderia a cinqüenta por cento da produção nacional.

Inconteste, a preponderância da zona cafeeira na economia do império.

E os resultados obtidos pela venda das safras permitiam ao governo pensar em comprimir o meio circulante, em sua política de constante vigilância, pelo alteamento das taxas cambiais.

Continuava a preponderância da exportação guanabarina. [illegible] 48 secas de 1822, contrapunham-se as 2 358 000 de [illegible]

Era a situação cafeeira ótima. Processava-se animador *rush* de lavouras novas, a tal ponto que havia a maior escassez de braços, assinalando-se notável animação nos preços cafeeiros. Começava a cafeicultura paulista a tomar incremento digno da maior nota. E isto quando, no entanto, sofrera, em 1870, a terrível provação de uma geada descomunal, que aniquilara milhões de cafeeiros do oeste afastado. Em Santos, diàriamente se avolumavam as transações cafeeiras e afirmava-se a independência comercial da grande praça paulista.

Ao mesmo tempo, notava-se a queda dos estoques pelo alargamento contínuo, e cada vez mais considerável, do consumo, quer na Europa quer, e sobretudo, nos Estados Unidos, onde o govêrno federal decretava a abolição dos direitos alfandegários sôbre o grão.

Em 1873, ocorreu extraordinária alta das cotações: viu-se compensar a diminuição sofrida pelas do algodão e do açúcar.

No último decênio, o quilo do café aumentaria de 95, o do açúcar baixaria de 10 e o algodão de 60 por cento. Em 1874, a população escrava do Brasil atingiu 1 380 000 almas, quando, em 1850, fôra de dois milhões. Daquele número, mais da metade se concentrava nas três grandes circunscrições cafeeiras, onde o avanço dos trilhos da via férrea proporcionava a abertura de grandes zonas novas às lavouras de rubiácea.

A estas condições eufóricas, determinadas pelo acréscimo do consumo, havia correspondido grande entusiasmo em prol de novas plantações.

Anunciava-se, para 1874-1875, a mais rica safra jamais colhida no Brasil. No primeiro semestre, rendeu mais 1 915 784 sacas.

Esperavam-se prodígios dos cafezais novos da terra roxa de S. Paulo.

Infelizmente, não se conformavam, ainda, os produtores do Brasil às justas exigências do comércio. A ânsia insaciável beneficiava mal seus cafés, afirmava pertencer-lhe um memorialista do tempo. Queixavam-se os consumidores do mau preparo brasileiro, do mau gôsto do café do Império.

De 1874 a 1875, baixaram as cotações, não se verificando as previsões otimistas expendidas pelo visconde do Rio Branco, no Parlamento.

O barão de Cotegipe, ministro da Fazenda em 1876, exprimiu às câmaras a sua preocupação pelo estado em que se

achavam as finanças nacionais. Decresciam as rendas públicas e era preciso pensar em coibir maior depressão, pelo lançamento de novas taxas.

Assim sugeriu, e entre outros remédios, a adoção do imposto territorial.

Eram, porém, ainda boas as condições da lavoura cafeeira. O Tesouro Nacional é que começava a sofrer as conseqüências do terrível sacrifício imposto pelos dispêndios forçados, decorrentes da grande sêca do nordeste.

Em 1876, acentuou-se a baixa cafeeira. Liquidações morosas haviam sido feitas, mas não se podia dizer que fôssem prejudiciais. Andavam os mercados em estagnação e, no princípio do ano, pesados prejuizos couberam aos exportadores. Verdade é que, para o fim do exercício, haviam sido recuperados, pela melhoria dos preços.

Ocorreu uma crise européia comercial, assaz séria, com muita diminuição de transações e acentuado mal estar financeiro.

Em princípios de 1878, caiu a situação conservadora. E, com o gabinete de 5 de janeiro dêste ano, presidido pelo futuro Visconde de Sinimbú, assumiu a pasta da Fazenda o conselheiro Francisco da Silveira Martins. Ao se inaugurar a sessão legislativa dêste milésimo, pronunciou o novo titular das finanças longo discurso palavras pessimistas acêrca da situação do país. Tornava-se indispensável o recurso a economias imperiosas. Parecia o govêrno coagido a aumentar o vulto da massa do papel-moeda em circulação.

Verdade é que tanto o comércio como a lavoura haviam acolhido bem tal decisão, pois reinava verdadeira fome de numerário. Resultados benéficos haviam sido os da providência governamental. Infelizmente, era má a situação cafeeira. Baixara, consideràvelmente, o preço do gênero.

As despesas com os socorros aos flagelados pela sêca do nordeste continuavam a avultar, e o govêrno, cansado das imposições da praça de Londres, pensava em recorrer aos banqueiros de Nova York, pois os Estados Unidos, os grandes consumidores do café brasileiro, ofereciam sérias vantagens ao seu grande cliente.

Em 1879, foi Silveira Martins substituido pelo conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro visconde de Ouro Preto. Fez êste ministro notar que o deficit do Império, no

qüinqüênio de 1875-1880, fôra de 193 143 contos de réis, dos quais 74 163 impostos pelo combate à sêca.

Apesar dos preços em baixa, continuava o café a ser o esteio mestre da economia nacional.

O total do qüinqüênio referente à exportação fôra de 3 995 585 sacas, quando no período anterior não passara de 3 349 479.

Encerrara-se o ano civil de 1878 sob muito maus auspícios, frizava o conselheiro Sousa Ferreira, no *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio* relativo a êste ano.

Já 1877 correra mal e, no entretanto, o ano imediato ainda pior fôra.

Verdade é que a crise financeira que assolava o universo agravara-se sempre, desde 1873.

Reinava na Índia e na China o flagelo da fome, produzindo enorme restrição do consumo de artigos da indústria européia. Haviam os grandes países invertido enormes capitais em obras colossais e prematuras, ainda não remuneradoras. A guerra balcânica turco-russa lançara enorme desassossêgo nos mercados e, por último, a política protecionista dos Estados Unidos trouxera grande perturbação.

Em relação ao Brasil, a restrição das importações fôra funesta. Bastava lembrar que as compras do café brasileiro haviam baixado trinta e três por cento, do que haviam sido em 1877!

Ao mesmo tempo, encarecera imenso o braço, o martelhador rural do Império. Subia, cada vez mais, o preço dos escravos e a corrente imigratória de operários, para a lavoura, era mínima.

Grande grita levantava-se dos meios fazendeiros. Em todos os tons se proclamava a míngua de braços, a escassez dos capitais e a deficiência dos transportes.

Um Congresso Agrícola reunido no Rio de Janeiro apontou uma série de medidas a serem tomadas pelos poderes públicos, medidas quase tôdas de difícil aplicação prática. Quando muito, se poude realizar pequena diminuição nos fretes ferroviários.

A baixa do café, que tão nefasta se apresentava, explicava a diminuição da capacidade consumidora dos países estrangeiros afetados pela crise, as conseqüências do desenvolvimento da indústria fabril mundial e a apreensão de guerras iminentes e de vastas proporções.

Desagradabilíssimo se mostrava, em geral, o aspecto dos negócios cafeeiros do Brasil, com o mercado desanimado, frouxo, sempre em baixa.

Mostravam-se os ensacadores desanimados. Só compravam o que poderiam vender, sem demora, aos exportadores. Ninguém mais pensava em avolumar estoques.

Não menos desanimados, os compradores para a exportação. Não recebiam das firmas de além-mar senão ordens e avisos, recomendando prudência e restrição de negócios. Jamais se vira situação tão desagradável nas praças brasileiras. Baixara o câmbio de 2,8% e 8,2% no primeiro e segundo semestre de 1878, e viera de 24 5/8 d. a 20 1/16. Mas caíra o café muito mais, 11,7% no primeiro semestre, 26 no segundo! Os cafés superiores baixaram de 6 950 réis a 6 200; os de segunda, ordinários, de 4 800 a 2 750 réis.

Em seu relatório de 1878, analisou o Presidente do Conselho, futuro visconde de Sinimbú, o que pudera perceber dos efeitos da crise agrícola cafeeira, sobretudo da ventilação de assuntos realizado pelo Congresso Agrícola.

Mostrava-se céptico a propósito da resolução rápida da questão do braço rural, por meio da colonização européia. Parecia-lhe que melhor seria recorrer o Brasil à imigração chinesa. A parceria era regime que o estado presente do Brasil não comportava ainda.

Quanto ao suprimento de capitais à lavoura, não via, no momento, como se poderia fazer na escala por ela reclamada, quando, justamente, tão dura crise financeira pesava sôbre o mundo.

Em 1879, melhoraram as condições gerais do Brasil, sobretudo pelo povo abrir vivificador dos mercados cafeeiros. A princípio, ainda se verificara maior depressão cambial, chegando o mil-réis a só valer 19 1/8 d. Mas, já em junho, começando a renascer a confiança, avultaram as transações, tornando-se o dinheiro mais procurado e firmando-se os títulos públicos. Nos Estados Unidos, operara-se rápida convalescença financeira, verificando-se notável incremento na importação do café brasileiro.

E o câmbio subira sempre no Brasil. Afinal, encerrou-se 1879 sob bons auspícios, mau grado uma depressão no fim do ano. Os estoques que a 1 de janeiro eram, no Rio de Ja-

neiro, de 74 000 sacas, haviam subido, em 31 de dezembro, a 366 764.

Apesar desta melhoria relativa, era a situação da lavoura pouco satisfatória. À queda cafeeira acompanhava a cambial. E, longe se estava dos belíssimos preços da arroba, ainda em 1873, como se vê do quadro:

Anos	Preço médio por 10 K.	Câmbio médio
1873	9 191 rs.	26 5/32
1874	7 275 "	25 25/32
1875	5 597 "	27 7/32
1876	5 293 "	25 11/32
1877	6 290 "	29 9/16
1878	5 241 "	22 15/16
1879	5 374 "	21 3/8

Em 1880, o conselheiro José Antônio Saraiva, presidente do Conselho e ministro da Fazenda, apontava ao Parlamento o mau estado das finanças nacionais. No Brasil, como se arraigara a prática de se saldarem os deficits orçamentários por meio de operações de crédito.

Sacava-se, e muito, sôbre o futuro do país.

Acentuava-se a baixa cambial, verdadeiro terror dos homens do govêrno do Império, e Saraiva alegava às Câmaras que ela não tinha razão de ser. Estava em curso enorme colheita de café, já se achando armazenado grande estoque. O Banco do Brasil via muito prestigiadas as suas operações de crédito e o Tesouro Nacional não exercia pressão sôbre as praças em matéria de cambiais.

Ao ver de Castro Carneiro, em sua reputada *História Financeira*, as oscilações cambiais nasciam de operações do próprio govêrno, sacando o Tesouro sôbre Londres quantias, por vêzes, muito avultadas, que provocavam as baixas da taxa.

Os gabinetes que se seguiram ao de Saraiva, Martinho Campos e Paranaguá (1882), e Lafaiete R. Pereira (1883), encontraram má situação cafeeira. Baixaram muito as cotações, a partir de 1879.

1880	5 087 rs.	22 3/32
1881	4 123 "	21 29/32
1882	3 303 "	25 5/32

Em matéria de orçamento nacional, fazia Martinho Campos notar ao Parlamento que, a custo de severas economias, se conseguira obter equilíbrio. Mas êste se romperia ainda naquêle ano.

Seu sucessor, o visconde, mais tarde marquês de Paranaguá, declarou às Câmaras que a situação financeira do país não era próspera.

O deficit persistia, assim como a baixa do café, coincidente com más safras do algodão e do açúcar.

Substituido o gabinete Paranaguá pelo ministério de 24 de maio de 1883, presidido por Lafaiete Rodrigues Pereira, ouviram as Câmaras, do novo ministro da Fazenda, o próprio presidente do Conselho, um estudo das condições financeiras do final de 1862 a 1883. Neste documento, lembrava Lafaiete que, a seu ver, tornara-se imprescindível pôr têrmo ao fatal regime dos deficits. Os adversários do regime monárquico viviam a assoalhar o aforismo de que o Império era o deficit! Propugnava o ministro a compressão do meio circulante.

Crescia, entretanto, a riqueza pública e havia motivos para um otimismo salutar, embora se visse o erário nacional ainda embaraçado com as conseqüências da Guerra do Paraguai e as despesas enormes provocadas pela sêca do Nordeste.

O exercício comercial de 1880-1881 fôra mau, fechando com um deficit contra a exportação de 55 154 contos, mas nos três seguintes reaparecera o saldo, se bem que pequeno: 27 600 contos para 1881-1882; 10 233 para 1882-1883 e 8 212 para 1883-1884.

Alteara-se a exportação cafeeira, singularmente:

Em 1880-1881	5 591 993
" 1881-1882	5 567 586
" 1882-1883	6 094 688
" 1883-1884	5 117 367

Era Santos que começava a produzir êste aumento.

Safras	Rio de Janeiro	Santos
1880-1881	4 243 824	1 195 419
1881-1882	3 887 397	1 527 122
1882-1883	4 168 374	1 837 954
1883-1884	3 102 292	1 392 194

Quanto aos projetos por muitos aventados, de se crear um imposto territorial, entendia Lafaiete que esta nova taxa seria antecipada às condições gerais do país, em quase tôda a sua área. A seu ver, poderia ser ensaiado nos municípios servidos por estradas de ferro ou navegação fluvial efetiva, tendo por base o valor venal das propriedades. Em suma, recairia sôbre as duas grandes lavouras do país, a do café e a da cana.

O deficit daqueles anos era, por assim dizer, imperativo.

Crescia notàvelmente. Novos e importantes núcleos civilizados se formavam, exigindo os atributos do progresso. As estradas de ferro rompiam, impacientes, com as barreiras dos territórios recém-abertos à civilização. Via-se o govêrno forçado a fazer concessões aos impacientes, sem os sofrear. Daí a agravação dos saques sôbre o futuro, através do avolumamento das verbas consignadas no orçamento.

Substituído o Gabinete Lafaiete pelo de 6 de junho de 1884, presidido pelo conselheiro Manuel P. de Sousa Dantas, o relatório de Ministro da Fazenda dêste homem de Estado foi apresentado às Câmaras por seu sucessor, conselheiro José Antônio Saraiva, presidente do Gabinete efêmero, por assim dizer, de 6 de maio de 1885.

Declarou Saraiva encampar as idéias aventadas pelo antecessor, que advogava o estabelecimento do imposto territorial, não lhe parecendo séria a objeção da falta de cadastro. Fôsse a experiência feita nos municípios prósperos, cafeeiros e açucareiros.

Explicou Saraiva as causas que, à seu ver, influíam na diminuição da receita geral, circunstância que a muita gente impressionava mal. Seriam, pensava, passageiras. Ao seu relatório acompanham quadros que evidenciam a importância, cada vez maior, das províncias cafeeiras no conjunto da economia nacional.

As receitas das vinte províncias do Império atingiam 30 811 contos, dos quais cabiam às três principais circunscrições cafeeiras 12 446, ou fôssem:

Rio de Janeiro	4 993
São Paulo	3 802
Minas Gerais	3 651

Em agôsto de 1885, surgiu grave crise política no cenário nacional. Caiu a situação liberal, sendo chamado o barão de Cotegipe a organizar o gabinete, o de 20 daquele mês.

De 1882 a 1883, melhorara a situação cafeeira, e no ano seguinte consideràvelmente, passado o momento angustioso das operações chamadas do *Sindicato*.

Havia alguns cafèzistas do Rio de Janeiro e de Santos procurando fazer frente aos grandes mercadores dos Estados Unidos e da Europa que, segundo se dizia, compravam muito baixo o café do Brasil, impondo-o, com enorme margem de lucros, aos consumidores seus compatriotas.

Assim, haviam tentado um *corner* cujos resultados foram os mais desastrosos para os que se haviam aventurado a tal tentativa, apesar dos luminosos conselhos do dr. Couty, o sábio francês professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Previra êste homem de talento, com singular argúcia, o que adviria de tal especulação, que arruinou bom número de lavradores e comissários fluminenses e paulistas.

A Couty secundava, veemente, outro espírito claro, o de André Rebouças, segunda voz clamante no deserto.

Caira, então, o café a um nível como não se vira desde muito. Foi a média de 1882, réis 3 505, com os extremos de 1 020 — 5 990, coisa que se não vira desde 1848. Em 1883 e 1884, como vimos, subira bastante a média (4 161 e 4 505), para, em 1885, decair novamente, mas não muito (4 156).

Firmara-se, cada vez mais, no ambiente nacional, a grande reputação de financista e economista do conselheiro Francisco Belisário Soares de Souza, graças aos seus estudos especializados, desde muito espalhados na imprensa. Em 1882, lembrava êle quanto convinha abolir os impostos de exportação, que desde largo tempo haviam sido suspensos na Europa.

Queria que se fizesse o mesmo com o café, creando-se para substituir uma taxa sôbre a propriedade escrava. Andava o café super-onerado. Pagava nada menos de treze por cento de tributos, senão mais. Era o fisco o grande beneficiado do trabalho do lavrador.

Contemporâneamente, advertia Sousa Ferreira pelo *Retrospecto do Jornal do Comércio* de que a posição cafeeira do Brasil não era tão favorável quanto fôra perante o comércio universal. Em 1885, produzia o país 49 por cento da produção total, e, em 1878, baixara esta porcentagem a 45. Crescia a produção dos concorrentes. Bastava lembrar que a América

Central produzira cêrca de 60 000 sacas, em 1855, e, em 1878, nada menos de 540 000.

E o consumo não acompanhava o desenvolvimento da produção. Convinha não esquecer que o café brasileiro passava por ser inferior, em qualidade, ao de seus concorrentes. Havia excesso positivo de produção sôbre o consumo.

A seu ver, não era nada risonha a expectativa cafeeira do Brasil.

Em 1884, começaram as operações entre incertezas e apreensões, dizia Sousa Ferreira no *Retrospecto* habitual do *Jornal do Comércio*. Recordava quanto as manobras dos altistas brasileiros do chamado *Sindicato* haviam sido funestas aos seus líderes.

Os ecos da luta no exterior, entre altistas e baixistas, haviam repercutido no Brasil, fundamente. Declinaram as cotações quase sem interrupção, e o comércio regular com isto sofrera muito, conservando-se afastados do mercado os compradores habituais.

Os resultados de tão desigual e imprudente luta haviam provocado, naturalmente, a desconfiança e o retraimento dos capitais. Agravara-se a situação pelo fato dos bancos, prevenidos pelos largos adiantamentos feitos, elevarem as taxas de desconto, restringindo as demais operações de seu giro habitual.

À situação da lavoura agravava, ainda, a crise escravocrata que se processava cada vez mais veemente. E a legislação vigente, obsoleta, sobretudo no que tocava a créditos hipotecários, estava muito longe de ser favorável aos lavradores.

Entretanto, era o café, por assim dizer, a única preocupação dos agricultores do sul do Brasil. Custaria o país ao extremo, até então desconhecido, de importar cereais da Europa e do Prata!

Ao desastre do *Sindicato*, em que uma organização brasileira, desprovida de elementos, fôra esmagada por outra estrangeira, incomparàvelmente mais forte, sucedera um período de depressão de cotações. Mas, haviam os triunfadores dos embates de 1883 sido forçados, pela realidade das circunstâncias econômicas, a voltar aos mercados, comprando muito mais alto os cafés brasileiros.

As colheitas exportadas pelo Império haviam sido, relativamente, pequenas: 3 654 511 sacas, em 1883; 3 897 113, em 1884; 4 206 911, em 1885. Dura tutela haviam exercido os

mercados estrangeiros sôbre a produção brasileira. Ainda em 1885, mostravam-se as cotações inferiores às de 1884.

Assumindo o govêrno, resolveu o barão de Cotegipe mandar proceder a severo inquérito sôbre o estado financeiro das Províncias, incumbindo de tal serviço ao dr. Carlos Pinto de Figueiredo, homem inteligente e reputado pelos conhecimentos econômico-financeiros.

Declarou o inquiridor que, ao seu ver, o futuro da lavoura fluminense era sombrio. Estava a sua cafeicultura, outrora tão próspera, ameaçada de extermínio.

Sôbre ela pesavam dois grandes óbices: o declínio da produção, decorrente das condições de seus solos escarpados e a falta de braços. Já não havia na Província terras por onde se expandissem as novas plantações. Ao colono estrangeiro repugnava trabalhar no pesado labor do café e em zona onde reinava, exclusivamente, o regime servil.

Em S. Paulo, não; corria, maravilhosamente, a expansão cafeeira na região de suave derrame das terras ocidentais, auxiliada pelo extraordinário desenvolvimento ferroviário de uma rêde pujante, largamente auxiliada pelos cofres públicos, numa sábia política de progresso.

Oxalá essa vitalidade pujante não provocasse, entre os filhos da progressista Província, esta euforia exagerada, êsse otimismo cego, fruto dos períodos de larga prosperidade. Influência perniciosa, a que deveria combater o critério dos homens de govêrno, sobretudo os membros da sua assembléia regional, fugindo às tentações que poderiam levá-los a apoiar cometimentos superiores às fôrças da Província, sedução esta de que poderiam resultar dias aziagos.

Em Minas Gerais, dizia o dr. Pinto de Figueiredo, continuava ascencional a marcha da expansão cafeeira. Ainda tinha a rubiácea à sua frente larga área de expansão.

O mesmo se dava no Espírito Santo, onde a exportação cafeeira crescia, dia a dia, apenas entravada pela escassez da população. Crescia imenso o plantio da rubiácea, e já em Vitória começavam a estabelecer-se casas comerciais para as relações diretas da cafeicultura provincial com os mercados estrangeiros, coisa absolutamente inédita até então, pois até aquela data dependia o Espírito Santo, para o seu giro comercial, da praça do Rio de Janeiro.

A 3 de maio de 1886, ao se abrirem os trabalhos da vigésima segunda legislatura, a primeira da nova situação conser-

vadora, apresentou Francisco Belisário Soares de Sousa o seu relatório de ministro da Fazenda.

Verberava de imprevidente a linha de conduta geralmente seguida pela administração imperial: os deficits se superpunham aos deficits, na liquidação dos orçamentos aparentemente equilibrados. Mas, forçoso era confessar que se tornava sobremodo difícil retrogradar, em matéria de despesas públicas.

Propôs o ilustre financista a compressão do meio circulante e o estudo severo a proceder-se para a reorganização de quase todos os serviços públicos, civís e militares, a fim de se proceder, com o critério indispensável, a verdadeiro equilíbrio orçamentário.

Fundo impressão causaram à opinião pública as considerações que Belisário de Souza redigiu então, anexando-as ao seu *Relatório* de Ministro, sob o título de *Regime Financeiro.*

Estava, aliás, o eminente ministro de Cotegipe convicto de que terrível cataclisma subverteria a economia nacional, se se desse o triunfo da campanha abolicionista, porque êste fato arruinaria por completo as lavouras cafeeira e canavieira, os dois grandes esteios da riqueza pública brasileira.

Más haviam corrido as condições meteorológicas nos últimos anos. Daí o decréscimo das safras.

Baixara a exportação, consideràvelmente, em 1883 e 1884.

CAPÍTULO X

Melhoria da situação cafeeira. Prosperidade das finanças do Império. A crise abolicionista e o desfecho de 13 de Maio. Terrível golpe na lavoura fluminense. Os últimos govêrnos do Império. Contínua ascensão da produção de S. Paulo.

Em 1885, voltara-se ao nível de 1882, como se vê do quadro da exportação (em sacas de 60 quilogramas):

1882	4 200 590
1883	3 654 511
1884	3 897 113
1885	4 206 911

Mas esperava-se, para a liquidação do ano de 1886, um volume muito menor. E, sobretudo, para 1887, em virtude do carvão dos cafèzais, safra inferior.

Encontrara Belisário má situação cambial, em 1885 (18 9/32). Melhorara ela um pouco, em 1886 (18 11/16). Melhorou-se, então, às duas operações de vulto, que tiveram surpreendente êxito: a consolidação da dívida flutuante e a conversão das apólices de seis por cento da dívida externa.

Coincidiram estas duas brilhantíssimas operações com o início de fase sobremodo favorável para o café. A colheita de 1886 rendeu menos do que a anterior (3 580 695 sacas), mas vendeu-se incomparàvelmente melhor.

Mostrou-se 1887 ano de verdadeira penúria cafeeira (2 241 755 sacas), mas, em compensação, houve enorme melhoria das cotações.

	Mínima	Máxima
1885	2 920	6 120
1886	2 790	6 260
1887	3 880	10 890

Subira o câmbio notàvelmente, atingindo, em 1887, a média de 22 7/16.

Com verdadeiro entusiasmo, saudava Sousa Ferreira no habitual *Retrospecto* do *Jornal do Comércio* os triunfos financeiros do Gabinete Cotegipe, por intermédio do seu lúcido ministro da Fazenda.

"Cremos interpretar, fielmente, o sentimento geral do comércio ao findar êste ano de 1887, considerando-o significativo da maior confiança no futuro do país", escrevia altissonantemente .

Extraordinária a solidez do crédito do Império no exterior, magníficos os fatores da vitalidade do Brasil, que ainda nesse ano havia presenciado como que o renascimento do café, as boas perspectivas do açúcar e do algodão, o esplêndido progresso da indústria seringueira. A única causa de preocupação provinha dos receios da crise provocada pela perspectiva da abolição imediata do trabalho servil.

Mas assim mesmo, o terrível problema político-social já não assumia perante os espíritos confiantes, pouco propensos ao pessimismo, aquela gravidade que outrora tivera. Já não era o elemento servil julgado fator essencial da produção do país, e as estatísticas iam provando, de modo incontestável, a superioridade, as excelências do trabalho livre.

Certamente, não se faria a transição sem sacrifícios para valiosos interêsses individuais, mas, no pensar de muitos, tudo parecia indicar que o futuro público não sofreria aquêle tremendo abalo que, havia pouco, anteviam muitos espíritos assustadiços.

Premido pelas exigências da opinião pública, que dia a dia se mostrava mais irredutìvelmente abolicionista, retirou-se do poder o Gabinete Cotegipe, sendo substituido pelo de 10 de março de 1888, presidido pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

Ao se iniciar a sessão legislativa declarou êste, aliás, titular da pasta da Fazenda, que ao seu ver em muito prosperou a situação do Tesouro Nacional.

Pouco mais de dois meses após a ascensão do novo Gabinete, decretava-se a magna lei de 13 de maio de 1888, graças à qual cessou de existir, no país, o regime servil.

Os adversários da Abolição viviam a proclamar, pela imprensa e pela tribuna parlamentar, que os efeitos de tão grande medida seriam os de verdadeiro cataclisma financeiro: desapareceria, de chofre, o crédito público. Talvez não pudesse o tesouro dispor de recursos, senão para as mais prementes despesas. Reduzir-se-ia a zero o câmbio internacional e a agricultura, e as demais indústrias do país ficariam arruinadas. Impossível seria ao Brasil pagar os juros da dívida externa. Imensa catástrofe se seguiria à completa desorganização do trabalho.

Nada se verificou de tão terríveis vaticínios. Pelo contrário, ocorreu um período de verdadeira euforia. Não houve decréscimo das rendas públicas e o câmbio sôbre Londres, cuja média fôra de 22 7/16 d., em 1887, subiu a 25 1/4, em 1888. Vendera-se muito bem a safra de 1887, aliás pequena, a 7 321 réis por dez quilos. Verdade é que, no ano seguinte, baixara muito o preço do café, caindo a uma média de 4 994 réis, tendo, aliás, a safra subido a 3 444 311 sacas.

Poderia ter sido muito maior, pois a carga das árvores fôra enorme e a colheita ficara sobremodo prejudicada, pelo abandono das lavouras pelos ex-escravos.

Numerosos agricultores haviam ficado, de vez, arruinados. Muitos havia que tinham perdido centenas de escravos, alguns até milhares, o que representava o desaparecimento de capital vultoso e, às vêzes, vultosíssimo.

A lavoura fluminense, sobretudo, sofrera terrível golpe, cujas conseqüências seriam irreparáveis na maioria dos casos individuais, daí provindo uma transformação profunda no cadastro dos agricultores fluminenses.

A isto se seguiria um período de desânimo, que a tão má situação ainda agravaria.

Em Minas Gerais, tais conseqüências seriam menos sérias. Em S. Paulo, a previdência dos lavradores e dos poderes provinciais, atraindo e fixando nos cafèzais numerosos colonos europeus, quase sempre italianos, fazia com que se atenuassem

imenso os maléficos resultados de tão violenta crise da transformação do trabalho.

Verificou-se, logo, contudo, que esta não afetara as taxas cambiais nem fizera diminuir a receita geral do Império. Os saldos da balança comercial haviam sido avultados em 1886-1887 (54 107 contos de réis) e pequenos no exercício seguinte (5 594).

O crédito nacional achava-se sobremodo firme. O empréstimo de abril de 1888, na importância de seis milhões de esterlinos, se realizara sob as mais auspiciosas bases. Jamais conseguira o Brasil condições tão favoráveis (tipo de 97 e juro de 4½ por cento).

Tão folgada a situação financeira do Império, que se pudera liquidar a dívida flutuante.

Ao deixar o poder em fins de maio de 1889, entregou João Alfredo a seu sucessor o Tesouro Nacional cheio de recursos certos e favoráveis.

Mais de dois terços da massa servil brasileira se encontrava na grande região cafeeira meridional, pois a zona açucareira ia em franco declínio, com o número de seus operários reduzidos pela mortalidade e a exportação de braços para os cafèzais do sul.

Observa Roberto Simonsen que o preço da manutenção do escravo excedia ao que o fazendeiro poderia, no norte, pagar por trabalhador livre.

A Abolição viera demonstrar quanto a massa de numerário circulante no país era insuficiente. Aliás, desde muito, assim o apregoavam financistas e economistas. Em fins de 1888, discutia-se muito tal caso, entre os inflacionistas e os anti-inflacionistas irredutíveis.

Queriam uns pura e simplesmente, o lançamento de algumas dezenas de milhares de contos de réis à circulação, certos de que os mercados as absorveriam com a maior facilidade, sem que daí ocorresse a menor perturbação cambial.

Entendiam outros que o melhor meio residia no lançamento de uma emissão bancária.

Venceram os que propugnavam a pluralidade dos bancos emissores e a de seus títulos, apólices da dívida pública e metais nobres, medidas aliás consignadas na lei de 24 de novembro de 1888.

A 7 de junho de 1889, constituiu-se o último dos gabinetes imperiais, o que presidiu o visconde de Ouro Preto. Em-

controu má situação política em relação à segurança das instituições monárquicas, de que se afastara a poderosa classe dos lavradores, ressentida com a lei de 13 de maio.

Era o visconde de Ouro Preto financista justamente reputado. Encontrara próspera situação financeira, acreditava poder conseguir a conversibilidade da moeda nacional, valendo-se da alta cambial e do afluxo dos capitais estrangeiros.

Alargou, e muito, o âmbito dos recursos que vinham fornecendo aos fazendeiros e assim, nos últimos meses imperiais, registrou-se notável acréscimo geral dos negócios. Basta lembrar que, de 1822 a 13 de maio de 1888, havia o capital total dos bancos e emprêsas incorporadas no Brasil sido de 410 879 contos. Pois bem, de 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889, tal cifra correspondera a 402 610 contos!

Jamais se vira movimentação igual nas esferas de negócios do Brasil. Progrediam o comércio e as indústrias, crescera o giro das instituições financeiras, bancos e companhias.

Tudo contra a espectativa geral, mau grado a pequena safra conseqüente à enorme carga de 1888. Negociara-se mal o café em 1888, a réis 4 994, havendo sido exportadas 3 444 311 sacas. Mas, em princípios de 1889, melhorara bastante a situação, tendo os embarques superado de muito o que haviam sido os dos primeiros meses do ano anterior.

A colheita de 1888 fizera-se com grandes sacrifícios, sobretudo no Rio de Janeiro, exceto em Minas Gerais. O êxodo dos trabalhadores rurais fôra imenso.

E a grande queixa dos fazendeiros era a da precipitação com que havia agido o govêrno imperial, premido pelos abolicionistas. Que ao menos se esperasse o finalizar da colheita, para a promulgação da lei libertadora. Perdera a lavoura imenso, quando haviam-se os cafèzais apresentado pujantemente portadores de descomunal carga.

Política sensata, por parte dos dirigentes monárquicos, que o Estado indenizasse os senhores de escravos, como haviam feito os govêrnos que tinham colônias americanas, os ingleses na Jamaica, os franceses nas Antilhas. O projeto Cotegipe de indenização aos fazendeiros caira redondamente. E à vista da crise geral da lavoura, resolvera o govêrno conceder-lhe recursos. Mas êstes, até 31 de dezembro de 1888, haviam sido apenas: 4 617 contos aos fazendeiros fluminenses, 3 103 aos mineiros, 5 103 aos paulistas, 137 aos espírito-santenses.

Que eram estas somas, quando havia lavradores que tinham visto aniquilados capitais de centenas e milhares de contos com a abolição de seus escravos?

Mas, seria inútil lutar contra a insopitável onda da opinião pública, que não queria, de forma alguma, continuar a contemporizar com a existência da nefanda instituição.

Ao cair o Império, devia o Brasil, externamente, em números redondos, 270 395 contos; sua dívida interna consolidada ascendia a 543 585 contos, a flutuante a 7 840 e os depósitos de diversas naturezas correspondiam a 61 000 contos. Em suma, atingiam êstes compromissos a 885 228 contos e a emissão do papel-moeda circulante a 174 271.

A receita orçada do Império, no último exercício, foi de 138 395, mas a arrecadação superou as previsões arrecadadoras de vários mil contos, havendo um saldo de 5 000 contos, apesar de se haver despendido mais do que os 141 000 contos da despesa prevista.

Os orçamentos provinciais que, em 1840, correspondiam a uma cifra global de 4 980 contos, haviam passado, em 1889, a 32 890.

Destacavam-se, neste conjunto, as cifras de S. Paulo (290 e 4 089), Minas (444 e 3 474), Rio de Janeiro (885 e 4 339), Espírito Santo (66 e 646), o que demonstrava quanto deviam estas províncias a majoração de seus recursos ao progresso da lavoura cafeeira.

A produção cearense, na época imperial, não foi das mais avultadas. As lavouras cearenses sofreram muito do flagelo do bicho do café, a *Elachista coffeela*. Suas safras serviam para o consumo local, sendo as sobras para a exportação geralmente, encaminhadas para a Amazônia e o Nordeste. Segundo as autoridades locais, a maior safra dos cafèzais cearenses foi a de 1881-1882, 16 000 sacas, das quais 5 000 exportadas.

Do Ceará para o norte foi, pràticamente, nula a produ-

ção cafeeira, no mesmo período. O mesmo se pode dizer das províncias do nordeste, do Ceará à Bahia.

Nesta, a lavoura cafeeira manteve-se sempre em certo ritmo modesto, como se verifica dos dados da estatística provincial expressos em quilogramos:

1868-1869	5 063 889
1869-1870	5 991 109
1870-1871	3 523 659
1872-1873	3 990 448
1873-1874	3 401 420
1874-1875	4 696 038
1875-1876	7 588 451
1876-1877	6 413 740
1877-1878	5 971 023
1878-1879	4 081 155

São deficientes e, às vêzes, muito deficientes, até, os dados oficiais da produção baiana.

Pode-se considerar que, nos últimos vinte anos imperiais, exportou a Bahia uma média anual de 85 000 sacas.

No Espírito Santo, ocorreu no mesmo lapso notável *rush* cafeeiro. Em 1872, a produção da província foi de pouco mais de 100 000 sacas; em 1873, de 76 000; em 1884, de 177 000, e, em 1885, de 307 000, o que representava notável esfôrço de uma população sobremodo exígua, que atingia pouco mais de 120 000 almas, talvez.

A produção fluminense é que, entre 1851-1852 e 1876-1877, se mantivera constante, pelas vizinhanças de dois milhões de sacas, ora acima ora abaixo.

A[illegible], por qüinqüênios:

1851-1856	2 014 000
1856-1861	2 004 000

Os terríveis estragos da borboletinha haviam feito baixar muito a média do qüinqüênio seguinte: 1861-1866, 1 800 000.

Mas, no qüinqüênio seguinte, restabelecera-se o ritmo, ou antes, êste se acentuara:

1866-1871	2 200 000,

para declinar no imediato:

1871-1876	1 815 000.

Mas, era indubitável que as terras erosadas e de área não muito considerável das lavouras fluminenses não poderiam manter tal produção por muito tempo, embora no heptênio de 1876-1883 houvesse uma recrudescência da produção, provocada pela entrada em cena das lavouras plantadas em virtude dos excelentes preços anteriores a esta fase: 2 190 000 sacas.

Em S. Paulo, notava-se contínua e ascendente exportação cafeeira.

De 1869 a 1874, exportara a Província mais de 236 milhões de quilos e no qüinqüênio seguinte mais de 350 milhões.

De 1880 em diante, Santos tomou enorme preponderância nos embarques de café, como se evidencia do quadro publicado pela grande casa comissária Lima Nogueira & Cia.

Exercícios	Entradas	Embarques	Existências
1880-1881	1 125 915	1 204 328	42 000
1881-1882	1 723 332	1 524 486	180 000
1882-1883	1 967 881	1 837 846	280 000
1883-1884	1 871 516	1 929 029	223 000
1884-1885	2 094 721	2 165 116	195 000
1885-1886	1 668 980	1 657 176	140 000
1886-1887	2 583 458	2 478 498	255 000
1887-1888	1 120 145	1 309 397	95 000
1888-1889	2 634 996	2 545 706	194 000

Em 1888, publicou-se o importante *Relatório* compendiando os resultados da mais acurada estatística que, até então, se fizera em terras paulistas, verificando-se que a população de S. Paulo passara, de 1872 a 1887, de 837 543 a 1 221 394 almas.

CAPÍTULO XI

Os grandes documentos bibliográficos cafeeiros das duas últimas décadas imperiais. As obras de Pôrto Alegre e Couty; de Van Delden Laerne e André Rebouças; Nicolau Moreira e F. Belisário Soares de Souza.

E' evidente que Paulo Pôrto Alegre, quase sempre ausente do país, desconheceu muitas particularidades relativas à lavoura acêrca da qual tão abundantemente escreveu. Assim o documenta, por exemplo, o fato de trazer por vêzes à colação esdrúxulos exemplos como, quando em favor do plantio nas lavouras, invocou o que se praticava em Alagoas!

Mostrou-se Van Delden Laerne impressionado com o descaso pelo qual eram tratadas as culturas dos cereais nas fazendas cafeeiras, o que provocava enorme importação de gêneros. Mas, esta circunstância decorria, sobretudo, da falta de braços cada vez mais premente.

Tratando da produção cafeeira, em 1873, na zona montanhosa do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e no oeste paulista, diz Nicolau Moreira que o cafeeiro bem tratado, no Brasil, começava a frutificar aos 4 anos de idade; era, porém, só depois do quarto ano que atingia o máximo da produção.

Conforme a natureza do terreno e o vigor da planta, produzia cada pé de uma a sete libras (de 495 grs. a 3 kg. 213). Nos terrenos férteis, a colheita chegava a alcançar 4

libras (1 863 grs.). Os cafeeiros das várzeas, às vêzes com 20 palmos de altura (4m.40), atingiam 20 libras (9 180 grs.).

As lavouras velhas pouco produziam. Em compensação, o seu café além de ser de superior qualidade, era quase todo elipsóide ou macho.

Em geral, 1 000 pés davam cem arrobas de café beneficiado, ou 300 alqueires em cereja, ou 173 em casquinha. Em S. Paulo, mil cafeeiros de 6 a 10 anos podiam produzir 300 arrobas.

Um trabalhador estava em condições de cuidar de 1 200 cafeeiros e colher 120 arrobas de produto beneficiado, ou 300 alqueires de café em cereja, dentro de 40 dias.

Velhos, eram considerados os cafèzais com vinte anos de idade. Entretanto, existiam muitos fatores que apressavam ou retardavam esta época crítica.

Envelhecendo, ao cafeeiro costumava-se remoçar pela poda do tronco, a um palmo acima do solo. Assim, e por mais alguns anos, prolongava-se a vida do arbusto sem, contudo, se chegar a dêle obter a produção primitiva. O que Pôrto Alegre refere da produção por pé mostra-se nebuloso.

As médias dos cafèzais fluminenses superavam as das Antilhas, afirmava Luiz Couty, em 1883.

Eram más, geralmente, as condições da implantação das lavouras, com árvores plantadas muito próximas uma das outras, de doze a quatorze palmos (2,64 a 3 m. 80). Daí o entrelaçamento dos galhos e a formação de moitas, muito prejudiciais à produção.

Em S. Paulo, prestava-se atenção a êste grande inconveniente; assim, em Santa Gertrudes (do conde mais tarde marquês de Três Rios), o afastamento fixara-se em 18 palmos (3m.52) e em Ibicaba, na fazenda famosa de Limeira, de 20 (4m.40). Em Campinas, já existiam cafèzais de 22 e até 24 palmos (4m.48 e 5m.28).

Afirmavam muitos fazendeiros que o espaçamento não influia nos primeiros dez ou doze anos de vida das árvores. O melhor seria derrubar o cafèzal quando atingisse quatorze ou dezesseis anos. Respondia Couty, lembrando quanto trabalho daria o arrancamento e o estôrvo do raizame, deixado ao alcance das máquinas aratórias.

Convinha, em todo o caso, não esquecer que nem para todos os solos servia o espaçamento. Em certos, quando excessivo, podia vir a ser até prejudicial. E lembrava que em

Rezende, Barra Mansa e Valença, a média de vida das lavouras era de 30 a 35 anos; em Cantagalo, de 40 a 45. Em S. Paulo, vira cafèzais de 50 anos cheios de vitalidade ainda.

Os fazendeiros, nos primeiros anos, plantavam cereais nas lavouras; em Cantagalo, havia canaviais e, em S. Paulo, cultivava-se a mamona nos cafèzais. Os mantimentos aproveitavam a massa dos detritos provenientes das derrubadas, com enorme vantagem e forneciam estêrco, além de protegerem as mudinhas.

Crescendo as árvores contìguamente, recebiam menor insolação. E numerosos cafeeiros mortos começavam a aparecer, como era freqüente no norte de S. Paulo. Verificava-se que, para um espaçamento de 12 a 14 palmos, em Cantagalo, colhiam-se, por mil pés, 50 arrobas e, em Campinas, 70, em cafèzais tratados a enxada.

Em Cantagalo, os cafèzais de 10 a 20 anos atingiam 60 arrobas. Entre os 20 e os 30, apenas 35. No oeste de São Paulo, a produção das lavouras era superior: dos 8 aos 16 anos cem arrobas e, às vêzes, mais; dos 20 aos 30, cinqüenta e dos 30 aos 50, ainda de 20 a 30 arrobas.

Além desta inferioridade de carga, os cafèzais fluminenses apresentavam-se muito mais irregulares na produção, dando de ano para ano uma oscilação de 4 para 1. Em S. Paulo, não passava esta quebra de 2 para 1.

Havia exceções, porém, e notáveis, até como, por exemplo, em lavouras novas de S. Paulo, que chegavam a produzir 300 e mais arrobas por mil pés.

Notáveis observações realizou Couty, em 1881, sôbre a produção cafeeira, valendo-se do exame procedido em 17 fazendas de Cantagalo e Campinas, municípios que então eram os dois mais notáveis centros da lavoura do Brasil. Procurou, sobretudo, determinar o rendimento em sacas por hectare, para, pela variabilidade das culturas, estabelecer a proporção dos diversos tipos de café preparados.

Muito interessantes êstes documentos, hoje sobremodo valiosos, como padrões comparativos da produção em época já de nós algo remota. Talvez sejam os primeiros quadros dêste gênero, existentes em nossa bibliografia cafeeira.

Por mais aperfeiçoado fôsse o maquinário do fazendeiro, por mais hábeis seus *engenheiros*, quando o café chegasse ao beneficio verdoengo ou muito sêco e desigual, chuvado ou tendo permanecido demais no chão, seria fatal o resultado: café inferior!

Cultivar melhor, colhêr melhor, secar melhor! Eis o lema do programa para que os cafés do Brasil assumissem, nos mercados mundiais, sua verdadeira colocação: a que lhes era devida pelo clima e riqueza do solo.

Assim mesmo, lembrava o eminente reparador, seria faltar ao espírito de justiça, e gravemente, se se não assinalasse que, apesar de tudo, era a lavoura cafeeira do Brasil mais rendosa do que muitas das diversas culturas americanas.

São os quadros de Couty verdadeiramente notáveis pelo vulto e argúcia das observações, abrangendo dados sôbre a natureza do terreno, idade dos cafèzais e seu espaçamento, o trato do solo pela enxada, as máquinas rudimentares do tempo, geralmente carpideiras, as médias, em arrobas, por milheiro de pés, os lucros por mil árvores, percentagem do despolpado, renda por camarada enxadeiro, etc.

Entendia o sábio francês que, no universo, não havia cultura capaz de superar a cafeeira. Nem o trigo em França e nos Estados Unidos.

No momento em que escrevia estas considerações, afirmava peremptório que um bom cafèzal brasileiro rendia tanto quanto um bom vinhedo francês, com tendência a superá-lo. O hectare desta cultura de luxo e excepcional produzia 600 francos em média, o que daria para o alqueire 1 440 francos, ou fôssem ao câmbio médio de $400 por franco, 576$000.

Ora, anos houvera em Campinas em que o alqueire de cafèzal (2 ha, 42) produzira 979$000 (1880), 1:305$000 (1874) e 1:714$000 (1873.

As lavouras européias exigiam despesas consideráveis de estercamento.

Apesar de tudo, e em 1883 o café passara por sérias crises e mau grado as deficiências a lhes serem arguidas e a baixa das cotações, mostrava-se a cafeicultura mais lucrativa do que as culturas alhures *universalmente reputadas entre as mais rendosas.*

No relatório de Van Delden Laerne encontram-se valiosos dados sôbre a produção dos cafèzais fluminenses e paulistas de seu tempo.

Diversos fazendeiros conscienciosos relatavam ao relator rendário bátavo que era raro produzir uma lavoura inteira, até mesmo quando se tratava das mais privilegiadas mais de 122 a 130 arrobas (1 836 a 1 909 quilos) por 1 000 árvores.

Esta produção considerava-se pouco natural e até abortiva, e ocorria nos anos de excepcional colheita.

Afirma aquêle autor haver notado, entre os fazendeiros, muita tendência à gabolice e ao exagêro em matéria de produção.

Um cafeicultor brasileiro nunca começava com dinheiro emprestado. No Brasil, a cultura do café não se mostrava de todo, como em Java, empreitada de adventícios, aliás digna de encômios, que depois de trabalho duro e assíduo, durante vinte anos, podiam repatriar-se com a fortuna feita.

Procedia-se, no Brasil, com o intuito de aplicar vantajosamente capitais. E isto só podia ser feito em estabelecimento agrícola.

Geralmente, desde o início da exploração, tornava-se o fazendeiro proprietário de terras e de certo número de escravos, cultivando o café ou a cana de açúcar por conta própria. Daí, a razão de poder manter-se, quando seu produto obtinha cotações que se podiam classificar de "ridículas", nos mercados mundiais.

Desde 1874, porém, haviam as coisas tomado diversa feição, pouco tranqüilizadora para os credores dos fazendeiros.

Foi a poda dos cafèzais assunto que, entre os agrônomos, fez correr os clássicos rios de tinta da cômoda e velha frase feita, provocando acres discussões e acerbas controvérsias.

Os nossos mais conhecidos agrônomos do último quartel imperial pouco conheceram, *de visu*, a cultura cafeeira. Geralmente, veicularam as idéias e pontos de vista de autores estrangeiros. Dêstes reparadores, os que nos merecem mais crédito, muito, muito acima de quaisquer outros, são Couty e Lacerne. Tratou o primeiro do caso com verdadeira superioridade, opinando pela poda racional e condenando os apaixonados preconizadores do corte *à outrance*. Mas, o que se tornava preciso era a arregimentação, e quanto antes, nas lavouras do Brasil, de um corpo de podadores hábeis, destros, mais inteligentes do que os até então existentes. E, mais tarde, estudar o meio de se melhorarem os processos de poda.

À medida que o século avançava, era positiva a melhoria verificada no tratamento das colheitas, averbaram os observadores e agrônomos. Muito melhores as condições de edificação de casas e terreiros, assim como o progresso na construção das tulhas. As fazendas havia providas de magníficos solos impermeabilizados para a seca do produto. E os cuidados

com esta operação eram, positivamente, muito maiores do que outrora.

Os processos da apanha é que, no consenso dos autores, continuavam, em geral, muito defeituosos em sua primitividade, de que decorria a pelagem dos cafeeiros.

Muitos dos conselhos dos agrônomos do tempo se mostram inadequados aos casos brasileiros, nascidos da influência das condições cingalesas e antilhanas.

Já, porém, se falava em novos métodos de colheita, como êsse que provoca as sacudidelas das árvores, preconizado pelo dr. Teodoro Peckolt. Comparou Couty com todo o cuidado, em Campinas, os métodos habituais brasileiros, o do lençol e o da terra, verificando quanto o primeiro era de todo o ponto preferível ao segundo.

Outro ponto largamente debatido entre os agrônomos era o que se referia aos métodos da seca.

Qual o melhor? indagavam os da velha escola. O café despolpado conservaria melhor as propriedades físicas? ou, pelo contrário, só poderia adquirí-las em maior grau, e ficar sazonado, mantendo-se a polpa até a perfeita dessecação?

Seria sempre recomendável o despolpamento? A grande superioridade dos cafés arábicos não procederia da seca à sombra?

Queriam alguns que o método geral de seca com a polpa devia ser observada, e sempre preferido, contanto que se realizasse com a perfeição necessária.

Mas, convinha prestar a maior atenção à manobra dos terreiros.

O mal, o grande fator que depreciava os cafés brasileiros provinha das atmosferas confinadas carregadas de humidade.

O maquinário agrícola nacional, até 1870, manteve-se muito rudimentar: constituiam-no sempre os mesmos *carretões*, *ripes* ou *ribas*, os mesmos pilões hidráulicos, embora já fôssem desaparecendo os pilões braçais, os monjolos vulgares e os de "rabo".

De 1860 em diante, começaram a vulgarizar-se os despolpadores; estufas de seca e secadores, mais ou menos complicados, também se multiplicaram.

A partir de 1870, notável progresso mecânico começou a efetuar-se nas fazendas, sobretudo depois que as fábricas

Lidgerwood, Mac Hardy, Hargreaves, etc., principiaram a fornecer máquinas de méritos patentes, descascadores, ventiladores, brunidores, separadores, despolpadores de diversos tipos, como os de discos e cilindros.

No Brasil de 1882, expendia Couty, os engenhos de café, salvo raras e honrosas exceções, apresentavam deploráveis características, a irregularidade de formas e a falta de sinergia de suas diversas partes. Fugia-se à centralização das operações, da simplicidade e do automatismo da maioria das usinas européias. Eram os engenhos brasileiros a antítese dos princípios do ensinamento da disciplina coordenadora do trabalho. Péssimas, a cada passo, as localizações das máquinas; muitas delas de instalação muito dispendiosa, não se achavam bem ligadas umas às outras. Havia repugnância em relação ao emprêgo dos trilhos Decauville, que tanto serviço, contudo, prestavam nos terreiros. Com a maior versatilidade eram desprezados os despolpadores. Verificava-se, enfim, mil e uma vêzes dispêndio maior e inútil de mão de obra. E tudo para se prepararem piores tipos!

Considerando o caso brasileiro em sua extensão, pensava Couty que, apesar de tudo, já se conseguira enorme avanço no melhor dos sentidos, desde que o maquinário agrícola começara a espalhar-se pelas fazendas. Êstes ensaios, estas instalações, apesar de todos os defeitos, tinham sido úteis por permitirem uma transformação rápida, que o espírito rotineiro teria tornado impraticável.

Ao tempo de Couty, o maquinário de um bom engenho beneficiador constava de um primeiro ventilador, onde o café se libertava das pociras e dos resíduos, e de um descascador que removia a casca do côco e a segunda película do despolpado.

Dêste descascador ia a segundo ventilador, escoimando o produto dos resíduos dos grãos partidos e às vêzes de outros menos pesados.

Ficavam os grãos úteis, e, com êles, a maior parte dos quebrados, de mal descascados, chamados *marinheiros,* e também os pesados e esbranquiçados.

Caía êste conjunto heterogêneo no interior de um cilindro horizontal muito comprido, cuja camisa era um crivo separador dos diversos tipos.

A conducão de café, de uma para outra máquina, se realizava por meio de correias, que veiculavam elevadores de canecos.

Das moegas passava o café, automàticamente, ao separador e daí saía pronto para ser entregue ao comércio.

Precisava o maquinário ser melhorado, embora já houvesse excelentes tipos de mecanismos correntes no país. Em suma, pensava o sábio biólogo que o preparo do café brasileiro não se mostrava de todo imperfeito, como poderiam alguns imaginar. Pelo contrário! Podia e devia ser aprimorado por um método de lavagem mais bem estudado e outros de seca artificial, por êle preconizada. Esta última parte lhe traria discordâncias com muitos especialistas de hoje, defensores irredutíveis da seca à sombra.

Havia muitas increpações recíprocas entre os fabricantes de máquinas e os fazendeiros. Queixavam-se êstes dos defeitos dos mecanismos. Entendia Couty que, geralmente, decorriam as deficiências do péssimo preparo dos escravos que com êles lidavam.

Entendeu-se Couty com os fabricantes e êstes, a seu turno, lhe expuseram as queixas. Expuseram-lhe que tinham muitos aborrecimentos e contínuos, devido ao espírito autoritário dos fazendeiros. Queria um lavrador, por exemplo, instalar um gerador de energia térmica, quando se consentisse em levantar de pouco o nível das águas abundantes de que dispunha, o que não ficaria caro, pois teria energia muito mais que suficiente. Não queria outro, de todo, abrir mão do emprêgo de velhas turbinas, muito afastadas do engenho. Um terceiro, dispondo de água em abundância, entendia instalar duas turbinas, ou rodas hidráulicas, em lugar da única que lhe bastava. Um quarto, construiu uma casa de máquinas absolutamente luxuosa, para economizar em matéria de captação de energia! Mas, uma das piores dificuldades a superar, era conseguir tais fazendeiros de que não convinha de todo reunir, no mesmo engenho, máquinas operatrizes de tipos diferentes, pois sempre se entrosavam mal.

Fôsse como fôsse, entendia Van Delden Laerne que o aparelhamento mecânico das fazendas do Brasil era muito superior, em geral, ao das de Java.

Para o beneficiamento do café, já dispunha o Brasil de aparelhamento mecânico tão aperfeiçoado quanto o melhor país cultivador do produto, afirmava Peckolt, em 1883.

No dizer de André Rebouças, em seu estudo sôbre que-

tões agrícolas, não havia no Brasil, em 1885, maquinismos de beneficiamento de café que superassem os de Lidgerwood.

A secagem artificial, recordou, muito atraira e atraia a atenção dos agrônomos e inventores brasileiros, como Ilídio da Silva, Nicolau Moreira, Pôrto Alegre e Burlamaqui. Todos os velhos agrônomos haviam, largamente, tratado do caso. Numerosos tipos de secadores foram inventados no Brasil, como os de Paulo Barbosa, Raimundo Pimentel, Egídio Guichard, van Erven, Casanova, etc.

Chamou Couty, em 1884, a atenção pública para um novo tipo: o dos engenheiros Luiz Godofredo Taunay e Augusto C. da Silva Teles. Reputava-o excelente.

O que é certo, afinal, é que nos últimos anos imperiais a grande maioria dos lotes de cafés brasileiros oferecidos ao comércio era mal preparada, trazendo o descrédito do produto. Os reparos e as exortações dos agrônomos de diversas épocas, em todo o caso, iam calando sôbre os lavradores que, constantemente, aliás, ouviam as reclamações dos comerciantes, em increpações por vêzes acerbas.

Alguns fazendeiros e, entre êles, dos maiores, como os condes de S. Clemente e Nova Friburgo, o conselheiro Paulino de Souza, na província do Rio de Janeiro, o visconde de Indaiatuba, o barão Geraldo de Rezende, o comendador José Vergueiro, o dr. João Tibiriçá, em S. Paulo, destacavam-se pelo apuro do preparo das suas partidas, recordava Couty.

Não obstante estar ainda atrasada a química do café, [illegible] centava. Mas, [illegible] o cientista francês parecia inteligente o [illegible] processo de separação usado por alguns dos maiores fazendeiros do Brasil, nos tanques dos lavadouros. Preconizava muito, também, o despolpamento.

Fez Couty notar que o café despolpado e a qualidade superior do café de terreiro constituiam, apenas, vinte por cento da produção total. Era, infelizmente, assim para tôdas as lavouras brasileiras. Pecava o Brasil pelo fato de fornecer [illegible] em demasia, quando o seu café, melhor cultivado, colhido e preparado, poderia constar em alta percentagem de qualidades superiores.

Enorme diferença de preços havia entre os diversos tipos. Bastava lembrar que a arroba de despolpado valia 8 000 réis, em 1883, e a de terreiro superior apenas 5 000, a segunda boa e a primeira regular, embora não passassem de 3 000 a 2 [illegible] arrobas.

O fazendeiro que obtivera quarenta por cento de despolpado e outros quarenta de terreiro superior, dobraria o lucro, sem fazer variar, sensìvelmente, os trabalhos de cultura e preparação. Para melhor uniformização, só havia uma coisa: o maior esfôrço em se colher produto mais homogêneo.

Talvez decorresse tal inferioridade da premência, cada vez maior, da falta de braços. Laerne explicando, em 1884, os processos de beneficiamento, estranhava que o despolpamento fôsse limitadamente praticado. Na época em que escrevia, os fazendeiros fluminenses eram os que melhores tipos apresentavam.

As observações de Pôrto Alegre sôbre o panorama cafeeiro do Brasil, em 1878, contam muita coisa exata e muita coisa inexata. A começar pelo ligeiro histórico sôbre a rubiácea que êle traçou. Assim, também, quanto à produção e às influências climáticas. Vê-se que muito se deixou levar pela leitura de livros exóticos.

Que diferença entre os seus conceitos e os de Couty! Sôbre a geologia da zona cafeeira, deixou o biólogo francês algumas páginas excelentes. Estudando êste assunto e a química incipiente do café, traçou Peckolt algumas outras páginas não menos dignas de nota, sobretudo acêrca da última parte. Suas notáveis análises e trabalhos tiveram larga repercussão, não só no Brasil como no universo.

As conseqüências da erosão só impressionaram, tardonhamente, os nossos velhos agrônomos; Moreira e Pôrto Alegre como que não se interessaram pelo caso que da lúcida inteligência de Francisco Belisário Soares de Souza motivou, em 1882, vivazes comentários.

Nas suas *Notas de um viajante brasileiro*, recordava: "Os agrônomos brasileiros que tanto falam em estercar os morros de café, esgotados pelas primeiras plantações, deveriam primeiro ensinar os meios de conservar o adubo natural já existente, que as chuvas torrenciais arrastam e precipitam pelos córregos".

E, passando a tratar da decadência das lavouras fluminenses e mineiras, acrescentava: "A antigo e inteligente fazendeiro do Rio de Janeiro, ouvi um dia comparar a lavoura do café à mineração do ouro em Minas, donde êle era natural. — Tem muitos pontos de contato, dizia-me; havia outrora êste rifão: *pai mineiro, filho cavaleiro, neto sapateiro*, isto é, pai enriquecido, filho gastador ou pródigo, neto pobre".

"E, na verdade, onde param as grandes fortunas formadas no Brasil? Tôdas têm sido dissipadas; se, algumas vêzes, os filhos as conservam, os netos a deitam fora."

"Por outro lado, o aspecto dos terrenos e o modo de trabalhar têm alguma semelhança. O lavrador de café derriba desordenadamente matas fertilíssimas, empreende obras imensas, mas sem plano nem estudo, e sempre de caráter provisório; assim, desvia córregos, faz grandes açudes, caminhos difíceis e dispendiosos, desatêrros e atêrros extraordinários.

Quando a fertilidade das terras está esgotada, abandona os morros cobertos de sapé, e vai para diante derribar novas matas e continuar o mesmo sistema de destruição, à procura do veio de ouro, chamado café".

No estado da lavoura cafeeira no Brasil, o que parecia prático ao arguto observador vinha a ser o seguinte: aproveitar a utilidade gratuita, representada pela uberdade das matas, e, ao mesmo tempo, acumular e utilizar todo o esterco que pudesse produzir e reunir. Êste se empregaria, desde logo, nas replantas dos cafèzais e no melhoramento das árvores decadentes, mesmo em pequenas plantações simultâneas, próximas da sede e em bons terrenos, e, finalmente, na cultura dos cereais. Assim, não devastariam tantas terras, impedindo que pelo repouso se refizessem. Cultivar café no Vale do Paraíba, com estêrcos em larga escala, não era, pelos anos de 1882, praticável sob o ponto de vista industrial e mercantil.

Tinha a lavoura no Brasil dois grandes problemas a resolver: o dos braços, isto é, a substituição do trabalho servil pelo livre e o das terras — a passagem do método extensivo para o intensivo.

Era nômade a agricultura brasileira!

A estas considerações, tão verídicas quanto inteligentes, aplaudia Couty do modo mais caloroso: a expressão "lavoura de nômades" era, a seu ver, verdadeiro achado.

As florestas deviam ser resguardadas com cuidado. Cada árvore cortada constituia "capital crescente" destruido.

Aconselhava André Rebouças, em 1880, a propugnar vivamente pelo reflorestamento: fôssem poupadas as "terras cansadas".

Insensìvelmente surgiriam os capoeirões. Ao cabo de vinte ou quarenta anos, dez hectares de mata restaurada representariam uma economia de cem contos de réis. Ninguém de tal duvidasse.

Aos olhos de um observador, da acuidade de percepção e espírito culto como Van Delden Laerne, não podia escapar o problema da erosão nos terrenos cafeeiros. Ao seu govêrno notificava, em 1884, que a zona fluminense prejudicadíssima se achava pela ação das águas erosoras nas terras amanhadas dos morros, fenômeno que trazia inconvenientes consideráveis aos cafèzais novos de 12 a 15 anos e já visìvelmente desnutridos.

Nas terras erosadas assumiam os cafeeiros formas teratológicas.

Desfolhados, pareciam enormes vassouras reviradas. As saias se encontravam, em maioria, nas terras soalheiras. Não haviam os informantes de van Delden Laerne sabido explicar-lhe êste fenômeno, aliás muito comum na zona fluminense.

A exploração "saqueadora" da terra, dos últimos trinta anos, em grande escala, fizera com que o clima da província do Rio de Janeiro mudasse, completamente, para mais quente e mais sêco, com as suas precipitações pluviais absolutamente alteradas.

Em sua *A Lavoura Nacional*, impressa em 1884, escreveu André Rebouças longa série de páginas ditirâmbicas sôbre o futuro da lavoura do café no Brasil. Mas para tanto, dogmatizava, precisaria deixar o sistema latifundiário, voltando-se para o parcelamento das propriedades.

Não deixou o ilustre engenheiro-sociólogo de exagerar, de modo notável, em relação a diversas zonas do país, em que as condições para o desenvolvimento da cafeicultura eram desfavoráveis e até mesmo muito desfavoráveis. Mas, outras vêzes falou com o maior acêrto.

De S. Paulo, de sua lavoura inteligente e progressista, disse verdadeiras maravilhas. Entoou arroubadas loas às terras de S. Paulo e aos paulistas.

Era a Província, e por todos os motivos, o verdadeiro paraiso dos cafeicultores. Onde encontrar terras mais propícias à rubiácea do que as do oeste paulista, como as da zona de Araraquara onde, em alguns lugares, a camada humífera atingia, às vêzes, um metro de profundidade?

Não haveria solo onde o café viesse a prosperar como o paulista, exprimia com esta visão do porvir.

Fazendo verdadeira antecipação dos tempos, numa época em que ninguém sonharia com a lavoura cafeeira nos sertões paranaenses, afirmava:

"Não faltam à Província do Paraná terrenos próprios para a cultura do café; o que lhe falta, como a todo o Brasil, são vias de comunicação."

As primeiras experiências práticas sôbre estercamento de cafèzais, e realmente notáveis, foram as de F. W. Dafert, a partir de 1887, no Instituto Agronômico de Campinas. Realmente dignas da maior nota, obedientes a elevado critério econômico.

Desaparecera quase por completo, desde 1885, o flagelo da *Elachista coffeela*, o terrível microhimenóptero que tanto arruinara os cafèzais brasileiros. Mas, por volta de 1885, surgira outra praga, o *mal de Cantagalo*, assolador de assaz larga área do ocidente fluminense.

Assinalara-o van Delden Laerne ao seu govêrno e de modo muito pessimista.

Uma comissão de cientistas de grande renome no tempo, o barão de Capanema, os drs. Clemente Jobert e Baglioni, foi incumbida de estudar a praga *in loco*.

Verificou o dr. Jobert que o flagelo era determinado por minúsculo helminto, que atacava as raizes do cafeeiro, matando-o assaz lentamente.

De 1887, data o relatório do naturalista suiço dr. Emílio Goeldi ao ministro da Agricultura, conselheiro Antônio Prado, sôbre o "mal de Cantagalo", e complementar ao inquérito de Jobert, após longos quinze meses de observações em larga área infestada. Retificou as opiniões de Jobert quanto à sistemática do nematóide, que flagelava uma área de seus três mil quilômetros quadrados. Era um verme de gênero novo, a que batizou *Melodogyne exiggus*, estudando as características da moléstia que determinava. Contestou, também, a Couty, e sugeriu medidas profiláticas. Se o helminto se mostrava singularmente nefasto, felizmente a propagação da infestação era lenta.

A profilaxia constituia o único meio de defesa: a destruição imediata dos cafèzais infestados, o maior cuidado no exame das mudas destinadas a lavouras novas e mais nada! Ainda algumas recomendações traçou o cientista suiço, que ao concluir a sua monografia fez interessante quadro e resenha dos flagelladores do café brasileiro. Entre os mais nefastos, colocou o helminto cantagalense, cujos estragos assinalou aos da terrível *Hemileia vastatrix*, devoradora dos cafèzais do Extremo Oriente e das do litoral brasileiro.

CAPÍTULO XII

Os inquéritos de Couty e van Delden Laerne. Análise dos resultados do trabalho servil. Os últimos anos de trabalho escravo.

Minucioso inquérito realizou van Delden Laerne, em 1883, sôbre as condições da exploração das fazendas do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Gerais.

Chegou à conclusão de que, na zona fluminense, uma árvore produzia, em média, não mais de 333 gramas, ou fôssem 22 3/4 arrobas por mil pés.

Tratava um escravo de 3 644 árvores.

O trato de 1 000 pés, inclusive os gastos da colheita e benefício, orçava por cem mil réis anuais.

A escravatura adstrita aos cafèzais, achou-a o autor holandês, geralmente, sobrecarregada de trabalho.

Tão acostumados estavam os fazendeiros ao serviço escravo de, pelo menos, quatorze horas diárias, que chamavam preguiçosos os libertos excusando-se de trabalhar mais de 6 a 7 horas!

Traçou o referendário bátavo frases em grande abono da brandura relativa do regime servil no Império americano, pois em país algum em que a escravatura subsistira, seriam os escravos tão humanamente tratados quanto no Brasil. Não existia no Império americano o ódio de raças. Não era de se temer uma luta social neste sentido, nem mesmo com a abolição completa da escravidão!

O Brasil por completo desconhecia o ódio entre brancos e pretos, ou entre mulatos e negros, causa das crises sociais nos estados meridionais da América Setentrional e nas repúblicas de Haití e S. Domingos.

Em S. Paulo, o número de cafeeiros tratados por escravos era menor do que na Província do Rio: 2 788. As condições de produção ali se apresentavam muito melhores e já os fazendeiros se valiam, com grande êxito, do trabalho dos colonos europeus, sobretudo italianos, localizados em seus cafèzais.

Em Minas, as condições vinham mais ou menos a ser as mesmas que as fluminenses.

Muito poucos fazendeiros estavam, em 1884, folgados, afirma o autor neerlandês. Tinha a maioria as propriedades gravadas de hipotecas, devendo a particulares e a bancos ou estabelecimentos crediários.

Nada menos de 1 029 fazendas figuravam nos registros da carteira hipotecária do Banco do Brasil, do Banco Predial e Banco de Crédito Real de S. Paulo, num total de mais de cento e quinze mil contos de réis. Entre elas, muitas das maiores e melhores propriedades do Brasil.

Um dos maiores cafèzistas do país, o conde de Nova Friburgo, condômino, em parceria com seu irmão, o conde de S. Clemente, de nove fazendas com cinco milhões de árvores e mais de dois mil escravos, mostrava-se muito pessimista sôbre o futuro da lavoura cafeeira. Pelo menos, na zona fluminense.

Um grande e bem informado fazendeiro de S. Paulo afirmava-lhe que, apenas vinte por cento dos lavradores do Brasil, nada deviam. Em caso de liquidação, só trinta por cento poderiam saldar os débitos. Achava-se o resto em situação desesperadora e não conseguiria salvar-se.

Peremptòriamente, afirmou o referendário:

"Hoje, a cultura do café pouco, ou quase nada, dá de lucro..."

Eis o que ouvira ainda de um senador do Império e ex-ministro de Estado, o futuro visconde de Cavalcanti.

Mas, os informes de Laerne pecam por muitos defeitos.

Encareceu as tintas negras do seu quadro, e muito se deixou levar pelo *facile credimus quod volumus*, aqui em matéria de pouca benevolência.

Os dados obtidos do Banco do Brasil não representariam o estado próximo da ruina, que já antevia para tôda a lavoura cafeeira do Brasil.

O valor das fazendas aferia-se, sobretudo, pelo número dos escravos. Desta circunstância, se depreende que os clientes do Banco a quem consultou eram, em geral, lavradores de poucas fôrças.

Na grande maioria dos casos, as escravaturas hipotecadas não chegavam a dez por cento dos seus totais, nos diversos municípios onde abrira inquérito.

Assim, a documentação de van Delden Laerne incompleta, deficiente, não lhe permitia ir tão às de cabo, em matéria de generalização. Levou-o a um cassandrismo de muito medíocre autoridade.

Mitigando tão severo vaticínio, expendeu após as conclusões de seu estudo:

"A cultura do café ainda pode, no Brasil, fornecer bons recursos aos proprietários de lavouras, se êstes as administrarem com bastante economia, afastando todos os gastos inúteis e sendo êles próprios obrigados a cultivar suas terras a fim de delas tirar lucro".

Dentro de poucos anos viria Laerne, em 1890, o enorme surto de prosperidade que animava a sua tão malsinada lavoura brasileira.

Já por diversas vêzes nos temos referido ao notabilíssimo inquérito de Luiz Couty, homem de extraordinária inteligência, desaparecido aos trinta anos de idade, dotado de capacidade superior de observação e descortínio. Livro do máximo relêvo na bibliografia cafeeira universal é o seu *Le café*, datado de 1883.

Sábio forrado de filantropia, defendeu Couty a tese de que a crise brasileira provinha, sobretudo, da presença do escravo nas lavouras. Procurou surpreender a fazenda em sua organização íntima, tarefa nem sempre fácil, dado o descaso com que os fazendeiros reuniam elementos sôbre os fatores de que decorria o *modus vivendi* de sua economia.

Os informantes estrangeiros, anotava Couty, êstes não tinham o que dar ao analista. Falavam dos aspectos estéticos dos cafèzais e, conforme o temperamento ou as conveniências, lastimavam a dureza da sorte dos escravos. E contavam que os pretos viviam muito satisfeitos, tratados como filhos de casa, contentíssimos por não serem livres "e quejandas bajulações sórdidas e imbecis, enunciadas em estilo de dentista, mais nocivas aos créditos do Brasil de que mesmo até as críticas injustas".

Quando um observador conscienciosо procurava examinar uma fazenda, reservava-se-lhe verdadeira surpreza, de tal modo eram as observações anotadas diferentes daquelas que esperava.

Mas, desde que se familiarizasse com os fatos, feria-o um contraste: o do número de escravos e o pequeno rendimento útil dêstes. E isto apesar das despesas consideráveis exigidas pela vigilância e a administração.

Uma série de quadros sobremodo ilustrativos, em sua lúcida concepção, organizou-a Couty em abono de sua tese.

Estabeleceu as percentagens do pessoal em grandes fazendas fluminenses e paulistas, a sua distribuição pelo eito e os serviços, complementar e doméstico, da fazenda. Analisou as fórmulas alimentares da escravatura, fazendo ainda ressaltar quanto ao observador prejudicava a falta de escrituração dos lavradores. Deduziu a média dos serviços agrícolas e a produção em sacas por escravo, notou quanto era alto o custo da mão de obra cafeeira e baixo o rendimento do trabalho servil.

Admirou-se do nível baixo do preço das propriedades cafeeiras.

O trabalho servil podia aumentar os rendimentos, mas não o valor das propriedades, eis a sua conclusão, afirmando que poderia multiplicar, notàvelmente, os exemplos.

Em muitos casos haviam os bancos, por dívida, recebido fazendas de café e debalde delas procurado desfazer-se razoàvelmente. Só tinham encontrado preços irrisórios, sofrendo, portanto, perdas consideráveis. Não encontraria um lavrador credor hipotecário, capaz de lhe adiantar o dôbro do valor de sua colheita anual. E se duzentos fazendeiros, assustados com os progressos incontestáveis das idéias abolicionistas, quizessem dispor das fazendas, dentro do prazo de três ou quatro anos, por elas só encontrariam preços inaceitáveis.

Em suma: o fazendeiro do Brasil tinha renda porque o seu café dispunha de mercados. Mas, não possuia capital em relação a essa renda, porque não encontrava compradores para a sua propriedade.

Era êste lado da crise o que mais preocupava o público. Queixavam-se os lavradores, altamente, de não poder vender as suas fazendas, tornando-se as transações cada vez mais difíceis. Muito poucos estudavam o problema do preço de custo da produção e do rendimento da mão de obra servil.

Justificando tal estado de coisas, dizia Couty que os se-

nhores de escravos não eram responsáveis pela situação atual de sua mão de obra. Sê-lo-iam tanto quanto os europeus de espírito filantrópico, pelas desigualdades sociais, penúria e falta de trabalho entre os operários do seu continente. Êstes, certamente, sofreriam muito mais ainda, por superiores aos pretos pela inteligência, atividade e estado cultural.

A instituição civilizadora da velha fazenda típica prestara enormes e inestimáveis serviços ao Brasil de antanho. Mas, passara a sua organização a ser obsoleta. O confronto entre os valores da terra demonstrava, de modo irretorquível, o seu valor social na obra do desbravamento e do amanho do solo brasileiro.

Uma fazenda campineira de 80 000 árvores, em 1883, erguia-se dentro de terras que, oitenta anos antes, haviam sido adquiridas por troca de uma espingarda, um jaleco velho e um cavalo! Valera 100 contos de réis, em 1854, e 200, em 1878. E, no momento presente, dava vinte contos de renda anual ao dono. Fôra uma fazenda de Itatiba com 180 000 pés, em 1873, aberta numa sesmaria de légua quadrada, mais de mil e quinhentos alqueires paulistas, adquirida por 1:600$000. Nesta sesmaria existiam, agora, treze fazendas de café, com uma renda de quatrocentos contos de réis.

Sintetizando, dizia o biólogo francês que era preciso, e urgentemente, preparar a substituição do braço escravo pelo livre. Era o que os paulistas do oeste, tão inteligentemente, preparavam-se a fazer e, algum tempo depois, tanto incentivaram. Verdade é que tinham meios de oferecer aos imigrantes europeus compensações dos solos de derrama suave e de "chãos parados".

Estudou Couty as condições da produção dos cafèzais em face do problema da carestia da mão de obra e a avaliação do preço do café, em dias de serviço.

E, concluindo, exprimiu que todos os males provocadores da crise brasileira decorriam de um único fator: do trabalho servil. Os fazendeiros resumiam suas queixas a duas principais: falta de braços e baixa de preços.

Ora, se as cotações fôssem remuneradoras, os capitais dos saldos das safras se acumulariam no Brasil, permitindo atrair a mão de obra estrangeira. Por que não deixava o café ao fazendeiro considerável margem? pela simples razão do alto custo da produção!

Era difícil, no Brasil, a qualquer observador, angariar dados para o estudo de tão complexo problema. Na Europa, dispunham as propriedades de documentação abundante. No Brasil não, as fazendas só apresentavam muito deficiente escrituração.

E o confronto dos casos tornava-se, portanto, muito difícil. Em muitas fazendas da zona velha. era o pessoal, em geral, todo de escravos creoulos da própria fazenda. Em S. Paulo, nas zonas recentemente abertas, sobretudo, fôra a escravatura comprada por altos preços.

Fazendas havia que se bastavam a si mesmas, obedecendo os donos ao velho preceito de que o bom lavrador só devia comprar sal e ferro. Outras adquiriam os mantimentos para o gasto. Algumas dispunham de pessoal artífice das profissões elementares, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc. Muitas não precisavam pagar os jornaleiros indispensáveis ao custeio.

Numa fazenda aparelhada assim, e compradora única do sal e do ferro, o papel do capital vinha a ser pràticamente nulo. Pouco valor tinha a terra e as máquinas e instrumentos agrícolas reduziam-se ao mínimo.

Aproximava-se, ràpidamente, aliás, a data da extinção do regime servil no grande Império sul-americano. Notava-se, por tôda a parte, a melhoria constante do tratamento da escravatura e diminuição da mortalidade.

Desde 1864, ganhava terreno, cada vez maior, a causa da libertação. Principiara pela campanha da emancipação gradual, culminada pela lei da libertação dos nascituros, a 28 de setembro de 1871. Houvera, depois, como que uma trégua de alguns anos.

De 1880 em diante, sùbitamente, recrudescera a propaganda abolicionista.

Em 1872, o recenseamento geral do império acusara a existência de 1 510 806 escravos, dos quais quase 820 000 nas três grandes Províncias cafeeiras (Minas 370 479, Rio 292 637 e S. Paulo 167 824). Mais de quinze por cento da população global do país.

Com os progressos do abolicionismo, viriam a emancipação integral no Ceará e Amazonas, as vultosas emancipações contínuas em todo o país e a lei de 1885, libertando os sexagenários.

O número de escravos baixara, consideràvelmente, a 1 368 097, em 1880.

Notava Laerne, em 1884, que a maioria dos fazendeiros julgava contados os dias de escravidão no Brasil.

Por ocasião do jubileu do imperador, em 1890, não haveria mais um único escravo em todo o Império, proclamava-se abertamente.

Em 1887, avaliava-se a população servil em 723 419, dos quais 461 502 nas três grandes Províncias cafeeiras (Minas 191, Rio 162, S. Paulo 108).

Neste milésimo, os 723 419 escravos do Brasil (segundo o recenseamento encerrado a 30 de março) valeriam, *grosso modo*, uns 750 000 contos.

Em muitas propriedades agrícolas, era o valor dos servos superior ao das terras, lavouras e benfeitorias.

Assim sendo, a destruição do capital humano realizado de chofre arruinaria os seus possuidores, sobretudo se êstes estivessem premidos por débitos e penhoras de qualquer espécie.

A pressão violenta dos fatores políticos e da opinião pública nas grandes cidades, promoveu a abolição abrupta, sem indenização alguma aos proprietários expoliados.

Era perigosa cartada esta política econômica e foi lançada bastante às tontas. Poderia ter ocorrido muito grave colapso econômico-financeiro, como conseqüência da, em vastas áreas, completa desorganização do trabalho, na única indústria do país que lhe dava câmbio: a do café. Felizmente para o Brasil e para a Humanidade, que celebrava um grande fato filantrópico, ocorreu uma coincidência: a da abolição e a da permanência das altas cotações do café.

Ao mesmo tempo, frutificaram as inteligentes medidas de previsão dos lavradores de S. Paulo, que haviam enchido as suas fazendas de colonos livres.

Fôsse o café cultura ânua e, ante a desorganização dos serviços, certo teria sido pràticamente nula a sua safra, em 1889, nas zonas fluminense, mineira, espírito-santense e norte paulista. Mas, felizmente, como seja arbórea, viram-se as lavouras mal tratadas, perdeu-se muito da colheita de 1888, mas não houve a ruina da cultura.

Em todo o caso, o colapso de 13 de maio arruinaria numerosíssimos fazendeiros, endividados e lesados pela perda do grande capital representado pelas suas escravaturas.

Os abolicionistas, no afã de alcançar o triunfo, fôsse como

fôsse, não haviam cogitado de dar uma organização qualquer ao trabalho, posterior à libertação geral dos servos. Viviam muito na ilusão de que, por tôda a parte, seria possível realizar o que os paulistas do oeste tinham feito, e estavam fazendo, sem se lembrar que nas terras de áspero declive, como as do Vale do Paraíba e do sul espírito-santense, baldada seria a tentativa da fixação de europeus nos cafèzais.

Cotegipe e os conservadores ferrenhos da famosa *Junta do Coice* advogavam a idéia da indenização, invocando o exemplo das grandes potências européias que, como a Inglaterra e a França, haviam lançado mão de tal medida, nas suas colônias das Índias Ocidentais.

Mais de vinte milhões de esterlinos pagara o govêrno britânico pela emancipação antilhana, aí avultando, sobretudo, o resgate dos escravos jamaiquinos.

Falava-se, no Brasil, da impossibilidade de lançamento de uma emissão de apólices, cinco por cento, num total de quinhentos mil contos.

Argumentavam os vitoriosos do dia que tal operação gravaria o orçamento nacional de vinte e cinco mil contos anuais, mais de um quinto da receita do Império.

Assim, fracassara o projeto da indenização.

Comentando a obsessão, a cegueira de numerosos lavradores fluminenses, ante a marcha da idéia abolicionista, escreveu Sílvio Ferreira Rangel, em seu "O Café no Estado do Rio de Janeiro", alguns conceitos perfeitamente exatos.

Era, pois, natural que o 13 de maio apanhasse em cheio êstes obstinados, causando-lhes enormes danos.

"Estava a lavoura cafeeira do Rio de Janeiro em plena prosperidade, contando com uma das suas maiores colheitas, quando, em 1888, foi declarada a abolição do elemento servil.

Poder-se-á avaliar dos efeitos que o grande acontecimento produziu, sabendo-se que um dos primeiros, senão o primeiro, foi o abandono das fazendas pelos libertos, quando ao saberem-se livres de feitores e de senhores, e cientes de que poderiam gozar a liberdade onde lhes conviesse, quizeram experimentá-la."

Começaram, então, a se despovoar as fazendas, abandonadas, muitas delas, em massa, pelos libertos qué os ex-senhores impotentes e desolados viam partir, no momento preciso em

que uma carga excepcional de café reclamava grande concurso de braços para côlhê-la.

Parte da Abolição o declínio da lavoura cafeeira no Rio de Janeiro, ainda que os altos preços do café nos primeiros anos do regime republicano, no célebre período do "Encilhamento" especialmente, lhe tenham dado uma aparência de alento.

O govêrno imperial tentou, por vêzes, prestar auxílios aos proprietários agrícolas por meio de empréstimos a longos prazos, para o que foram autorizados e habilitados estabelecimentos de crédito. Tais empréstimos feitos, porém, a uma lavoura já endividada e sem braços para dêles se utilizar, eficazmente, nas respectivas culturas, deram como resultado a passagem de grande número de fazendas para as carteiras dos bancos.

Os antigos e belos cafèzais das margens do Paraíba, cujo esplendor inspirou mais de um artista, desapareceram, em sua maior parte transformando-se em vastas pastagens, com sacrifício das rendas e da riqueza pública.

Os algarismos falam eloqüentemente da queda da produção fluminense.

Fôra ela:

Em	1870	de	1 646 037	sacas	de	60	quilos
"	1880	"	4 133 466	"	"	"	"
"	1883	"	3 908 080	"	"	"	"
"	1889	"	1 309 271	"	"	"	"

Convém, contudo, recordar que nesta queda enorme do rendimento dos cafèzais, sobremodo notável vinha a ser o coeficiente representado pelo desgaste das lavouras envelhecidas precocemente, graças à erosão das terras acidentadíssimas da região fluminense e das zonas contíguas mineiras e paulistas.

CAPÍTULO XIII

As praxes e métodos do antigo comércio cafeeiro do Brasil. O comissariado. A questão dos tipos. Os ensacadores. As primeiras exposições de café. O transporte para os portos e o embarque. As ligas. Idéias predominantes entre os agrônomos. O espaçamento do plantio. Escolha dos solos. Métodos da colheita. Carpas. Adubação.

Ao comércio de café brasileiro imenso prejudicou, como era de esperar, a tremenda guerra de Secessão, em que quase se cindiram os Estados Unidos. Caiu o consumo dos 1 228 milhões de libras, em 1856-1861, a 751, em 1865-1871, recordava Nicolau Moreira, em 1873. Os países de consumo máximo europeu eram, então, a Holanda, Bélgica e Suécia, e mínimo, Portugal, Itália, Espanha e Rússia.

Continuava o café brasileiro a ser crismado do modo mais injusto e avelhacado com os rótulos arábicos, antilhanos e outros.

Estendeu-se, longamente, o autor brasileiro sôbre tal fraude.

Verdade é que o grosso da exportação brasileira era composto de lotes muito mal preparados, mas convinha não esquecer que magníficas partidas de cafés brasileiros se ofereciam aos mercados, como javas, haitís, mocas, etc.

Notava-se, infelizmente, ainda, em todo o Império, deficiência de conhecimentos agrícolas. Sobretudo, quanto à pro-

dução do gênero. Melhorava, sensìvelmente, a situação do beneficiamento dêste. Era uma indústria nova que se creava, a do aperfeiçoamento dos cafés, que se realizava em S. Paulo com vantajosos lucros, na cidade do Rio de Janeiro e na Província fluminense. Melhoravam os cafés paulistas. A marca Santos acreditava-se cada vez mais, chegando, por vêzes, a levar vantagem aos cafés Rio.

Continuava a controvérsia a respeito das vantagens e desvantagens dos despolpados sôbre os cafés de terreiro.

Não há dúvida que os concorrentes faziam grande propaganda contra os cafés brasileiros, taxando-os de mal preparados, produtos de lavouras mal tratadas. Apontavam ao Brasil o exemplo de Ceilão, o que era absurdo, pois no Império as condições de trato e benefício em nada eram inferiores às da grande ilha índica, recordava o conselheiro Moreira. Em tudo isto havia má fé e concorrência desleal, levada a cabo por meio de insidiosa mas inteligente propaganda.

Um dos grandes centros de descrédito dos cafés brasileiros era a Holanda, que visava escoar as suas safras de Java, por bom preço. Algumas das argüições contra o produto brasileiro vinham a ser absolutamente ineptas. Queriam que o Brasil, com uma produção de 15 milhões de arrobas lançasse aos mercados menos cafés baixos do que Java e Ceilão, que davam um terço e um quinto das colheitas brasileiras!

Em 1878, expunha Paulo Pôrto Alegre a série das diversas classificações dos cafés brasileiros no Brasil, nos mercados franceses, inglêses, etc. Queixavam-se muito, no exterior, da heterogeneidade das partidas vindas do Brasil. E, também, da apresentação do gênero, cheio de defeitos devidos à má escolha, impregnado de cheiros desagradáveis, etc.

Havia, positivamente, pouco cuidado no armazenamento dos cafés, no Brasil. Pouca ventilação, o que era propício ao emboloramento, pouco cuidado em remover da vizinhança substâncias de cheiro ativo, sendo o café muito suscetível de adquirir tais aromas. Isto se entendia, sobretudo, com o transporte marítimo, capaz de arruinar o sabor de partidas inteiras, como era de sobra sabido.

Classificadores já os havia bons no Brasil, preocupados com as partidas dos grãos miudos e graudos.

Capítulo interessante da obra de Pôrto Alegre, que, em 1878, tanto fez falar de si e realmente o merecia, pelo vulto da novidade das dimensões e variedade de assuntos, é aquêle

em que trata dos sucedâneos da bebida arábica correntes na Europa, sobretudo em França.

Pelos anos em que êle escreveu, não havia ainda casas exportadoras e só comissárias. Eram os comissários os banqueiros dos lavradores. Concentravam, em seus armazens, as colheitas que as tropas faziam descer do planalto ao litoral.

Dentro em breve, as linhas da D. Pedro II e da S. Paulo Railway seriam os grandes veiculadores dos cafés de serra acima.

Não havendo crédito agrícola no Brasil, via-se o comissariado forçado a servir como banqueiro da lavoura.

Os bancos emprestavam sob o crédito do comissário, de sua firma ou pessoal, sob letras endossadas por outros comerciantes, pois recusavam-se, sistemàticamente, a aceitar endossos de lavradores, de modo que se creavam interdependências comerciais perigosas e por vêzes ruinosas.

Viviam os comissários a cada passo premidos pelos seus comitentes, que lhes reclamavam adiantamentos sôbre adiantamentos para alargarem lavouras, adquirirem aparelhamento beneficiador mais eficiente ou atenderem a despesas várias.

A formação de novos cafèzais exigia empates cada vez maiores, sem prazos marcados, e as colheitas ocorriam em prazos certos. Assim, se davam inversões financeiras produtoras do desequilíbrio que acabou reinando em largas proporções.

No grande comércio comissário do Rio de Janeiro, algumas firmas angariaram reputação notável. Em interessante monografia, aponta-as Artur Machado Guimarães, frisando quanto na classe cafèzista fluminense havia a preocupação da melhoria dos tipos e do alargamento do consumo pela propaganda.

A terrível prova fôra o commissariado submetido, com a decretação da lei de 13 de maio. Verdadeiro cataclisma sôbre êle desabou, no Rio de Janeiro, vendo os comerciantes, de um momento para o outro, sua clientela arruinada pela abolição da escravatura.

Assim mesmo não sossobrara, realizando um reajustamento que custou ingentes sacrifícios e transformações enormes, deixando inúmeras vítimas de ruidosos desastres.

Escrevendo sôbre as condições do financiamento de lavouras fluminenses nos anos imperiais, fez notar importante mercador do Rio de Janeiro, o conde de Avelar, que o comis-

sário nos últimos anos monárquicos evolvera, não se limitando a ser mero intermediário entre o produtor e o ensacador.

Com respeito àquêle, as suas relações tinham cunho acentuadamente patriarcal; os vínculos que os uniam não eram apenas de natureza mercantil. O comissário agia como um tutor amigo, interessado na prosperidade do fazendeiro.

Dava-lhe recursos para alargar lavouras e comprar escravos novos, mas exercia o contrôle da vida de seu cliente, atento à sua vida particular, exortando-o a que não fôsse temerário nos cometimentos novos, nem excessivo em despesas inúteis e suntuárias.

Importadores vultosos europeus, em visita ao Rio de Janeiro, haviam por vêzes verificado quanto esta organização de comércio comissário era digna da maior atenção.

Não seria exagerado afirmar que a grande lavoura do Brasil fôra feita, em *magna pars*, pelo comissariado do Rio e de Santos. Num país sem crédito agrícola, não podiam os bancos financiar a produção do interior, fornecendo aos fazendeiros os recursos que, inspirados, as mais das vêzes, pelas circunstâncias pessoais, lhes davam os comissários.

Fôra, pois, o comissariado verdadeira alavanca do progresso e a maior contribuidora da prosperidade da zona fluminense, figurando entre os vanguardeiros da civilização brasileira.

E, além das relações comerciais com os fazendeiros, havia a considerar quanto a sua atuação se estendia a muitos atos da vida civil.

Enorme desenvolvimento tomara o comissariado. Tempo houvera em que o Rio de Janeiro contava perto de duas mil firmas comissárias.

Devera-se ao comissariado papel precípuo e da maior relevância, nas campanhas em favor da creação da carteira hipotecária do Banco do Brasil, com emissão de letras, na transformação por que passara a legislação sôbre o crédito hipotecário, cujas falhas havia apontado com excelente resultado, sobretudo no momentoso caso que se constituira em verdadeiro espantalho do comércio cafeeiro: a adjudicação forçada do imóvel penhorado e executado ao credor, na última praça de liquidação e na ausência de licitantes".

Dos esforços do comissariado fluminense, resultara a nova lei das execuções civis e comerciais de 5 de outubro de 1885, consignando medidas do maior realce para garantia dos cré-

ditos. Lei garantidora de direitos recíprocos para o credor e o devedor, como a qualificou Carlos de Miranda Jordão em substancioso trabalho, chegava a ser verdadeiramente sábia.

No período áureo do comissariado, existiu pequeno núcleo de comerciantes intermediários: os ensacadores.

Eram êles que adquiriam os lotes diàriamente expostos à venda, empregando somas quantiosas e, por vêzes, constituindo vultosos estoques. Vinham a ser verdadeiros dispensadores de crédito aos vendedores, não só interessados na colocação de lotes, como também na alta das cotações. Chegavam a arriscar no jôgo dos mercados estrangeiros.

Passavam os ensacadores a ser verdadeiros beneméritos da lavoura e do comissariado. Nada mais injusto do que a irrogação de certos indivíduos que os acusavam de parasitários, quando, pelo contrário, prestavam relevantes serviços à resistência oposta às frouxidões intempestivas de certos mercados...

Haviam, porém, surgido nas praças brasileiras as casas exportadoras, cujos agentes se espalhavam pelo interior, comprando diretamente dos fazendeiros grandes partidas que, somadas umas às outras, chegavam a constituir verdadeiras massas de café.

Daí o estôrvo por estas casas oposto aos comissários e aos ensacadores.

A ação daquêles durante a terrível crise do Sindicato, em 1883, fôra simplesmente benemérita, afirma Miranda Jordão, quando batido o *corner* brasileiro havia o café caído a preços vis.

Arregimentaram-se os comissários sob a denominação de Centro da Lavoura e Comércio, associação que prestou os maiores serviços ao comércio e à cafeicultura em geral. Assim, se dedicou a assuntos de propaganda com o maior afinco.

Em 1881, realizou a primeira exposição de café, com uma representação avultadíssima de tipos das principais províncias cafeeiras.

Benéficos foram os resultados dêste tentame. Em 1882, realizou-se a segunda exposição com programa idêntico, queixando-se, porém, os seus promotores que, no lapso já decorrido, pouco se havia correspondido às esperanças depositadas na primeira tentativa.

Daí em diante, interessou-se o Centro em promover ou, pelo menos, auxiliar numerosas exposições cafeeiras em muitas capitais européias, na França, Inglaterra, Suiça, Áustria, Alemanha, Rússia, países Escandinavos, Estados Unidos e Canadá.

Grande número dêles teve a presidência e concurso dos cônsules brasileiros, servindo-se ao público, larga e gratuitamente, café brasileiro.

O comissariado fluminense, avança Miranda Jordão, chegou, em 1882, por ocasião das aperturas máximas da "crise do sindicato", a ter em mãos dos fazendeiros mais de sessenta mil contos de réis, soma imensa para o tempo.

Excelente reportagem sôbre a situação do comércio cafeeiro do Brasil, foi a que van Delden Laerne realizou, em 1884.

Informa o autor bátavo que, até meados do século XIX, o comércio de café no Brasil estivera entregue a gente pouco instruida e destituida de espírito progressista, quase sempre indivíduos de nacionalidade portuguêsa, enriquecidos mais pela prática de severa economia do que pelas especulações bem conduzidas.

Era o número de firmas brasileiras muito limitado e os filhos do Brasil, também, se mostravam muito arredios da ação. Tudo, no Brasil de então, andava em passo tardonho. E a simplicidade da vida e dos costumes na capital do Império era a mais completa, sobremodo monótona e tediosa.

Profetizou van Delden Laerne, como verdadeira cassandra *manquée*, uma situação catastrófica próxima, para a cafeicultura brasileira. Vivia o Império a braços com uma perspectiva tenebrosa: a da resolução da questão servil. E como não atraisse trabalhadores rurais, a lavoura cafeeira não conseguia expandir-se. Andavam os fazendeiros sobremodo premidos pelas dívidas. Entretanto, não haveria no universo país onde os plantadores gozassem de tantas garantias legais, para explorar sem dificuldades as propriedades agrícolas. Regime de tolerância e de benevolência era, em geral, o dos credores, a começar pelos bancos, cobrando juros módicos e amortização lenta, permitindo aos devedores em atraso poder continuar a exploração da propriedade durante anos a fio, sem que os credores hipotecários os incomodassem a reclamar créditos. A execução judiciária até procurava, ainda, atender às conveniências do executado.

Se os fazendeiros andavam alcançados, em tão grande

número, é que nos últimos cinco anos a culpa provinha exatamente, e sobretudo, da carestia e escassez dos braços para o trabalho. O fazendeiro brasileiro a lutar com dificuldades, podia contar muito mais com o concurso dos seus credores do que com a animadversão dêstes, que tratavam de o amparar, pois sabiam que a sua ruína importava em graves prejuizos para êle próprio. Não era o que se dava, por exemplo, em Java, onde os credores se mostravam destituidos de misericórdia.

Tal a importância do aparelhamento braçal das fazendas que, nas cláusulas dos empréstimos hipotecários, se atendia, sobretudo, ao valor da escravatura.

Achou van Delden Laerne muito mal organizado o sistema de transporte e a esmo o embarque do café. Má e freqüentemente péssima a sacaria, deixando cair grande quantidade de grãos. Perdia-se muita coisa, também, por intermédio do furador dos comissários, ao tirarem amostras.

Muitas anomalias se verificavam nos despachos. Estranhou o referendário neerlandês que houvesse concorrência de tarifas, permitindo que os cafés do oeste paulista fôssem encaminhados para o Rio de Janeiro, em vez de demandarem Santos!

Havia, também, muitas reclamações sôbre as diferenças de pesagem de sacas, muita perda de tempo nos transportes das estradas de ferro e nos embarques pelos trapiches.

Perdia-se muito nas chamadas varreduras, o que sobremaneira irritava fazendeiros e comissários. E com tôda a razão.

Cada casa comissária ao receber, diàriamente, as propostas de compra dos ensacadores, convertia-se como que numa pequena bolsa, estranhando van Delden Laerne que não houvesse uma bolsa geral nos grandes portos de embarque.

Com grandes minúcias, explica o autor holandês os trâmites das transações cafeeiras no Rio de Janeiro e em Santos. Louva a honradez dos negócios, a cordura dos mercadores e seus clientes. Muitíssimo raras as discussões quanto à qualidade ou cotação. Até mesmo quando ocorriam baixas. Raramente, também, surgiam pedidos de rebate, e êstes mesmos quando se notava existirem nos lotes sacas com café prejudicado pela humidade. Também não ocorriam discussões sôbre a maior ou menor quantidade de defeitos das partidas.

"O mercado de café brasileiro, afirma Laerne, está bem

acima do nosso, onde a mesquinharia e a pusilaminidade não são exceções.

Os fazendeiros é que se queixavam, e muito, dos comissários e ensacadores. Enfureciam-se, particularmente, com o processo de *rateio* que só fazia baixar o preço de suas partidas, sempre por êles elogiadas como de cafés bem preparados e prejudicados pela mistura com os de outros lavradores, menos caprichosos. Os que não se achavam presos pelos débitos a alguma firma, repartiam as suas remessas por diversos comissários, a fim de poderem comparar os resultados das contas de venda.

Admirou-se van Delden Laerne do vulto das operações do comércio cafeeiro do Brasil. Com reais mostras de espanto, relata aos seus leitores quanto o impressionaram as grandes instalações da Companhia Lavoura e Comércio, que manipulava e embarcava, anualmente, para cima de 250 000 sacas. As operações do reensaque efetuavam-se nos enormes armazens da Gambôa, com rapidez e regularidade admiráveis.

Firmas havia, no Rio, que com o seu aparelhamento mecânico ensacavam e remetiam cem mil sacas mensais e corretores que chegavam a negociar mais de um milhão de sacas, anualmente.

Os fazendeiros, em geral, preparavam mal os seus lotes. Eram procedentes as queixas contra o gôsto de terra dos cafés brasileiros. Freqüentemente, apareciam na Europa queixas contra o *café podre* do Brasil.

Detidamente, ocupou-se o referendário bátavo das normas de negócios cafeeiros, das transações entre ensacadores e comissários, dando sôbre o caso numerosos e preciosos informes relativos ao ano de 1885. Enumerou percentagens e comissões, fianças, formalidades diversas, gastos de estiva, praxes correntes no Rio de Janeiro e Santos, impostos e taxas provinciais e gerais, têrmos e prazos, contas de capatázias, taxas de embarque e fretes, seguros e despesas diversas.

Reduziu todos êstes gastos a tabelas, chegando à conclusão de que, em 1885, os preços da venda do café, mesmo a 30 000 réis por saca, não eram remuneradores, embora passassem por bons nos mercados. Só as comissões, fretes e carretos absorviam quarenta por cento do valor, em média, da saca.

Reinava, em 1885, uma situação financeira assaz dificultosa na praça do Rio de Janeiro. Acabara-se a era das grandes facilidades para a obtenção do dinheiro destinado ao custeio

das fazendas. O comércio comissário, alarmado, apertava os cordões da bolsa. E se um fazendeiro se achava em situação difícil, não lhe seria possível mudar de comissário. Assim, a situação do lavrador era desagradável, senão grave.

Não se poderia esperar que sôbre o Brasil, sùbitamente, desabasse uma torrente de trabalhadores rurais europeus. Seria êste, aliás, o único meio de habilitar o Império a fazer frente à crise fortíssima que o aguardava.

Foi o café o máximo determinante da construção da primeira ferrovia brasileira, a de Mauá à Raiz da Serra, e depois as de Dom Pedro II e São Paulo Railway.

Assim, também, foi o café que promoveu a extensão das rêdes de estradas de ferro do sul. A progressão desta rêde nos trinta e cinco anos do regime imperial, a partir de 1854, denuncia largo surto de progresso. Os 14 500 metros de 1854 passaram a 9 383 087, em 1889, ocorrendo, pois, um coeficiente multiplicador de 647.

Salientando a importância capital da zona cafeeira no conjunto da economia do Brasil, dizia van Delden Laerne, em 1884, e com tôda a razão, que um indício de tal preponderância se oferecia pelo desenvolvimento da viação férrea através das terras do café. Assim, a pequena província do Rio de Janeiro vira os seus 14 500 metros da estrada de Mauá multiplicarem-se de tal modo, que haviam chegado vinte anos mais tarde a 1 923 845 metros.

Nos últimos anos imperiais, os conhecimentos nascidos de uma experiência já cinqüentenária e o reflexo do avanço dos estudos agronômicos no estrangeiro, fizeram com que a bibliografia cafeeira do Brasil se mostrasse bem mais digna de aprêço do que nas primeiras décadas.

Dentre os autores de maior destaque citam-se: o dr. Carlos Ilidro da Silva, paulista, natural de Araçariguama, Paulo Pôrto Alegre, dr. Nicolau Joaquim Moreira, dr. Bento José de Labre, Carvalho de Morais, Luiz Couty e André Rebouças.

Já se falava em promover a restauração dos solos exaustos pelo cafèzal, por meio da adubação. Não vigoravam mais as idéias antigas sôbre a fertilidade dos chãos. Pensava-se na vantagem da conservação da humidade nas lavouras e discutiam-se as vantagens e desvantagens dos adubos animais e vegetais. Sôbre a química cafeeira ocorriam, ainda, idéias primárias e já se emitiam opiniões favoráveis acêrca de enleira-

mento, processo que tantas discussões haveria de trazer ao tablado das controvérsias, anos mais tarde.

A química biológica dêstes autores antigos era, por certo, bem sumária, mas em todo o caso já denunciava o interêsse com que os nossos agrônomos acompanhavam os rumores das experiências extra-brasileiras.

Discutia-se a questão do espaçamento cafeeiro, assim como o de melhor número de carpas a dar-se ao cafèzal. As vantagens da boa insolação das árvores e do sombreamento em certas zonas, também provocavam reparos.

Muito se tateava, ainda, contudo. Basta lembrar que, em 1873, examinava Nicolau J. Moreira uma proposição que os paulistas repeliam, como monstruosamente falsa.

As terras novas de primeira ordem, principalmente as roxas, não convinham ao cafeeiro, quer por excesso de elementos nutritivos, quer pela presença de alguma influência prejudicial ao arbusto, afirmava.

Dezesseis palmos (3m,52) era a distância, de cafeeiro a cafeeiro, geral e clàssicamente adotada. Entretanto, em Campinas, vinha a ser a mais insuficiente, creando verdadeiros matagais. No oeste paulista ainda mais. A questão dos viveiros era outro ponto que provocava enormes discussões.

Como seria melhor o plantio definitivo? por meio de mudas ou por sementeira?

A grande maioria inclinava-se pelo primeiro processo. Já se pensava muito no emprêgo do plantio por meio do sistema chamado de jacarèzinho, que Couty, em 1883, achava ótimo. Outra questão ainda debatida: a conveniência, ou a não conveniência, de se fazerem plantações de cereais nos cafèzais. Já, porém, quase não havia quem defendesse tal processo.

Van Delden Laerne criticou, por vêzes acerbamente, muita coisa de que viu nas fazendas brasileiras. Assim, por exemplo, os métodos empregados para a obtenção de sementeiras. Os viveiros desleixados não se podiam comparar com os de Java. Não se obtinha, no Brasil, um arbusto de café com um tronco mestre e sim um conjunto de 8 a 10 e mais brotos, nascidos das mudas e que tomavam a espessura de pequenos troncos.

E, quantos fazendeiros emperravam em não querer espaçar melhor os seus cafeeiros?

Havia muitos que plantavam a 12 e a 14 palmos. Era

o referendário holandês, aliás, adverso ao sombreamento no caso dos cafèzais brasileiros.

As carpas, dizia Couty, em 1883, deviam ser umas quatro, anualmente, na maior parte das terras cafeeiras, cinco nas de massapé. No salmourão, podiam reduzir-se a três. Eram, em geral, mal feitas. Não se afofava bastante a terra. Seria o caso de recomendar o arado nos cafèzais? Parecia que não. Haveria o perigo de se cortar o raizame. E, além disto, em terrenos mal feitos, a charrúa auxiliaria o efeito desastroso das chuvas tropicais, arrastando o humus das terras profundamente revolvidas.

Muitos dos europeus que vinham ao Brasil arvoravam-se, logo, em sabichões e punham-se a apregoar as excelências da aração. Nem sequer sabiam quanto, em geral, o solo dos cafèzais era mal destocado. A carpideira apresentava muito maior vantagem do que o arado sôbre as camadas superficiais, muito diversas no massapé e na terra roxa.

Os cafèzais paulistas achou-os van Delden Laerne, em bloco, mais bem tratados do que os fluminenses e mineiros. Em S. Paulo, a pujança do solo obrigava o lavrador, freqüentemente, a cinco carpas anuais.

André Rebouças, em 1884, lembrava aos seus leitores, com grande satisfação, que crescia o movimento em prol do emprêgo do maquinário agrícola no cafèzal, sobretudo em S. Paulo. Em muitos lugares fizera o arado verdadeiros prodígios. Fazendeiros importantes e adiantados haviam até conseguido, graças a êle, resultados magníficos.

Assistiu van Delden Laerne a várias derrubadas, roçadas e queimadas para o plantio de lavouras novas. Declarava que na zona fluminense fazia-se como em Ceilão, em S. Paulo como em Java. Couty, peremptório, afirma, com a agudeza de observação e a lucidez de espírito admiráveis, empregar os brasileiros com o maior critério o método de que se serviam, para a obtenção de suas terras cafeeiras. Outro seria impossível, dadas as condições de trabalho no Império.

Assunto que preocupou bastante a Laerne, foi obter dados sôbre o custo da abertura de caminhos rurais carreadouros nos cafèzais.

Causou-lhe grande surpresa verificar que, quase sempre, não podiam os fazendeiros dar-lhe respostas precisas. Assim, se espantara ao receber informes precisos de um grande lavrador mineiro, o barão de Cruz Alta.

A transplantação das mudas toma páginas e páginas da obra bojuda de Pôrto Alegre, que, aliás, não nos consta haja sido cafeicultor, nem vivido em fazenda, diplomata que sempre foi. Van Delden Laerne observou, com a maior minudência, a operação do replantio. Verdade é que não estava a escrever um tratado pormenorizado de agronomia cafeeira. Assim, não se perdeu nas minúcias do agrônomo brasileiro, que, longamente, estudou as diversas operações da transplantação e as diversas precauções essenciais para que ela viesse a dar resultados benéficos.

Começou a plantação do Brasil com os cafeeiros chamados creoulos, de origem arábica.

Mas, desde meados do século XIX, muito se plantou a variedade bourbônica. A javanesa encontrava muito menos adeptos, fato que surpreendeu a Laerne. O libéria não encontrava adeptos e o maragogipe poucos, enquanto o botucatú, ainda muito pouco conhecido, começava a aparecer.

Pouco trataram os nossos antigos agrônomos da florada e frutescência dos cafèzais. Peckolt aconselhava aos lavradores plantar e experimentar diversas variedades, para ver qual seria a que poderia adaptar-se às suas terras. Nicolau Moreira batia-se pela limpa escrupulosa dos cafèzais. O mesmo fez Pôrto Alegre. A questão do sombreamento ainda era assunto exótico para o Brasil. Ela só se praticava nas Províncias de pequena produção: Ceará, Bahia e em alguns distritos do Espírito Santo. O grande cafèzal do sul vivia exposto ao sol e um dos pontos de honra dos que passavam na época por bons fazendeiros, residia, exatamente, no maior descobrimento do solo, para que alcançasse a maior insolação possível. Pôrto Alegre abeberado a quanto autor estrangeiro havia, e afastado do Brasil, tratou longamente do assunto, preconizando muito a utilização do ingazeiro e do fumo.

Sôbre o estercamento dos cafeeiros, quase não se discutiu no século XIX. Fez Moreira grande cabedal da utilização das cascas do café despolpado para o fabrico de álcool e da polpa

do café para o da potassa, em alegações por vêzes de saborosa ingenuidade, sob o ponto de vista econômico.

Couty com o maior critério, em 1883, procurava advertir os fazendeiros contra as falazes e desleais maravilhas prometidas pelos vendedores de adubos químicos, que começavam a surgir. Como poderiam aplicá-los, se desconheciam por completo a composição do solo de seus cafèzais? Parecia-lhe que nas terras brasileiras bem feitas, não era a substância assimilável que às árvores faltava. E a prova de tal, era o viço das replantas substituindo os cafeeiros mortos.

CAPÍTULO XIV

A imigração européia e o cafèzal. Vergueiro e Ibicaba. O surto colonizador cafeeiro em S. Paulo, nas últimas décadas imperiais. Projetos contrariados de introdução de asiáticos.

Com a habitual expressividade, disse Eduardo Prado que escrever-se a história da imigração no Brasil era como que escrever a história do país.

O desenvolvimento das nossas correntes imigratórias processou-se, como de sobra é sabido, muito lentamente. Portugal, país de pequena densidade territorial, pouco podia povoar sua imensa colônia sul-americana. Se sua população, no século XVI, quando muito atingia uns quinze habitantes por quilômetro quadrado!

Daí, a imperiosidade de se recorrer ao tráfico escravo, para os reclamos de sua agricultura. Daí, a imposição que incorporou os milhões de africanos trazidos pelas navegações.

As tentativas de colonização branca foram quase nulas, como ninguém ignora. Duas houve mais sérias, como as que levaram à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, alguns milhares de açorianos e madeirenses. Ou a que encaminhou para a Amazônia Setentrional os refugiados de Mazagão, recém-recuperada pelos marroquinos.

A vinda de Dom João VI, em 1808, para o seu vice-reino americano, e, em 1816, reino ultramarino, provocaria a atenção dos dirigentes da monarquia para a necessidade do povoamento por colonos brancos.

Não podia Portugal, sempre despovoado, fornecer senão muito escassos elementos, sobretudo depois da terrível provação por que passara com as guerras napoleônicas.

Poucos ensaios ocorreram, portanto, utilizando reinois. Cita-se, por exemplo, o caso de Casa Branca, em S. Paulo, onde os colonos atirados, irracionalmente, a verdadeiro ermo, não poderiam de todo prosperar, como era de esperar e de fato aconteceu. E, aliás, no Brasil o português se adaptou sempre mal às exigências da lavoura, como trabalhador do campo. A escravidão o afastava das culturas.

Uma evolução de espírito, cada vez mais acentuada, apontava aos governantes do Brasil que, em futuro talvez não remoto, o tráfico se extinguiria. Estancar-se-ia a fonte alimentadora do trabalho, justamente quando aumentava imenso o seu apêlo aos braços novos, com a introdução e avolumamento da cultura cafeeira, cujo surto sobrepujava as espectativas dos mais otimistas.

Já em 1808, cogitara o futuro Dom João VI de uma tentativa séria de colonização, decretando a lei de 25 de novembro que permitia ao govêrno conceder terras de sesmaria a estrangeiros.

Era êste decreto como que um corolário do outro, que estabelecera a liberdade de comércio. A sábia lei determinou grande afluxo de ádvenas, e John Luccock, em suas tão conhecidas *Notes on Brazil* (Londres, 1820), frisa quanto o Brasil recebeu imigrantes espontâneos na última década, em número, para a época e o país, absolutamente considerável, inglêses, franceses, alemães, suecos, hispano-americanos, etc.

Fundou D. João VI a colônia suiça de Nova Friburgo. E iniciou D. Pedro I a colonização alemã do Rio Grande do Sul, à qual se seguiram diversas tentativas de adaptação de estrangeiros às terras brasileiras, algumas realizadas por verdadeiros desequilibrados, como no caso do dr. Faivre, em Tibagí, e dos fourieristas do Saí.

Era, então, o café o único meio de fixação dos ádvenas europeus no Brasil.

Foi o que compreendeu um homem do mais alto descortínio filantrópico, um dos mais notáveis brasileiros adotivos de todos os tempos, que só não é sempre lembrado como um brasileiro dos de maior prol, pela razão exclusiva de não ter

nascido em nossa pátria: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Senhor de lucidíssima visão, animado de sentimentos filantrópicos, raríssimos num tempo de ferrenha mentalidade escravista, imediatamente compreendeu que o melhor, o verdadeiro chamariz de imigrantes europeus era o da lavoura cafeeira.

Via longe nos destinos econômicos do Brasil, o ilustre regente de 1831, cuja biografia escreveu Djalma Forjaz, com a minudência e a retidão exigidas por tão grande vida.

Com tôda a exação, aventa Eduardo Prado que quando Vergueiro e os compartícipes de suas idéias começaram a atrair colonos livres às suas lavouras, estavam a praticar mais um ato de filantropia e patriotismo do que realizando um negócio.

Por esta época, o tráfico ainda se efetuava em larga escala, embora clandestinamente.

Os fazendeiros pioneiros subsidiadores da imigração européia, gastando fortes somas, mostravam-se verdadeiros devassadores do futuro.

Podiam, egoìsticamente, empregar escravos, pois ainda os havia em grande abundância.

Na década de 1840 a 1850, pensar em adaptar europeus às lavouras brasileiras não era coisa somenos. Pelo contrário! Quanta dificuldade a vencer e preconceitos a combater! Só um balanço muito meditado da comparação das mentalidades pode dar idéia da energia e da fôrça de vontade desenvolvidas por êstes beneméritos progressistas.

Esta primazia de benemerência cabe a Vergueiro. A sua, mais tarde tão falada, fazenda do Ibicaba, em Limeira, tornou-se justamente célebre. Foi o ponto inicial da tentativa, posteriormente triunfante: a fixação do europeu na lavoura cafeeira paulista.

Não tardariam a frutificar os exemplos do estadista, imitado por diversos grandes lavradores de S. Paulo, sobretudo, como o barão de Souza Queirós, o visconde de Indaiatuba, o barão de Jundiaí, o comendador Souza Barros, os barões de Pôrto Feliz, Limeira, Japí, Araraquara, o dr. J. Elias Pacheco Jordão, etc., etc., em S. Paulo; o marquês de Valença, o conde de Baependí, o barão de Juparaná, o comendador Braz Bellens, na Província do Rio; Mariano Procópio F. Lage, em Minas.

Do primitivo sistema de parceria, que foi o primeiro adotado, originaram-se ocorrências tão desagradáveis entre proprietários e colonos, que não sòmente chegaram a preocupar vivamente o espírito público, como levaram o govêrno a mandar estudar, oficialmente, as circunstâncias que as determinavam.

A lealdade devia ser a base da execução de tais contratos. Nela se fundava tôda a sua garantia e estabilidade.

Houve, porém, por parte dos fazendeiros, nos primeiros tempos, sobejos motivos de queixa. Alegavam a má qualidade dos colonos, entre os quais haviam vindo numerosos condenados vagabundos, enfermos, velhos imprestáveis, imoralmente despejados para o Brasil.

Por outro lado, atuava desagradàvelmente sôbre êstes europeus, em diversos casos, a prepotência dos lavradores, acostumados a se fazer cegamente obedecer por escravos.

Em 1853, as reclamações dos colonos avultaram tanto, que o govêrno imperial entregou o estudo do caso a um homem de ilibada reputação, o desembargador, depois visconde de Valdetoro, que, se por um lado verberou o pouco zêlo e a falta de critério, e até de escrúpulos, dos agentes recrutadores dos imigrantes, também apontou a facilidade com que os àdvenas eram recrutados. Ninguém procurara, de leve sequer, informar-se acêrca dos hábitos, aptidões, profissões, moralidade, idade e condições de saúde dos imigrantes.

E' exato que, por parte da administração pública e dos particulares, havia a considerar a falta de inspeção indispensável e boa administração da justiça.

Sôbre estas questões entre fazendeiros e colonos, por vêzes muito agudas, sobretudo em S. Paulo, há extenso e curioso relato do barão de Tschudi, ministro plenipotenciário da Suiça no Brasil, relato datado de 1860.

Visitou a Província de S. Paulo, para examinar as condições das colônias suiças de parceria. Sua narrativa é assaz imparcial. Assim, aduz provas múltiplas e eloqüentes de humanidade e condescendência dos fazendeiros paulistas. A alguns, tece os maiores louvores. E de outros verbera o procedimento, acremente.

Era a condição dos colonos equiparada à dos servos.

Mas, ao lado dêstes casos, muitos outros havia em que os lavradores brasileiros respeitavam, rigorosamente, as cláusulas

contratuais da locação de serviços de seus colonos, demonstrando real espírito de justiça.

Observou Couty que os escravos quase não se reproduziam. Daí, a necessidade vinda dos primeiros anos de sempre se recorrer ao tráfico africano, para o preenchimento dos claros das escravaturas.

Cotejasse alguém os quadros demográficos dos imigrantes, recém-introduzidos no Brasil. Notaria, logo, a diferença enorme que nas colônias superava a população útil de 15 a 60 anos, da população total.

O número de velhos, entre os recém-vindos trabalhadores do café, era muito restrito. Às diferenças preenchiam, quase ùnicamente, os menores.

As crianças, até os 15 anos, representavam cêrca da metade da população total, proporção nada menos de três vêzes maior do que a dos filhos de escravos da mesma idade e também superior a de tôdas dos países europeus civilizados.

Êste último fato fàcilmente se explicava pelas condições da imigração, constituida, exclusivamente, de proletários ativos, que precisavam de braços para avolumar os seus haveres.

A lei da locação de serviços, promulgada em 1879, mostrava-se, ao ver de muitos fazendeiros, sobremodo lesiva aos seus interêsses. Freqüente e injustamente, davam os tribunais ganho de causa aos colonos, em suas pendências com os patrões.

Os artigos desta lei mais discutidos e atacados eram: o que limitava o prazo dos contratos a cinco anos, reduzia à metade dos gastos de transporte e despesas de instalação a dívida a ser imposta aos trabalhadores contratados no estrangeiro, e interdizia a cobrança de juros sôbre tais quantias; o que autorizava o recém-vindo a denunciar o contrato no primeiro mês, caso pagasse a despesa feita pelo introdutor; o que proibia ao proprietário forçar o colono a só manter relações comerciais com êle, patrão; o que reduzia à prisão máxima de cinccenta a sessenta dias, a pena a ser imposta ao colono remisso no cumprimento de suas obrigações.

Esta lei de 1879, aliás, segundo Couty, muito liberal, provocava reclamações de ambas as partes interessadas.

O prazo máximo de cinco anos fôra, positivamente, fixado para impedir que os contratados passassem à condição de escravos vitalícios. Era, no entanto, prejudicial ao colono. Permitia, indiretamente, ao patrão, a imposição de condições mais onerosas após alguns anos, justamente gastos no aumento do

rendimento das lavouras. As prescrições justíssimas da parceria, não tinham cuidado da definição do direito do trabalhador a aproveitar os melhoramentos acaso supervenientes, direito reconhecido, até certo ponto, diretamente, pela maioria das leis européias.

Daí decorria o fato de que os colonos se recusavam a podar os cafèzais e arrotear profundamente as lavouras, dado que tais operações viriam diminuir, momentaneamente, os proventos de suas colheitas.

Em todo o caso, a lei de locação de serviços, embora imperfeita, constituira verdadeiro progresso, convindo recordar que, em geral, a estudavam mal. Daí a defeituosidade de sua aplicação.

Expondo as queixas dos lavradores, dizia Couty que uma das mais freqüentes, e aliás das mais justas, versava sôbre o nomadismo dos colonos. Abandonavam as fazendas, por vêzes em massa, expondo o fazendeiro, de um momento para outro, a sérios prejuizos.

Gerais se mostravam estas idas e vindas dos colonos ao findarem os contratos. E, a seu respeito, expendiam motivos de justa queixa homens da maior respeitabilidade, como o visconde de Indaiatuba, o comendador Vergueiro, os membros da família Queirós Teles e tantos mais, pioneiros da colonização paulista, ao lado de quem era de justiça citar a família dos Clemente Pinto, os viscondes, mais tarde condes de Nova Friburgo e São Clemente, que além de se não contentarem em construir uma via férrea, ainda se tinham preocupado em introduzir, na sua zona cantagalense, até chins.

No Brasil, em 1883 afirmava Couty, reportando-se ao que escrevera a um agrônomo francês de nomeada, não eram os escravos considerados como rebanho, como sêres inferiores, nem utilizados como meros mecanismos. E sim, como operários presos ao solo, em condições freqüentemente mais suavés do que as de muitos assalariados da Europa...

Isto explicava porque a grande questão da abolição estava sendo movimentada não por pretos e sim por brancos, que "aliás, já haviam liberto mais da metade dos escravos transportados para o Brasil no último século, e admitiam que com êles se mesclassem, em condições de igualdade social e moral as mais completas".

Era esta afirmativa exagerada em sua generalização: basta lembrar que, entre os libertadores mais em evidência na campanha abolicionista, figuravam eminentes homens de côr, como André Rebouças, Luiz Gama e José do Patrocínio.

Notou o sábio francês que dentre os numerosos fazendeiros seus conhecidos, quer no Rio de Janeiro, quer em S. Paulo, a nenhum conhecera que não percebesse próximo o advento da abolição e não o julgasse indispensável.

Várias vêzes admirou-se ouvindo assim falar lavradores com duzentos e trezentos cativos, base primacial de sua fortuna. Tranqüilamente lhe declaravam que, quando muito, disporiam dos serviços de seus escravos por mais dez ou doze anos.

A substituição do braço, eis o grande problema do Brasil! Advogavam, alguns, a abolição brusca do regime servil, entendendo que esta solução radical acomodaria a crise. Mas, ninguém se esquecesse de que o negro constituia, no Império, a base do edifício social e da economia nacional. Era indispensável fator à percepção dos impostos e à exportação. Fornecia cinco sextos da produção cafeeira, dois terços da açucareira. Intervinha em tôdas as operações industriais, na pecuária e na mineração, embora limitada, do país. Emancipação no Brasil era, antes de mais nada, substituição, sob pena de grave perturbação financeira, econômica e social.

Em 1882, tornara-se a crise da falta de braços tão angustiosa, que muitos dos que se interessavam pelo progresso do Brasil aventaram a possibilidade da substituição do africano, isto é, do preto, pelo amarelo.

Seria a China o enorme reservatório de abastecimento das fazendas brasileiras. Pensavam alguns adeptos da imigração asiática que o despêjo de quinhentos mil chins, para substituirem outros tantos pretos, seria remédio absolutamente salvador para a economia do Império.

Vivíssimos debates se travaram no parlamento e na imprensa, a tal propósito.

Apontavam-se os exemplos de Cuba, da Califórnia, do Perú, para onde haviam sido encaminhadas levas e levas de desgraçados *coolies*.

Já o próprio Brasil recebera tais imigrantes. Em Morro Velho, mais de cem chins trabalhavam nos rudes serviços da mineração aurífera, e o conde de Nova Friburgo empregara turmas de celestes nos serviços de sua via férrea cantagalense.

Quem maior empenho punha na vinda dos asiáticos eram, naturalmente, os grandes cafèzistas, por si e pelos seus delegados comerciais, os comissários. Encontraram, porém, tremenda oposição por parte dos homens esclarecidos, que neste projeto enxergavam um símile da escravidão africana, no estabelecimento de outra amarela.

À sua testa havia homens do maior prestígio, como o visconde de Taunay, Francisco Belisário Soares de Souza, André Rebouças e Luiz Couty.

Recuou a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa, que conseguira, em 1883, atrair ao Rio de Janeiro o sr. Tong King Sing, diretor da importante China Merchant's Steam Navigation Company. Pedira êste personagem, aliás homem culto e poliglota, que o govêrno imperial subsidiasse a sua emprêsa com cem mil dólares anuais. A isto não anuiu o solicitado, ante as manifestações da opinião pública e dos vivíssimos debates pela imprensa e no Parlamento. Os interessados na vinda de chins abriram uma subscrição para angariar a soma desejada, e parecia o negócio em bom pé quando Tong King Sing partiu, inesperadamente, do Rio de Janeiro, depois de haver recebido um telegrama reservado de Londres.

Supõe van Delden Laerne que tal despacho traduzia o veto formal do govêrno britânico, instigado pela Anti-Slavery Society, que via no projeto uma tentativa de escravização de amarelos. Tal a impressão causada pela súbita saída de Tong King Sing, que poucos dias após a sua viagem dissolvia-se a Companhia de Comércio de Imigração Chinesa.

Maldosamente, comenta o referendário bátavo: "assim, se desvaneceram as últimas esperanças dos cafèzistas da *grande lavoura* de obterem braços baratos, capazes de substituir os escravos".

Alguns anos mais tarde poderia verificar que, mau grado a Abolição, a lavoura cafeeira do Brasil atravessava singular período de florescência e extraordinário incremento.

CAPÍTULO XV

Grandes fazendas e grandes fazendeiros. Como decorria a vida ali. Disparidades flagrantes. Reflexos das grandes fazendas nas cidades de sua vizinhança. Os sobradões dos landlords do café. O nobiliário imperial e os barões do café. Os irmãos Breves. O barão de Nova Friburgo.

Na antiga zona serrana, densamente florestada e deserta, próxima à cidade do Rio de Janeiro, viera o café provocar o nascimento da mais rica região brasileira, e, ao mesmo tempo, das grandes propriedades fluminenses, mineiras da Mata e paulistas do norte.

Alguns anos mais, e já nas casas grandes das principais fazendas, surgiam os índices do luxo e da vida faustosa dos fazendeiros.

Desfrutavam os cafeicultores o trabalho exaustivo e incessante do braço negro em condições tais, que o lucro decorria do capital sem esfôrço do capitalista.

A vida lhes corria plácida, a êstes privilegiados, num ambiente de confôrto e segurança.

Para desanuviarem o tédio decorrente da rotina da existência, ou dominados por uma febre de grandeza, ante a miragem dos títulos nobiliárquicos e dos prazeres aristocráticos, cercavam-se do bem estar e da opulência que a época lhes podia proporcionar.

Nem siquer precisavam tomar maior trabalho, para a aquisição dos objetos que o luxo europeu lhes ofertava.

Recorriam aos bons ofícios daquela nuvem de mascates alsacianos, quase sempre judeus, que d'Assier tão impressivamente descreve.

Em sua interessante "A Côrte no Brasil", escreve Alberto de Araujo Guimarães: "Tudo naquela época vinha da Europa: as finas porcelanas marcadas de brazões iluminados, as pratarias lavradas, as tapeçarias, os móveis, os cristais, os estucadores, os arquitetos e os pintores de fama. Todo o confôrto que a indústria e o gênio europeu produziam, vinha ter ao interior fluminense.

Tudo era grandioso. Pelas estradas poeirentas cruzavam-se belas carruagens marcadas de brazões, onde ufanos viajavam, em meio de coxins de sêda, os nobres e privilegiados fazendeiros."

Por todo o território da Província, brotavam os vastos e opulentos solares.

No aparelhamento das casas grandes das fazendas fluminenses, morada de opulentos landlords, haveria, fatalmente, de ocorrer vivos contrastes. Seus proprietários não tinham ainda, em geral, o polimento necessário para a creação dos ambientes harmônicos.

Daí, uma confusão extraordinária de estilos e procedências no arranjo destas casas fazendeiras, onde os objetos de arte requintada européia se misturavam às rudes peças provindas do engenho e da arte das indústrias locais.

Algumas fazendas, para o fim do Império, apresentavam mais homogeneidade. Já seus proprietários mais cultos vaidiavam-se do que haviam visto em viagem. Das antigas, porém, muitas das mais ricas haviam sido mobiliadas sob a indicação dos mascates, gente de cultura mais que deficiente e gostos artísticos, geralmente, os mais duvidosos, visando antes de tudo vender, vender muito, empurrar sua mercadoria. Daí, as disparidades fatais dos ambientes das casas grandes.

A decoração dos salões de visitas e de jantar destas grandes fazendas, recém-adornados, havia sido, em geral, confiada a verdadeiros pintamonos ambulantes, que lhes enchiam as paredes com as mais extravagantes composições de uma imaginação parca e desajudada de instrução.

Num dos maiores solares da província fluminense, pertencente outrora a grande titular, vimos frisantes demonstra-

ção dessa arte exótica transplantada ao Brasil, e realmente pitoresca.

Num painel nota-se uma série de moinhos de vento, ao pé dos quais uns tantos carvoeiros se ocupam de sua indústria, vigilantes à marcha da queima de suas medas. Logo depois, se oferece ao observador uma espécie de fandango, tarantela, jota, giga, *bourrée*, ou coisa que valha, bailada por indivíduos de indeterminável procedência. São campônios, mas de que terra européia? Quiçá haja querido o artista caracterizar ciganos, pois presentes à cena, necessàriamente enjaulados, em gaiolas postas sôbre carros de bois, vêm-se um leão displicente e um urso de aspecto bravio. Êste, de pé, parece interessar-se vivamente pela coréia, como bom bailador por índole que é.

O rei dos animais, êste, mostra-se mais desinteressado ao que vai em tôrno de si. Em outro intervalo de portas, notam-se sujeitos a pescar, à margem de um regato, onde num barco remam dois religiosos, cujo hábito lembra os dos capuchinhos. Num terceiro painel, há um chalet suiço à margem de vasto lago, sôbre o qual reina tremenda tempestade, ameaçando submergir um navio a vapor e dois ou três veleiros.

Outro painel se consagra a uma cena religiosa. Um prelador alcandorado em altíssimo púlpito, fala a considerável auditório, onde figuram reis e rainhas coroados, cardeais, bispos, guerreiros medievais, garbosamente armados, damas de altas golas, apertadas em suas saias e vasquinhas, fidalgos não poucos mal ajustados em ferragoulos, saltimbarcas e calções.

Não há a menor confiança a depositar-se no sincronismo daquela indumentária de peças medievais, da Renascença, do grande século bourbônico, dos albores imperiais franceses, etc., etc. Em face e esta salada de modas, ostenta-se farto viveiro de aves. E a única concessão à "prata da casa", ao ambiente brasileiro. Araras e tucanos, saracuras e seriemas, rolas e sabiás, etc., etc., empoleiram-se, gravemente, como se pertencessem a um panteon ceroplástico, hieráticas e arrogantes de atitudes.

Na grande sala de jantar, de outra das maiores fazendas do esplendor cafeeiro fluminense, vimos nova série de assuntos igualmente dos mais díspares.

Em quadros ovais, surgem peças e troféus de caça, lutas e flores exóticas, traindo a nacionalidade transatlântica do seu autor. Assim, as lebres, as galhadas do cervo europeu, os cachos de uva, as cerejas e maçãs, papoulas e tulipas, etc., etc.,

traduzem os sentimentos nostálgicos do pintor, que não era de todo mau .

O interessante é que êstes paineis da cinegética e da gulodice se contrapõem a outros, em cuja vizinhança não deviam estar, pois representam uma série de figuras dos "deuses da falsa gentilidade", um Júpiter, rodeado de águias, desferindo raios, um Apolo tangendo a lira, uma Diana de saiote curto, armada de arco e aljava e acompanhada de um veado; uma Ceres empunhando uma foice e hastes de trigo, etc., etc. Na parede mais em evidência, dois cavaleiros ricamente vestidos e soberbamente montados saúdam-se, dando-se a mão. Não são fazendeiros nossos e sim fidalgos europeus, vestidos como quem vai comparticipar de uma *chasse à courre*.

As grandes casas mais recentes já demonstram mais harmonia.

Em fazendas antigas, era comum que dos forros dos salões, de tosco assoalho e mobiliário rude, pendessem magníficos lustres de fino cristal trabalhado, valendo hoje dezenas de contos e em armários-almanjarras, da maior rudeza, se guardassem finíssimos serviços de porcelana francesa ou de Saxe; que, por sôbre os consolos quase feitos a machado, se vissem peças de porcelana da mais bela, procedente de Aranjuez e de Sèvres, vasos enormes de Jacob Petit, como observa Araujo Guimarães.

"Formou-se respeitada aristocracia rural que, não satisfeita com o esplendor que mantinha em suas fazendas, construia na capital do Império magníficos palacetes, onde imperava o mesmo luxo e a mesma grandeza, e onde pululavam os fâmulos enfarpelados de vistosas librés."

As sedes dos municípios em que se localizavam as grandes fazendas dêstes landlords sofriam, também, rápido incremento.

O século XIX foi o da região fluminense, como o anterior pertencera a Minas Gerais, a era seiscentista à Bahia e a quinhentista a Pernambuco.

Vivia a Província do Rio os rápidos anos de sua notável hegemonia financeira sôbre as demais circunscrições do Império: o cafèzal civilizara-a.

Com a maior exação, observa Alberto Guimarães.

"Entretanto, a opulência dos senhores dos grandes cafèzais, embora tenha sido uma das causas da decadência da Província, trouxe também benefícios. As sedes dos municípios

cafeeiros, pela liberalidade dos fidalgos, tiveram o necessário banho de civilização.

E, não deixa de ser emocionante a abnegação de todos êsses aristocratas do cafèzal, nas obras de benemerência que souberam realizar.

Além das obras de filantropia que procedem da liberalidade dos cafèzistas e que beneficiaram tôdas as sedes dos municípios onde se cultivou a rubiácea, há a notar, ainda, que muitos dêstes grandes fazendeiros construiram ricas vivendas, nas cidades em cujo território possuiam propriedades".

Tal o caso de Vassouras com os seus palácios, e muitas outras cidades, como Valença, Paraíba, Juiz de Fora, Nova Friburgo, Bananal, Pindamonhangaba, Campinas e Jacareí.

Não há cidade cafeeira antiga que não possa ostentar, pelo menos, uns dez sobradões cafeeiros. E quantos já desapareceram, substituidos por horrendos espécimes de uma arquitetura bastarda importada?

Escreve Araujo Guimarães:

"Foi, de fato, interessante essa época do fastígio fluminense, em que os grandes proprietários rurais entravam numa louca competição de despesas, cada qual querendo fazer realçar mais o esplendor de sua casa, levando a vida como nababos, quer em suas vastas e luxuosas casas de fazenda, quer em seus elegantes palacetes da Côrte, onde a famulagem metida em luxuosas librés, onde as carruagens as mais belas, onde os mobiliários os mais ricos e os mais custosos objetos de arte serviam de ambiente para uma vida aprimorada, digna dos grandes fidalgos europeus.

Não eram poucos os salões do Rio de Janeiro, onde a graça das senhoras dos grandes fazendeiros fluminenses faziam o encanto da sociedade da época".

"Os viajantes estrangeiros que durante o século XIX atravessaram a Província, testemunharam o esplendor dos grandes fazendeiros de café. O vale do Paraíba representava, então, a mola econômica da nação. As enormes fazendas de café, situadas nas vertentes do Paraíba, não sòmente contribuiam para o engrandecimento econômico do Império, como também formavam a mentalidade dos grandes estadistas que tiveram, na política nacional, função preponderante."

"Infelizmente, o esplendor do vale do Paraíba não se pôde conservar, e hoje é-nos penoso considerar o estado de rotina

em que vive, em comparação com o passado brilhante que o exaltou."

Foi efêmero, no entanto, êsse esplendor.

O vale do Paraíba — que dominava o Império com a potência de sua produção grandiosa e a atuação de estadistas notáveis, que no govêrno do Brasil tiveram função preponderante e que haviam saído dêsse meio, enérgicos, independentes e cultos — depois de 13 de maio de 1888, começou a declinar ràpidamente.

Duas causas promoveram esta queda formidável e brusca: a desorganização do trabalho, mercê da lei de 13 de maio e as conseqüências, cada vez mais pronunciadas e profundas, da erosão das terras montanhosas.

Estas, sobretudo, muito além daquela, certamente. Se o solo fluminense, acaso bem feito, fôsse capaz de alimentar os seus cafèzais, permitindo-lhes maior longevidade, a fixação dos colonos se faria automàticamente.

Observa Araujo Guimarães com tôda a propriedade:

"O regime escravocrata da lavoura permitia o equilíbrio das fôrças da Província que, verdadeiramente, já estavam conturbadas. A Lei Áurea operou o choque. Dêsse momento em diante, a curva do progresso fluminense entraria em declínio."

Outro fator do empobrecimento proveio do absenteísmo. Enriquecidos ràpidamente, deixaram muitos fazendeiros, sobretudo os da segunda geração, as glebas onde seus pais haviam aberto lavouras e feito fortuna. Chegados ao ápice de prestigiosíssima situação social, foram-se aos poucos afastando da terra. Entregaram bens, por vêzes vultosos, a administradores mais e menos broncos, a feitores mais e menos boçais. Muitos e muitos não se afastavam mais da Côrte, outros foram fixar-se no estrangeiro, sobretudo em França, vários havendo que passaram anos e mais anos sem volver à Pátria.

Não podia o Brasil de 1822 fugir a um imperativo de país latifundiário e despovoado, de nação de comércio minúsculo, mal solicitando os produtos essenciais da importação européia, por totalmente desprovido de indústria manufatureira.

Tôda a importância de sua organização social repousava sôbre a agricultura e esta era a da cana, já quatro vêzes secular. A do café despontava num surto realmente espantoso de vigor e rapidez de crescimento.

Mas a cana ia, dentro em breve, ceder o passo ao café, já em 1822 tão importante e futuroso que a suplantou pois

cando-se à destra do escudo imperial do Brasil, recém-elevado à categoria de Nação livre.

Com a irrupção do cafèzal pelas encostas da Serra do Mar acima e pelas terras dos planaltos fluminense, paulista e mineiro, ia crear-se no sul uma aristocracia territorial destinada a fazer contraposição à velha hierarquia dos senhores de engenho setentrionais. Era a dos fazendeiros, aos quais regeria o mesmo espírito existente entre os seus predecessores e êmulos, donos dos canaviais.

Nada mais natural, aliás, pois tanto uns como outros teriam um ambiente absolutamente homogêneo: o do regime escravocrata. E, assim, se crearia a mentalidade *fazendeiral*.

Quando se deu a transmigração real de 1808, era plausível que ao Brasil logo se transplantasse a instituição nobiliárquica. Mas, D. João VI foi muito avaro de títulos, em relação aos seus súditos ultramarinos. A bem menos de uma dúzia distinguiu.

Entre os agraciados de seu filho, pouços titulares representavam a aristocracia rural. No seu nobiliário avultam, sobretudo, os políticos e militares.

O fazendeiro de café titular, decano dos lavradores enobrecidos foi, certamente, o marquês de São João Marcos, cujas lavouras Walsh atravessou, em 1828, notando que a sua casa grande era modesta, não parecendo de todo solar digno de tão alto landlord e grande do Império. Explicaram, então, ao viajante inglês que o marquês, em virtude de sua situação na Côrte, era forçado a enormes despesas com a permanência no Rio de Janeiro. Assim, ainda não tivera sobras que lhe permitissem melhorar a moradia da roça.

Não que isto dizer que dos nossos numerosíssimos titulares — lavradores, haja sido o marquês de São João Marcos o primeiro a ensaiar a lavoura da rubiácea. Pensamos que diversos outros, como o marquês de Baependí e o barão do Piraí, por exemplo, tenham plantado café antes dêle.

Falando da chegada do príncipe regente ao Rio de Janeiro e da sua imensa comitiva, recorda Eloi de Andrade, em seus interessantes e tumultuários estudos sôbre a *Grandeza da Província e decadência do Rio de Janeiro*, que a situação econômica dos exilados ultramarinos de 1808 era muito precária ao chegarem à capital brasileira. Desesperados por obter novas mercês, atormentavam o príncipe com pedidos de concessões territoriais nas vizinhanças do Rio de Janeiro, terras

cafeeiras que pudessem ràpidamente almoedar. Vivia nessa época, na nova capital da monarquia, um homem de enormes posses, verdadeiro creso luso-brasileiro, o português Braz Carneiro Leão, aliás falecido muito pouco tempo após a chegada do Príncipe Regente.

À sua viuva e a numerosos filhos deixou os mais quantiosos bens. Daí, a facilidade com que muitos dêles alcançaram títulos nobiliárquicos. A começar pela viuva, agraciada já, em 1811, com o título de baronesa de São Salvador dos Campos dos Goitacases.

Vários dos filhos e genros do creso receberam enormes concessões territoriais. E ainda adquiriram, de outros contemplados pela magnificência régia, terras maiores e menores a troco de pequenas indenizações.

Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependí, e Paulo Fernandes Viana foram, talvez, os mais aquinhoados da família.

Nada mais natural, nem mais justo e inteligente, por parte do rei, aliás! Queria D. João VI promover, sob a maior escala, o plantio do café. Fizera vir sementes da África e as distribuia às mancheias aos lavradores, já em 1817, segundo um depoimento do conde de Baependí, filho de Manuel Jacinto.

Mas, para plantar grandes cafèzais, só havia um recurso: a aquisição de escravos, uma vez que não bastava a posse da terra. Ora, a compra de uma, duas ou diversas centenas de africanos vinha a ser coisa acessível apenas a grandes capitalistas, pois os escravos se mercavam a 250 e 300 cruzados, entre 25 a 30 esterlinos. Era preciso, pois, forte emprêgo de capitais em mão de obra. Daí, o fato de estarem, naturalmente, indicados os homens de largos recursos para a obra de desbravamento do hinterland fluminense, por intermédio do cafèzal.

Eram as terras infindáveis e não tinham preço. Até pouco, representavam o recesso das tribos de purís e coroados, errantes na mataria do vale paraibano.

Em princípios do século XIX, negociavam-se concessões de sesmarias na Mata do Rio, a troco de valores irrisórios, recorda Eloi de Andrade. Mercavam-se por uma junta de bois, uma espingarda, etc., etc.

Vários dos maiores futuros landlords adquiriam, freqüentemente, alqueires e alqueires de terra, sobretudo entre

o Paraíba, o Rio Preto e o Paraibuna, por preços ínfimos. Alguns mais tarde ganharam grandes somas na revenda de terras, quando o distrito cafeeiro, logo povoado, teve os seus chãos rápida e notàvelmente valorizados.

Alguns outros latifundiários viram-se senhores de enormes extensões, quer por aquisição, quer, e sobretudo, por herança, como o coronel José Inácio Nogueira da Gama, irmão do marquês de Baependí, que herdou do sogro, coronel Manuel do Vale Amado, infindáveis terras no vale do Rio do Peixe, afluente do Paraibuna. Chegou a possuir dezessete sesmarias de 225 alqueires geométricos, perto de vinte mil hectares das melhores terras cafeeiras em mata virgem, que distribuiu entre filhos e genros como, por exemplo, o conde de Baependí, filho do marquês.

Outro grande cafèzista, também dos primeiros a receber título, veio a ser o futuro marquês de Valença, já, em 1823, por D. Pedro I feito barão do mesmo nome. Afazendara-se em Valença, nas vizinhanças da aldeia de tal denominação, ainda havia pouco arraial de índios recém-conversos.

Genro de um dos maiores capitalistas do Brasil joanino, o vassalo mais rico da capitania paulista, o brigadeiro Luiz Antônio de Souza Macedo e Queirós (falecido em 1819), recebeu o futuro marquês pela cabeça da marquesa, D. Ilídia Mafalda de Souza Queirós, considerável legítima paterna, que se apressou em converter em cafèzais, adquirindo, então, larga escravatura para a fazenda das Coroas, outrora célebre.

As quatro regências tiveram feitio reacionário, acentuadamente republicano. Nenhuma das duas trinas, nem as duas unas, distribuiram um só título de nobreza que fôsse.

Com a Maioridade, reatou-se a tradição dinástica.

Concedeu Dom Pedro II, de 1840 a 1889, oitocentos e setenta e seis títulos, e seu pai, de 1822 a 1831, menos de cem.

Dêstes novecentos e muitos titulares, quase um milheiro, várias centenas se inscrevem no rol dos cafèzistas do período imperial.

Os primeiros grandes lavradores da rubiácea, titulados, reaparecem logo depois de 1840. Já nesta época havia fazendeiros de muitos milhares de arrobas, sobretudo no sudoeste e centro fluminenses.

Assim, na prestigiosa *fornada* de 18 de julho de 1841, vemos figurar um dos maiores vultos de lavradores para o seu

tempo, o barão do Piraí, José Gonçalves de Morais, representando por si, seus cunhados e genros, os dois Souza Breves e numerosos parentes, verdadeiro clan de grandes e pequenos plantadores.

Mais de cem mil arrobas colheu na fase culminante de seus cafèzais.

Ao lado, vemos outro grande cafèzista, Joaquim Marcelino da Silva Lima, barão de Itapemerim, no Espírito Santo.

Tal vulto tomou o número dos cafèzistas que, entre fazendeiros, banqueiros, comissários, etc., chegaria a dar quase um terço do total dos títulos concedidos pelos dois imperadores.

Já na primeira década de Dom Pedro II, surgem muitos dêstes lavradores afidalgados pela opulência provinda da rubiácea. Paralelamente a êste pendor pelo enobrecimento, por parte dos cafèzistas, ocorreria idêntico surto entre os senhores de engenho do norte do país. como entre os das baixadas campista e fluminense, em geral.

Logo nos primeiros anos daquele período, vemos agraciados os barões de Capivarí, Guapimirim, Icambé, Pindamonhangaba; em 1848, os da Paraíba, Tinguá, Pirahy, e, em 1849, os de Jacareí, Palmeiras e Rio Claro.

Os homens do açúcar fluminense arrolam-se quase tão numerosos quanto os do café, com os títulos de Muriaé, Santa Rita, Ururaí, Abadia, S. João da Barra, Itapacorá, etc.

Na década seguinte, a derrama de títulos se avantajou notàvelmente. Reafirmava-se a tradição do primeiro reinado, bruscamente interrompida pelos nove anos reacionários regenciais.

De 1850 a 1859, foram 92 os titulados. E o grosso dos agraciamentos foi fornecido pelos homens do café, barões de Bela Vista, Campo Belo, Guaratinguetá, Itambucaba, Pindahonha, Piracicaba, Rio Bonito, Rio Preto, Santa Branca, São João do Príncipe, Tietê, etc. Também nela surgiram títulos açucareiros, como os do barão de Itabopoana. Recebeu Mauá o baronato pela gloriosa benemerência ferroviária, assim como à filha de José Clemente Pereira, aliás fazendeira considerável de café para os lados de Aldeia da Pedra (Itaocara), se conferiu o belo título de condessa da Piedade.

Nesta década e em diversos anos, foram agraciados numerosos grandes cafèzistas aquinhoados com baronatos, como Paraí-

buna (1850), Pilar (1851), Entre Rios (1852), Patí do Alferes e Amparo (53), Aiuruoca (55), Guandú e Rio Novo (56), e S. João do Rio Claro (58).

De 1860 a 1869, atingiu o número dos titulares novos a 133.

Recompensou o imperador a muitos grandes lavradores, entre êles numerosos cafèzistas, pelos grandes donativos ao Estado, como os barões do Amparo, Aparecida, Araraquara, Ariró, Barra Mansa, creado visconde no ano seguinte, Bemposta, Cascalho, Cananéa, Duas Barras, Ipiabas, Limeira, Massambará, Palmeiras, Pindamonhangaba, Pôrto Feliz, Ribeirão, Rio das Flôres, Rio Negro, S. Fidelis, Saquarema, Tremembé, Santa Justa, Bananal, Vargem Alegre.

De 1870 a 1879 chegaram os novos títulos a 203.

No número elevado dos baronatos do decênio, aparecem muitos dos maiores cafèzistas do Brasil, como os dos portadores dos títulos de Campinas, Jundiaí, Santa Maria, São Bras, São Roque, Serra Negra, Vassouras, Vila Flor, Itambí, Monte Alegre, Monte Verde, Nogueira da Gama, Paraitinga, Santa Clara, São Mateus, Três Rios, Nova Friburgo, Rio Bonito, Juparanã, Monte Mós, Rio Preto, Santa Ana, Souza Queirós, Três Ilhas, Guanabara, Paquequer, Santa Fé, Carmo, Cataguazes, Indaiatuba, Santa Helena, Santa Justa, Santa Mafalda, Sapucaia, S. José, Entre Rios, Joatinga, Mossoró, São Carlos, Romeiro, Taubaté, Arantes, Caldas, Itapeva, Itatiaia, Leopoldina, Pinhal, Tatuí, etc. Os barões da cana também foram assaz numerosos, sobretudo os da Bahia e Pernambuco, e os fluminenses de Campos.

Na última década imperial montavam os agraciamentos a 372.

Muito numerosos surgem os *barões do café*. Entre êles citemos os barões, viscondes, condes e marquêses de Itú, Piracicaba, Vergueiro, Aquino, Avelar e Almeida, Azevedo Coutinho, Fernandocaia, Carmo, Castelo, Guararema, Itamarandiba, Juiz de Fora, Louriçal, Guarabú, Rio do Ouro, São Geraldo, Vista Alegre, Aliança, Almeida Ramos, Araujo Ferraz, Avelar Rezende, Imbê, Itatiba, Oliveira Roxo, Palmeiras, Ponteio, Ribeiro de Sá, Santa Clara, Santa Mônica, Santo Antônio, São José do Rio Preto, Taquara, Valença, Vargem Alegre, Westphalen, Cantagalo, Dourados, Itapura, Monteiro de Barros, Novo Novo, Ribeiro Barbosa, Salto, Santa Maria Madalena, Simão Dias, Aguiar Valim, Araujo Maia, São Luiz, Almeida

Lima, Araraquara, Itaim, Melo Oliveira, Monte Santo, S. José d'El Rei, Capivarí, Monte Mário, Rimes, Rio das Flores, Santa Justa, Araras, Ararí, Casa Branca, Cintra, Cruz Alta, Itaquarí, Descalvado, Guaraciaba, Ibitinga, Japí, Jundiaí, Lessa, Menezes, Mota Pais, Paraibuna, Paranapanema, Pirapitinguí, Retiro, Rezende, Ribeiro de Almeida, Rio Pardo, Santa Branca, Santa Margarida e Ubá.

Nos dois últimos anos houve grande recrudescência de agraciamentos entre os cafèzistas fluminenses, mineiros e paulistas sobretudo, donde os títulos de barões de Avanhandava, Aimoré, Cajurú, Guaxupé, Dourado, Duas Barras, Geraldo de Rezende, Guandú, Itapemirim, Jacareí, Jambeiro, Maciel, Matos Vieira, Monte Alto, Novais, Pedra Negra, Piracicamirim, Pouso Frio, Rio Novo, Rio Pomba, Santa Bárbara, São Clemente, etc., etc.

Entre os cafèzistas dos dois reinados arrolam-se, já o dissemos, vários portadores dos mais altissonantes nomes de nossa nobiliarquia, a começar pelo maior de todos: o ínclito soldado Luiz Alves de Lima e Silva, o unificador.

Entre outros grandes agraciados, foram fazendeiros de café os Marquêses de Baependí, Valença, Lage, Quixeramobim, São João Marcos, Paraná, Itú, Tres Rios, as Condessas da Piedade e Rio Novo, os Condes de Prados, Lage, Baependí, Parnaíba, Pinhal, S. Clemente, Nova Friburgo, Mesquita, as Viscondessas de Campinas, Castro Lima, Monte Verde, Paraibuna, Santa Justa, os Viscondes de Alcântara, Jaguari, Cachoeira, Mauá, São Salvador de Campos, Itaboraí, Cavalcanti, Rio Bonito, Rio Claro, Ariró, Aguiar Toledo, Barra Mansa, Benevente, Caldas, Rio Novo, Cantagalo, Cunha Bueno, Entre Rios, Monte Mário, Arantes, Guaratinguetá, Imbê, Ibituruna, Indaiatuba, Ipiabas, Itatiaia, Mossoró, Palmeiras, Paraíba, Pirassununga, Pindamonhangaba, Pinheiro, Rio Preto, Rio Novo, Tremembé, Ubá, Vargem Alegre, Vergueiro, Vila Real da Praia Grande e Nogueira da Gama.

Os barões, como era de esperar, entrariam com o grosso do contingente. Foram, queremos crer, mais de duzentos. Entre êles, citemos, em resenha elementar, muito lacunosa, ainda, as Baronezas de São Mateus, Jundiaí, Sant'Ana, São José do Rio Preto e os Barões de Águas Claras, Aguiar Valim, Aliança, Almeida Ramos, Almeida Valim, Almeida Lima, Alto Muriaé, Amparo (primeiro e segundo), Anhumas, Aparecida, Aquino, Araraquara, Araras, Ararí, Araujo Ferraz, Araujo Maia, Ata-

liba Nogueira, Atibaia, Avanhandava, Avelar e Almeida, Avelar Rezende, Aimorés, Aiuruoca, Azevedo Coutinho, Bananal, Bemposta, Bertioga, Bonfim, Cabo Verde, Cajurú (1.º e 2.º), Camandocaia, Campinas (1.º e 2.º), Campo Belo, Cantagalo, Capivarí, Casa Branca, Cascalho, Castelo, Castro Lima, Cintra, Cruz Alta, Descalvado, Dourado, Duas Barras (1.º e 2.º), Engenho Novo, Entre Rios, Fonseca, Guaxupé, Geraldo de Rezende, Guanabara, Guapí, Guandú (1.º e 2.º), Guaraciaba, Guararema, Guandú, Ibitinga, Ipiabas, Itaim, Itamarandiba, Itambé, Itambí, Itapacorá, Itapeva, Itapema, Itapemirim (1.º e 2.º), Itapura, Itatiba, Ivaí, Itú, Jacareí (1.º e 2.º), Jambeiro, Japí, Juquerí, Joatinga, Juiz de Fora, Jundiaí, Juparaná, Lagoa Dourada, Leopoldina (1.º e 2.º), Lessa, Limeira, Louriçal, Maciel, Mambucaba, Mangaratiba, Massambará, Matos Vieira, Mesquita, Menezes, Melo Oliveira, Mogí Guassú, Mogí Mirim, Monte Alegre, Monte Alto, Monte Belo, Monteiro de Barros, Monte Mor, Monte Verde, Mota Pais, Novais e Nova Friburgo.

Outra família de grandes cafèzistas que teve numerosos titulares foi a dos Avelar, muito entrelaçada aos Werneck.

Entre os Leite Ribeiro, seus aliados, os Teixeira Leite e seus diversos ramos, numerosos foram, também, os titulares, assim como os Nogueira da Gama, Carneiro Leão, Clemente Pinto e Pais Leme. Entre outras famílias de destaque no Rio de Janeiro e em Minas Geraes, pelos seus titulares, citam-se os Barroso Pereira, Sousa Brandão, Correa e Castro, Alves Barbosa, Morais (do oeste fluminense), Veira Machado da Cunha, Sousa Fortes, Darrigue de Faro e Guimarães, do vale do Rio Preto.

Entre as grandes famílias de fazendeiros paulistas que tiveram numerosos membros titulares, destacam-se os Sousa Queirós, Pais de Barros, Rezende e Vergueiro, intimamente aparentados, Sousa Aranha, Queirós Teles, Silva Prado, Amaral e Pompeu de Camargo, Melo Oliveira, Ferreira de Camargo Andrade, Franco de Lacerda, Ferraz de Campos, Almeida Lima, Homem de Melo, Romeiro, Lopes Chaves, Moreira Lima, Almeida Valim, Monteiro, Matos, etc. Em Minas Geraes, os Monteiro de Barros, Rezende, Nogueira da Gama, Horta, etc.

Entre os municípios onde avultavam os titulares, citavam-se na Província do Rio de Janeiro: Vassouras, Valença, Pa-

raíba do Sul, Cantagalo, Barra Mansa, Piraí e S. João Marcos. Em S. Paulo, Bananal, Pindamonhangaba, Campinas, etc., e em Minas Gerais, Juiz de Fora.

Algumas das cidades cafeeiras desvaneciam-se do número e da importância de seus titulares.

Verdade é que a circunstância de hospedarem êstes titulares, trazia a estas cidades indubitáveis vantagens, até sob o ponto de vista arquitetônico, pois os agraciados começavam logo por construir sobrados condignos de sua situação social de titulares e de grandes do Império.

Eram rústicos, embora avantajados, alguns dêles positivamente enormes. Mas, outros mais modernos já tinham alguns característicos arquitetônicos mais aceitáveis.

Geralmente, o que impressionava nestes sobradões rústicos era a vastidão de suas dimensões, sua cubagem enorme, suas extensas fachadas, com janelas e mais janelas, grande profundidade dos puxados com altíssimos pés direitos e grandes saguões.

Alguns dos mais notáveis cafèzistas construíram, no Rio de Janeiro, não só sobradões solarengos, como até o mais belo e rico palácio até então edificado no Brasil, o do Catete, que mais tarde teve a honra de ser a sede do govêrno da Nação, como é desnecessário lembrar.

Pelas vizinhanças de 1870, residia um dos reis do café, o Barão de Nova Friburgo, em paço muito mais suntuoso do que o do próprio imperador do Brasil, em seu palácio enorme mas tosco de S. Cristóvão e em seu sobradão rústico do Paço da cidade.

O rei do café no Brasil imperial veio a ser o comendador Joaquim José de Sousa Breves, que, em 1860, colheu 205.000 arrobas de suas enormes fazendas de S. João Marcos, Piraí e Rezende, isto numa época em que a produção total brasileira fôra de 14.125.785 arrobas ou seja 1,45 por cento; portanto, quase um e meio por cento da safra de todo o país.

E, conta-se que a sua colheita de 1888 devia oscilar entre 250 a 300 mil arrobas.

O irmão do comendador, José Joaquim de Sousa Breves,

era, em matéria de produção, o que chamariam os franceses, — o *brillant second* do irmão, pois, em 1860, colheu acima de cem mil arrobas, cifra para o tempo imensa.

Coincidiu a juventude de Joaquim Breves com a expansão prodigiosa da lavoura cafeeira fluminense, quando a ânsia do desenvolvimento das lavouras exigia braços e mais braços. Daí a recrudescência do tráfico africano.

Envolveu-se o latifundiário nesse comércio, *peché mignon* da época, para tanto adquirindo a ilha da Marambaia, ponto de desembarque e admiràvelmente adequado às embarcações negreiras.

Da posse dêste entreposto decorreu a facilidade com que viu a sua escravatura subir a cifras, para o tempo, vertiginosas; um, dois e quatro mil. Dizem que chegou a ter seis mil escravos. Desta massa humana lançava imediatamente mão, convertendo-lhe o trabalho em alargamento do cafèzal.

Duas dezenas de fazendas, talvez, possuiu o Com. Breves, nascido em 1804 e falecido em 1889. Sua principal propriedade era a fazenda de São Joaquim da Grama, cuja casa grande converteu-se em verdadeiro solar pelas enormes dimensões e a suntuosidade da edificação.

CAPÍTULO XVI

Depoimento valioso sôbre a vida numa grande fazenda na ultima década imperial. Bródios e festas. Parasitas e mumbaras. Depoimentos diversos da xenobibliografia. Ribeyrolles, d'Assier, Zaluar, etc.

Como documento vivo da vida nas grandes fazendas de café nos últimos anos imperiais, seja-nos permitido citar o depoimento de Everardo Valim Pereira de Sousa, em sua "A região agrícola bananalense; sua vida e esplendor de outrora".

"As antigas fazendas do Bananal, escreve, obedeciam aos moldes das congêneres situadas no fértil vale do Paraíba. Eram vastas propriedades senhoriais, ainda com pronunciadas reminiscências do feudalismo da velha Europa. Algumas delas, pela vida própria e a população densa, pareciam verdadeiras cidades".

Depois de detidamente explicar os processos do cultivo da rubiácea e seu beneficiamento, e o manejo das pequenas indústrias complementares das grandes fazendas, as do açúcar, anil, sabão, azeite, fubá, farinha e algodão, refere-nos o que ocorria nas oficinas rudimentares nelas existentes, marcenaria, carpintaria, ferraria, alfaiataria, sapataria, etc.

Cozinheiros e cozinheiras, destacavam-se de acôrdo com as especialidades de cada qual.

Mucamas numerosas se mostravam insignes boleiras, doceiras e biscoiteiras. Cada qual superintendia um departamento de gulodice e tratava de manter o mistério das receitas, por meio de impenetrável segredismo.

Outras mucamas arranjavam os inúmeros quartos e alcovas, não só os de seus brancos como os dos hóspedes, quase sempre numerosos e freqüentes.

Além disto, serviam banhos carregados em jarros e potes para respeitáveis bacias de cobre. Que faina penosa para elas e desconfortável para os banhistas! Pela manhã, de quarto em quarto, transportavam em bandejas de dimensões vultosas o clássico café com leite, acompanhado de uma dezena de guloseimas, cada qual mais saborosa.

Mucamas e amas-sêcas, as antigas mamãs dos sinhozinhos, especializavam-se em tomar conta de tudo quanto dissesse respeito a uma só pessoa. E, ao mesmo tempo, encarregavam-se nas horas vagas de contar histórias de almas do outro mundo, sacís e lobisomens às crianças (que as transiam de pavor), e de lhes dar estalados cafunés à noite, a título de narcótico, quando os pequenos tremiam do tutú marambá.

Crioulinhas costuravam e faziam os serviços leves. E à tarde, por turmas, areavam as bacias, utilizando-se da cinza de pau d'alho e limões partidos ao meio.

Boticários e enfermeiras não faltavam, sempre a postos para o preparo dos remédios, mezinhas, xaropinhos, purgantes, lambedores e a devida assistência aos doentes. Freqüentemente, desempenhavam estas, ainda, o mistér de parteiras, mostrando algumas admirável perícia, embora a trabalhar em bem más condições higiênicas.

Os pagens acompanhavam os senhores em viagem, não só para os servir como para o trato dos animais e a conserva dos arreios.

Ainda não se generalizara o uso dos fósforos, cousa relativamente moderna. Era costume, naquêles tempos, o da brasa. Reclamando-a, dava o fumante um assovio atendido, logo, por um moleque. Ao ouvir falar em fogo, eclipsava-se o negrinho, vindo pouco depois com uma brasa dentro de uma colher. Alguns dos mais *serelepes* dispensando esta, traziam-na na propria mão, movimentando-a como se fôra guizo de chocalho.

Os moleques companheiros de folguedos dos sinhozinhos inventavam, para os distrair, mil brinquedos, de que eram os líderes até certa idade dos brancos. Em muitos dêles, demonstravam extrema perícia.

Os chaveiros, além da guarda do que lhes era confiado, também serviam de apontadores.

Em fazendas de vulto havia até relojoeiros, conta-nos Everardo de Sousa. Cuidavam dos relógios da casa e dos de bolso. Agregados de categoria superior, acumulavam a estas funções as de dentista, ou antes, de arrancadores de dentes, e as de barbeiro, pois sabiam aplicar bichas e ventosas, privilégio universal dos fígaros de antanho ou arriscavam-se às três, ao mesmo tempo.

Quanto ao pessoal *de fora,* as proeminentes personalidades eram as da tropa. Delas, o mestre arreador assumia as proporções de figura de alta importância e máxima confiança do patrão, desempenhando elevada função.

Representava o chefe de serviço, encarregado da comunicação da fazenda com o mundo exterior. A seu cargo tinha tudo quanto se referia à tropa de muares que transportava café ao pôrto ou à estação do destino, trazendo, em retorno, as mercadorias necessarias à fazenda, com especialidade o sal.

Em regra, era o arreador, ao mesmo tempo, hábil trançador de couro e, sob sua inspeção, os tropeiros confeccionavam cangalhas, bruacas, enfim todo o arreiame necessário ao mister. Mas, nas grandes fazendas, havia sempre correeiros e seleiros efetivos, mais e menos peritos no fabrico de selins, lombilhas e picadinhos.

"Que espetáculo interessante o de uma tropa luzida, bem arreiada, composta de vários lotes de muares, de variegadas pelagens, tendo por madrinha o maior e mais forte dêles, levando vistosa cabeçada cheia de guizos para o encorajamento dos demais!" exclama o nosso autor, evocando já de nós longínqua visão.

Em algumas fazendas, existiam excelentes *bandas de música.* Alemães eram, às vêzes, os seus mestres. Tocavam, nas festas da casa e nas de fora, as peças atroadoras de seu repertório estridente.

E nelas, recordemos, sobressaíam os bumbos ensurdecedores e os clangorosos trombones.

Em muitas propriedades existiam capelas decoradas a primor, onde os capelães ou outros sacerdotes resavam missas, celebravam casamentos e batisados. Dispunham estas igrejinhas (às vezes mesmo quase igrejas, como, por exemplo, a do Visconde de Entre-Rios, em S. Lourenço) de paramentos completos e luxuosos. Fornecia sacristães a própria fazenda, cada qual mais espevitado ao pronunciar as fórmulas de resposta em latim... mais que bárbaro! comenta E. de Sousa.

As primeiras instalações provisórias nestas fazendas que, por vêzes, com o decorrer dos anos chegaram a contar mais de mil habitantes, haviam sido feitas em roçadas no meio das matas virgens. A proximidade da aguada determinava a escolha da sede. Aos poucos, com os descortinamentos do terreno, melhores escolhas se tinham imposto, sendo, então, edificadas as benfeitorias definitivas.

A casa de moradia, a casa grande, o solar do senhor da propriedade, ficava, em geral, em posição de maior destaque, em relação às demais construções. Sobradão de velho estilo característico português, atarracado, por vêzes enorme, com terraço ou alpendre ao centro da fachada, ladeado de janelas em renques e com escadarias de acesso, com um e dois lances, senão com duas escadas.

No terraço ou varanda, o *pretorio* das fazendas do oeste paulista, à tarde, reunia-se a família para contemplar a beleza panorâmica do local e, ao mesmo tempo, observar o movimento serôdio da fazenda: o espetáculo do gado que se recolhia aos abrigos curraleiros e dos carros de boi e carroções das últimas viagens do café ou dos mantimentos saídos das roças; a chegada, formatura, contagem e revista dos escravos, tendo por feitores ou capatazes, como se dizia na mata mineira e na Província do Rio, homens da maior confiança dos administradores.

A chegada das tropas de retorno à casa era motivo de viva curiosidade. E com interêsse se acompanhavam os serviços ulteriores nos terreiros de café e outros mais de urgência, antes de anoitecer.

Se é que não houvesse serão... o que era freqüente e desesperava o pessoal da roça, semi-estafado pelos dias de enxada.

Contígua ao terraço existia a sala de espera, dando para o salão de visitas, em geral decorado com luxo de pinturas finas, quase sempre sôbre extravagantes assuntos e tendo dourados e custosos estuques. Para as refeições, além da sala comum, do diário, o salão dos grandes dias de festa, mais designados por *pagodes*.

Os quartos e as alcovas sem ventilação e iluminação diretas, existiam em grande número, anexos às salas e aos salões, pequenos, acanhados, freqüentemente escuros. Mas, havia muita gente que não quizesse deixá-los por serem resguarda-

dores dos resfriados... O vento, eis o grande inimigo da saúde. Sobretudo dos que dormiam.

Não deixava de ser curioso o fato de que a maioria das moradias senhoriais, construidas sem o menor viso econômico e até mesmo com sensível dispêndio, muito ficavam a desejar quanto a certas comodidades, indispensáveis à civilização hodierna.

À frente ou lateralmente às casas grandes, existiam bonitos jardins, cultivados com capricho. Ao centro, ostentavam o invariável repuxo sôbre tanque de azulejos, em que viviam peixinhos de vivo colorido. Atrás das mansões ou próximos às mesmas surgiam os pomares, geralmente muito aprazíveis e abrangendo grande área toda plantada de árvores e arvoredos frutíferos da maior diversidade possível.

Em local apropriado ficavam as hortas, também aprazíveis, cultivadas com esmêro e sortidas de hortaliças da máxima variedade, e cuidadas, quase sempre, por chacareiros portuguêses.

"Muito interessante a irrigação praticada nas hortas de antigamente: pelas principais ruas corriam reguinhos dágua, nos quais, de distância em distância, havia pequenas poças no próprio chão; dessas poças tiravam os hortelães a água em cuias amarradas em cabos de pau, assim, arremessada aos canteiros próximos ao local.

Dando para o jardim ficavam, geralmente, certas dependências da moradia, tais como a sala de bilhar, a das armas e a da escola dos sinhôs-moços, onde o ensino era ministrado por professores competentes".

As sinhàzinhas aprendiam com professoras quase sempre francesas, que também lecionavam piano, canto, costura, dansa e até equitação.

"Algumas das discípulas, a título de *reinação,* por sua vez transmitiam aos crioulinhos os ensinamentos que iam recebendo, sendo assim comum ouvirem-se a cada passo, palavras ou ditos em francês... do Senegal ou da Martinica!..."

Vários dêstes pretinhos chegaram a aprender tôdas as marcações da quadrilha e dos lanceiros, dansas clássicas da época. Outros, mais geitosos, tambem movimentavam-se nas polcas e mazurcas. Muitas destas marchas ouvimo-las quase irreconhecivelmente estropeadas como: *Alabantús!* e *Chende dán!* por *En avant tous!* e *Chaîne de dames!*

Não longe das residências senhoriais ficavam as depen-

dências hospitalares e as de assistência. Dispunham de botica, muito bem provida, enfermarias especializadas para homens, mulheres e crianças, além de maternidade e creche dirigida por boticário prático, alguns com carta de Ouro Preto, conferida pelo Presidente da Província.

Eram, em geral, semanalmente, inspecionadas pelo médico da cidade, contratado para o préstimo de serviços profissionais.

Consistiam as demais dependências nas casas do administrador, chaveiro e escrivão; marcenaria, carpintaria, tenda ou ferraria e casa do arreador, junto da qual ficavam os quartos dos arreios e os de todos os demais pertences da tropa; no paiol, para a guarda do milho em espigas, tulha ampla e bem coberta para o café em côco, feijão, arroz, algodão; e na venda, em cujos depósitos havia despensas de toucinho, carne sêca, bacalhau, sal e outros condimentos de cozinha para o pessoal da roça e da casa, e também os alimentos de engorda para os capados das cevas.

A notar, ainda, o depósito dos arreios de montaria, cujas fivelas caçambas, freios e demais pertences de metal, em regra, eram de boa prata portuguêsa, os quartos dos pajens dos hóspedes, sempre movimentados e a prisão para os escravos sujeitos a penalidades.

Nas velhas fazendas, fundadas nas primeiras décadas da cultura cafeeira, havia sempre a rancharia para as tropas de passagem. Algumas delas enormes, quando à beira de estradas de grande trânsito.

Em locais escolhidos, não longe da casa grande, estabeleciam-se os terreiros divididos em quadros, encimados pelo lavadouro e onde edificava-se o engenho de café, chamado *máquina* no oeste paulista.

O engenho de açucar ficava quase sempre à ilharga do de café, ostentando a enorme armação de suas moendas toscas e pouco rendosas. Moinho de fubá e monjolo para a farinha de milho, apareciam mais longe.

Não distante da casa grande ficava a residência dos escravos, cujas benfeitorias em certas fazendas chegavam a ser do maior vulto, alojando centenas e centenas de pessoas.

Certas senzalas eram casas para dois casais, construidas conjuntamente e formando os tres lados de um *quadrado*, sendo o quarto alta cêrca de balaústres, protegidos por telhado de barro.

BIBLIOTECA DO I. B. C.

Em outras fazendas, era o quadrado constituido por um recinto, fechado inteiramente por altos muros. Nestes se encostavam as casas dos escravos, abrindo para uma alpendrada, também quadrilateral, e que dava para o páteo central em paralelogramo.

Mais ou menos no centro da cêrca ficava o único portão de entrada, grande, pesadão, fechado por meio de enorme chave. Bem no meio do quadrado erguia-se grande chafariz de límpida água. Ao lado da casa do chaveiro ficava o sino, grave, imperativo, em seus plangentes toques, principalmente às Ave-Marias e às Alvoradas, tocadas longamente.

Vimos numa velha fazenda fluminense o quadrado munido de uma cêrca exterior onde, à noite, corriam enormes mastins ao redor das paredes das senzalas.

Em outra, a crista do muro estava eriçada de agudos cacos de vidro.

Os bois pernoitavam em currais, mangueiras e mangueirões, com ranchos para abrigo. As vacas de leite tinham cocheira. Os suinos eram distribuidos em chiqueirão, chiqueiro e cevas, conforme as idades e fase da engorda. Os muares das tropas tinham piquete apropriado, com rancho ao centro cobrindo grande côcho para as raçõees de milho, abóboras e sal. Para os animais de sela havia pastinhos para o pernoite, permanecendo durante o dia em cavalariças bem feitas, onde recebiam especial trato.

Para a criação de muares existiam instalações próprias, um tanto distantes da sede da fazenda, sendo quase que só adotados, como reprodutores, os jumentos oriundos do Reino, como eram chamados.

Em várias fazendas existia não só criação de gansos, como também de pavões, cujas grandes penas, de rara beleza, eram utilizadas para a confecção de luxuosos abanadores de moscas, manejados por crioulinhos durante as refeições de gala, porquanto nos dias comuns os abanadores eram de tiras de pano, ou de papel vistoso, ainda, mais simplemente, de singelos ramos de arvoredos aromáticos, quase sempre caneleiras, eucaliptos ou canforeiras.

A alimentação dos escravos consistia, em substância, do delicioso angú e feijão preto, ou mulatinho, no oeste paulista bem atoucinhado.

Era esta a fórmula geral alimentar de tôda a escravatura dos cafèzais.

Aos grandes caldeirões desta preciosíssima leguminosa se adicionava ora carne seca, ora carne fresca, de vaca, porco ou carneiro.

Em separado, preparavam-se os acessórios: mandioca, cará, batata doce, milho verde em espigas, abóbora, inhame, taioba, couve, cenoura, mandioquinha e mangarito.

Nos cafèzais existiam ranchos de abrigo contra as chuvas, também utilizados para as cozinhas provisórias.

Nas proximidades dêsses ranchos faziam-se, geralmente, plantações de laranjeiras e bananeiras escolhidas, de grande proveito para os cativos.

A alimentação do gado bovino consistia em gramíneas de várias qualidades, inclusive canas taquara, além de milho em espiga, abóboras e sal. As vacas leiteiras recebiam rações de água com fubá e, também, lavagens de cozinha.

Aos muares e aos cavalos, além das fartas pastagens de gordura, angola e grama variadas, davam-se milho em espigas, abóboras, canas e sal.

Os suinos nutriam-se da pastagem de seus mangueirões e de milho, em espigas descascadas. Para os cevados, o milho vinha em grão e bem amolecido nágua. Além do milho, consumiam os porcos restos de tubérculos sobretudo inhame, frutos e verduras, sempre cozidas em avantajados caldeirões. Os bovinos alimentavam-se quase exclusivamente da pastagem, tomando sal às luas novas. Eram muito menos representados, aliás, do que os outros animais, no rebanho das fazendas.

Para as moléstias dos animais, consultavam-se veterinários práticos, cujos medicamentos consistiam, geralmente, em produtos da flora indígena. O interessante era que a quase todos os curativos acompanhavam rezas, benzeduras e tregeitos cabalísticos de origem africana.

"A vida social nas fazendas nada era de enfadonha, escreve Everardo de Sousa. Bem ao contrário disto, tinha constantes distrações.

A superintendência e a inspeção de todos os múltiplos e variadíssimos serviços, inerentes à marcha regular da propriedade tomavam, por si, boa parte do tempo de todos da família, já constituindo isto contínua ocupação de proveitosos resultados.

Ao par, porém, dessas preocupações, outras muitas havia de fins recreativos".

Os passeios faziam-se freqüentes e apreciadíssimos. Para

os mais longos e principalmente as viagens, em vez dos belos cavalos de esmerado trato eram preferidas as bonitas bêstas, luzidas e de passo trotado; assim como, para as pessoas de mais idade, as liteiras, os bangüês, os carros e troles, às vêzes puxados por bois.

Êstes carros, de invenção local, caprichoamente confeccionados por hábeis marcineiros, constituiam originalidade pelo formato especial e relativo conforto, porquanto tinham cobertura de lona impermeável, cortinas laterais contra as chuvas e o sol, e assentos fixos em formato de divans.

Os bois que os puxavam eram escolhidos a capricho, de pelagem e melhor trato que os demais carreiros. O mesmo se dava com os muares das liteiras e bangüês de mais corpulência, reluzentes sempre.

Além dos passeios, dentro da própria fazenda, eram freqüentes as visitas aos vizinhos, com os quais, geralmente, reinava a mais franca camaradagem.

Caçadas eram, também, muito apreciadas, pernoitando muitas vêzes os caçadores no mato, em confortáveis barracas.

Alguns fazendeiros à moda inglêsa possuiam grandes matilhas de cães, entregues a cachorreiros peritos, para as diferentes espécies de caça, existente em abundância: paqueiros, veadeiros, anteiros, perdigueiros, e até *tudeiros*, cães que caçavam qualquer caça, como pitorescamente se dizia.

As pescarias, também, constituiam sempre grande entretenimento. Efetuavam-se, comumente, nos grandes açudes, de onde provinha o rego dágua alimentador do engenho, do moinho e do monjolo.

Nestas pescarias utilizavam-se grandes canoas, pirogas ou ubás, de um só tronco de madeira, das quais eram atiradas as rêdes, tarrafas e linhas.

Mas, os pescadores pouco se aventuravam a se atirar à água... com respeito aos jacarés, ou quanto menos fôsse às ávidas sangue-sugas!

As festas caseiras ocorriam freqüentes nos aniversários natalícios, casamentos e batisados. Muitas vêzes se deviam a simples pretextos de qualquer natureza.

Sôbre êste particular, se conta que alguns fazendeiros dos mais letrados e não menos folgazões, a fim de se recrearem, davam divertidíssimas festas em comemoração, por exemplo,

ao Triunfo do Cristianismo, à Descoberta do Brasil, etc., assim como a propósito de fatos da Religião, da História e até da Lenda.

As grandes festas revestiam-se de tal aparato, que constituiam verdadeira reviravolta à vida ordeira da fazenda.

Das visinhanças e da Côrte acudiam os convidados. Para dar maior brilho aos folguedos, um dos vizinhos mandava a sua banda de música e outro oferecia o refôrço do seu pessoal de cozinheiros, doceiros, copeiros etc.

Rezes, capados, carneiros e leitões eram abatidos em quantidade.

Além do pessoal da casa, eram utilizados profissionais de fora. Faziam-se vir do Rio de Janeiro, chefes de cozinha e de copa.

"As tulhas e outras dependências transformavam-se em *repúblicas,* onde numerosos, senão às vêzes numerosíssimos colchões, se punhaam sôbre esteiras de taboa em cima dos soalhos. Tais *repúblicas,* masculinas e femininas, bem arrumadas, aliás, destinavam-se ao pernoite não só dos convidados masculinos, como também moças e crianças. Nestes dormitórios improvisados não reinava a tranqüilidade e o silêncio, tal a brincadeira que, em tão alegres ambientes, reinava sempre.

"Cavalhada em quantidade, conduzida por solícitos pajens, se destinava à condução dos hóspedes; as liteiras, os bangüês e os carros eram, também, por sua vez, extraordinàriamente movimentados; o mesmo se dava com os muares da tropa, em busca do que preciso fôsse para a festança.

Os escravos da roça recebiam roupa nova, as mucamas e crioulinhas ganhavam vestidos de garridas côres. Para os moços e moças da casa vinha da Côrte tôda a indumentária; da mesma procedência eram remetidos os vinhos e tudo que de mais fino preciso fôsse — gêlo inclusive! — apreciadíssima novidade por causa dos sorvetes. Gêlo que se não fabricava ainda no país e vinha dos Estados Unidos e de Noruega, metido em serragem de madeira, nos porões dos veleiros.

"Dias antes, recebia a fazenda a visita dos mascates do Rio de Janeiro, cujas canastras ficavam aliviadas com a venda de valiosíssimas joias de brilhantes, cortes de panos de sêda, perfumarias, peças de linho, rèndas finas e demais artigos de moda e armarinho, tudo sempre da melhor qualidade".

Eram os "camelots", geralmente, judeus alsacianos, de quem já, em 1860, tão expressiva e exatamente escrevera A. d'Assier, em seu relato de viagem.

"O quarto para o Sr. Vigário recebia preparo esmeradíssimo e carinhoso, sendo, no respectivo lavatório, colocado artístico aparelho de pura prata trabalhada, bem como vários frascos de cristal lapidado, contendo essências de alto custo".

Barbeiros e cabelereiros eram mandados vir de fora para o enfeite dos convivas, não sendo esquecidos os toucados e postiços para as damas, cujos penteados se apresentavam complicadíssimos. Alguns dêstes cabelereiros cobravam caríssimo os serviços profissionais.

"Para os homens, instalavam-se barbearias, cujos oficiais se esmeravam, como nos caprinos cavanhaques, aliás cousa de grande distinção na época.

Peritos cavaleiros traziam fogosos corséis para o número das cavalhadas. As parelhas de cavalo eram disputadas à moda dos Peles Vermelhas, isto é, sem arreios de montaria, levando os animais barbicachos.

Grandes fogueiras se armavam nos terreiros, perto das quais os pretos dansavam o jongo, dança monótona de orígem africana, acompanhada de cânticos de uma só toada, ao som de tambores, adufos, poitas e outros instrumentos primitivos, provàvelmente em uso em Angola, Côngo e Moçambique, de onde procediam os escravos."

Os caipiras, mais conhecidos por matutos, preferiam o *catereté*, o *chiba*, o *arrasta-pé* e o *corta-jaca*, danças puramente locais, também acompanhadas de cânticos. Ao som de violas de cordas de metal, caipiras mais sabidos e dotados de certa veia poética cantavam trovas improvisadas em desafio, sempre apreciado, ou endereçavam quadrinhas ingênuas, laudatórias dos donos da festa e de seus hóspedes mais importantes, ou ainda desferiam maliciazinhas ingênuas a propósito de homens e fatos.

Nas grandes festas, o que mais solene havia eram os banquetes que, devido ao grande número de convivas, geralmente se realizavam em vasta mesa, improvisada sôbre cavaletes de madeira e abrigada por um barracão de pano.

"Copeiros especiais arrumavam-na com a melhor arte, segundo o gosto da época, nela perfilando custosos candelabros de lavrada prataria portuguêsa e distribuindo os vistosos pratos de doces, de modo a produzir deslumbrante efeito.

Tinham o cuidado de preencher os entremeios com as inesquecíveis balas de estalo contendo versinhos de sortes."

As iguarias, caprichosamente preparadas, se dispunham em admiráveis baixelas. Os doces secundavam-nas, aparecendo em maior escala ainda. Causava a mais viva surpreza a vários dos convivas, a estréia dos sorvetes. Os vinhos, quase todos de origem portuguêsa e francesa, sempre das melhores marcas, eram remetidos pelos correspondentes, os grandes atacadistas de sêcos e molhados finos do Rio de Janeiro, que aos seus clientes enviavam os ricos presuntos de York, ornatos de rosas artificiais, as caixas de passas e tâmaras, os grandes queijos, etc.

"Terminados os pratos salgados, e antes do início do ataque aos doces, havia sensacional armistício para a expansão dos brindes.

Levantava-se, então, o orador, de romântica cabeleira e maneiras discretas, para saudar o homenageado ou o anfitrião. Ao concluir a oração, o mais das vêzes em estilo gongórico, solicitava a gentileza a fim de que por determinada pessoa de maviosa voz fôsse cantado o brinde ou *coreto,* como se dizia em Minas.

Outros oradores secundavam o puxa-fieira, sendo cada vez maior o entusiasmo por parte dos convivas que, gostosamente, deixavam-se ficar horas em grossa pagodeira.

No final dos banquetes, após a retirada do belo sexo, realizava-se a "sessão quente", fortemente hilariante e alimentada por chistosas pilhérias, apimentadas com casos contados sempre por especialistas no gênero, que se apraziam em constantes desafios!"

Em seguida aos banquetes, sucediam-se os *bailes,* para os quais se punham as damas em custosos trajes de grande gala.

Os salões e salas garridamente ornamentados e belamente iluminados por velas de libra, em grandes lustres de cristal lapidado e em candelabros de prata, apresentavam feérico aspecto. As danças em voga eram: a valsa vienense, a polca, a mazurca, o schottisch e a varsoviana. E, freqüentemente, às dansas europeas se entremeava o *miudinho,* causador de muitas joviais expansões.

O maior divertimento nas quadrilhas era sempre a quinta parte, cuja marcação variadíssima e quase toda improvisada, durava às vêzes mais de hora, dependendo seu final do fôlego dos músicos.

As grandes festas não tinham programa, nem prazo tampouco.

Duravam dias e dias, enquanto houvesse convivas .

À proporção, porém, que se iam êles retirando, mais aumentava a intimidade entre os que ficavam.

Sôbre êstes persistentes convivas, escreveu Everardo de Sousa interessantes e muito exatas informações.

Constituiam classe muito original, de parasitas dóceis e apreciadíssimos, longínquas reminiscências dos inolvidáveis truões da época feudal.

Eram creaturas inofensivas, desconhecedoras por completo do ridículo, e cuja única finalidade social consistia em divertir, alegrar e fazer rir aos que os rodeavam, verdadeiros espanta-tristezas dos macambúzios, embora abdicatários, a cada passo, da dignidade pessoal.

A tudo se sujeitavam no seu horror ao trabalho, abrindo mão, por completo, da necessidade de darem expansão aos sentimentos, às instigações mais comezinhas e naturais do amor próprio.

Disputados pelos seus hospedadores, sequiosos de companhia em seu isolamento, muitas vezes chegavam apenas com a roupa do corpo.

Longe, porém, de se sentirem mal com esta deficiência, obtinham de pronto enxoval, aceitando até calçado e chapéus.

Assim providos, não mais conheciam a carência do que quer que fôsse, tendo à farta tudo do bom e do melhor, pois a perspectiva dos dias de regabofe afastavam o pesadelo de todo e qualquer trabalho.

Bem grande sua variedade!

Em geral, os mais apreciados eram os cantores, êmulos dos antigos menestréis. Dotados de voz mais e menos maviosa, alegravam o ambiente com as plangentes toadas das modinhas e demais canções sentimentais.

Quando indispostos, porém, quase sempre por excesso de gulodice, não havia meio de abrirem a boca, declarando-se: — não inspirados.

Comumente se faziam acompanhar ao violão, à flauta ou ao piano, para cuja execução não faltavam *mumbavas* (nome dado a esta espécie de convidados).

Em noites luarentas saíam aos grupos, fazendo românticas serenatas em que não deixavam de executar lacrimosas

valsas e complicados chôros, ao toque do cavaquinho ou das guitarras.

"Ao regressarem, a recompensa se não fazia esperar, pois lauta ceia à mesa já se achava, sendo os pratos prediletos o arroz mole, o frangote assado, regados a excelente vinho de Lisboa.

Muito apreciados, também, os românticos, de farta cabeleira e olhar cismador, que se dedicavam aos clássicos recitativos de chorosas poesias ao piano, acompanhados ao som da *Dalila*.

Para compensar, porém, as doridas e angustiosas exclamações que de constante a gemer proferiam tais pândegos, pela manhã reclamavam boas gemadas bem batidas, fartamente acompanhadas, isto conforme era sabido... para que não viessem a ficar sofrendo do peito!

Outra categoria curiosa dêstes jograis era a dos arremedadores de animais, "queridos da meninada e da crioulada miuda." Os cães, os gatos, os bois, os leitões, instalados na cêrca, os porcos e todo o sortimento zoológico da Arca de Noé, tinham respeitados rivais em suas íntimas expansões.

Outros mumbavas especializavam-se em contar pilhérias, em imitar negros-minas, em apostas, na apavorante ingestão de iguarias, doces e frutas, bem como na de copázios dágua, de cerveja e refrêscos."

Alguns exibiam-se em difíceis exercícios de equitação, montando potros, burros chucros ou novilhos saltadores, arriscando quebras de ossos e destroncamentos.

"Outros passavam horas a fio colocando cromos em álbuns, decorando paredes, assentando campainhas elétricas; encastoando anzóis, concertando relógios e objetos de estimação, fazendo bonitas gaiolas para passarinhos e caçando êstes em alçapões de cana do Reino.

Quase sempre exerciam duas funções, uma recreativa, a principal, e a outra de qualquer modo utilitária.

Desta pitoresca classe de felizes humanos, muitos dêles arraigavam-se definitivamente às fazendas, e, pelo decorrer dos tempos chegavam mesmo a ficar fazendo parte das famílias, que os tomavam por hóspedes... crônicos.

Em reconhecimento, não raro também, tomavam o sobrenome dos seus benfeitores e acabavam, quase sempre, casando-se com alguma das privilegiadas *crias* que, em bem sensível número, constelavam a população caseira."

Desta classe de parasitas, tivemos o ensejo de conhecer alguns exemplos sobremodo curiosos. Assim, um dêles, certo francês, personagem muito bondosa e educada, parecendo vítima de incurável desgôsto ou remorso. Assobiava do modo mais melodioso, como se estivesse a tocar em magnífica flauta. E passava, às vezes, dias inteiros na cama, servido pelos escravos do fazendeiro que o recolhera certo dia e o conservou durante muitos anos, assistindo-lhe aos últimos momentos. Era inofensivo êste homem, relativamente moço e válido que, de repente, se ausentava por longos prazos e passado algum tempo regressava à casa dos seus hospedeiros, aliás desconhecedores de seu verdadeiro nome e antecedentes.

Outro dêstes parasitas, também nosso conhecido, não só viveu dezenas de anos à custa de um grande fazendeiro fluminense, como a expensas dêste educou e formou uma filha e dois sobrinhos.

Representa o precioso relato de Everardo de Sousa um dos mais completos, interessantes e verídicos depoimentos sôbre a vida comum numa grande fazenda de café, na última década imperial. Apresenta-nos aspectos que se foram e não mais se renovarão do velho Brasil, porque os seus característicos decorriam da existência do trabalho servil.

Na capital do Império, vários dos grandes cafèzistas mantinham salões, a cujas reuniões concorriam tudo quanto havia de mais elegante na sociedade carioca. Entre êstes elementos sociais de grande destaque tornavam-se, entre outros, salientes: os barões de Bela Vista, cuja casa, entre 1855 e 1865, foi um dos grandes centros mundanos cariocas; o casal comendador Mauricio Haritoff, distinto russo, e D. Ana Clara de Morais Costa, da família Sousa Breves.

Sôbre as fazendas da era do grande esplendor fluminense há depoimentos de vários viajantes franceses, inglêses, alemães, norte-americanos, etc.

Entre os de maior destaque citemos os de Castelnau, Walsh, Ferriére le Vayer, Julio Itier, Ida Pfeiffer, James Fletcher, Emilio Zaluar, Legrenée, e, especialmente, C. Ribeyrolles, autor do precioso "Brasil Pitoresco".

Mas, o mais interessante e pormenorizado, fruto da maior observação, vem a ser, talvez, o de A. d'Assier.

Um dêles, Castelnau, fala-nos do que viu em casa do Barão de Piabanha, na Paraíba do Sul, "um dos homens mais influentes e hospitaleiros da Provincia do Rio de Janeiro",

homem tão notável pela bela fisionomia e elegância do porte, quanto pela cortezia e naturalidade das maneiras finas. Possuia cêrca de duzentos cativos, dos quais um quinto de mulheres.

Mostrava-se muito humano para com os escravos que regia, a praticar as regras da moral. Assim, as escravas não casadas viviam a parte dos demais servos. Quando um casal recebia o sacramento do conjúgio, dava-lhe um lote de terras para roças.

Informando ao eminente visitante o que havia de mais característico em sua propriedade, disse-lhe que apesar dos cuidados com que tratava os servos, via-lhes o número reduzir-se de cinco por cento, anualmente. Duas as causas deste declínio: a elevada mortalidade infantil e o pequeno número de mulheres. O tráfico trazia muito maior numero de homens do que de mulheres, como geralmente se sabe.

Um escravo crioulo valia sempre mais do que um africano boçal. Mas, todos eram concordes em pensar que se tornava preferível adquirir um africano, a comprar um crioulo que já tivesse tido vários senhores.

Mostrou o Barão a grande fazenda sob todos os seus aspectos: os engenhos movidos pelas rodas hidráulicas, as benfeitorias muito belas e espaçosas, os jardins muito bem tratados e até a enfermaria onde os escravos, geralmente hidrópicos, recebiam o melhor tratamento.

O depoimento de Ferrière la Vayer é assaz insignificante e o mesmo se dá com o do seu colega do corpo diplomático, Julio Itier. Tanto um como outro só viram pequenos sítios de café da zona dos Órgãos.

Mais curioso é o de Ida Pfeiffer, que percorreu a zona de Friburgo e Cantagalo, que, nessa época (1846), estava sendo invadida pelas lavouras novas.

Na mesma zona viajou James Fletcher, em 1855, que apenas refere cousas vagas, embora aponte que já na região atravessada havia grandes fazendas, como as do barão de Nova Friburgo.

Ribeyrolles, em 1859, visitou demoradamente vários dos mais importantes municípios cafeeiros fluminenses, sobretudo Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e S. Fidélis.

Anota cousas interessantes sobre os progressos vassourenses. Mas, o seu quase nulo conhecimento das cousas brasileiras levou-o a numerosos e graves erros de apreciação.

Assim, aconselhou os fazendeiros de Vassouras a tratar do anil, da sericicultura, da apicultura, da creação de suinos, e da plantação de bananas, plantas, frutos e animais. "Tudo isto é mesquinho, mas tudo isto alimenta, e o café só se toma à sobremesa", observou.

Reconheceu, contudo, a tentação decorrente da cafeicultura, que na época ainda dava enormes lucros.

Vendia-se o café tão bem! A América do Norte aceitava-o sem direitos alfandegários, enquanto as suas farinhas os pagavam à entrada do Éden brasileiro; e a Europa, tanto tempo tardonha, comprava o produto às arrobas!

"Eis aqui a razão porque Vassouras deixou o anil pelo café", explica o viajante.

Interessante o que escreve da estada na grande fazenda *Secretário*, do Barão de Campo Belo.

Achou o publicista magnífica esta propriedade, com a sua bela *casa grande*, surta havia quinze anos da terra virgem, e, agora, florescente. Pintou-lhe Victor Frond a rica cascata, os taboleiros de relva do parque e os morros longínquos carregados de cafeeiros.

Ali não estava um palácio três vêzes secular, carregado de brasões de armas e povoado de lendas, e sim uma granja de ontem — muito opulenta hoje — e que um homem, um homem só, formara em vinte anos de labor.

O Barão de Campo Belo era, em pessoa, o seu primeiro Montmorency, e não o ocultava. O que de comum aparentava com os antigos senhores feudais era a maneira simples e franca, a religião da hospitalidade, a cortezia.

A visitantes e passantes oferecia casa e mesa franca, e a liberdade da hospedagem inteira e completa.

Demorou-se o viajante na *Secretário* alguns dias, estudando o mecanismo da disciplina do trabalho forçado, que via aplicada pela primeira vez. Felizmente as cênas violentas não lhe feriram os olhos. Mas, o sentimento de humanidade fê-lo sofrer, impedindo-o até de trabalhar.

Esta confissão não era endereçada ao dono da *Secretário*. Trabalhador infatigável, fiscalizando o serviço desde o romper do dia, havia quarenta anos que o Barão de Campo Belo estava sempre na labuta, à testa de seus negros. A lei que aplicava era a velha lei de seu país. Mas esta ultrajava, no seu hóspede, ao ideal de justiça; o contato com as almas escravas

sangrava-lhe o espírito. Assim, pois, ao saudar o cortês fidalgo brasileiro, agradecendo-lhe o gracioso agasalho, desejava ao Brasil muitos fazendeiros como êle, a todos almejando a dupla libertação do *trabalho livre* e *da justiça*.

Era esta a grande saúde da vida!

Muito apreciou Ribeyrolles, também, o que viu de Valença e da fazenda de Ubá, hóspede que foi do filho e sucessor de João Pereira de Almeida, barão de Ubá, o grande amigo de Saint Hilaire.

Passou depois à Paraíba do Sul, a S. Fidélis e Campos. E, de sua viagem decorreram considerações que documentam do modo mais eloqüente quanto o seu autor estava longe das realidades do país e do império americano, monarquia de tanta terra e tão pouca gente, onde não havia ainda um indivíduo por quilômetro quadrado. Tudo quanto expendeu traz logo à lembrança a famosa frase antológica shakespeareana: *words! words!*

Emilio Zaluar, publicista português, viajou demoradamente pelos municípios do oeste fluminense, do norte paulista e visitou Campinas. Era homem inteligente e suas *Peregrinações* têm muitas páginas curiosas. Percorreu as terras fluminenses de Piraí, Barra Mansa, Rezende e fala-nos do que viu nas fazendas do Barão de Santa Maria, propriedade de pequeno vulto, na enorme fazenda do Pinheiro, do Comendador José de Sousa Breves, onde haveria uns dois milhões de cafeeiros produzindo noventa mil arrobas.

Esplêndida a sede da grande fazenda, luxuosa, suntuosa até.

Era o comendador Breves homem adiantado e de largas vistas. Assim, se aplicara, com todo o afã, em cortar as suas enormes propriedades de excelentes caminhos carroçáveis, pelo menos para carros de boi, a fim de diminuir a despesa excessiva do transporte do café em dorso de mulas.

Fala-nos o publicista português, depois, de outra grande fazenda — a dos Três Poços, pertencente ao Comendador Monteiro de Barros, dispondo de grande casa, de construção elegante e espaçosa. A grande extensão de terras e o muito café que produzia davam à fazenda valor sólido e real.

Pela estatística do tempo, a média de Três Poços era de 22 mil arrobas de café anuais, produção muito elevada, a maior de todo o município de Barra Mansa.

Foi Três Poços uma das mais imponentes fazendas contemporâneas do esplendor fluminense. A casa da enfermaria dos escravos, sobrado de dimensões absolutamente fora do comum, compreendia enormes cômodos. O antigo engenho de café, igualmente, testemunhava a importância desta propriedade, de cujo solo fertilíssimo provieram colheitas convertidas em milhares e milhares de contos de réis.

Entusiasmado com o que ia vendo ao longo do Paraíba, chama-lhe Zaluar rio gigante, caudal que converte em ouro os terrenos que enriquece em seu fecundo batismo.

Deixando Três Poços, visitou o viajante outra e importantíssima fazenda, a da Vargem Alegre, pertencente ao Comendador Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, proprietário das 22.000 arrobas em que consistiam suas duas fazendas no município de Piraí.

Prosseguindo em sua jornada, maravilhou-se Zaluar de ver o imenso cafèzal que cobria ambas as margens do Paraíba.

Às imediações de Barra Mansa, em geral aprazíveis, assinalavam-se importantes fazendas.

Chegando à cidade teve festiva recepção. Nela permaneceu quatro dias agradabilíssimos, assistindo a folguedos diversos, acompanhados de bródios imensos, relembradores das famosas bodas do Camacho, de quixotesca memória.

Podia Barra Mansa chamar-se a "cidade de ontem". Nascera e crescera em pouco mais de trinta anos. E todo êste desenvolvimento notável se devia, exclusivamente, ao café. *Heri solitudo hodie civitas* era a divisa a inscrever-se, e com toda a justiça, num brasão municipal onde apenas figurasse um galho frutado de cafeeiro.

A floresta magnífica que, ainda havia tão pouco, cobria as terras barramansenses, desaparecera com a cultura da rubiácea. Em 1820, simples capela de São Sebastião, passara a curato em 1829, para, em 1832, ser elevada à vila. Imenso deve a localidade ao ilustre civilizador que se chamou Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca (1782-1859), considerado, e com toda a razão, o seu verdadeiro fundador.

Tão importante ficou a vila que, em 1857, era elevada à cidade.

Contava Piraí 268 cafeicultores e Barra Mansa 320. Mas esta produzia 757.200 e Piraí 521.500.

Zaluar deslumbrou-se com a visita que fez à enorme fazenda do Barão do Guapí, o Ribeirão Frio.

Essa imensa praça, fechada em tôrno pelas senzalas, engenho e mais oficinas, formara como que larga cidadela para onde se entrava por dois grandes portões.

Maravilhou-o a hospedagem generosíssima do grande fazendeiro, causando verdadeiro deslumbramento ao homem de letras a visita minuciosa aos serviços complexos da grande fazenda.

O Barão de Guapí mostrava-se, além de tudo, homem de humanitárias intenções para com os seus escravos numerosíssimos. Dispunha de mais de quatrocentas enxadas para um milhão de árvores. Tinha a fazenda excelente enfermaria e farmácia.

Era um lavrador clarividente e progressista, o dono de Ribeirão Frio.

No Brasil já iam, aliás, aparecendo as máquinas agrícolas, vencendo a inércia e o atraso dos fetichistas da enxada. A tal propósito, relatava Zaluar:

"O arado, que começa no Brasil a ser recebido com menos prevenção, realizará, em breve, eu o espero, em muitos terrenos onde o seu concurso pode ser eficaz, mais um progresso em favor da agricultura, sobretudo na plantação de cereais.

Era o Barão de Guapí um exemplar típico daqueles fazendeiros fidalgos, cujas atitudes tanto relêvo davam à classe dos grandes lavradores de café da Província do Rio de Janeiro e de todo o Brasil.

Deixando Barra Mansa, seguiu Zaluar para Rezende, nada mencionando do que pudera ver pela estrada onde, com certeza, se avistou com fazendas de notável vulto. Como, por exemplo, a de Itatiaia, hoje arruinada, outrora pertencente ao Dr. Antonio da Rocha Fernandes de Leão. Não menciona Zaluar a esplêndida casa grande solarenga, alcandorada sôbre uma eminência à entrada de Rezende, da fazenda pertencente ao Dr. Antônio de Paula Ramos. Acaso não existiria ainda?

Rezende, no tempo da maior grandeza cafeeira fluminense, nunca teve a importância dos grandes municípios da Província. Suas únicas freguezias chegaram a um máximo, talvez, de 20.000 arrobas anuais.

Achou-a Zaluar em estagnação.

Depois de pormenorizadamente descrever o que viu nos municípios do norte paulista, passou Zaluar a Campinas, onde

sobremaneira o impressionou o prodigioso incremento da cultura cafeeira. Muito maior desenvolvimento tomaria em tôda a área circunvizinha, se acaso houvesse uma ferrovia ligando-a a Santos. Eram enormes os anseios pela construção desta linha.

Visitou Zaluar algumas fazendas, e por toda parte viu aliados o esplendor da natureza, a seiva e robustez da vegetação e o caráter franco, sincero e liberal dos campineiros. Se ainda não se haviam edificado moradas de luxo nem apareciam ostentosas riquezas nas habitações campestres, nestas se encontravam a hospitalidade cordial, a franqueza sem pretensões e o agradável conforto da intimidade cativante.

Em Campinas, a riqueza cafeeira provocaria notável melhoria das condições culturais. A instrução pública assumira desenvolvimento não menos satisfatório que a lavoura.

De Campinas foi Zaluar à colônia de Ibicaba, fundada pelo Senador Vergueiro, passando pela fazenda do Morro Azul, do rico lavrador Silvério Rodrigues Jordão.

A colônia Vergueiro merecia especial estudo que o viajante pretendia escrever oportunamente, tratando, em geral, da colonização ali estabelecida, e que já tantos serviços prestava à lavoura. Mas, julgamos que nunca realizou tal intento.

Do grandioso estabelecimento de Ibicaba saiu satisfeito com o espetáculo da atividade, ordem e contentamento reinante entre seus moradores.

CAPÍTULO XVII

O panorama cafeeiro imperial. O estado da cafeicultura a 15 de novembro de 1889. A área do cafèzal. Queda do Império.

Célebre frase que o Brasil todo repetiu, tão lacônica quanto sintética, proferiu Gaspar da Silveira Martins, no Parlamento, pelas vizinhanças de 1880, procurando definir a economia nacional: *o Brasil é o café e o café é o negro*.

Nada mais conciso, nada mais próximo da verdade do que êste conceito verdadeiramente lapidar. Realmente, assim era o grande esteio básico da economia do Brasil, o gênero de que, com enorme superioridade sôbre os demais, êle dispunha para manter o seu câmbio internacional e poder figurar, vantajosamente, no rol das nações civilizadas pela comparticipação vultosa do comércio mundial.

E o café, de 1822 a 1880, fôra, realmente, o trabalhador rural de pele escura, mantido nas lavouras pela contenção do regime servil.

Na última década imperial, até a queda da monarquia, a fórmula do famoso tribuno riograndense seria quase imutável. Pelas vizinhanças do ocaso do reinado de D. Pedro II começara a avultar, mas, por assim dizer, quase só nas fazendas do oeste paulista, a mancha branca da imigração européia, de procedência italiana em sua quase totalidade.

Sem receio de exageração, pode se asseverar que, no decurso dos sessenta e sete anos do período imperial, foi o Brasil o café e o café o negro, o pobre escravizado a quem o poeta saudou, a proclamar que os frutos do café eram-lhe os gló-

bulos vermelhos do sangue escorrido no penar dos eitos. E a êle devia o Brasil a grandeza de tudo quanto possuia.

Ao panorama cafeeiro imperial fixa a moldura eloqüente das cifras da exportação: às 186.000 sacas de 1822, valendo 3.866 contos de réis ou £ 789.000, contrapuseram-se as 5.586.000 sacas de 1889, no valor de 172.258 contos de réis ou £ 18.983.000.

Trinta vêzes crescera a produção em volume, quase quarenta e cinco vêzes em valor.

A preponderância cafeeira no conjunto do comércio exterior brasileiro documentava, de modo ainda mais frisante, as percentagens da exportação: de 19,6, em 1822, havia passado a 66,5, em 1889!

A atração determinada pelo cultivo da rubiácea também se revelava no adensamento da população das grandes Províncias cafeeiras. Se ao ficar o Brasil independente ela se avaliava em 1.531.648 almas, cincoenta anos mais tarde passara a ser de 4.116.756 e, a 15 de novembro de 1889 em 6.347.084.

Representava, em 1822, trinta e oito por cento da população do país, quarenta em 1872, quarenta e quatro em 1889.

Um imperativo econômico determinara o surto da rubiácea: a fome cafeeira, determinada pelas guerras da Revolução francêsa e napoleônicas, irruptas no universo após Waterloo e a paz definitiva, nascida do Congresso de Viena.

Insignificante fôra, até então, a nossa produção, sobretudo em face da antilhana. Em 1798, o Rio de Janeiro apenas exportara 1.118 arrobas e todo o Brasil menos de oito mil. Dez anos mais tarde, a safra fluminense atingia 30.000 arrobas e a paulista 4.867, cifras sobremodo exíguas, portanto. Pois bem, no qüinqüênio que antecedera à Independência verificavam-se remessas cada vez mais avantajadas; em 1817, 334.925 arrobas (Pôrto Alegre); em 1818, 371.072 (Wallon); em 1819, 441.520 (Pôrto Alegre); em 1820, 539.000 (Pizarro) e, em 1821, 526.934 (Calógeras).

Daí em deante, de ano a ano, cresceram a produção e a exportação. Ninguem ignora, porém, que a uma safra grande segue-se outra mais fraca. O acréscimo verificado, anualmente, corresponde à entrada em cena de novas lavouras. As médias decenais avolumam-se. Para 1821-1830, 318.000 sacas; em 1831-1840, 974.000 sacas. Para 1841-1850, 1.712.000 sacas. Em 1851-1860, 2.625.000 sacas!

Na década seguinte, o acréscimo não se mostra tão consi-

derável. E' que aos cafèzais assola a terrível praga da lagarta, do microlepidóptero devastador das lavouras antilhanas, o chamado "bicho do café", isto é, a borboletinha *Elachista coffeela*. Assim mesmo, em 1861-1870, a média sobrepuja a anterior, chegando a 2.865.000 sacas. De 1871 a 1880, ainda avulta, passando a ser de 3.634.000 sacas, para no último decênio imperial alcançar 5.330.000.

Manipulando tão notável gênero de comércio mundial, conseguira o Brasil ter câmbio internacional vantajoso, porque a sua exportação se esteava como que sôbre largo e robustíssimo estrado, cujas colunas de sustentação eram pilhas de milheiros e milheiros de sacas do grão da rubiácea. Constituia o café a base do arcabouço nacional, quando o açúcar de cana, batido pelo da beterraba, perdera a primazia de fator principal da opulência do país, baixando as suas médias decenais de 30,1, em 1821-1830, a 21,2, em 1851-1860; 11,8, em 1871-1880, a 9,9, em 1881-1890. E, ainda não se dera a ascensão da borracha, que no decênio de 1851-1860 representava 2,3 por cento da exportação nacional, para subir a 5,5 de 1871 a 1880 e apenas 8 por cento de 1881 a 1890.

Assim, o superavit decenal da exportação brasileira, sob o Império, que aliás se estabelece penosamente, só se afirma e robustece depois de passados quarenta anos do regime. O primeiro meio século imperial encerra o seu balanço com um saldo negativo exportador de 38.843 contos de réis. Ainda no decênio de 1851-1860 há oito exercícios deficitários. E' a partir de 1861-1862 que os anos comerciais passam a apresentar saldos positivos de exportação. O superavit, assaz avultado, de 1861-1870, quase dobra no decênio seguinte, para decrescer um pouco na última década imperial.

Qual o fator desta lenta mas firme ascendência da exportação sôbre a importação? O café, que nas três últimas décadas de D. Pedro II, tem as percentagens em contínuo aumento. Passa de 45,6 a 56,6 e a 61,5.

Todo êste enorme acréscimo de exportação se fizera à custa do desflorestamento de larguíssima área. A princípio, e sobretudo no vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo, mais tarde na bacia do Paraná, no Oeste paulista e nos vales dos rios espírito-santenses que vertem para o oceano.

Mas, até 1889, o grande sustentáculo da economia e da prosperidade do Império é o vale do Paraíba do Sul. Tal pre-

ponderância assume, que para se o designar se dispensa a adenda do topônimo. Basta dizer simplesmente "o vale", que todo o Brasil sabe o que isto significa.

"Foi o vale que venceu a guerra do Paraguai !" exclamou um parlamentar, sintetisando, à feição de Silveira Martins, o alicerce principal da economia brasileira, que permitira ao país haurir recursos para a terrível pugna dos cinco anos, devoradora de dezenas de milhares de vidas brasileiras e centenas de milhares de contos de réis.

E, se as guerras só se vencem, no dizer de Moltke, graças a três fatores — *geld, geld und geld,* o grande esteio do Brasil, o maior sustentáculo do Império, o que lhe permitiu conseguir a realização dos grandes empréstimos externos, graças aos quais se compraram os encouraçados forçadores de Humaitá e a artilharia de 24 de Maio e de Lomas Valentinas, veiu a ser a riqueza provindo de seus cafèzais.

Tomou a disseminação da rubiácea diversas diretrizes na fase imperial.

O primeiro centro de propagação fôra o próprio distrito que tinha como capital o Rio de Janeiro, cujas irradiações tomaram a diretriz de sudoeste, partindo da zona carioca em direção a Rezende e aos distritos do norte paulista.

Correm os cafèzais à contracorrente do Paraíba, e depois de ocuparem as terras de Areias e Bananal, marcham de Queluz à S. José dos Campos e Jacareí, chegando a vencer a escarpa do Mogí das Cruzes. Ao mesmo tempo, partindo de Rezende, caminham à jusante do grande rio, invadindo Barra Mansa e Barra do Piraí.

Contemporâneamente, outro grande núcleo se forma, galgando as encostas da serra marítima pelo vale do Santana e outros, para atingir o planalto. Domina os distritos vassourense, piraíense, paraíbano, transpõe o Paraíba em terras valencianas para ocupar o vale do Rio Preto, seguindo em grande transbordamento além da fronteira de Minas, sobretudo em Juiz de Fóra e no vale do Paraibuna. Aos magotes descem os mineiros do centro para a Mata banhada pelo rio.

Acompanhando o Paraíba, marcham os cafèzais para Sapucaia e Pôrto Novo e invadem a Mata mineira onde, havia bem pouco, existia admirável floresta isolada dos núcleos civilizados e refúgio de índios.

Assim, as terras limítrofes do Paraíba se povoam de lavouras e mais lavouras, ricas, por vezes riquíssimas, em Mar de

Espanha, Rio Novo, Pomba e Leopoldina. Cada vez mais distantes do litoral, procuram as cabeceiras dos rios que vertem para o Doce. Na margem fluminense avançam por São José de Leonissa, futura Itaocara, e atingem S. Fidélis, município onde acabam as grandes fazendas. Não quer isto dizer que à grande distância, em regiões sobremodo afastadas da Província mineira, não haja lavouras pequenas e até por vêzes consideráveis, como as que Tohl viu, em 1819, no Fanado (Vila Nova) e Calddengh, em 1821, em Mariana.

A planície campista continua fiel à sua grande lavoura açucareira bissecular, embora também ensaie a cultura da rubiácea. Mas, desde que o Paraíba passa a ter ambas as margens fluminenses, os cafèzais se espraiam à esquerda do grande caudal. Pádua e Miracema, também, são avassaladas pela planta etíope, como Muriaé e Cataguazes.

O oriente fluminense entraria em cena mais tarde do que o centro e o ocidente.

A zona chamada cantagalense abre-se, serôdiamente, em relação aos outros distritos da Província, embora depois tome imenso desenvolvimento.

Os cafèzais ocupam as grimpas da serra marítima, e descem-lhe as encostas pelas vertentes dos tributários do Paraíba e as dos pequenos cursos que deságuam no oceano, como o Macaé e o Macabú.

E, assim, o distrito ocidental torna-se dos maiores centros produtores do país, afamado pelas suas fazendas, algumas delas citadas com verdadeira admiração, como por exemplo as do Barão de Nova Friburgo, mais tarde de seus filhos, os Condes de Nova Friburgo e São Clemente.

Em outras linhas de penetração, o avanço da cultura encontra muitos sérios óbices, como no oeste paulista.

Dois obstáculos gravíssimos precisam ser vencidos: a distância e, sobretudo, a geada.

Em fins do século XVIII, restritos cafèzais vicejam muito medìocremente em torno de S. Paulo, referem os recenseamentos locais. Nessa época, encontramos sítios como a Casa Verde do Marechal Arouche e as chácaras arroladas por Campos Aguirre. O capitão-general Melo Castro e Mendonça (1797 a 1802), à feição dos sátrapas, intima os ituanos a plantar a rubiácea.

Mas geia a valer e as lavouras morrem a cada passo. E, depois, se a distância à costa não é das maiores, o paredão

abruptíssimo da serra do Paranapiacaba constitue barreira tremenda a vencer-se.

Ainda em 1860, é axiomático que plantar café além do Rio Claro, a cêrca de quarenta léguas de Santos, constitue verdadeiro absurdo. O frete tudo consome, por melhor que seja a produção.

Mas as terras roxas do oeste paulista mostram-se o habitat do cafeeiro, que nelas dá colossais colheitas de 200, 300 e 400 arrobas por milheiro de pés. E, assim, os fazendeiros paulistas, sobretudo os campineiros e ituanos, se atiram açodadamente à conquista da mata, desafiando a geladura letal dos seus talhões. Muitos dêles, com a ruína pagam a luta tentada contra a natureza nesses "ninhos de geada", como pitorescamente se dizia em Araras, S. Carlos e Descalvado e tantos outros municípios.

O desflorestamento progressivo modifica o clima, e os cafèzais partindo de Campinas e seguindo por Limeira e Rio Claro, dentro em breve sobem por São Carlos e Araraquara, esgalhando para todos os lados como para Pirassununga, Santa Rita e Jaú. Neste último distrito ocorre típica demonstração do que afirmamos. Suas terras roxas apuradíssimas, capazes de enorme produção, são quase repentinamente ocupadas por verdadeira leva de lavradores ituanos que, durante largos anos, delas fazem um dos mais notáveis centros da produção brasileira.

Campinas, até 1830, apezar da excelência das terras, não passa de medíocre núcleo produtor de café. Mas, dentro em pouco se desforra. Dela se irradiam levas e levas de homens enérgicos que, espalhando-se por todo o oeste da Província, são os verdadeiros bandeirantes do café.

No sul mineiro nascem as lavouras mais tardias. A distância e a topografia alcantilada não permitem grande desenvolvimento ao cafèzal, e os lavradores estabelecem-se de preferência nas terras lindeiras e muito mais chãs de S. Paulo, onde a fama da uberdade, sobretudo a da mancha de Ribeirão Preto, atrae plantadores de todos os cantos do Brasil.

No Espírito Santo, a cultura aumenta consideràvelmente, mas sem notável vulto, ainda, no conjunto da produção brasileira. Por toda a parte o grande obstáculo é, sobretudo, a escassez do braço.

O imperativo do café nos primeiros anos imperiais começa por provocar enorme recrudescência do tráfico africano,

a princípio, isto é, até 1831, legal, mais tarde clandestino e criminoso, verdadeiro contrabando, e por último cerceado e aniquilado graças à fiscalização dos cruzeiros britânicos.

Tais os reclamos de café, e tais os lucros da venda dos míseros africanos, que o comércio do ébano se arrisca a correr as vicissitudes de prejuizos totais, como tantas vêzes sucede. Sobe, contìnuamente, o preço do escravo, imposto pelas vantagens do café.

Afinal, com a extinção absoluta do tráfico, em 1851, vê-se a lavoura como que entorpecida. Subindo contínua e notàvelmente o preço dos escravos, estabelece-se segunda fonte de abastecimento de braços: a da corrente inter-provincial. Verifica-se, então, o êxodo de servos das provincias do norte para as do sul, mau grado os altos impostos lançados pelas assembléias das circunscrições lesadas. E, assim, se restringe a cultura da cana, do algodão e do arroz no setentrião brasileiro, ante as exigências da do café sulino.

A indústria do transporte do grão etíope cria, ao mesmo tempo, original aparelhamento, o único possível na época e indispensável à exportação: o da utilização de dezenas de milhares de muares, destinados a trazer das terras altas, através dos resvaladouros da serra marítima, as sacas despejadas no Rio de Janeiro, nos portos fluminenses de Mangaratiba, Angra dos Reis, Jurumirim, e nos paulistas de Ubatuba, São Sebastião e Santos.

Não tarda, porém, que o surto ferroviário geral que vai tomando incremento no mundo civilizado, principalmente nos Estados Unidos, empolgue o Brasil. Fenômeno, aliás, naturalíssimo num país semi-deserto, com distâncias imensas a vencer em terrenos ásperos, a fim de que a produção atinja os centros produtores.

As primeiras de nossas grandes ferrovias são legítimas estradas de café, como os nossos primeiros caminhos de penetração haviam sido picadas de índios.

Determina o café o traçado da Grão Pará, da Dom Pedro II, da São Paulo Railway, da Cantagalo e da Leopoldina, da Paulista e da Mogiana.

Onde que surgem os trilhos da Pedro II e da São Paulo-Rio de Janeiro, ao longo do Paraíba, morrem os pequenos portos fluminenses e paulistas. E, dentro em breves anos, a estrada de ferro extingue as feiras de Sorocaba.

Com o imenso alargamento da capacidade de transporte,

representado pelo confronto entre a cangalha e o vagão, recuam as fronteiras da região cafeeira.

O *rush* paulista cafeeiro apodera-se das terras ubérrimas de S. Simão, Cravinhos e Ribeirão Preto. E infiltra-se para uma série de distritos do sul de Minas, onde a rubiácea ainda se acha escassamente representada.

Assim também ocorre, embora em menor proporção, com os trilhos da Leopoldina, em sua marcha para o nordeste mineiro e com tantas outras vias, principais ou secundárias, de penetração.

Com a população escassa do Brasil, a facilidade de vida e a cultura extensiva, a exigir diàriamente suprimento de gente, cada vez mais sobe o preço do trabalhador escravo provindo da corrente imigratória do norte. Um enxadeiro vale um conto e duzentos, um conto e quinhentos, a saber, 120 e 150 libras esterlinas.

Daí, as primeiras tentativas de colonização por meio de imigrantes europeus. Cabe ao ilustre Vergueiro a gloriosa prioridade da intuição resolutiva do problema: o europeu só pode ser fixado à lavoura brasileira pelo cafèzal, único meio de se lhe proporcionar trabalho remunerador. Foi êsse o intuito da tentativa célebre e filantrópica de 1846, na famosa fazenda do Regente, em Ibicaba.

Vários dos grandes agricultores paulistas seguem-lhe as pègadas, desde logo. Mas êste primeiro *rush* colonizador é limitado. Só depois de 1871, quando o preço dos escravos atinge a cotações elevadíssimas, é que os lavradores de S. Paulo compreendem a necessidade imprescindível da fixaçao de colonos livres em seus cafèzais, ante a perspectiva próxima d desorganização do trabalho agrícola em virtude da abolição, prenunciada pela lei de 28 de setembro de 1871.

Daí o seu notável tentâmen de fixa-los aos cafèzais, já no últimos anos imperiais, iniciativa que ao grande e lúcido espírito de Couty proporciona a redação de páginas admiráveis sôbre as condições da produção cafeeira, em 1882.

Costuma-se recriminar aos lavradores de Minas Gerais do Rio de Janeiro o fato de não haverem seguido os exemplos dos de S. Paulo. Esta acusação, em verdade, é improcedente.

Achava-se a lavoura de S. Paulo em condições muito mais favoráveis do que a das Províncias vizinhas. Dispunha de cafèzais muito mais novos e terrenos incomparàvelmente mais

fáceis de amanho, de terras de suave derrame — os largos chãos parados do oeste paulista, em vez das encostas não só alcantiladas das regiões fluminense e mineira, como também muito erosadas, onde as replantas só vingam quando o alqueive permite o aproveitamento do capoeirão derrubado.

Nestas abas de serra não se fixaria o colono europeu senão transitòriamente, como em vários pontos sucedeu, verbi gratia, em Juiz de Fora.

Davam as lavouras, em tais condições, rendimento incomparàvelmente menor do que as de suas congêneres paulistas. O que se passa com as fazendas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais é, exatamente, o que ocorre nas do norte de S. Paulo, onde os fazendeiros não conseguem nem poderiam conseguir a fixação de imigrantes.

Tanto compreendem a situação, que numerosos dêstes lavradores do norte paulista preferem deixar a região natal, para continuar a vida fazendeira nas terras de oeste.

Aliás, o mesmo fazem famílias inteiras de lavradores fluminenses e mineiros.

Assinalam os últimos anos imperiais a crescente preponderância do núcleo cafeeiro de Santos sôbre o do Rio de Janeiro. Dentro em breve, deixará a metrópole brasileira de ser a capital do café brasileiro, estacionando a produção escoada pela Guanabara, em face dos progressos contínuos da que sai pela barra santista.

Nem sempre, porém, haviam sido favoráveis as épocas aos que entregavam a sorte de sua vida econômica às vicissitudes das cotações do café, "lavoura que, se dava casaca, tirava também a camisa", no dizer enérgico de Martinho Prado Junior.

No decorrer dos anos imperiais, várias crises econômicas ocorrem, algumas delas graves e uma sobretudo gravíssima.

O ótimo preço da saca, em 1821, de 25$400 (£ 5,50), chega, em 1826, a 10$850 (£ 2,47), para subir, lentamente, em 1831, a 14$880 (então, apenas £ 1,76), e, um ano depois, a 17$380 (£ 2,56).

Declina, novamente, mas de modo lento, de 1832 a 1847, em que se a merca a 9$205 (£ 1 e pequena fração). Verifica-se grande alta em 1849-1850 (15$817 ou £ 1,13). Ocorrem alternativas, não muito grandes, de baixa e alta até 1858 e 1859 (de 15$718 a 18$332).

As safras seguintes, de 1859-1860 a 1863-1864, vendem-

se em alta até 27$012, mantendo-se excelentes as cotações, embora em decréscimo, até 1870-1871 (22$081). A colheita seguinte coloca-se mal, em grande desproporção com a anterior (17$647), mas, logo depois, verifica-se que a produção mundial está em deficit para com o consumo. Daí a alta notável dos preços que atingem 39$716 (!) em 1873-1874, e determinam grande alargamento de lavouras, caindo os preços mais ou menos gradualmente até 27$331. Em 1878 e 1879, presencia-se alta jamais até então vista (48$000).

Mas verifica-se, logo, o reverso da medalha. Formam-se estoques assaz volumosos e ocorre a primeira grande crise do café brasileiro, verdadeiramente calamitosa, pois abrange as safras de 1881-1882, e, sobretudo, a seguinte, baixando a saca a 18$341.

Contra esta depressão insurgem-se os cafèzistas do Rio de Janeiro e de Santos, organizadores de um *corner* desastradosíssimo, o do chamado *Sindicato*, estrondosamente derrotado pelos adversários europeus e norte-americanos, com imensos prejuizos.

Depois de alguns anos maus e medíocres, aliás curtos, em que os preços não remuneram os produtores, a lutar com a alta contínua do custeio, já nos últimos anos imperiais a posição dos mercados cafeeiros revela-se excelente, e a situação estatística do produto nos mercados mundiais magnifica, com a alta conjugada da cotação da saca e do câmbio (30$888 valendo £ 3,8).

Mostram-se os estoques reduzidíssimos e prenuncia-se uma era de grandes lucros para os produtores do grão arábico. Tais os principais característicos dos aspectos econômico e financeiro do café, sob o regime imperial.

Outros, sobremodo curiosos e pitorescos, dignos de estudo que precisa ser feito (e certamente o será, mais anos menos anos, porque abrange vários dos mais interessantes e valiosos quadros dos fastos da formação brasileira), vêm a ser os fácies variadíssimos e cheios do maior atrativo da civilização incipiente promovida pelo desenvolvimento dos cafèzais, numa região de que se poderia dizer *heri solitudo hodie civitas*, e sùbitamente opulentada. Correspondem os sessenta e seis anos entre 1822 e 1888, a um estágio de civilização que apresenta os mais curiosos painéis. Vai a abolição do regime servil transformar, e por completo, esse ambiente onde ocorreram cenas, episódios e incidentes do mais acentuado pitoresco.

Ainda não foram convenientemente observados os traços principais da vida dos grandes landlords, dos chamados "barões do café", tão numerosos que seu rol toma, talvez, um terço do nosso nobiliário imperial, e tão prestigiosos que as suas maneiras de hospitalidade, largueza de mãos, extravagâncias e prodigalidade trazem aos brasileiros, na Europa, o renome de verdadeiros cresos.

Os nossos homens de letras ainda não conseguiram reproduzir com fidelidade os numerosos flagrantes da vida fazendeira imperial, que tão interessante é.

Um ou outro ensaio, tímido e deficiente, apresenta certo valor, mais, porém, como documentação utilizável pelos pósteros que se dedicarem a esta tarefa reconstrutiva, tão atraente como poucas oferecerá o mundo.

Outra reconstituição a se realizar, vem a ser a das relações dos lavradores com as cidades nascidas à ilharga das fazendas e decorrentes de sua prosperidade, vilarejos que passaram de arraiais e povoados a burgos e vilas, e afinal à dignidade urbana. Alguns cheios da maior celebridade nacional, como Vassouras, Valença, Cantagalo, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Pindamonhangaba, Campinas, etc.

A influência dos fazendeiros sôbre êstes pequenos núcleos, os costumes neles determinados pela preponderância dos lavradores opulentos e sua seqüela de parentes, agregados, servos e parasitas, merecem detida e arguta observação.

Assim, também, capítulo dos mais interessantes será o estudo da mentalidade criada pelo contato de senhores e escravos dos cafèzais.

Por conseguinte, a fase do Brasil imperial é, de tôdas do ciclo cafeeiro, a mais interessante. Com a abolição perdeu muito em pitoresco, ganhando imenso, ao contrário, em moralização.

Os reflexos da riqueza cafeeira do *hinterland* sôbre a capital do Império, não menos dignos são de observação atenta, numa côrte em que se destacavam numerosas e interessantes figuras de um patriciado cuja opulência provinha dos cafèzais.

A descrição das instalações e condições de exploração em fazendas notáveis, sobretudo as fluminenses, e uma ou outra da mata mineira, do norte paulista e do distrito campineiro, dará um panorama que os evocadores do passado sobremodo apreciarão.

Não nos podem bastar as páginas fragmentárias de viajantes estrangeiros que, desambientados, só enxergaram unilateralmente. Verdade é que, alguns, tinham grande conhecimento de causa, como A. d'Assier, em 1860. A contribuição nacional torna-se indispensável.

A agronomia do café é que pouco progrediu no período imperial. Estudos originais valiosos quase não se fizeram. Os agrônomos do tempo, quer os velhos Ferreira de Aguiar, Agostinho Rodrigues da Cunha, José Silvestre Rebêlo, Carlos Augusto Taunay e outros, quase todos, em geral, repetem as lições dos autores inglêses e franceses, relativas à cultura em Ceilão e nas Antilhas.

Contribuição mais brasileira e menos antiga vem a ser a do Barão de Patí do Alferes, do Padre Antônio Caetano da Fonseca, do Dr. Carlos Ilídio da Silva, fazendeiros no Rio de Janeiro, em Minas e em S. Paulo.

De 1870 em deante, o contingente dos tratadistas revela-se mais considerável, como quantidade e qualidade, nele figurando Nicolau J. Moreira, Paulo Pôrto Alegre, Teodoro Peckolt, Luiz Couty, van Delden Laerne, etc. Encetam-se as primeiras experiências brasileiras sôbre a química do café e a atuação fisiológica da bebida etíope. Reunem-se dados estatísticos mais e menos copiosos. E, sobrelevam os notáveis inqueritos de Couty e os seus lúcidos relatórios e ensaios fisiológicos, em que prima o *Ensaio de biologia industrial sôbre o café*.

Nos últimos dias do Império, com a fundação do Instituto Agronômico de Campinas, encetam-se as experiências tão notáveis de Dafert sôbre o estercamento dos cafèzais e a aplicação de processos capazes de aumentar a produtividade das lavouras.

Ao mesmo tempo, acompanha o Brasil, embora ainda lentamente, o progresso mundial da agronomia, com o emprêgo de máquinas para o beneficiamento do café.

Começam, desde 1870, a aparecer e a funcionar, nos engenhos das fazendas, despolpadores, brunidores, secadores, etc.; nas lavouras, as primeiras capinadeiras, etc.

O beneficiamento arcaico pelo monjolo, carretão e engenho de pilões cede o lugar ao moderno, por intermédio do maquinário, importado ou já fabricado em oficinas brasileiras, cada vez mais eficientes, como as de Lidgerwood, Mac Hardy e outras. Conseguem-se tipos muito melhorados, que vão des-

fazendo a má reputação antiga dos cafés brasileiros. E o país começa a perlustrar a via dos cafés finos que, dia a dia, cresce de importância.

Assim, no conjunto da história cafeeira mundial, a fase do Brasil imperial assume extraordinária importância. E' nela que se afirma a preponderância cada vez maior da nossa produção sôbre a universal. No imenso giro de negócios que envolve um dos maiores comércios mundiais, a comparticipação brasileira avulta anualmente.

No período 1829-1830, a safra brasileira representava dezoito por cento da produção mundial. Já de 1859 a 1860 equivalia a 51, para no ultimo qüinqüênio monárquico chegar a 57 por cento.

Os primeiros anos da República ainda viriam acrescida esta percentagem, que nos qüinqüênios de 1896-1900 e 1901-1906 chegaria a 66 e a 75!

Tal preponderância serviria como um dos maiores e melhores argumentos, em favor da tentativa arriscada do *corner* de 1906.

Para o comércio universal do café, a posição dos mercados brasileiros assumira capital relêvo, em relação à produção, mas sem paridade em relação à situação comercial do nosso país.

Dependera êste, quase sempre, e nos últimos anos, em absoluto, das imposições dos compradores estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Os pedidos da Confederação Americana se haviam avantajado tanto, de ano para ano, que, já em 1847, causavam a admiração de observadores sagazes, como o Conde Straten Ponthoz. Declarava êste que a situação econômica brasileira constituia, no universo, um exemplo único de privilégio excepcional: o de um país com um cliente rico, generoso, sem exigências de reciprocidade, como que a pedir que o seu fornecedor cada vez mais lhe enviasse o seu gênero, em volume maior.

Daquela data em diante à queda do Império, a solicitação dos americanos crescera sempre. O comércio cafeeiro do Brasil, a princípio rudimentar na era colonial, passara por diversas fases no decorrer dos anos imperiais.

Nesse tempo, os cafèzistas, quase todos do Rio de Janeiro, consignavam simplesmente a mercadoria aos centros consumidores, para que os seus comitentes a vendessem por conta e risco.

Como se avolumasse a produção, as casas estrangeiras começaram a enviar ordens, de prazo não limitado, para o embarque, compra e remessa do café, apenas fixando o limite dos carregamentos, geralmente de alguns poucos milhares de sacas. Pagavam uma comissão de cinco por cento, sôbre as faturas.

Mais tarde, viram-se os cafèzistas brasileiros e europeus em conta de participação, dividindo entre si riscos e lucros do negócio. Por vêzes, admitiam que outras pessoas dêle comparticipassem. As firmas brasileiras expediam café para cobrir as remessas que precisavam fazer para pagamento da importação, dando às casas européias participação em tais carregamentos.

Mas, fôra, até então, incerto o comércio por falta de entendimento rápido entre abastecedores e abastecidos, separados pela distância das grandes jornadas oceânicas.

Já o estabelecimento de linhas de vapores modificara o antigo sistema, com notável melhoria para todos.

Mas, o que trouxe enorme transformação nos processos comerciais veio a ser o estabelecimento do telégrafo submarino.

Surgiram firmas estrangeiras no Brasil, quase tôdas para o comércio de exportação, vigorando o sistema das vendas de custo e frete, fixando as quantidades a serem fornecidas, preços e época para o embarque.

Durante certo número de anos prestou tal método reais serviços, dando lucro aos intermediários, porque correspondiam os preços às necessidades do consumo, e as flutuações dependiam sempre de causas justificadas, sobretudo das avaliações das safras.

O serviço capital de estatística comercial começava a ser feito sob certas normas modernas, e se bem que deficiente a princípio, chegou a assumir extraordinária e justa importância.

Afinal, com a instituição dos negócios a têrmo, iniciou-se nova fase de especulação, tornando maiores os riscos de um sistema de comércio até então insignificantes.

Foi nessa altura, que os grandes compradores reconheceram a necessidade da formação dos estoques, de posição compensadora e reguladora dos mercados.

No Brasil, a velha classe dos comissários, que se entendia diretamente com os fazendeiros, viu o aparecimento dos exportadores e dos intermediários e, entre uns e outros, os ensacadores.

Já na fase republicana os exportadores procurariam, ativamente, entender-se com os lavradores, passando por cima dos intermediários. Os últimos anos imperiais ainda assistiram ao declínio da importância do Rio de Janeiro como praça cafeeira, ante os progressos da exportação paulista pelo pôrto de Santos.

O desenvolvimento do sistema ferroviário paulista, a princípio com a S. Paulo Railway, depois com a Paulista e a Mogiana viria, já pelas vizinhanças de 1889, assegurar à exportação paulista o prenúncio de que dentro em breve tempo sobrepujaria a do Rio de Janeiro, distanciando-a imenso. Isto haveria de ocorrer já nos primeiros anos da República.

Para tanto, convém frisá-lo, concorreria, poderosamente, o fato de se achar o grande pôrto paulista aparelhado com a esplêndida instalação da Companhia Docas de Santos.

Quanto ao resto da produção brasileira, esta cresceria bastante no Espírito Santo, mantendo-se como que estacionária na Bahia.

Em suma, ao se encerrar a fase monárquica a indústria cafeeira do Brasil girava em torno dos dois grandes centros de remessa: Rio de Janeiro e Santos.

Ao cair a situação conservadora, em princípios de junho de 1889, atravessava o Brasil próspera fase, pelo menos de muita movimentação financeira e comercial. A política do Visconde de Ouro Preto tendeu ao incremento desta agitação que, no Rio de Janeiro sobretudo, tomou largas proporções. Pretendia o último Presidente do Conselho determinar considerável expansão de fôrças, no sentido da fundação de emprêsas para fins industriais e comerciais.

De seu programa, se destacavam a regulamentação da lei bancária e os empréstimos à lavoura por intermédio dos bancos.

A organização de institutos emissores, embora sujeitos ao freio da conversibilidade metálica, representava perspectiva de dinheiro abundante. Os empréstimos à lavoura, por intermédio dos bancos, que sôbre as quantias recebidas para atender aos lavradores não pagariam juros, dêstes cobrando, porém, cinco por cento, incitou a criação de novos institutos e o aumento do capital de vários dos já existentes.

Destas facilidades decorreu grande febre especulativa, que os algarismos traduzem eloqüentemente.

De 1828 a 13 de maio de 1889, o capital para a formação de novas emprêsas no Brasil havia correspondido a 410.879 contos; de junho a novembro de 1889, a 301.500! Tais as cenas que acompanharam a fundação do Banco Construtor do Brasil, legítimos episódios da incipiente febre *lawesca*, com a qual o Visconde de Ouro Preto se alarmara, conforme declarou na *Década Republicana*.

Inesperadamente, ocorreu a Revolução de 15 de novembro e a implantação das novas instituições brasileiras.

O Ministro da Fazenda do Govêrno Provisório, Conselheiro Rui Barbosa, começou a sua gestão financeira sem suspender a execução do decreto imperial que autorizou a emissão extensiva a nove bancos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Mas, como fôra o mais veemente opositor às idéias do Visconde de Ouro Preto, não tardou que contra as medidas do antecessor se pronunciasse e agisse.

Já a 27 de dezembro de 1889, marcava um prazo de três meses aos bancos emissores para executarem suas concessões, sob pena de se verem privados das faculdades outorgadas. Precisariam fixar um máximo de emissão de notas, para impedir a imobilização dos lastros metálicos.

Ante a queda das taxas cambiais intimidaram-se, porém, os bancos, receiosos de alguma corrida de sérias conseqüências.

Esta restrição sobressaltara muito os meios financeiros, dado que perturbariam o crescendo em que iam as especulações bolsistas, desde meados de 1889.

O novo govêrno emitiu papel-moeda, à vista da escassez do meio circulante, para impedir alguma crise eventual, perigosa em momento político tão delicado.

Ao ver de Antônio Carlos de Andrada, o êrro da criação dos Bancos de Emissão no Brasil, pelo Visconde de Ouro Preto, fôra pretender estabelecer um paralelismo das condições entre o Brasil e os países de grande riqueza pública. Em todo caso, algumas das idéias do estadista brasileiro eram reveladoras de notável capacidade.

Observa Calógeras, na *Politique monétaire du Brésil*, que Rui Barbosa, o mais acerbo crítico dos planos de Ouro Preto, subiu ao poder em ambiente onde exerciam larga influência elementos adversos a uma administração judiciosa e clarividente.

Mandava a prudência que, no momento, se combatesse todo e qualquer excesso financeiro.

Outra causa de êrro, êste psicológico, do novo govêrno, era a má avaliação do valor real dos inconsistentes sentimentos monárquicos do país. Supunha-os muito mais intensos. Assim, entendera poder consolidar as novas instituições por meio de derivativos para os campos da atividade industrial e financeira, desviando os espíritos que talvez, sem tal engôdo, se deixassem levar a tentar alguma contra-revolução.

Não creara o Império raizes no Brasil e a República assustava-se com inexistentes fantasmas. Deveria ter-se limitado a ser a herdeira das tradições e dos métodos administrativos do regime.

Viera o 15 de novembro encontrar três bancos emissores com lastro metálico.

Mas, desde a primeira quinzena de vida, começou o Govêrno Provisório a deferir petições de estabelecimentos com pretenções emissoras.

Em doze dias, de 26 de novembro a 8 de dezembro de 1889, permitiu que se espalhassem mais 400.000 contos de papel-moeda, além dos 200.000 concedidos pelo Império, observa Calógeras.

De nada valera a baixa cambial, cada vez mais acentuada. Mas, como ela atrapalhasse, sèriamente, a formação dos depósitos e êstes não se realizassem, tais concessões foram declaradas caducas pelo decreto de 27 de dezembro de 1889.

CAPÍTULO XVIII

As emissões de 1890. O Encilhamento. Reflexos sôbre a indústria cafeeira. Alta geral e considerável da arroba. Alargamento inconsiderado do plantio, sobretudo em São Paulo. Crise política e guerra civil. Depressão cambial violenta. Prenúncios da superprodução de café.

A 18 de janeiro de 1890 expunha Rui Barbosa, ao Marechal Deodoro da Fonseca, os motivos que o levavam a considerar a emissão bancária verdadeira necessidade, devendo o govêrno recorrer à circulação baseada em títulos do Estado.

O sistema imaginado pelo novo Ministro da Fazenda, para os bancos emissores, foi exatamente o que Ouro Preto combatera: a emissão sôbre lastro de apólices.

Três bancos emissores espalhariam, dentro das circunscrições que lhes eram privativas, um total de 450.000 contos de réis.

O do Norte, cuja sede era a Bahia, 150.000; o do Centro, com sede no Rio de Janeiro, 200.000; o do Sul, fixado em Pôrto Alegre, 100.000.

O campo das atividades dos novos institutos tinha enorme latitude, operando sôbre:

empréstimos, descontos e câmbio;

hipotecas a curto e longo prazo, por meio de letras hipotecárias;

penhor agrícola sôbre frutos pendentes, colhidos e armazenados;

adiantamentos sôbre instrumentos de trabalho, máquinas, aparelhos, enfim, de todos os meios de produção das propriedades agrícolas, engenhos centrais, fábricas e oficinas;

empréstimos de caráter e natureza industrial, para construção de edifícios públicos e particulares, estradas de ferro e outras, cais, docas, melhoramentos de portos, telégrafos, telefones e quaesquer empreendimentos industriais;

compra e venda de terras, incultas ou não, podendo estas ser divididas e demarcadas por conta própria ou alheia;

desempenho de assuntos tendentes à colonização, fazendo os adiantamentos necessários mediante ajuste e contrato com os colonos ou terceiros interessados;

incumbência por conta própria ou alheia, de dessecamentos, drenagens e irrigação do solo.

Enormes favores se concediam aos novos institutos dentro do prazo de cinqüenta anos, aliás prorrogáveis.

Encontrou Rui Barbosa tenaz resistência aos seus planos por parte do seu colega Demétrio Ribeiro, Ministro da Agricultura, que preferiu demitir-se a referendar o decreto emissor.

Assim, procedeu-se às grandes emissões de 1890. A 21 de janeiro, fundou-se o Banco dos Estados Unidos do Brasil, e começou o grande derrame de papel-moeda, a que se seguiu desenfreada especulação de títulos.

Em outubro de 1890, tentou Rui Barbosa opor uma barreira aos excessos do *Encilhamento,* nome que, como todos sabem, alcunhava-se o desvario bolsista. A partir do decreto de 13, não se haveriam por definitivamente constituidas as sociedades anônimas, senão depois de subscrito por inteiro o capital social e dêle efetivamente depositados, em um banco, 30% em dinheiro, pelo menos.

Tal a grita da especulação que, pelo decreto de 25 de dezembro de 1890, o govêrno facultou aos Bancos a emissão sôbre o duplo do depósito em ouro recolhido ao Tesouro.

Mas, a especulação desenfreada reclamava a emissão, não mais sôbre o duplo do ouro e sim sôbre o triplo.

A 7 de dezembro, obtinha tal desiderato com a fusão dos dois grandes bancos — o Nacional do Brasil e o dos Estados Unidos do Brasil, sob o nome de Banco dos Estados Unidos do Brasil. Permitia-se-lhe a emissão até êsse triplo do depósito em ouro, num máximo de 600.000 contos, isto é, três vêzes o seu capital, uma vez realizado em ouro.

Haviam-se fundado, em 1890, sociedades anônimas com um capital de 1.337.856 contos de réis!

A situação cafeeira é que no decorrer do ano cada vez mais se tornava melhor. Havia verdadeira procura do grão no universo.

A 21 de janeiro de 1891, após largo dissídio com o Chefe do Estado, demitia-se o Govêrno Provisório e, com êle, Rui Barbosa.

No dia seguinte, ao gabinete de 15 de novembro de 1889 sucedeu o Ministério do Barão de Lucena.

A Rui Barbosa substituiu, na pasta da Fazenda, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

Penosa sucessão encontrou êste ministro.

Já viviam as praças em fortes dificuldades: o câmbio a baixar cada vez mais, o comércio legítimo a debater-se no meio de incertezas, o crédito cerceado gradativamente, com a apertura geral por parte dos infelizes e ingênuos subscritores dos títulos das emprêsas fantasmagóricas do *Encilhamento.*

No Parlamento, vozes de grande autoridade, como a de Leopoldo de Bulhões, àsperamente criticavam o que Rui Barbosa fizera. Na sessão ordinária de 1891, surgiram reparos cada vez mais acerbos contra o inflacionismo do *Encilhamento,* partidos de especialistas da valia de Demétrio Ribeiro e Oiticica. O novo govêrno prosseguiu, porém, dentro das diretrizes do seu antecessor.

Defendeu-se Rui Barbosa, tenaz e eloqüentemente, no Parlamento e pela imprensa.

Não era responsável pelo que decorrera do fracasso do seu plano, desde que haviam sido revogadas condições que reputava essenciais ao seu bom êxito.

A 3 de novembro de 1891, no Senado, pronunciou célebre discurso defendendo o seu programa e sua atuação como ministro.

Desta notável peça oratória, diz Antônio Carlos de Andrada que "seu mérito, no tocante à eloqüência, ao primor da forma, à fôrça, à habilidade de dialética e aos extraordinários recursos do grande orador, é excepcional; mas, quanto à essência da questão monetária, teria de ser mais tarde vantajosamente destruido, não só pelas orações que, no curso dos debates, lhe seriam opostas como, sobretudo, pela força dos fatos. A responsabilidade recaía, porém, não só sôbre o primeiro Ministro da Fazenda da República, como também, e em grande

parte, sôbre os que, ainda na presidência do Marechal Deodoro da Fonseca, a êle imediatamente haviam sucedido na direção do Ministério das Finanças".

Vinte dias mais tarde, o movimento de 23 de novembro empossava o Marechal Floriano Peixoto na Vice-Presidência da República.

Encontrou o novo chefe de Estado péssima situação financeira. Expressivamente, declara Pandiá Calógeras em sua *Política Monetária*: "Rui Barbosa desencadeou a tormenta, mas os seus sucessores imediatos dela fizeram um ciclone".

Sabem todos o que foi a liquidação das emprêsas do *Encilhamento*, o desmoronamento do enxurro dos títulos que, em semanas, se desvalorizaram de 50, 70, 90 e 95 por cento!

Viera o câmbio, de roldão, de 27-9/16 d. a 11-½ d.

O enorme derrame súbito do papel-moeda tivera, ao mesmo tempo, importantíssimo reflexo sôbre as condições cafeeiras do Brasil.

Os produtores, sob o fascínio das altas cotações vigentes, expressas em papel depreciado, como que não percebiam que os preços em ouro de sua mercadoria não se elevavam em igual proporção.

"Pensando, ao mesmo tempo, resolver os problemas que se lhes deparavam com o aumento do custo da produção, atiraram-se, sem conta nem medida, a novas plantações, principalmente no Estado de S. Paulo, dando origem à superprodução de que adviria uma crise", observa Ramalho Ortigão, em sua moderada e conscienciosa crítica.

"Pode dizer-se, com segurança, que o protecionismo tarifário levado ao exagêro, e do qual depois resultou grande crise industrial e considerável baixa dos preços do café, que, por sua vez, teve como conseqüência dificuldades gerais e depressão prolongada, não só para a indústria agrícola mas para todo o país; o desequilíbrio financeiro dos Estados, por vêzes incidindo, por fenômenos de refração, sôbre as próprias finanças da União — são efeitos imediatos e naturais da inflação monetária."

Dizia o Conselheiro Sousa Ferreira, em fins de 1891 que, no fim dêsse ano, apezar de tudo, a situação do país era preferível à de doze meses antes.

O grande restaurador da economia brasileira era, ainda, e seria o café.

Grande parte dos compromissos comerciais, no exterior, devia ser liquidada: diminuia a importação e não havia receio de entradas de café, em certos meses, de 55.000 e 50.000 sacas. As existências moderadas no estrangeiro deixavam prever procura regular a preços remuneradores; os especuladores em câmbios e em títulos haviam recebido lições de que não se esqueceriam ràpidamente.

Para os produtores de café correra o ano bem, mau grado as perturbações do tráfego ferroviário.

Haviam os exportadores sido favorecidos pelas taxas sempre baixas do câmbio. Se alguns se tinham enganado quanto à tendência do mercado, também haviam satisfeito os compromissos, e embora perdendo algum dinheiro, tinham adquirido experiência.

Os fazendeiros haviam conseguido vender seus cafés por preços, até então, jamais vistos nos mercados brasileiros. Se tivessem aplicado, convenientemente, o saldo das safras para solver compromissos, todos se livrariam do penhor.

Só os cafés mandados ao mercado fluminense, em 1891, haviam produzido quantia não muito inferior ao enorme total de 150.000:000$000.

Os intermediários também deveriam ter aproveitado, e muito, êste período de "vacas gordas".

Os exportadores não consideravam o preço em moeda corrente; e, sòmente, o preço em ouro. Pouco se importavam com o valor da libra esterlina em papel, uma vez que esta equivalesse a uma arroba, mais ou menos, de café.

Espalhou-se muito, contudo, entre os cafeicultores, o absurdo aforismo de que câmbio baixo correspondia, automàticamente, a café alto.

Viviam muito convictos da inflexibilidade desta lei esdrúxula, ansiosamente consultando as oscilações das taxas cambiais, alarmados até com a possibilidade da valorização do mil réis.

O estoque mundial, a 30 de junho de 1891, era de 2.996.000 sacas.

Nesta cifra baixa do disponível nas praças achava-se a solução do enigma, explicando as tendências altistas dos mercados.

Com a subida ao poder do Marechal Floriano Peixoto, encetou-se a reação anti-papelista, vigorosamente combatida,

aliás, pela fração do Congresso partidária do govêrno do Marechal Deodoro da Fonseca.

Ao Ministério da Fazenda presidia Rodrigues Alves, que encetou a mais prudente das políticas. No Parlamento, apoiaram-no homens do valor de Saldanha Marinho, Campos Sales, Rangel Pestana e Ramiro Barcelos, entre outros, a rebaterem as injustiças que faziam à sua atuação e à sua atitude de prudência ante as tão grandes dificuldades da hora presente.

Em fins de 1892, as condições econômicas brasileiras eram sensìvelmente melhores do que as do último período de 1891, assinalando o *Retrospecto do Jornal do Comércio* que continuava ótima a situação do café.

As existências de café nos mercados consumidores tinham ficado reduzidas, pelas colheitas pequenas de 1889-1890 e 1890-1891, a proporções verdadeiramente alarmantes, ante as exigências do consumo.

Não pudera Rodrigues Alves continuar no govêrno, desgostoso com a oposição tenaz que lhe moviam no Parlamento. Substituiu-o o Tenente-Coronel Inocêncio Serzedelo Correia.

Começaram a perturbar-se, gravemente, os horizontes políticos, sobretudo depois da irrupção da guerra civil rio-grandense.

Fechou-se 1892, assim, com excelentes perspectivas para os cafeicultores.

O estoque mundial, a 30 de junho de 1892, era de 3.091.000 sacas, apenas. Os apêlos veementes da oferta, certamente determinariam, portanto, nova e grande alta de cotações, majorada ainda pela baixa cambial.

Em 1893, como todos sabem, agravou-se imenso a situação política do país, sobretudo depois da revolta da esquadra a 6 de setembro e a conseqüente guerra civil que perdurou além de meados de 1894.

Durante êste período agitadíssimo, verificou-se enorme alta nas cotações cafèzistas. Nunca uma safra produzira tanta moeda corrente, na história das praças brasileiras. As cotações nos mercados estrangeiros mostravam, sempre, tendência à alta. E os preços, em ouro, nunca haviam chegado às cotações extremas, apregoadas em anos anteriores, de colheitas pequenas, fato reconhecido no estrangeiro, como o consumo regular do grão claramente demonstrava.

Nunca, nos fastos do comércio cafeeiro do Brasil, se haviam presenciado flutuações tão violentas de preços, como em

1893. Nunca tinham os mercados brasileiros registrado preços, de longe, iguais aos pagos durante êste milésimo.

Os extremos das cotações do café tipo 7 foram: 16$600, por arroba, a 2 de janeiro, e 22$800, a 11 de novembro. Julho mostrara-se o mês das maiores flutuações, sendo os extremos de 18$000 a 21$500. As entradas de cafés novos principiaram nesse mês e já havia alta nas taxas cambiais.

Era de se notar que, como já acontecera em 1892, nesse ano de 1893 não ocorrera formação de estoques nos diversos mercados.

A procura correra quase sempre igual ao suprimento.

Os gastos motivados pela guerra civil haviam vindo agravar, enormemente, a situação financeira do país.

Assim, ao primeiro presidente civil, Prudente de Morais, coube uma série de dias de govêrno dos mais amargos.

Penosa era a situação comercial e industrial, e péssima a do Tesouro Nacional, com a enorme baixa cambial.

Voltara Rodrigues Alves ao Ministério da Fazenda.

Muito judiciosas observações emitiu em seu *Relatório*, referente a 1894. Fez notar a discordância flagrante entre o estado do Tesouro, a circulação e a situação econômica do país.

Mau grado tôdas as loucuras do *Encilhamento*, o Brasil continuava a ver crescer sua produção e desenvolver seus mercados consumidores.

Se os fazendeiros empobreciam porque especulavam, hipotecando suas propriedades, a produção crescia e sua crise não era a dos produtos.

Esta ocorreria mais tarde, em virtude dos exageros emissionistas, fornecendo elementos ao desenvolvimento imoderado a um gênero não de primeira necessidade: o café.

Nos dois anos de 1893 a 1894, o saldo do Brasil na balança comercial chegou a 200.690 contos de réis.

Em 1894, foi formidável a flutuação cambial. Os altos preços do café e o sustento da massa de trabalhadores rurais das lavouras que se alargavam, haviam provocado a importação de enorme volume de gêneros alimentícios os mais vulgares. Milhões de sacas de arroz, milho e feijão, que o país poderia ter produzido, tinham vindo do exterior. Em todo caso, o comércio importador auferira resultados regulares no exercício de 1894.

No mercado de café houvera sempre preços em alta, até que os desvarios do câmbio, em setembro, e as enormes entra-

das em Santos, houvessem determinado prejuizos consideráveis.

Desde esta época até o fim do ano, reinara sempre certa restrição de entradas, com ou sem razão, geralmente atribuida aos fazendeiros. Contando com a repetição dos fatos do primeiro semestre, haviam decidido guardar seus cafés na esperança de que a colheita de S. Paulo se exgotasse.

Mas, já começavam a fazer-se ouvir as vozes de alarma, a propósito da ocorrência possível de certa crise cafeeira dentro em breve prazo. Alguns havia que a consideravam fatal e em proporções assustadoras.

Crescera imenso o cafèzal, notou Sousa Ferreira no *Retrospecto Comercial de 1894*.

"Sentimos verdadeiro receio de que, durante o ano próximo, a posição de nosso mercado entre os do mundo sofra importante depreciação. Já que Santos conta com colheitas de 4.000.000 sacas e a exportação direta de Vitória tende a crescer sempre, parece necessário que os comissários concentrem toda a sua competência no estudo das condições a vigorar no mercado do café brasileiro" — escrevia o economista.

O que valia era que, quanto café entrasse nas praças, saía quase imediatamente para o exterior. Assim, em 1894, recebera o Rio de Janeiro 2.742.789 sacas e expedira 2.671.958. O estoque, em dezembro, se reduzira a 70.831 sacas apenas, fato digno da maior menção.

Durante o ano ocorrera uma coincidência: variara o preço do café na função inversa da taxa cambial.

Verificava-se, aliás, por mera coincidência decorrente da posição dos estoques universais do café, numa época em que o consumo estava com grandes exigências, uma circunstância que ia tornando enraizada no consenso público brasileiro verdadeiro aforismo: câmbio baixo correspondia a café alto e vice-versa; motivo pelo qual se pretendia estabelecer certo antagonismo de idéias entre os interêsses dos produtores, exportadores e o do comércio importador.

As palavras da mensagem de Prudente de Morais ao Congresso, em 1895, mostravam-se sobremodo pessimistas.

Majoraram-se as tarifas alfandegárias, na premência da obtenção de elementos avolumadores da receita nacional.

No interior do país a crise premia a classe rural, cuja

situação financeira era, contudo, menos penosa do que a do comércio e indústria.

Havia, porém, uma região sobremodo importante, em que as aperturas começavam a ser as mais sérias: a da lavoura de S. Paulo.

A derrama de dinheiro, fácil, abundantíssimo de 1890 e 1891, e a cata de emprêgo, provocara a mais extraordinária elasticidade do crédito. Coincidira tal circunstância com o momento em que haviam, em virtude do alargamento do consumo, declinado os estoques mundiais de café, daí decorrendo alta fortíssima de cotações.

Operara-se, então, sùbitamente, enorme valorização fictícia de terras e lavouras.

Às imaginações ofuscava a miragem da uberdade prodigiosa do oeste paulista, cujo solo virgem mostrava ser o habitat verdadeiro da rubiácea.

Verdadeira febre para o plantio apossára-se de quantos tinham conseguido alcançar os favores dos fornecedores de fundos.

Viram-se quantias consideráveis entregues a pessoas que poucas, e por vezes muitíssimo poucas, garantias podiam oferecer, indivíduos que se propunham a abrir fazendas novas ou adquirirem lavouras já formadas.

E, nem se dissesse que se tratava de pessoas representando sólidas condições. Se se fazia crédito a provectos e tradicionais lavradores, a homens especializados na cafeicultura, forneciam-se, também, centenas de contos de réis a indivíduos que exerciam profissões as mais diversas, liberais, artísticas, etc., e que jamais haviam tido o menor contato com a lavoura da rubiácea.

O período da inflação determinara verdadeira *course à l'abîme* para os terrenos cafeeiros. Em prazo curto, haviam sido derrubadas enormes extensões florestadas, e os renques de cafèzais novos coberto milhares e milhares de alqueires de terras novas do oeste paulista. E, as últimas reservas de mata das velhas fazendas situadas nas antigas zonas, desde muito exploradas, iam desaparecendo.

Sendo o café planta de longo período de formação antes de produzir, estas novas inversões de capitais em lavouras exigiram períodos consideráveis, sem qualquer remuneração.

A maioria dos garimpeiros do café, que se aventuraram nesta nova senda de vida, não tinham recursos suficientes para

aparelhar as fazendas. Haviam procurado recorrer ao crédito hipotecário. E, como as taxas de juros tinham sido sempre caras, num país de capitais escassos, daí proviera terrível sobrecarga de ônus para os neo-cafeicultores.

Contavam todos, alucinadamente, com a constância das esplêndidas cotações dos últimos anos, sonhando muitos, ainda, até com a elevação dos preços.

Em 1896, a grande nota pessimista proviria do próprio presidente de S. Paulo, Bernardino de Campos. Aventava a possibilidade de uma queda de preços, mostrando-se alarmado com a circunstância de que a divida hipotecária da lavoura paulista excedia de 400.000 contos de réis.

Não era o crédito hipotecário aquilo de que precisavam os fazendeiros, e sim o agrícola, o ânuo, para o custeio das propriedades. O hipotecário, longo, pesado, tornava-se, freqüentemente, sobremodo oneroso.

Começaram, porém, a surgir os primeiros sintomas graves da crise.

As cotações ainda se mostravam favoráveis, mas uma campanha baixista fazia com que se deprimissem, a ponto de trazer uma depreciação de 40 por cento.

Davam as condições locais nascimento a dois elementos sérios, causadores de certa perturbação nos mercados.

Começaram as casas exportadoras a operar no interior, tratando diretamente com os fazendeiros e passando por sôbre os antigos intermediários: comissários e ensacadores.

Outra grande causa de perturbação, era que o café, monopolizando tôdas as atenções, provocara enorme diminuição da produção de cereais. Importados, produziam êstes pesadíssima sobrecarga para a baixa cambial.

CAPÍTULO XIX

Prenúncios de grave crise, em fins de 1895. Ecos parlamentares. A mensagem presidencial de Prudente de Morais, em 1896. A baixa cambial. Gravidade da situação financeira. Grito de alarme de Bernardino de Campos sôbre a crise cafeeira iminente. Baixa contínua e considerável dos preços da arroba. Péssima situação da grande lavoura paulista. Campos Sales na Presidência da República. O "Funding Loan" e os planos de Joaquim Murtinho para o reerguimento cambial. Primeiras sugestões para a destruição da produção cafeeira.

Em fins de 1895, impressionado com os prenúncios de grave crise cafeeira, propôs o deputado fluminense Érico Coelho que a União assumisse o monopólio da exportação do café, projeto que se malogrou por completo.

Em 1895, foram razoáveis as cotações, embora os estoques já estivessem avolumados e com perspectivas de aumento.

A incerteza política prejudicara muito o curso dos negócios. A pacificação do Rio Grande do Sul viera, contudo, melhorar a situação.

A irritante e interminável questão fiscal interestadual, a das *guias*, tambem perturbava as transações. Foi, porém, objeto de conferência dos Estados interessados, daí decorrendo uma solução promissora.

O consumo no exterior demonstrava que os preços eram considerados regulares, mas, salvo em setembro, quando houvera diminuição de cêrca de 10.000 toneladas, o suprimento visível dos mercados mundiais aumentara sempre. De 159.630 toneladas, a 1 de janeiro de 1895, passara a ser calculado em cerca de 206.000, em 31 de dezembro.

Começava o processo da rápida superprodução dos cafèzais paulistas.

Na mensagem presidencial de 3 de maio de 1896, fazia Prudente de Morais referências à enorme expansão da cultura cafeeira.

Impressionados com a considerável extensão da lavoura do café que, aliás, constituia a grande riqueza do país, e isto sem que houvesse aumento correspondente no consumo, tinham os governadores de S. Paulo e do Espírito Santo dirigido uma circular aos dos demais Estados grandes produtores do gênero, convidando-os a uma conferência cujo fim seria a organização de larga propaganda, sistemática e contínua, para a conquista de novos mercados consumidores.

A reunião efetuara-se em Petrópolis, em começos de 1896, e os representantes das diferentes unidades convocadas acordaram aí as providências necessárias para levar por diante a utilíssima e patriótica idéia.

Estava o govêrno federal disposto a auxiliá-la por todos os meios.

Continuava, porém, cada vez mais séria a situação do erário nacional. A receita ordinária não cobria a despesa. Pesava imenso sôbre o orçamento a percentagem, cada vez mais elevada, dos juros da dívida externa, contìnuamente avolumados por persistente baixa cambial.

Historiando a situação financeira do segundo semestre de 1896, dizia um articulista do tempo, visìvelmente inspirado pela corrente política de Prudente de Morais:

"Foi muito difícil à República o ano de 1896. Nos meses de maio e junho o câmbio atingiu o máximo de 10-5/16 e aguardava-se que a situação continuasse a melhorar no segundo semestre, durante o qual tinha de se fazer a exportação da safra do café que, como se sabe, constitue o grande fornecedor de letras para o mercado. Infelizmente, a baixa do preço dêste produto, as vendas que haviam sido feitas por antecipação, no princípio do ano, e as grandes necessidades do co-

mércio, determinaram a depressão das taxas que, ainda assim, atingiram em agôsto ao máximo".

A 3 de março de 1896, assinou o Estado do Rio de Janeiro um acôrdo com os de S. Paulo, Espírito Santo e Bahia, para a propaganda do café, mais tarde aprovado por decreto de 11 de novembro de 1896.

Resolveu-se que a propaganda do café na Europa, Ásia e América seria dirigida por uma comissão de cinco membros, nomeando cada Estado um vogal. Teria sede no Rio de Janeiro, cabendo a sua presidência ao representante de S. Paulo. Esta junta se denominaria *Comissão propagadora do café brasileiro*.

Nada resultou, porém, de aproveitável desta tentativa que parecia auspiciosa.

Passou-se 1896 sem que no Congresso se registasse o menor eco das qüestões cafeeiras. Já, no entanto, dera Bernardino de Campos neste mesmo ano o seu grito de alarma, apontando o perigo da excessiva produção brasileira e o do abarrotamento dos mercados consumidores.

A campanha baixista conseguira deprimir as cotações no exterior de cêrca de 40%, e os prejuizos resultantes tinham recaído, com todo o pêso, sôbre a lavoura. Os ensacadores, em geral, demonstravam agir com muita prudência, mas sem conseguir, contudo, escapar a prejuizos quando, em dezembro, após alguns indícios de melhoria no estrangeiro, se seguira nova baixa de preços.

A lavoura angustiada começava a agitar-se.

A situação penosa dos fazendeiros provocara diversos projetos, tendentes a suavizar a situação, entre os quais o de banco para negociar em guias, que não merecera a aceitação do legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Renovara-se, também, a agitação acêrca da questão das letras hipotecárias.

Realizou-se um congresso de fazendeiros na cidade de S. Paulo, em fins de setembro e princípios de outubro. Neles, muitos alvitres e propostas se apresentaram.

Nesta assembléia, grande sensação causaram as declarações do Cons. Antônio Prado, dado o seu elevado prestígio social e de grande fazendeiro.

Expendeu êle a opinião de que a lavoura de S. Paulo não atravessava uma crise econômica.

Para que tal se desse, seria preciso que os elementos da

produção estivessem afetados, de modo a fazer com que os gastos do custeio absorvessem o valor do produto.

Se dificuldades havia para os lavradores, se êsses podiam constituir uma crise para a lavoura, tal fenômeno era, exclusivamente, de natureza financeira.

Havia muita falta de capitais para que bancos e comissários suprissem à lavoura.

Não devia a opinião pública preocupar-se com o fato da baixa sensível dos preços, nos mercados consumidores.

A tal propósito emitiu o Conselheiro Prado conceitos repassados de grande otimismo, que os anos subseqüentes não confirmariam, desmentindo a sua anunciada reação dos preços.

Parecia 1897, aliás, prometer perspectiva melhor do que o milésimo anterior. Principiara com grandes existências nos portos nacionais, mas com colheitas próximas muito menores do que em 1895. Estavam, por outro lado, os mercados consumidores apenas regularmente supridos. Mas, nada levava a esperar alta importante nos preços, pois a posição do gênero não a justificaria.

Contara-se, porém, e com as mais justificadas esperanças, com alguma reação contra as manobras dos "baixistas", por ter sido a campanha dirigida, exclusivamente, contra os cafés brasileiros. A simultaneidade de colheitas fracas e dificuldades financeiras do país, haviam tornado indefesa a produção nacional contra êsses ataques hostis, realizados em conjunto por consumidores e especuladores.

Agravava-se, diàriamente, a crise financeira do país, com o enxerto de furibunda agitação política contra o presidente Prudente de Morais e cujo pretexto era a revolta pseudo-monárquica de Antônio Conselheiro e seus fanáticos do sertão baiano.

Coincidia esta situação com a pressão cada vez maior dos baixistas de café.

Começaram a aparecer numerosos projetos tendentes a amparar a produção, alguns dos quais extravagantes e até por vêzes de mecanismo quase incompreensível, parecendo tentar encobrir transações de duvidosa moralidade.

Desenhava-se a situação cada vez mais penosa.

Nas bolsas americanas triunfavam os baixistas, incontrastàvelmente.

Na mensagem de 3 de maio de 1897, testemunhava Prudente de Morais a gravidade da situação financeira. Fôra

mau o exercício de 1896. A baixa cambial absorvia enormes percentagens da receita para o pagamento dos juros da dívida externa, e não havia a tal propósito bons prognósticos a formular.

A crise da superprodução de café, cada vez mais se acentuava. A baixa das cotações era cada vez maior. Havia já grande depreciação, ameaçando maior depressão.

Tormentosíssimo correu 1897, no meio de agitação política cada vez mais violenta, culminada pelo terrível atentado de 5 de novembro, em que o Presidente da República quase perdeu a vida, como todos sabem, perecendo em seu lugar o Marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra. Depois dêste dia sinistro, ante a energia do govêrno, serenou o ambiente e pôde Prudente de Morais agir no sentido de enfrentar a situação financeira, cada vez mais séria.

Apresentara-lhe seu Ministro da Fazenda, Bernardino de Campos, um relatório sôbre a crise cafeeira, que foi muito comentado.

Preconizava a adoção da lei Torrens, e observava que o maior óbice ao desenvolvimento das transações comerciais brasileiras provinha da deficiência das estatísticas nacionais.

Os poderes públicos, o comércio e as indústrias sentiam-se, a cada passo, embaraçados e prejudicados pela falta de dados estatísticos, o alicerce seguro sôbre o qual devia repousar a sua organização administrativa e econômica.

Medidas completamente indispensáveis vinham a ser: a fundação de estabelecimentos de crédito, no intuito de manter aos negociantes as somas precisas ao movimento das transações e à expansão de sua indústria, sob a garantia dos gêneros em trânsito, nas tulhas ou ainda pendente das árvores, armazenados em docas, alfândegas e armazens de estradas de ferro; a mobilização da terra pela transferência de hipotecas por endôsso; a execução da Lei Torrens; o estabelecimento do crédito móvel; as letras agrícolas e os *warrants*, além da abertura, no exterior, de casas brasileiras, filiais das mais importantes firmas das praças nacionais.

Demonstrou o Ministro, à luz dos algarismos que, no momento, eram os rendimentos das propriedades cafeeiras mínimos, nas melhores condições da produção. Concluindo, dizia:

"As necessidades da lavoura têm aumentado consideràvelmente.

A cultura de hoje reclama maior vulto de capitais, porque o custeio se tornou mais oneroso."

Além disto, a rarefação do numerário, que se acentuava devido aos centros agrícolas nacionais, resultava, em grande parte, da confiança que os valores industriais, as rendas do Estado e enormidade de títulos da Bolsa haviam incutido no ânimo dos capitalistas e banqueiros, que com êles tinham constituido as suas carteiras.

Assim, o dinheiro que fecundava a agricultura com sua circulação e alimentava o crédito agrícola, embora muito mal organizado ainda, emigrara para os centros comerciais.

Aventara-se a criação de um Banco Central de Crédito Agrícola e no Parlamento surgiram projetos destinados, ao ver de seus autores, a minorar a agudeza do aviso.

Mas não tiveram seguimento. Também pensou-se muito, então, em ativar a propaganda do consumo no exterior. Uma atmosfera de incerteza envolvia o país.

Cogitou-se do recurso a remédios extremos, como da alienação de grandes próprios nacionais, do arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil e da venda de navios de guerra.

Em todo caso, a vitória do govêrno de Prudente de Morais, depois de ter arriscado o lance culminado pelo atentado de 5 de novembro, trouxera grande resultado: cessara por completo a agitação política e podera subir ao poder, sem o menor óbice oposto à eleição, o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente do Estado de S. Paulo.

A produção excessiva dos cafèzais, sobretudo a das lavouras novas de S. Paulo, iria, em 1897, provocar a agravação da crise dos preços.

Bastava lembrar que os extremos do tipo 7 haviam sido:

Em 1896	13$500	a	21$700
Em 1897	10$800	a	16$400

Multiplicavam-se as reuniões de fazendeiros e comissários para estudar e tentar resolver a crise cafeeira, quando tais iniciativas em nada adiantavam, pois a crise provinha de causa natural: o desequilíbrio entre produção e consumo.

Baixara o câmbio e o café baixara, constantemente, também. Estava, pois, derrotada a teoria dos economistas simplistas de antanho.

Em 1897, surgiu uma obra, então, muito lida: *Produção e consumo do café no mundo,* da lavra de Joaquim Franco de Lacerda, prestigioso cafèzista de S. Paulo. Teve as honras de transcrição nos *Anais do Congresso Nacional.*

Repassada de otimismo, apontava o fatal declínio da produção extra-brasileira.

Reconhecia que, nas melhores condições de produção, não poderiam as fazendas de café dar mais de sete por cento de juros sôbre o seu valor.

Entendia que cessara a superprodução porque ninguém mais plantava lavouras novas, dada a baixa dos preços.

A situação dos agricultores de S. Paulo, ao ver do autor, assim se podia definir: um terço estava com as propriedades inteiramente desoneradas, por pertencerem a capitalistas; o segundo terço se achava em boas condições de crédito, com débitos liquidáveis dentro de um ou dois anos, desde que os preços do café se mantivessem em níveis razoáveis. Vivia o resto a braços com dificuldades, em virtude de débitos excessivos motivados pela compra de propriedades por preços descriteriosos, ou pelo fato de terem dado grande desenvolvimento às lavouras ou fazerem grande dispêndio em jogo, especulações ou despesas suntuárias.

A causa da crise brasileira residia, sobretudo, nos Estados Unidos — afiançava Lacerda — graças à atuação do grande *trust* monopolizador e baixista, na falta de organização por parte do Brasil e excesso de especulação a têrmo, além da ausência de conhecimentos estatísticos sôbre a verdadeira situação do café e a marcha da produção e do consumo.

Negava o autor paulista que houvesse excesso de produção brasileira, no que se enganava redondamente. Preparavam-se as lavouras, plantadas em terras novas e feracíssimas, para produzir verdadeira torrente cafeeira. Calculou Lacerda que, nos quatro anos de 1897 a 1900, desse São Paulo dezoito milhões de sacas, quando viria a exportar vinte e cinco!

Revestiu-se a mensagem presidencial de 1898, de côres muito sombrias. Baixava o câmbio cada vez mais e o saldo da exportação nacional reduzia-se notàvelmente.

A contínua e progressiva baixa do café contribuira, fortemente, para desfalcar o mercado de fundos de valores reais aplicáveis aos pagamentos externos, aumentando a diferença entre a estimativa da moeda nacional e da de ouro.

Negociavam os banqueiros do Brasil, na Europa, a assinatura do *Funding Loan*, que permitiria a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa, a fim de se promover a melhoria cambial. Assinou-se o contrato a 5 de junho de 1898, o que trouxe notável desabafo ao país, cujas condições econômicas e financeiras eram, então, muito penosas.

Os saldos da balança comercial de 1895 a 1898 haviam-se reduzido progressivamente, passando o de 1898 a ser menos de trinta e três por cento do que havia sido quatro anos antes.

O estado do mercado fluminense era indescritível. A derrocada foi completa: multiplicavam-se as falências ou concordatas entre credores e devedores incontáveis.

Apezar da depressão contínua do câmbio, as cotações de café mantinham-se cada vez mais baixas. Desaparecera, por completo, a velha crença de que a câmbio baixo correspondia café alto, e vice-versa.

Haviam obtido, por arroba, cafés tratados pelos mesmos métodos, os mesmos processos de beneficiamento e vendidos pelos mesmos intermediários, aos seguintes preços: em 1893, 19$284; em 1896, 13$876, e, em 1898, 9$662, segundo uma publicação de grande emprêsa agrícola, então muito divulgada.

Subiu Campos Sales ao poder a 15 de novembro de 1898, e seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, anunciou um programa de economias drásticas, para a obtenção da compressão do meio circulante.

Em 1898, escrevia Sousa Ferreira no *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio,* que o ano comercial cafeeiro correra entre incertezas, desânimo e discussões sobre estimativas das safras.

Cada vez mais se agravava a crise, e, a 22 de julho de 1898, o deputado fluminense José de Barros Franco Junior justificava um requerimento pelo qual se solicitava do govêrno federal um conjunto de informações ao Parlamento, o mais completo possível, para a orientação do público brasileiro acêrca da importância do comércio do grão arábico, dos preços vigentes nos mercados e o volume da produção mundial.

Surgiram, então, nas colunas do Jornal do Comercio, artigos muito bem escritos e assinados *Mercator*. Causaram enorme impressão, pois vinham, pela primeira vez, lembrar a aplicação de um processo de defesa econômica, mais tarde largamente preconizado e empregado. Aliás, não era a primeira

vez que surgia tal sugestão, nos desacôrdos entre a produção e consumo.

Era evidente, diga-se de passagem, que o articulista, ou o seu inspirador, conhecia muito bem a questão cafeeira.

Queria o articulista a destruição de vinte por cento da safra total brasileira, o que reequilibraria a situação, trazendo infalível alta das cotações.

Argumentava *Mercator* afirmando que, havia alguns anos, a colheita das passas de Corinto, na Grécia, avultara tanto, que os cultivadores tinham resolvido destruir-lhe uma parte. Nos Estados Unidos, esta mesma idéia fora estudada com referência ao algodão, e se os ianques não a haviam pôsto em prática, fôra, talvez, por não se sentirem os árbitros do mercado mundial do algodão. Ora, o Brasil podia se considerar, incontestàvelmente, nessa posição pinacular, em relação ao café.

Dominava a posição estatística do mercado, porque só êle produzia 70% da produção total do globo.

Se se resolvesse a lançar um ou dois milhões de sacas fora dos mercados, a situação do artigo mudaria imediatamente.

Foram tais idéias e princípios vigorosamente rebatidos por diversos articulistas, entre os quais um que usava o pseudônimo de *Fazendeiro*.

Assim, estava *Mercator* a ser o precursor de idéias que mais tarde teriam a mais completa aplicação, e na maior escala, no Brasil, aplicação de métodos e princípios de economia dirigida, que se tornariam correntes em todo o globo, aliás.

Em 1899, aplicou Murtinho, rigorosamente, o seu programa de reerguimento financeiro do país, por intermédio da alta cambial. No fim do ano, realizava verdadeiro *tour de force*, obtendo um saldo orçamentário de quase 38 mil contos, graças à cobrança de parte das taxas alfandegárias em ouro. Acusou o câmbio, logo, pequena alta.

O café é que continuava a perlustrar a *Via crucis* da baixa. Aproveitavam os especuladores as circunstâncias para forçar os preços, no meio de um côro intenso de lamentações jeremíacas dos produtores. Êstes, como que não compreendiam que tais queixumes criavam um meio altamente favorável às influências depressivas das cotações. Em todo caso, dêstes males resultou pequena compensação. Desenvolveu-se certo sentimento de associação, de cooperativismo, por parte

dos fazendeiros, traduzido na multiplicação de reuniões de lavradores e realização de congressos agrícolas.

Contra o plano Murtinho atuavam resistências passivas, que não o demoveram da diretriz traçada.

Decorreu 1899 no meio de atribulações as mais sérias e as apreensões as mais graves. Não só para quantos tinham as atividades econômico-financeiras presas à lavoura de café, como para o país em geral, cujo esteio principal era a produção da fava etiópica.

A persistência de preços baixíssimos nos mercados nacionais produzira, afinal, sensível efeito sôbre o ânimo dos fazendeiros.

Continuava desalentadora a queda das cotações.

Não fôra tanto a nova depreciação no valor do gênero que produzira o desânimo, mas a estabilidade, durante o período de julho a outubro, de preços que haviam rendido pouco mais do que as despesas do transporte. Já em maio a situação parecia tão séria, que aconselhava aos fazendeiros restringir as remessas, ainda que como medida para influir sôbre a situação dos mercados. Mas, fôsse porque os fazendeiros não pudessem faze-lo, ou porque não se lhes afigurasse a posição tão perigosa, as entradas no Rio e Santos, de 1 de julho a 31 de outubro, atingiram cêrca de 5.220.000 sacas. E, o efeito desta avalancha de café manifestou-se desastroso nas cotações dos portos de embarque. Nada mais natural, pois, que houvessem os mercados estrangeiros se aproveitado dêste suprimento para forçar a baixa.

Na imprensa, surgiam os clamores de desânimo, senão de verdadeiro desespêro. Causou fundíssima impressão, na capital da República, certo artigo da imprensa diária, aparecido em julho de 1899, no qual se dizia que a lavoura paulista, onerada por dívida de 440 mil contos de réis, vivia na mais negra das situações. Fazendeiros de largas lavouras viam-se condenados a não pretender retirar das propriedades mais de cem mil réis mensais!

Surgiram as contestações, diminuindo o negrume do quadro, mas o efeito de tal artigo causou verdadeiros males. O espectador estrangeiro prestou mais atenção ao maléfico artigo do que à sua refutação.

CAPÍTULO XX

Execução do plano Murtinho. A recuperação da taxa cambial. Agravação da crise cafeeira. Depressão dos preços. Avolumamento do superavit das safras. Congressos de lavradores. A gravíssima crise bancária fluminense de 1900. Profetas da destruição da produção. Reflexos da crise cafeeira no Parlamento. Projetos e mais projetos para a minoração dos efeitos da crise. A Conferência Internacional Cafeeira de Nova York, em 1902. Melhoria da situação financeira do Brasil. Alta cambial. Os congressos de lavradores paulistas e mineiros de 1902 e 1903. Auge da crise cafeeira.

Num relatório ministerial que causou enorme impressão no país e no exterior, declarava Murtinho:

"Uma indústria natural em um país pode, desenvolvendo-se além de certo ponto, tornar-se em parte artificial, quando a produção excessiva em relação ao consumo determinar redução exagerada nos preços da mercadoria.

E' o que se dá, atualmente, com a indústria agrícola do café no Brasil.

Em nenhum outro país, se pode produzir êste gênero em condições tão econômicas como entre nós; entretanto, o resultado desta indústria, quer considerado debaixo do ponto de vista particular, quer encarado do ponto de vista nacional,

chegou a diminuir de forma tal, que quase deixa de remunerar o trabalho de sua produção.

A lavoura do café deve ser considerada, em relação ao consumo atual, como composta de duas partes: uma constituida pela cultura em terrenos e climas superiores, por agricultores inteligentes, em boas condições econômicas; outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores, por agricultores rotineiros e em más condições econômicas.

A produção da segunda parte contribue para a desvalorização da primeira, aumentando a produção geral; ela atua, pois, em relação aquela, como agente parasitário, de baixo do ponto de vista nacional.

Os capitais e atividades empregados nesta segunda parte não são sòmente elementos estéreis; são fatores prejudiciais à riqueza pública no momento atual, são agentes da destruição e não da produção de valores. A situação, pois, creada na agricultura pelas grandes emissões de papel-moeda foi um movimento brusco e desordenado, dando, em resultado, uma produção de café excessiva em relação ao consumo atual."

Pensava o Ministro que a única solução para o caso, no estado presente do Brasil, decorreria da que o tempo traria pela aplicação dos fenômenos econômicos naturais.

Continuavam os estoques a crescer e as cotações a deprimir-se. Nos Congressos agrícolas, no ror das medidas sugeridas, por vêzes as mais disparatadas, notava-se desorientação geral. No Parlamento levantaram-se inúmeras vozes de desespêro e ninguém, por assim dizer, sugeria planos realmente práticos. Avolumara-se imenso a bibliografia da crise. O otimismo de alguns autores, como Franco Lacerda, decrescera notàvelmente.

Em fins de 1899, pela imprensa paulista, esrevera o Dr. Augusto Carlos da Silva Teles uma série de artigos, depois reunidos em volume intitulado: *O café e o Estado de São Paulo*. Neles analisara o feitio da crise cafeeira, cada vez mais aguda. E notava-lhe um aspecto novo, no país, muito especial: a alteração profunda no mecanismo comercial de antanho.

Observava-se a tendência do exportador em aproximar-se do produtor, passando por cima do órgão intermediário, o comissário. Êste passo no caminho da simplificação, não era o único; em breve, ver-se-ia o produtor aproximar-se do consumidor, tão diretamente quanto possível, suprimindo, por

inùtilmente onerosas, muitas das inúmeras paradas do gênero, dispersivas de proventos que, de direito, deviam reverter em favor do produtor e do consumidor — as entidades essencialmente interessadas na questão.

A iniciativa do exportador indo às fazendas comprar o café, só visava um alvo: sugar os lucros atribuidos ao comissário e ainda fazer, por êste meio, o jôgo certo da baixa do gênero.

Retirando-se para o interior, deixava o mercado sem procura, o que influia certamente para a baixa; uma vez realizada esta, apresentava-se exigente e poderoso ante o fazendeiro, a quem oferecia preços que acompanhavam os do mercado.

Isto resultava em prejuizo para o produtor e nenhuma vantagem para o consumidor. Continuava êste a comprar café pelos mesmos preços; as oscilações nas altas regiões não afetavam as camadas que só conheciam o café aos quilos, às libras, acostumados como estavam a preços sempre a par das grandes altas.

Na mensagem de 1900, ao Congresso Nacional, jubiloso apresentava Campos Sales dados sobre a melhoria auspiciosa da situação financeira nacional.

Tratando da crise cafeeira, afirmava Campos Sales que tinha razões para se sentir otimista.

A 4 de agôsto de 1900, na introdução ao seu relatório, como Ministro da Fazenda, declarava Joaquim Murtinho que, convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os males do país, deixara o govêrno que a produção do café se reduzisse por seleção natural. Com a liquidação e eliminação dos produtores destituidos de condições de vida, ficaria a produção em mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta.

Provocara esta rude declaração grande alarma entre muitos agricultores. E numerosos protestos indignados fizeram-se ouvir. Habituadas à tutela governamental, que só podia produzir benefícios aparentes no presente, multiplicando males futuros, algumas associações agrícolas haviam chegado a agredir com violência o programa governamental.

Defendendo-se, declarou o Ministro que êstes ataques o deixavam absolutamente insensível.

Estava convicto de que a lavoura, entregue às próprias forças, teria salutar reação.

À agitação política agressiva sucedera o trabalho organizador, procurando fundar os aparelhos necessários à propaganda do consumo do café no exterior.

Agira, ativamente, o govêrno brasileiro. Não só promovera intensa propaganda em prol do consumo no estrangeiro, como obtivera diminuição de impostos de entrada de café em diversos países.

O resultado de todos êstes esforços já se fazia sentir; o preço do gênero alteiara-se acentuadamente, e ainda que tal elevação não se excedesse, como tudo fazia supor, o valor da exportação brasileira poderia, em 1900, atingir trinta e quatro milhões esterlinos.

Em princípios de setembro de 1900, surgiu na praça fluminense gravíssima crise bancária com intensa repercussão em todo o país. Dela decorreu o desmoronamento de muitos e velhos estabelecimentos de crédito.

Era, aliás, esperada desde que o Tesouro Nacional começara a incitar o Banco da República a que liquidasse o seu débito para com o Estado, inclusive o da carteira de bonus, e o do antigo Banco Hipotecário do Brasil a êle transferida.

Arruinou este craque inúmeras famílias, sobretudo fluminenses.

Era, porém, a conseqüência final e fatal, largamente protelada pelos paliativos, do terrível *Encilhamento* que atulhara as carteiras dos bancos fluminenses, sobretudo as de alguns Estados, de títulos de valor ilusório, emitidos e aceitos freqüentemente pela má fé e a improbidade.

Tinha o desastre longínqua origem, provinha das loucuras de 1890 e 1891, em que a inconsciência, e, por vêzes, a desonestidade de alguns dirigentes de vários dos mais velhos bancos do país haviam pactuado com as tranquibérnias e desatinos de legítimos corsários bolsistas. Processara-se, lentamente, a catástrofe, mascarada hàbilmente, durante um octênio, por uma série de medidas de camuflagem, manobras oriundas da famosa *química* dos processos dos magnatas do *Encilhamento*.

No Parlamento, contemporâneamente, sofreu Joaquim Murtinho violentas agressões. Destacou-se a do deputado Fausto Cardoso, em crítica áspera às idéias do ministro sôbre a crise cafeeira. Apresentou argumentos procedentes e improcedentes, dados exatos e inexatos.

Sintetizando o que dissera, asseverara F. Cardoso que o lucro excessivo das safras nos primeiros anos de República

determinara o aumento da produção; dêste acréscimo imoderado e do lucro crescente procedera a incúria no preparo, acondicionamento e remessa do gênero; da incúria nascera a desmoralização, da desmoralização a desvalorização. E esta se tornara completa, absoluta, com o excesso da má produção do gênero manifestada de 1896 a 1898, e cujo resultado fôra o Brasil fornecer 63% da produção mundial, descendo ao mesmo tempo o seu café a um preço que reduzira o fazendeiro a não poder cobrir as despesas do plantio e transporte das safras.

Fôra, então, que Murtinho interviera para reduzir a produção, na sua qualidade de spencerista, sectário incondicional da doutrina de não intervenção do Estado, da política do *laissez faire!*

Que conseqüências adviriam dos excessos de semelhante prática?

Sensatamente, afirmava o parlamentar que a crise do café brasileiro apresentava, em todo caso, uma vantagem. Viriam os prejuizos fazer compreender ao produtor a verdade econômica de que o lucro não estava só em se produzir em quantidade. Residia, sobretudo, no apuro da qualidade. De tal convencido pelos fatos, começara a cuidar sèriamente do preparo, do acondicionamento e do transporte dos seus cafés, evitando, assim, as causas de depreciamento.

Continuando a acusar Murtinho por tentar restringir a cultura cafeeira, asseverou o parlamentar que sua conduta fôra contrária à ordem normal do desenvolvimento econômico. Adiando a solução pela redução da produção, impedira os benefícios econômicos que a mesma lògicamente traria: daí proviria, como conseqüência, a distribuição das atividades, ora voltadas para a cafeicultura, retardando a marcha do aperfeiçoamento do produto e a eliminação do intermediário, que, nesse ramo da economia nacional, produzia "o efeito de um touro bravio em armazem de vidro!".

Terminando, dirigiu o deputado sergipano ao ministro qualificativos desagradáveis, apontando-lhe a verdadeira incompreensão do que fôsse uma sociedade, um povo e a evolução de um organismo social!

Grande médico, mas deslocado da profissão, como homem de govêrno mostrava-se nulo. Saturado de idéias falsas, vendo no país, apenas, um doente que pretendia curar por meio de dinamizações homeopáticas.

Foi 1900 mau ano comercial. Dizia o *Retrospecto do Jornal do Comércio* que as atribulações do comércio, o de importação e o de exportação, haviam sido persistentes e agudas. A atmosfera de desconfiança que invadira as praças continuava a mais pesada de quantas havia lembrança, durante mais de um quarto de século. E seus efeitos visíveis e nocivos repercutiam no rendimento alfandegário.

O comércio de café passara um ano tão atribulado como, desde muito, não se registrava. Nem prometia melhorar o próximo exercício. As colheitas de Rio e Santos achavam-se orçadas em cêrca de 11.000.000 sacas, e 1901 abrira com um suprimento mundial visível, calculado em cerca de 7.000.000 sacas! Achava-se o consumo muito aquém de tão avultadas cifras.

Em todo caso, era inegável a melhoria das condições do Tesouro Nacional.

A política dos compradores americanos era a da compressão dos estoques. Em dezembro de 1900, verificava-se notável desânimo nos mercados nacionais. Escasseava a oferta já tão deprimida.

Na mensagem de 3 de maio de 1901 ao Parlamento Nacional, afirmou categórico Campos Sales que o estado geral do país apresentava aspecto positivamente animador, quer pela elevação do nível da taxa cambial e os progressos reais já assinalados na ordem finaceira, quer, finalmente, pelas manifestações de confiança alcançadas dentro e fora do país, quando a suspensão dos pagamentos do Banco da República do Brasil, em setembro de 1900, viera trazer sérios embaraços, sobretudo ao comércio da Capital Federal, com repercussão, felizmente atenuada, em algumas outras praças.

E, na verdade, a média cambial subira de 7 $^{29}/_{32}$, em 1897, a 9 $^{23}/_{64}$, em 1900, e 11 $^{17}/_{32}$, em 1901, graças à compressão do meio circulante, ao equilíbrio orçamentário e ao superavit da receita nacional.

Mas, outro e grave problema afetava o Brasil.

Reorganizara-se o regime financeiro, mas sofria-se pela tremenda crise econômica, influindo em tôda a sua vida comercial e industrial, afetando até a própria existência social. Da queda simultânea dos preços de todos os produtos de exportação decorriam as principais causas de uma enorme depressão do trabalho e da riqueza pública.

Prenunciava-se baixa ainda maior para os preços do café. Viera a média da cotação de dez quilos de 8$034, em 1899, a 5$617, em 1901.

Em fins de 1900 e princípios de 1901, esboçou-se, em São Paulo, uma corrente de opinião tendente a aconselhar como meio de se solucionar a crise, ou pelo menos de se a atenuar, a destruição e não a retenção dos cafés baixos.

Papel saliente coube, então, a Vicente de Carvalho, que numa série de artigos muito lidos e discutidos, como que liderou o movimento.

Provocou a sua atitude verdadeiro enxurro de contestações. Boa parte provinha de pessoas ignorantes da matéria, como irônicamente declarava o contestado.

A influência nefasta dos cafés baixos não se fazia, apenas, sentir na superprodução. Verdadeira falsificação do café, convertiam-se êles em formidáveis concorrentes do legítimo produto. A observação dos mercados, sobretudo nos últimos anos, mostrava que tendiam a nivelar-se às qualidades superiores, e quando não subiam até o nível destas, desmoralizavam-nas. De ano para ano, as diferenças entre os cafés superiores e os tipos ínfimos tornavam-se menores. A baixa atacava de preferência, com maior intensidade, os belos mocas e as partidas finas.

Se à supressão dos cafés baixos acompanhasse alta correspondente de preços, vinte por cento que fôsse, já os resultados seriam os mais auspiciosos.

Ante a colossal safra, em perspectiva, de 1901-1902, ninguem saberia dizer a que extremo de baixa chegariam as cotações.

O mundo não exigia beber café barato. O Brasil é que se exauria para fornecê-lo a preços impossíveis de se manterem.

Só havia um recurso: a restrição das massas oferecidas ao consumo. E, esta se faria em virtude da creação, por parte dos estados cafeeiros, de um imposto de 20%, em espécie, sôbre todo o café exportado, e a eliminação positiva do resultado dêsse imposto, pago pelo exportador no ato de despachar o gênero perante a repartição fiscal competente.

Podia tal providência ser tomada por três anos. A percentagem a eliminar-se é que poderia variar. Para a safra de 1901-1902, não deveria, contudo, ser inferior a 20%.

Estava a lavoura na iminência de ver o seu café vendido a 4$500 por arroba! Quem suportaria tamanha depreciação?

Que lavouras estariam em condições de prover ao seu custeio? Estudando outra face do plano, examinava Vicente de Carvalho a repercussão no universo da adoção da queima do café. Qual seria? A melhor, afirmava o ilustre debatedor:

1.º — suprimindo as escórias que, como café, vendera o Brasil até então, torradas e fornecidas ao consumo como se fôssem legítimo café brasileiro, praticava-se um ato de moralidade comercial.

2.º — eliminando o excesso pernicioso das safras, exercia o Brasil, enèrgicamente, legítimo direito. Não tinha obrigação alguma de se arruinar para que o mundo comprasse café por preços inferiores ao custo da produção!

Tal destruição não era, aliás, inovação, invocava Vicente de Carvalho, contraditado por uma nuvem de opoentes.

Diziam alguns que a destruição importaria em benefício enorme dos retentores de estoques. Venderiam os seus milhões de sacas por preços altíssimos. Irônicamente, repontava o interpelado que nada seria melhor! Haveria, logo, quem viesse ao Brasil abastecer-se de café barato, muito mais barato do que o dos estoquistas que se veriam desapontados em seu apetite de lucros.

Calou fundo no espírito público a propaganda de Vicente de Carvalho, que redigiu uma petição ao Congresso do Estado de S. Paulo, imediatamente coberta de centenas de assinaturas de muitos dos mais consideráveis e prestigiosos lavradores paulistas.

Não se realizaria, contudo, o plano de Vicente de Carvalho.

Só muitos anos mais tarde se cogitaria das medidas por êle propostas, passada a formidável convulsão da Grande Guerra mundial de 1914-1918. Viria esta, e por completo, mudar o rumo da Economia Política e trazer inovações extraordinárias aos processos das transações internacionais.

Contemporâneamente, escreviam numerosos ensaistas estudos e memórias alvitrando uma série de medidas a tomar, em defesa da situação cafeeira e melhoria de preços.

Apregoavam, alguns, conceitos otimistas. Afirmavam muitos que a crise não provinha da produção nem do consumo, e sim da desorganização comercial. Mostraram-se outros grandes adeptos da propaganda pela extensão do consumo e vigor no combate aos sucedâneos. E, ainda outros apregoavam

insistiam na necessidade de se proceder ao retalhamento imediato das grandes propriedades agrícolas.

Vivos reflexos começou a ter a crise cafeeira no Parlamento.

Na sessão de 7 de dezembro de 1901, o deputado Francisco Sá apresentou um projeto afetando o serviço do embarque do café exportado para os portos quer estrangeiros quer nacionais, assim como o de outros gêneros às alfândegas e Mesas de Renda. Deveria correr por conta do govêrno federal. E êste, para tal fim, se entenderia com os govêrnos estaduais. Pagariam os exportadores a imposição de duzentos réis, por saca de sessenta quilos.

O referido projeto, porém, não teve andamento.

Em 1901, surgiram mais três projetos tendentes à valorização do gênero.

O primeiro, de autoria do deputado Rivadávia da Cunha Correia, autorizava o executivo a despender até cinqüenta mil contos de réis em auxílios à lavoura cafeeira.

Seriam os suprimentos feitos sob a forma de adiantamento, com a garantia do penhor do café colhido e ao contratante consignado, a fim de ser vendido, diretamente, nos mercados estrangeiros.

O segundo projeto, o do deputado Joaquim Pires, determinava que a exportação se fizesse, exclusivamente, por intermédio do govêrno federal, que estabeleceria taxa fixa anual para a venda do gênero.

Tal taxa seria, porém, fixada pelo Congresso nas primeiras sessões, isto é, até 1 de junho de cada ano, após estudo de proposta do govêrno, que deveria tomar por base a produção e consumo geral do globo.

Para a exportação, teriam preferência os cafés de tipos superiores a sete, inclusive êste.

A 31 de outubro de 1901, era apresentado terceiro projeto, êste da autoria do deputado Fausto Cardoso.

Outorgava ao govêrno federal o direito exclusivo de comprar no país e vender no exterior, todo o café e borracha produzidos no território da República.

Era complexo o plano do representante de Sergipe.

O govêrno não estabeleceria, jamais, preço definitivo nas compras realizadas. E as faria, sempre, à média das cotações do dia, levando em conta as despesas, comissões e diferenças que fôssem estabelecidas.

Pagaria, à vista, 60% do valor das compras realizadas, fornecendo aos vendedores dois títulos — um que dava direito, em prazo determinado, ao embolso dos 40% restantes, outro que o investia do direito de receber a diferença entre o preço real da venda no país e o produto líquido da venda, no exterior, depois desta realizada.

Nenhuma destas três tentativas saiu, porém, do nascedouro.

No estrangeiro, viva repercussão iam tendo as notícias do agravamento da crise cafeeira. Em outubro de 1901, notícias verdadeiramente alarmantes vieram de S. Paulo sôbre o volume da colheita em curso, e o mercado, no entanto, subiu notàvelmente. Observou-se, porém, que entre os exportadores americanos existia certo empenho em vender e não em comprar, o que produziu efeito desagradável.

A 19 de dezembro de 1901, realizava-se a instalação do Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, que vinha satisfazer reconhecida necessidade da praça. Compunha-se a novel associação, de comissários, ensacadores e outros interessados no comércio cafeeiro.

Em fins de 1901, mostrou-se a situação econômica e financeira do Brasil mais desanuviada, no sentir do *Retrospecto do Jornal do Comércio*, a que redige Verediano de Carvalho.

Correra bem melhor o ano para o comércio importador.

Quanto à exportação, no que dizia respeito ao café, era inegável que os resultados do ano haviam sido muito mais favoráveis do que todos, fôssem êles fazendeiros ou comissários, exportadores ou ensacadores, haviam esperado ao terminar 1900. As notícias sôbre as colheitas do Rio e de Santos haviam persuadido os mercados do estrangeiro de que um nível baixíssimo de preços estava iminente. Nas Bolsas, de tarte, vendera-se, franca e acentuadamente, para a baixa, tendo os exportadores realizado transações importantes a descoberto.

Formaram-se sindicatos para sustentar os preços nos centros consumidores, e várias casas exportadoras entraram em concorrência com os ensacadores. Entre êstes agentes viam-se indivíduos que se comprometiam a realizar vendas, entregando-as em prazo determinado.

Diante da grita geral, moveu-se o govêrno federal. O Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Alfredo Maia, a 11 de novembro de 1901, expedia instruções para o serviço de intensa propaganda do café, principalmente nos

meio de exposições permanentes de amostras na sede dos consulados da República e sob a guarda das autoridades consulares. Instalar-se-iam em grandes centros como os de Lisboa, Havre, Marselha, Paris, Gênova, Trieste, Londres, Hamburgo, Antuérpia, Bruxelas, Viena e S. Petersburgo.

Havia muita gente, e da melhor, céptica acêrca dos possíveis resultados rápidos de tal propaganda.

Cada vez mais se evidenciava a superioridade da exportação cafeeira de Santos sôbre a do Rio de Janeiro, como traduzem as cifras:

Anos	*Rio de Janeiro* Sacas	*Santos* Sacas	*Totais* Sacas
1898	3.441.253	5.521.000	8.962.253
1899	3.504.708	6.391.398	9.896.106
1900	2.658.990	6.508.710	9.167.700
1901	4.310.357	9.597.817	13.908.174

Deante de tal catadupa de café, que fazer no sentido de se colocar tamanho volume?

Os algarismos, apontados desde o princípio da colheita de 1901, haviam tão notàvelmente excedido o de qualquer ano anterior, que daí resultara como que um estonteamento natural.

Assim, as reclamações e os planos para se vencer a evidente superabundância de café principiaram cedo, em 1901.

Já na segunda quinzena de janeiro houve numerosas discussões a propósito de medidas a tomar para se limitarem as relações crescentes entre exportadores e fazendeiros, e que tanto prejudicavam o comissariado.

Multiplicavam-se os alvitres de tôda a espécie, visando a atenuação da crise. Já em janeiro de 1901, uma comissão do Centro Comercial procurara o Presidente da República, para lhe sugerir que o Estado chamasse a si a direção do comércio cafeeiro.

Essa questão da conveniência do monopólio provocou numerosas controvérsias, muitas delas acerbas.

No Estado de S. Paulo, enormemente afetado pela crise como era de esperar, surgiam projetos sobre projetos, alguns razoáveis e absurdos outros.

Alguns dêles, que, então, pareciam os mais extravagantes, acabaram praticados.

Assim, entre uns e outros, propunha-se, em primeiro lugar, suspenderem-se as remessas de café até a liquidação dos grandes estoques nos mercados de Santos e Rio; 2.º — nomearem-se comissões fiscais em cada um dos postos de embarque, para impedirem a remessa de café de 1 de julho em deante; 3.º — pedir-se às sociedades de agricultura que solicitassem dos credores aguardar os pagamentos, pelo menos enquanto durasse a resistência baixista.

Mais prática se apresentava esta série de medidas:

a) — reduzirem-se os salários dos colonos, em 1902, a 70$000 pelo trato de mil pés de café;

b) — reduzirem-se a 1$500, com alimentação, e a 2$000, à sêco, os salários dos camaradas;

c) — armazenarem-se, nas fazendas, os cafés de qualidade baixa que seriam, exclusivamente, vendidos a 5$000 a arroba.

Paralelamente ao café, baixavam diversas outras produções brasileiras, colhidas pela desvalorização.

Começava a crise da borracha, cujo quilograma havia descido de 12$970 a 8$720, em seus tipos extremos, para 7$150 e 3$800.

O mal estar do país refletia-se, a cada passo, no Parlamento, onde o deputado Alfredo Ellis destacou-se pelas reiteradas e veementes acusações ao comércio estrangeiro, seu ver único responsável pela crise. Apresentou um projeto autorizando o Poder Executivo a garantir o juro de 6 a 8% ao ano, sôbre o capital de 100.000.000$000 e pelo prazo de 20 anos, a um ou mais de um banco nacional ou estrangeiro que se obrigasse a operar em benefício da lavoura do café e da cana, mediante o juro máximo de 10% ao ano. Operaria sôbre hipotecas com o prazo limitado de cinco anos, penhor agrícola, letras hipotecárias, *warrants* ou outro qualquer título creditório, de responsabilidade conjunta do lavrador de café ou de cana e de comerciantes de um dêsses gêneros. Contanto, porém, que o prazo dos títulos não excedesse de um ano para o vencimento.

Queria o representante paulista, ao mesmo tempo, que o govêrno acabasse com a tarifa móvel ferroviária e a imprensa brasileira incentivasse os debates sôbre a crise cafeeira, concitando os melhores espíritos do país à arena dos debates.

E apresentou um projeto autorizando o govêrno a conceder prêmios de 20 a 25 contos de réis às fabricas de tecidos que, com matéria prima nacional, fabricassem e vendessem, anualmente, de 400 a 500 mil sacos, grandes, próprios para o ensaque de café.

Tanto êste projeto como o anterior, relativo ao Banco de Crédito Agrícola, não tiveram andamento, porém.

Em 1902, reencetou Ellis a sua campanha, expondo no Parlamento a gravidade da crise cafeeira. Em S. Paulo, afirmou, era a situação da lavoura de verdadeira agonia, com sinais da próxima catástrofe. Defendeu os fazendeiros da pecha que muitos lhes irrogavam, de perdulários imprevidentes; fez violentas recriminações contra os açambarcadores norte-americanos, apontando o triunfo dos intermediários sôbre os produtores.

Na sua última mensagem presidencial ao Congresso, em 1902, apontou Campos Sales os desvanecedores resultados da sua política financeira de saneamento do meio circulante, elevação da taxa cambial e extinção do deficit orçamentário. Grandes elogios vinha recebendo, sobretudo do exterior.

Não obstante, continuava gravíssima a crise cafeeira.

Por essa época, nos mercados consumidores se reconhecia que a produção de café se achava mal parada. Nas polêmicas, críticas e outros meios empregados na discussão dos aspectos da crise, nunca à massa dos varejistas convencera a política de, em relação a qualquer artigo com superabundância ocasional, sustentar-lhe as cotações a ponto de, além do custeio real da produção, dar margem a alguma remuneração de seu trabalho e capital de indústria. O que ao consumidor interessava era a manutenção das cotações baixas.

No Brasil, crescia a onda dos protestos. Não era a resistência do público que prejudicava a produção, e sim a atitude dos intermediários insaciáveis de lucros. O comércio de café achava-se em via de transformação. A existência de casas importantes que conjugavam as operações de exportação e de [illegible]que, ameaçava a classe antiga dos ensacadores, por tantos anos feição notável dos nossos mercados e haveria de obrigar os comissários a algumas modificações no giro dos negócios.

Outrora, o comissário vendendo ao ensacador, a êste deixava o papel de servir de pára-choque entre êle e o exportador, informando-o sôbre o movimento nos mercados estrangeiros e cobrando comissão pelos serviços prestados.

Agora, ao comissário cabia, ou em breve caberia, o dever de se conservar informado sôbre o movimento internacional do gênero e o de se expor às conseqüências de qualquer desleixo.

Um dilúvio de papel se enchia de comentários e idéias na imprensa brasileira, a propósito da crise.

Verdadeira legião de economistas e financistas, legítimos e improvisados, cobriam com as suas lucubrações, mais ou menos aceitáveis, as colunas e as páginas dos jornais. Apresentava a maioria soluções inadequadas, revelando a grande confusão dos espíritos provocada pelas aperturas financeiras dos lavradores, e ainda de quantos tinham as atividades e a economia prêsas à indústria cafeeira.

O presidente fluminense, Quintino Bocayuva, apresentou ao público um plano de valorização, submetido à apreciação dos govêrnos de S. Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Como sempre sucede, contrapuzeram-se muitos aplausos ao projeto do ilustre proponente e acerbas criticas se fizeram ouvir.

No Parlamento, surgiram acres reparos.

Visando valorizar o café, queria o plano Bocayuva estabelecer regras adversas aos mais comesinhos princípios econômicos, saltando por cima de tôdas as conveniências comerciais, diziam alguns.

Fundamentara-se o autor do projeto, ao convidar os diversos estados cafeeiros a se congregarem para impor um preço mínimo por saca de café, no fato do Brasil fornecer três quartos da produção do mundo. Agremiados os esforços dos estados, pensava estar organizada a resistência e que, acastelado numa posição excepcional como produtor de café, ficaria o Brasil pronto a terçar armas com os exportadores. Muito hàbilmente enleiavam êstes ao produtor brasileiro, que se não o asfixiavam era porque isto não lhes convinha. Não queriam, sabidamente, "matar a galinha de ovos de ouro". Tal, aliás, a tecla ferida pela maioria dos comentadores da situação.

Parecia o governador fluminense ignorar quanto à falta de crédito deviam os comissários e, sobretudo, os lavradores, o estado de exaustão em que se achavam, forçando-os a vendas antecipadas do produto dos cafèzais.

Havia compromissos avultados para a entrega do gênero em prazos fatais, de sorte que os grandes exportadores,

dos nos elevados estoques das praças da Europa e América, contando com preços certos e ajustados às safras futuras, esperavam tranqüilos os infelizes ofertantes, que não tinham quem os socorresse e não estavam em condições de esperar um só dia. Assim, lhes impunham o mínimo de 6$000 por arroba; e isto mesmo porque não queriam aniquilar uma indústria que lhes dava fabulosos lucros.

Se, infelizminte, fôsse abraçada a idéia e os quatro Estados cafeeiros, impensadamente, entrassem no convênio, travar-se-ia gigantesca luta da qual sairia a lavoura ferida e abatida de tal sorte, que iria animar o grande mercado dos sucedâneos do café, representado pela chicória, o ficus e outros que tais. Sabia-se, de sobra, quanto já lhe faziam tremenda concorrência.

O retraimento por parte dos exportadores, que, aliás, seria fatal, perturbaria certamente a vida econômica brasileira, apontavam outros comentadores. E produziria, ainda, os perniciosos efeitos de afastar do consumo o precioso gênero, dando entrada a tôdas as substâncias que não poderiam substituí-lo, caso o Brasil tivesse o cuidado de tornar o seu produto conhecido como merecia sê-lo. Não se provocasse, pois, tal luta. E outros comentários, contemporâneamente, surgiam, revelando o forte embate das opiniões freqüentemente inconciliáveis.

A notícia do projeto Bocayuva alvoroçara os fazendeiros, em S. Paulo. Reuniu-se em Campinas, a 2 de agôsto de 1902, grande número de lavradores. Várias medidas se propuzeram, das quais a mais notada veio a ser a do Dr. Costa Machado. Reclamava êle uma emissão de 200.000 contos, lastrada por café e a ser resgatada em dois anos, pagando-se ao lavrador 24$000 por saca de café bom entregue a repartições públicas, adrede criadas para tal fim.

O Centro de Comércio do Rio de Janeiro solicitava, ao mesmo tempo, providências urgentes, indicando como remédio para tão aflitiva situação:

a redução dos fretes das estradas de ferro, onde vigorasse uma tarifa diferencial mínima para os cafés despachados, diretamente, com o destino do Rio de Janeiro;

a cobrança do imposto de exportação à saída do gênero;

a taxação diferencial sôbre os tipos de preparo, a fim de dificultar a exportação dos cafés inferiores.

Pedia, ao mesmo tempo, que se favorecesse e auxiliasse, especialmente, a propaganda, solicitando-se do govêrno da

República a criação de entrepostos, nos quais ao gênero seria oferecido depósito barato e os competentes *warrants*.

Pleiteava o comissariado a maior extensão da propaganda, para diversos países. Fizera-se ela outróra, mas como se cancelassem as verbas para sua manutenção, cessara-lhe a benéfica atuação.

Surgia toda a sorte de dificuldades para uma harmonia de pontos de vista.

Sentiam-se as estradas de ferro ameaçadas em seus interêsses e protestavam.

No Congresso Nacional apareciam novos e numerosos projetos.

A 17 de dezembro de 1902, procurava o govêrno de S. Paulo criar um banco destinado a minorar as aperturas do momento.

O capital do estabelecimento não era grande e as garantias do Estado, se as operações fôssem efetuadas com as cautelas da lei, seriam provàvelmente nominais.

Em junho de 1902, confirmou-se o axioma comercial de que é inútil emitir profecias sôbre os cursos dos mercados em superabundância, observava o retrospectista comercial do Jornal do Comércio.

No início da colheita de 1901-1902, fôra o suprimento do mundo calculado em 6.750.000 sacas. Com a colheita monstro de 1902-1903 iminente, só as existências em Nova York, Havre e Hamburgo, quase igualavam o suprimento visível do ano anterior. Entretanto, existiam nos mercados do Brasil cêrca de 1.400.000 sacas a embarcar e a safra a entrar não era considerada tão desgraçadamente inferior, como as primeiras estimativas, publicadas em fins de 1900, haviam dado a entender.

As péssimas circunstâncias em que se debatiam os produtores em todo o globo provocaram certo movimento de opinião nos Estados Unidos, de que decorreu a reunião de um Congresso de interessados na indústria cafeeira.

A 10 de dezembro de 1902, enviou o presidente Theodoro Roosevelt, ao Congresso Nacional, uma mensagem expendendo um relatório do secretário de Estado, John Hay, sôbre os trabalhos da *Conferência Internacional para o Estudo da Produção do Café*, cujas sessões se haviam realizado em Nova York de 1 a 31 de outubro de 1902, com o fim de se investigarem as causas da crise atravessada pela indústria cafeeira.

Decorrera tal assembléia da resolução tomada durante a Segunda Conferência Internacional das Repúblicas Americanas, reunidas na cidade do México, em 1901.

Enviaram representantes o Brasil, México, Costa Rica, as Repúblicas Dominicana e do Salvador, Honduras, Nicarágua, Venezuela e Perú.

A comissão encarregada de opinar sôbre a tão momentosa questão e os meios de se a debelar, compôs-se do Ministro do Brasil, presidente, e dos delegados da Guatemala, Costa Rica, Venezuela, Nicarágua e México.

A 27 de outubro, era lido seu parecer. Falando da natureza da crise, dizia que a história da indústria do café demonstrava, cabalmente, que nunca a produção e o consumo da mercadoria haviam sofrido perturbação alguma tão séria quanto a do momento. E, com alternativas por vêzes tão rápidas quanto as que se observavam naqueles dias, que, aliás, coincidiam, precisamente, com o período agudo do fenômeno. O caso contrário se observara quanto ao preço e ao produtor.

Verificara-se uma depressão de 73 cents. em relação às cotações de 1884, depressão que recaía sôbre os produtores, quase exclusivamente.

A permanência de preços ruinosos os levaria ao abandono, mais ou menos considerável, das plantações, com o que perderia o importador de café, pela diminuição dos negócios, e o consumidor, que por fim haveria de vir a pagar o café tanto mais caro quanto maior se mostrasse a escassez do gênero.

Os capitalistas e bancos, êstes representantes em grande parte de interêsses estrangeiros, entidades que forneciam fundos aos lavradores, teriam que partilhar do mal que as arruinava.

As potências comerciais do mundo não deviam, pois, ser indiferentes à ruina dos cafeicultores. Traria esta equivalente restrição do poder comprador de tão importantes clientes, ou, pelo menos, a deslocação da corrente, já estabelecida, de consideráveis transações internacionais.

Tratando das causas da crise, recordava a comissão a definição essencial de valor, de relação entre oferta e procura. Admitia que um saldo de dois a três milhões de sacas de um ano para outro não perturbava a estabilização das cotações. Mas, chegaram a um ponto em que as existências haviam crescido imenso, como a estatística demonstrava do modo mais eloquente.

A 21 de julho de 1902, o estoque mundial era de 11.261.331 sacas, e, a 1 de outubro, de 13.000.325. Diante destas cifras, quem negaria que a causa capital da crise residia no excesso da oferta sôbre a procura?

Três agentes podiam, ainda, ser apontados, mas de importância secundária:

a) — a má situação financeira do produtor;
b) — a especulação bolsista;
c) — vícios existentes no comércio do café.

Tratando do primeiro, recordou o parecer que os preços altos haviam, positivamente, desvairado os lavradores. Tinham imenso dilatado as lavouras e abusado do crédito, além de levantarem o padrão de vida, excessivamente. Arrastavam-nos inconsiderados otimismo e confiança no futuro.

Daí, o endividamento profundo que os levara a não poder resistir às ofertas de compradores ávidos e sabedores de suas más condições econômicas.

Nas nações de circulação fiduciária havia, por mal dos pecados, a instabilidade do valor da moeda corrente, o que agravava a situação dos produtores.

Em países de circulação metálica, como Venezuela, Costa Rica (ouro) e México (prata), diziam os cafeicultores que a moeda depreciada dos concorrentes permitia, a êstes, lançarem mão do barateamento dos salários, o que lhes trazia desfavorável concorrência.

A especulação bolsista era imperiosa necessidade, num comércio de importância da do café. Tornava-se até benéfica.

A especulação, sob pena de se tornar nefasta a quem a praticava, tinha que acompanhar as correntes naturais da produção e do consumo.

A 27 de outubro de 1902, formulava a conferência as suas conclusões:

Provinha a situação crítica dos produtores dos preços do café que, positivamente, não lhes remuneravam os esforços e sacrifícios. Originavam-se tais preços do excesso da produção sôbre as necessidades do consumo. A responsabilidade da especulação como agravadora da muito má posição dos produtores era positiva, mas seus malefícios decorriam, sobretudo, do excesso da oferta.

Preconizava-se, pois, aos países produtores:

Proibição, pelos meios mais eficazes, da exportação de impurezas sob o nome de café e a mais assídua diligência

junto aos govêrnos dos países consumidores, para obter a proibição da importação de tais defeituosidades e o uso de falsificações, ou quaisquer sucedâneos, oferecidos sob o falso nome de café.

Organização de uma União internacional abrangendo o maior número possível de interessados, cujo fim seria velar perpètuamente sôbre os interêsses dos produtores, por meio de constante propaganda pela palavra escrita e falada, além de demonstrações objetivas, a fim de provocar a maior expansão do bom uso do café no mundo.

Recomendava a última das conclusões:

Como medida judiciosa e acertada, modificar-se, favoràvelmente e com a maior brevidade possível, o preço pelo qual estavam os produtores vendendo o seu café. Proibir-se-ia a venda aos exportadores de certa quantidade da produção universal, de maneira a reduzir a oferta ao limite aproximado do consumo adicionado de um saldo, que não devia exceder 3.000.000 sacas de 60 quilos ou 132 libras, podendo nos primeiros tempos ter-se, a respeito de tal saldo, a totalidade que a existência do atual e enorme estoque visível reclamasse.

Resolveu-se, ainda, que, em 1903, conferência idêntica se reunisse em S. Paulo, mas isto só se verificaria passado um quarto de século!

O Congresso dos Lavradores de Minas Gerais, que se reuniu nessa ocasião, estudou vasto programa.

Como conclusão, admitiu o seguinte: não seria conveniente aos agricultores do Estado de Minas Gerais desenvolver as suas culturas, enquanto perdurasse a crise. Procurassem, porém, e com todo o afã, melhorar os tipos de café pelo cuidado e capricho desde a colheita até o beneficiamento nos terreiros e engenhos, de modo a transformar os tipos de qualidade inferior em boas partidas.

Propôs impostos proibitivos sôbre a exportação dos maus cafés, reclamou uma lei indispensável reguladora dos serviços agrícolas, facilitando à lavoura os meios de melhorar os produtos e a revisão das tarifas ferroviárias.

Em seu relatório de 1903, forneceu o Ministro da Fazenda, Dr. Leopoldo de Bulhões, informações abundantes e valiosas sôbre a situação cafeeira.

Apontou quanto os serviços de estatística comercial brasileira eram deficientes.

O *Retrospecto Comercial para 1903* do Jornal do Comércio, assinalou a agravação da crise cafeeira em termos sombrios, historiando-o.

Em S. Paulo, reunira-se grande congresso de lavradores que funcionara de 31 de janeiro a 3 de fevereiro, e que presidira o Barão de Rezende, homem da maior respeitabilidade.

Idéias aceitáveis surgiram e outras absolutamente inaceitáveis, além de várias absurdas mesmo, como a de certo congressista que chegou a propor alienasse o Brasil parte do seu território, cedendo-o à Inglaterra, a fim de socorrer a lavoura de café!

Uma comissão de dez membros, depois de estudar larga série de planos, recentes e mais antigos, cotejá-los e selecioná-los, apresentou parecer.

Alvitrava medidas a serem postas em prática pelo govêrno do Estado de S. Paulo e outras pelo da União.

Entre as primeiras se propunha:

O contrato, pelo govêrno, de um empréstimo interno de cincoenta mil contos, em letras ao portador de 8% ao ano, com resgate pelo prazo mais conveniente; dinheiro a ser emprestado à lavoura sôbre penhor de frutos pendentes ou armazenados, a prazo de um ano e juros de 9%.

Advogou-se a redução de trinta por cento nas tarifas das estradas de ferro.

Pleiteou-se o amparo, por todos os modos, da exportação do café para os demais Estados da União e auxílio oficial à criação de caixas cooperativas que procedessem à propaganda do café no estrangeiro.

Propugnou-se, também, a eliminação de 20% da exportação. Deveria tal retenção recair sôbre os cafés baixos e ser feita sob a forma de imposto, pago em espécie pelo exportador.

Dos cafés baixos provenientes dos impostos, deveria o govêrno dois terços, reservando o resto para ser exportado torrado.

Solicitavam-se, insistentemente, providências no sentido de se não interromper a corrente imigratória.

Pediu-se, ainda, a suspensão da lei estadual que proibia a plantação de café, até que os outros estados produtores, além do de S. Paulo, adotassem igual medida.

Esta, observou, então, alguém, seria a demonstração positiva de que houvera no Congresso a idéia de se burlar o

sábio dispositivo do govêrno paulista, de incalculável alcance previsor.

Para serem executadas pelo govêrno da União, pediu o Congresso a emissão de papel-moeda por meio do Tesouro ou de um Banco, no total de, pelo menos, cento e cincoenta mil contos de réis. Destinar-se-ia a ser emprestada aos Estados cafeeiros, proporcionalmente à produção de cada qual, consagrando-se, exclusivamente, à indenização dos cafés baixos eliminados, e à criação de estabelecimentos de crédito agrícola e hipotecário, como, também, auxílio a cooperativas.

Pleiteou-se, ainda, a reforma da lei hipotecária, no sentido de ser a dívida extinta pela solene execução do imóvel hipotecado, quer pela arrematação, quer pela adjudicação. Deveria o adquirente, em todos os casos, responsabilizar-se pelo salário dos colonos e pessoal das fazendas, em relação aos serviços prestados no último ano.

Propugnaria o govêrno federal, perante os govêrnos estrangeiros, a adoção de medidas tendentes a evitar e reprimir a falsificação do café, esforçando-se pela diminuição dos direitos alfandegários de entrada.

Trouxe o parecer dez assinaturas, das quais três de lavradores de consideráveis plantações.

Em suma, a medida essencial consistia no apêlo ao govêrno da República a que contraisse um empréstimo interno de 50.000:000$000 e emitisse 150.000:000$000 de papel-moeda, destinado a auxiliar a lavoura.

Nada de prático se fez, em reposta ao apêlo do Congresso dos Lavradores de S. Paulo.

Em sua mensagem presidencial de 1903, declarou o Cons. Rodrigues Alves quanto a situação financeira do país era satisfatória.

Tratando da crise cafeeira, expendeu que ela não podia surpreender desde que se vira a produção elevar-se, em doze anos, entre 1890 a 1902, de 4 a 15.000.000 sacas e o consumo não crescer na mesma extraordinária proporção.

Coincidira êste aumento de oferta com a valorização do papel-moeda, manifestada pela alta do câmbio. Era natural, pois, que a situação dos produtores se tornasse muito melhorada.

A grande oferta fôra o maior responsável do lamentável desconcerto. Outros, porém, cooperavam para a situação, atuan-

do lentamente, como efeitos necessários de leis naturais, que a ninguem era lícito contrariar, sobretudo em meio como o brasileiro, que sofria a influência da moeda fiduciária inconversível.

Impunha-se a organização inadiável de um aparelhamento de defesa contra a irregularidade dos mercados e contra certos processos dos intermediários do comércio. Era lisongeiro, porém, assinalar que os lavradores se congregavam em sindicatos agrícolas, tendo em vista a defesa de seus interêsses.

Na sessão legislativa de 1903, muito se ocupou o Congresso Nacional da crise cafeeira.

Paralelamente às discussões do Senado, debateu a Câmara dos Deputados o assunto capital da valorização, que cada vez mais tomou maior vulto.

Surgiam projetos diversos, como os do deputado Antônio Cândido Rodrigues, fortemente amparado pelas bancadas paulista, mineira e fluminense. O relator do parecer referente ao projeto foi David Campista que, finalizando os seus pontos de vista, solicitou aos fazendeiros que produzissem menos e melhor.

Auxílios à lavoura, indiretos, amplos, completos, urgentes — sim; auxílios diretos por meio de empréstimos, dinheiro dos cofres públicos, operações de crédito, emissão de moeda-papel ou de apólices — não e nunca!

Não teve seguimento o projeto A. C. Rodrigues, combatido pelo deputado paulista Galeão Carvalhal e contrariado radicalmente, por uma emenda de J. Pandiá Calógeras.

Perante o Congresso estadual paulista, convocado a 5 de março de 1903, explicava o Presidente Bernardino de Campos as razões que o haviam levado a promover esta reunião extraordinária. Mostrava a situação aflitiva do ramo mais importante da agricultura paulista e brasileira, afetando profundamente a sociedade de S. Paulo e prejudicando os interêsses gerais do país.

Fez o presidente o histórico do que, até então, havia feito os poderes públicos dos estados cafeeiros obrado em prol da solução da crise. Terminando a sua exposição, sugeria que o govêrno ficasse autorizado a criar um imposto até 20$, cobrável de 1.º de julho de 1903 em diante, *in natura*, sôbre todos os cafés a exportar; ou *ad valorem*, sôbre as qualidades baixas, com taxa calculada sôbre o preço da pauta oficial, sem prejuizo dos impostos existentes.

Às companhias de navegação de cabotagem se concederia subvenção ânua, até duzentos contos de réis, contanto que reduzissem os fretes do café de Santos aos portos de outros Estados da República, não produtores do artigo.

Criar-se-iam os tipos oficiais, de modo que os superiores fôssem menos onerados do que os inferiores, gradualmente.

Providências deveriam ser tomadas sôbre os estabelecimentos torrefatores para a exploração e propaganda dos cafés torrados, no interior do país, livres de impostos interestaduais.

Facultado ficaria ao govêrno paulista a fundação de casas comerciais ou industriais no estrangeiro, mediante proteção e favores para a venda dos cafés.

Encarregar-se-ia êle, aliás, de fiscalizar, rigorosamente, o comércio do café torrado e moido, para evitar misturas prejudiciais ou qualquer falsificação.

Pedia o govêrno autorização para dispender até dez mil contos de réis, a fim de auxiliar a lavoura paulista, quantia sobremodo exígua, dadas as dimensões da indústria cafeeira e o vulto da crise.

Tomar-se-iam providências para a organização de um Banco de Crédito Agrícola, já previsto pela lei de dezembro de 1902.

Ao govêrno de S. Paulo se autorizaria entender-se com o da União, para o fito de se promover a reunião de um congresso internacional de agricultores de café, em S. Paulo, visando estudar o melhor meio de defender a cultura, produção e consumo do gênero no universo.

Ficaria, ainda, o govêrno paulista autorizado a entrar em acôrdo com os govêrnos dos outros estados produtores de café e da União, para a valorização do produto.

No Parlamento, continuavam os debates sôbre a crise.

O deputado fluminense Henrique Borges Monteiro, ampliou o projeto Cândido Rodrigues, propondo que a ação governamental visasse a valorização de todos os produtos agrícolas do país.

O deputado cearense Frederico Borges apresentou outro projeto, autorizando o govêrno a firmar contrato para o fim de comprarem e pagarem em moeda corrente, e à vista, todo o café de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, destinado à exportação, ao preço fixo de 7$000 por arroba, tipo 7, de 8$000 no 2.º ano, 9$000 no 3.º e nessas bases para os demais tipos, nos portos de embarque, obrigan-

do-se a manter êstes preços enquanto o câmbio estivesse entre 10 e 14 ds.

No Senado Federal, continuava Alfredo Ellis a campanha pela valorização do café, atacando com verdadeira violência os grandes mercadores de café dos Estados Unidos. Foi contrariado, no amparo à lavoura, contudo, por seu colega Ramiro Barcelos, que lhe objetou serem os cem mil contos do seu projeto de amparo à lavoura uma insignificância ante os enormes capitais americanos, do lado adverso.

Era verdadeira insignificância ante os enormes capitais dos americanos, de vez que qualquer torrador dos Estados Unidos poderia, e com vantagem, sustentar a luta.

Respondeu-lhe Ellis que, aceitando como verdadeiro o estoque mundial que os *roasters* apregoavam de 11½ milhões de sacas, e se se promovesse a resistência, comprando e retirando o govêrno do mercado cinco milhões de sacas, a questão mudaria totalmente de aspecto.

À medida que o govêrno fôsse comprando estoques, ir-se-ia, infalìvelmente, esgotando sem perigo de acréscimo, porque, em parte alguma, encontrariam os torradores aquilo de que precisavam para suprir as necessidades do consumo.

E, isto sem levar em linha de conta, e nem tomar em consideração, a circunstância que ocorreria, sem dúvida alguma, da elevação de preços, correspondentemente, na Europa e América, por parte dos possuidores dos estoques.

Se êstes não elevassem os preços, era porque não havia resistência por parte do Brasil, e não por falta de vontade ou pouco desejo de se reputar melhor a mercadoria.

Um lavrador paulista importante e inteligente, Cândido Franco de Lacerda, ao estudar as causas da crise, recordava que, já em 1898, outro lavrador advogara perante um congresso de cafeicultores a necessidade de se obstar a plantação de novas lavouras por meio de um imposto de mil réis por cafeeiro novo.

A lei decretada ùltimamente, fazendo cessar a [illegible] de novas plantações de café no Estado de S. Paulo, [illegible] cita e geral aprovação, veiu confirmar o nosso erro de há cinco anos, repelindo aquêle projeto.

Alargara-se imenso, realmente, o cafèzal paulista.

Recorrendo-se à estatística dos inspetores agrícolas, nota-se que, em 1901, havia quinhentos e vinte e cinco milhões de pés de café, maiores de quatro anos, além de cento e [illegible]

e cinco milhões menores de quatro anos, que iam concorrer poderosamente para avolumar o excesso de produção.

Achava-se a lavoura asfixiada pela baixa dos preços; mas era sobretudo o proprietário o atingido e não o colono.

O corte dos cafèzais solucionaria o caso, muito mais favoràvelmente. Advogava C. de Lacerda a eliminação de vinte por cento dos cafèzais novos em plena produção e de trinta nas lavouras velhas.

Em 1904, era evidente por mil e um sintomas que o crédito brasileiro renascera. Melhoria, cada vez mais sensível, notava-se nas finanças nacionais, assinalava o Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões.

A crise cafeeira é que continuava dia a dia mais séria.

CAPÍTULO XXI

A mensagem presidencial de Rodrigues Alves em 1904. O crescimento enorme do estoque do superavit das safras cafeeiras. Novos projetos de defesa da produção cafeeira. O plano Siciliano. Discussões acaloradas. A proibição do plantio. Assinatura do Convênio de Taubaté e das disposições adicionais de Belo Horizonte. Debates parlamentares em tôrno do Convênio.

Na mensagem presidencial de 1904, lembrava Rodrigues Alves.quanto a superprodução determinara a baixa dos preços do principal produto da agricultura nacional, baixa infelizmente agravada pela elevação do curso do papel. Angustiosa situação se criara para os Estados, que hauriam os principais recursos nos direitos de exportação.

No qüinqüênio último dobrara o estoque do disponível que, a 31 de dezembro de 1903, era de 13.694.000 sacas.

Quanto aos preços, o que se poderia esperar de tão grande suprimento visível mundial?

E, muitos indícios havia de que a colheita futura seria maior do que necessária para permitir que as cotações melhorassem.

Entre as entidades que mais debatiam a crise cafeeira figurava a Sociedade Paulista de Agricultura, cujo infatigável presidente, Dr. Augusto C. da Silva Teles, promoveu a nomeação de grande comissão para o estudo das soluções racionais da situação penosa da lavoura. Debateu-se, então, bastante o caso do transporte do café em côco, problema que ficou afastado das cogitações atuais por inexeqüível.

O Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, manifestava-se acérrimo opoente a qualquer projeto que implicasse nova emissão de papel-moeda. O seu relatório de 1905 assinalava o reerguimento das finanças nacionais. De 1900 a 1904, subira a média cambial de 9 1/2 a 12 3/32 ds.

Voltavam os capitais estrangeiros a procurar inversões no Brasil, em proporção notàvelmente crescente.

Os preços do café haviam subido um pouco. De 4.902 rs., em 1902, haviam passado a rs. 5.004, em 1903 e rs. 6.305, em 1904. Notava-se uma reação para a alta, mas a situação dos lavradores continuava muito má; os saldos da produção resultavam absolutamente nulos, até para fazendeiros desempenhados.

A legislatura de 1905 viu surgirem novos planos valorizadores. A três de novembro, o deputado paulista Francisco Malta justificou um projeto determinando a cobrança integral dos direitos de importação em ouro, mediante novas tarifas que assegurassem a vida e o desenvolvimento da produção agrícola e industrial. De acôrdo com o processo estabelecido pela forma assinalada, deviam os saldos orçamentários ser aplicados à propaganda do café, pela amoliação e criação de mercados para o consumo, ao aumento do resgate do papel moeda e ao da amortização da dívida interna fundada.

Não logrou, porém, obter a atenção da Câmara. Em setembro de 1905, deu o Conselheiro Antônio Prado uma entrevista ao *Jornal do Comércio* que causou geral sensação.

Duas causas contribuiam, ao seu entender, para o enfraquecimento da produção do café e a relação à lavoura paulista:

1.º — os juros elevados que o fazendeiro pagava, de 12% ou mais, pelas quantias indispensáveis ao custeio das fazendas;

2.º — o salário do trabalhador, desproporcionado ao preço do produto.

A remoção destas duas causas podia ser, eficazmente auxiliada pelos poderes públicos, promovendo êles a fundação de estabelecimentos de crédito agrícola e a introdução de trabalhadores rurais, pelo desenvolvimento do serviço de imigração. Quanto ao aumento do consumo, vasto campo se oferecia à profícua intervenção dos poderes públicos.

Iludiam-se, completamente, os crentes na eficácia de qualquer dos processos até então aventados com o fito de se elevar o preço do café.

Interpelado sôbre o projeto Siciliano, de que já se falava muito, declarou o Conselheiro Prado que, como todos quantos haviam vindo à luz, assentava-se sôbre base falsa. Alicerçava-se no processo artificial de exportação e consumo, em substituição às leis econômicas naturais reguladoras do preço dos produtos, segundo as necessidades ou conveniências da oferta e da procura.

Era preciso ter sempre, ter muito e muito em vista os métodos defeituosos de organização do trabalho nas fazendas, sistema que deveria ser considerado provisório, como recurso de momento para acudir às necessidades urgentes da lavoura ao tempo da Abolição e que, entretanto, ainda persistia sem oferecer vantagens mútuas de estabilidade e segurança, tanto para o fazendeiro como para o colono. Aos efeitos desta situação anormal agravava a deficiência de trabalhadores que, desligados das obrigações contratuais eficazes, por falta da lei respectiva, viviam em contínuo nomadismo, com grave prejuizo para as lavouras abandonadas. Tornava-se indispensável a decretação de uma boa lei de locação de serviços, meditadamente estudada, e a intensificação da imigração de trabalhadores rurais. À lei que proibiu o plantio de novas lavouras, taxou-a o Conselheiro Prado de anti-econômica e anti-liberal.

Anunciava-se a enorme carga dos cafèzais paulistas para a safra próxima de 1906-1907, prevendo-se, portanto, grande baixa de preços. A média por dez quilos, em 1905, melhorara contudo, subindo a 7.145 réis. Urgia uma providência qualquer por parte dos poderes públicos, exigiam grandes correntes de opinião, sobretudo em S. Paulo.

Foi, então, que se travaram numerosas e vivíssimas controvérsias em tôrno do plano apresentado pelo Comendador Alexandre Siciliano, personalidade de alto relêvo nos meios financeiro e industrial de S. Paulo. Angariou tal plano tão numerosas quanto valiosas adesões.

Partia Siciliano da premissa de que o Brasil desfrutava de posição absolutamente privilegiada no mercado produtor, posição que, desde 1870, se acentuava notàvelmente.

De 1870 a 1875, fôra tal percentagem 46, e, em 1900-1905, de 76.

A par do contínuo aumento da produção brasileira, verificava-se um quase estacionamento nos outros países, inclu-

sive nas nações hispânicas da América, cujo acréscimo de produção tão pouco sensível se mostrava, que apenas constituia pequena compensação à diminuição lenta da produção malaia e asiática.

Não havia, no entanto, faltado estímulos a que a produção extra-brasileira se incrementasse. Podia se assegurar que o Brasil supria, no mínimo, três quartas partes de todo o café consumido no mundo. Achava-se, além disto, em condições tão especiais que, não tendo competidor, por assim dizer, podia, segundo o excesso ou a escassez do seu contingente, determinar a alta ou a baixa nos mercados mundiais. Tudo, pois, dêle dependia em matéria de cotações.

Dada a sábia lei da proibição de novas lavouras, estabelecera-se a certeza de que em período estritamente limitado, o excesso de café então existente desapareceria dos mercados, forçando, conseqüentemente, os preços à alta.

Mas, esta medida de restrição ainda que viesse a produzir infalíveis resultados, não sòmente era tardonha como só principiaria a produzir efeitos apreciáveis ao cabo de quatro anos, tempo necessário para que as novas lavouras começassem a produzir.

Até então, portanto, a situação dos produtores continuaria difícil e até ruinosa.

Tornava-se imperiosa a introdução de medidas complementares que forçassem a melhores cotações, tornando-se persistentes até que, desaparecendo a superprodução, os mercados se normalizassem.

A solução da crise se alcançaria retirando dos mercados, pela retenção, o excesso do café disponível e por prazo que se julgasse necessário.

Demandava esta operação, porém, uma série de condições. Era preciso que o capital empregado na aquisição do produto voltasse integralmente, ao cabo de prazo não muito longo, às mãos do capitalista, permitindo-lhe razoável lucro como justo; era necessário, ainda, que durante todo o tempo de imobilização do capital vencesse êle juros considerados justos, como, também, que todo e qualquer risco se diluísse na operação.

A fim de se reembolsar aos capitalistas, seria necessário

que o total dêsse café se vendesse sem prejuizo, dentro de limitado prazo.

Para que êste mesmo café pudesse ser vendido sem prejuizo, tornava-se indispensável que houvesse procura por parte dos consumidores. Isto se daria, fatalmente, em virtude da falta do gênero nos mercados, por não haver outra fonte de suprimentò em qualquer parte do universo.

Aí se evidenciava a incontrastável superioridade brasileira. Não havia fonte de produção capaz de abastecer os mercados, se os contingentes do Brasil estacionassem.

Ninguém se iludisse: o consumo crescia sempre e cresceria, embora muito lentamente, sendo esperado grande aumento da absorção mundial.

A questão era saber-se quanto conviria retirar do mercado, para apenas realizar-se a compressão e, afinal, o desaparecimento do superavit dos estoques de todo o globo.

Estudou Siciliano detidamente as condições da produção e do consumo, chegando a declarar que ao seu entender, se êsse poderoso elemento capitalista interviesse no mercado, fazendo face à baixa até que o excesso da produção desaparecesse, e se ainda, em conjunção com esta operação, continuassem a vigorar as taxas proibitivas de novas plantações, seria evidente que, na pior hipótese, os preços subiriam consideràvelmente desde que o suprimento visível, então de 71 por cento, se reduzisse a 50% do total do consumo, a saber, se baixasse a cêrca de 8 milhões de sacas.

Tornar-se-ia, nesse caso, indispensável comprar e armazenar três milhões de sacas.

Acreditava, inabalàvelmente, na sucessão das safras pequenas às safras grandes e afirmava que a produção brasileira não poderia, de forma alguma, aumentar nos nove anos próximos. Era até possível, senão provável, que baixasse algum tanto em virtude do envelhecimento de muitas das lavouras existentes.

O consumo, contudo, não diminuiria em sua razão constante de 400.000 sacas anuais, desde muito verificada em média. Nada autorizava tal suposição.

As bases iniciadas para o cálculo do êxito da valorização eram de 16 milhões para a produção e 15 e meio para o

consumo. Ir-se-ia, pois, jogar com os seguintes dados para uma antecipação de oito anos:

Anos	Produção	Consumo
1905-1906	16.000	15.900
1906-1907	16.000	16.300
1907-1908	16.000	16.700
1908-1909	16.000	17.100
1909-1910	16.000	17.500
1910-1911	16.000	17.900
1911-1912	16.000	18.300
1912-1913	16.000	18.700
	128.000	138.400

O enorme estoque de 10 de agôsto de 1905 (11.250.000 sacas) se reduziria a 7.750.000, em igual data de 1910, e a 1.850.000, em 1913.

Qual teria de ser, porém, o preço normal das vendas no exterior? Convinha, e do modo mais imperativo, que se não fizesse fugir o consumidor pela alta exagerada. Argumentando com as imprescindíveis exigências do produtor brasileiro, dizia Siciliano que a cotação do Havre (48 a 49 francos por 50 quilos) correspondia ao preço de 4$000 por 10 quilos ou 6$000 por arroba, em Santos (antes de pagos os direitos de exportação).

Êstes 6$000 representavam, exatamente, o custo médio da produção em S. Paulo, não se tomando em conta nem o juro ou fundo de amortização do capital empregado, nem o lucro do produtor.

Ora, a cultura requeria pesado desembôlso, capital que só começaria a produzir lucros passado o sexto ano de seu emprêgo.

As benfeitorias, fôssem elas maquinismos, terreiros ou edificações, o material de transporte e o alto valor das boas terras, representavam soma muito considerável, precisando ser amortizada dentro de 20 anos ou pouco mais, porque à expiração dêste prazo notar-se-ia o decréscimo fatal da produção, reduzindo-se assim, consideràvelmente, o lucro.

E, ainda estava a lavoura sujeita a inumeráveis riscos oriundos das geadas e sêcas mais ou menos prolongadas, das

pragas, sem falar na possibilidade do abandono causado pela falta de trabalhadores.

Daí resultava, algumas vêzes, a perda total da plantação. Por estas razões, era necessário, a fim de se poder cobrir o fundo de amortização e juros do capital, que a cotação se elevasse a 40%, no mínimo, sôbre os preços vigentes ou 60 a 68 francos, no Havre, por 50 quilos. Se fôsse adicionado um lucro razoável ao lavrador, chegar-se-ia a um mínimo de 70 francos por 50 quilos, preço aceitável e até benéfico ao produtor. O valor do café, como, aliás, o de todos os artigos importados do comércio mundial, flutuava nos mercados. Concedendo-se uma margem de 10 francos para tais eventualidades, chegar-se-ia ao seguinte resultado final: o preço normal do café, vendido em grosso nos mercados dos países consumidores, oscilaria entre 70 e 80 francos por 50 quilos.

Mas, conviria êle ao consumo?

Existiam elementos seguros para se determinar a cotação que o artigo poderia alcançar, dentro de limites aceitáveis pelo consumidor.

O exame das estatísticas encarregava-se de fornecer a desejada solução: nos últimos 19 ou 20 anos, dividido êste assaz longo prazo em duas partes iguais, ver-se-ia que, no primeiro período, houvera escassez de produção, subindo os preços a um nível excessivamente alto, atingindo um máximo de 132 francos por 50 quilos, em 1890.

No segundo período, ocorrera o contrário. A superprodução atuava pesadamente e os preços haviam baixado até 30 francos, por 50 quilos!

Era evidente, pois, que durante tôda a primeira fase dominara a procura de altos preços, porque ninguém queria vender café com prejuizo. Entretanto, não deixara o consumo de aumentar, ainda que lentamente, como sempre sucedera.

Seguira-se o período da superprodução e, como de sobra se sabia, as cotações tinham baixado a extraordinário grau. Entretanto, os preços para o consumidor haviam passado, quase universalmente, por pequenas modificações.

Vendera-se e vendia-se café a varejo por tão alto preço, que não correspondia à grande baixa do nível de aquisição nos países produtores.

Longamente procurou Siciliano provar que o Sindicato Bancário, que se oferecia para financiar a operação valorizadora, teria infalíveis e avultados lucros.

Tal a sua confiança no êxito da operação, que acreditava suficiente a simples retirada de dois milhões de sacas, para que os preços subissem além dos limites mínimos estabelecidos.

Chegava o autor do plano a pensar que a simples presença de uma organização no gênero da que ideiara seria capaz de verdadeira ação catalítica.

Se o Sindicato se compusesse de firmas poderosas do mundo financeiro, talvez nem fôsse necessário comprar café algum, porque, não restando dúvida quanto à realização das obrigações assumidas pelo contrato, a alta se daria imediatamente.

Em 1905, a pressão exercida pela opinião pública sôbre o govêrno paulista era cada vez mais intensa, não só na imprensa, como na tribuna das conferências públicas e nos órgãos das sociedades de agricultura.

Um dos mais animados centros de debate era a Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria, onde ardentemente se discutia a valorização e a questão correlata da fixação cambial.

No Senado paulista, apresentaram projetos que não vingaram os Drs. Luiz Piza e Joaquim M. Martins Siqueira.

Em fins de 1905, a baixa das cotações provocara tal desorientação de espíritos que se desenhou um movimento em prol da medida, cujo efeito seria o mais desastrado se vingasse: o da exportação de café a granel.

Contra ela, ardentemente se bateu o Dr. Augusto Carlos da Silva Teles.

A 25 de fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté, assinavam os presidentes de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o mais famoso documento da história cafeeira do Brasil. Tornou-se uma das peças mais analisadas, atacadas e defendidas de nossa história econômica, peça cuja divulgação teve enorme repercussão não só nos círculos do comércio cafeeiro mundial, como nas rodas financeiras do universo.

Eram signatários os Drs. Jorge Tibiriçá, presidente de S. Paulo, Francisco A. Sales, de Minas Gerais, e Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro. Ficou resolvido que os presidentes dos três Estados se dirigissem ao Presidente da República, pedindo a convocação do Congresso Nacional, em sessão extraordinária e urgente, para a decretação de uma lei criando um conselho cujo fim fôsse a emissão de moeda-papel conversível em ouro, a uma taxa prefixada.

Denominar-se-ia tal aparelho *caixa de conversão*, tendo como lastro para emissão a importância do empréstimo que fôsse contratado pelos Estados com o endôsso da União, para a valorização do café.

Convencionou-se o seguinte:

Artigo primeiro — Durante o prazo que fôr conveniente, os Estados contratantes obrigam-se a manter nos mercados nacionais o preço mínimo de cinqüenta e cinco a sessenta e cinco francos em ouro, ou moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café, tipo 7, americano, no primeiro ano; êste preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de setenta francos, conforme a conveniência do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

Artigo segundo — Os govêrnos contratantes, por meio de medidas adequadas, procurarão dificultar a exportação para o estrangeiro de cafés inferiores ao tipo sete e favorecer, no que fôr possível, o desenvolvimento do seu consumo no país.

Artigo terceiro — Os Estados contratantes obrigam-se a organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda do café, com o fim de aumentar o seu consumo, quer pelo desenvolvimento dos atuais mercados, quer pela abertura e conquista de novos, quer pela defesa contra as fraudes e falsificações.

Artigo quarto — Os govêrnos contratantes, quando fôr julgado oportuno, estabelecerão os tipos nacionais de café, promovendo a criação de Bolsas ou Câmaras Sindicais para o seu comércio; de acôrdo com os tipos serão, então, fixados os preços a que se refere o artigo primeiro.

Artigo quinto — Aos produtores de café serão facultados os meios de melhorar as qualidades do produto pelo rebenefício.

Artigo sexto — Os govêrnos contratantes obrigam-se a criar uma sobretaxa de três francos, sujeita a aumento ou diminuição, por saca de café que fôr exportada por qualquer dos Estados, e bem assim a manter as leis que neles dificultam, por impostos suficientemente elevados, o aumento das áreas dos terrenos cultivados com café nos seus territórios pelo prazo de dois anos, que poderá ser prorrogado por mútuo acôrdo.

Artigo sétimo — O produto da sobretaxa de que trata o artigo anterior, paga no ato da exportação, será arrecadada

pela União e destinado ao pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários à execução dêste convênio, sendo os saldos restantes aplicados ao custeio das despesas reclamadas pelo serviços do mesmo, começando-se a cobrança da sobretaxa depois de verificado o disposto no artigo oitavo.

Artigo oitavo — Para a execução dêste convênio, fica o Estado de S. Paulo autorizado, desde já, a promover, dentro ou fora do país, com a garantia da sobretaxa de três francos, de que trata o artigo sexto, e com a responsabilidade solidária dos três Estados, as operações de crédito necessárias até o capital de quinze milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado como lastro para a caixa de emissão ouro e conversão, que fôr criada pelo Congresso Nacional, para fixação do valor da moeda.

Parágrafo primeiro — O produto da emissão sôbre êste lastro será aplicado, nos têrmos dêste convênio, na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuizo para a caixa de conversão, de outras dotações, para fins criados em lei.

Parágrafo segundo — O Estado de S. Paulo, antes de ultimar as operações de crédito acima indicados, submeterá as suas condições e cláusulas ao conhecimento e aprovação da União e dos outros Estados contratantes.

Parágrafo terceiro — Como se torne necessário o endôsso ou fiança da União para as operações de crédito, serão observadas as disposições do artigo segundo, n. 10 da lei número mil quatrocentos e cinqüenta e dois, de trinta de dezembro de 1905.

Artigo nono — A organização e direção de todos os serviços de que trata êste convênio, serão confiadas a uma Comissão de três membros, nomeados um por cada Estado, sob a presidência de um quarto membro, apenas com voto de desempate e escolhido pelos três Estados.

Parágrafo Único — Cada diretor terá um suplente de nomeação, igualmente, dos respectivos Estados, que o substituirá em seus impedimentos.

Depois de diversos dispositivos sôbre instalação de serviços, acordaram os presidentes em que a sede da comissão diretora seria a cidade de S. Paulo.

Terminando, dizia o famoso documento:

Artigo décimo terceiro — Os encargos e vantagens resultantes dêste convênio serão partilhados entre os Estados con-

tratantes, proporcionalmente à quota de arrecadação da sobretaxa com que cada um concorrer pela forma estabelecida no regulamento.

Artigo décimo quarto — Os Estados contratantes' reconhecem e aceitam o Presidente da República como árbitro, em qualquer questão que entre os mesmos se possa suscitar, na execução do presente convênio.

Artigo décimo quinto — O presente convênio vigorará desde a data da sua aprovação pelo Presidente da República, nos têrmos do n. 15 do art. 48 da Constituição Federal.

A 2 de março imediato, comunicava o Presidente de São Paulo ao da República o que ocorrera na reunião de Taubaté.

Respondendo-lhe, dizia Rodrigues Alves que, ajustado ao artigo 8.º do convênio e para a sua execução, promoveria um dos Estados, o de São Paulo, as operações de crédito necessárias até um total de 15 milhões esterlinos, destinado a lastrear uma caixa de emissão e conversão, a ser criada pelo Congresso Nacional para a fixação do valor da moeda. E ainda que o produto da emissão sôbre tal lastro seria empregado na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuizo de outras cotações para fins criados em lei, desaparecendo assim, do convênio, qualquer feição regional. Em tais condições, submete-lo-ia êle, Presidente, oportunamente, à autoridade do Congresso Nacional, nos têrmos do artigo 48, n. 16, da Constituição.

Entendia, porém, que não cabia a convocação solicitada do Congresso Nacional em sessão extraordinária.

Acordaram, pouco depois, os três presidentes dos Estados cosignatários, modificações e aditamentos ao Convênio de Taubaté, em documento por êles assinado e datado de Belo Horizonte, aos 4 de julho de 1906.

Rezava a primeira das cláusulas adicionais que, durante o prazo julgado conveniente, os Estados contratantes obrigar-se-iam a manter nos mercados nacionais o preço mínimo de trinta e dois a trinta e seis mil réis por saca de 60 quilos, tipo sete, americano, no primeiro ano, podendo êste preço mínimo ser, posteriormente, elevado até ao máximo de quarenta mil réis, conforme as conveniências do mercado.

Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços modificados seriam aumentados proporcionalmente ao mesmo período.

E, a segunda cláusula determinava que se as operações de crédito necessárias à execução do Convênio fôssem realizadas pelos três Estados, sem endôsso ou fiança da União, a sobretaxa de três francos seria arrecadada pelos Estados e o seu produto depositado para os fins determinados no artigo 7.º.

Rezavam as demais cláusulas que a arrecadação da sobretaxa de três francos começaria na época determinada pelos Estados contratantes.

Enquanto não se criasse ou enquanto não operasse a caixa de emissão e conversão, poderiam os Estados aplicar o produto do empréstimo diretamente à valorização do café.

Antes de ultimar as negociações relativas às operações de crédito de que tratava o artigo 8.º do Convênio, submeteria o govêrno de S. Paulo as condições e cláusulas propostas ao conhecimento e aprovação dos govêrnos dos outros Estados contratantes, assim como ao govêrno federal, em caso de endôsso pela União, a fim de que se delimitasse, expressamente, a responsabilidade de cada qual na operação que se realizasse, a qual ficaria dependendo daquela aprovação.

Vigoraria o Convênio desde a data de sua aprovação, nos têrmos do n. 16 do artigo 48 da Constituição Federal.

Ao Congresso Nacional foram, também, enviados numerosos memoriais e calorosas moções de aplauso ao Convênio, por parte de dezenas das mais importantes municipalidades paulistas. A elas se reuniram os louvores de muitas associações de classe como a Comercial de Santos.

Em sua mensagem presidencial de 1906, expendeu Rodrigues Alves a opinião de que a crise cafeeira estava em declínio. Explicou a sua atitude de reserva ante a iniciativa dos três presidentes e concluindo, afirmava:

"Não há quem não tenha pela lavoura, a cuja classe pertenço, o mais decidido interêsse. Deve-se atender aos seus reclamos com critério, sem a preocupação de lisonjeá-la, afagando esperanças exageradas e irrealizáveis, nem temor de contrariar ambições e planos que, à sua sombra, se formaram. Medidas imprudentes poderão produzir o efeito negativo de restringir o consumo do café, provocar a reação hostil dos países que o recebem e levar aos nossos mercados a ameaça de agitações, cujos efeitos uma experiência muito recente nos tem ensinado a evitar".

Não discreparia, contudo, de sua linha de conduta financeira.

O Senado do Estado de S. Paulo, a 6 de junho de 1906, endereçou uma representação ao Congresso Nacional, pedindo-lhe, "em nome dos grandes interêsses da Pátria, do futuro desta e do seu engrandecimento, se dignasse aprovar o alevantado Convênio firmado em Taubaté".

No Rio de Janeiro e nos Estados, a imprensa se mostrava, em geral, sumamente favorável ao Convênio. E São Paulo, então, era de opinião unânime a seu favor.

Quanto à idéia da fixação cambial, o mesmo não se dava. Tinha maior número de opoentes do que a valorização.

A Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados emitiu parecer favorável à adoção do Convênio, havendo, porém, votos divergentes de dois de seus membros.

Em julho de 1906, travaram-se debates parlamentares assaz vivos em tôrno do caso do Convênio.

Pronunciou David Campista longo discurso em favor da aprovação do ajuste, oração que causou profunda impressão.

Na segunda discussão do projeto, longos discursos proferiu Miguel Calmon, que se mostrou muito pessimista em relação ao êxito do Convênio. Argumentou com a superprodução brasileira e estabeleceu símiles com os casos de vários países, como os *corners* do trigo na Rússia e do algodão nos Estados Unidos.

Inspirava-se o projeto Siciliano em deploráveis e desastrosos processos antiquados.

Não conseguiu, porém, o deputado baiano o seu escopo. Passou o projeto a terceira discussão.

Foi aí vigorosamente atacado por Barbosa Lima, em oposição acérrima contrariado por vários deputados, como Barros Franco, da bancada fluminense.

Lançou mão de todos os argumentos, invocando oposições prestigiosas infensas ao Convênio, como a do Conselheiro Antônio Prado. Quis, em emenda, que a responsabilidade do endôsso da União, quando muito, atingisse dois milhões esterlinos.

Voltou David Campista à tribuna, a argumentar.

Que haviam resolvido os três Estados? Apenas que se fizesse a valorização independente da Caixa de Conversão, ficando esta dependente do Congresso.

E que devia fazer o Congresso?

Aprovar o contrato feito pelos Estados, excluindo a Caixa de Conversão já citada.

Por conseguinte, eram, em um mesmo contrato, encer-

rados o Convênio e o aditamento posterior, a que o Parlamento não podia alterar, por não ser parte nele.

O deputado paulista Eloy de Miranda Chaves contestou às asserções de Calmon e Barbosa Lima.

A União não se podia furtar ao apêlo de amparar os cafeicultores. Não arriscara muito mais, para acudir ao Banco da República que jogava em câmbio?

Tomando a palavra, combateu Paulino de Sousa, deputado fluminense, o projeto, declarando-se impressionadíssimo com o vulto dos quinze milhões do endôsso.

Retrucou-lhe Serzedelo Correia, o antigo ministro da Fazenda, a lembrar que, desde 1900, insistira pela organização da defesa como meio de combater a especulação, e, desde 1903, pela adoção do *warrant* e a organização do crédito agrícola. Continuava a afirmar que aí estava a salvação do futuro cafeeiro.

Continuando os debates, declarou desejar rebater certos pontos de vista de Barbosa Lima. Alguns, contudo, excelentes, como o de se abolir a taxação interestadual. Outros completamente errôneos, como a negação do arrendamente das estradas de ferro nacionais e do apôio dado à navegação de cabotagem.

Terminando, expôs o seu verdadeiro entusiasmo pelo Convênio de Taubaté.

Levantar os recursos da lavoura com respeito a tão importante produto, constituindo três quintos do comércio internacional, era enriquecer o patrimônio brasileiro, desenvolver a riqueza nacional.

Ao parlamentar paraense seguiu-se o deputado pelo Rio Grande do Sul, Wenceslau Escobar, infenso ao Convênio, acêrca de cujo êxito exprimiu a convicção própria de que não daria o resultado almejado. Não valorizaria o café, nem lhe regularizaria o comércio, tão pouco lhe aumentando o consumo!

A 21 de julho reaparecia David Campista na liça parlamentar.

Longamente argumentou com os adversários, procurando destruir-lhes os argumentos. Cumulou a sua oração de dados, os mais variados e abundantes, expôs com a clareza de um alto espírito o conjunto de idéias e circunstâncias de que decorrera, como coroamento de longa série de fatos, o ajuste de Taubaté.

Pormenorizada, foi a exposição de motivos que fez, explicando o mecanismo do comércio cafeeiro, procurando, sobre-

tudo, provar o alheiamento dos consumidores às flutuações dos preços nos mercados.

Em virtude do mesmo mecanismo comercial, era o café submetido a várias operações e passava pelas mãos de certo número de intermediários, em cujos armazens se acumulava e, por algum tempo, se conservava. Constituia reservas, influindo, preponderantemente, nas existências finais.

Explicou o parlamentar, detalhadamente, as condições de aquisição e de distribuição dos estoques pelas grandes praças do universo, e a preponderância dos depósitos norte-americanos, geralmente comprados caro e de armazenagem dispendiosa.

Fôssem, porém, arredados dos mercados do mundo 4 milhões de sacas, de modo a reduzir os suprimentos a 7½ ou 8 milhões, e tantas e tais dificuldades haveria em distribuir pelo mundo inteiro esta reduzida quantidade, que de tôda parte seria ela disputada a pêso de ouro, para que se não contrariassem os consumidores, despercebidos de tais flutuações. Pràticamente não os afetaria, mas ao Brasil trariam uma alternativa: ou o arruinariam ou o enriqueceriam.

A história cafeeira dos vinte anos anteriores apresentava gritante confronto com o que, então, se passava. De modo expressivo e concludente era possível avaliar-se, com aproximação, o estoque mínimo dos mercados mundiais, para preços relativamente elevados.

Caso frisante o de 1886-1887, em que, com a diminuição definitiva de avultado estoque que se avolumara em anos sucessivos, liquidara-se de repente uma das mais graves crises cafeeiras universais, da qual padecera o Brasil.

Quando menos se esperava, veio uma maré de riqueza compensar os fazendeiros dos anos de agonia que acabavam de atravessar.

Declarou-se David Campista convicto de que, desde que as compras dos govêrnos coligados conseguissem reduzir o suprimento mundial a oito milhões de sacas, estava garantido o brilhante êxito da tentativa brasileira da defesa.

Exaustivamente discorreu sôbre mil e uma particularidades da operação, tratando das taxas dos juros, amortização, caucionamento, transporte, warrantagem e armazenagem. Valeu-se de abundante documentação e argumentou com o maior brilho. Terminou pelo exame da situação e estatística do café nas últimas vinte safras, fazendo o confronto dos preços, traçando o histórico das crises. Ao terminar, dogmatizou o vee-

mente defensor do Convênio: fôsse como fôsse, em 1910 ou 1912, não haveria mais café algum em poder dos Estados, que o teriam vendido com lucro. O dinheiro empenhado na valorização voltaria aos cofres, não só intacto, como ainda aumentado. Seria resgatado, integralmente, o empréstimo e abolida a sobretaxa.

Assim, o Brasil conquistaria ao estrangeiro, nos cinco ou seis anos decorridos, como acréscimo ao valor de sua exportação cafeeira, mais de um bilhão de francos.

Prosseguiram animadíssimos os debates parlamentares. À Campista secundou Barros Franco, respondendo, sobretudo, a Miguel Calmon, cujos dados contestou, assim como à sua tentativa de estabelecer paridade entre o caso do café e o da borracha.

Também contestou a Barbosa Lima, a propósito de seus vaticínios sinistros decorrentes da experiência do Sindicato de Francisco Belisário, em 1882.

Produzia o Brasil, então, apenas 6 milhões de sacas, e os demais países 4 milhões. Agora, andavam as posições invertidas, porque a produção brasileira passara de 60 a 75 e 80 por cento da safra mundial.

Em 1906, a colheita do Brasil atingira a cêrca de 14 milhões de sacas, não chegando os demais países a produzir três milhões e meio.

Não compreendia como não poderia o Brasil levar avante a valorização, quando produzia 75% do café. Pràticamente dispunha, pois, do monopólio do gênero.

Voltou Barbosa Lima à carga com a sua tentativa obstrucionista, mas nada logrou.

Foi o projeto aprovado por 107 votos contra 15, o que significava a ocorrência de noventa abstenções.

Fez-se, então, a redação final do projeto n.º 59 de 1906, nos seguintes têrmos do seu artigo único:

"É aprovado o Convênio realizado em 26 de fevereiro do corrente ano, pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com as modificações constantes do acôrdo firmado pelos mesmos presidentes, em 4 de julho do mesmo ano.

Exclue-se desta aprovação a cláusula referente à caixa de emissão, ouro e conversão, cuja criação fica dependente de resolução do Congresso Nacional".

A 28 de julho de 1906, começou o projeto a ser discutido

no Senado Federal. Teve parecer favorável por parte de quatro membros da Comissão de Finanças e um voto contra, o de Gomes de Castro. Obteve, logo, a aprovação de 35 senadores e a reprovação de quatro outros.

Na terceira discussão, salientou-se muito Barata Ribeiro, que levantou a preliminar sôbre se seria ou não possível emendar o projeto, recordando o que se passara na Câmara dos Deputados.

Observou Glicério que, tratando-se de convênio entre Estados, cabia ao Congresso, simplesmente, aprová-lo ou desaprová-lo. Modificá-lo, introduzindo emendas, seria intervir nos negócios peculiares aos Estados contratantes, o que era contra os princípios federativos.

Depois de acalorada discussão, em que tomaram parte Gomes de Castro, Pinheiro Machado, Glicério, Urbano Santos, Azeredo, Rosa e Silva e outros, se era ou não da competência do Senado votar ou deixar de votar a proposição vinda da Câmara, debatendo-se vivamente o aspecto constitucional do caso e a faculdade de receber o Convênio, ou não, emendas, decidiu a casa prosseguir na marcha da discussão, sem que se recebessem emendas.

Mostrou-se Rosa e Silva grandemente infenso à aprovação, vendo-se contrariado por Glicério em vivo debate. Quem se distinguiu pela veemência da oposição veio a ser Barata Ribeiro.

Declarou, solenemente, que o "Convênio era legítima ameaça à fortuna nacional e, mais do que isto, a marcha fúnebre da infeliz lavoura brasileira de café". Tinha certeza de que, dentro em muito pouco, se é que não falhassem os dados da ciência econômica, partiria do próprio São Paulo o grito de angústia provocado por esta especulação comercial, tão crítica seria a situação de seus numerosos sacrificados.

CAPÍTULO XXII

A acerba oposição de Calógeras ao Convênio de Taubaté. Observações de Roberto Simonsen. Os irmãos Ferreira Ramos e sua atuação no caso da valorização. Aspectos da crise cafeeira em Minas Gerais e no Estado do Rio de Janeiro.

Entre os financistas de grande destaque que analisaram as cláusulas do Convênio de Taubaté, destacou-se J. P. Calógeras pelo tom de acerba reprovação.

Começou por frisar quanto tinham os lavradores pago caro, senão caríssimo, o otimismo delirante que os havia levado a tomar dinheiro emprestado para comprar terras cafeeiras muito acima do seu valor e gasto largas somas no plantio de cafèzais.

Com a brusca elevação dos estoques mundiais, em 1901, como que despertara a opinião pública brasileira, e os planos valorizadores começaram a surgir numerosos.

Verberou o eminente crítico, fortemente, as operações valorizadoras partidas do Estado de S. Paulo.

A seu ver, o govêrno federal, depois de haver demonstrado agir inspiradamente, resistindo, com energia, à perigosa aventura do *corner* cafeeiro, fraqueara. O presidente Rodrigues Alves não soubera demonstrar bastante firmeza para opor um dique às pretenções dos intervencionistas.

Escrevendo em maio de 1910, afirmava Calógeras:

"O fracasso do plano valorizador foi, pois, completo, verificando-se as previsões de todos os economistas honestos que o haviam estudado e combatido. O resultado final das operações foi o gravame da cotação com a variação falseada pela

existência dos estoques, mas não no sentido da alta, e a liquidação ruinosa das operações para o Estado de S. Paulo, recaindo as sobrecargas fiscais sôbre os produtores".

Acérrimo ininigo do aparelhamento da caixa de conversão, Calógeras concluiu desferindo esta *flecha do Partha*:

"Legava ao Brasil, por mal de pecados, a caixa de conversão". Era muito cedo ainda, porém, para a enunciação de tão categóricos conceitos.

Não fôra a intervenção — e sabe Deus em que grau de perturbação econômica teriam caído o Estado de S. Paulo e o Brasil. Não só as finanças do Estado teriam sofrido os efeitos de uma catástrofe, como as da Nação.

Trinta anos após o Convênio de Taubaté, escrevia Roberto Simonsen em seus excelentes *Aspectos econômicos do café*:

"O balanço financeiro da valorização, computado no seu crédito a taxa de cinco francos, criada para os serviços de juros de empréstimo, apresentou saldo ativo".

"O balanço econômico da valorização também apresentou saldos positivos a favor de S. Paulo, pois é incontestável que esta operação evitou grandes baixas nos preços, o que iria desorganizar não só as finanças do Estado de S. Paulo, como as do próprio país.

Não se pode negar, tão pouco, que foram os mercados consumidores que pagaram, pela melhoria dos preços de venda, parte do custo desta operação".

Não quer isto significar de todo, que a operação não haja sido arriscada, e muito arriscada, como tôdas as de sua natureza — os *corners* — que representam sempre perfeita cartada.

Mas a situação criada pela superprodução, filha da inflação, de tal ordem era, porém, em 1906, que como em desespêro de causa o movimento de S. Paulo arriscou-se a esta aventura.

Mas não às cegas, sem certas e justificadas esperanças de êxito.

Seria a maior injustiça afirmar o contrário.

Observa, ainda, Roberto Simonsen: "A experiência demonstrou que o armazenamento de grandes estoques de café no Exterior, além de ser arriscado, constitui fator deprimente para os mercados que sempre se acham sob a ameaça da concorrência inesperada de tais depósitos".

Aos irmãos Augusto e Francisco Ferreira Ramos coube

muito saliente papel, no conjunto das circunstâncias de que surgiu o Convênio de Taubaté e a aplicação das medidas dêle decorrentes.

Historiaram-no, detidamente, em memórias e artigos diversos.

Afirma Augusto Ramos que defendido pelo estancamento da produção, proveniente da proibição de lavouras novas e a alternância das safras grandes e pequenas, infalível resultado benéfico teria a aplicação do Convênio, tal como se dera, favorecido, ainda, pela estabilização cambial por intermédio da caixa de conversão.

As cotações, embora lentamente, se foram alteando e, assim, garantiram ao café de tôdas as colheitas que se seguiram preços razoàvelmente remuneradores, com os quais se conseguiu restabelecer a ordem e a prosperidade nas fazendas brasileiras e resgatou-se, suavemente, o empréstimo contraido.

Calcula-se em mais de quatro milhões de contos de réis a quantia que se conseguiu economizar para o Brasil, com a intervenção dos Estados cafeeiros na crise, afirma categórico Augusto F. Ramos.

O café retirado do mercado foi, paulatinamente, vendido em um lapso de cêrca de nove anos, sendo nesse período absorvido suavemente pelo consumo, até se verificar uma situação de plena normalidade nos domínios da produção e do comércio, retirando-se, então, o govêrno, definitivamente, do mercado.

Em 1911, vaticinava Francisco Ferreira Ramos, estariam os estoques reduzidos a ponto de permitirem notável alta de preços.

Os depósitos teriam baixado a 4 ou 5 milhões e o consumo universal subido a 17 milhões.

A valorização não era, de todo, um *trust* como os seus inimigos, maldosamente, afiançavam. Visava, apenas, o nivelamento dos preços.

Justificando a atitude do Brasil, afirmou F. Ramos que se impusera ao Brasil a retirada dos mercados de parte do excedente da safra, a fim de reportá-lo, gradualmente, para os anos seguintes.

O cafèzal brasileiro crescera nos últimos anos, insignificantemente. E não cresceria por completo, ante o perigo da aplicação da lei proibitiva de seu desenvolvimento. Muitos dos cafèzais existentes já estavam envelhecidos. Não havia

perigo da ocorrência de nova safra como a de 1906-1907, pois o que a valorização fizera fôra imitar o exemplo bíblico de José, ministro do Faraó, armazenando o excesso de um ano de *vacas gordas* para o distribuidor, por quatro outros de *vacas magras*.

Se tudo corresse normalmente, seria a alta do café, em 1911, fatal. Ocorresse, porém, um fenômeno meteorológico qualquer prejudicial à safra, uma geada grande, a persistência de ventos frios, chuvaradas durante as floradas, daí decorreria enorme redução da colheita. Sofreria ela quebra que, acaso muito considerável, poderia, de repente, trazer uma alta enorme de preços.

Os críticos da valorização, quase sempre apaixonados, não prestavam atenção a certas circunstâncias das mais importantes.

Fornecendo três quartas partes da produção cafeeira mundial, era o Brasil o grande e único regulador do mercado universal. Se seus competidores quisessem aumentar, notàvelmente, os cafèzais, teriam que gastar imenso, a princípio, e, depois, esperar pelo menos seis anos, até que as novas lavouras chegassem à plena produção.

Ora, nestas condições, era tudo quanto havia de mais razoável poder contar-se com assaz largo período em que o Brasil fôsse o árbitro absoluto da oferta mundial.

A situação cafeeira, em Minas Gerais, fôra cada vez mais próspera, nos primeiros anos da República, embora não houvesse a lavoura do Estado tomado o desenvolvimento da cafeicultura paulista. Havia grande escassez de braços, e com a superveniência da crise sofrera largamente.

Angustiosas as condições do Estado ao se iniciar o quadriênio Silviano Brandão, em 1899.

Serviços organizados em dias de excepcional prosperidade, resultante do elevado preço do principal gênero da exportação mineira, tinham-se tornado, pelo pesado custeio, embora importantes e úteis, incompatíveis com as condições financeiras.

Na mensagem de 1904, o presidente Francisco Sales expunha ao Congresso impressões de viagem pela antiga Mata de Minas.

A região, que o trabalho perseverante dos mineiros, aproveitando a fertilidade do solo, transformara no mais considerável centro de cultura do café, sentia o influxo da desvalorização do produto, após grande expansão em todos os ramos

da atividade social, alimentada, no período áureo da cultura, pelos preços remuneradores.

O desequilíbrio da receita e despesa do Estado vinha se acentuando cada vez mais.

A 15 de junho de 1906, a mensagem do presidente Sales assinalava que se restabelecera a normalidade das finanças mineiras. Tratando da magna questão da valorização e do Convênio de Taubaté, lembrava que o Congresso Mineiro o autorizara a entrar em acôrdo com o govêrno federal e o dos Estados cafeeiros, para a adoção de medidas visando elevar o valor do produto, regularizar-lhe a exportação e normalizar-lhe o comércio.

Explicando a atitude do govêrno de Minas e a própria negociação de Taubaté, lembrou o Presidente que os govêrnos dos Estados apenas podiam ater-se ao plano consignado no Convênio, pois já estava êle consagrado em lei federal, a do orçamento da União, para 1906.

Desde os primeiros anos do Império, imenso fôra a preponderância do café nas finanças fluminenses, como de sobra temos assinalado.

A desorganização do trabalho, conseqüência da lei de 13 de maio, o depauperamento das lavouras, nas terras montanhosas do Estado do Rio de Janeiro e a crise dos preços, tornaram a situação da cafeicultura angustiosa.

Apanhou a crise, como sempre, a lavoura individada: em breve, as plantações do Estado, que já vinham sofrendo as conseqüências da supressão do braço escravo, apresentavam o mais lúgubre aspecto — o de cemitério, semeado de esqueletos de fazendas, cujas casas arruinadas davam a impressão de montes de ossadas, na imagem de Nilo Peçanha.

Em 1903, a crise atingira o auge, assinalava êste, então presidente.

Chegara-se ao último extremo de uma situação desesperadora: desapareciam os capitais e o braço emigrava. Desnorteado, fazia o lavrador os mais louváveis esforços para explorar novas culturas, mas para estas não encontrava mercados. Agonizava o govêrno. E as emprêsas de transporte sofriam a redução progressiva do tráfego, erradamente procurando a compensação nas tarifas altas, que por sua vez cerceavam as últimas esperanças de remuneração do trabalho. Perdiam as propriedades, diàriamente, uma parcela do valor, e, finalmente, como reflexo de todos êsses fenômenos de decadência

precoce, o deficit orçamentário acusando a insuficiência da receita para acudir às despesas públicas, lançava o Estado na voragem dos empréstimos infecundos.

Em 1905, aderiu Nilo Peçanha à política orientada por S. Paulo, no sentido de se levar a cabo a valorização. E com Tibiriçá e Francisco Sales assinou, como vimos, o pacto de Taubaté, em fevereiro de 1906.

No Espírito Santo, a alta dos preços provocou, entre 1889 e 1900, o mais notável avolumamento da cafeicultura. Passou a exportação de 309.130 sacas, em 1891, a 419.230, cinco anos mais tarde, e a 579.558, em 1897. Quase dobrara em seis anos! E maior fôra o surto, se não houvesse deficiência de braços. Em 1902, atingiu a produção 643.723 sacas.

Os diversos presidentes, a partir de 1898, assinalaram quanto sofria a lavoura com a baixa dos preços.

A 7 de setembro de 1904, apontou o Coronel Henrique da Silva Coutinho, em sua mensagem ao Congresso, a situação penosíssima da indústria cafeeira estadual.

Viviam os lavradores no maior desânimo e verificava-se a decadência das lavouras, muitas das quais estavam abandonadas.

Um ano mais tarde, assinalava o Coronel Coutinho a baixa do café, que *atingira preços ínfimos.*

Os documentos baianos sôbre a produção cafeeira local vêm a ser muito escassos, no período de 1889 a 1906.

Muito mais, até, do que no lapso anterior imperial.

Manteve-se a exportação baiana em ascensão, com a elevação das cotações. Assim, foi de 437.281 sacas, em 1895, para cair a 397.000, em 1898, a 186.658, em 1900, a 163.979, em 1902, e a 151.401, em 1904. Levantou-se, suavemente, daí em diante, mantendo-se, no triênio de 1905 a 1907, numa média de 203.000 sacas.

A crise de preços refletiu-se, nem podia deixar de fazer, sôbre a produção. Mas, Messias de Lacerda atribue as depressões notáveis da exportação, em 1902, 1904 e 1905, a circunstâncias de ordem natural, meteorológica, ou ao aumento das remessas de café baiano para as diversas regiões do Brasil, sobretudo as do norte.

Segundo o Barão de Studart, o ilustre historiador cearense, em suas *Ligeiras notas sôbre o café no Estado do Ceará,* foi a produção do Estado declinando de 1887 a 1889, para

ter uma aura de progresso até 1895. Desta época em diante, mostrou-se a descensão rápida e violenta.

Foi a exportação de 43.228 sacas, em 1891, de 35.109, em 1895, caindo para 4.091, em 1897. De 1903 a 1906, baixou a exportação a uma cifra absolutamente minúscula, inexplicàvelmente pequena, pouco mais de cem sacas anualmente!

Em princípios do século XX, observaram vários ensaistas, regiam-se de modo obsoleto as normas reguladoras do comércio do café no Brasil.

Entre êles, Sílvio F. Rangel, que afirmou subsistirem, ainda, o mesmo mecanismo comercial empregado no início da exportação e as velhas práticas herdadas dos tempos coloniais. Nada se progredira, neste particular, em relação ao que se fazia um quarto de século atrás, em pleno regime do cativeiro, quando as dificuldades das comunicações entre a região cafeeira e o litoral obstavam, naturalmente, o progresso. Se alguma diferença era lícito notar-se, entre a situação vigente e a de 1880, consistia ela em que muito mais fortemente do que naquela época, viam-se os agricultores pungidos e escravizados por infrene especulação dos intermediários.

Submetia-se o gênero a mau ensaque e mau transporte. E, nas casas comissárias o emprêgo do famoso *furador,* o instrumento recolhedor das amostras nos sacos, era sobremodo nefasto.

O café recolhido ao armazem passava, em seguida, pela operação da *viragem.* Mudavam-no dos sacos do fazendeiro para outros do comissário.

Preparadas as amostras de cada partida, eram elas reunidas às de outras, para formarem os lotes destinados à venda, ou *enforcados,* na linguagem expressiva da gíria da bolsa.

As transações efetuavam-se depois, obedecendo a normas demonstradoras de pequena confiança recíproca.

A venda aos ensacadores fazia-se à vista. Liquidada, tratava o comissário de proceder ao *rateio,* isto é, calcular pelo preço global da venda do lote, o preço que devia dar cada amostra, de acôrdo com as respectivas qualidades, ou tipos, e a importância dos clientes a que pertencia. O rateio era a operação que, talvez, mais preocupasse e atormentasse o fazendeiro.

Tarefa difícil, se não irrealizável, demonstrar ao agricultor, naturalmente desconfiado, que um processo baseado em classificação inteiramente arbitrária e partindo à revelia de

uma das partes interessadas, por indivíduos que, como tôda gente, estavam sujeitos a influências subjetivas, deviam captar-lhe a confiança, quando fatos ocorridos diàriamente estavam a lhe provar o contrário.

Nos armazens do ensacador, sofria o café nova manipulação: a preparação das *ligas*. Consistia na mistura dos diversos lotes, tipos finos e inferiores e, ainda, escolhas, de modo a formar as qualidades procuradas pelos exportadores de Nova York, as de tipo 7, 8, etc.

Preparadas as respectivas amostras dos novos lotes, eram, então, oferecidas aos compradores.

As compras se faziam ao ensacador, a prazo de 20 dias, e nelas intervinha o corretor, a perceber 100 réis de corretagem, 50 do comprador e 50 do vendedor.

Vigoravam outrora duas séries de tipos, baseados ambos na maior ou menor quantidade de grãos pretos e impurezas contidas no café: os europeus e os de Nova York.

Os primeiros denominavam-se *good average*, *first average*, *fair average*, compostos das qualidades *fine superior*, *first good*, *ordinary*, *first regular*, *second ordinary*, *second good*, etc.; os de Nova York, eram organizados segundo a ordem natural dos números, a partir de 1 (correspondendo ao melhor tipo) até 10 e 11 para as escolhas. Os tipos europeus haviam desaparecido com a influência exercida pelos americanos, vigorando, vitoriosamente, os de Nova York.

Em todo caso, evolvia o comércio para melhores normas. As transações comerciais nos Centros de Café do Rio de Janeiro e de Santos já obedeciam a métodos muito mais razoáveis.

CAPÍTULO XXIII

Evolução das normas comerciais cafeeiras no Brasil. Modernização de métodos. Progresso da agronomia do café. Os notáveis trabalhos de Dafert, no Instituto Agronômico de Campinas. Estudos de F. Rangel sôbre o custeio das lavouras. Sucedâneos e falsificações.

Com era de esperar, avolumou-se, consideràvelmente, o conjunto das conquistas da agronomia do café, no período de 1889 a 1906.

Destacavam-se, sobretudo, os estudos de Dafert sôbre diversos setores, realizados por êle e seus assistentes no Instituto Agronômico de Campinas. Detidamente examinou o sábio agrônomo os solos cafeeiros paulistas. E pôs em destaque a importância do seu teor em humus.

"A estrumação verde só preenchia o seu verdadeiro papel quando as condições favoreciam a transformação da matéria vegetal em humus", afirmou. Daí, a necessidade absoluta de se ligar maior importância à produção do estêrco de estrebaria, não sòmente para a cultura do café, como também para tôdas as culturas tropicais, quando atingissem maior grau de amplitude.

Estava inteiramente ligada à questão do humus a da circulação do azoto e do seu papel na cultura tropical. À formação de quantidades importantes, e, em comparação à zona temperada, indubitàvelmente maiores, de combinações azotadas assimiláveis na atmosfera, bem como a acumulação de salitre na terra, opunha-se a atividade de desprender-se o azoto dos organismos inferiores.

Pareciam as substâncias humosas ser, mais ou menos, a forma única estável do azoto.

Em sua gestão, muitas foram as análises de terras de cultura do Estado de S. Paulo feitas no instituto campineiro.

Tais análises, corroboradas por muitas outras, demonstraram que as terras da zona de S. Paulo, assim como as do Rio de Janeiro e Minas, são geralmente pobres em substâncias fertilizantes, sobretudo, em cal, nelas encontrada em quantidade muito insuficiente.

Tal fato contrastando, aliás, com a proverbial uberdade do solo brasileiro, confirmado pela prática, quando às operações culturais presidia o trabalho metódico e inteligente, seria paradoxal, se a favor do abono de tal fertilidade não se levasse em conta, como se tornava necessário, a extra benignidade do clima e a grande profundidade do solo arável.

Estudando o fenômeno, expendiam, e com perfeita justeza, Dafert e Uchôa Cavalcanti: "Examinando-se a espessura da camada do solo eficaz, reconhece-se uma diferença importante entre a agricultura brasileira e a européia. Enquanto na Europa torna-se preciso calcular tal espessura no máximo de 0,60, no Brasil atinge, não raro, três metros e, em geral, tem de 1 a 2 m., sendo, às vêzes, até cinco vêzes maior no Brasil".

Na zona paulista, lembrava Ferreira Rangel, em princípios do século XX, eram os diversos terrenos conhecidos por denominações particulares, formando uma classificação que nenhuma relação apresentava, aliás, com a composição mecânica.

Assim: *terra roxa, massapé, salmourão, catanduva, terra de areia, piçarra* e *pedregulho.*

Esquecia-se o nosso autor de diversos outros sob nomes conhecidos, como *branca, sangue de tatú, sarandí, quiçaba, burgalhau*, etc.

A terra roxa era reputada por excelência para o café. A ela se atribuia (talvez com algum exagêro) a grande produtividade do cafeeiro paulista. Argilosa, ferruginosa, de origem diabásica e côr vermelha escura, daí lhe vinha a denominação. Dela, os primeiros cafèzais hauriam extraordinárias cargas.

Conquanto variassem as opiniões sôbre as suas qualidades, pensava Dafert, sem querer, aliás, emitir opinião definitiva, que a chamada *roxa apurada* era a preferida pelo cafeeiro, batendo as vantagens da *misturada.*

E, assim parecia ser. Para as culturas ânuas, coincidentes com as precipitações pluviais, as terras extremamente sôltas,

permeáveis e porosas, reuniam técnica e indubitàvelmente, em maior escala, as condições ideais reclamadas por estas lavouras.

Mas, nas culturas permanentes, como a do cafeeiro, a misturada, não tendo, como a apurada, a mesma faculdade igrométrica de que carecem as pequenas raízes da planta, à superfície do solo, era-lhe menos útil sempre que, no período da sêca, esta se prolongasse além de certo limite.

A experiência desde muito mostrara que os cafèzais prosperavam melhor em terrenos onde viviam certas árvores ou arbustos, do que naqueles em que tais padrões não existiam espontaneamente.

Daí, se preferir para as culturas os terrenos em que essas árvores ou arbustos eram encontrados.

Êstes vegetais típicos variavam, como era de esperar, com a flora de cada zona.

Nas do Rio de Janeiro e S. Paulo eram os mesmos, com pequenas variantes. Em 1890, publicava Adolfo Uchôa Cavalcanti uma relação dêstes padrões com as respectivas designações botânicas, submetidas ao exame de acatado botânico, como Loefgren.

Era a presença de padrões, certamente, de grande valor, ao se tratar de abrir uma lavoura de café. Não se devia daí concluir, entretanto, que tal critério assumisse valor absoluto, pois, lugares havia em que não se encontravam aquêles padrões, sendo, entretanto, muito apropriados ao cafeeiro. Verdade é que o inverso se dava muitas vêzes.

"Embora o clima se subordinasse à situação geográfica e à altitude, não poderiam ser indicados certos graus de latitude e longitude como abrangendo a área em que vegetava o cafeeiro, conquanto não fôssem os fatores climatológicos os únicos e decisivos determinantes da prosperidade das lavouras", declarava Dafert, em 1899.

No Brasil, considerava-se o limite inferior de altitude 500m e o superior 800 m.

Ora, na Abissínia existiam plantações à altura de 2.500m. acima do mar, como ocorria em Liben, no Choa meridional.

O cafeeiro da Libéria suportava clima mais quente e mais úmido. Assim, podia ser cultivado nas baixadas.

Todas as outras variedades cultivadas comportavam-se como o café árabe, cuja qualidade climatológica mais saliente era crescer melhor na zona tropical, de clima mais propício ao europeu.

Os agrônomos do período que observamos estudaram com cuidado a influência dos ventos e do teor da umidade, procurando estabelecer uma relação entre os climas e as moléstias criptogâmicas. Apontaram a importância da seleção das sementes, processos recentes no Brasil, as condições do estabelecimento das sementeiras, o sistema dos vasos e jacás da chamada plantação de caroço, etc. Estudaram, e largamente, a propósito das replantas, os diversos processos pelos quais se efetuava a transplantação das mudas, a profundeza das covas, aparelhagem das transplantações, estercamento dos alfobres e as vantagens e desvantagens do espaçamento considerável.

Ocupavam-se todos com as derrubadas para as lavouras novas e os processos de desmatamento.

Estabeleceram-se correntes de opinião a tal propósito.

A questão das carpas, mais ou menos amiudadas, foi, também, largamente ventilada e a do sombreamento começou a ser tratada com grande afinco, assim como a das vantagens e desvantagens das culturas intercalares.

Referindo-se à policultura, que tanto estava na ordem do dia, como um dos paliativos para a solução da crise cafeeira, declarava Pérsio Pacheco e Silva que "Policultores haviam sido os laboratórios fazendeiros dos velhos tempos patriarcais". E, mais ainda: — também artífices. Não só fabricavam as ferramentas agrícolas como até teciam o pano do seu vestuário. Senhores de latifúndios, suas fazendas constituiam imensos e variados estaleiros de trabalho. Cultivavam tôda espécie de cereais, criando as mais variadas castas de gado. Tinham em casa oficinas de misteres mecânicos e tecelagens completas de algodão, de linho e lã, graças às centenas e, às vêzes, aos milheiros de escravos e de índios, servos da gleba.

Os velhos costumes brasileiros, porém, modificavam-se com a marcha evolutiva do progresso, tendendo à especialização.

De policultores que eram, em tempos de antanho, época que em S. Paulo até se cultivavam o trigo e o linho, haviam, insensìvelmente, passado à cultura exclusiva da cana, do algodão e do café, ficando a dos cereais em plano muito inferior, como cultura subsidiária auxiliar.

Assim sendo, parecia, pois, um êrro, quando o fazendeiro tão longe estava da primitiva fase agrícola do Estado, aconselhá-lo a atirar-se de novo à policultura, que lhe consumiria

grande parte da atenção e dos capitais necessários ao maior aperfeiçoamento da cultura em que se especializara e da qual tinha justo e verdadeiro orgulho.

A melhor, a única solução era, pois, ser fazendeiro monocultor no Estado policultor.

Urgia, porém, que se modificasse a rotina para se atingir o aperfeiçoamento da técnica cultural do cafeeiro, tendo principalmente em vista a restauração e conservação do solo que, ano por ano, se ia esterilizando. Se o lavrador não conseguia que o colono aumentasse o ângulo de inclinação da enxada, poderia, no entanto, com pequenas modificações no manejo de semelhante utensílio, evitar as raspagens e demais inconvenientes — buscando no trabalho racional e metódico, o corretivo que se impunha à tão prejudicial prática.

A questão da colheita, também, muito preocupou os agrônomos que verberaram os processos primitivos e rotineiros. Nada mais nefasto para a melhoria do benefício do que o método bárbaro do *derriço*. Não menos atrasada, ainda, a manipulação nos terreiros.

Permaneciam, em 1900, os atestados vivos do atraso: o jacá para a condução do café, quase sempre muito molhado, da tulha para os terreiros onde devia ser espalhado, e o celebrado rôdo, espalhador e amontoador, de 40 a 45 centímetros de comprimento por 12 a 15 centímetros de altura, rude e pesado, obrigando a enorme desperdício de fôrça e tempo do trabalhador.

O trabalho com o café nos terreiros, executado por êstes meios obsoletos, exigia grande pessoal; era dispendioso de mais, sem, entretanto, corresponder à grande quantidade de café a ser movimentado.

Quem com muita atenção se dedicou ao assunto foi Moura Brasil, que apresentou à Sociedade Nacional de Agricultura muitas comunicações a tal propósito e inventou aparelhos diversos, como um rôdo e uma vassoura mecânicos.

A poda dos cafeeiros foi outra operação sôbre a qual se travaram os mais longos e vivos debates.

Afirmava um agrônomo da autoridade de Dafert, que aí se encastelava um dos problemas mais difíceis a resolver, por não se poderem aplicar regras gerais sem atender à variedade e ao clima. Como que reclamava tratamento especial para cada caso. Tinha por fim: — 1.º, facilitar a colheita; 2.º, ventilar e iluminar o interior das árvores; 3.º, esco-

lher e conservar os bons ramos frutíferos; 4.º, evitar, em certas zonas, os estragos dos ventos, corrigindo as grandes diferenças do desenvolvimento ascensional.

Os dois primeiros itens mantinham íntima conexão com o distanciamento da plantação e o terceiro com a perfeição da cultura. Apresentava o quarto importância secundária, dizendo respeito às circunstâncias locais e climatéricas.

Tratando-se de operação cuja execução exigia, antes de tudo, prática, limitava-se Dafert a uma explicação de suas bases fundamentais. Quem quisesse praticar corretamente a poda do cafeeiro, procurasse instruções onde melhor a soubessem praticar, como na Índia Meridional, ou adquirisse por experiência própria os precisos conhecimentos. Mas não bastava; quem poderia, valendo-se, apenas, de livros, aprender a nadar ou a patinar?

Expendia Ferreira Rangel a opinião de que a poda e o decote das árvores haviam sido abusadamente usadas no Brasil, inoportunamente, sob a influência do tratado de Sabonadière — *O plantador de café em Ceilão*.

Contrariando a afirmativa do mesmo agrônomo de que, em 1885, se introduzira a poda no Brasil, devido a vulgarização do livro de Sabonadière, lembrava Pérsio Pacheco e Silva o fato de Agostinho R. Cunha, já em 1844, relatar que a poda se praticava no Rio de Janeiro pelo menos desde 1813.

No Brasil, e particularmente em S. Paulo, ninguém devia pensar em adotar o sistema cingalês.

Na poda conviria distinguir os galhos inúteis que deviam ser eliminados, como ladrões de seiva, insuficientes por êste motivo, de outros galhos ou ramos, os galhos úteis, mas já exgotados, galhos que precisavam ser fortificados e renovados. A êstes é que cabia aplicar-se o método seletivo.

Quanto aos inúteis, *ladrões* e *gomeleiras*, rebentos projetados da própria base do tronco, ou então formados de mudas nascidas junto dos pés, a êles incorporados e por êles subindo de permeio à folhagem, até surgirem por cima das copas, onde se apresentavam esguios e franzinos, nenhum inconveniente existia em que fôssem degolados junto do tronco lesado.

Começou a intensificar-se o estudo das causas de degenerescência dos cafèzais, em que se distinguiram vários agrônomos da nomeada de Lourenço Granato, Dias Martins, Augusto Ramos, Pacheco e Silva, Moura Brasil e Ferreira Rangel

Cada vez mais premente se tornava a necessidade da fundação de fazendas modêlo.

Às observações de van Delden Laerne, em 1884, sôbre a deformação dos cafeeiros, a que se denominou *piramidismo*, completou Pérsio Pacheco e Silva em largo estudo, onde abordou, ao mesmo tempo, os casos da poda, o exame químico acurado dos solos, as conseqüências da erosão, etc.

A seca artificial por meio de máquinas, também foi objeto de atentos e largos estudos.

Tornaram-se notáveis os trabalhos de Dafert e seu colaborador Rivinius, em fins do século XIX. Observaram os dois colaboradores as condições da boa seca, fizeram o exame do custeio dos secadores artificiais e o confronto entre o rendimento do terreiro e o dos secadores artificiais.

Analisaram os diversos tipos de secadores correntes no Brasil em seu tempo, e expuseram, com a máxima consciência, os resultados de suas experiências, preconizando alguns secadores dentre o grande número que experimentaram.

Até 1896, não houvera secador que resolvesse o problema da seca do café, afirmavam. Quase sempre por serem os aparelhos anti-econômicos.

Dos secadores do seu tempo, diziam não fazer segrêdo em considerar como os melhores os de Taunay-Teles (pertencente ao tipo *rápido*) e o de Ramos (tipo *econômico*).

Prosseguindo nos estudos sôbre os sistemas de cultura, fez Dafert experiências comparativas com várias espécies de cafeeiros, como o creoulo, bourbon, maragogipe, java, botucatú, etc., sob o ponto de vista da produtividade.

Deu ótimos conselhos sôbre a erosão e o uso do enleiramento, o resguardo contra os ventos frios e as geadas. Fez, ainda, preciosas observações sôbre o limite da duração dos cafèzais, as boas condições de insolação, do estercamento por adubos minerais e orgânicos, a defesa contra os abusos de vendedores de adubos minerais, etc.

Tornaram-se célebres os seus ensaios sôbre a produtividade dos cafeeiros adubados e não adubados, o decréscimo da produção nas lavouras, etc.

Ferreira Rangel e Moura Brasil, contemporâneamente, destacaram-se pela análise das condições de trato das lavouras nas diversas zonas brasileiras, apontando o quão ainda eram numerosos os casos de culturas atrasadas e irracionais, e quanta dificuldade havia para o suprimento de braços. Exíguos eram,

em geral, os salários dos trabalhadores rurais. Não prosperara, no Brasil, o sistema da meação que muitos preconizavam.

Em 1906, procedeu Ferreira Rangel a minudente estudo comparativo sôbre o custeio das fazendas de café, procurando surpreender os resultados financeiros das lavouras paulistas, fluminenses e mineiras.

Em S. Paulo, em regra geral, o tratamento de mil pés, dando uma média de 60 arrobas, o benefício desta colheita e as despesas totais correspondiam a 392.500 réis.

Tomando por base o preço de 7$000 por arroba, importava a colheita em 420$000, dando um lucro de $458 por arroba, para fazer face aos juros e amortização do capital empregado na propriedade. Lucro insignificante, mínimo!

Na zona fluminense, abrangendo Minas Gerais e Espírito Santo, chegaram as despesas a 128$100, apenas. Mas, a produção sendo três vêzes menor, proporcionava à arroba um lucro de rs. 595.

Êstes dois resultados exprimiam, na aparência, uma contradição, pois dêles resultava que o lucro, por arroba de café vendida na zona do Rio de Janeiro, superava o da zona de S. Paulo.

Da primeira verba verificava-se, porém, que, enquanto em S. Paulo onde os salários eram muito mais altos, não se poupavam despesas com a cultura, graças à qual se mantinha e desenvolvia a produtividade dos cafèzais, na zona tributária da Guanabara o maior lucro por arroba ocorria à custa de deficientíssimo cultivo, do que resultava o decréscimo anual da média de produção, o definhamento dos cafeeiros e o desaparecimento das lavouras.

Na zona paulista, o menor lucro por arroba multiplicava-se pela grande produção, mesmo nas pequenas propriedades, ao passo que, na fluminense, já muito poucas eram as fazendas em que a produção atingia uma dezena de mil arrobas. A grande maioria figurava entre as que colhiam médias muito inferiores, talvez. a três mil.

Apontava o autor quanto era completo o desaparelhamento mecânico de inúmeras fazendas, elevado o preço da sacaria, excessivos os impostos municipais e estaduais de exportação, os fretes ferroviários e marítimos de cabotagem. Em 1906, mostrava-se a situação dos produtores positivamente insuportável. Com a supertaxação dos três francos decorrentes do Convênio de Taubaté, piorara a situação. Era, aliás,

o abalisado agrônomo assaz cético a propósito das conseqüências favoráveis das operações de valorização, mero paliativo — a seu ver — prolongando a angústia da situação e beneficiando mais os concorrentes do que a própria lavoura brasileira.

Verberou Ferreira Rangel a falta de previdência dos cafeicultores fluminenses e mineiros, a propósito do problema do braço que aniquilava a economia da antiga Província.

Entre 1889 e 1906, entraram no Brasil 1.681.920 imigrantes, fixando-se 1.039.987 em S. Paulo. Dêstes, eram italianos 587.097, espanhóis 149.158 e 73.534 portuguêses. Em 1906, *os bons trabalhadores* fugiam das fazendas, por acharem insuficientes os salários...

Pensara-se na introdução de chins, mas êste recurso falhara. Parecia necessário reajustar-se o salário dos trabalhadores agrícolas, segundo o valor da moeda corrente.

Na questão da sacaria de alto preço residia outro problema da época e de capital importância, por pesar muito sôbre o custo de produção.

Em 1902, falou-se muito, em S. Paulo, dos estudos e experiências de um dos mais provectos professores da Escola Politécnica de S. Paulo, o Dr. Augusto Carlos da Silva Teles, lente das cadeiras de Química Analítica e Industrial, sôbre a fibra da guaxuma (*Urena lobata*), abundante malvácea silvestre a que batisara *aramina*.

Depois de acurados estudos, chegara o Dr. Silva Teles a obter os mais surpreendentes resultados, a fabricação de sacaria, tapetes, aniagem de diversos tipos, cordoalha, barbantes, cordéis, etc.

Causou verdadeira admiração a apresentação dêstes produtos em pública exposição, demonstrando a excelência da fibra, resistente como poucas. Augurava-se que, dentro em breve, seria a *aramina* plantada em escala capaz de fornecer matéria prima suficiente ao trabalho de uma fábrica de sacos para café, de assaz grandes dimensões.

Encetou-se, logo, a plantação da malvácea, sobretudo em Campinas, na fazenda do Barão Geraldo de Rezende.

A simples observação da fibra, declarava o Prof. Silva Teles no *Anuário da Escola Politécnica de S. Paulo para 1901*, levava à convicção de que se prestava à fiação muito mais apurada e, portanto, a tecidos incomparàvelmente superiores aos dos primeiros ensaios. Importante seria poder o

Brasil eliminar do volume de sua importação a quota referente à juta e ao cânhamo.

Infelizmente, tal não se deu, apesar dos enormes esforços do Dr. Silva Teles.

A carestia da mão de obra fez com que a produção da matéria prima avultasse extraordinàriamente. Não pôde competir com as remessas da fibra oriental, produzida em regiões da mais densa população e de salários os mais exíguos.

Em todo caso, as demonstrações efetuadas acêrca da serventia da malvácea e do seu proteiformismo não podiam ter sido mais brilhantes, para a apresentação dos produtos fabricados pelo ilustre catedrático paulista, como ocorreu na exposição da Sociedade Paulista de Agricultura, em S. Paulo, preparatória da universal de S. Luiz do Missouri, em 1904.

"Nenhum produto agrícola era, talvez, mais vitimado pelas mistificações e falsificações do que o café", afirmava Ferreira Rangel em sua tão lida monografia d'*O Café*.

A aceitação geral e o alto preço da aquisição pelo consumidor eram poderosos estímulos para tôda sorte de fraudes verificadas no comércio.

Falsificações numerosíssimas praticavam-se nos Estados Unidos e na Europa.

Da concorrência feita ao café pelas mistificações e falsificações, dava idéia o fato de que se contavam por sessentas e quiçá mais, na maioria dos países consumidores, as fábricas de café de chicórea, figos, cereais, etc. Mesmo no Brasil, verificavam-se falsificações com o milho e o feijão torrados. Na maioria dos botequins, hoteis e cafés da capital do país, e nas estações das estradas de ferro, encravadas no meio de cafèzais, oferecia-se detestável e, não raro, repugnante bebida sob a denominação de *café*.

Entre as substâncias vendidas como sucedâneos do café e objeto de numerosos privilégios nos dois últimos séculos, destacava-se, em primeiro lugar, a chicórea, que se julgava ter aparecido no século XVIII, chegando a constituir uma das grandes indústrias dos países da Europa Central. Outras houve, nos Estados Unidos, em magnífico surto de expansão, como o *Postum*, etc.

CAPÍTULO XXIV

Angustiosa situação da lavoura. A "safra grande" de 1906-1907. As primeiras compras de cafés da valorização pelo Estado de S. Paulo. Apêlo do govêrno paulista ao da República. Pedido de endôsso da União, para um empréstimo de quinze milhões esterlinos. Veementes debates parlamentares na Câmara dos Deputados.

Surgiu 1906 sob duas preocupações: uma de ordem política, outra econômica, a saber, a eleição presidencial e a baixa do café que se antevia catastrófica, sob a pressão de imensa colheita pendente, como jamais igual se presenciara.

Resolver-se-ia a primeira, felizmente, com a eleição, sem opoentes, do Conselheiro Afonso Pena, que em tudo prometera prosseguir na política financeira dos dois qüatriênios anteriores.

No tablado das discussões econômico-financeiras, vivíssimos foram os debates em tôrno do Convênio de Taubaté, destacando-se, no conjunto das discussões, a veemente oposição do Jornal do Comércio, que preconizava fragoroso fracasso das operações da valorização, pelo alheiamento absoluto da União às manobras dos Estados cafeeiros. Ao mesmo tempo, o anunciado projeto da criação da caixa de conversão não menos vivos debates provocara.

Esperava-se, ansiosamente, o advento do novo período presidencial, a inaugurar-se a 15 de novembro de 1906.

Como se procrastinassem as operações valorizadoras, começaram as queixas a se avolumar muito. Saira a campo o govêrno paulista, adquirindo cafés nos mercados de Santos e Rio de Janeiro.

Até fins de dezembro de 1906, só o Estado de S. Paulo

se achava vinculado ao contrato, contando, ainda, com os quinze milhões de libras que de princípio esperava obter, embora até sem o endôsso da União.

Mas êste ouro como se mostrava esquivo. A sobretaxa ainda não pesava sôbre os cafés paulistas e o comércio fluminense, embora influenciado pelas operações em Santos, e ressentido da mesquinhez dos preços, não se mostrava perturbado.

Se as cotações eram baixas, a procura, contudo, não se retraíra.

Isentos os cafés mineiros e fluminenses da sobretaxa, parecera ao govêrno paulista que tão imprudente desigualdade reclamava imediato corretivo. Atuando sôbre os govêrnos dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas, prometendo-lhes custear as despesas da transplantação do acôrdo para a praça do Rio de Janeiro, e alegando que fazia sacrifícios para a valorização do café, — da qual os dois Estados já se aproveitavam — induzira-os a estabelecer, para os respectivos produtos, a sobretaxa, ordenando às mesas de rendas competentes que a arrecadassem.

De vários pontos do país partiam brados de protestos contra o Convênio, continuando a surgir projetos e planos, de todo jaez, para a defesa do café.

Assinado o Convênio de Taubaté, constituiu êle o assunto de um projeto na sessão legislativa extraordinária do Congresso Paulista, em 1906, indo às Comissões de Indústria e Fazenda. Aprovado pelo Congresso do Estado de S. Paulo, a 1.º de junho de 1906, foi sancionado pela lei n. 990, de 4 de junho de 1906, e pelo govêrno federal (decreto de 6 de agôsto de 1906).

Começou a arrecadação dos três francos da sobretaxa.

Para iniciar o serviço de defesa, realizou o govêrno de São Paulo uma operação de caráter provisório, por intermédio do Brasilianische Bank für Deutschland.

Descontou letras do Tesouro, no valor de um milhão esterlino, a prazo de um ano, pagáveis, em Londres, à sucursal do grande banco Desconto Geselschaft.

Mais tarde, foram dois empréstimos de dois milhões esterlinos lançados em Londres, por meio de J. Henry Schroeder & Cia., e um milhão, em Nova York, pelo National City Bank, com a garantia da sobretaxa ouro dos três francos.

Nenhum empréstimo futuro poderia ser feito pelo Es-

tado, sem o prévio resgate dêste de três milhões com os juros integrais, rezavam os têrmos contratuais.

Ficaria o govêrno, contudo, livre de realizar outros empréstimos, mas para serviços diversos.

No caso da insuficiência do produto da sobretaxa para o serviço de juros, o govêrno, imediatamente, o completaria com recursos provindos da receita estadual.

As compras de café por conta do govêrno de S. Paulo iniciaram-se a 20 de agôsto de 1906.

Por deliberação do govêrno paulista, a 7 de maio de 1907, foi encarregado de assumir a chefia da fiscalização dos cafés pertencentes ao Estado e armazenados na Europa, o Dr. Francisco Ferreira Ramos, cujo Comissariado Geral se localizou em Antuérpia.

A 31 de dezembro de 1907, o balanço geral do serviço de defesa do café do Estado de S. Paulo consignava um total de cafés comprados e armazenados de 8.146.123 sacas, no valor de 270.578:554$498.

Os seis milhões de esterlinos dos empréstimos com o govêrno federal, Schroeder & Cia., e National City Bank, representavam um passivo de 94.449 contos.

O ativo da valorização atingia a 270.578:554$498 e o passivo 294.554:694$096.

Tal o movimento financeiro relativo às operações de defesa tão desastradamente rotuladas de "valorização", título infelicíssimo que atraía sôbre si a desconfiança geral e a antipatia de muitos.

Em princípios de 1907, começou, no Rio de Janeiro, a Casa Theodor Wille a comprar, por conta dos três grandes Estados cafeeiros, o tipo 7, americano, à base de 7$000 e até 15.000 sacas diárias.

Funda comoção causou tal notícia no mercado carioca, porque os cafés baixos, de tipo 8 e 9, de que existia grandíssimo estoque, estavam tendo, então, saída regular.

Esta deliberação provocou intensos protestos de numerosas entidades prestigiosas, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Sociedade Nacional de Agricultura.

Em fins de 1907, dizia o *Retrospecto do Jornal do Comércio* que "o malfadado (sic) Convênio de Taubaté fôra verdadeira aventura, e, ainda mais, para a lavoura verdadeiro presente de grego. Para o comércio representava tremendo

golpe e para o crédito público pretendia converter-se em tremendo corrosivo!"

Multiplicavam-se e redobravam os ataques ao projeto de criação eventual da caixa de conversão, concretizado num projeto de David Campista ao Parlamento, fortemente contrariado por vultos de valor como, entre outros, Joaquim Murtinho. O presidente Pena apoiava-o com todo o empenho. Admitia a criação de um aparelho destinado a receber o ouro que espontâneamente o procurasse e sôbre êle emitir bilhetes de trôco pronto, ao câmbio prefixado de 15 d. por 1$000 e com curso legal.

Dispunha o projeto, ainda, que quando o depósito ouro atingisse £ 20.000.000, ou 320 mil contos de bilhetes conversíveis, escolheria o Congresso Nacional nova taxa cambial para as emissões futuras, sendo, então, recolhida a precedente e substituida pela do novo tipo.

Consagrava o projeto outro dispositivo, a saber: os pagamentos até então contratados em ouro, ao câmbio de 27, seriam satisfeitos de acôrdo com o contrato. Assim, também as despesas ordenadas a êsse mesmo câmbio continuariam realizadas, como de costume.

Pensava-se, ao mesmo tempo, em uma quebra do padrão cambial, o que não se efetuou, aliás, manifestando-se, então, fortíssima repulsa a tal plano.

Comentavam, contemporânea e sarcàsticamente, os adversários da valorização que o govêrno paulista já lançara mão de todos os recursos possíveis para fazer face aos compromissos a que se arriscara.

Realizara o arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana a um sindicato americano, conseguindo mais dois milhões de esterlinos por intermédio da Société Générale Française, ou líquidos, apenas, £ 1.800.000. Afinal, tendo adquirido sete milhões de sacas em Santos e no Rio, parecia que cessara a sua atuação, por exaustação de recursos.

Corriam boatos de que obteria, emprestados pelo Deutscher Bank, mais dois milhões de esterlinos, mas soubera-se que o govêrno paulista telegrafara ao seu Comissário Geral em Bruxelas dando por terminadas as compras, e declarando que o Estado conservaria por prazo indefinido o estoque adquirido e o que viesse a ser comprado futuramente, não o vendendo, em hipótese alguma, por preço inferior a 45 ou 50 francos.

A 11 de junho de 1907, declarou-se no Rio de Janeiro que não haveria mais compras e a 15 se proclamou a cessação definitiva das aquisições por conta do Convênio.

O Presidente da República mandou, então, à Câmara dos Deputados a representação recebida do govêrno de S. Paulo, solicitando o auxílio de £ 3.000.000 para ultimar o plano da valorização.

Sabia-se que os Rothschild faziam a maior oposição às operações do *corner* cafeeiro.

Calculava-se que o estoque, a 30 de junho de 1908, seria de 14.283.000 sacas.

Apezar da compra e da retenção, os preços baixaram. Os extremos por arroba haviam sido, em 1906, rs. 6.400 e 7.200; em 1907, rs. 4.700 e 6.100!

Advogavam os Estados signatários, e com o maior empenho, o endôsso da União para um grande empréstimo de quinze milhões esterlinos, ao seu ver indispensável ao plano de defesa.

A seu favor manifestava-se o Presidente Pena, que, em mensagem de 3 de maio de 1907, depois de se referir à baixa das cotações devidas à enorme safra de 1906-1907, lembrava que a ação dos govêrnos dos três principais Estados cafeeiros da República, confiada a S. Paulo, conseguira reter do mercado crescido número de sacas. Assim, impedira que a depressão assumisse proporções desoladoras.

Conforme já autorizara o Parlamento, podia a União prestar fiança às operações de crédito que os três haviam feito. Tal intervenção não fôra ainda precisa por não terem êles levantado o empréstimo autorizado em lei; mas, seria efetuada desde que a reclamassem, pois, iniludìvelmente, se tratava de interêsse nacional.

Enorme interêsse causou nas rodas econômicas mundiais a execução do plano valorizador. Vieram numerosos economistas e sociólogos estudá-lo *in loco*. Houve muito quem vaticinasse o completo fracasso da chamada "valorização", e poucos foram os observadores que se mostraram otimistas desde os primeiros dias da execução do referido plano.

Continuavam volumosos os protestos da imprensa especializada européia, das Câmaras Sindicais e até de Câmaras Municipais, como, por exemplo, a do Havre, em 1908.

As melhores estatísticas, as mais favoráveis auguraram, para 30 de junho de 1909, um estoque de 14.139.000 sacas.

Haviam os preços piorado em 1908, entre os extremos de rs. 4.800 e 5.600!

Na mensagem anual ao Congresso Paulista, em 1908, relatava o Presidente, Dr. Manuel de Albuquerque Lins que, cumprindo determinação de lei, organizara o serviço de propaganda do café no exterior.

As operações da valorização continuavam firmemente. Estado Oadquirira 8.146.123 sacas armazenadas no Brasil, Estados Unidos e Europa, despendendo, nesta operação, 270.578:554$000.

Mas, já os efeitos da valorização se faziam sentir, afirmava categórico.

Minguava o estoque mundial e começavam as solicitações dos comerciantes candidatos à aquisição dos cafés retidos. Determinara o govêrno que nada se venderia a menos de 50 francos por 50 quilos, e nada o afastaria dêste propósito.

A pretensão ao endôsso, por parte da União, do empréstimo de quinze milhões esterlinos, provocou vivíssimos debates parlamentares.

À Câmara dos Deputados, na sessão de 16 de novembro de 1908, entregou a Comissão de Finanças o parecer de que era relator o Dr. Inocêncio Serzedelo Correia.

Trazia seis assinaturas favoráveis, um voto vencido e outro com restrições.

Explicou Serzedelo Correia, longa e minudentemente, os motivos do seu aplauso ao projeto.

Não conseguira o Estado de S. Paulo, com os recursos próprios e ordinários, levar avante as operações necessárias para completar a sua defesa.

Vultosa quantidade de sacas já fôra subtraída ao consumo, mas por meio de recursos de adeantamento a prazo curto, warrantando-se o gênero a êsses empréstimos com prazos vencíveis a tôda hora. Não dispunha S. Paulo de outros meios a não ser nova e larga operação de crédito, para evitar que os cafés estocados fôssem desordenadamente lançados ao consumo para liquidação de adiantamentos, tanto mais quanto o mecanismo e a execução do plano estavam em mãos de intermediários envolvidos no próprio comércio cafeeiro.

Por outro lado, como a nova safra não fôsse reduzida, e não diminuisse a produção, e como também não aumentasse o consumo convenientemente, via-se quão insegura fôra a operação inicial e a melindrosa posição em que ficara o Estado

de S. Paulo. Refletia-se tal perigo sôbre a Nação, pois três quartas partes dos recursos cambiais de que necessitava a República provinham das letras do café.

Era o momento muito delicado. Havia, em depósito, cêrca de sete milhões de sacas warrantadas, no valor de libras 12.707.074-9-5.

E, oferecia-se um dilema.

Se S. Paulo abandonasse as suas compras às exigências dos prestamistas, a venda desordenada que daí adviria, agravada pela safra corrente, deprimiria enormemente os preços, em mais, talvez, de 50%, o que para o Estado certamente acarretaria prejuizos imensos e uma situação de incalculável gravidade.

Arruinar-se-lhe-ia a lavoura, acarretando profunda crise econômica, comprometendo o sorvedouro do deficit não só a vida financeira estadual, como a econômica de tôda a República, pela inevitável e incalculável redução da receita, graças ao enorme decréscimo dos recursos da exportação.

A 8 de novembro de 1908, discutiu Calógeras longamente o parecer, debatendo com Serzedelo. Formidável oposição moveu ao projeto, a ponto de exclamar em tom patético:

"Quando amainará êste vento de insânia financeira?"

Em nome da bancada paulista, levantou-se para responder-lhe o Dr. Cincinato Braga, que com veemência, revidou. Dois aspectos oferecia o problema: um, o mais amplo, político-social; outro, o mais restrito, econômico-financeiro.

Argumentou com o papel capital que o café representava na economia nacional.

E, terminando, alegou que a perturbação econômica em que S. Paulo se debatia era mais obra da União e dos outros filhos do Brasil, do que dos paulistas. Ninguém ignorasse e ninguém esquecesse que a União, vilipendiando a moeda, levara, a golpes de emissões tresloucadas, a desordem ao seio da produção cafeeira.

A 19 de novembro, longo discurso proferiu Barbosa Lima, provando do modo mais acerbo sua oposição já tão fartamente manifestada na luta aberta contra o Convênio.

Ia, a seu ver, a chamada valorização trazer a ruína dos preciosos resultados obtidos pelo esfôrço construtor dos quatriênios de Campos Sales e Rodrigues Alves.

"O problema máximo do Brasil era o monetário, o imperioso saneamento do meio circulante, pela espontaneidade das

produções que dispensavam artifícios oficiais, provindas da capacidade de cada zona, pela intervenção do Estado a quem falecia o direito de absorver tôdas as energias para as empregar em determinado destino", concluiu Barbosa Lima, ao encerrar as longas considerações de adversário estrênuo da valorização cafeeira.

Na sessão de 20 de novembro, o deputado Ribeiro Junqueira reforçou a argumentação de Cincinato Braga, assegurando a S. Paulo a solidariedade de Minas Gerais.

Seguiu-se-lhe Alcindo Guanabara com a palavra. Embora oposicionista ao govêrno de Pena, achava que o plano de defesa cafeeira defluira do modo mais natural das condições e circunstâncias que se haviam conjugado. O que o govêrno, contudo, não podia fazer, era deixar o café entregue à sua sorte. Sua ruina seria, infalìvelmente, a do país.

Como Barbosa Lima o interrompesse com irônico: "Logo, o Brasil é o café!", lançou-lhe o deputado carioca, em resposta, o axioma recente emitido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro: *"No dia em que a lavoura cafeeira fizer ponto, estará o Brasil falido!"*

A 21 de novembro de 1908, proferiu Barbosa Lima longo discurso obstrucionista.

Discutindo as cifras alegadas pelos corifeus da valorização, garantiu que a colheita paulista de 1909-1910 seria igual à *safra grande* de 1906-1907.

As sobras da exportação avultariam fatalmente, dentro de poucos anos, 'surgiriam dois estoques, duas pilhas, duas ameaças", na frase do parecer, a provocar a imaginação dos financeiros e agricultores.

De um lado, os oito milhões do estoque natural; de outro, novo estoque dentro de S. Paulo, imobilizado em Santos sem vir ao Rio de Janeiro, impedido de ser exportado, mas existente.

Bastaria isto, para reproduzir os mesmos males que o Convênio de Taubaté procurara minorar. Dentro de, talvez, três anos, se reproduziria o novo círculo das aflições que se dizia ter desaparecido.

O deputado rio-grandense do sul, Pedro Gonçalves Maciel, também muito infenso ao endôsso, declarou duvidar muito da constitucionalidade da política intervencionista da União nos negócios econômicos relativos a qualquer Estado.

O deputado Pereira Lima, aliás membro divergente da

Comissão de Finanças, declarou que votaria a favor do projeto, e, solenemente, expendeu:

"Na conjuntura atual, se o govêrno da União se mostrasse indiferente e não tomasse uma providência, em relação ao pedido do Estado de São Paulo, entendo que praticaria êrro grave e, talvez, um crime".

Voltou Serzedelo Correia à tribuna para discutir, amplamente, os pontos de vista dos oposicionistas.

Lembrou à Câmara que o estrangeiro dominava a situação por completo. Senhor de avultado estoque, pouco empenho mostrava, e realmente tinha, em comprar novos cafés, a não ser por vil preço. Que fazer, pois? Cruzar os braços, como conseqüência do espontâneo desenvolvimento das culturas e indústrias que no Brasil pudessem, com o correr dos anos, vir a expandir-se como pretendia Calógeras? Mas, era essencial cuidar dos vivos, isto é, do futuro; ver o que se podia fazer para minorar a crise, circunscrever-lhe o raio de ação, para não deixar morrer os que tinham direito à vida. E era preciso, também, cuidar da hora presente, reduzindo, a tempo, os males ao mínimo possível. E, isto só se alcançaria amparando o Estado de S. Paulo e, mais do que isto, com êle, a própria União.

Não era admissível a verificação da hipótese de Calógeras, quando êste afirmava que o instinto dos detentores do estoque os levaria a vendê-lo lentamente, para evitarem fatais prejuízos.

Se se desse o despejo de tôda a enorme massa empilhada, ocorreria o craque fatal de S. Paulo e, com o dêste, o da União.

Voltou Barbosa Lima à tribuna, com grande veemência, a profetizar a inevitável derrocada cafeeira. O seu grande argumento consistia em que as safras paulistas continuariam imensas, ao passo que o consumo caminharia do modo mais tardonho.

O contra-almirante José Carlos de Carvalho significou à Câmara quanto, ao seu ver, a causa principal da crise residia no péssimo preparo dos cafés brasileiros.

O deputado Paulino de Sousa Junior, depois de lembrar que concretara o Convênio de Taubaté, declarou-se partidário da concessão do endôsso.

Julgava suficientes as garantias paulistas.

Havia, ainda, a vantagem de se pôr ponto final à infeliz

tentativa da valorização. O pensamento do govêrno de S. Paulo, conforme se proclamara, era dispor do estoque, embora o fizesse lentamente. Esta aventura não poderia ser renovada, não só pelo exemplo da primeira, que serviria de escarmento, como pela apertada situação financeira, em que forçosamente, ia ficar o Estado.

Voltou Calógeras à tribuna, propondo a negação pura e simples do endôsso, porquanto o que convinha fazer era encerrar o ciclo das operações da nefasta valorização. Remédio se encontraria na destruição do estoque dos sete milhões de sacas, propriedade do govêrno paulista.

A Calógeras respondeu Serzedelo Correia, taxando-o de incoerente. Passara do *laissez faire* à idéia da queima do estoque!

O líder da bancada do Rio Grande do Sul, Dr. Cassiano do Nascimento, declarou que queria explicar ao país o apôio próprio e o da grande maioria de seus colegas ao endôsso.

Infenso a êste, aliás, considerava-o aberrante das leis da ciência econômica.

Mas, chegara-se a uma situação em que não se tratava da valorização do café, e sim de amparar o crédito de S. Paulo, ao qual se ligava o nacional. E isto, para se evitar inevitável craque.

Afinal, surgiu à tela dos debates a redação final do projeto n. 394, de 1908.

Decretou o Congresso Nacional: ficava o Presidente da República autorizado a garantir, até o máximo nominal de £ 15.000.000, o empréstimo externo que S. Paulo contraisse para liquidar as operações efetuadas, tendo em vista a valorização do café, e converter em dívida consolidada as operações flutuantes de crédito, já realizadas com o mesmo fim.

Para tal efeito, o Estado se obrigaria a pôr em execução diversas disposições.

As importâncias da sobretaxa de cinco francos, por saca exportada, seriam depositadas, semanalmente, em estabelecimento que o govêrno federal designasse, e exclusivamente destinadas ao serviço de juros e amortização do empréstimo. Não poderiam de forma alguma, sob que fundamento fôsse, ser desviadas de tal fim.

No caso de insuficiência da arrecadação da sobretaxa, ficaria o Estado de S. Paulo obrigado a entrar com a impor-

tância necessária, para o pontual e exato cumprimento do serviço do empréstimo, devendo qualquer excesso, anualmente verificado, ser conservado em depósito para pagamentos ulteriores.

Como garantia do empréstimo, dar-se-ia aos credores o estoque de 6.994.920 sacas, que no exterior possuia o Estado de S. Paulo. Mas, nesse mesmo contrato se deveria estipular que a venda de tais cafés só poderia ser efetuada mediante acôrdo entre o govêrno federal e o de S. Paulo e após autorização do primeiro.

As receitas provindas das vendas dos cafés estocados seriam, exclusivamente, reservadas para a amortização do empréstimo.

Se, por qualquer eventualidade, houvesse conveniência em reduzir o Estado de S. Paulo o imposto sôbre a exportação de café, tal redução não poderia, em todo caso, afetar a sobretaxa.

Obrigava-se S. Paulo a manter em vigor a sua lei de 25 de agôsto de 1908, até efetiva liquidação do empréstimo, salvo acôrdo com o govêrno federal na adoção de qualquer providência que substituisse a limitação da exportação do café, designada na mesma lei.

Ficava o Presidente da República autorizado a adotar, além das garantias pré-estabelecidas, tôdas as que entendesse necessárias e decorrentes da natureza da operação a que se referia a lei.

CAPÍTULO XXV

A questão do endôsso no Senado Federal. Triunfo dos valorizadores. Os resultados das primeiras operações de defesa. Opiniões brasileiras e estrangeiras. Comentários de economistas de maior e menor renome e opiniões de adversários irredutíveis.

A 4 de dezembro de 1908, começou o Senado Federal a tratar do caso do projeto de endôsso.

Teve êste o voto favorável da Comissão de Finanças, cujo relator foi Urbano Santos e um voto em separado de Francisco Sá, que manifestou não ter a mesma confiança dos seus colegas no êxito das operações.

Mostrava-se inconstitucional, afirmou, o dispositivo relativo à conservação da sobretaxa, pois investia a União da autoridade de regular direitos que a Constituição conferia, privativamente, aos Estados, isto é, de tributar a exportação de seus produtos.

Era a operação sobremodo pesada, agravando os já consideráveis encargos da União.

Seu colega pela Bahia, Severino Vieira, mostrou-se, também, sobremodo infenso ao projeto.

Muito melhor seria, declarou, que se deixasse a crise resolver-se pelos processos naturais. Haveria vencidos, vítimas cairiam na luta, mas do curso natural e inflexível das leis econômicas, surgiria a solução.

Quem, então, ao projeto moveu formidável oposição foi Barata Ribeiro. Já em 1906, muito se assinalara pelo ataque veemente à aprovação do Convênio de Taubaté.

Nem sempre foi feliz nos argumentos, pois por vêzes estabeleceu símiles absolutamente inadequados ao caso.

Na sessão de 9 de dezembro de 1908, respondeu o sena-

dor paulista Alfredo Ellis aos colegas pelo Distrito Federal e Bahia. E fê-lo em discurso cheio de ironias.

Externou a sua inabalável fé nos resultados favoráveis do plano de defesa. Argumentou, longamente, com os dados estatísticos.

Aprovado o projeto por grande maioria de votos, não tardou em subir à Presidência da República, de quem recebeu imediata sanção.

Do estrangeiro, vinham vozes as mais pessimistas sôbre o desfecho das operações valorizadoras. Assim, uma autoridade de enorme prestígio para a época, Paulo Leroy Beaulieu, em agôsto de 1908, profetizou terrível epílogo para a aventura a que se abalançava o Estado de S. Paulo.

Baixara o preço do café de vinte por cento, de 1906 a 1907, e, ainda, de três a quatro por cento, de 1907 a 1908, atingindo o mínimo das cotações dos últimos vinte anos!

A presença do estoque paulista apavorava o comércio. Concentrava-se em mãos de um só, em vez de se achar entre as de diversos. Repetia-se o fatal e célebre caso do Sindicato do Cobre, em 1890, de tão nefasta memória, caso terminado por um descalabro, que de tal modo perturbara o comércio do metal, com a sua derrocada, que anos e anos haviam passado antes que êste se reorganizasse sôbre bases estáveis, deixando atrás de si as mais consideráveis ruínas.

Dura lição esperava S. Paulo — e que ela servisse de espelho para os govêrnos não se meterem em aventuras para as quais lhes faltava qualquer competência — porquanto, além de tudo, tais cartadas não podiam inspirar confiança alguma, comentava ásperamente o célebre economista francês.

Não enxergava Leroy Beaulieu, em seu cassandrismo falho, o que percebera, contemporâneamente, outro economista seu compatriota, de reputação, aliás, mínima em relação à sua — Pierre Denis.

"Os promotores da chamada valorização, afirmava, só ensavam salvaguardar a grande lavoura cafeeira. Se o conseguissem, nenhum sacrifício teria sido demasiado".

Ora, isto desde os primeiros dias êles o haviam obtido; em 1907, em 1908 e em 1909, continuaram os calèzais paulistas a ser carpidos e colhidos. Não se interrompera o ritmo do seu trabalho.

Mas, é que Denis viera examinar *in situ* os aspectos capitais da questão que Leroy Beaulieu analisava livrescamente.

E isto, apenas, para ver estrondosamente desmentidas, algum tempo mais tarde, suas profecias pontificais.

A balança comercial brasileira, em 1909, não foi das mais brilhantes. O café continuava a arrastar-se em posição muito medíocre e a borracha achava-se em crise aguda. Passara a saca de 29.064 rs., em 1908, a 31.626 no ano imediato. Em todo caso, não se agravara a crise cafeeira.

Em 1909, o senador Francisco Glicério apresentou em sua câmara um projeto autorizando o govêrno da República a entrar em acôrdo com o de S. Paulo, acêrca dos empréstimos federal de £ 3.000.000 e estadual de £ 15.000.000, de modo a se poder efetuar a redução da sobretaxa a um nível suficiente ao serviço de juros e amortização.

O govêrno de S. Paulo desautorizou o senador, declarando que êle agira sem consultar os alto poderes do Estado.

Em Minas Gerais, crescia o movimento cooperativista dos produtores municipais e estaduais, mas suas associações queixavam-se, e muito, dos comissários do Rio de Janeiro.

Na mensagem de 1909, ao Congresso, o Presidente de S. Paulo, dr. Albuquerque Lins, declarou que considerando interessar a propaganda do café tanto a S. Paulo, quanto à União e aos demais Estados produtores, solicitara a atenção do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para a necessidade de um convênio regulador da ação dos govêrnos estaduais interessados.

Tal iniciativa merecera o melhor acolhimento. Haviam-se estabelecido as bases sôbre as quais deveria ser feito o serviço de propaganda.

O valor do café da valorização existente (7.531.955 sacas) era de 252.290:800$000, e no saldo das despesas com as operações de 78.788:814$000, a serem amortizados nos exercícios seguintes com o produto da sobretaxa.

O passivo da operação correspondia a 291.276:202$000 ou £ 18 [illegible]1.600; assim, pois, já se previa um lucro de [illegible]03:4[illegible]000.

Obtido o endôsso da União para a consolidação definitiva do empréstimo, declarou o Presidente Lins que o govêrno paulista efetuara, a 11 de dezembro de 1908, um empréstimo de £ [illegible]000.000.

Realizado ao tipo líquido de 85%, com a garantia especial do produto da arrecadação da sobretaxa e o estoque pertencente ao Estado existente na Europa e nos Estados Unidos,

deveria o produto da venda dos cafés ser aplicado no resgate dos títulos do empréstimo, que se esperava ver inteiramente liquidado dentro de dez anos.

Um Comité encarregar-se-ia da venda e liquidação de todo o estoque, em nome e por conta do govêrno paulista, por meio de leilões públicos ou por proposta de compra em carta fechada.

A um dêstes delegados ou representantes do executivo bandeirante, assistia o direito de vetar as transações acertadas, tendo o seu veto efeito suspensivo até deliberação final, que, neste caso, teria de ser proferida pelo Presidente do Banco da Inglaterra.

Haviam sido entregues ao Comité 6.842.374 sacas, que constituiam o que se designava no comércio sob o título de *estoque da valorização*.

O restante, composto em sua quase totalidade de cafés armazenados em Santos, S. Paulo e Rio de Janeiro, se excluira do contrato, para ser liquidado como o govêrno achasse mais conveniente. Estava, aliás, já em grande parte vendido.

Comprometera-se o Estado de S. Paulo a limitar a sua exportação a nove milhões de sacas, em 1908-1909, nove e meio, em 1909-1910, e dez, em 1910-1911.

Em 1909, causou impressão longo e autorizado depoimento de abalizado especialista em assuntos cafeeiros — Isidro Gomes Teixeira, sôbre as possibilidades das lavouras paulistas.

Apontou o enfraquecimento dos cafèzais, e afirmou que com a ausência de lavouras novas as cargas diminuiriam progressiva e naturalmente.

Não se repetiria tão cedo aquela imensa safra de 1906-1907, grandemente responsável pela crise de superprodução, como apregoavam os que ignoravam a verdadeira situação das lavouras de S. Paulo, e, por êste motivo, acompanhavam as operações de defesa de verdadeira cartada — a mais incerta e a mais ameaçadora.

Começavam a aparecer na imprensa econômica estrangeira vozes menos pessimistas sôbre o êxito das operações. Assim, Edmundo Thery, economista abalizado, justificou a atitude do govêrno paulista. Era preferível, afirmou, transgredir um princípio de economia política do que deixar perecer o próprio Estado.

Vira-se o govêrno de S. Paulo na inelutabilidade de pro-

ceder como procedera. Só o futuro, porém, diria se o êxito coroaria, ou não, a aventura a que tivera de arriscar-se.

Pierre Denis em seu *Le Brésil au XX.ème Siècle,* estudo imparcial e muito consciencioso, escrevia que a valorização provocara numerosas polêmicas, precisando ser observada imparcialmente. Em suas linhas gerais, consistira em uma muito avultada operação financeira, ousadamente empreendida pelos políticos de São Paulo.

Mas, o que a tornava notável, vinha a ser o seu caráter de verdadeira inovação em matéria de economia política, nova forma de intervenção protecionista de um govêrno em campo comercial.

Muita gente existia sem compreender as determinantes da atuação paulista. Para ela, não passava a valorização de legítima cabeçada. No próprio Brasil, encontrara encarniçados inimigos.

No tempo, escrevera-se a valer sôbre o caso, mas a enorme maioria dos reparadores falavam sem se achar convenientemente informados.

Tais apreciações só podiam ser as do julgamento sumário de um processo de que o público não conhecia os autos.

Defendeu Denis o executivo paulista. Agira com prudência e critério. Fizera com que às operações antecedessem medidas preliminares da maior importância: procedera-se a minucioso inquérito sôbre a situação dos produtores extra-brasileiros. Verificara-se quanto era fraca a sua concorrência, mediante estudo feito por Augusto Ramos em longa viagem. Proibira-se o plantio severamente. Era, pois, indubitável que o govêrno de S. Paulo agira com prudência: após estudar detidamente o problema, verificara que o único meio viável residia na aquisição de grande parte do estoque mundial.

Contava com o decréscimo da produção, coisa que lhe parecia fatal, e precisava intervir, porque tal gênero de operações não poderia ficar a cargo de particulares.

As operações decorrentes do Convênio de Taubaté haviam sido conduzidas com verdadeira sensatez.

Os homens do govêrno que as haviam empreendido só visavam um fim, e êste exclusivo: salvar a grande lavoura cafeeira de inevitável catástrofe. Se o conseguissem, nenhum sacrifício teria sido demasiado.

Os fazendeiros, testemunhou P. Denis, mostraram-se fide-

líssimos ao govêrno paulista. A grande safra de 1906-1907 deixara-lhes saldo, apezar dos preços baixos.

Tal superavit, êles o deviam às operações preliminares da valorização, que já prestara serviços ao escoamento normal dos cafés colhido neste ano. O seguinte, 1907, decorrera-lhes muito mais duro; muito poucas haviam sido as fazendas que não tivessem dado deficit. Mas, os fazendeiros se tinham mantido corajosos, sem protestos, contra a sobretaxa, confiantes plenamente no govêrno bandeirante.

Terminando as considerações que a inspeção dos fatos lhe sugeria, em fins de 1908, indagava P. Denis: seria a safra de 1906-1907, ou não, o apogeu da produção brasileira?

Se esta crescesse, passaria a valorização, fatalmente, a ser verdadeira catanada desfechada no vácuo.

Havia, porém, dois elementos excelentes de resistência e triunfo: a proibição do plantio e o envelhecimento do cafèzal antigo. Continuara-se a plantar fora do território paulista, mas pouco.

Em 1909, publicou Amour Lalière, economista belga, larga monografia, fruto de longo estudo conscienciosso, intitulado: *Le café dans l'État de Saint Paul*, e nela, com a maior abundância de dados exatos, se expõe a situação cafeeira paulista daquele riquíssimo.

Ótimo o seu histórico da valorização, o qual corrobora o apanhado de Denis.

Louva Lalière o critério e a sinceridade dos compradores paulistas, feitas com tôdas as precauções necessárias e versando sôbre tipos de primeira qualidade, como cafés finos.

Escreveu Lalière no momento em que S. Paulo negociava o grande empréstimo de £ 15.000.000, e o seu Congresso acabava de votar a lei limitando a exportação a nove milhões de sacas, para a safra de 1908-1909. Esta disposição era, realmente, da máxima importância e do melhor alvitre para refrear a superprodução.

Assim, nos primeiros dias de janeiro de 1909, "a valorização se apresentava sob aspecto totalmente diverso, deixando entrever, pelas suas condições atuais, uma solução favorável a S. Paulo".

Terminando a análise, expendeu o economista belga:

"Mesmo que as previsões dos valorizadores não se realizassem na medida por êles esperada, estaria a valorização a perigar?

Pensamos que não. Com efeito, a superprodução eventual que poderia ocorrer no Estado de S. Paulo, nos anos próximos, perdeu a importância sob o ponto de vista da valorização. A lei votada em julho de 1908, mandando cobrar os direitos de vinte por cento, *ad valorem*, sôbre todo o café exportado além de certo limite e restringindo a safra exportável, doravante regula as saidas de Santos".

Os argumentos de que a valorização provocaria a concorrência de outros países e regiões cafeicultoras, achou-os o professor de Antuérpia inaceitáveis.

A produção extra-brasileira não parecia crescer, não poderia até mesmo crescer.

Em 1910, publicou a Livraria Hoepli o livro *Il café*, de autoria de Bruno Belli, conceituado homem de negócios de S. Paulo, e aí residente já antes de 1889.

Há neste volume interessante capítulo sôbre a valorização, assunto "cuja história exigiria livro de grande tomo", so para se resumir *per summa capita* quanto sôbre elê se imprimira.

Como já se achavam muito bem organizados, saberiam os brasileiros defender as riquezas e recursos naturais de sua Nação e os de S. Paulo. Agora, pelo menos, se operava enérgica e inteligentemente sôbre o café "che se vuole e si saprá valorizzare", afirmava categórico o ensaista italiano.

Em 1910, grande agitação política apossou-se do país, a propósito da eleição presidencial, na chamada *campanha civilista*. Mas, tudo terminou pacìficamente, sendo, em novembro, empossado no govêrno o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

Melhorara, sensìvelmente, as condições econômico-financeiras do país.

O café, com a diminuição dos estoques e aumento do consumo, via subir as suas cotações a um nível não atingido, havia quase um decênio.

Em abril, as cotações oscilaram entre 6.700 e 2.500, por arroba para, em novembro, passarem a variar entre 8.800 e 11.700.

Apesar de tudo, continuavam as expansões de fundo pessimista por parte dos adversários do Convênio de Taubaté.

Escrevendo, em 1910, a sua notável *La politique monetaire du café*, atacava Calógeras, com verdadeira virulência, o plano valorizador, que declarava completamente fracassado.

Apontava a opinião dos mais notáveis economistas a êle infensos, a nefasta conseqüência de sua aplicação, como sejam, entravamento dos negócios, variação das cotações falseadas pela existência dos estoques, liquidação ruinosa das operações, funesta ao Estado de S. Paulo, e sobrecargas fiscais sôbre os produtores. E, ao Brasil legara, terminava, por mal de pecados, a caixa de conversão.

A razão estava com Rodrigues Alves, "firme e tenaz na defesa das doutrinas econômicas sadias", e não com Afonso Pena, "aliás homem impoluto", mas imbuido de exagerado temor sôbre a influência das oscilações cambiais e a organização produtiva do país. Confundira efeitos e causas, disposto a criar novo organismo destinado, aparentemente, a estabilizar taxas, quando traria, fatalmente, a complicação e o transtôrno da evolução monetária brasileira.

Mau grado tais reparos, mantinha-se o café em ascensão firme. Em Santos, o tipo 7 por 10 quilos passara de 4.100 rs., em janeiro de 1910, para 7.500, em dezembro.

Cingira-se o govêrno paulista, rigorosamente, às estipulações do contrato de 11 de dezembro de 1908. Em 1910, apenas vendera 500.000 sacas, em base média superior a cinqüenta francos por saca.

Continuara a ser mantido, em 1909, o limite de 9.500.000, estabelecido para a safra de 1909-1910, em virtude do contrato citado.

Com o temor de grande safra, precipitara-se, extraordinàriamente, a exportação. E, de tal forma que, já antes de fins de dezembro de 1909, estava inteiramente atingido o *quantum* marcado no contrato.

A terceira Conferência Internacional Americana, reunida no Rio de Janeiro, em 1906, recomendara a celebração de novo congresso, para o fim de se adotarem medidas eficazes em benefício dos produtores de café.

Nilo Peçanha, em mensagem de 16 de novembro de 1909, remetera ao estudo da Câmara dos Deputados a exposição do Ministério das Relações Exteriores sôbre êste e outros atos.

Um ano mais tarde, veio ao plenário daquela casa do Parlamento o parecer da Comissão de Diplomacia e Tratados, autorizando o Presidente da República a promover essa conferência de que se esperavam medidas eficazes em benefício

dos produtores, tendo por fim combater a crise que afetava tão grande riqueza de muitos países americanos.

Dêle foi relator o deputado Alberto Sarmento.

Frisou o parecer quanto iam vencedoras as operações da defesa, mas o projeto em aprêço nenhum andamento teve.

Em 1911, verificou-se alta cambial sensível, esgotando-se a emissão da caixa de conversão, tendo chegado à taxa de 18 d. por mil réis.

O deputado fluminense Érico Coelho propôs à Câmara que se iniciasse o resgate das notas da caixa, emitidas sob a base de 15 d. por mil réis, mandando reduzir a vinte milhões de esterlinos o máximo da emissão a ela concedida. Mas, seu projeto foi rejeitado.

Assinalou-se melhoria notável das cotações cafeeiras.

A mais alta cotação do tipo 7, em 1910, fôra 11$400; pois bem, a de 1911 elevou-se a 14$300 por arroba.

Caíra o estoque, de 1.º de janeiro de 1910 a 1.º de janeiro de 1912, de 16.676.000 a 13.589.000 sacas.

O govêrno paulista tornara-se o regulador dos mercados.

CAPÍTULO XXVI

Prosseguimento das vendas dos cafés da valorização. Redução dos estoques. Campanha contra a valorização nos Estados Unidos e seu desfecho. Hostilidades em França e na Alemanha. Melhoria das cotações. Crise financeira, em 1913. A conflagração mundial de 1914 e os seus reflexos sôbre a exportação cafeeira., Confisco pela Alemanha dos depósitos de cafés paulistas, em Hamburgo. As grandes geadas de junho de 1818. Situação penosa pela falta de exportação. Intervenção do govêrno federal e do de S. Paulo nos mercados brasileiros. Aquisição de três milhões de sacas. Alta das cotações.

Reuniu-se, em 5 de janeiro, a Comissão encarregada dos negócios do café do Estado de S. Paulo, presidida pelo Barão Bruno Schroeder.

Resolveu que, entre 1 e 30 de abril, fôssem vendidas 1.200.000 sacas; durante o ano não se fariam outras vendas.

O depósito da valorização estava reduzido a 5.142.374 sacas.

Em 16 de dezembro, publicou o *Boletim do Sindicato Central de Defesa do Café* um artigo protestando contra a campanha dos especuladores, tendente a lançar sôbre o govêrno do Estado de S. Paulo a responsabilidade da alta e a fazer com que o comércio a varejo desprezasse o café brasileiro.

Demonstrou o articulista, por meio de cifras, quanto a alta era perfeitamente natural. Devia-se não a misteriosas manobras, mas à falta de café que, em breve, se faria sentir nos mercados e às grandes reduções sofridas pelo estoque.

Sem a valorização, afirmava, seriam as cotações muito mais elevadas, porque os especuladores haviam de ter o cuidado de açambarcar todo o disponível. Era muito natural que os diretores da valorização não lançassem nos mercados todo seu café.

A saca que, em 1908, se negociava a rs. 29.095, subira a 31.065, em 1909; a 39.644, em 1910; atingindo, em 1911, rs. 53.875!

Provocou a alta do gênero protestos nos Estados Unidos. O deputado Norris moveu, no Congresso, grande campanha contra as manobras brasileiras, "de resultados nefastos para os interêsses do consumidor americano". Assim, pediu a intervenção do Departamento de Justiça.

Na Europa, surgiram apreciações contemporâneas e contraditórias. O diplomata francês, barão Anthouard, em seu *Le progrès brésilien* (1911), afirmou que a defesa do café fôra nefasta e, no mesmo volume, publicou em anexo uma nota, consagrando o triunfo das operações!

Em suas *Notes de Voyages dans l'Amérique du Sud*, publicadas em 1911, referiu-se Clémenceau à valorização, ao descrever impressões de sua estada em fazendas. Qualificou-a de "golpe de audácia sem precedentes", operação de "socialismo de Estado *à outrance*, em vias de dar certo contra a espectativa unânime, talvez, dos economistas. Pois, êle, todavia, não era aconselhável repetí-la levianamente. Era de crer que tivesse havido grande oposição ao se desfechar esse golpe tão arriscado, em que os prejuizos poderiam ter se cifrado em centenas de milhões de francos e que tão notàvelmente documentava o extraordinário complexo de audácia e raciocínio por parte dos homens de govêrno do Brasil.

Outra grande autoridade, o Visconde Bryce, passando pelo Brasil, ao mesmo tempo, não se interessou pelo caso da valorização. Em matéria de café, só limitou-se a lembrar o muito pouco que viu numa fazenda decadente de Campinas.

Numerosos viajantes e ensaistas do maior e menor renome, em trânsito pelo nosso país, referiram-se à valorização mais ou menos longamente, emitindo opiniões de maior e menor importância. Citaram depoimentos por vêzes curiosos, transmitiram boatos e falatórios. Vários elogiaram o que se fizera. Interessante, o cotejo dêstes relatos. Verifica-se que, de 1908 em diante, o tom de seu otimismo cresce o que documenta, perfeitamente, quanto êle reflete as condições de de-

safôgo cafeeiro ocorrido gradualmente, à medida que os anos haviam decorrido.

Ainda não se achava de todo desanuviado o futuro, diziam os presidentes; a série de operações da valorização demostrara que o seu plano não fôra tão isento de muitas e graves falhas, como pretendiam os seus exaltados corifeus.

Em 1912, agravou-se, notàvelmente, a crise seringueira, trazendo sérias inquietações.

Para a balança comercial do país valeu consideràvelmente, porém, o acréscimo do "quantum" da produção cafeeira.

A 25 de janeiro de 1912, realizou-se a reunião anual da Comissão que superintendia o depósito de café paulista proveniente da valorização. As vendas a se efetuarem durante o ano foram fixadas em 700.000 sacas: 400.000 em Nova York e o resto na Europa.

Minguava, pois, o estoque da valorização a olhos vistos.

A safra de 1912-1913 era regular, isto é, dez e meio milhões para o Brasil, quatorze e meio para o universo.

Ocorreu, porém, sério incidente que poderia ter tido muito grave conseqüências, fazendo desmoronar os planos da defesa.

Em maio, anunciou a imprensa mundial que, atendendo as denúncias de estarem os sindicatos de café infringindo a lei Sherman contra os *trusts,* resolvera o govêrno abrir os respectivos processos, iniciando-os pelo da valorização brasileira, de acôrdo com os têrmos de petição apresentada a respeito pela *Court of Claims* daquela cidade.

A petição acusava o *Comité* da valorização brasileira de cercear as vendas do café em todo o mundo, retendo o produto e provocando a alta do preço de "modo injustificável e desarrazoado".

Como uma das providências preliminares do processo, obteve o *Attorney Regional* mandato provisório para impedir que o Sr. Sidney Essen, membro do *Comité,* dispusesse das 930.000 sacas de café armazenadas na *Dry Dock Company.*

Iniciou-se o processo, declarando o denunciado nada terem as operações brasileiras de defesa de parecido com o *trust* de café, nem nos Estados Unidos, nem na Europa. Ninguém poderia provar que, como membro da Comissão de Valorização ou consignatário de café, por ela remetido, houvesse sido violada qualquer lei americana.

Logo que o fato se tornou público, protestou o embaixador brasileiro em Washington perante o govêrno americano,

contra o seqüestro e, em sucessivas conferências, esforçou-se por solucionar amigàvelmente a questão.

Teve enorme repercussão, em geral, e, principalmente, no mundo dos negócios, o incidente ocorrido, contemporâneamente, em um banquete da *Pan American Society*, em que o Secretário de Estado, Sr. Philander Knox, proferiu um discurso onde certos tópicos provocaram o imediato revide do embaixador brasileiro presente à festa.

Diante da atitude prudente, mas firme, do embaixador Assis Brasil, solveu-se, felizmente, a questão.

Dias depois anunciava-se estar resolvida, e de modo muito satisfatório, a questão do estoque da valorização, ficando afastado qualquer receio de complicação internacional, o que, durante alguns dias, parecera iminente. Os juizes não quiseram deferir o pedido de apreensão, autorizando, por outro lado, o Sr. Sielken e a New York Dock Company a dispor, livremente, do café contra o qual fôra já expedido mandato de retenção.

Em janeiro de 1913, finalmente, foi dada como virtualmente terminada a questão, devendo ser pôsto à venda o café existente nos Estados Unidos. Por outro lado, o govêrno americano declarou desinteressar-se do processo iniciado.

Esta questão foi repercutir na Europa, onde a atitude agressiva, na Câmara dos Deputados da França, do Sr. Raul Briquet, não obteve o apôio de seus pares.

Pouco disse a imprensa francesa sôbre o assunto.

Apenas o *Journal des Debats* meteu à bulha o *Jornal do Estado* paulista, considerando a terapêutica socialista uma grande tributária da homeopatia...

Na Alemanha, esboçou-se tentativa idêntica, mas sem resultado prático algum, mau grado a campanha violenta do deputado católico Erzberger, no Reichstag.

A melhora dos preços e a alta assinalada fizeram com que, pela primeira vez quiçá, procurassem os grandes roasters americanos verificar *in situ* as condições do produto brasileiro.

A entrevista que lhes concedeu o então presidente do Estado de S. Paulo, Conselheiro Rodrigues Alves, teve notável repercussão.

Afirmou êle que lera, atentamente, o memorial apresentado em nome dos torradores, impressionados com a alta do produto, com conseqüente diminuição do consumo e aumento das falsificações do gênero.

Acompanhava o govêrno de S. Paulo, com muito inte-

rêsse, êste fenômeno comercial, e tudo faria em favor do desenvolvimento do consumo e pureza do produto.

A safra paulista começava a ser exportada. Iria animar os mercados mundiais, os quais nada teriam que receiar dos cafés da valorização, armazenados e retidos nunca para fins especulativos e comerciais de qualquer natureza.

Continuavam as cotações a sua marcha ascensional. A saca que atingira o preço médio de 53$876, em 1911, chegara, em 1912, a 57$811. Cinco anos antes valera metade, apenas: 29$931.

O ano de 1913 assinalou uma crise financeira, que, segundo declarou o retrospectista do Jornal do Comércio, era, aliás, esperada e fôra prevista com precisão quase matemática.

Atribuia-se tal impasse ao verdadeiro turbilhão de despesas públicas sempre aumentadas, aos empréstimos externos, federais, estaduais, municipais, acrescidos impensadamente, e à inflação monetária, inevitàvelmente decorrente da caixa de conversão.

De longe, vinha a grita contra a vertigem das despesas, assinaladas pelos deficits orçamentários. O Dr. Homero Baptista, relator da receita, verberava os dispêndios excessivos motivados por empreendimentos de tôda espécie.

Não descansavam os inflacionistas, na faina de promover emissões novas inconversíveis. Achavam a caixa de conversão muito rígida e queriam dar-lhe novos e flexíveis moldes.

Na mensagem presidencial de 1913 ao Congresso de S. Paulo, declarou o Conselheiro Rodrigues Alves que dois grandes fatores de depressão econômica vinham, nos últimos meses, impressionando: a escassez de numerário para o giro dos negócios e a baixa do café no país e no exterior.

Quanto à situação dêste, boas esperanças havia de melhoria, pois, além de serem os estoques mundiais pouco importantes, seria a safra paulista menor do que se esperava, recolhendo-se, ainda, para enfraquecê-la, a influência depressiva do mau tempo, além de que a colheita de 1914-1915 se anunciava pequena.

Apontou o Conselheiro Rodrigues Alves um ponto fraco da defesa, circunstância que anos mais tarde provocaria a maior atenção dos especialistas: a regularização das remessas.

Grandes comerciantes de café afirmavam que a situação dos mercados seria mais favorável se, em vez do produto das safras ser expedido quase em sua totalidade no segundo se-

mestre, fôssem as remessas distribuidas com regularidade por todo o decurso do ano. Não seria fácil, porém, aos produtores, atender a tão justa sugestão, mas poderiam, de acôrdo com os intermediários comerciais e as emprêsas de transportes, ir preparando o terreno para se estabelecer a regularização de entrega, desde que ela viesse a influir sôbre a elevação e estabilidade dos preços.

O estoque da valorização que, a 1.º de janeiro de 1912, era de 5.103.468, baixara, em fevereiro de 1913, a apenas 3.142.228, após a ocorrência de vendas extraordinárias assinaladas por preços muito animadores.

Publicando, em 1913, o seu belo volume dos *Fatos econômicos*, reiterou Miguel Calmon as apreciações já emitidas em 1906 e 1907. Reeditou previsões pessimistas, várias já desmentidas pelos fatos.

Mas, paralelamente, apresentou alguns argumentos dignos de aprêço, como, por exemplo, a notícia de que se recomeçara a plantar café, inconsideradamente, em S. Paulo.

Em princípios de 1914, pronunciou-se a crise financeira grave.

A retração do crédito, da moeda circulante, a diminuição do giro dos negócios, o declínio do comércio interno e externo, a depressão do consumo, o encalhe da produção da indústria manufatureira, a baixa dos preços dos gêneros de exportação, o decréscimo das rendas públicas, a impressão geral de opressão e mal-estar, eram outros tantos indícios veementes da angústia que dominava o país e tendia a agravar-se.

Veio a conflagração mundial tornar mais penosa tal situação e notàvelmente.

Em fins do ano, verificou-se quanto a oposição liberal prejudicara o Brasil.

Baixara a exportação nacional de 76 milhões de libras em 1912, a 70.473.000, em 1913, descendo, em 1914, a apenas 54.768.000. Caíra bastante, também, a cotação dos tipos de café. De 8$200, em 1912, a 7$250, no ano seguinte, e a 5$400, em 1914, por dez quilos.

E, no entanto, a posição estatística do gênero melhorara muito. Aumentava o consumo e o suprimento visível mundial sofrera enorme decréscimo.

O estoque que, em dezembro de 1911, era de 13.565.000 sacas havia baixado a 10.091.000.

Como se espalhassem boatos de que o govêrno paulista,

premido por dificuldades financeiras, estava vendendo parte do seu estoque, o Secretário da Fazenda do Estado telegrafou ao seu representante na Europa, autorizando-o a declarar que não se vendera, nem se venderia café algum durante o ano.

A ruptura das hostilidades da conflagração mundial, em agôsto de 1914, trouxe, como de esperar, sensível agravação da crise, impondo a necessidade de novo acôrdo do Brasil com os seus credores do exterior.

A 19 de outubro de 1914, assinou-se, em Londres, o contrato de novo *Funding Loan,* no valor de £ 15.000.000, com títulos garantidos pela segunda hipoteca das rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e das demais do país, caso as primeiras se mostrassem insuficientes.

O presidente de S. Paulo em exercício, Dr. Carlos Guimarães expôs ao Congresso Estadual, contemporâneamente, a má situação dos cafeicultores.

Vira-se a lavoura grandemente atingida e prejudicada com rendimentos diminuidos, e a lutar com os sérios embaraços encontrados pelos lavradores, a fim de conseguir recursos de custeio e a solução de compromissos anteriormente tomados. A necessidade de liquidar, com a maior rapidez, as colheitas, muito forçava a baixa dos preços, e esta, por sua vez, influia desfavoràvelmente sôbre todos os negócios.

No Parlamento, propôs o deputado mineiro Antônio Carlos de Andrada que o Tesouro emitisse bonus para a minoração dos efeitos da crise, habilitando o Tesouro e os Bancos à solução imediata de compromissos urgentes. Em que, porém, a medida aproveitaria às classes produtoras do país?", indagou o deputado V. Oliveira, propondo que o Tesouro emitisse duzentos mil contos para acudir aos produtores de café e borracha.

O deputado mineiro Astolfo Dutra declarou que a emissão de 25.000 contos de réis não viria resolver de forma alguma os efeitos da crise.

E, como o deputado Gerção Stockler houvesse dito que a situação era a de *salve-se quem puder!,* mostrando-se contrário à concessão da moratória à lavoura, exclamou o deputado Dutra:

"A lavoura do café é a essência, a própria vida do Brasil. Se nada pede ao Poder Legislativo, será acaso lógico que a abandonemos aos azares da sorte?".

O deputado Palmeira Ripper, contemporâneamente, e em nome dos lavradores de S. Paulo, corroborou as palavras de

seu colega, expondo quanto era precária a situação da lavoura de S. Paulo.

Advogava o Dr. Dutra a concessão de uma moratória à lavoura, querendo assinalar o grande perigo, não simplesmente pessoal para o produtor, mas principalmente nefasto ao crédito nacional, de se permitir que a lavoura cafeeira, urgida pelos compromissos, inundasse o mercado com os seus produtos, anormalizando, extraordinàriamente, a oferta.

Insistiu, recordando que o café vivia, exclusivamente, da própria fôrça comercial. Suas crises não eram crises do produto; não procediam da superabundância da produção, como se pretendia insinuar, nem da retração do consumo. Resultavam, apenas, da fraqueza das praças brasileiras, incapazes da menor resistência para graduar a exportação.

A prova de tal, documentava-se no fato de que os Estados Unidos compravam, normalmente, o café brasileiro para o reexportarem com lucro.

No Senado, coube ao Dr. Alfredo Ellis a defesa do projeto de amparo à lavoura, autorizando o govêrno a emitir até 200.000:000$000, papel para a compra de grandes partidas da safra de 1914.

À medida que o govêrno revendesse, iria recolhendo a emissão até a sua completa extinção.

Em 1914, ninguém poderia mais duvidar do êxito da campanha de defesa. E Ukers, em seu *All about coffee*, recorda o notabilíssimo papel nêle representado por Hermann Sielcken (1847-1917), alemão, em 1869 emigrado para os Estados Unidos, onde se naturalizara, homem que, graças a prodigioso descortínio comercial, chegara, em 1904, a ser um dos reis do café.

Convencera-se, dificilmente, do êxito das operações, mas acabara completamente conquistado, graças ao exame leal que do relato do caso lhe fizera o govêrno de S. Paulo.

Passara a ser dos grandes, senão o maior adepto da defesa, e arrastara para o seu partido vários banqueiros e café-zistas dos mais proeminentes nas maiores praças do universo.

Tivera enorme trabalho em demover os Rothschild de sua oposição e conseguiu fazer com que mudassem de atitude. Conseguiu remover grandes obstáculos nos Estados Unidos e na Europa, e poude sempre triunfar. Fôra o mais fiel e leal dos conselheiros dos representantes de S. Paulo.

Em fins de 1911, as cotações estavam a 13 cents.; desa-

se, portanto, uma valorização superior a cem por cento em dois anos!

Evidentemente, a valorização em mãos dos banqueiros transformara-se numa operação seguríssima.

Em tôda esta campanha, vira-se Sielcken valorosamente secundado pela grande casa Arbuckle Brothers.

Em fins de 1915, a situação econômico-financeira do Brasil era má, dadas as conseqüências da conflagração mundial. Baixara, consideràvelmente, a exportação. E, os preços dos produtos deprimiram-se, ainda, em relação aos do ano anterior.

Valera a saca de café 57$811, em 1912; 46$103, em 1913; 39$016, em 1914, e 36$368, em 1915.

No Parlamento, ecoavam os queixumes da lavoura. O Estado de S. Paulo pensava em levantar grandes empréstimos para acudir aos seus cafeicultores.

Depois de largo debate parlamentar, foi o Executivo autorizado a emitir 350.000 contos de réis, para acudir às necessidades da produção.

Foi o projeto sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes, a 28 de agôsto de 1915.

Houve alguns protestos, sobretudo no Senado, por parte de Sá Freire, além da oposição veemente de Leopoldo de Bulhões, anti-papelista irredutível.

O depósito dos cafés da valorização que, em princípios de 1914, era de 3.145.420 sacas, e, em 1915, baixara a 2.445.420, fôra, em grande parte, confiscado pelo govêrno alemão. Dêle, restavam 1.228.835 sacas, no Havre.

As aperturas da navegação transoceânica perturbada pelos submarinos, prejudicavam imenso a exportação brasileira, como, também, a guerra subtraira ao comércio importantíssimas praças de consumo.

Nunca fôra tão favorável a situação do café, declarava o Conselheiro Rodrigues Alves, presidente de S. Paulo, acrescentando quanto a defesa do gênero constituia questão eminentemente nacional.

Notava-se grande florescimento econômico no Estado de S. Paulo a refletir-se nos demais, graças ao intercâmbio comercial.

Outra perspectiva de prosperidade se abria.

A guerra européia estava transformando, completamente, as condições do mercado cafeeiro. Cêrca de quinze milhões de

combatentes, proibido como se achava o uso das bebidas alcoólicas, faziam grande uso do café, ao qual se estavam forçadamente habituando. Finda a guerra, reentrariam em grande maioria em seus lares, continuando e aumentando, com a família, o uso de uma bebida que, pràticamente, teriam reconhecido como muito conveniente ao organismo humano.

Na mensagem presidencial de 1916, tranquilizava o presidente de Minas, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, a opinião pública, a propósito da situação do café.

Não podia o Brasil arrepender-se de haver consagrado especial culto ao café, produto de consumo mundial cada vez mais divulgado. Em relação a êle, estava colocado em condições privilegiadas e vantajosas, em confronto com os povos seus concorrentes.

A depressão do comércio exterior verificada em 1914, continuara a diminuir no decurso de 1916, como já começara a declinar em 1915.

Tendo seu valor global sido, em 1914, de 1.452.076 contos ou £ 91.109.000, expressava-se, em 1915, por 1.704.441 contos ou £ 88.252.000, atingindo, em 1916, 1.919.000 contos ou £ 95.040.000. Comparando êstes algarismos, via-se que se lhes acrescera o valor do intercâmbio de 215.462 contos ou £ 7.208.000, em relação a 1915, e de 467.830 contos ou £ 4.351.000, quanto ao de 1914.

Por dez quilos, em Santos, pagava-se entre 3.600 e 5.000, em 1915, e, entre 4.400 a 6.000 réis, em 1916.

As cotações do café mostravam-se bem melhores do que em 1914 e 1915.

O suprimento visível mundial baixara a 7.093.000 sacas, em junho de 1916.

Trazia a guerra freqüentes sobressaltos. Assim, em certa ocasião, espalhou-se que o govêrno francês proibira a importação do café, mas a safra de 1915-1916 vendeu-se por preços positivamente remuneradores. A de 1916-1917 anunciava-se promissora, prevendo-se, para 30 de junho, um estoque de apenas, 3.900.000 sacas.

Em fins de 1917, assinalava o retrospecto do Jornal do Comércio que a conflagração mundial proporcionara ao Brasil o ensejo de vender os seus produtos como em nenhuma época situação. Carnes, manganês, mamona, fruta oleaginosa e açúcar haviam saido em volume animador. Mas, o café sofrera largamente. No triênio de 1911 a 1913, mantivera uma

média de 61,7, na exportação geral do país. Caíra esta, entre 1914-1916, a 56,4. Em 1917, chegara a 36,1 !

À maioria dos grandes produtos nada beneficiara a guerra. Assim, quanto ao café, borracha, cacau, fumo e mate.

A saca de café que valera 46$103, em 1913, baixara a 41$509, em 1917.

O presidente Wenceslau Braz, prudentemente; comprimiu despesas, conseguindo excelente equilíbrio orçamentário.

A má situação do café fez com que muito se agitasse a idéia da conveniência de uma operação como a que decorrera do Convênio de Taubaté.

Recomeçou o govêrno paulista a comprar, amparando os produtores.

Alexandre Siciliano, com a autoridade que todos lhe conheciam e o prestígio de promotor do plano de valorização de 1906, apoiou, numa *interview*, a necessidade de uma emissão para amparar a cotação do produto.

A praça de Santos, até março de 1918, já adiantara cêrca de duzentos mil contos de réis aos seus comitentes no interior, o que mostrava a fôrça de seus recursos. Mas, se a situação geral não melhorasse, se as novas aquisições não permitissem que os fazendeiros liquidassem os compromissos, muito plausível era que surgissem embaraços os mais sérios, capazes de desequilibrar tôda a economia brasileira.

Apresentavam-se, contudo, auspiciosas as perspectivas, embora houvesse o grande tropêço de possível falta de transporte, pois cada vez mais se intensificava a campanha submarina alemã.

Avaliava-se a safra paulista em 13 milhões de sacas. O govêrno de S. Paulo comprara a 4$900 por dez quilos e era sabido, afirmava a imprensa, que já se haviam feito aquisições à base de $100! Por êste preço, não deixava o produto margem alguma ao produtor. O govêrno estadual adquirira, de uma só vez, dois milhões de sacas, e tinha recursos para comprar outro tanto.

Agitava-se a Associação Comercial de Santos no sentido de se preparar a defesa da safra de 1918-1919. E, ao mesmo tempo, o provecto banqueiro, Sr. Numa de Oliveira, chamava a atenção do comércio santista para as medidas a serem tomadas.

Tornava-se preciso, afirmava, defender a colheita próxima, o armazenamento das sobras desta e os da futura safra.

Não fôsse a escassez da tonelagem, a colheita de 1918 não poderia provocar nenhuma inquietação. Mas, com as dificuldades de transporte, cada vez maiores, grande parte dela poderia ficar retida nos portos.

Se a guerra terminasse logo, tudo podia ser liquidado ràpidamente, porque a safra de 1918 seria pequena e as sobras de 1917 se escoariam para compensar, assim, as deficiências do aprovisionamento.

Era preciso comprar, pelo menos, perto de 6 milhões de sacas.

As excelentes medidas de conjunto trouxeram notável desabafo à situação do café.

No Havre, contemporâneamente, se venderam em leilão os últimos cafés da valorização de 1906, fato sobremodo auspicioso.

Na mensagem presidencial paulista de 1917, lembrou o Dr. Altino Arantes quanto a persistência da conflagração mundial continuava a ser a grande perturbadora do comércio cafeeiro paulista e mundial.

Mostrou-se o Presidente um tanto assustadiço com o progresso considerável das novas plantações. Reclamou a adoção de medidas de natureza permanente que, ao lado do barateamento das despesas de custeio e da facilidade de braços, transportes e capitais, assegurassem um consumo correspondente a êste acréscimo de produção.

Um convênio franco-brasileiro para a compra de grande partida de café trouxe, nos últimos dias da sessão legislativa de 1917, assaz vivos debates.

A atitude dos opoentes não logrou impedir que fôsse aprovada a transação, em virtude da qual recebeu a França uns tantos navios alemães retidos nos portos brasileiros e adquiriu avultado número de sacas de café.

O consumo nos Estados Unidos sofreu a restrição imposta pela *Food Administration*, a cuja testa se achava Herbert Hoover, o futuro presidente da Confederação. Provocou essa atuação críticas numerosas e injustas, por parte dos interessados no comércio cafeeiro, quando, realmente, nada mais fêz do que aplicar ao café o que fizera em relação a outros gêneros. Mostrou-se mesmo o Comité até mais condescendente do que em relação a outros artigos, expende Ukers no *All about coffee*.

O ano de 1918, último do qüinqüênio sinistro encetado

em agôsto de 1914, foi, para o Brasil, menos próspero do que o anterior, sob vários pontos de vista.

A guerra atingira a sua fase mais intensa e, assim, as dificuldades da navegação cerceada pela campanha submarina prejudicaram, notàvelmente, a exportação. Por isso, os saldos do comércio exterior brasileiro diminuiram muitíssimo.

O café, encabeçando a lista das exportações com grande vantagem sôbre as demais, como fazia desde 1832, sofreu um decréscimo jamais visto havia mais de oitenta anos, desde 1831! Caiu a 31,1 da exportação total do país, percentagem inauditamente baixa.

Ocorreu, porém, a enorme geada de 24 de junho de 1918, atingindo centenas de milhões de cafeeiros. E, como resultado imediato, se deu violenta alta de preços. Assim, foram êstes os extremos: em 1917 (Santos, por dez quilos) entre 7.200 a 9.450 rs.; em 1918, entre 12.000 a 19.600 rs.

Durìssimamente atingida foi a lavoura paulista pelas geadas durante dois dias, isto é, de 24 a 26 de junho de 1918.

Dizia a mensagem do Dr. Altino Arantes ao Congresso Paulista, em 14 de julho imediato, que, em poucas horas, havia sido destruida a maior parte dos cafèzais de S. Paulo. Por alguns anos, achavam-se sacrificadas as fartas e promissoras colheitas do produto que representava o maior patrimônio do Estado e de todo o Brasil. Inutilizara o fenômeno as plantações de cana, mamona e algodão, arruinando as pastagens destinadas à criação e à engorda do gado.

Voltou-se a lavoura paulista, com inquebrantável energia, para o plantio do algodão, conseguindo, em 1919, surpreendentes resultados mitigadores dos enormes prejuizos do ano anterior.

As compras de café feitas em princípios de 1918, pelo governo bandeirante, haviam atingido cêrca de seis milhões de sacas.

A grande assembléia geral extraordinária da Associação Comercial de Santos, a 20 de março de 1918, representara ao presidente Altino Arantes sôbre as circunstâncias anômalas em que se achava a sua praça.

Armazenando-se enorme volume de café, passara a situação a ser de quase asfixia.

Não havia, em Santos, um único depósito vasio. Não era raro verem-se prédios velhos, de há muito condenados

pela higiene, adaptados às pressas para receberem remessas do interior.

Uma comissão representante da Associação Comercial de Santos apontou, então, quanto se tornava necessário que o govêrno de S. Paulo comprasse mais dois milhões de sacas até o fim da safra de 1917-1918, a fim de que se não perturbassem muito as operações da colheita em curso.

Advogava, se tanto fôsse preciso, uma emissão com lastro café, dando-se a esta mercadoria valor convencional, contemporâneamente.

Interessou-se, vivamente, a Sociedade Paulista de Agricultura pelo estudo das conseqüências econômicas da geada de 1918 e dos meios de se restaurarem as lavouras por ela tão altamente danificadas.

De tal estudo, foram especialmente incumbidos dois homens de grande renome nos meios cafèzistas: o Dr. Francisco Ferreira Ramos e o Coronel Artur Diedrichsen.

Opinou esta comissão, entre outros alvitres, em favor dos seguintes itens:

Fornecimento de recursos aos lavradores, a prazos convenientes e juro baixo, para a reconstituição dos cafèzais e custeio de novas culturas.

Defesa do mercado, de modo a assegurar à safra em andamento preços remuneradores, perfeitamente justificados pela situação a que chegara o artigo.

Criação do Banco de Redesconto.

Outra medida imprescindível era a permanência de defesa.

Acabara, contemporâneamente, de ser liquidado o último estoque da valorização, em condições extremamente favoráveis ao Estado, não obstante os ônus de toda espécie que, no decurso de dois anos, haviam gravado a operação.

Impressionante e significativa veio a ser a experiência recentíssima da intervenção do govêrno no mercado da lavoura.

Por efeito de tal operação, tornou-se o Estado possuidor de considerável estoque de cêrca de 3 milhões de sacas compradas, em 1917 e em princípios de 1918, em bloco, a razão de 4$900 por 10 quilos, em defesa de um mercado que, abandonado a si próprio, teria descido, inevitàvelmente, a cotações miseráveis, devido aos entraves criados pela guerra à exportação, não obstante ser reconhecidamente boa a situação comercial e estatística da mercadoria. Êste estoque já se achava enormemente valorizado, e sua aquisição representava não só

imenso serviço prestado pelo govêrno paulista à lavoura e ao comércio de café, como brilhante operação comercial.

Era de boa doutrina afastar-se o Estado do campo das transações comerciais, a que deveriam reger leis econômicas. Mas, também não se lhe permitiria cruzar os braços ante situações anormais criadas por causas excepcionais, como entendera fazer o govêrno de S. Paulo, recordavam o Dr. Ferreira Ramos e o Coronel Diederichsen.

Em 1918, assinalou o presidente Altino Arantes ao Congresso Paulista a redução do estoque da valorização para 982.879 sacas, valendo £ 4.680.375. O ativo da operação, £ 11.107.461, sobrepujava de £ 2.110.938 o passivo.

Calculada em 12.000.000 sacas a safra de 1917-1918, dificilmente poderia S. Paulo exportar dois terços, sequer, dêste total.

O excesso de produção sôbre o consumo avaliado em 4.000.000 sacas viera trazer forte opressão às praças exportadoras e grandes baixas nos preços. E, daí, incalculáveis prejuizos à economia nacional.

Obtivera, então, o govêrno de S. Paulo do govêrno federal um auxílio de 150 mil contos para a defesa do café, explicou a mensagem. Mas, as condições dos mercados haviam se tornado totalmente diversos com os resultados das medidas.

Em junho de 1918, cotava-se, em Santos, o tipo 4, por dez quilos, entre 5.400 a 6.100. Em setembro, pagava-se a nove mil réis, e, em dezembro, a 13$100!

Em 1919, avolumou-se, notàvelmente, o saldo da balança comercial, superavit que se devia sobretudo à enorme alta dos preços do café, à melhoria das exportações.

As 7.433 000 sacas de 1918 haviam sido substituidas pelas 12.963.000 de 1919. Se o ano de 1918 dera £ 19.041.000 num total de 61.680.000 da exportação geral do país, o de 1919 deixara £ 66.081.000 para o total de 117.388.000. Tornara o café a recuperar o prestígio empalidecido pela baixa momentânea de sua percentagem naquele ano final da conflagração mundial, de fastos sinistros para a navegação atlântica, perturbada ao extremo pela guerra submarina.

Passara dos 31,1% de 1918. aos 56,3 de 1919. E, novamente, depois de ligeira depressão, em 1920, atingira as ordenadas altas de seu diagrama, de cinqüenta, sessenta e setenta por cento durante três lustros.

Em sua mensagem de 1919 ao Congresso Paulista, declarou o Presidente Altino Arantes que o govêrno de S. Paulo, auxiliado pelo da República, adquirira 3.073.585 sacas. E assinalou jubiloso que tal operação, além das vantagens trazidas à lavoura cafeeira, redundara em considerável lucro para o Estado e a União.

Confrontando-se os preços de compra e os posteriores, até a data da mensagem, deveria a venda dos cafés produzir um lucro de mais de 160.000 contos de réis, quantia que, de acôrdo com o contrato de empréstimo, repartiriam, meio a meio, a União e o Estado.

CAPÍTULO XXVII

Grande aumento da exportação, em 1919. Os cafés paulistas confiscados pela Alemanha. Restituição em virtude da cláusula do Tratado de Versalhes. Nova baixa de cotações, em 1920. Projetos de emissão. Novos planos valorizadores. Aquisição de avultados lotes, em 1921. A mensagem presidencial de 1921 e os projetos da criação de um aparelho para a defesa permanente do café. Debates parlamentares animados. O Instituto de Defesa Permanente da Produção Nacional.

O ano de 1919 bateu o recorde do comércio exterior brasileiro até aquêle milésimo. Nos quadros da exportação, jamais houvera exercício com maior movimento e apresentando maior valor.

Provinha tal resultado do aumento das remessas e da alta dos preços de diversos produtos. Entre êles, avultava, como de esperar, o café e com enorme percentagem.

Lembrava Vitor Viana que, logo após a paz, o Brasil, com o comando do mercado do café, saberia, graças às estatísticas, contar com melhores tempos. As grandes praças dos Estados Unidos e da Europa precisavam reconstituir os estoques muito desfalcados.

Pouco a pouco, melhor se aparelhava a organização comercial cafeeira defensiva do Brasil.

Era a situação das estatísticas sobremodo favorável em meados de 1920. A crise verificada em relação às cotações dos anos anteriores só encontrava explicação na especulação estrangeira, ávida de reconstituir, e por baixo preço, os estoques desaparecidos durante a guerra.

O estoque visível, a 30 de junho de 1919, computava-se em seis milhões de sacas. O consumo oscilaria entre 16 e 19 milhões para um total disponível de 22.500.000. Na pior hipótese de um consumo de 16 milhões, o estoque mundial, no fim da safra, contaria 6.500.000 sacas. Mas, não seria impossível que se reduzisse de cinco e meio milhões até a três e meio milhões!

Haveria aí uma fase de verdadeira fome de café, tal qual sucedera nos últimos anos do Império. A situação, pois, apresentava-se ótima aos produtores. Convinha cerrar os ouvidos às invencionices dos pescadores de negócios bons, e rebaterlhes as estatísticas tendenciosas — recordavam os articulistas especializados.

Surgiam novas zonas de produção. Assim, Pernambuco que, em 1918, produzira 9.928 sacas, apenas, agora concorria com 123.820. Outras se reanimavam como a Bahia que, das 49.620 sacas de 1918, passara quase a sextuplicar a produção, em 1919.

As mensagens presidenciais dos diversos Estados cafeeiros assinalavam tôdas a situação excelente do gênero.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro, a 3 de setembro de 1919, reclamava do govêrno medidas imediatas para a urgente e necessária reorganização bancária do país, pedindo, com tôda instância, a criação de um Banco de Redesconto. Entendia que para a movimentação da produção eram precisos nada menos de 1.700.000 contos em giro, distribuidos do seguinte modo:

	Contos
Café	300.000
Açúcar	180.000
Cacau	50.000
Fumo	50.000
Borracha	100.000
Cereais	120.000
Pecuária	150.000
Diversos produtos	150.000
Indústrias	700.000

Apresentou-se 1920, econômica e comercialmente falando, muito diverso do milésimo anterior, que se caracterizara pelo movimento extraordinário da exportação com reflexos notá-

veis sôbre tôda a economia nacional, escrevia Vitor Viana, ao se encetar 1921.

Notou-se a depreciação de vários e importantes produtos da exportação.

As diferenças da saída de café influira bastante em volume e preço por unidade.

Caíra muito em valor, passando de 1.226.463 contos, em 1919, a 860.958 no ano seguinte.

Também baixara a percentagem no conjunto da exportação nacional, resvalando de 56,3, em 1919, a 49,1, em 1920.

A situação comercial do café continuava, contudo, boa.

Na mensagem presidencial de 3 de maio de 1920 ao Congresso Nacional, expunha o novo Presidente, Dr. Epitácio da Silva Pessoa, a situação dos cafés da valorização de 1906, confiscados pela Alemanha.

Depois de muitas dificuldades a vencer, obtivera a Delegação Brasileira ao Tratado de Paz de Versalhes a seguinte declaração:

"A Alemanha garante ao govêrno brasileiro o reembôlso, com juros à taxa ou taxas que houverem sido convencionadas, de tôdas as somas depositadas no Banco Bleischroeder, em Berlim, provenientes da venda de cafés pertencentes ao Estado de S. Paulo. A Alemanha, tendo-se oposto à transferência, em tempo útil, das ditas somas ao Estado de S. Paulo, garante, igualmente, que o reembôlso se efetuará à taxa do câmbio do marco ao dia do depósito".

Em 1920, houve no Parlamento grande reflexo das questões cafeeiras. A baixa de preços provocou discussões veementes, figurando, então, na tela dos debates, acusações formais contra a atuação das Bolsas de Café e Caixas Registradoras. Eram ecos, aliás, da opinião da imprensa.

Propôs-se uma emissão nova do papel-moeda, pois sobreviera forte crise monetária que sobremaneira perturbara o giro dos negócios, sobretudo os cafeeiros.

A expansão da economia nacional, dizia-se, ultrapassara, nos últimos anos, as mais otimistas previsões. A exportação de 1919 excedera a dois milhões de contos de réis.

Mas, infelizmente, de tal expansão nem sempre resultara o enriquecimento do país. A falta de organização comercial, e, sobretudo, a bancária, expunha-o, muitas vêzes, à perda da maior parte dos lucros na voragem das crises e nas manobras de desabalada jogatina.

Vivos debates houve em tôrno da nova emissão e da criação do Banco de Emissão e Descontos, discussões em que se salientaram os deputados Sampaio Vidal, F. Valadares, Sales Junior, Nicanor Nascimento, Alvaro Batista e outros.

Foi 1921, sobretudo, um ano de reparação econômica. A crise de 1920, forte como fôra, fundamente afetara o comércio universal.

As grandes encomendas de 1920 haviam avolumado a importação. "Coincidindo essa expansão das entradas com o retraimento do consumo, notara-se recuo na exportação, o que só se corrigira graças ao êxito que o govêrno federal alcançara, intervindo em defesa do café", comentava Vitor Viana.

O deficit de 1920-1921 mostrava-se formidável para a economia nacional. Atingira cêrca de sessenta milhões de libras, e o comêço do equilíbrio devera-se aos empréstimos federais, estaduais e municipais, à defesa do café e outras medidas de prudência financeira.

Aumentara a exportação cafeeira, em 1921, passando a 12.369 toneladas, quando, em 1920, fôra de 11.525.

Havia, porém, em fins dêste milésimo, seguros indícios de convalescença econômica européia e norte-americana.

Tratando das condições que haviam determinado o govêrno da República a esboçar segunda valorização, explicava Vitor Viana que, em virtude do retraimento dos mercados, em 1920, começara o café a cair tanto nos centros produtores como nos mercados estrangeiros.

Era tal declínio notório, disso resultando, nos centros cafeeiros, grande agitação.

Fôra Alexandre Siciliano pôsto à testa das novas operações.

Subira o café, imediatamente, nas várias praças e em todos os mercados. De fato, eram melhores as condições estatísticas do produto. O consumo só tendia a aumentar, diminuiam os estoques e tôdas as probabilidades tendiam à redução do suprimento visível do mundo.

Explicando a baixa, dizia o abalizado economista que a compressão dos círculos bancários estrangeiros fizera com que o café caisse, sem que as condições dos estoques indicassem a revíravolta de cotações.

Mostrava-se Viana veemente adepto de nova intervenção. Era o café o grande, o máximo esteio do mercado cambial do país. Produzia as letras de exportação, compensadoras das

despesas nacionais no exterior, como seria inepto tentar obscurecer.

As operações do novo *corner* correram muito bem durante todo o ano de 1921.

Graças à intervenção, as cotações melhoraram e consolidaram-se. O tipo 4 Santos passou, em dezembro de 1921, a 17.800 rs. por dez quilos, quando um ano antes se mercara a 9.000 rs.

A orientação política do govêrno brasileiro voltou-se, em 1921, tôda para a criação de um aparelho permanente de defesa do café.

A 17 de outubro de 1921, endereçou o Presidente Epitácio Pessoa, a tal propósito, uma mensagem ao Congresso Nacional.

Expendeu, então, considerações sôbre a insuficiência da organização bancária do país.

Frisou a mensagem a circunstância de que o Brasil, detentor de 75 por cento da produção mundial, teria tôdas as vantagens em conservar o "contrôle dos estoques".

Assim, alegando a opinião dos mais reputados especialistas, propôs a criação de um *Conselho de Defesa do Café*, com organização comercial. Constituiram-no pessoas de notória competência, sob a presidência do Ministro da Fazenda. Teria, como vice-presidente, o Ministro da Agricultura.

O capital para as operações seria de trezentos mil contos, destinados a empréstimos aos interessados, compras de café e propaganda. Seria constituido pelos lucros apurados nas operações de valorização e na liquidação do convênio com a Itália. E, ainda, nas operações do próprio Conselho, na emissão de papel-moeda sôbre lastro ouro, constituido pelas sobras de fundo de garantias; e, por último, sôbre lastro café, à razão de 80%, tanto quanto bastasse para se integralizar o capital.

Uma vez liquidadas as operações, seriam incineradas, semanalmente, as notas correspondentes a esta inflação.

Foi o deputado Sampaio Vidal o relator da mensagem na Câmara. Distinguira-se pelo ardor com que se batera em prol da organização da defesa permanente.

Em fins de dezembro, após debate não muito extenso, aprovou a Câmara o projeto da comissão, com algumas emendas de pequena monta.

Ampliou-se o primeiro plano, criando-se o Instituto de

Defesa Permanente da Produção Nacional, a que chefiavam como presidente e vice-presidente os Ministros da Fazenda e da Agricultura, assessoriados por cinco vogais escolhidos pelo Presidente da República entre as maiores autoridades em assuntos agrícolas, comerciais e bancários. Cabia aos dois ministros o direito de veto das deliberações contrárias às disposições estatutárias do novo aparelho.

Teria o Instituto sede no Rio de Janeiro e sucursais nos pontos que o govêrno entendesse convenientes, servidas por técnicos contratados no interior e no exterior.

Tal a importância atribuida ao café que, dos trezentos mil contos do fundo para a defesa permanente da produção, cinco sextos a êle seriam atribuidos, a saber, 250 mil contos.

Para a defesa comercial da produção devia cooperar o Banco do Brasil com uma firma de produtor, industrial ou comerciante, admitindo a redesconto, na respectiva carteira e dentro do regime vigente, letras ou promissórias, ou ainda *warrants* de açúcar, algodão, cacau e borracha, mediante 70% dos preços dêstes produtos, constantes dos contratos com as companhias de seguros. Efetuar-se-iam tôdas estas operações com emissão do Banco e audiência do fiscal do govêrno, em cada caso.

Organizar-se-ia, provisòriamente, uma carteira especial de crédito agrícola, enquanto se não instalasse o projetado Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Rio de Janeiro.

Como não houvesse tempo de aprovação do projeto pelo Senado, votou esta casa do Parlamento uma emenda do Dr. Alfredo Ellis. Atribuia ao Presidente da República plenos poderes para prosseguir na defesa da produção, nos têrmos do decreto n.º 1.820, especialmente do café.

Um dos grandes animadores da nova intervenção fôra o seu principal corifeu de quinze anos atrás, o Conde Alexandre Siciliano, a quem cercava o grande prestígio do feliz êxito da primeira operação.

A situação estatística do café não era boa e sim, simplesmente, ótima. Afirmava o Conde, peremptório: a nova valorização seria verdadeiro brinquedo comparada à de 1906!

Na mensagem presidencial de 1921, declarou o Presidente Pessoa que se verificara serem os nove milhões esterlinos insuficientes para a aquisição do mínimo fixado de 4.535.000 sacas, necessárias à constituição do estoque da valorização.

Assim, o Ministro da Fazenda, Dr. Homero Batista, após

entendimento com o Banco do Brasil, dêste solicitara uma promissória de quatro milhões esterlinos, ou, ao câmbio de 7 3/4, 123.870:960$000.

Emitindo parecer sôbre a mensagem, afirmava o relator da comissão de finanças da Câmara dos Deputados, Dr. Sampaio Vidal, que o Brasil, senhor de 75 por cento da safra mundial de café, mostrara a maior negligência em organizar meios seguros, permanentes, para regularizar a defesa natural da preciosa mercadoria. Com isto, sofrera prejuizos anuais de 100, 200, 300 e 500 mil contos de réis! Não fôra inferior a 500, o de 1920.

Desde muito, advertira a lúcida inteligência de Hermann Sielken, que o processo irracional do enxurro das safras causava ao Brasil um prejuizo anual de, pelo menos, cinco milhões esterlinos.

A queda dos preços, em 1920, não arrebatara menos de 20 milhões esterlinos à balança dos valores exportados.

Faltava ao país, essencialmente, a organização do crédito. Nêle, grande influência dispunha a opinião de negativistas, professando verdadeiro horror à idéia de que o Estado viesse imiscuir-se em questões econômicas. Daí, a situação de país inerme, que era a do Brasil, onde os especuladores estrangeiros realizavam, anualmente, luctos de centenas de milhares de contos, lucros legítimos, e, no entanto, arrebatados ao trabalho nacional.

Vendia o Brasil por 8 e 10 cents. a libra de mercadoria a ser revendida ao consumo por 30 e 40! A cupidez dos intermediários arrebatava a maior parte dos lucros legítimos, que cabiam *de jure* ao mercado produtor.

Justificando medidas que julgava indispensáveis, rebatia o Dr. Sampaio Vidal as idéias de quem afirmava ser uma criação *sui generis* o serviço especial de defesa do café. E que importava se assim fôsse? *Sui generis* fôra a dos inglêses na Índia, para manter a estabilidade da rupia, assegurando a estabilidade cambial; *sui generis* a similar na República Argentina, onde vinha prestando os mais assinalados serviços à prosperidade nacional.

Em 1921, em sua primeira mensagem ao Congresso Estadual paulista, frisava o Presidente, Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, o que fôra o reflexo da guerra mundial sôbre a produção paulista, ante as ofertas magníficas das nações beligerantes e em luta para assegurar o seu abastecimento:

culturas de há muito abandonadas haviam ressurgido. Contudo, era ainda deficiente, além de obsoleto, o aparelhamento creditário de que se socorria a lavoura cafeeira.

Sacava o fazendeiro, do comissário, as quantias necessárias ao custeio da lavoura na safra corrente, sob promessa de enviar-lhe a colheita que, quando vendida, pagaria os adiantamentos embolsados.

O comissário, cuja função não era, pròpriamente, a de fornecer dinheiro, mas que tinha larga clientela, e visava sempre aumentá-la, descontava nos bancos os saques dos fazendeiros para acréscimos das lavouras e movimentação do seu capital.

A seu turno, os bancos de depósito e descontos, cuja função principal consistia em receber dinheiro dos capitalistas a juros módicos, para, ganhando nas diferenças, emprestá-lo a juros mais altos ao comerciante, não operavam só com o capital próprio, geralmente pequeno. Trabalhavam, principalmente, com os depósitos dos correntistas.

Quando nenhuma anormalidade ocorria no giro dos negócios, tudo caminhava mais ou menos bem.

Vinha a safra de café a tempo e hora tudo saldar, auferindo cada qual o lucro que lhe cabia.

Mas, ao menor atrito, tôda esta engrenagem estremecia, claudicava.

Tornava-se imperiosa a organização do crédito sôbre bases sólidas, capazes de resistir a tão sérios embates e perturbações.

Com capital adequado e faculdade de emissão para redescontos, operando com uma rêde de bancos regionais de descontos e depósitos, fundados por tôda parte onde surgisse uma transação legítima a realizar, circularia o dinheiro sem embaraços, estabelecendo o crédito e desenvolvendo o país.

Tal banco possuiam-no os Estados Unidos da América com o seu Federal Reserve Bank; a Alemanha com o Reich Bank; a França com o Banco de França, e a Inglaterra com o Banco da Inglaterra.

Na plataforma de candidato lida perante a Convenção de 1921, para a escolha do novo Presidente da Repúbica, mostrou-se o Dr. Artur Bernardes veemente apologista dos processos seguidos pelo Presidente Pessoa, em matéria de defesa do café.

Provocou o projeto da criação do Instituto de Defesa

Permanente da Produção Nacional muitos e veementes debates parlamentares, em que se destacaram os deputados Mario Brant, de Minas Gerais, Gonçalves Maia e Sousa Filho, de Pernambuco, aos quais contestou o deputado Sampaio Vidal.

Afinal, se redigiu o combatido projeto 512 C, de 1921, criando o Instituto de Defesa Permanente da Produção Nacional, com personalidade jurídica e administrado por um conselho composto do Ministro da Fazenda, seu presidente, do Ministro da Agricultura, vice-presidente e mais cinco vogais nomeados pelo Presidente da República, entre pessoas de notória competência em assuntos agrícolas, comerciais e bancários.

Além da presidência, teria o Ministro da Fazenda (ou, em sua falta, o da Agricultura) o direito de veto das deliberações contrárias às disposições expressas em lei.

Seria o Instituto sediado no Rio de Janeiro, com sucursais nos mercados que o govêrno entendesse necessário. Disporia de pessoal técnico, contratado para o serviço interno e externo nos diferentes mercados.

Como fundos, disporia de trezentos mil contos, dos quais 250 mil destinados ao café, cabendo o resto aos demais produtos nacionais.

Tais fundos se constituiriam dos recursos seguintes:

Lucros a serem apurados na liquidação do estoque de café adquirido pelo govêrno federal e na do convênio comercial com a Itália.

Lucros líquidos das operações de defesa.

Contribuição dos Estados.

Operações de crédito, internas ou externas, se o Poder Executivo as obtivesse em condições favoráveis de prazo e juros, e caso necessárias.

Emissão de papel-moeda para completar o fundo da defesa, ficando para êste fim o Poder Executivo expressamente autorizado *ex vi* da própria lei.

Teria a emissão, como lastro, a parte do fundo ouro de garantia do papel-moeda que não estava afeto às emissões realizadas em virtude do decreto de 22 de outubro de 1918, na proporção de 80% do café adquirido pelo Conselho ou warrantado pelos particulares, e na de 75% quanto aos demais produtos warrantados.

Quando liquidadas as operações, seriam incineradas mensalmente as somas correspondentes às importâncias emitidas.

No caso de exigir a defesa a warrantagem do produto comprado pelo Conselho, tendo em vista a obtenção de maiores recursos para essa defesa, seria a warrantagem realizada na base máxima de 50% dos preços correntes do café.

Na mensagem presidencial de 1922, explicou o Dr. Epitácio Pessoa o que o seu govêrno praticara, em 1921, a partir de março, quando vira a arroba do tipo 7 cair a 9$300 no Rio de Janeiro e os dez quilos, tipo 4, a 7$500, em Santos.

Mostrava-se a situação da lavoura das mais alarmantes. A queda do câmbio, com o conseqüente encarecimento da importação, cada vez mais acrescia o desequilíbrio da balança comercial exterior. A economia geral do país começava a ressentir-se fundamente dêste estado de coisas.

Assim, resolvera o govêrno intervir com tôda a presteza. E a eficácia da intervenção logo se manifestara, daí decorrendo à lavoura avultados lucros.

Fôra tal intervenção no mercado medida de urgência. A cotação do produto não correspondia à posição estatística. A especulação deprimia-lhe o valor; era mister neutralizar-lhe a influência. Isso alcançara o govêrno. Se não houvesse ocorrido, as cotações baixariam ainda mais, tomadas por base as oficiais.

A exportação nos últimos doze meses teria produzido apenas 498.927:107$000, em vez de 1.012.034:605$000, isto é, uma diferença a menos de 513.107:498$000!

Por seu lado, o café adquirido pelo govêrno custaria menos 170.000:000$000.

Pudera a intervenção, pois, fazer com que, até 31 de março de 1922, entrassem na economia nacional elementos de vida nunca inferiores a 584.000 contos.

Na sessão de 3 de junho de 1922, lia-se, na Câmara dos Deputados, o projeto 21 A de 1922, relativo a uma emenda do Senado, substitutiva do projeto n.º 513 de 1921.

A tal propósito, aos seus pares aconselhava a Comissão de Finanças a aprovação da emenda.

Elevou-se de 250 a 300 mil contos de réis o fundo para a defesa permanente do café, substitutivo votado a 7 de junho de 1922. Dentro em breve, se convertia em lei o projeto 5.126.

A exportação de café, em 1922, avantajou-se à de 1921. Foi de 11.614.000 sacas, quando no milésimo anterior atingira a 11.265.000. Correspondera a 1.365.981 e a 907.526 contos de réis. Verdade é que a saca passara a valer 118$000,

quando se vendera por 80$000, em 1921. Isto compensara a forte depressão cambial.

A defesa do café continuava profícua, assinalava Vítor Viana. O tipo 7, Rio, subira a 11$818. Os apologistas dêste tipo recomendavam cada vez mais a sua retenção no Brasil.

Os estoques baixaram. De fins de 1921 aos de 1922, caira o norte-americano de 1.668.000 a 967.000 sacas. Verdade é que aumentara o da Europa. Mas, no Brasil, verificava-se notável decréscimo.

A Diretoria de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura de S. Paulo apontava a colheita de 1921-1922 como muito pequena: chegaria a 7.130.000 sacas, apenas.

Havia enorme falta de trabalhadores rurais. E, em algumas regiões, absoluta até. Daí, o fato de existirem inúmeros cafèzais sobremodo maltratados. O que já causava certa apreensão no Brasil vinha a ser o contínuo aumento da produção colombiana. Passara de 460.371 sacas, em 1910, a 1.023.128, em 1915; a 1.616.423, em 1919; e a 2.100.000, em 1920.

Observava Vítor Viana, em fins de 1922, que as condições gerais do globo ainda eram de crise e desequilíbrio.

Os sintomas de melhoria já se mostravam, contudo, evidentes e palpáveis.

A caixa de conversão desaparecera, em 1919. Não tinha mais razão de existir, em face de tão baixos câmbios.

A emissão solicitada ao Congresso para que o Tesouro Federal entregasse ao Banco do Brasil um total de quinhentos mil contos de réis, por intermédio da Carteira de Redesconto, soma destinada a saldar o encontro de contas entre um e outro, trouxe animados debates no Senado. Na sessão de 4 de outubro de 1922, discutiu-se o projeto n.º 60 da Câmara dos Deputados, com parecer favorável da Comissão de Finanças. Afirmou o Senador Ellis que ao débito do Banco do Brasil garantia, plenamente, vultoso depósito de cafés finíssimos. As operações de defesa haviam produzido lucro de todos sabido, nada menos de 130.000 contos! Para que, pois, tanta hesitação em face de tão belos resultados.

Vivo debate se travou pelo fato de diversos senadores haverem afiançado que se tratava, pura e simplesmente, de emissão disfarçada com o rótulo de nova valorização cafeeira.

Protestavam vários senadores contra a entrega da direção das operações a estrangeiros, só havendo no Comité um brasileiro

Veio à baila uma explicação do último Ministro da Fazenda, Dr. Homero Batista, encaminhada ao Presidente do Senado.

Agira o govêrno atendendo ao clamor desabalado dos lavradores, sobretudo dos de S. Paulo, representados pelas sociedades de agricultura e as associações comerciais. Estava, aliás, convicto de que de tais operações decorreria a estabilização, e senão mesmo, a melhoria das taxas cambiais.

Terminando, reservou o Dr. Batista ásperas palavras aos abissínios que, agora, apodavam o govêrno transato por haver reencetado a defesa do café. Eram os mesmos a proclamarem, alguns meses antes, que os prejuizos acaso verificáveis pela nova valorização seriam perfeitamente justificáveis e até dignos de apôio e louvor!

Fez o Senador Paulo Frontin notar que, já naquele momento, notavam-se sombras no quadro. Seriam liquidáveis os estoques pelos preços previstos pelo ex-Ministro da Fazenda? E a nova safra, vultosa, constante de 16 milhões de sacas, não exigiria nova valorização? E, no caso vertente onde poderia o govêrno arranjar novos e tão avultados recursos? Convinha impedir a excessiva alta do gênero. Quinze mil réis por arroba era, a seu ver, preço sobremodo compensador.

Respondendo ao Senador Paulo Frontin, disse o seu colega Ellis que o êrro das novas operações fôra inicial: serem serôdias.

Deviam ter começado em 1920; teria isto poupado à economia brasileira um prejuizo de 20 milhões esterlinos.

Daí, proviera a baixa cambial a 5 6/8, graças a diferença do saldo da balança comercial.

CAPÍTULO XXVIII

A desorganização da economia universal do após-guerra. Situação singular do café. Cotações altas. Projetos de limitação das entradas nos portos. Atuação da Defesa Permanente. Onda de otimismo. Criação do Instituto do Café de S. Paulo. Irrupção da broca no cafèzal paulista. Empréstimos no exterior feitos pelo govêrno de S. Paulo para a defesa do café. Campanha séria nos Estados Unidos contra as operações da defesa. Enorme extensão do plantio no noroeste paulista. Presságios de superprodução. Opiniões pessimistas e otimistas.

Em 1923, muito longe estavam as condições econômicas universais da normalidade de dez anos antes.

As oscilações, por vêzes inacreditáveis, dos câmbios tudo perturbavam.

Baixara de novo o poder aquisitivo das principais moedas européias, em conseqüência da situação das próprias moedas americanas.

Perturbara-se o comércio internacional.

Havia o comércio exterior da Inglaterra e da França melhorado um pouco, mas nos próprios Estados Unidos, e durante vários meses, acusara-se deficit na balança mercantil, sem que a isto correspondesse o competente movimento de fundos.

Em face da situação mundial, como poderia o Brasil aproveitar, plenamente, as suas possibilidades, embora o fizesse à medida do possível?

Frisou Laneville que, às últimas cinco safras cafeeiras

universais num total de 83.363.000 sacas, havia o consumo contrapôsto a absorção de 91.808.000 sacas. Houvera, portanto, ótimas ensanchas para o Brasil revelar-se fornecedor de notável percentagem do total.

Os preços, em 1923, continuavam os mais satisfatórios.

A exposição do Presidente Artur Bernardes ao Congresso Nacional sôbre as operações da defesa trouxe vivos protestos do ex-presidente E. Pessoa, por haver o Ministro da Fazenda, Sampaio Vidal, afirmado que algumas das cláusulas contratuais devidas ao govêrno transato eram sobremodo lesivas aos interêsses nacionais.

Em dezembro de 1923, o deputado paulista Amaral Carvalho fez-se o porta-voz das idéias da imprescindível necessidade de se proceder à limitação das entradas nos portos.

Sempre que houvesse excesso de tipos de exportação, o govêrno começaria a adquirí-los até completar o estoque de defesa, ocasião em que faria trancar as entradas. Êste limite precisaria ser rigorosamente estudado e alvitrado.

O máximo armazenável seria 2.000.000 sacas para Santos e 600.000 para o Rio. Atingindo o limite, ficariam totalmente suspensas as entradas.

As mensagens presidenciais paulista e mineira de 1923, dos drs. Washington Luiz e Raul Soares de Moura, frisavam quanto fôra acertada a organização da Defesa Permanente.

Na sessão de 27 de outubro de 1924, na Câmara dos Deputados, o Dr. Fábio de Sá Barreto, representante de S. Paulo, protestou, veementemente, em nome da lavoura cafeeira paulista contra as graves e dolorosas injustiças a ela assacadas. Acusavam-na de provocar a carestia geral da vida no país. A defesa trazendo a alta da arroba, dizia-se, fizera com que grande massa de trabalhadores rurais se despejasse para as lavouras cafeeiras, desfalcando a produção cerealífera.

Rebateu o Dr. Barreto tais alegações.

As operações de defesa, que alguns malsinavam, constituiam, no entanto, a mais legítima manobra de previdência natural em matéria de política econômica.

O êrro de outrora fôra, exatamente, lançar entre maio e setembro tôda a safra cafeeira nos portos.

Da venda forçada dessa massa resultava grande cópia de letras de câmbio e acentuada alta cambial.

Em outubro, já não havia mais café disponível e a taxa caía.

Regularizar a venda era, apenas, o que se tinha em vista.

No Senado Federal insistiu Alfredo Ellis nas mesmas idéias, assinalou Vítor Viana, contemporâneamente.

Fôra o café o único a impedir que os anos de 1923-1924, anos de câmbio baixo, presenciassem o desastre de uma balança mercantil desfavorável. Entretanto, qual a situação do precioso gênero? Como o câmbio baixo elevara o custo da vida, o custo da produção, também, subira extraordinàriamente. Assim, tivera o Brasil para fugir a prejuizos, de vender o grão por elevados preços, o que forçava a alta no mercado de varejo nos Estados Unidos, de forma que daí decorrera um decréscimo de importação e consumo.

Estava, aliás, o café ameaçado, porquanto só podendo ser vendido caro, os consumidores dos Estados Unidos se retraiam. Se assim continuasse, era certo que no Brasil nova e séria crise ocorreria.

Continuaram fagueiras as condições estatísticas. Subiam os preços. A arroba que, em 1923, oscilara entre 25.300 e 35.300, passou no ano seguinte a fazê-lo entre 26.400 e 62.700!

Mas, havia a considerar a concorrência estrangeira. Na Colômbia, já existiam 204 milhões de árvores, delas se esperando, em 1924, dois milhões de sacas.

Por enquanto, e no consenso geral, o perigo não se mostrava iminente. Se a valorização sistemática brasileira favorecia a outros produtores, observava um economista, como as safras dêstes não davam para satisfazer o consumo, os lotes brasileiros eram, naturalmente, desejados; não provinha daí, portanto, prejuizo algum à alta do produto.

Era a situação estatística, em fins de 1924, a melhor possível. O suprimento mundial visível baixara notàvelmente; havia falta de café no universo.

Em fins de 1924, o estoque mundial se resumia em 5.025.000 sacas, apenas. Otimista continuava o tom dos mais altos documentos oficiais, como fôssem as mensagens presidenciais da República, S. Paulo e Minas Gerais.

A 19 de dezembro de 1924, assinada pelo Presidente paulista Carlos de Campos, e seu Secretário da Fazenda, Dr. Mário Tavares, promulgava-se a lei criando o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café, a que se concedia personalidade jurídica. Deveria ser administrado por um Conselho composto dos Secretários da Fazenda e do Tesouro, como pre-

sidente, do Secretário da Agricultura, vice-presidente, e mais três vogais, nomeados pelo Presidente do Estado, entre pessoas de notória competência em assuntos agrícolas e comerciais. Seriam dois indicados pela lavoura cafeeira estadual e um pela Associação Comercial de Santos.

Além da presidência, os Secretários da Fazenda e do Tesouro, ou, em sua falta, o da Agricultura, poderiam exercer o direito de veto das deliberações contrárias às disposições expressas da lei básica. De seu veto haveria, aliás, recurso para o Presidente do Estado de S. Paulo.

Teria o Instituto sede na cidade de S. Paulo e sucursais onde necessário, assistido por pessoal técnico contratado especialmente para os serviços interno e externo nos diferentes mercados.

Criou-se, então, uma taxa de viação de mil réis (ouro) ou o seu equivalente em papel, por saca em trânsito pelo território do Estado. Tal contribuição garantiria o empréstimo a se realizar externamente, a fim de se instituir o fundo da defesa permanente a cargo do Instituto, e a correr, exclusivamente, pela Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado.

Consistiria esta, desde logo, na regularização das entradas em Santos, limitação dos transportes, de acôrdo com o regulamento das emprêsas ferroviárias do Estado, e ainda, na elaboração de um convênio com os demais Estados cafeeiros para que êstes votassem a taxa de viação do valor até um mil réis (ouro) por saca.

A importância do fundo assim constituido, seria aplicado, exclusivamente, nas operações de defesa, podendo parte ser empregada em títulos públicos de boa cotação e reconhecida segurança, a juizo do Conselho.

Enquanto não se efetivasse o empréstimo, o produto da taxa de viação arrecadada pelas estradas de ferro seria depositada pelo govêrno em estabelecimento de crédito de sua confiança, em conta especial do Instituto. Com êle poderia o Instituto fazer, em caso de necessidade, as operações indispensáveis à sua movimentação e de acôrdo com o seu programa.

Uma vez organizado o fundo da defesa permanente, êste consistiria, ainda, em:

Empréstimos aos interessados, mediante condições de quantia, prazos e juros determinados pelo Conselho, com garantia do café depositado nos armazens reguladores do Estado.

Compras em Santos ou qualquer outro mercado interno para retirada provisória, sempre que o Conselho julgasse tal medida necessária para a regularização da oferta.

Serviço de informações, estatísticas e propaganda para aumento do consumo e repressão das falsificações.

Do fundo organizado, quando o Conselho julgasse tal medida oportuna, poderia ser destacada uma parcela para constituir o capital do *Banco Paulista de Crédito Agrícola.*

Em 1924, verificava-se a irrupção de terrível flagelo no cafèzal paulista, com o aparecimento do coleóptero cafeífago *Stephanoderes hampei*. Para combater o mal foi chamado um ilustre especialista — o Dr. Artur Neiva, que organizou o serviço de defesa baseado em diversas medidas, das quais as principais eram: o repasso rigoroso das colheitas, o expurgo destas e a vigilância em tôrno dos cafèzais contaminados.

Em 1925, a mensagem do presidente Artur Bernardes ao Congresso Nacional assinalava a preponderância do café brasileiro, que entrara com 75 por cento do valor na exportação de 1924, apesar de haverem saído menos 240.000 sacas do que em 1923.

A alta dos preços importante saldo trouxera à balança mercantil nacional.

O valor da saca exportada subira a 206$000 contra 157$000, em 1923; 119$000, em 1922; e 83$000, em 1921.

Entrava o café com 75,8 da exportação brasileira.

A 23 de janeiro de 1926, apresentava o Dr. Mário Tavares, Secretário da Fazenda do Presidente Carlos de Campos, o relatório referente ao contrato realizado com os banqueiros londrinos Lazard Brothers & Cia. Ltda. para o lançamento de um empréstimo de dez milhões esterlinos, prazo de trinta anos, com possível resgate antecipado, a 102, tipo 90, juros de 7 %. Êste empréstimo era destinado ao Instituto do Café do Estado de S. Paulo, para a constituição do fundo de defesa, com a liberdade de não pagamento de juros e deferindo a outros a prioridade de garantia da taxa de viação.

Com grandes gabos gerais foi esta operação acolhida.

Em 1925, ia adiantado o processo de reconstrução econômica dos grandes países tão duramente atingidos pela guerra.

Verificou-se aumento na exportação brasileira, que subiu a uma cifra jamais atingida: 4.021.965 contos de réis, quando, em 1914, fôra de 3.863.554, com acentuada alta no valor ouro £ 102.875.000 contra 86.737.000! Os saldos haviam

sido, em 1924, 1.073.997 contos, e, em 1925, 645.133. Mas a importação crescera muito no segundo ano, passando de 2.789.557 a 3.376.832.

Seu aumento representava o melhor dos índices. Se o país pudera comprar mais é que dispusera de maiores disponibilidades no exterior. Continuava o café a liderar, e com enorme vantagem, a exportação nacional.

Subira o valor médio da saca de 205$853 a 215$109.

Em 1925, noticiou-se a temível recrudescência da campanha contra o café nos Estados Unidos. A ela se associara elemento do maior prestígio, o Secretário de Estado do Comércio, Herbert Hoover, o futuro presidente da grande República de 1929 a 1933.

Como conseqüência desta campanha intensa, veio ao Brasil grande comissão de diretores e peritos da Associação Norte-Americana dos Torradores de Café e da Associação de Varejistas, pretendendo estudar *in loco* as condições da produção brasileira, o que foi feito conscienciosamente. Reconheceu a legitimidade das alegações brasileiras, tendentes a demonstrar a procedência da alta do gênero.

A política do Brasil era de defesa, não de valorização, eis o resultado a que chegou.

Nos Estados Unidos, se era exato que aumentara a importação do café, verificara-se retrocesso no que dizia respeito às procedências brasileiras, com vantagem acentuada para a Colômbia e a Venezuela. Tornava-se, contudo, notável a expansão cafeeira colombiana.

Os americanos demonstravam o maior apreço ao produto colombiano. Assim, se a libra de café brasileiro valia 13,47 cents., a do colombiano se mercava a 16,81!

O que avultava imenso era, porém, o irreprimível pleito brasileiro, sobretudo o paulista, em terras as mais favoráveis e propícias à cafeicultura.

O café continuava a manter o seu lugar preponderante na produção nacional, desfrutando boa posição econômica e preços vantajosos, declarou o Presidente Bernardes em sua mensagem ao Congresso, em 1926.

Contra o preço do gênero, formava-se nos Estados Unidos um movimento de opinião, a que se associara o Ministro do Comércio daquela Nação e traduzindo-se em manifestações públicas. Provinha êste fato, porém, da noção inexata sôbre o sistema de defesa pôsto em prática pelos Estados produtores.

Calorosamente defendeu o Presidente as operações de defesa, afirmando que nelas nada havia de forçamento à alta.

Respondendo, em meados de 1926, a uma consulta do Instituto Paulista, declarou o Ministério da Agricultura que àquela data avaliava em 2.011.136.271 o número de cafeeiros no Brasil. Nada menos de quatorze das vinte e duas unidades da Federação contavam cafèzais em seus territórios, embora o grosso se concentrasse nos três grandes Estados de cultura primitiva e dois outros de produção antiga, como o Espírito Santo e a Bahia.

Em plena produção havia 415.556.590 novas árvores, quase um terço do cafèzal antigo! Ocupava êste imenso plantio uma área de 2.438.000 hectares, produzindo 14.116.253 sacas de sessenta quilos.

Cabiam a S. Paulo 1.162.603.120 árvores; a Minas Gerais 369.226.476; ao Rio de Janeiro 146.219.775; ao Espírito Santo 129.450.000; à Bahia 71.097.700; a Pernambuco 55 milhões; ao Ceará 24.532, e ao Paraná 18.750.000.

Só não havia cafèzais apreciáveis nas três circunscrições do Amazônia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Em 1926, afirmava Vitor Viana que a situação financeira do Brasil ainda era anormal. Apontava o perigo que os preços altos do café representavam, promovendo fatalmente o estímulo da concorrência estrangeira.

Outros reparadores surgiram, lembrando quanto a produção cafeeira achava-se onerada e quanto nos Estados Unidos ganhava terreno o consumo do café colombiano.

Mas, a maioria das observações da época se revestiam de positivo otimismo.

Falando da necessidade da defesa do café, escrevia o Senador Campaio Correia, em 1927, que não podia haver perigo de diminuição do consumo. Sem o café, quem o contestaria? Quão deplorável a situação econômica brasileira! Via-se o país, então, em posição penosa. Como poderia, pois, ser o seu produto capital desamparado pelos poderes públicos?

Estranhável é que ninguém, em geral, cogitasse do perigo da superprodução que se avizinhava do modo mais ameaçador, a superprodução devida ao próprio Brasil.

Um grande negociante de café, o Sr. F. E. Nortz, escrevendo em princípios de 1927, assinalava que à proporção que o tempo passava tornava-se evidente quanto o plano brasileiro

de defesa do café, a princípio colimando sòmente regular a distribuição das safras, assumia, e cada vez mais, aspecto monopolístico. Atingia a proporção de enorme e, talvez, perigosa experiência, que deixaria sulco nos anais do comércio.

Crescia imenso a oferta e pouco, relativamente, o consumo, como se verificava do quadro:

Safras	*Produção*	*Consumo*	*Estoques*
1922-1923	15.829	19.162	7.953
1923-1924	21.732	22.037	4.418
1924-1925	20.483	20.506	5.048
1925-1926	21.056	21.696	5.048

Mas, que não daria a safra de 1926-1927?

Não fôra o café brasileiro que lucrara com os últimos aumentos de consumo, e sim o dos concorrentes.

A cultura cafeeira, decadente em várias regiões da América, renascera com os altos preços que a política brasileira vinha impondo.

Acentuara-se a depressão, em 1926, das entradas brasileiras nos Estados Unidos, embora ainda se mostrasse em percentagem excelente.

Em princípios de 1927, apareceram vários economistas a advertir a opinião pública brasileira da aproximação da grande crise cafeeira. Entre êles, Zacarias de Lima, Paulo Prado, Pedro Nolasco da Cunha, Castro Maya, etc. Uns, a apontar o excessivo plantio em terras virgens, outros, a diminuição da capacidade de consumo por parte de diversos grandes mercados mundiais.

Em contraposição, emitiam-se opiniões absolutamente otimistas, como a de Augusto Ferreira Ramos, que, pela mesma época, declarava em matéria de política cafeeira dever o Brasil examinar a situação sob todos os aspectos, aqui e no estrangeiro, e escolher, para a colheita, a cotação a estabelecer no mercado de Nova York e no país. Tomando-a como preço mínimo, competia defendê-la comprando todo o café que por êste preço se apresentasse à venda. Se se conseguisse, paralelamente, a existência de uma organização financeira que aos fazendeiros adiantasse dinheiro sôbre o café armazenado, as coisas de pronto se resolveriam, porque o dinheiro existente e necessário para defender o preço mínimo, no mercado, seria

amplamente suficiente, desde que tal se fizesse com o concurso dos Estados cafeeiros e do govêrno federal.

Ao ver de Augusto Ramos, o preço mínimo a adotar-se para a colheita de 1927-1928 devia ser o vigente.

Era claro que só se cogitaria da sustentação inflexível dos preços e nunca da sua elevação. Não se cogitava de *trust* nem de cartel.

Não contava Ferreira Ramos com um elemento perturbador de todos os seus raciocínios: a superveniência de imensa produção, pelo alargamento inconsiderado das plantações nas zonas novas de S. Paulo, do Paraná e da Colômbia. E, contemporâneamente, na ocorrência da formidável crise financeira das relações comerciais, com reflexos os mais violentamente inesperados por todo mundo.

Cincinato Braga, nessa ocasião, declarava não condenar as medidas de intervenção em defesa dos preços, e sim as que visavam, exclusivamente, certos e importantes aspectos do problema complexo da defesa, com solução unilateral da sustentação das cotações.

A política dos preços altos já estava custando ao Brasil graves e pesadas dificuldades financeiras. Positivamente, incentivava o plantio estrangeiro.

A vitória do Brasil só poderia provir do grande aumento da produção, que o autor queria triplicada, graças ao concurso da química agrícola e o estercamento em larga escala.

Mário Pinto Serva, em estudo largamente documentado, mostrava que a demora da expedição das safras, o decréscimo da média da produção, o alto preço do custeio e outros fatores, faziam com que a cafeicultura se mostrasse pouco rendosa em S. Paulo.

O recenseamento nacional de 1920 dera para os diversos Estados de grande exportação, as seguintes percentagens: S. Paulo, 55; Minas Gerais, 24; Rio de Janeiro, 8; Espírito Santo, 3; Bahia, 2,5; Pernambuco, 1,5; e Paraná, 0,50. Os altos preços de 1922 em diante, haviam provocado o aparecimento de cafèza's em muitas regiões do Brasil onde jamais tinham existido.

CAPÍTULO XXIX

O custo da produção em Santos, em 1927. O censo cafeeiro de 1920 em todo o país. Dados interessantes e valiosos. O "rush" cafeeiro nas terras virgens de S. Paulo. Incrível valorização de terras. Plantio exagerado de cafèzais. A campanha contra a disseminação da broca. A alta dos preços, descoroçoadora da indústria dos sucedâneos e das falsificações. O perigo da concorrência de lavouras estrangeiras estimuladas pelas cotações altas. Os grandes progressos da cafeicultura na Colômbia. A evolução dos métodos comerciais do café em S. Paulo. O magnífico aparelhamento portuário das Docas de Santos. Deficiência de serviço nos demais grandes portos do Brasil.

Em um estudo de 1927 sôbre a distribuição de gastos no custo da produçao do café, para tanto valendo-se de dados, então, da maior atualidade, fez o Dr. Mário Pinto Serva a exposição do problema, documentando-o abundantemente.

Era, a seu ver, a propaganda oficial em prol do consumo verdadeiramente desastrosa.

Em 1927, o custo da produção para fazendas paulistas com médias já consideráveis de 50 arrobas por mil pés, e em anos de colheita normal, pois nos de grande safra subia o custeio, podia ser calculado em mil réis por árvore.

Informara grande fazendeiro ao articulista que, a seu ver, lhe absorvia oitocentos réis por pé.

Assim, uma fazenda de 500.000 árvores despendia 400 contos de réis e mais o total de juros, avaliados em doze por cento. Êstes se poderiam considerar reduzidos a seis, em vir-

tude do suprimento dos comissários serem feitos em saques parcelados mensais.

Ora, quinhentas mil árvores, em Ribeirão Preto, valeriam 2.000 contos de réis. Como os juros correntes no Estado eram de doze por cento, como remuneração do capital, ficavam de saldo ao fazendeiro 97:560$000, a que conviria acrescentar uns poucos contos de réis da venda das escolhas.

Isto daria, portanto, um total de 210 contos.

Observava o informante:

"Êste lucro, porém, fica diminuido de quase 60:000$000, devido à demora, em média de oito meses, nos Reguladores, o que corresponde a mais de 8% de juros suplementares perdidos sôbre o capital empatado e mais o valor da mercadoria".

Pelas contas de venda, podia-se verificar que ainda havia a considerar quebras de pêso e outros imprevistos.

Mas, a média de cinqüenta arrobas era cálculo muito otimista e a maior parte das fazendas não dava isto. Tendia o custeio, além de tudo, a ser aumentado pelas exigências da adubação, que estava começando a ser feita anualmente.

Via-se, pois, que fazenda de café já não era mais o negócio de antigamente, enriquecedor dos primeiros lavradores daquela mancha de terras feracíssimas de Ribeirão Preto.

Apregoavam todos ser preciso aumentar a produção e baratear o custeio. Mas, para tanto, precisavam os lavradores de braços, além de estudos especiais para praticar uma adubação inteligente.

Provocou o recenseamento nacional de 1920, feito com tanta competência, o ensejo a que se fizesse no Brasil a primeira resenha, extensa, pormenorizada e com maiores características de verossimilhança, das propriedades cafeeiras. Avaliou-se, então, o cafèzal do Brasil em 1.708.418.893 árvores.

A êste respeito, escreveu Bulhões de Carvalho sucinta mas valiosa contribuição que vamos resumir.

Recensearam-se, no inquérito agrícola de 1920, em todo o Brasil, 128.424 estabelecimentos rurais com lavouras de café, o que representava 19,4 por cento dos imóveis arrolados.

As culturas abrangiam 2.200.000 hectares ou fôssem 22.000 Km², mais da metade da área do Estado do Rio de Janeiro.

Predominavam os cafèzais em cinco Estados, com enorme superioridade sôbre os demais.

Estados	*Fazendas*	*Cafeeiros (milhares)*	*Hectares*
S. Paulo	21.341	823.943	1.028.673
Minas Gerais	41.393	488.036	650.706
Rio de Janeiro	10.766	155.595	194.490
Espírito Santo	16.375	114.583	152.776

Cinco outros Estados se destacavam, mas muito abaixo dos primeiros, com contribuição cafeeira recente, mas já digna de aprêço: Paraná, Pernambuco, Paraíba e Goiás. E mais três de largas culturas antigas: Bahia, Ceará e Santa Catarina.

Outras unidades federadas vinham muito abaixo: duas de lavouras de pouca idade, Alagoas e Acre e a terceira, a mais antiga de quantas contava o país, o Pará, centro de irradiação da cafeicultura no Brasil.

Em mais oito circunscrições havia cafèzais, mas com um conjunto global muito reduzido — 1.826 propriedades com 1.613.000 árvores.

Delas se destacavam Sergipe, Amazonas e o Distrito Federal, com 832.072, 304.045 e 262.373 cafeeiros.

O Distrito Federal, centro de irradiação sulino da cafeicultura, passara a ter insignificante cafèzal, resto de outro, incomparàvelmente maior. O Amazonas, também, era das mais velhas terras cafeeiras do Brasil, assim como o Maranhão, onde, aliás, a cafeicultura jamais progredira.

Assim, não havia nenhum Estado ou território do Brasil onde deixasse de haver vestígio, pelo menos, de lavoura cafeeira.

Distribuiu Bulhões de Carvalho o cafèzal em três grupos:

Norte (Amazônia e Nordeste até Bahia) — 110.089.255 árvores, em 148.399 hectares.

Centro (Minas, Goiaz, Mato-Grosso) 495.532.319 árvores, em 661.443 hectares.

Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) — 1.111.797.019 árvores, em 1.405.876 hectares.

Interessante o confronto entre as fazendas e sítios cafeeiros nas diversas circunscrições brasileiras.

Estados	*Fazendas recenseadas*	*Fazendas de café*	*Perc. das fazendas de café*
Minas Gerais	115.655	41.393	35,8
S. Paulo	80.921	21.341	26,4
Bahia	65.181	17.415	26,7
Espírito Santo	20.941	16.375	78,2
Rio de Janeiro	23.699	10.766	45,4
Pernambuco	23.336	5.347	22,9
Santa Catarina	33.744	3.932	11,7
Goiaz	16.634	2.496	15,0
Pará	26.907	1.646	6,1
Paraíba	18.378	1.552	8,4
Alagoas	8.840	1.369	15,5
Ceará	16.223	1.357	8,4
Paraná	30.951	1.215	3,9
Sergipe	8.202	745	9,1
Distrito Federal	2.088	533	25,7
Amazonas	4.946	407	8,2
Território do Acre	1.170	394	33,7
Outros Estados	150.337	137	0,1
Total	648.153	128.424	19,8

Entre os principais municípios cafeeiros, de cada Estado, destacavam-se:

Em S. Paulo — Ribeirão Preto e Rio Preto.
Em Minas Gerais — Carangola e Manhumirim.
No Rio de Janeiro — Itaperuna e S. Antônio de Pádua.
No Espírito Santo — S. Pedro de Itabapoana e Alegre.
Na Bahia — Areia e Maracás.
Em Pernambuco — Bonito e Bezerros.
No Paraná — Ribeirão Claro e Jacarézinho.
Em Goiaz — Anápolis e Bonfim.
No Ceará — Baturité e S. Benedito.

Abrangendo cêrca de quarenta por cento do cafèzal do Estado:

Na Paraíba — Bananeiras e Araré.
Em Santa Catarina — Camboriú e Pôrto Belo.
Em Alagoas — S. José da Lage e Viçosa.

Provou o censo cafeeiro de 1920 que no Nordeste pouco progredira o cafèzal.

A área das lavouras do Ceará, Paraíba e Pernambuco

representava, então, 2,5 do total brasileiro; a da Bahia ainda era muito reduzida — 3,21; Sergipe e Alagoas juntos atingiam a percentagem minúscula de 0,2.

Em Pernambuco, começavam a alastrar-se as plantações.

O Espírito Santo mantinha, à custa das lavouras do norte, a continuidade geográfica entre as culturas da grande região a que pertence e a zona de produção que, do sul da Bahia, vai se estendendo para o norte. Mas, os municípios ao norte do Rio Doce pouco cafèzal possuiam. Os municípios espírito-santenses de maiores plantações encontravam-se no sul, salientando-se pela extensão das lavouras, como Cachoeiro do Itapemirim e alguns outros, cuja riqueza bem revelava a excelência da zona que se prolongava do Estado do Rio de Janeiro através dos municípios eminentemente cafeeiros de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, e, em Minas Gerais, de Carangola, extremo da zona da Mata.

Não havia paridade, aliás, entre as lavouras baianas e as espírito-santenses. Ao passo que na Bahia existiam, em 1919, 17.415 fazendas de café, e, no Espírito Santo, 16.385, a área cultivada em cafèzais, no primeiro daqueles Estados, era de 71.144 hectares contra 152.776, no segundo, registrando o recenseamento 49.799.853 cafeeiros na Bahia e 79.583.853, no Espírito Santo.

No Rio de Janeiro, o enorme cafèzal de outrora, ao longo da parte meridional da Paraíba, reduzira-se imenso.

Os municípios de lavouras mais extensas não eram, porém, os que outrora haviam deslocado da baixada para as serranias o centro econômico da Província e que, devido à abundante produção, prevaleceram por muito tempo. Em 1920, mais de 50% da área cafeeira fluminense se concentrava nos municípios extremos setentrionais dos vales do Pomba, do Muriaé e do Itabepiana.

Em Minas Gerais, notavam-se grandes blocos cafeeiros, separados por extensas distâncias: o do norte e da Mata, caminhando para o vale do Rio Doce e o do Sul.

Produzira a Mata, outrora, enormemente, e vários dos seus municípios haviam sido dos mais afamados do Brasil. Sua lavoura ainda representava quarenta por cento da área ocupada pelo quase meio milhão de cafeeiros de Minas, mas a produção decaía mais e mais.

Caminhara para o Norte, para as terras virgens e flores-

tadas do vale do Rio Doce, ao passo que muitos municípios antes célebres assistiam à decadência da produção.

No sul de Minas, havia diversos municípios afamados pelos magníficos tipos do seu café, contando-se alguns de vivada produção.

Compreendia a zona dezenas de municípios e cêrca de um quarto da área do cafèzal mineiro.

No Triângulo Mineiro não existia cafèzal equivalente aos mais importantes das zonas sul, leste e da Mata.

No centro e no oeste mineiro eram êles bastante medíocres.

Em S. Paulo, o chamado norte, perfeito prolongamento da zona fluminense paraibana, com sua produção quase extinta, a não ser, excepcionalmente, num e noutro pequeno núcleo, como Caçapava, ainda viviam lavouras avultadas, mas que pouco davam.

Certos municípios extintos do oeste paulista, outrora notáveis, haviam sido verdadeiros celeiros de café, como Ribeirão Preto, Jaú e São Manuel. Ainda outros não tão reputados, mas apesar disto afamados, ou pelo menos prestigiosos, os acompanhavam nesta depressão. Os municípios fronteiriços de Minas mantinham produção afamada pela qualidade.

Nos velhos e célebres municípios de antanho, processava-se formidável decadência cafeeira, a começar por Campinas. Em alguns, extinguira-se quase, por assim dizer, a produção.

Incipiente, ainda, a cafeicultura paranaense. A lavoura no Paraná ainda era muito reduzida e podia ser considerada simples prolongamento da paulista. Num total de 49 municípios existentes em 1920, o censo federal registrava apenas em 18 a presença de cultura da rubiácea, e dêsses, sòmente em 5 havia mais de 1.000 hectares em cafèzais.

Goiaz, apesar de apresentar área cafeeira relativamente diminuta, possuia plantações distribuidas por quase todos os seus municípios, principalmente no sul, que parecia destinado a se tornar um centro de produção mais intensa, quando a lavoura da região merecesse dos agricultores atenção mais cuidadosa.

Mas, era tudo muito modesto ainda.

Em 1927, quando já se dera o enorme *rush* do plantio provocado pela enorme elevação dos preços, chegou o Dr. Cid

Braune às seguintes conclusões quanto às percentagens da exportação cafeeira (em números aproximados):

S. Paulo	55,00
Minas Gerais	24,00
Rio de Janeiro	8,00
Espírito Santo	7,00
Bahia	2,50
Pernambuco	1,50
Paraná	0,50
Goiaz	0,30
Ceará	0,30
Paraíba	0,29
Santa Catarina	0,20
Alagoas	0,10
Sergipe	0,03
Acre	0,03
Pará	0,03

Minúsculas as exportações do Distrito Federal, Amazonas e Mato-Grosso, mínimas as do Maranhão e Rio Grande do Sul, insignificantíssimas as do Piauí e Rio Grande do Norte.

Em todo caso, a sua presença servia para atestar o cultivo, pelo menos para o consumo interno, da rubiácea em todas as circunscrições brasileiras, sem exceção alguma.

As apreciações dos agrônomos provocadas pela ocorrência do segundo centenário da introdução do cafeeiro, mostraram-se unânimes, por assim dizer: em tôda parte era o café mal beneficiado, mas sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e, cada vez pior, dêste último para o norte.

Em 1927, o que atraía a atenção geral era o *rush* cafeeiro processado na zona paulista chamada do noroeste.

Já ali havia mais de cem milhões de cafeeiros formados, com mais de quatro anos, contando-se, ainda, cêrca de cinquenta milhões de pés de lavouras novas.

A média da produção mostrava-se enorme, cem arrobas por mil pés, em geral. Ocorriam freqüentes as cargas de 150.

A valorização das terras mostrava-se incrível. Quando, em 1912, se podia comprar um alqueire a 20$000 e 30$000, êsse mesmo alqueire passara a valer, em 1927, 1, 2, e até mais contos de réis. Em Lins, um fazendeiro que comprara

terras, em 1920, a cem mil réis o alqueire, não as venderia por três contos. Daí uma valorização de trinta vêzes o valor da compra, e isto em 6 anos!

O desenvolvimento das cidades e vilas mostrava-se formidável. Lins, cidade de 7.000 habitantes, contava, apenas, seis anos. As fundações de outras cidades datavam de quatro, cinco, seis e até quatorze anos, no máximo.

Visível a todos, o grande futuro reservado à Noroeste. Dentro de 5 anos poderia produzir uns 5 milhões de sacas, tendo terras suficientes para o dôbro. Precisava, apenas, de boas estradas de ferro, e de muita população para valorizar o seu solo opulento.

Havia, entretanto, ponto importante a notar: os fazendeiros em tôda a zona tratavam mais de produzir quantitativamente do que qualitativamente. Muito poucas fazendas, ainda, dispunham de bons terreiros e boa maquinaria. Era, porém, de esperar que com o tempo voltariam os lavradores as vistas para a melhoria do tipo e da qualidade.

No Paraná, nos últimos anos houvera, também, notável *rush* cafeeiro, apesar do temor das geadas. Produção vultosa davam aí terras paranaenses, onde numerosos paulistas se afazendavam.

Em Goiaz e Mato-Grosso, também haviam os altos preços trazido notável incremento de produção, embora êste não influisse, ainda, na exportação geral do país.

Em Santa Catarina, terra cafeeira antiga, a lavoura decaíra muito durante o século XIX e os primeiros anos do século XX. Mas, os altos preços haviam-na ressuscitado, elugando, em 1927, a perto de cinco milhões de árvores, muito mais racionalmente plantadas do que se fizera antanho.

Grande e gravíssima ameaça para a produção cafeeira sùbitamente se desvendou, em princípios de 1924: o aparecimento do terrível *Stephanoderes hampei*, em cafezais de Campinas. Surgira o minúsculo e inofensivel coleóptero aniquilador da produção de Java nas fazendas dos arredores da grande cidade paulista.

Até então, os danos causados pelos flagelos do cafeeiro e do café, a não ser quanto ao ataque do microlepidóptero de 1860, a *Leucoptera coffeela*, haviam sido muito relativos. E, geralmente, circunscritos a limitadas regiões, como se dera com o *mal de Cantagalo*, a *Heterodera radicicula*.

Alarmado, convidou o govêrno paulista ao Dr. Artur Neiva para estudar *in situ* a questão, e êste, em maio de 1924, pôs-se em campanha.

Foi o serviço atacado pelo Dr. Neiva, com quem colaboraram os Drs. Edmundo Navarro de Andrade e Adalberto de Queirós Teles.

O estudo acuradíssimo do caso e a competência dos dirigentes do Serviço de Defesa contra a Broca trouxeram determinações que conquistaram o maior aplauso dos mais reputados especialistas do universo.

Inspirador desta campanha, a que se dedicou com corpo e alma, pôde o Dr. Neiva, em 1927, trazer a público os resultados brilhantes da atuação do seu serviço.

A praga com o correr dos anos, vaticinava, avassalaria todo o Estado de S. Paulo e os Estados vizinhos.

O serviço em Java não compreendia a série de medidas empregadas em S. Paulo. O combate à broca, constituia, talvez, a maior campanha jamais empreendida no Brasil. Tratava-se de defender um bilhão de árvores da maior cultura cultivada pelo homem, de uma praga a que não se conseguiria obstar, mas apenas entravar os estragos que ocasionaria. O que fôra possível ao govêrno fazer até então, êle o realizara.

Procurava o Serviço cumprir a tarefa, nada poupando para combater o mal. Desde o início, compreendera que a maior dificuldade estava na incredulidade da maioria dos fazendeiros quanto à presença da broca, ou ao seu poder de destruição.

Com verdadeira convicção a propósito da eficiência do seu método, apontou o Dr. Neiva as medidas de defesa contra a extensão do mal, medidas que iam dando excelente resultado.

1.ª — Repasse, ou eliminação de todos os frutos das árvores e do solo, com ou sem o enterramento da terra raspada da superfície, e catação profilática, quando necessária. Compreendia, ainda, a poda das árvores até certa altura do solo, para que se desse o descascamento dos frutos, por ventura encontrados no chão junto aos troncos.

2.ª — Expurgo do café colhido, em sacos ou a granel, em câmaras e tanques, pelo bi-sulfureto de carbono puro, à razão de 300 centímetros cúbicos por metro cúbico de capacidade, durante 12 a 24 horas.

3.ª — Secagem no terreiro de café, quer fôsse lavado quer não.

4.ª — Fermentação da palha e resíduos de beneficiamento, antes de utilizados como adubo, ou sua incineração.

5.ª — Expurgo de todos os objetos de uso e roupas dos colonos provindos de fazendas ou zonas infestadas.

6.ª — Expurgo de tôda sacaria vasia, em trânsito no Estado.

7.ª — Fiscalização do trânsito de café, plantas e quaisquer objetos capazes de veicular a praga.

8.ª — Destruição de cafeeiros abandonados, existentes nas lavouras e matas.

Para vencer a resistência de vários fazendeiros misoneístas e retrógrados, obteve o govêrno paulista do da União a execução das medidas de defesa sanitária vegetal, saindo, a 6 de março de 1925, a lei estadual destinada a armar o Serviço de Defesa contra a Broca de meios adequados à sua atuação enérgica e rápida.

O repasse, considerado operação de capital importância, foi, então, iniciado em tôdas as propriedades dos municípios contaminados, graças ao auxílio provindo daquela lei.

Houvera, como era natural em todo início de campanha, muita indecisão e, principalmente, incompreensão por parte dos lavradores de quem tal serviço se exigia. Aos quais instruidos, e êles formavam a grande maioria, distribuia a comissão as suas publicações, explicando, pormenorizadamente, os processos para a boa execução dos trabalhos de combate ao flagelo.

Havia, porém, pequenos lavradores principiantes, cuja esta constituida, geralmente, de antigos colonos, aos quais a propaganda deveria ser feita por outro modo, por se tratar quase sempre, de analfabetos. Recorrera-se, então, ao único expediente possível, recurso que dera excelentes e inesperados resultados.

Fizeram-se publicações profusamente ilustradas, descrevendo os malefícios da broca. Daí decorrera ótimo resultado.

Outro magnífico processo de combate ao terrível besouro fôra o do recurso ao cinematógrafo. E, esperava-se o mais completo êxito na aclimação no Brasil de um microhimenóptero africano, o *Prosops corunta,* ou vespa de Uganda, tremendo parasita do bezourinho sinistro.

Os altos preços do café, escrevia Navarro de Andrade,

em 1927, estavam sendo extraordinários acoroçoadores da produção dos sucedâneos.

Entre os primeiros, pela importância, destacavam-se a chicória e o *Postum*. Seguiam-se-lhes, muito de perto, o amendoim e o milho, matérias primas de grande consumo até no próprio Brasil.

A chicória, como ninguém ignorava, era contemporânea do café, e quase todos os países europeus a cultivavam, desde longa data, para lhe impingir o decocto como o da preciosa rubiácea.

Outro terrível concorrente vinha a ser o *Postum*, a respeito do qual corriam no Brasil informações ingênuas em relação à sua vitalidade, incrementada por colossal propaganda.

Os dirigentes da propaganda brasileira, sempre que se lhes falava no caso, respondiam, invariàvelmente, que o *Postum* já não tinha mais importância, tendendo a desaparecer. Em suma: a sua companhia manufatureira estava falida. Visitando os Estados Unidos várias vêzes, de 1910 a 1926, declarou o nosso autor que, absolutamente, não compreendia como uma emprêsa falida gastava centenas de milhares de dólares em anúncios de seus produtos!

Além da concorrência dos sucedâneos, avolumava-se a da produção extra-brasileira, cada vez mais séria.

Prevendo dias negros para o Brasil, especialmente para S. Paulo, se a broca não fôsse jugulada, escrevia Navarro de Andrade, ainda, que as Índias Holandesas atravessaram a crise ocasionada pela praga, porque dispunham de diversas outras culturas, além da do café, que ali não encabeçava a relação dos artigos de exportação. Assim, por exemplo, em 1915, quando nada fazia supor a existência do coleóptero nos cafèzais, então em produção ascendente, ocupava o café o sétimo lugar na lista dos grandes produtos exportados, com valor quase nove vêzes inferior ao do açúcar, da terça parte da do fumo e de menos de metade do da copra e do petróleo. Mas, se ao Brasil faltasse o café, chave da sua abóbada econômico-financeira, quem poderia descrever a extensão de tal desgraça?

Criticou o autor paulista, acerbamente, certo feitio da mentalidade brasileira — o pendor ao irredutível otimismo.

Os exemplos da borracha, da quina, da coca e do chá, não o comoviam e nem de leve lhe modificavam o modo de pensar. De que valia mostrar que Ceilão nadara outrora em ouro, com produções fantásticas por geira ou por mil pés

de café? Em 1869, haviam os inglêses aplicado mais de 14 milhões esterlinos à cultura da rubiácea, e, no entanto, tudo isto tombara por terra ante um microscópico fungo!

Grande perigo advinha, também, da concorrência colombiana.

As lavouras da antiga Nova Granada haviam produzido 568.000 sacas, em 1907. Em 1925, de quase dois milhões fôra sua safra.

Vários autores, contemporâneamente, criticaram, por vêzes, os processos da propaganda brasileira no exterior e os métodos obsoletos do comércio cafeeiro no Brasil, grandemente arcaicos, ao seu ver. Já em 1909, Lalière se pronunciava a tal respeito.

Em 1927, explicava o Dr. Antônio de Queirós Teles a evolução dos métodos comerciais em S. Paulo.

Instituira o decreto federal de 21 de novembro de 1903 as regras para o estabelecimento de armazens gerais, determinando os direitos e obrigações das emprêsas que os exploravam. A partir desta época haviam muitos lavradores, isentos de compromissos com casas comissárias, iniciado a venda do seu café diretamente ao exportador, despachando-o das fazendas às companhias de armazens gerais, onde se lhes cobrava uma taxa de armazenamento. Chegado o café ao pôrto de destino, a companhia de armazens gerais apresentava ao proprietário, ou ao seu corretor, as amostras tiradas à entrada do produto nos armazens e, mediante comissão que, em 1927, era de 500 réis por saca, efetuava êste a venda, diretamente, ao exportador, em nome do próprio fazendeiro.

Tivera tal sistema largo uso entre os fazendeiros independentes, causando sensível diminuição das vendas por intermédio de comissários.

Apologistas entusiastas de tal método haviam sido muitos produtores, tendo-o como muito mais favorável à sua mercadoria do que os processos do comissariado.

As falências de vários de tais estabelecimentos, causando prejuizos sérios aos fazendeiros, muito haviam arrefecido a confiança dos lavradores.

Assim, haviam êles caído em descrédito, voltando-se de novo os lavradores para os comissários.

As operações a têrmo estabelecidas em Santos por instituições para êste fim organizadas, desempenharam, desde o início, importante missão no comércio cafeeiro. Entre elas,

as caixas de liquidação, funcionando de acôrdo com as praxes estabelecidas nos mercados consumidores. Tais organizações, muito necessárias ao comércio legítimo, mas pouco usadas pelos fazendeiros devido ao natural afastamento dos centros de negociação do produto, haviam sido oficialmente reconhecidas de utilidade pela lei de 30 de dezembro de 1911, ao criar a Bolsa de Café de Santos. Dera ela a êstes negócios feição oficial, mais adequada ao meio paulista e às condições especiais do comércio.

As modificações ao regulamento da Bolsa e a severidade dêste aparelho, aliás instigado pela diretoria do Instituto do Café do Estado, haviam acabado grangeando grande oposição por parte do comércio local, porquanto sua diretoria, seguindo instruções do Instituto, começara a dificultar o recebimento dos cafés vendidos, fazendo exigências consideradas descabidas, quanto ao tipo apresentado.

Com tamanho rigor passara a atuar a Bolsa, que os seus negócios tinham chegado à paralização. E, com isto, os exportadores tinham-se visto privados de um meio de conseguir a cobertura das vendas futuras. Viera tal fato impedir e diminuir as transações legítimas, constituindo esta circunstância, portanto, apreciável fator da resistência dos preços.

Acabara o Instituto reconhecendo os efeitos contraproducentes de suas medidas e apressara-se em reconsiderá-las, colocando a Bolsa de Santos dentro de suas verdadeiras funções.

Por essa ocasião, historiava e comentava José Carlos de Macedo Soares, em *Crédito e café*, o que ocorrera com as transações cafeeiras.

Depois de rememorar a primitividade e a honestidade das transações no início da lavoura cafeeira, em que a exigência das garantias, por parte dos capitalistas, cifravam-se à posse de documentos da correspondência, lembrou que as funções do comissariado do café se enquadravam no título do Código Comercial Brasileiro referente à comissão mercantil.

Na praça de Santos, porém, o comissário de café ultrapassara, e muito, os limites de sua atuação traçada pelo Código Comercial. Outras funções de ordem econômica, e uma caracterizadamente financeira, haviam trazido importância de alto relêvo à classe dos comissários.

Banqueiros originais eram êstes negociantes, cujos adiantamentos aos lavradores não se liquidavam com dinheiro e sim com remessas de café à consignação.

Dispunham os comissários, a seu talante, do gênero dos comitentes, dêle fazendo o que bem entendiam em matéria de despejo, liga e reensaque por tipos.

Para cobrir o excesso de atribuições em relação ao estatuido no Código de Comércio, fizera a Associação Comercial de Santos registrar na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a 16 de junho de 1899 e 16 de julho de 1907, assentos fixando os costumes da sua praça sôbre venda, desconto, comissão, reensaque e carretos de café, preços da sacaria e adiantamentos aos comitentes.

Mas, o comissariado perdera terreno ante o progresso do aparelhamento bancário e a multiplicação de agências dos grandes bancos, a creação de armazens gerais, a instituição dos *warrants* e outros institutos jurídicos.

Fato frisante: em 1918, os bancos nacionais paulistas contavam onze agências em todo o Estado de S. Paulo; haviam elas subido a 53, em 1924, e a 88, em 1927! O Banco do Brasil com quatro agências, em 1918, passara, em 1927, a dezesseis, no Estado de S. Paulo.

Obtinha-se, agora, o custeio das lavouras, em grande parte, nos bancos, exceção feita do Banco do Estado de S. Paulo, simples estabelecimento de depósito e descontos e não de crédito agrícola.

Continuaram, porém, algumas casas comissárias a fornecer adiantamentos aos lavradores, nos velhos moldes de antanho.

O Banco do Estado fornecia-lhes dinheiro sob penhor de produtos agrícolas ou primeiras hipotecas de fazendas.

Em 1927, faziam adiantamento contra conhecimentos de café de sua produção exclusiva, até o máximo de trezentos contos de réis, para cada operação, a nove por cento anuais e à base de quinze mil réis por arroba.

O represamento da produção cafeeira estava exigindo, porém, modificações notáveis no aparelhamento financeiro.

Já o custeio de safras relativamente pequenas se mostrava considerável. Fôra, em grande parte, o que determinara o aumento do capital de quase todos bancos paulistas, havendo alguns, até, tresdobrado os capitais.

Notabilíssimo fator do progresso da lavoura cafeeira havia sido o magnífico aparelhamento do pôrto de Santos, devido à Companhia Docas de Santos.

Em 1927, o Dr. Hildebrando de Araujo Góis, Chefe da

Inspetoria Federal de Portos, publicou valioso artigo descrevendo o que era o aparelhamento dos portos brasileiros para o serviço do embarque de café.

Em Santos, todo êle se fazia diretamente do cais para bordo, por meio de guindastes ou com carregadores mecânicos.

Tôda a movimentação do produto até o convés do navio ou dentro do saveiro, corria por conta do exportador. As despesas, porém, do convés ou do saveiro, ficavam a cargo do armador, constituindo parcela do custo do transporte marítimo coberta pelo frete.

Pelo sistema primitivo, em vigor no Rio de Janeiro, as despesas do armador, isto é, as de estiva, eram bastante mais elevadas que as correspondentes no sistema moderno. Daí, a dificuldade do confronto exato dos preços dos serviços portuários.

No Rio de Janeiro, efetuava o exportador o segundo transporte, trazendo os sacos de café à beira do cais, com pessoal seu. O pessoal da estiva, por conta do armador, recebia o gênero, colocava-o nos saveiros, levava êste ao costado do navio, operava o carregamento e a arrumação nos porões.

Em Vitória, tudo se passava como no Rio.

Em Santos, porém, corria o serviço totalmente diverso, vindo o café em veículos urbanos, do armazem do exportador ao cais, como no Rio de Janeiro.

Terminava tal transporte com a chegada do veículo ao portão das Docas, fora da faixa alfandegada. Iniciava-se, então, a operação denominada "capatázias", realizada com pessoal e aparelhamento da Companhia Docas de Santos, a compreender os seguintes serviços:

a) — transporte da mercadoria do portão do cais até junto ao navio carregado;

b) — transporte e entrega a bordo sôbre o convés.

Seguia-se a operação da estiva, que a Companhia executava, podendo ser feita por quem o armador quisesse. Consistia em tomar a mercadoria no convés e conduzí-la ao barco a zarpar.

Havia bastante diferença entre o serviço em Santos e nos demais portos de grande exportação. Naquele pôrto, com o vulto dos embarques, não seria possível manter o sistema primitivo e caro, lamentàvelmente ainda em uso no Rio de Janeiro. Pela necessidade de tornar mais rápida a operação, a Companhia tinha em funcionamento instalação mecânica transportadora e carregadora, dispondo de grande capacidade.

Era Santos, ainda, em 1927, o único pôrto cafeeiro com instalações apropriadas e serviço de embarque eficientemente organizado.

CAPÍTULO XXX

A situação cafeeira em 1920. A intervenção na Presidência Epitácio Pessoa. Rápida subida de preços. Exagerado plantio de cafèzais. Planos de sustentação de preços. Organização da defesa do produto. As festividades solenizadoras da passagem do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil. Vozes pessimistas. Receios de próxima superprodução. Os primeiros convênios dos Estados cafeeiros.

O período de 1906 a 1927, que foi a última das grandes fases dos fastos cafeeiros que examinamos, principiou no meio das angústias de terrível crise a que procurava remediar o Convênio de Taubaté. Terminaria na mais eufórica das situações, na qual o café atingiria os maiores preços de sua carreira. E, ao mesmo tempo, em vésperas de aperturas incomparàvelmente mais graves que as de 1906.

As operações de defesa dos preços, de princípios do século, contaram com dois fortes elementos de vitória: a diminuição da produção santista devido ao cansaço dos cafèzais, e após a enorme e abortiva "safra grande" de 1906 a 1907, e, sobretudo, a proibição do plantio.

Correram os primeiros milésimos, após 1906, ásperos e cheios de dúvidas angustiosas acêrca do êxito da chamada Valorização, assegurada, em 1908, pelo apôio da União e a obtenção de grande empréstimo externo destinado às compras de retenção. Era São Paulo, como já se mostrara anos antes e como sempre continuará a ser daí em diante, o grande regulador do ritmo da produção.

A afirmativa dos valorizadores de que não se repetiria a abortiva safra de 1906-1907, verificou-se. Às 13.817.000 sacas da "safra grande", seguiram-se duas colheitas muito mais baixas. E, se a de 1909-1910 ainda deu 10.236.000, os três anos agrícolas seguintes proporcionaram muito menor massa.

Daí, a possibilidade natural do levantamento do preço do quilograma: 421 réis em 1906-1907, e 411 no milésimo seguinte. Já em 1910-1911, valeria 587, chegando, em 1911-1912, a 794 réis.

Os anos da conflagração mundial impediram, ou, pelo menos, cercearam esta ascenção, e durante o qüatriênio sinistro de 1914 a 1918 o café, tolhido de tantos modos, veio de 796 réis, em 1914, a 485, em 1918. Daí, a intervenção federal da presidência Wenceslau Braz a que, aliás, coube notável êxito financeiro.

Em 1918, achava-se o mundo com verdadeira "fome de café". A superveniência das enormes geadas de julho dêsse ano provocou muito maior desequilíbrio ainda. O quilograma passou, de um ano para outro, de réis 485 a 1$273, para, em 1920, atingir 1$636!

Interveio a presidência Epitácio Pessoa novamente nos mercados e as cotações continuaram a subir: 1$710, em 1921, 2$785, em 1923. O ano de 1925 viria o café cotar-se a 4$020 por quilograma, oito e meia vêzes mais do que valera oito anos antes!

Nada mais natural do que o reflexo de tão extraordinária alta sôbre a produção. A percentagem do café, no cômputo da exportação brasileira fôra, em 1906, de 52. Com a melhoria dos preços atingira 62, em 1912; 64, em 1922; chegando a 75, em 1924!

Ninguem, porém, pensara em coibir as demasias do plantio a que convidava esta situação excelente, quando, no entanto, seria desejável a aplicação desta medida, tão sàbiamente instituida em princípios do século como corretivo indispensável de qualquer defesa de preços.

Crescera, pois, ràpidamente, o cafèzal brasileiro. Contava, em 1920, 1.708.841.000 árvores e um qüinqüênio mais tarde 2.021.342.000, passando em 1927, à 2.253.180.950, dos quais 544.761.000 cafeeiros novos.

Às terras de S. Paulo, de produtividade enorme, pertenciam 223.549.000 árvores. Havia cem milhões em Minas Gerais, 113 no Espírito Santo.

Era natural, pois, que já nos últimos tempos da fase a que nos reportamos, os espíritos previdentes se alarmassem ante as dificuldades de colocação das safras vultosas que, de ano para ano, deviam, fatalmente, avolumar-se, sobretudo por causa da contribuição santista.

A média quadrienal, de 1920 a 1923, de 12.978.569 sacas, já no idêntico período seguinte passava a 14.351.526.

Em 1927, impunha-se nìtidamente aos governantes a necessidade de executar a severa regularização do escoamento das colheitas. Criou-se o aparelhamento da defesa do produto, confiada ao govêrno paulista. Entraram os Estados cafeeiros em entendimento por meio de convênios, e nos últimos anos do decênio, apesar de tudo, veio o preço por unidade a declinar.

Ia a produção nacional, contudo, em crescendo. No ano agrícola de 1921-1922 fôra de 12.768.000 sacas. Dois anos mais tarde estava em 16.210.000, para, em 1927-1928, atingir a enorme cifra de mais de 26.000.000!

Extraordinária euforia dominara os espíritos naquèla época de reajustamento econômico febricitante, de recuperação do após-guerra, euforia que se transmitira ao Brasil e reinava pelo universo.

Pouco eram ouvidas as vozes discordantes, e, aliás, não muito numerosas, naquele concêrto quase unânime dos profetas de mau agouro.

Ninguem suporia que a terrível crise financeira, preparando-se mundialmente, tomasse as proporções imensas que veio a assumir.

Certo é que ela viria apanhar a cafeicultura brasileira na mais desastrada situação, situação criada pela existência de um superavit, inabsorvível pelo consumo universalmente depauperado do café. Superavit êste que atingiu à cifra colossal de trinta milhões de sacas.

Assim, os governantes do país, a partir de 1929, e, sobretudo, após a revolução de outubro de 1930, ver-se-iam frente a frente com um dos problemas econômico-financeiros de mais difícil solução em todos os tempos. Problema da maior gravidade, pois solapava o grande sustentáculo da exportação nacional, cujo paroxismo se ia processar em época em que a crise financeira mundial flagelaria de modo aspérrimo as mais ricas nações do globo.

Nos vinte e um anos que medeiam entre o Convênio de Taubaté e a celebração do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil, as percentagens relativas aos decênios acusam:

1906-1915	55,27
1916-1925	56,00

E, para o biênio:

1926-1927 72,32

As duas primeiras médias eram superiores às do biênio 1909-1910 (51,3), e isto apesar da depressão enorme verificada por causa da guerra mundial em 1917 e 1918, que trouxera os coeficientes ao nível dos de 1832, quando começara o grande *rush* cafeeiro do Brasil! Realmente, era um fato inaudito!

Na última mensagem presidencial apresentada ao Congresso Nacional, louvou o presidente Artur Bernardes o plano de defesa do café tal qual vinha sendo executado.

Continuara o gênero, afirmou, a manter o tradicional lugar preponderante na produção nacional, não só em boa posição estatística, como a se vender por preços vantajosos.

Contra as cotações altas surgira, nos Estados Unidos, um movimento de opinião, a que se associara o Ministro do Comércio, até em pública manifestação, fato nascido de uma noção inexata sôbre o sistema brasileiro de defesa do produto.

A valorização pela retirada de grandes lotes do mercado com os recursos decorrentes de emissões de papel moeda, sistema que ainda contava propugnadores, justificaria a oposição não só no país, como no exterior. Mas, o que se vinha executando era absolutamente diverso. Visava-se, apenas, regularizar as entradas no mercado, de modo a que, em momento algum, se não verificasse escassez ou excesso do produto.

Havia a maior conveniência para o produtor e o comerciante honesto em evitar as grandes altas e as grandes baixas rápidas, convertendo as operações comerciais em jogo. Prestava a defesa, pois, benefício a ambas as partes, estabilizando os preços.

Os compradores sensatos do exterior, preferindo os lucros normais de tais trasações às especulações aleatórias, reconheciam a vantagem bilateral do plano.

De outro lado, nada tínhamos a objetar, pois não se executaria o financiamento das operações mercê de emissão de curso forçado e onerosos empréstimos, custeados pela própria produção.

O relatório referente a 1927, apresentado ao presidente do Estado de São Paulo, Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, pelo secretário da Fazenda, Dr. Mário Rolim Teles, corroborava as idéias do Presidente da República.

Existiam no Brasil as verdadeiras bases da defesa do café,

quer sob o ponto de vista agrícola quer sob o da defesa econômica.

Esta última, cuja execução se confiava à Secretaria da Fazenda, à qual estava ligado o Instituto de Café, assentava sôbre três pontos capitais: *limitação, financiamento* e *propaganda,* relativamente aos quais não havia o govêrno deixado de dedicar-se, um só momento, no afã de conseguir o desiderato colimado.

Estabelecera-se uma rêde de armazens gerais, equiparados aos Reguladores, facilitando-se ao lavrador a obtenção de "warrants" sôbre os cafés a serem armazenados. Organizára-se, ao mesmo tempo, o crédito sôbre conhecimentos, com os quais podia o lavrador obter do Banco do Estado de S. Paulo adiantamento, na base de 60$000 por saca.

Conjuravam dois perigos: a venda a preços vis de cafés, no interior, pelo lavrador premido por dificuldades, o que aos compradores dava margem para revenda a baixo preço nos mercados de exportação, burlando, assim, a defesa; e a falta de crédito, com seus dias amargos para a lavoura do Estado, e reflexos sôbre o comércio em geral.

Depois de louvar a perfeita harmonia reinante entre os delegados presentes ao Convênio dos Estados produtores de café, realizado a 1 de setembro de 1927, dizia o Dr. Rolim Teles que se alicerçava o Convênio na rigorosa execução do plano.

A defesa econômica assentava, principalmente, sôbre a propaganda para o aumento do consumo.

Resolvera o Instituto confiá-la a casas interessadas no comércio exterior do gênero e a companhias de vapores, estabelecendo, em linhas gerais, o programa dentro do qual devia desenvolver-se a propaganda.

Um dos resultados práticos já conseguidos pela ação do Instituto, no estrangeiro, fôra a cessação da campanha contra o café natural pelos fabricantes do *Café Hag*.

A mensagem do presidente de Minas, Dr. Antônio Carlos de Andrada, ao Congresso Mineiro, em 1927, afinou-se pelos mesmos pontos de vista. Considerava imperioso dever, já não tanto para com os importantes capitais mineiros invertidos na cultura do café, como, sobretudo, pela proeminência do produto no intercâmbio econômico do Brasil com as demais nações, a colaboração de Minas, mesmo que daí lhe resultassem sacrifícios. Não podia deixar de acompanhar a restrição dos demais Es-

tados cafeeiros, dentre os quais ao de São Paulo cabia o relêvo máximo.

A 28 de maio de 1927, assinou-se, em S. Paulo, um acôrdo entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo para a regulamentação dos transportes e defesa do café, durante a safra de 1927-1928.

Foi chamado o "segundo Convênio cafeeiro".

Acordaram-se, então, as seguintes providências:

As quotas de embarque para exportação seriam fixadas, mensalmente, nas vias férreas, a partir de dez de julho de 1927, em cada dia dez.

Deveriam, pois, escoar-se, diàriamente, em cada mês, tantas mil sacas quantas representassem o total exportado no mês anterior, dividido por vinte e cinco dias úteis.

Marcaram-se as percentagens de entrada, segundo as procedências.

Foi o Convênio vivamente criticado na Câmara dos Deputados pelo Dr. Paulo de Morais Barros, representante paulista, que verberou a aquisição, em massa, dos excessos das grandes safras e sua retenção fora do alcance da especulação.

Ao Dr. P. de Morais Barros respondeu o Dr. Daniel de Carvalho, deputado mineiro, defendendo os pontos de vista do govêrno de Minas.

Em meados de 1927, celebraram-se grandes e longas festas em S. Paulo, comemorativas da passagem do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil.

Desde 1924, vinha incansàvelmente batendo-se pela realização destas comemorações o eminente agrônomo Dr. Lourenço Granato. Encontrou o maior apôio por parte do govêrno do Estado de S. Paulo, da União e dos demais Estados cafeeiros, como também das Sociedades e Ligas Agrícolas, de numerosos especialistas e do público em geral.

Resolveu-se a celebração de um grande certame cafeeiro na cidade de S. Paulo, a que acompanharia um Congresso do Café, na vigência do qual se debateriam numerosas teses de interêsse geral para a lavoura e o comércio da rubiácea, e se efetuariam diversas cerimônias de caráter cívico.

Grandes comissões em que figuravam os mais prestigiosos nomes de políticos, economistas, lavradores, comerciantes e especialistas em assuntos cafeeiros, químicos, etc., trabalharam, àrduamente, na organização do projeto das grandes comemorações.

Nada menos de vinte e uma grandes teses foram estabelecidas para serem debatidas em plenário do Congresso, compreendendo estudos sôbre genética do cafeeiro, enxertia, poda, semeadura, colheita, transplantação, tratos culturais, adubação, culturas intervaladas, combate à erosão, escolha e preparo dos terrenos, beneficiamento, sombreamento, irrigação, proteção contra os ventos, etc., etc.

A 12 de outubro de 1927, deu-se a inauguração dos trabalhos do Congresso do Café, no Palácio das Indústrias, em São Paulo.

A esta instalação solene procedeu o presidente de S. Paulo, Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, que recebeu verdadeira ovação de enorme assistência ao recordar a contribuição que o café trouxera aos progressos paulista e nacional. Na mesma ordem de idéias orou o secretário da Agricultura, Dr. Fernando Costa.

Numerosas representações oficiais compareceram às solenidades, como os presidentes dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, largas comissões enviadas pelos governos de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Pernambuco, S. Catarina, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato-Grosso, Pará, Amazonas, Alagoas e Maranhão, numerosas entidades científicas, comerciais e agronômicas.

De 13 a 31 de outubro, reuniu-se o Congresso do Café, que estudou e deu parecer sôbre quarenta e uma teses de numerosos especialistas, sendo que alguns dêstes trabalhos mereceram grande aprêço dos seus analistas.

Celebraram-se, ao mesmo tempo, diversas comemorações, cujo objeto foi recordar os nomes de servidores ilustres da cafeicultura, tais como Pereira Barreto, Teodoro Peckolt, Francisco Schmidt, Gustavo d'Utra, F. W. Daffert, Albuquerque Lins, Alexandre Siciliano, etc.

Encerraram-se os trabalhos do Congresso numa atmosfera da maior cordialidade, sob a impressão de que fôra dos mais fecundos em seus resultados.

A 31 de outubro, realizou-se no Palácio das Indústrias a sessão solene de encerramento, presidida pelo Dr. Mário Rolim Teles, a quem acompanhavam o Dr. José Pires do Rio, prefeito de São Paulo, Dr. Ribeiro Junqueira, coronel Pedro Dias de Campos e outras autoridades e perante grande concorrência de pessoas gradas.

O Dr. Augusto Ferreira Ramos, presidente da Comissão

Organizadora, louvou a atuação do Congresso, cujos resultados haviam sido sobremodo fecundos e a que presidira de modo superiormente elevado o Dr. Ribeiro Junqueira.

Lembrou que o problema brasileiro do café era produzir dinheiro, o máximo de dinheiro, e não o máximo de café.

Referiu-se aos processos desleais da concorrência estrangeira que rotulava de brasileiros os seus maus cafés e impunha nomes exóticos aos nossos bons tipos. Historiou as crises cafeeiras e descreveu o aparelhamento vigente da defesa. Era preciso maior colaboração entre a União e os Estados cafeeiros. Convinha, também, manter inflexibilidade de rumos, impedindo-se a existência de grandes estoques extra-brasileiros. Louvores se endereçassem aos organizadores e dirigentes da defesa cafeeira, que sustava a não remuneração do trabalho nacional.

Era preciso, precìpuamente, regulamentar o escoamento das safras e manter um preço mínimo — "coisa sagrada", porque resguardava a vida e o conforto dos lares brasileiros, a ordem e a disciplina do trabalho, e o patrimônio da Nação.

Ao Brasil cabia verdadeira gloria por haver, com êxito, executado gigantesco plano de defesa econômica do seu grande gênero, mostrando-se o iniciador da nova organização. Faltava, porém, imprimir-lhe o caráter de universalidade que lhe competia e o tornaria inderrocável.

Terminou o Dr. Ramos por verdadeiro hino ao café, *Brasiliae fulcrum,* sustentador e construtor da Nação Brasileira.

O Dr. Rolim Teles afirmou a sua enorme confiança no futuro do café.

Sôbre três bases fundamentais assentava-se a defesa: limitação, propaganda e financiamento.

O último Convênio dos Estados cafeeiros tratara exaustiva e pràticamente do caso. Confiada ao Estado de São Paulo, esperavam-se os melhores resultados da propaganda.

A regularização das entradas, retendo o café no interior, completava o crédito sôbre os conhecimentos de despacho, agindo como precioso instrumento de defesa do fazendeiro contra a agiotagem. O Banco do Estado operava em larga escala e do modo mais eficiente, e a lavoura desfrutava dias de fartura e bonança.

Dispunha o Instituto de farto espaço nos Reguladores, para armazenar tôda a safra a exportar.

As facilidades concedidas ao custeio haviam, natural-

mente, feito baixar os adiantamentos de ordem hipotecária.

O Presidente da República estabilizara a moeda, permitindo ao Estado de S. Paulo dar à lavoura excelente organização, que se poderia chamar completa.

Um trimestre mais tarde, analisando a situação cafeeira em 1927, dizia Vítor Viana, no *Retrospecto do Jornal do Comércio,* que a ocorrência festiva do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil não devia eximir do dever de se chamar a atenção nacional para a gravidade da situação comercial assumida pelo gênero básico brasileiro.

O deslocamento do centro dos negócios cafeeiros de Santos para S. Paulo não parecia muito feliz. Provocava grandes e continuados protestos.

Haviam os embarques sido regularizados, conseguindo-se a cooperação dos governos dos grandes Estados cafeeiros.

Notavam-se, porém, desarticulações sensíveis e mal inspiradas entre os diversos signatários do plano de conjunto.

Os outros grandes Estados cafeeiros, apesar das declarações francas de solidariedade ao govêrno paulista, não o acompanhavam em todos os pormenores do plano. Assim, o regulamento mineiro exigia o escoamento de tôda a safra mineira durante o seu próprio ano agrícola, o que contrariava, afinal, o método preconizado pelos administradores paulistas.

Havia, por outro lado, queixas contra a atuação do aparelhamento e queixas sérias, que o economista resumia.

O Instituto do Café de São Paulo regularizara os embarques e obtivera empréstimo no estrangeiro, lançando mão do produto, e assim comprara café para sustentar os preços, além de criar um banco que adiantava recursos aos fazendeiros. Era fácil compreender a delicadeza de intervenções de tal natureza. Os descontentes protestavam e acusavam. Concentrando a maior parte das transações na capital do Estado, prejudicava o Instituto a praça de Santos, criando com êste deslocamento uma série de fenômenos e interêsses novos, perturbadores do antigo sistema do comércio de café.

Os empréstimos concedidos, direta ou indiretamente, pelo Instituto, apesar da grande boa vontade dêste, não podiam ser distribuidos a quantos dêles careciam. Daí, descontentamentos e acusações de proteção, filhotismo, nepotismo, baralhadores da calma com que as condições do problema deviam ser encaradas.

Outro ponto desagradável a se levar em conta era que

a política da alta estava, positivamente, auxiliando a concorrência estrangeira, que acrescia, dia a dia, sua produção. Ao mesmo tempo, no Brasil as safras se avolumavam constantemente, pela extensão inconsiderada do plantio.

A inflação encarecera a vida e o custo da produção. Diante dessa elevação de preços, o café, protegido como vinha sendo, passara a constituir a lavoura mais remuneradora, e assim, atraia cada vez mais os novos agricultores. Gerara-se, portanto, outro fator de crise.

A produção paulista aumentara muito na safra de 1927 e reunida à dos outros países, excedia às necessidades do consumo, o que ocasionara depressão dos preços. Acontecia, porém, que enquanto as cotações do produto desciam, o custo de sua produção, graças à baixa do câmbio e à desvalorização da moeda, elevava-se constantemente. Podia a situação dos lavradores, portanto, tornar-se muito delicada de um momento para outro, augurava o retrospectista.

Comentava Vítor Viana, contemporâneamente:

"O Instituto de Defesa de São Paulo, querendo estender a regularização dos embarques e tendo em vista alcançar a cooperação dos outros govêrnos estaduais, reunira em São Paulo os seus representantes. Entretanto, como não havia crédito e como os lavradores precisavam, cada vez mais, de quantias nominalmente maiores para viver, rendiam-se ante as propostas dos exportadores ou das próprias casas localizadas no estrangeiro, vendendo as suas safras com prejuizo e sob a ameaça de uma derrocada geral, só pela premência de fazer dinheiro.

Os grandes fazendeiros de São Paulo ainda dispunham de crédito comercial, mas os pequenos não gosavam desta influência e quando dela se desembaraçavam faziam-no com prejuizos evidentes.

Elevara-se, despropòsitadamente, a produção cafeeira do Brasil.

No dizer do Dr. Léo de Afonseca, da Estatística Comercial do Ministério da Fazenda, vinham os índices a ser em:

1913	100
1920	167
1927	280!

Nos mesmos prazos, a produção mundial passara de 57.419.000 a 63.381.000 sacas, isto é, houve um aumento

de 6.038.000 sacas, quando o consumo apenas acrescera de 2.594.000 sacas. Os preços, entretanto, ainda se mantinham favoráveis, muito favoráveis até.

Mas, era de receiar a avalancha de café que se preparava nas lavouras novas brasileiras, sobretudo paulistas, recordava com insistência o previdente reparador.

Realmente, assim sucedia. E, no entanto, como que uma euforia geral fazia com que no recente congresso cafeeiro que tamanho destaque tivera e onde tantos problemas se haviam ventilado, nenhuma voz se houvesse levantado para chamar a atenção pública sôbre o que seria inevitável dentro de breve prazo: uma superprodução brasileira imensa, sobretudo uma enorme disparidade entre os exageros da oferta e as realidades medíocres da procura.

CAPITULO XXXI

As mensagens presidenciais da União e dos grandes Estados cafeeiros, em 1928 e 1929, e o plano de defesa do café. O inquérito do cônsul Muniz em São Paulo. Prorrogação do Convênio interestadual, em 1929. Vozes pessimistas. A grave crise de outubro de 1929. Grandes baixas das cotações. A crise financeira mundial. Diversas medidas para a minoração da nossa situação angustiosa. Extraordinário avolumamento dos estoques. Enorme superavit do café brasileiro.

Na mensagem anual ao Congresso Nacional, em 1928, o presidente Washington Luiz Pereira de Souza encarecia o sistema de defesa do café como se vinha praticando.

Declarava, convicto, contar com a manutenção das últimas cotações remuneradoras do produtor, e, no entanto, normais para o consumidor. Não era obra conjetural ou de fantasioso otimismo, senão de prudente previsão.

O presidente de S. Paulo em documento similar, a mensagem anual de 1928, recordou que o plano da defesa se executou íntegro.

Depois de esclarecer as bases do Convênio cafeeiro de setembro de 1927, declarou que o govêrno do Estado providenciaria, imediatamente, para que fôsse facilitado aos lavradores embarcarem nas estradas de ferro todo o café disponível.

Permitiam-se os despachos livres para S. Paulo e organizara-se o sistema de armazens gerais, equiparados aos "reguladores", ensejando ao lavrador, com o café destinado a êstes armazens, obter a warrantagem de sua safra.

Além disto, organizado o crédito sôbre conhecimentos,

podiam, agora, os lavradores obter do Banco do Estado o adiantamento necessário, à razão de 60$000 por saca.

Facilitára-se, pois, o crédito, cerceando aos compradores a revenda em Santos com fabulosos lucros, ou por preços baixos, desequilibradores do mercado de exportação, fomentadores da alta ou da baixa desordenada do produto, burladores por completo, portanto, da defesa. Para tal fim, conseguira o govêrno dos banqueiros Lazard Brothers & C., de Londres, um crédito de £ 5.000.000, endossado pelo Instituto do Café, além de um crédito aberto ao Banco do Estado de São Paulo.

A mensagem do presidente mineiro, Dr. Antônio Carlos de Andrada, encarecia a excelência do plano de defesa. Estava ela comprovada pelos resultados altamente compensadores dos negócios de café, à vista do preço magnífico e estável corrente nos mercado de exportação, e da tranqüilidade existente entre os interessados, de que era seguro índice a falta de reclamações ao govêrno.

Segundo o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Manuel Duarte, revelavam as cotações do café o acêrto e a eficácia do plano acordado entre os Estados produtores para defender o gênero de especulação.

A limitação das saídas, providência nova, rompera uma praxe de muitos anos, produzindo, a princípio, certo desequilíbrio de negócios para o produtor. Logo, porém, tudo se fôra reajustando, sobressaindo os resultados excelentes da medida, sem a qual o aviltamento de preços teria produzido a ruína a muitos dos contínuos e infatigáveis reclamantes.

O terceiro Convênio cafeeiro realizado em S. Paulo, em setembro de 1928, manteve as decisões do anterior, tomando algumas outras de mero caráter administrativo para melhor organização do serviço de escoamento da safra, imposição de taxas fixas, etc.

Em 1928, voltou ao tablado das discussões parlamentares o caso atinente à defesa contra a broca, depois da publicação do relatório do Dr. Artur Neiva sôbre o andamento dos trabalhos de seu serviço, em que se evidenciava a eficácia dos métodos de combate ao terrível hexápodo.

Na Câmara dos Deputados de S. Paulo, o Dr. Hilário Freire longamente tratou do assunto, tornando evidente o acêrto das medidas adotadas pelo Dr. Neiva.

Fartamente aparteado pelos representantes da oposição,

que, aliás, declaravam depositar inteira confiança no plano do Dr. Neiva, mas achavam por demais severas as medidas do Dr. Freire, conseguiu a aprovação de seus pares e a conversão do seu projeto em lei.

Assim, ficou interdito o embarque de café nas estradas de ferro do Estado a todo proprietário de cultura cafeeira, nos municípios infestados, que se recusasse ao repasse dos cafèzais, ao expurgo do café colhido, ou a outros processos determinados pelo serviço de inspeção do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.

Em princípios de 1929, no seu habitual *Retrospecto comercial*, declarava Vítor Viana que o govêrno da República realizara obra meritória equilibrando os orçamentos, embora, a seu ver, fôsse mal inspirada a reforma estabilizadora da moeda, chave do plano financeiro do presidente Washington Luiz. Reconhecia, contudo que neste particular vinha êle agindo com prudência.

Tratando da situação cafeeira, declarou-se pessimista, pois o Brasil, o maior produtor de café do globo, com cêrca de dois terços da produção e dos fornecimentos mundiais, ia dentro destas linhas gerais perdendo a posição antiga. Se a proporção da produção não diminuia, a dos fornecimentos ia baixando.

Seus concorrentes tudo vendiam do que produziam, por preços que o Brasil com sacrifício sustentava!

O Instituto de Café de S. Paulo afirmava que, de 30 de junho de 1928 a igual data de 1930, haveria quarenta milhões de sacas do disponível a serem absorvidas pelo consumo dos dois exercícios.

Não existiria salto, portanto, o que levava o reparador a se mostrar muito cético.

Opinava o economista que havia fatos a serem frisados. O café brasileiro dominava pela quantidade e governava os preços pela concentração dos estoques no Brasil.

Mas, a experiência universal demonstrava, entretanto, que o "contrôle" de qualquer artigo, quando a sua produção se reparte por diversos países, só se pode manter e impor caso sua quota represente, no mínimo, 60 por cento do consumo anual.

Se a percentagem com que o contrôle concorria para o fornecimento indispensável dos mercados mundiais atingia ou descia a 55 ou a 50 por cento, era impossível continuar êsse

gênero de operações e inútil qualquer providência nesse sentido.

Ainda havia pouco, ruira fragorosamente o plano Stevenson de defesa da borracha.

A história dos *corners, amalgamations, cartels, trusts*, e outros gêneros de açambarcamento, de tal proporcionava numerosas comprovações.

O Brasil que se mantivesse, pois, atento a estas circunstâncias.

Em 1929, a convite do secretário da Fazenda de S. Paulo, Dr. Mário Rolim Teles, o cônsul brasileiro em Chicago, Dr. João Carlos Muniz, procedeu a largo inquérito sôbre os índices de custo da produção no Estado de S. Paulo, que dividiu em três zonas: antiga, média e moderna, com médias de safra de 37,55 e 70 arrobas por mil pés.

Chegou o cônsul Muniz às seguintes conclusões:

O custo da produção de uma arroba de café na zona antiga atingia 42$768, na intermediária 35$804 e na nova 32$667, custo bastante elevado, principalmente quando se levasse em conta as bases razoáveis tomadas para a capitalização e a taxa módica de juros computada.

Por ocasião da exposição do cônsul Muniz, o Dr. Rolim Teles declarou que os preços vigentes nos mercados exteriores estavam em harmonia com o custo da produção.

O mercado de café, desde meio de 1928, vinha sofrendo ataques por parte de elementos baixistas que procuravam obter lucros, especulando nas bolsas estrangeiras. Não hesitavam em lançar mão dos recursos mais desleais. Telegrafavam notícias falsas, ora a assoalhar que o Instituto vendo crescer o estoque, havia obrigado a vender por baixo preço, ora que devia permitir a venda do café, por preços muito baixos. Tudo isto era falso; a situação estatística do consumo e da produção do Brasil e dos outros países, os recursos de que estava dotada a defesa do café, não receiavam essas manobras de jogadores visando intúitos de especulação.

A defesa asseguraria ao comércio legítimo e ao produtor perfeita tranqüilidade.

Em 1928, avaliava-se o cafèzal do universo em ..... 3.366.866.774 árvores, das quais mais de dois biliões e meio no Brasil. Cabiam a S. Paulo 1.180.083.000 de lavouras velhas e 133.850.000 de plantações novas.

Na mensagem presidencial de 1929, o presidente Wash-

ington Luiz frisou que nenhuma ligação prendia os Convênios cafeeiros dos Estados à antiga valorização do café, aliás extinta havia muitos anos, como de sobra se sabia. Entre ambos, só havia de comum alguns intúitos elevados e dignos, o propósito de auxiliar a lavoura cafeeira, salvaguardando os interêsses peculiares dos lavradores, os fiscais dos Estados e os econômicos do Brasil.

Mostrava-se o presidente otimista. Era, no seu dizer, o valor médio das cotações razoável.

Não o levantava o Convênio acima do justo, nem o levantaria, por saber que, para tal, não encontraria apôio moral e jurídico,e, além de tudo, as leis econômicas o impediriam. Do mesmo modo que os preços do custo muito acima dos do consumo destruiam a produção, os superiores aos justamente razoáveis faziam desaparecer o consumo.

Consumo e produção precisavam viver em intimidade harmônica.

Não se violavam as leis que os regiam sem grave risco, podendo até sofrerem completo eclipse.

Dispunha o Convênio dos meios financeiros para armazenar os excessos das colheitas, tanto mais que as grandes safras não se reproduzem sucessivamente.

O presidente de S. Paulo, contemporâneamente, rememorava ao Congresso Estadual que a violenta campanha dos baixistas fôra rebatida pela atuação do Instituto de Café de S. Paulo.

Apregoavam os derrotistas estrangeiros que êste não possuia recursos para financiar o estoque que constituia o recorde de armazenamento. Assoalhavam, ainda, que os estoques mundiais atingiriam, em julho de 1930, à cifra colossal de 25 milhões de sacas ou mais do dobro do admissível. Assim vendia êste grupo de baixistas café a têrmo, abaixo dos preços correntes nos mercados. Ao mesmo tempo, operando no Brasil, procuravam outros derrotistas estabelecer a confusão e abalar a confiança, para promover a desmoralização dos negócios.

Mas, vencera-se a tormenta.

Tão firme e segura era a atuação do Instituto que o triunfo não se fizera esperar. Desmentidos os falsos dados estatísticos espalhados, e restabelecida a confiança nos mercados externos, acentuara-se a reação, melhorando consideràvelmente as vendas. Haviam, em abundância, reaparecido as letras de exportação, e firmara-se mais a taxa cambial. Assegurara-se,

assim, ao govêrno da União esplêndida vitória contra os derrotistas do câmbio.

Tais conceitos foram, então, também expendidos pelo presidente de Minas, Dr. Antônio Carlos de Andrada, que declarou estar a defesa do café mineiro perfeitamente aparelhada.

Resolvera criar, para melhor garantia do êxito, o Instituto Mineiro de Defesa do Café.

Em maio de 1929, proferiu o Dr. Mário Rolim Teles discurso que teve larga repercussão.

Fê-lo em um banquete oferecido aos enviados especiais da Comissão de Propaganda do Café Brasileiro na América do Norte, e perante os representantes dos produtores exponenciais da lavoura cafeeira de São Paulo. Constituiram êles elementos de primeira grandeza para a organização da defesa cafeeira, havendo permitido ao Instituto de Café, a que presidia, desempenhar-se da sua árdua tarefa, declarou o orador.

Depois de elogiar largamente a organização e atuação do Banco do Estado, afirmou o Secretário da Fazenda do govêrno paulista:

"Não cogitava a defesa, de forma alguma, em elevar os preços arbitràriamente, mas colimava alcançá-los sempre correlatos ao custo de produção.

Era preciso atender à circunstância imperiosa de que se tornava indispensável estabelecer um meio têrmo de cotações, para que as zonas velhas não se visem em perigo de ter extintas suas lavouras que, aliás, ainda representavam três quintos da produção paulista.

Com preços baixos não venderia mais o Brasil do que o fazia", concluiu o Dr. Rolim Teles.

Tendo o consumo mundial atingido ao máximo de 24 milhões anuais, tudo quanto o mundo produzisse a mais teria que ficar armazenado, ou nos países produtores, ou em mãos dos comerciantes dos países consumidores, até que o aumento do consumo, os fenômenos meteorológicos, ou longa e completa baixa de preços, fizessem diminuir a produção e reduzissem os estoques a uma quantidade igual à que era consumida anualmente.

Portanto, se acaso se verificasse superprodução e não houvesse mais capacidade de retenção de estoques, não seria por entregar a mercadoria aos centros consumidores que o

Brasil resolveria o problema de fazer o mundo consumir todo o café produzido a mais do que o reclamado pelo consumo.

Era o único país dispondo de aparelhamento organizado de defesa. Era, pois, natural que controlasse as cotações dos mercados consumidores e quando as fizesse baixar veria que também cairiam os preços correntes nos outros países. Em vinte anos de produção, elevara-se a safra de café a 28 milhões de sacas, o dobro, portanto, das colheitas anuais médias anteriores dentro dêste período.

Ora, em face de um consumo mundial de 24 milhões anuais, não poderia ser tôda esta colheita vendida ràpidamente, a não ser que, ao invés de armazená-la para ditar o preço correspondente ao custo da produção, quizesse o Brasil entregá-la para ser armazenada pelos mercados consumidores. A êstes tocaria, então, a liderança do comércio cafeeiro.

Argumentar com a superprodução e querer, para evitá-la, baixar os preços, era o mesmo que querer alguém suicidar-se para evitar a morte anunciada.

Declarou o Dr. Teles infundados os rumores da existência da superprodução.

Continuando a exprimir o seu otimismo caloroso, acrescentava que se aceitasse a afirmativa dos que previam a superprodução para os próximos anos! Quando ocorre-se, não seria ainda tempo de lançar cartas à mesa, verificando-se quem poderia produzir mais barato?

Respondendo ao Dr. Teles, vários membros da Comissão especial a que se dirigira afinaram-se pelo seu tom de otimismo.

Alguns meses mais tarde, a 14 de setembro, realizou-se, em S. Paulo, o chamado quarto Convênio cafeeiro interestadual, presidido pelo Dr. Rolim Teles que, então, reafirmou as suas convicções otimistas. Não se podia dizer que houvesse ainda superprodução, pelo fato de que, em 30 de junho de 1928, existiam nos reguladores 9 milhões de sacas retidas.

Por ocasião da gravíssima crise de 1905, o estoque visível do mundo era de 11.266.000 sacas, quando agora, em face de consumo muito maior, atingia 14.660.000.

Voz até certo ponto dissonante foi a do Dr. Pereira Lima, ex-ministro da Agricultura e representante de Minas Gerais. Declarou êle muito rígidos os princípios básicos da defesa. Queria torná-los mais maleáveis, de maneira a permitirem aos Estados, em casos especiais, aumentar as respectivas saídas.

Entendia, também, que as safras estavam sendo subestimadas.

Votou-se a prorrogação das bases do Convênio anterior.

Em outubro de 1929, na Câmara Federal, o Dr. Paulo de Morais Barros, em longo discurso, criticou a política de defesa, reafirmando a convicção de que estava iminente a deflagração de gravíssima crise, devido a diversas causas:

ao desenvolvimento excessivo da produção, em desproporção com o consumo;

ao excesso, daí decorrente, do produto em estoque no país;

ao aumento da concorrência estrangeira;

ao campo restrito da propaganda brasileira;

às dificuldades de financiamento dos volumosos remanescentes.

E, realmente, a inesperada consulta do Dr. Rolim Teles ao govêrno federal, neste mesmo mês de outubro de 1929, provocou enorme abalo nos meios cafeeiros. Correram logo numerosos boatos de que haviam sobrevindo graves dificuldades, impedindo o prosseguimento dos empréstimos à lavoura.

Em Santos, surgira a crise com aspectos os mais graves. Soubera-se, a 5 de outubro, que as agências bancárias do interior não descontariam mais saques sôbre qualquer firma da praça santista. Neste sentido, teriam recebido ordens terminantes das matrizes.

Achava-se o govêrno colocado diante de verdadeiro impasse. Como dêle sairia?

Acerbos comentários acompanhavam as notícias da crise, apenas incipiente e já muito grave.

Chegara-se a uma situação penosa: o café rolava pela encosta do abismo. No interior não tinha preços.

Demitiu-se o Dr. Rolim Teles da Secretaria da Fazenda, alegando não poder mudar de orientação e ver os seus planos completamente perturbados pela superveniência da crise financeira mundial, bloqueadora dos grandes mercados produtores.

As manifestações coletivas da lavoura e do comércio surgiram uma após outra, e multiplicaram-se, como sempre soi acontecer, os planos dos economistas e pseudo-economistas, aventando soluções para a crise.

Em outubro, haviam os preços do café caído a 10$000, no interior, e a 20$000, nas grandes praças como Santos e Rio, quando dias antes estavam a 35$000 nos entrepostos do litoral.

Ao Dr. Rolim Teles substituira o Dr. Antonio C. de Sales Junior.

Uma comissão de comissários de café e fazendeiros foi ao Rio de Janeiro pedir ao Presidente da República um auxílio da União. Solicitava, além da moratória, uma emissão com a garantia dos dez milhões de libras do fundo ouro do Banco do Brasil.

Recusou o presidente Washington Luiz aceitar tais sugestões, determinando, contudo, que o Banco do Brasil alargasse os descontos para as praças de S. Paulo e emprestasse diretamente aos lavradores.

O Dr. Guilherme da Silveira, novo Presidente do Banco foi a Santos e a S. Paulo, e conseguiu, com as garantias oferecidas, impedir que o pânico se generalizasse e se intensificasse. O Banco do Brasil operara, de fato, nas condições prometidas, e assim adiantara cêrca de 130 mil contos até o fim do ano.

Terminou 1929 sob maus auspícios. Assinalava Vítor Viana que o café, o açucar, a borracha e os outros grandes artigos brasileiros estavam em crise. A indústria manufatureira, nos seus ramos mais importantes, via as fábricas fechadas ou trabalhando poucos dias por semana. A seu turno, o comércio sofria com as vendas diminuidas, situação provinda de êrros que a política monetária oficial agravara. A balança mercantil não dava saldo suficiente para cobrir e equilibrar a balança econômica.

Na mensagem apresentada, em 1930, ao Congresso Nacional, o Presidente da República, Dr. Washington Luiz Pereira de Souza explicava a crise cafeeira.

Confiantes na continuidade e permanência da defesa econômica, posta em prática desde alguns anos, e sempre melhorada, haviam os produtores empregado os lucros dos anos prósperos no pagamento de dívidas, alargamento de culturas, melhoramento de instalações agrícolas e estabelecimento de novas fontes de riqueza. Assim, haviam imobilizado capital de que não possuiam reservas disponíveis.

Haviam os Institutos de Defesa realizado adiantamentos, mobilizando até os recursos extremos, e os Bancos, em geral, socorrido a lavoura, operando com desassombro até mesmo além das normas da prudência.

Tudo, porém, tinha limites, e a crise cafeeira chegara ao apogeu, a que se seguira verdadeiro pânico.

Tal pânico não se explicava, contudo.

Historiando, pormenorizadamente, o que fôra a atuação do govêrno federal nessa época angustiosa, disse o Presidente da República que já se delineavam melhores momentos. A seu ver, a crise cafeeira fôra completamente dominada. Já se operava, por exemplo, o reajustamento do trabalho rural.

Havendo baixado o preço do café, de 35 a 40% do seu valor, haviam os fazendeiros reduzido, nessa proporção, os salários, em dinheiro, dos colonos e demais operários agrícolas, concedendo-lhes, porém, licença para plantar cereais nas ruas dos cafèzais.

Tal concessão representava mais que os 40% em dinheiro, da redução dos salários. Diminuia, novamente, a produção cafeeira, mas sem inconveniente, por afastar a hipótese da superprodução, que muitos temiam. E, ao mesmo tempo, aumentava a produção de gêneros de alimentação, barateando a vida e diminuindo as importações. Tôdas as fazendas achavam-se com os serviços agrícolas perfeitamente organizados, com os colonos normalmente em trabalho e sem reclamações de espécie alguma.

Em relação à segunda face da questão, notava-se que a exportação e o consumo do café aumentavam.

O vice-presidente em exercício na presidência de São Paulo, Dr. Heitor Penteado, em sua mensagem ao Congresso Estadual, em 1930, filiou a questão da crise cafeeira ao crique mundial dos mercados financeiros. Frisou a circunstância de que a situação já tendia a normalizar-se.

Fôra a lavoura fartamente amparada pelo aparelhamento bancário e o comércio cafeeiro mostrara-se tão sólido, que apenas se haviam verificado, em Santos, duas falências e dez concordatas.

A 17 de setembro de 1930, começaram em S. Paulo as sessões da assembléia de que devia decorrer o quinto Convênio cafeeiro, assembléia presidida pelo secretário da Fazenda, Dr. Antônio Carlos de Sales Junior.

Lembrou êste membro do govêrno de S. Paulo que a baixa do preço do café inseria-se na série de fatos correlativamente verificados após a crise mundial, com a queda do valor de tôdas as mercadorias de largo consumo, colocadas em regime de superprodução.

Provara, porém, o Instituto de Café a sua eficiência vigorosa no momento preciso e oportuno, como órgão de defesa econômica.

Se se desarticulasse e aluisse o sistema amparador de todo o organismo econômico nacional, o plano de defesa não teria, apenas, frustado os fins a que se destinara, e sim o que era indiscutìvelmente muito mais grave, provocado verdadeiro cataclisma comercial de imprevisíveis dimensões.

O quinto Convênio dos Estados brasileiros produtores de café estabeleceu a prorrogação por um ano do regime do Convênio anterior, vigente até 31 de agôsto de 1930.

Os estoques máximos do disponível nos diversos portos seriam: em Santos, 1.200.000 sacas; Rio de Janeiro e Niteroi, 360.000 sacas (340.000 para o Rio de Janeiro); Vitória, 150.000; Paranaguá, Bahia e Recife, 50.000 cada um. Nos demais portos, seria o máximo permitido para o estoque disponível equivalente a vinte vêzes a quota diária estabelecida para o mesmo.

As entradas de café ou suas entregas ao comércio, em qualquer pôrto nacional, salvo caso especial, não poderiam exceder da quantia exportada no mês, quinzena ou semana anterior, dividida em 25, 12, ou 6 quotas diárias.

CAPÍTULO XXXII

Triunfo da Revolução de 1930. Péssima situação financeira. Reorganização do Instituto de Café de S. Paulo. Compra do café retido, em junho de 1931, pelo govêrno federal. Criação do Conselho Nacional do Café. A conferência interestadual cafeeira de abril de 1931. Avultada troca de café por trigo norte americano. Exames dos diversos planos destinados a melhorar a crise. Resolve o govêrno federal comprar o estoque proveniente do superavit das safras, para libertação das colheitas futuras. Enceta-se a incineração do café. A missão Niemeyer.

Como não há quem ignore, ocorreu, a 24 de outubro de 1930, a deposição do Presidente Washington Luiz Pereira de Souza em virtude da revolução que, a 3 de outubro, estalara simultâneamente, em Pôrto Alegre, Belo Horizonte, e outros pontos do país, dando-se, então, a completa transformação do regime governamental brasileiro.

Assumiu o govêrno da Nação, como chefe do Govêrno Provisório da República, o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Getúlio Dornelles Vargas.

Tão premente era, então, a situação cafeeira, que o novo chefe de Estado não poderia eximir-se ao estudo imediato de uma questão capital para a economia nacional.

E, assim, na legislação do Govêrno Provisório, desde os primeiros dias, surgiram os reflexos dêste imperativo, documentados por meio de uma série de atos decorrentes do exame do problema cafeeiro, que exigia providências para a minoração dos males decorrentes da anômala situação que o enfraquecimento das cotações dia a dia acentuava, ao passo

que, também dia a dia, alteiava-se a enorme muralha dos milhões de sacas retidas nos portos, nos reguladores e nos armazens particulares. O escoamento da alterosa mole, oriunda da superprodução inconsiderada, a todos se afigurava cada vez mais difícil, tanto mais quanto na vigência da terrível crise financeira que assolava o universo, diminuia, contìnuamente, a capacidade aquisitiva dos povos.

A 6 de janeiro de 1931, o interventor federal em S. Paulo, Cel. João Alberto Lins de Barros, reorganizou o Instituto de Café de S. Paulo.

Pelo decreto de 11 de fevereiro de 1931, assinado pelo Presidente Dr. Getúlio Vargas e o Dr. José Maria Whitaker, ministro da Fazenda, mandou o govêrno adquirir, por compra, o café presumìvelmente retido a 30 de junho de 1931, com exceção do estoque comprado pelo Estado de S. Paulo por fôrça do empréstimo de 20.000.000 de libras, contraído com os banqueiros Lazard Brothers pelo govêrno paulista recém-deposto, para amparar o seu plano de defesa.

O preço por saca, tomado por base o tipo 5 de Santos, não deveria exceder de 60$000, guardadas para os demais tipos, superiores ou inferiores, as diferenças do estilo. Não seriam compradas as escolhas e os cafés inferiores ao tipo 8.

O pagamento só se faria, contudo, depois da verificação e classificação da mercadoria por conta do vendedor.

O café não vendido ao govêrno seria liberado pela ordem cronológica de despacho, dentro das quotas mínimas anuais de um décimo do estoque, verificado a 30 de junho de 1931.

Estabelecer-se-ia um imposto em espécie sôbre as safras exportadas de 1.º de julho de 1931 em diante, imposto de vinte por cento nas duas safras de 1931 e 1932, podendo tal percentagem ser aumentada ou reduzida nas safras seguintes, de acôrdo com as necessidades do consumo.

O mesmo decreto de 11 de fevereiro estatui, ainda, que, a partir de 1.º de julho de 1931, as safras entrariam nos portos com a única restrição de não excederem as entradas mensais de 1/24 da estimativa da safra então iniciada e da imediatamente seguinte.

Para o efeito da fixação de tal quota, seriam realizadas as avaliações para cada safra em três épocas: depois da última florada, para cálculo provável, em março e abril; em outubro, para correção ou confirmação dos cálculos. Durante cinco anos, a partir de 1.º de julho de 1931, as novas plantações em todo

o território nacional ficariam sujeitas ao imposto anual de 1$000 por cafeeiro.

As replantas não seriam, porém, consideradas plantações novas.

Muitas medidas de largo alcance foram, então, tomadas sob a ação interventora do Instituto de Café, no tocante à regularização das entradas, nova organização da Bolsa de Santos, etc.

Criou-se, contemporâneamente, o Conselho Nacional do Café a que, por decreto de 11 de junho de 1931, largas atribuições foram conferidas.

A 20 de abril de 1931, reuniram-se, no Rio de Janeiro, representantes de S. Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro, convocados pelo govêrno de S. Paulo para o fim de estudarem e adotarem medidas tendentes a resolver as dificuldades em que se debatiam a lavoura e o comércio de café.

O Dr. Marcos de Sousa Dantas, secretário da Fazenda de S. Paulo, assinalou o grau de agudesa atingida pela crise. Impunha-se a adoção imediata de medidas de emergência e outras de caráter definitivo e duradouras, pleiteadas de há muito por forte corrente de opinião na lavoura e no comércio. Assim, por exemplo, a revisão das tarifas alfandegárias, a abolição dos impostos interestaduais e a redução de fretes ferroviários e marítimos, a organização do cooperativismo e o alargamento do consumo pela propaganda. Parecia a continuação do "statu quo" conduzir a resultados funestíssimos o país.

Deprimiam-se os preços cada vez mais, produzindo sempre menor quantidade de ouro, causa principal da debilidade cambial.

O regime da livre concorrência que alguns advogavam conduziria o país à ruína. Quando se abrissem as comportas e se deixasse descer aos portos todo o café represado, não haveria limite de baixa para os preços da mercadoria. Vendidas alguns milhões de sacas por libra ou mesmo meia libra, poderiam os mercados consumidores durante largo lapso deixarem de se abastecer no Brasil, vendo-se êste, então, a braços com espantoso empobrecimento.

Ficou resolvido redigir-se uma representação ao govêrno federal, solicitando a substituição da contribuição em espécie, estabelecida no decreto de 11 de fevereiro de 1931, por tributação em ouro cobrável no ato da exportação, cujo

produto se destinaria, integralmente, à compra do café a ser eliminado.

A fixação desta taxa ouro ocasionou assaz longo debate. Afinal, ouvido o Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, decidiu-se que ela seria de dez shillings por saca exportada, taxa a vigorar por quatro anos e jamais incorporável à receita estadual. Permitiu-se ao Paraná plantar novas lavouras até cincoenta milhões de árvores e criou-se o Conselho dos Estados Cafeeiros, autônomo, com personalidade jurídica e sede no Distrito Federal, sede, aliás, transferível se o próprio Conselho assim julgasse conveniente.

Compor-se-ia de um representante de cada um dos Estados signatários do acôrdo e um representante dos demais Estados produtores, que aderissem à convenção em aprêço.

Os Estados signatários convidariam o govêrno federal a representar-se no Conselho; reservar-se-lhe-ia a presidência do mesmo, com voto de qualidade.

Os representantes dos Estados seriam nomeados pelos respectivos govêrnos, quadrienalmente.

Os representantes de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, constituiriam a comissão executiva das deliberações do Conselho.

Assim, efetuaria esta as compras convenientes ao seu escopo, como promoveria, quando oportuno, a eliminação dos cafés adquiridos, e publicaria, semanalmente, a demonstração da taxa, saldos em caixa, total de sacas compradas, eliminadas e por eliminar.

Caber-lhe-ia, também, promover a repressão às fraudes e adulterações.

Durante o ano de permanência à testa da pasta da Fazenda, realizou o Dr. José Maria Whitaker vultosa operação, que aliviou bastante a situação cafeeira: a troca de café por trigo. Realmente, 1.275.000 sacas foram permutadas com a Grain Stabilisation Corporation dos Estados Unidos, em troca de 1.562.000 *bushels*.

Historiou o Dr. J. M. Whitaker a situação dificílima em que se vira ao assumir a chefia das finanças nacionais.

Encontrara exausto o país, o Tesouro Nacional, e, até mesmo, o Banco do Brasil.

E, em S. Paulo, um enorme estoque de café, verdadeira muralha de barragem contra a livre saída da produção do Estado. Atrás dela, debatia-se a lavoura na situação terrível

de não poder nem vender o produto, que só chegaria a Santos passados dois e meio anos de retenção, nem sôbre êle levantar qualquer quantia. Os particulares lhe negavam e os institutos oficiais já lhe não podiam fornecer. Como lógico corolário haviam os colonos cessado de ser pagos, e, como em virtude de tal situação não recebessem os comerciantes do interior o que já tinham adiantado, haviam por sua vez deixado de pagar aos atacadistas e importadores. Refletiam-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que se achavam inteiramente paralisadas. Situação positivamente angustiosa, portanto!

Resolvida, pelo govêrno, a demolição de tal barragem, iniciada, por outras palavras, a compra do estoque, pudera a produção escoar-se normalmente, renovando-se, assim, o ritmo interrompido da vida econômica em todo o país, pelo restabelecimento de tal ou qual circulação.

Para se solver tão aflitiva situação, inúmeros haviam sido os projetos então apresentados, logrando apenas três serem considerados dignos de exame.

Sugeria o primeiro um hiato das colheitas, abandonando-se nas árvores a safra pendente de 1930-1931, o que permitiria a exportação da maior parte do estoque retido. Mas, apesar da pequena indenização proposta, constituiria isto verdadeira espoliação da lavoura, com a agravante de, por completo, se desorganizar o trabalho agrário, acrescendo imenso a miséria de mais de um milhão de trabalhadores rurais. Além disto, em S. Paulo se estabeleceria novo e vasto campo extremamente propício à propagação triunfal do *stephanoderes*.

Consistia o segundo na compra da safra pendente por preço uniforme, 50$000 por saca, liberando-se e exportando-se, em seu lugar, o estoque retido. Apresentava a par de várias vantagens, dois inconvenientes determinadores de sua repulsa: valorizaria o estoque à custa da safra, favorecendo, assim, os financiadores do estoque, comissários e banqueiros, em prejuizo da lavoura; e forçaria, como, aliás, também o faria o projeto anterior, a liquidação prematura do empréstimo de vinte milhões esterlinos, em virtude da exportação, em ano e meio, do estoque que o garantia.

O terceiro projeto, o escolhido, preconizava a compra do estoque para liberação das safras futuras.

Não tinha as desvantagens dos projetos anteriores, visando, principalmente, restabelecer a normalidade da vida econômica. Libertava, ao mesmo tempo, a lavoura de onerosa e

contraproducente tutela, restituindo ao comércio, também, a liberdade de que há longos anos estava privado. Era provável que a supressão do contrôle sôbre o mercado trouxesse baixa, mas ainda que tal acontecesse, resignando-se o Brasil ao predomínio inevitável das leis naturais, teria, por certo, alterado a tranqüilidade de seus concorrentes, alcançando situação, senão estável e segura, pelo menos sem as incertezas do período que se atravessava.

A adoção do projeto tivera a consagração oficial na reunião efetuada no Palácio Guanabara, a 29 de dezembro de 1930, presidida pelo chefe do Govêrno.

Daí se esperavam dois efeitos de capital importância: o restabelecimento do ritmo da vida econômica, pela restituição do crédito à lavoura, e a tranqüilização dos mercados consumidores, com a conseqüente reconstituição dos estoques de que normalmente não poderiam prescindir.

Fôra o primeiro objetivo plenamente alcançado. Com a certeza de que a safra pendente seria livremente exportada, apareceram recursos particulares permitindo à lavoura retomar pagamentos. Restabelecer-se-ia o ritmo econômico colimado.

Não pudera o segundo, porém, ser atingido. Anteriormente às valorizações, o estoque normal retido no estrangeiro chegava para atender a dez e mesmo a doze meses de consumo. Nos mercados cafeeiros mais importantes do mundo, servia o café, com freqüência, de lastro a operações de simples emprêgo de capital a juros. Haviam as valorizações destruido esta situação preeminente. Deixara de convir aos importadores negociar, em tão larga escala, com mercadoria sujeita ao arbítrio de uma entidade oficial. Assim, haviam disposto gradualmente dos estoques, reduzindo-os ao mínimo, ao indispensável, quando muito, para o consumo de dois meses. Era, pois, razoável esperar que, modificada tal situação, os mercados de consumo retomassem a primitiva atividade, reconstituindo os estoques para um consumo, no mínimo, semestral, o que exigiria a compra de oito milhões de sacas, a saber, de quase metade de todo o estoque retido nos reguladores.

A expectativa de aumentar, senão o consumo efetivo, ao menos o consumo comercial do café, não se realisara, contudo.

A crise universal notàvemente restringira a capacidade dos mercados consumidores e a abstenção originária não pudera ser mantida. Assim, continuara, na realidade, a vigorar o regime intervencionista.

A situação geral transformara-se, contudo, com a liberação, mesmo condicionada, da safra de 1931, e o pagamento de mais de 300 mil contos de réis das safras retidas, efetuado durante êsse ano.

Analisando o resultado destas operações, escreveu o Dr. José M. Whitaker que se os lavradores, em geral, não tinham conseguido reduzir os compromissos anteriores, pelo menos haviam as lavouras sido custeadas e o café novo exportado.

Vivificára-se a economia nacional, reduzindo-se, além disso, o prestígio dos cafés finos dos países concorrentes, cujos lotes não tinham, até então, competidores nos mercados de consumo. Reanimára-se o comércio, as indústrias movimentaram-se, desapareceram os "sem trabalho", demonstrando-se em vários aspectos da atividade financeira a realidade de uma melhoria, senão satisfatória, pelo menos bem dividida, e até mesmo, generalizada.

Grandemente favorável fôra, aliás, a reabertura da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil.

Não bastava, porém, a compra do estoque retido para resolver o problema angustioso do café. Tornava-se indispensável impedir, nos primeiros tempos, a formação de novo estoque, prevenindo ou eliminando os excessos da produção, que os cautos e entendidos apontavam.

A troca de café por trigo oferecera inesperados e vultosos recursos de emergência. Ao findar 1931, o total de café vendido e desaparecido era:

Comprado pelo govêrno	7.704.800	sacas
Incinerado pelo Conselho	2.429.777	»
Exportado	17.850.872	»
Total	27.985.449	»

Graças, portanto, à enérgica atuação do Govêrno Provisório, saira a lavoura de alarmante colapso, para vender, só em 1931, 27.985.449 sacas, quantidade equivalente a duas safras de mais de 13.500.000 saças cada uma.

Como os pontos de vista do Dr. J. M. Whitaker fôssem vivamente contrariados por uma corrente de opinião da lavoura paulista, preferiu êle retirar-se do Ministério, convencido de que não lhe era lícito abandonar o critério que sempre sustentara, de resolver o caso do café sem sacrifício do país e sem sacrifício da lavoura, isto é, sem emissões e sem aumento de tributação.

A argumentação dos que pretendiam que o aumento de imposições pràticamente não afetava uma mercadoria duramente tributada no exterior, como o café, taxou-a o Dr. Whitaker de especiosa. Lembrou que, em princípios de 1932, se o consumo geral do café não baixara, o consumo especial do café brasileiro diminuira assustadoramente: haviam os concorrentes do Brasil vendido e ainda vendiam a totalidade do café que produzira o país, acumulando as sobras, enquanto se queimavam a valer, no Brasil, sacas e mais sacas.

Passando a gestão do Ministério da Fazenda ao Dr. Osvaldo Aranha, a 16 de novembro de 1931, frisou o Dr. J. M. Whitaker que o orçamento estava sendo executado com fidelidade. De um modo geral, podia dizer que não havia "deficit". O saldo da balança comercial fôra, até 31 de outubro, de 16.819.000 libras.

As compras do estoque de café continuavam por conta do govêrno federal, até então atendidas com um crédito de 150.000 contos, aberto no Banco do Brasil para operações do empréstimo de £ 1.350.000 e da troca do trigo por café.

Até 14 de novembro, tinham sido compradas 6.075.186 sacas, com um dispêndio total de 370.473:551$000.

A situação do câmbio mostrava-se de relativo desafôgo.

Havia sintomas promissores de geral melhoria da situação financeira e econômica do país.

Historiando os acontecimentos econômico-financeiros de 1931, escrevia Vítor Viana, em princípios de 1932, que o ano fôra de grandes dificuldades de ordem econômica, financeira, cambial e comercial. À depressão da economia nacional, proveniente de causas conhecidas, agravavam os embargos perturbadores do comércio e das atividades agrícolas e industriais das outras nações.

A própria Inglaterra, o "clearing house universal" da era moderna, depois de ver baixar o estoque de seu Banco de cêrca de 40 milhões de libras, vira-se na necessidade de suspender a troca de seus bilhetes. E, esta medida acarretara a imediata depreciação da libra esterlina.

Tivera o govêrno britânico de solicitar ao Parlamento autorização para *suspender* o *padrão ouro*, o que queria dizer *suspender a conversibilidade das notas do Banco de Inglaterra!*

As aperturas financeiras refletiam-se, como de esperar, no Brasil.

Era de justiça lembrar que o Govêrno Provisório tudo

envidara, a fim de evitar a insolvabilidade para os compromissos ouro.

Mas, apesar de todos êstes sacrifícios e todos os esforços, não fôra possível evitar as conseqüências de erros antigos, de acontecimentos de vária natureza e da repercussão da crise mundial.

Encontrara o Govêrno Provisório uma situação que, dificilmente, melhoraria em pouco tempo.

Justiça se devia ao Govêrno Provisório, pela energia com que enfrentava a situação, reduzindo despesas e conseguindo, no meio de tantas dificuldades, o equilíbrio orçamentário. Mostrara-se o Sr. Getúlio Vargas inflexível nesta atitude de severidade orçamentária.

Fôra a exportação de café de 17.851.000 sacas contra 15.288.000, em 1930, mas o seu valor não atingira em moeda inglêsa senão muito menos, trinta e quatro milhões esterlinos contra quarenta e um do milésimo anterior.

Em princípios de 1931, convidou o Govêrno Provisório Sir Otto E. Niemeyer, um dos diretores do Banco de Inglaterra, a visitar o Brasil e apresentar-lhe sugestões sôbre a melhoria das condições econômico-financeiras do país, visando, sobretudo, assegurar a manutenção do equilíbrio orçamentário, a estabilização cambial e a reforma monetária.

No seu relatório ao Presidente da República, no qual consignou muitas sugestões diversas, escreveu Sir Otto Niemeyer extensas considerações sôbre a questão cafeeira.

Crticava o banqueiro os vivos esforços que o Brasil empregara para produzir aquilo para o qual não havia procura, em vez de se dedicar a outras e mais variadas produções.

Realizara, assim, duplo prejuizo, primeiro produzindo aquilo de que se não precisava e depois não se utilizando das terras, dinheiro e trabalho, para produzir aquilo de que mais se precisava! Era claro que a política de valorização não podia perdurar, nenhum passo novo deveria ser dado envolvendo a responsabilidade do govêrno nas cotações do café, ou levando-o a imiscuir-se na negociação ou circulação de outros produtos.

Ao projeto do grande banqueiro fizeram-se assaz ásperas críticas, sobretudo pelas colunas do *Jornal do Comércio,* onde Vítor Viana, com verdadeiro sarcasmo, combateu as sugestões do financista inglês, sobretudo quanto ao seu projeto do Banco Central de Reservas.

Julgava o plano Niemeyer fadado a fatal abandono.

O Banco do Brasil seria o aparelho que, no momento oportuno, serviria de base para a organização bancária, o banco central de emissão e redesconto de todo o país.

A 30 de novembro de 1931, reuniram-se no Rio de Janeiro na sede do Conselho Nacional do Café, e a convite dêste, os representantes do govêrno federal e dos principais Estados produtores de café.

Longos e cerrados debates acompanharam o exame da situação cafeeira e a discussão dos alvitres sugeridos para a sua melhoria; debates acompanhados pela classe fazendeira e a opinião pública, em geral, com o mais vivo interêsse.

A 5 de dezembro, encerraram-se os trabalhos do Convênio, cujas decisões o Chefe do Govêrno Provisório aprovou pelo decreto de 7 de setembro de 1931.

Para dar maior unidade à defesa econômica do café, concentravam no Conselho Nacional, que a superintendia, tôdas as atribuições concernentes à produção, ao transporte, à distribuição e consumo do produto.

Elevou-se a taxa anterior de exportação de dez para quinze shillings. Seria o aumento de 5 shillings ouro arrecadado em cambiais, à vista, sôbre Nova York e Londres, no momento da exportação, arrecadação efetuada pelo Conselho e especialmente escriturada, não podendo ter outra aplicação além da prevista no texto do Convênio.

Os dez shillings restantes continuariam a ser cobrados na forma adotada para a sua arrecadação.

Passariam para o Conselho os serviços referentes à aquisição dos estoques retidos até 30 de julho de 1931, assim como a execução dos contratos celebrados pelo govêrno federal com a *Grain Stabilization*.

Como conseqüência lógica da promulgação dêste decreto, outro surgiu, o de 21 de dezembro imediato, ampliando o limite para as operações da Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil, para se atender à necessidade de se tornarem efetivas as deliberações do Convênio e tomando em consideração as sugestões constantes do relatório endereçado pela comissão de banqueiros ao Ministro da Fazenda, a 14 de dezembro.

Foi o limite para as operações da Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil elevado a 400.000 contos, sendo nele admitidos a redesconto os títulos cambiais emitidos

pelo Conselho, incluindo-se entre êles os descontados pelo próprio Banco do Brasil.

O prazo para estes títulos não excederia de quatro meses e a taxa de redesconto não seria inferior a 6% ao ano.

O alargamento do limite fixado ao redesconto destinar-se-ia, exclusivamente, às operações referentes ao Conselho.

A taxa de 10 shillings constituiria garantia especial das operações de desconto e redesconto feitas sôbre os títulos de obrigação emitidos pelo Conselho.

Avaliando as colheitas prováveis de 1931-1932, e 1932-1933, assim as distribuia o Conselho Nacional:

São Paulo	26.000.000	sacas	ou	67,47%
Minas Gerais ...	7.600.000	"	"	19,28%
Espírito Santo ..	2.400.000	"	"	6,09%
Rio de Janeiro ..	1.640.000	"	"	4,16%
Paraná	1.180.000	"	"	3,00%
TOTAL	38.820.000			

Haveria um *superavit* provável de 7.420.000, pois não se contava com saída superior a dezeseis milhões de sacas, anualmente.

Era esta a situação do estoque mundial:

Brasil	21.277.284
Estados Unidos	1.937.000
Europa	3.197.000
TOTAL	26.411.284

Ao Conselho Nacional do Café, em curto período, presidiram os Drs. Paulo Prado e Marcos de Sousa Dantas, a quem sucedeu o Dr. Mauro Roquete Pinto.

A êste coube uma fase de agitação sobremodo penosa, o da revolução de 1932, num ambiente de ânimos exaltados, desconfiança e intolerância.

A intensificação da propaganda foi o grande escopo do programa do Dr. Roquete Pinto. Ao comércio de café organizado opunha, intransigentemente, um programa excessivo de contratos de propaganda, esparramados pelos quatro cantos do globo, comentaram.

Levantou-se grande grita nas imprensas carioca e paulista, mas o Presidente do C. N. C. mostrou-se absolutamente intransigente quanto à prossecução de seu plano de propaganda a todo o transe, na mais vasta superfície possível do universo. Coerente consigo mesmo, demonstração insofismável da lealdade dos propósitos e da consciência dos seus atos, persistiu nos esforços em prol da conquista de mercados de consumo.

Tornou-se-lhe a situação insustentável, e assim, teve de pedir demissão do alto cargo que exercia.

CAPÍTULO XXXIII

Criação do Departamento Nacional do Café. O decreto n.º 22.452. Diversos decretos iniciais. Presidência do Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro. Verificação dos estoques. Criação do Serviço Técnico do Café. Fundação da revista D.N.C., órgão do Departamento. Mensagem do Chefe do Govêrno Provisório à Assembléia Nacional Constituinte. A lei do Reajustamento Econômico.

Pelo decreto n.º 22.452, de 10 de fevereiro de 1933, assinado pelo Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, e seu Ministro da Fazenda, Dr. Osvaldo Aranha, criou-se o Departamento Nacional do Café, extinguindo-se o Conselho Nacional do Café. Tal a sua importância, no conjunto da história do café, não só no Brasil como nos fastos do comércio universal, que o ato merece transcrito em sua íntegra:

"O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a defesa do café repousa, precìpuamente, sôbre providências que incidem na órbita dos poderes federais;

Considerando que dentre essas sobrelevam, pela influência que excercem na vida econômica e financeira do país, as que dizem respeito ao apôio monetário e à regulamentação do comércio;

Considerando, em conseqüência, que ao Govêrno Federal cumpre, para salvaguarda do interêsse nacional, maior e mais efetiva ingerência na direção dêsse serviço, até hoje confiada sem resultado a instituições particulares;

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Departamento Nacional do

Café, subordinado ao Ministério da Fazenda e extinto o atual Conselho Nacional do Café.

Art. 2.º — A direção do Departamento será exercida por três diretores, livremente nomeados pelo Govêrno Federal, cumprindo-lhes agir sob a superintendência do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º — Fica, também, criado um Conselho Consultivo do Departamento, constituido por um representante das associações da lavoura de cada Estado cafeeiro, e um comercial da praça do Rio de Janeiro, outro da de Santos e outro da de Vitória.

Parágrafo único — Êste Conselho se reunirá sòmente quando convocado pelo Departamento.

Art. 4.º — Ao Departamento compete, até expedição do regulamento definitivo, dirigir e superintender os negócios de café, nos têrmos do art. 11, § 3.º, do Decreto n.º 20.003, de 16 de maio de 1931, em tudo que não colidir com êste Decreto.

Art. 5.º — Ao Departamento compete, ainda, receber as instalações e continuar os serviços do extinto Conselho Nacional do Café.

Art. 6.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado:

1.º — a pôr em prática as medidas necessárias à instalação e funcionamento do Departamento e do Conselho Consultivo;

2.º — a expedir as instruções que forem precisas à boa execução dêste Decreto.

Art. 7.º — O Departamento Nacional do Café exercerá fiscalização efetiva sôbre os Institutos e Associações de Café existentes, cumprindo-lhes observar as suas instruções e decisões".

A 23 de fevereiro imediato, baixava o Ministro da Fazenda, Dr. Osvaldo Aranha, o regulamento do novo Departamento que, com autonomia administrativa e financeira e jurisdição em todo o território nacional, teria a duração do recém-extinto Conselho.

Sede e fôro no Rio de Janeiro, contendo além dos três diretores mencionados do decreto que o criara, um Conselho Consultivo composto de onze membros nomeados pelo Ministro da Fazenda, oito dos quais indicados pelas associações conjuntas da lavoura de cada um dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia,

Pernambuco e Goiaz, e os três restantes indicados em condições idênticas pelas associações do comércio cafeeiro das praças de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

Ao Departamento competiria a direção e superintendência dos negócios do café, cabendo-lhe, portanto, entre as principais atribuições:

Arrecadar a taxa de 15 shillings, por saca exportada para o estrangeiro, *ex-vi* da legislação anterior, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Brasil, onde seria escriturado pela forma de partidas dobradas, nos têrmos do Código Comercial. Propor ao Govêrno o aumento, a diminuição ou a supressão de tal taxa, de acôrdo com as necessidades e conveniências dos serviços departamentais.

Dispor das quantias arrecadadas, seus frutos e rendimentos, para a compra de café, para a eliminação ou quaisquer outros fins conducentes ao equilíbrio dos mercados e à defesa econômica e racional do produto.

O custeio de todos os seus serviços.

A remessa ao Tesouro paulista das quantias necessárias ao serviço de juros e amortização do empréstimo de libras 20.000.000 contraído pelo Estado de São Paulo, em 1930, com os banqueiros J. H. Schroeder & Co., enquanto estivesse a seu cargo tal obrigação nos têrmos da legislação vigente; unificar as medidas de defesa econômica do café nos Estados produtores e os métodos de trabalho referentes à melhoria da produção, da distribuição e do consumo do café, bem como aos serviços de estimativa das safras e de liberação das quotas de embarque e entregas diárias aos mercados exportadores.

Promover a repressão às fraudes e adulterações na produção, transporte, comércio e consumo do café brasileiro.

Remeter, mensalmente, ao Ministro da Fazenda, balancete minucioso da arrecadação da taxa de 15 shillings, discriminando as verbas de sua aplicação, saldos em caixa, total de sacas compradas, eliminadas ou utilizadas e em estoque.

Movimentar, no Banco do Brasil, os fundos disponíveis e provenientes, quer da arrecadação da taxa, quer das operações de crédito, por antecipação de receita, ou qualquer outra autorizada pelo Ministro da Fazenda.

Exercer fiscalização efetiva sôbre os institutos e associações de café existentes, fazendo-os observar as suas instruções e decisões, sem prejuizo da autonomia dos mesmos em negócios de seu exclusivo interêsse ou peculiar aos Estados.

Receberia o Departamento, integralmente, o acervo do extinto Conselho Nacional do Café.

Seis foram os serviços, então, criados no Departamento: secretaria, contadoria geral, contencioso e consultoria jurídica, estatística e fiscalização, agências no Rio de Janeiro (com sucursais em Niterói e Angra dos Reis), Santos, S. Paulo, Paranaguá, Vitória, São Salvador, Recife e repartições técnicas do café.

Ao presidente do Departamento competiria:

A representação ativa e passiva do mesmo, em juizo ou fora dêle, devendo os contratos ser assinados, também, por qualquer dos outros diretores e os saques ou títulos de crédito ainda pela contador geral; a nomeação dos funcionários e os demais atos administrativos a êle referentes, bem como a autorização de tôdas despesas previstas em orçamento ou decorrente de deliberação da Diretoria.

Nomeado Presidente do Departamento, o Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro tomou uma série de medidas eficientes sôbre a classificação de cafés, regulamentação dos embarques por cabotagem, registro obrigatório de instalações para o benefício e rebenefício do café em todo o país, liberação preferencial dos cafés de qualidade e de estilo, rumo de remessa das safras aos reguladores, etc.

Ao mesmo tempo, o Govêrno Provisório legislava em seguimento ao que fizera no regime do Conselho Nacional.

O decreto n.º 21.340, de 30 de abril de 1932, baixou considerandos nos quais o chefe do Govêrno Provisório declarava atender à substituição do impôsto em espécie pela taxa ouro de exportação de 15 shillings, em obediência ao critério da obtenção de uma receita estável para ocorrer às necessidades da compra dos estoques retidos e das sobras das safras seguintes.

Atendendo a que a provável elevação de taxas cambiais reduzira os recursos em papel do Conselho, decretou o Chefe da Nação que a taxa de exportação de 15 shillings ouro seria cobrada em moeda papel, à taxa fixa de cincoenta e cinco mil réis por saca, sempre que a cotação do dólar ouro americano para saques à vista sôbre Nova York, no Banco do Brasil, fôsse inferior a quinze mil e setenta réis.

A 17 de março de 1933, estatuiu o decreto n.º 22.546 que na Carteira de Emissão de Redesconto do Banco do Brasil fôssem admitidos a redesconto os títulos cambiais emitidos

pelo Departamento Nacional do Café. Os govêrnos estaduais acompanharam o federal, substituindo a taxa ouro por papel.

Pelo decreto n.º 22.796, de 1.º de junho de 1939, revocatório de outro sôbre a mesma matéria, de 19 de janeiro de 1931, punia o Govêrno Provisório, severamente, as falsificações e fraudes dos gêneros alimentícios, sob pena de graves multas e prazos de prisão celular.

A 23 de dezembro de 1933, comunicava o Dr. Vidal estarem peremptas as concessões para o plantio e replantio de cafèzais feitos até 22 de novembro de 1932, e não executados até 3 de dezembro do mesmo ano.

Trabalhosos debates se originaram do entendimento do Dr. Vidal com as companhias de navegação transportadoras de café, que queriam elevar, excessivamente, as taxas, chegando-se, afinal, a aceitável acôrdo sancionado pelo decreto de 27 de dezembro de 1933. A 9 de outubro dêste mesmo ano, tornou público o Dr. Vidal que o café eliminado até 30 de setembro de 1933 já montava a 23.106.605 sacas, das quais 16.447.895 de cafés de S. Paulo. Encetara-se o serviço a 5 de junho de 1931.

Ao Dr. Armando Vidal, Presidente, e Alcebíades de Oliveira, Diretor do D. N. C., apresentaram o Instituto Brasileiro de Contabilidade e os especialistas Mac Auliffe, Davis Bell e Cia., um relatório sôbre a verificação dos estoques entre 30 de junho e 30 de setembro de 1933, num total de 14.033.871 sacas pertencentes ao D.N.C. e 3.808.157 por êle controladas, tudo somando 17.842.028 sacas.

Assim se distribuiam: cafés paulistas, 16.582.551; mineiros e fluminenses, 771.804; paranaenses, 74.611; pernambucanos, 12.217; bahianos, 33.368; espírito-santenses e mineiros, escoados por Vitória, 546.562.

O decreto de 5 de dezembro de 1933 criou o Serviço Técnico do Café, diretamente subordinado à Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura, com sede em S. Paulo.

O Departamento Nacional do Café transferiria ao Serviço Técnico do Café todos os contratos e compromissos firmados no Rio e nos Estados pela respectiva repartição técnica, transferida, também, ao Ministério da Agricultura.

Em julho de 1933, aparecia o primeiro número da *D.N.C.*, revista que o Dr. Vidal fundara e cuja direção estava entregue ao Sr. Eurico Penteado. Expondo-lhe o programa, declarava o Presidente do Departamento que o novo órgão tinha em

vista, precìpuamente, fornecer dados estatísticos rigorosos, impossibilitando as afirmativas, tantas vezes repetidas, de publicações estrangeiras, de que não era possível confiar nos dados estatísticos oficiais do Brasil, no que se referia ao café.

E acrescentava que "por intermédio da D.N.C., o Departamento daria contas ao público e especialmente à lavoura e ao comércio cafeeiros, de como tinha agido no interêsse de ambos, e divulgaria tudo quanto, no país e no estrangeiro, ocorresse ou fôsse divulgado em referência ao café".

Fazendo uma súmula do que se realizara no primeiro semestre, recordava o digno Presidente quanto tivera a direção do Departamento Nacional do Café que atender, nos primeiros meses de sua existência, a formidáveis problemas. Assim, providenciara quanto à retirada, dos mercados internos, dos saldos das safras anteriores e já adquiridos, no total de 9.020.625 sacas; à organização dos embarques da safra de 1933; à delicada, urgente e indispensável medida da retirada do excesso da excepcional safra de 1933-34, medida do maior vulto financeiro, para atender a compromissos no total de mais de milhão de contos de réis, todos satisfeitos pontualmente; à delicada questão dos contratos de propaganda, cuja execução o Departamento Nacional do Café encontrara suspensa; ao difícil acêrto de contas do extinto Conselho Nacional do Café, o que impedira o levantamento do balanço geral do Departamento, devido à conta de liquidação do citado Conselho, trabalho, felizmente, concluído; à repressão do contrabando nas fronteiras do sul, que ia tomando tal vulto que desorganizava o comércio de café no Uruguai e Argentina, chegando a ameaçar a regularidade do comércio para outros países, e à questão do consumo do café torrado, para cujo comércio obtivera do govêrno a expedição do decreto n.º 22.916, de 11 de julho.

Para a solução de todos êsses problemas, tivera o Departamento sempre o mais pronto e absoluto apôio do Govêrno Provisório, por intermédio do Ministro da Fazenda. Não medira êste esfôrços para o eficaz auxílio à lavoura e ao comércio do café.

Na mensagem do chefe do Govêrno Provisório, Dr. Getúlio Vargas, lida à Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, a 15 de novembro de 1933, declarou o Chefe da Nação que, de 3 de junho de 1930 a igual data de

1933, a produção brasileira atingira 86.896.948 sacas, tendo sido a exportação, apenas, de 47.770.567. Comprará o govêrno federal 37.572.714, incluida aí a transação com Hard Rand, havendo, ainda, um saldo de 2.201.128 sacas a ser absorvido pelo consumo interno. Esperava-se para 1933-1934 a maior safra jamais colhida no Brasil, 29.880.000 sacas, a que se contraporia uma exportação provável de 15 milhões. Situação delicadíssima, pois, mas que não desviaria o govêrno do Brasil da sua diretriz. Prosseguiria a incineração. Encetada em junho de 1931, até 1.º de novembro de 1933 destruira 24.229.688 sacas.

A eliminação dos estoques, acrescida da sobra da safra (1930-1931), impuzera ao govêrno adotar a sugestão de procurar novos recursos, sem os quais não seria possível atender às exigências vultosas e crescentes do programa que se traçara.

Fôra, em 24 de abril de 1931, adotada a taxa de 10%, aumentada, em 30 de novembro, para 15%, dos quais 5% destinados ao empréstimo de £ 20.000.000 ("Coffee Realization Loan"), e £ 103 para garantir as operações de antecipação dos recursos indispensáveis à compra imediata de todo o café em excesso, o do estoque ainda de todo não adquirido, o do interior e o dos portos.

Destinava-se, ainda, o produto desta taxa a manter o nível interno dos preços, com o fim de, dentro de conhecida lei econômica, ser paga a taxa pelos consumidores.

Rendera ela 1.417.839 contos, sendo 360 mil para pagamento do empréstimo e mais de um milhão para manter o serviço das operações realizadas com o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional.

Como a safra de 1934-1935 deveria ser pequena, esperava-se o restabelecimento do equilíbrio estatístico a 30 de junho de 1935.

A 1.º de dezembro de 1933, promulgava o chefe do Govêrno Provisório o decreto n.º 23.533, devendo vigorar desde a data da promulgação, reduzindo de cincoenta por cento o valor de todos os débitos de agricultores quando contraidos antes de 30 de junho de 1933. Êste decreto que teve repercussão, exerceu influência a mais considerável sôbre a economia nacional.

Para indenizar os credores dos reajustamentos, emitira o govêrno federal quinhentas mil apólices de um conto de réis, juros de 6 por cento, recebíveis pela Caixa de Mobilização

Bancária em garantia de operações de crédito que lhe fôssem propostas.

A 9 de março de 1934, assinava o Chefe do Govêrno Provisório o decreto n.º 234 981, regulando a execução do decreto n.º 23.533, de 1.º de dezembro de 1933. Criou-se, então, a Câmara do Reajustamento Econômico, composta de três membros de nomeação do Sr. Getúlio Vargas.

A 3 de janeiro de 1934, assinavam vinte e quatro grandes emprêsas de navegação, inglêsas, alemães, italianas, francesas, holandesas, etc., um convênio com intervenção da Associação dos Exportadores de Café, embarcadores, transportadores e o Departamento Nacional do Café.

Encetava-se, contemporâneamente, grande campanha em prol da obtenção de cafés finos. Decidiu o Dr. Armando Vidal que o D.N.C. criasse usinas centrais de aprimoramento do produto para beneficiar os pequenos lavradores. Os resultados da propaganda pela produção de cafés finos deu resultados rápidos e vultosos.

Em 1933, continuou a crise econômico-financeira a assolar o universo, cujas condições gerais muito pouco se modificaram durante o ano.

A economia de tôdas as nações continuou a atravessar uma depressão muito peculiar, a se refletir no comércio internacional, repercutindo, por sua vez com maior e menor intensidade na vida de cada povo.

A Conferência Econômica e Monetária Mundial esboçara uma tentativa de acôrdo. Fôra, porém, impossível, dentro dos embates de tantos interêsses em choque, encontrar fórmula exeqüível.

Dizia Vítor Viana que o café era dos grandes produtos do comércio internacional, dos poucos, ou, talvez, o único cujo consumo aumentara.

Apesar de todos os erros da sua política, do acréscimo incontestável da produção e da quota de contribuição dos concorrentes do Brasil, o grande produto continuava a ser digno de sua fama e a merecer tôdas as atenções.

Depois da guerra, houvera aumento virtual de produção, instalações e aparelhamento.

Mas, dentro da esfera de consumo real dos produtos que circulavam nos mares universais, exportados a grandes distâncias de um para outros países, podia-se dizer que o café fôra o que menos acusara oscilações e o que denunciara nas

suas vendas procura cada vez mais acentuada nos grandes centros da Europa e da América.

Podia-se afirmar que à proporção que os hábitos da civilização iam se aprimorando, seu consumo tornava-se mais intenso.

As condições gerais do Brasil, as perspectivas do comércio e do movimento de capitais não eram, dentro da relatividade do momento, sombrias, e sim, pelo contrário, auspiciosas.

CAPÍTULO XXXIV

A situação do café em fins de 1933. Vislumbres de otimismo. O balanço da situação cafeeira, em 1932, realizado por Leon Regray. Os antecedentes da crise. A situação catastrófica de 1930. O recurso à eliminação. Esfôrço hercúleo do Brasil para vencer enormes dificuldades. Convite do Departamento Nacional do Café ao Sr. Regray para estudar a situação cafeeira do Brasil, em 1934. O inquérito por êle realizado, minudente e consciencioso. Conclusões otimistas.

A situação do café apresentava-se boa dentro da depressão mundial de 1933, comentava Vítor Viana, em princípios de 1934.

Era claro que o Brasil não poderia sacar, indefinidamente, sôbre o futuro, criar créditos e instrumentos artificiais de pagamento para queimar excessos de produção e aumentar preços. Mas, se esta política fôsse temporária e corrigida adequadamente, haveria, ainda, oportunidade para melhorar as condições gerais.

Não havia dúvida que no país ocorriam elementos naturais para produzir café barato. A colheita era relativamente pouco dispendiosa e os produtores não estavam em situação de crédito inferior aos seus concorrentes. Bastava, portanto, saber aproveitar as circunstâncias para dar novo impulso à exportação.

Todo o esforço dos últimos trinta anos fôra para a alta dos preços ou sua detenção. Dera, em resultado, notável desenvolvimento da cafeicultura em diversos países.

O café baixo não convinha a certas regiões do globo, mas com os preços altos, como os que haviam vigorado, tornava-se bom negócio.

Assim, o Brasil não podia, em matéria de tipos finos, concorrer com a Colômbia.

Os erros de alguns administradores das repartições de defesa haviam dificultado a entrada, nos mercados, dos cafés inferiores. O resultado de tal medida fôra contraproducente. Tinham as Índias Ocidentais passado a preparar com intensidade os cafés de tipo baixo e até a vendê-los com lucro.

Os impostos e as taxas oneravam, por outro lado, o produto. A tributação excedendo o valor mercantil e o preço da saca prejudicando as vendas, em muitos casos, impossibilitavam qualquer lucro do fazendeiro. Ora, não era possível produzir, indefinidamente, com prejuizo. Seria, portanto, indispensável dar nova orientação à política cafeeira.

Criara esta política difícil situação, mas como os elementos para a expansão dos mercados não eram para desanimar, não se devia ter hesitação em corrigir o que fôra excessivo. Verdade era que a política cafeeira inspirara-se em medidas de emergência para a sustentação de preços. Em dado período, tivera isto razão de ser. Mas, quando um sistema mostrava-se prestes a sossobrar, quando a derrocada parecia iminente, aparecia um grupo propondo novo expediente. Aceitavam os interessados e os dirigentes a solução proposta para suavizar a situação, isto é, adiar a crise, na esperança de que, quando os resultados ainda estivessem suspensos, surgissem fatores novos, naturais, capazes de promover uma alta real, proporcionando o pagamento das dívidas e o restabelecimento das transações normais. Tal não acontecera, porém, e os encargos se haviam acumulado até se chegar às condições vigentes em 1933, dentro das quais, em muitos casos, os fazendeiros não ficavam nem com 40% do valor do seu produto, no próprio mercado de exportação.

Aí estava o ponto vulnerável do sistema. A acumulação dos diversos planos ocasionara superavit cada vez mais oneroso, a exigir sacrifícios vultosos. Era, portanto, tanto mais opressivo e arruinador quanto menor a cotação oficial do gênero.

No meio de tantos contratempos, em todo o caso, a situação geral melhorara. Entretanto, não era ainda possível descansar nesta relativa melhora.

A mais simples análise da questão mostrava o seguinte: a produção brasileira sobrepassava, de muito, as necessidades

do consumo, embora êste demonstrasse sempre progresso auspicioso.

Como restringir tal produção, em face dos concorrentes?

A regularização dos mercados e a dosagem das entradas davam, como resultado, a situação especial que alguns sarcastas caracterizavam, dizendo que o Brasil, na questão do café, abrira o guarda-chuva para os outros não se molharem...

Era mais que tempo de cuidar-se de regime de maior liberdade e menos impostos, do qual nada teria o Brasil a recear.

A pior concorrência era a da Colômbia que, fornecendo, em 1905, dois por cento do consumo mundial, em 1932, chegara a fornecer doze. O consumo mundial aumentava do modo mais tardonho. Os vinte milhões de sacas de 1913 haviam passado, apenas, a 23.350.000, vinte anos mais tarde. Entretanto, a produção brasileira neste período subira de 14.865.000 a 21.500.000 sacas, e sua exportação perdia terreno.

Contudo, para manter relativo equilíbrio, já haviam sido queimados 17 milhões e havia a incinerar cêrca de 21, doze da nova safra e nove dos depósitos do Estado de São Paulo.

Isto exigia, de todos, estudo sério. Era claro que não se "podia largar o café" de um dia para outro. Seria indescritível calamidade, verdadeira catástrofe! Tanto mais quanto as tendências da maior parte dos governos eram para a proteção enérgica das atividades produtoras dos respectivos países.

Mas, como continuar o Brasil uma política de emergência que tanto favorecia a concorrentes? Tanto maior o sacrifício do quase monopolizador, maiores os lucros que oferecia aos seus concorrentes.

Constituia isto uma série de verdades conhecidas.

Mas, no meio da crise reinante nos mercados, como começar qualquer ação noutro sentido? Aí estava o problema. Mas, acaso poderia o Brasil continuar a fazer sacrifícios, facilitando a expansão das culturas e vendas alheias?

A experiência mostrara claro, no caso da borracha, do zinco, do aço, etc., que o quase monopólio precisava dispor de mais de 60 por cento da produção mundial, para continuar a ser quase monopólio!

Cêrca de quatro e meio bilhões de cafeeiros havia, em 1933, espalhados pelo universo (4.367.240.000). Dêstes cabiam ao Brasil 2.945.000.000, e a S. Paulo 1.450.000.000.

A produção paulista ameaçava sèriamente a extensão da praga da broca, mas a introdução e a magnífica aclimação da Vespa de Uganda ia dando as mais vivas esperanças do refreiamento do flagelo, como se verificara, do modo mais evidente, no decorrer da *Semana da Broca*, série de conferências realizadas na cidade de S. Paulo, em outubro de 1933, por iniciativa da Sociedade Rural Brasileira.

De 1932, data o minucioso balanço da situação cafeeira do Brasil, realizado pelo Sr. Leon Regray, cafèzista da maior autoridade, cujos estudos o D. N. C. fez publicar.

Arguta e detidamente, estudou o especialista francês os antecedentes da grande crise que assolava a economia brasileira. O prefaciador do seu estudo, o Sr. Sigfried, observou que o caso do café não passava de mero incidente da história geral da evolução econômica de após guerra, pois em todos os ramos da atividade econômica os fatos se reproduziam idênticos: "superprodução alucinada, conseqüência indireta da conflagração mundial, devido sobretudo à confiança, puramente gratuita, num desenvolvimento mundial absolutamente excepcional. Obedecendo às instigações do mais desatinado paradoxo, agira o universo, de 1918 em diante, como se a guerra o houvesse opulentado!"

Passados quinze anos, tinha-se a perfeita visão de semelhante loucura, das ilusões que haviam dominado os povos e das quais inúmeros espíritos haviam compartido.

Que ponto de partida aquêle, que encarava a guerra como determinante de um acréscimo geral do consumo? Fato fenomenal! Desnorteava os povos que após haverem limitado, por muito tempo, o seu consumo, não mais encaravam o limite das possibilidades! Os próprios inglêses, com a sua política trabalhista, haviam-se, desde 1919, deixado arrastar por tão singular doutrina.

A tremenda crise de 1929 fôra a reação contra tão estupefaciente miragem.

Quanto ao café, diz o Sr. Regray, entrara êle no âmbito dêste vento de desvairo universal, com as operações determinadas na presidência Epitácio Pessoa, ao se instituir o Conselho de Defesa.

Mas, impressionado com a existência no estrangeiro dos estoques de valorização de 1908, o incidente do ruidoso processo Sielcken, e, sobretudo, pelo confisco do café pela Alemanha,

durante a Grande Guerra, decidira o Conselho que os estoques permaneceriam no Brasil.

Viera, depois, a legislação sôbre a regularização dos embarques, armazenamento e reguladores. Mais tarde, a facilidade de crédito aos lavradores, a abertura de enormes lavouras em terras ubérrimas e virgens. A limitação das chegadas trouxera o enorme avolumamento dos estoques retidos nos reguladores.

Diante da avalancha de café da safra de 1927-1928, incomparàvelmente mais volumosa do que as otimistas previsões iniciais haviam admitido, muito houvera quem ficasse convencido de que o plano de defesa do Instituto teria de vergar, mas tal não se dera porque, a 30 de junho de 1927, ainda era o estoque paulista de 3.312.000 sacas.

O mundo cafeeiro, ainda em junho de 1928, não tomara perfeito conhecimento da situação que todos julgavam melhor do que realmente era.

Subiam os preços e o Instituto de Café de S. Paulo obtivera avultado empréstimo financiador da lavoura, dos banqueiros Lazard Brothers.

Assim, a situação favorável verificada a 30 de junho de 1928 viera causar verdadeira surpresa ao mundo cafeeiro importador, que precisava acatar a supremacia do Instituto no campo de seus negócios.

Mas, já a safra de 1929-1930 trouxera ao mundo cafeeiro verdadeiras apreensões. Anunciava-se grande, e iria negociar-se com um estoque inicial de 8.785.000 sacas, em vez das 3.300.000, em 1927.

A 30 de abril de 1930, novo e vultoso empréstimo obtivera o Instituto, vinte milhões esterlinos.

Entende o Sr. Regray que, nesta ocasião, mostraram os banqueiros emprestadores, e sem dúvida alguma, "completa incompetência cafeeira". Haviam aceito dados por demais otimistas. No plano traçado existiam lacunas graves, como, por exemplo, a omissão relativa aos cafés mineiros e as contradições relativas ao estoque armazenado em Santos.

Nova, e muito maior do que a de 1927-1928, a avalancha de café despenhava-se do planalto. Batera todos os recordes. S. Paulo despejava 22.146.000 sacas, o Rio 5.255.000, o resto do Brasil 2.785.000 e os outros países 8.273.000.

Assim, a produção brasileira que, em 1927-1928, fôra de

25.960.000 sacas, atingia, agora, a cifra imensa de 30.186.000 sacas.

Às 38.459.000 da produção mundial contrapunha-se, então, um consumo de 23.554.000, apenas! E, assim, a 30 de junho de 1930, chegava-se a uma situação desoladora em face de um estoque brasileiro represado de 23.588.000 sacas, das quais 21.210.000 de cafés paulistas!

Ora, êstes números eram muito diversos daqueles que os banqueiros haviam aceito como prováveis, quatro meses antes.

Daí, a situação angustiosíssima de fins de 1930.

Do movimento revolucionário de outubro de 1930 resultára uma influência nítida sôbre o café, tendendo, desde então, a diretriz das operações "a ser mais concentrada, mais forte e menos sujeita a discussões".

Em fins de 1931, decidira-se à eliminação de doze milhões de sacas dentro do prazo de um ano.

O Govêrno Provisório, "em virtude da própria fôrça das circunstâncias, vira-se obrigado a tomar diretriz oposta à do govêrno deposto".

A partir de fevereiro de 1932, haviam as eliminações tomado largo ritmo, já havendo atingido, a 1.º de julho dêste ano, quase nove milhões de sacas.

Sintetizando apreciações, afirmou o Sr. Regray que as medidas brasileiras haviam sido sempre tomadas para atender a dificuldades momentâneas e que, em suma, a manutenção dos preços também servira para o acoroçoamento da produção.

"Pode-se e deve-se admirar a perseverança brasileira em sua tarefa e admirar, ainda, a minúcia do preparo do mecanismo do organismo de defesa, observava o autor francês. Resta, porém, examinar o valor final dêste trabalho gigantesco, estudando-se as conseqüências mundiais passadas e futuras dessa política de proteção cafeeira".

Em 1933, o consumo, perturbado pela crise econômica universal, recaíra ao que fôra quatro anos antes. Não era crível que ultrapassasse 24 milhões de sacas, até 1937.

Continuaria, portanto, a haver superprodução média de doze milhões, e, ainda, a receiar alguma colheita monstro brasileira, com o rendimento médio de 80 arrobas por pés, alguma dessas colheitas que Sielcken, em 1906, com a sua clara inteligência, tanto declarara nefastas.

Mas, enfim, o que era particularmente grave vinha a ser êsse excesso de produção médio de doze milhões anuais.

Dois anos mais tarde, em 1934 portanto, e a convite do Dr. Armando Vidal, veio o Sr. Regray ao Brasil estudar *in loco* a situação cafeeira.

Estudou o especialista francês a série de atos do Govêrno Provisório, informado pelo Conselho Nacional do Café.

Êste, aliás, desde outubro de 1932, passava por um período de grande agitação. Diante do conflito provocado pela oposição do comércio fluminense, demitira-se o Dr. Roquette Pinto, sendo substituido pelo Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro.

O seu relatório dêsse ano era bastante pessimista, aliás. Para resolver a situação, dissolvera o Govêrno Provisório o C. N. C. e instituira o Departamento Nacional do Café, órgão federal.

Expôs o Sr. Regray o que ia ser, segundo seu ponto de vista, a considerável tarefa do nascente D.N.C. Aproximava-se nova colheita-monstro, avaliada em cêrca de 30 milhões de sacas. E, havia muita inquietação por parte da lavoura.

A 26 de maio de 1933, tomara o D.N.C. uma resolução capital, fazendo executar um dispositivo cujas bases haviam sido fixadas pelo Govêrno Provisório no ano anterior, na vigência do C.N.C., portanto.

Era o contrôle sôbre o plantio e o direito de fixar, anualmente, uma proporção da produção de cada Estado (a mesma para todos), a qual seria adquirida pelo Conselho por determinado preço e simplesmente retida durante o tempo que o mesmo Conselho julgasse necessário.

A aplicação da quota D.N.C. custara enorme esforço e o Sr. Regray louvou, sobremaneira, o que vinha realizando o Departamento.

O espírito prático e realista sob o qual trabalhava o D.N.C. era, fundamentalmente, diverso do que se poderia acoimar de visionário, dentro dos rumos norteadores do Instituto de Defesa de S. Paulo.

Escreveu o Sr. Regray que, naquele período de conturbação e confusionismo, era do D.N.C. que provinham as opiniões sensatas a respeito da situação cafeeira atual e futura.

Entre pessoas que haviam criticado, violentamente, ou criticavam ainda, o D.N.C. e a sua diretoria, aparecia a ex-

pressão de ilusões funestas e persistentes, e, até mesmo, verdadeiros absurdos.

Louvou o abalizado autor francês a confiança, a fôrça de vontade, a firmeza da continuidade de direção e a operosidade dos dirigentes do Departamento.

Minudentemente expôs o autor francês o complicado mecanismo da expedição dos cafés em S. Paulo, imposto desde 1927 pela retenção, de onde se originara grande atrapalhação.

Refere-se com verdadeira admiração ao que viu fazer-se para resolver tão árduo problema. Se o D.N.C. aproveitara a experiência anterior, havia a considerar, contudo, que a chamada quota D.N.C. constituia medida sem precedente. Enormes dificuldades de escrita resultavam desta situação.

A tarefa do D.N.C., de junho de 1933 a fevereiro de 1934, consistira, principalmente, no considerável trabalho material a que dera lugar a criação da quota de sacrifício.

O trabalho que êle, Regray, vira efetuar-se com o maior zêlo e brilhante êxito, fazia honra, sem favor algum, à grande organização brasileira.

Com o rigoroso balanço de 31 de dezembro de 1933, verificava o D.N.C. possuir pela escrita rigorosa um estoque de 11 milhões de sacas, contra um passivo de cêrca de 1.300.000 contos de réis. Faltava-lhe financiar 10 milhões de sacas da quota D.N.C., ou fôssem mais de 300.000 contos de réis, e tinha uma renda mensal de cêrca de 445.000 contos na base das exportações.

Viera, depois, a lei do Reajustamento Econômico.

A publicação de tal decreto produzira no mercado interno do café, no Brasil, imediato resultado, aumentando a fôrça de resistência dos lavradores. Tivera, ao mesmo tempo, efeito direto sôbre as ações dos bancos, pesadamente comprometidos graças a empréstimos cujo saldamento não se considerava possível. O resultado real obtido pelo efeito moral deveria permitir ao govêrno reduzir a amplitude do sacrifício. A totalidade, portanto, do auxílio prestado aos lavradores de café pelo govêrno brasileiro, havia já três anos, fôra, inegavelmente, formidável.

Continuando a analisar as condições do café brasileiro, em 1934, estudou o Sr. Regray as destruições e sua estatística, pondo em relevo as dificuldades da operação.

A eliminação, que devia ser feita à razão mensal de um milhão de sacas, a partir de 5 de dezembro de 1931, consumira

tempo considerável para se efetuar sôbre tão vultosa base. E, um dos principais motivos da demora fôra a própria instalação material, pois evidentemente não era fácil destruir cêrca de 40 mil sacas de café por dia de trabalho.

Historiou, ainda, o Sr. Regray o trabalho técnico do D.N.C.

Só em 1927 iniciara-se no Brasil a aplicação de verdadeira técnica na cultura do café, sob orientação científica moderna.

Imperava, então, a rotina sôbre enormes áreas de cultura cafeeira, embora existissem "ilhas de cultura aperfeiçoada", sobretudo em S. Paulo.

A erosão, o terrível inimigo das lavouras, só agora começava a ser combatida. Era a campanha em prol dos tipos finos coisa recente e vinha obtendo excelentes resultados. Mas, convinha não leva-la a cabo de modo extremado. Existia clientela para todos os tipos brasileiros. Os cafés baixos, do Espírito Santo para o norte, encontravam fregueses particulares. Assim, também os do tipo Rio tinham adquirentes preferenciais no Mediterrâneo, Norte da África, Balcãs, etc., o que surpreendia até nos Estados Unidos.

Quanto à produção, expendia o autor francês, poder-se-ia concluir que os países produtores "diversos" teriam de se defrontar, nos anos próximos, com respeitável concorrente, senão mesmo terrível.

Estavam os lavradores brasileiros fartos de medidas artificiais e desejosos de vender todos os anos a sua colheita. A produção brasileira achava-se em condições de abastecer o mundo por preços inacessíveis a outros países. Assim, na luta comercial inevitável estava apta a fàcilmente reconquistar (de modo definitivo e não transitório, como em 1933/34), boa parte da posição perdida nos anos anteriores.

E, quando a luta se manifestasse, simultaneamente, no terreno dos preços e no da qualidade, alguns produtores, em virtude do preço de custo por demais elevado, estariam, forçosamente, condenados a desaparecer.

Analisando o panorama econômico-financeiro de 1934, declarava Vítor Viana que, a seu ver, a impressão geral dos que estudavam questões econômicas era que, sob o ponto de vista dos fatores técnicos, a pior fase da crise do tráfego internacional já passara. Fôsse possível modificar a orientação dos governos e das grandes emprêsas, e, talvez, se conseguisse

melhorar as condições de intercâmbio, criando novo surto de prosperidade.

Elogiou Vítor Viana a atuação do govêrno federal no tocante à queima do café.

Havia intervido na defesa dos grandes produtos brasileiros, com o intuito de preparar, depois, a liberdade dos mercados e a restauração do mecanismo natural dos preços.

Em um período crítico de organização, os produtores e os governos haviam sido levados a esta fórmula, que poderia parecer paradoxal: destruir para proteger, processo que, porém, só tinha utilidade como medida drástica de emergência.

A continuidade dêste método, na defesa de um produto, acabaria, entretanto, protegendo os concorrentes, prejudicando os que assumiam as responsabilidades da destruição.

Entre 11 de fevereiro de 1931 (data do decreto n.º 19.699, que determinara a compra dos estoques retidos) até 30 de junho de 1934, realizára-se, no Brasil, gigantesco esfôrço no sentido de solucionar o angustioso problema do café.

Havia a eliminação retirado nada menos de 32.012.585 sacas. E, no fim daquele mesmo ano de 1934, atingiria 36.980.140!

Em 1934, tomou singular importância a campanha em prol de obtenção de cafés finos, tendo sido intensa a propaganda promovida pelo Departamento Nacional do Café. O govêrno federal e os governos estaduais baixaram grande número de decretos e regulamentos fixando as normas para o serviço de fiscalização, moagem e exportação dos cafés impuros, estabelecendo-se novas tabelas de defeitos para os tipos de um a oito.

CAPÍTULO XXXV

Exposição do Presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1934. Explanação da política cafeeira do seu govêrno. Declarações do Dr. Armando Vidal. Inflexibilidade de rumos no tocante à eliminação. Relatório ao Ministro da Fazenda. Conceitos de Leon Regray. Declarações peremptórias do D. N. C., em fins de 1934. A mensagem do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, em maio de 1935. Imperiosa necessidade da manutenção do equilíbrio estatístico. Balanço da situação a 1.º de janeiro de 1935.

Em discurso de novembro de 1934, expôs o Presidente Getúlio Vargas o que o seu govêrno vinha fazendo no terreno da economia nacional.

Tratando do café, lembrava a angustiosíssima situação de gênero, em outubro de 1930.

A depressão universal, iniciada em 1929, sôbre êle refletira-se ameaçadoramente. Enfrentando, sem temor, a herança do último govêrno, haviam os dirigentes revolucionários combatido, de face, os resultados desastrosos dos estoques acumulados, da superprodução, do subconsumo e da degradação de preços.

Se prosseguisse o ritmo anterior, disporia o Brasil, com o produto das safras de 1930 a 1934, de um estoque de 115 milhões de sacas! A simples enunciação de tal cifra permitia avaliar o destino sombrio que aguardava a economia da Nação. Ficaria o principal agente propulsor do país reduzido a instrumento de bancarrota humilhante, símbolo eterno da incapacidade, deficiência de patriotismo e incúria irremediável.

Assim, se encetara tremenda campanha de resistência e combate.

Até 31 de agôsto de 1934, haviam sido eliminados cêrca de 49 milhões de sacas, no valor total de Rs. 2.689.261:767$160. Em menos de quatro anos, portanto, e sem recorrer a expedientes perigosos, nem empenhar o crédito do país, conseguira o Govêrno Provisório restabelecer o equilíbrio estatístico mundial do café.

Sua intervenção permitira a liquidação, entre janeiro de 1931 e junho de 1934, de 101.454.318 sacas, a saber: 52.905.000 exportadas e 48.548.318 compradas pelo Conselho e o Departamento Nacional do Café.

Transferindo ao Conselho Nacional do Café o empréstimo de vinte milhões esterlinos, primitivamente a cargo de S. Paulo, todos os Estados cafeeiros contribuiram, agora, para amortizá-lo. Só em virtude desta operação, eqüitativa e racional, economizava o Tesouro do Estado de S. Paulo mais de um milhão de contos de réis. A fixação da taxa geral de 5 shillings para todos os cafés, outra vantagem trouxera, conquistada, aliás, com inteira justiça, pelo produto paulista. Tornava-se mister, também, referir que, em virtude da campanha em prol do beneficiamento, visando vencer concorrentes, melhorara muito a qualidade média das safras brasileiras.

Confirmou o Presidente da Repúbblica os dados recentemente apresentados ao público pelo seu ministro da Fazenda, Dr. Osvaldo Aranha, em comunicado à Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Ainda neste mesmo ano de 1934, e por diversas vêzes, expuzeram os dirigentes do D.N.C. ao público os resultados de sua política, como a 10 de abril, ao ocorrer grande reunião convocada pelo Dr. Armando Vidal com o fim de se examinarem as providências referentes aos embarques de café na safra que se avizinhava, estando presentes delegações dos Institutos do Café de S. Paulo e Minas, Sociedade Rural Brasileira, Centro dos Exportadores de Santos, Associação Comercial desta cidade, Centros do Comércio do Rio e de Santos, Ccoperativas, etc.

Desmentindo notícia veículada na imprensa paulista, declarou o Dr. Armando Vidal absolutamente falso que se cogitasse de suprimir o tipo "Santos", uniformizando-se a exportação do artigo sob a denominação genérica de tipo "Rio".

Não divergiria o Departamento das normas que traçara

e vinha seguindo sem vacilações, para a rápida eliminação de todo o excedente da produção cafeeira do país, poupando apenas, além do estoque apenhado ao empréstimo de £ ..... 20.000.000, as quantidades estritamente necessárias às bonificações e ao cumprimento dos contratos de propaganda.

A 4 de julho, publicou-se o relatório do Dr. Armando Vidal ao Ministro da Fazenda sôbre a situação do café brasileiro.

Possuia o Departamento 18.151.240 sacas, das quais 11.214.200 apenhadas ao empréstimo de vinte milhões. Suas disponibilidades, a 1.º de julho de 1934, eram de 5.432.032 sacas. A exportação apresentara a cifra favorável de 15.888.571 sacas.

Mas, não só na exportação alcançara o café brasileiro notável vitória. Nas entregas ao consumo mundial, o aumento da percentagem brasileira fôra de 2.775.00 sacas ou 20,78% sôbre o ano anterior, conquistando o Brasil não só todo o aumento, mas, também, 1.172.000 sacas que os demais países produtores tinham perdido.

A 27 de dezembro, em entrevista concedida à *Nação* do Rio de Janeiro, expôs o Dr. Vidal as suas impressões acêrca do momento cafeeiro.

Lembrou que, apesar das operações realizadas de 1930 a 1933, persistia agudíssima a crise na época em que se criara o Departamento.

Estava-se na iminência da maior safra jamais conhecida no Brasil e no mundo. Os estoques do interior de S. Paulo e destinados a Santos avultavam imenso. Havia o Conselho recebido, o que importava declarar havia comprado, em Santos e S. Paulo, avultadas partidas que não pudera saldar. Tivera, portanto, o Departamento de pagar, em Santos, cafés de amostras recebidos pelo Conselho, no total de 1.285.377 sacas, e, em S. Paulo, de 2.066.503 sacas!

Mas não bastara, pois a formidável safra de 1933/34, avaliada para todo o Brasil em cêrca de trinta milhões de sacas, exigia maiores esforços. Fôra necessário, então, criar a chamada "Quota de Sacrifício". Instituida para o fim de normalizar a situação estatística do café, ainda assim provocara decidida resistência, que o Departamento tivera de vencer.

Impugnára-se não só a quota de 40%, como o seu preço de 30$000, que todos procuravam classificar de exorbitante.

Em alguns Estados ainda se levantara enorme grita contra a uniformidade da quota estabelecida para todos os Estados cafeeiros, pretendendo-se que a de 40% só vigorasse para S. Paulo. Ao Departamento tal disparidade se afigurava inadmissível, dado o caráter nacional que devia timbrar em imprimir a todos os seus atos.

O escoamento desta enorme massa provocara prodigioso labor. Mas, vencera-se o terrível passo razoàvelmente, e, ao ver do Dr. Vidal, mostrava-se a situação interna segura. Conseguira o Departamento restabelecer a confiança nos vários mercados; mantivera-se em correspondência permanente com tôdas as praças mundiais, convidara e recebera a visita de representantes de todos os grandes países importadores da Europa e de todos os centros cafeeiros importantes, os maiores e os menores, dos Estados Unidos.

Da Europa, de diversas publicações especializadas e abalizadas, chegavam écos de aplauso à continuidade da política cafeeira do Brasil.

Em agôsto de 1934, emitia o Sr. Leon Regray diversas opiniões sôbre a situação cafeeira mundial. Depois de lembrar que 1931 e 1932 haviam sido anos em que sempre, por assim dizer, estivera iminente a catástrofe cafeeira, declarou que, em 1933, achavam-se as coisas em melhor pé. A alta do gênero parecia-lhe nefasta. A posição estatística melhorara-se melhor, mas a situação ainda grave, devendo continuar a ser objeto de constante desvêlo. Haviam o govêrno e o D.N.C. chegado a resultados extraordinários, mas tornava-se necessário afastar, de vez, qualquer idéia de intervenção, tendo em vista sempre preços.

Em fins de 1934, perante o Conselho Nacional do Comércio Exterior, declarou que a situação melhorara.

A safra de 1934-1935 anunciava-se pequena e a imediata seria, portanto, grande, mas, talvez, não excepcional.

Os mercados interessados deviam ficar, por conseguinte, cientes de que o D.N.C. ultimara o serviço de equilíbrio estatístico mundial do café.

Reprimindo manobras tendenciosas de especulação, declarou o Dr. Vidal que, de acôrdo com o Ministro da Fazenda e autorização do Presidente da República, fazia o D.N.C. as seguintes declarações:

1.º) reduziria as entradas nos portos até que os estoques correspondessem, no máximo, ao dôbro da exportação média

mensal tomada em relação ao ano imediatamente anterior.

2.º) de acôrdo com o govêrno, o Departamento Nacional do Café manteria o equilíbrio da safra corrente, tirando os excessos eventuais que verificasse.

3.º) em relação à futura safra de 1935-36, tomaria as necessárias providências para manter o equilíbrio dos mercados.

Ainda em fins de 1934, o Sr. James Carson, do Council of Inter-American Relations, declarara, depois de inquérito realizado no Brasil, que o plano da destruição do café fôra um ato de audácia e coragem. Estava, porém, próximo o dia em que não haveria mais estoque excessivo. Sabia-se, além de tudo, que a Colômbia queria cooperar com o Brasil, para impedir a superprodução.

Na mensagem de 3 de maio de 1935 ao Congresso Nacional, longamente tratou o Presidente Getúlio Vargas da política cafeeira.

O equilíbrio estatístico conseguido, desde 1931, pela ação persistente do govêrno, através do Conselho Nacional do Café, precisava ser defendido, para evitar que de novo se rompesse, ocasionando grave dano à economia nacional.

Poderia o reajustamento, entretanto, operar-se em período relativamente curto, se o Brasil enveredasse por uma política firme de expansão de vendas, conquista ou ampliação de mercados.

Dispondo de reduzido custo de produção, solo e clima excepcionais, para a cultura cafeeira bastaria persistir em orientação econômicamente sã, para que se lhe equilibrassem as possibilidades da exportação e a capacidade da produção.

A 31 de dezembro de 1930, os estoques de café retidos no Brasil, e os dos portos, elevavam-se a 26.150.000 sacas.

De 1931 a 1934 colhera o Brasil 87.400.000 sacas, exportando 59.390.000, apenas.

Dêstes dados, inferiam-se os seguintes resultados:

Existência a 31 de dezembro de 1930, inclusive estoques dos portos	26.150.000
Colheitas de 1931 a 1934	87.400.000
TOTAL	113.550.000
A deduzir:	
Exportação nos anos civis de 1931 a 1934 ...	59.390.000
Excedente	54.160.000

Tal seria, a primeiro de janeiro de 1935, a alarmante situação do café brasileiro, não fôra a ação desenvolvida pelo govêrno federal por intermédio do Conselho Nacional do Café e do Departamento Nacional do Café: volumoso estoque de mais de 54 milhões de sacas, de cujo custo de produção não estaria reembolsado o lavrador, uma vez que se destinava a permanecer reprezado nos reguladores, a exercer influência profundamente perturbadora de tôda a vida nacional. Entretanto, a 31 de dezembro de 1934, a situação real do produto apresentava-se inteiramente outra, mercê de posição estatística absolutamente tranqüilizadora.

Do excedente previsto de 54.160.000 sacas, o Conselho Nacional do Café e o Departamento Nacional do Café haviam retirado definitivamente do mercado, 50.147.970 sacas. O restante desdobrava-se em duas parcelas, uma das quais a ser absorvida pelo aumento dos estoques até 31 de dezembro de 1934.

Das 54.160.000 sacas de excedente havia, compradas pelo C. N. C. e o D. N. C., ou recebidas em pagamento, 50.782.118. Assim, restava um excedente de 3.377.882 da safra em curso, apurado até 31 de dezembro de 1934.

Não fôsse a incineração e o Brasil estaria, em 1935, com um estoque quase igual ao volume de sua exportação colossal de um quatriênio.

CAPÍTULO XXXVI

O projeto parlamentar Cincinato Braga, em 1935, de abolição da taxa de quinze shillings. Informações prestadas pelo Ministro da Fazenda, Dr. Sousa Costa. O oitavo Convênio Cafeeiro, em junho de 1935, suas decisões. Indicações para melhor organização do Departamento Nacional do Café. Exposição do Ministro da Fazenda ao Parlamento, em junho de 1935. Defesa da atuação do Departamento. Exoneram-se o Dr. Armando Vidal e seus companheiros de diretoria, da chefia do Departamento Nacional do Café. Nomeação do Sr. Antônio Luiz de Souza Melo para a presidência do Departamento. Exposição do Dr. Armando Vidal.

Ao se encetarem as sessões do Congresso Nacional, a 3 de maio de 1935, apresentou o deputado paulista, Dr. Cincinato Braga, um projeto de lei propondo a abolição da cobrança da taxa de 15 shillings por saca de café exportada.

Achava que o país precisava, por todos os modos, incrementar a exportação. Analisou a situação do café, declarando que, a seu ver, não havia veracidade nas estatísticas comerciais, para, afinal, acusar o D. N. C. de, apenas, exibir estatísticas parciais.

Apresentou dados obtidos da Sociedade das Nações em contradição com os de origem oficial brasileira, afirmando que a produção de café dos outros países crescera sempre, sobretudo na Colômbia, onde, a seu ver, atingiria 20 milhões de sacas em 1944/1945, apesar da denegação dos interessados na compra de café e na continuação da política cafeeira do

govêrno brasileiro. Previu que no decênio 1935/1945, a situação econômica do Brasil sofreria reviravolta capaz de a subverter por completo, como se propunha a demonstrar.

No decênio de 1925/1926 a 1934/1935, tivera o Brasil uma média anual de produção de 20.587.000 sacas.

Mas, a média do decênio seguinte ia ser infalìvelmente maior. Havia no Brasil 500 milhões de cafeeiros novos, quase todos plantados em terras virgens, árvores cujá plena produção só chegaria aos mercados de 1936 em diante.

A média de produção, no decênio a iniciar-se, ia ser 25 milhões por ano, só para o Brasil, assegurou o deputado por S. Paulo.

O triênio de 1935/1936 a 1937/1938, daria uma média para o Brasil de 23.169.000 abaixo do seu cálculo pessimista e para o resto do mundo de 10.307.000, enormemente inferior ao que anunciara: 17.500.000.

Convêm, aliás, lembrar que os números de que se valera para a produção de procedência estrangeira superavam de muito os dados oficiais do Brasil, que admitiam uma média de 8.000.000 sacas, em vez dos 14 milhões por êle aceitas.

Passando a estudar a situação do consumo, declarou o Dr. Cincinato que êste não se elevaria a mais de 25 milhões de sacas.

Nesta hipótese, caberia às outras procedências tarifàriamente protegidas, o fornecimento de tôda sua produção, em média 17 ½ milhões por ano.

Quando muito, portanto, poderia o Brasil exportar 10 milhões de sacas.

Pela via do café entrariam, então, para o Brasil, apenas dez milhões esterlinos anuais. Situação análoga à da borracha...

Proceder-se-ia ao esboroamento de 2/3 do resto do comércio exterior que o Brasil ainda mantinha. Dos 74 milhões esterlinos que já haviam entrado, num só ano, em pago do café brasileiro, passar-se-ia a dez milhões!

Arriscava-se o govêrno federal às mais graves consequências, a atear no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo colossal incêndio, cujas labaredas haviam de lamber o Brasil inteiro.

O sombrio vaticínio do ilustre reparador contido nestas palavras seria, porém, dissipado pelo decorrer do tempo. No quatriênio de 1935 a 1938, a média da exportação brasileira atingiria 14.687.407 sacas, ou quase mais de cinqüenta por

cento acima da cifra por êle admitida, total êste vendido a uma média de £ 17.359.264, portanto 75% a mais do que previra.

Admitiu o eminente debatedor que, no decênio de 1935 a 1945, o superavit da produção sôbre o consumo traria um encalhe anual de 17.500.000 sacas a pesar sôbre o Brasil. Retenção fantástica, não havia dúvida, exigindo queima do produto em volume também fantástico.

Ainda aí estaria pessimista o Dr. Cincinato Braga. No quatriênio imediato, exportaria o Brasil 58.749.630 sacas, havendo produzido 86.949.000, notando-se, pois, um excesso de 28.200.000 sacas ou uma média anual de 7.050.000.

"Só a redução do imposto de 15 para 3 shillings poderia trazer algum alento à lavoura cafeeira nacional, que se achava em situação desesperadora", concluiu o deputado paulista.

Prestou o Departamento Nacional do Café, pelo seu presidente, Dr. Armando Vidal, ao Dr. Artur de Sousa Costa, Ministro da Fazenda, as informações que êste lhe pedira, para, a seu turno, poder fornecer esclarecimentos à Câmara dos Deputados acêrca do projeto Cincinato Braga. Transcreveu o Dr. Vidal abundante documentação nacional do D. N. C. e do estrangeiro, provinda de abalizadas fontes. Tais cifras, de modo geral, demonstravam que a produção brasileira, longe de decair, alcançara, na safra de 1933/34, o recorde de 29.610.000 sacas contra os onze milhões máximos da concorrência estrangeira, em 1929/1930.

Quanto à exportação, revelavam que, na safra de 1933/34, o Brasil conseguira exportar 15.855.140 sacas, contra as 8 931.000 dos países concorrentes, os quais, na safra anterior de 1932/33, já haviam alcançado 9.239.000 sacas.

Em relação ao consumo, mostravam os dados que o Brasil, na safra de 1933/34 e em um total de 24.451.000 sacas, entregara 16.131.000, enquanto os outros países forneceram 8.320.000. E isto, quando nas safras de 1928/29, 1929/30, 1930/31 e 1932/33, haviam fornecido ao consumo quantidades superiores. Demonstravam estas três conclusões que a obra da Revolução, quanto ao problema cafeeiro, longe de acarretar a derrota do café brasileiro, estava introduzindo os elementos da reação e da vitória.

De posse das informações que resumimos, o Ministro da Fazenda, em esclarecimento à Câmara dos Deputados, repu-

tou o projeto do Dr. Cincinato Braga inconstitucional, de acôrdo com as conclusões do Dr. Vidal.

Avultava, paralelamente, o seu aspecto financeiro, relacionado com a situação do Tesouro. Quando eram bem difíceis as condições orçamentárias do país, pois que o apêlo reiterado à tributação corria o risco de esgotar as próprias fontes tributárias, tornava-se inaceitável querer onerar a União, transferindo à sua responsabilidade compromissos consideráveis contraídos em benefício da lavoura cafeeira, para a liquidação dos quais existia arrecadação certa, que o projeto visava extinguir.

Achava-se a taxa de 45 mil réis, principalmente na parte correspondente aos 10 shillings, vinculada, por contrato, a débitos da importância de quase um milhão de contos de réis, cabendo-lhe, ainda, prover à cobertura de outros encargos de vulto, não garantidos.

Não seria legítimo, pois, fazer recair sôbre o Tesouro Nacional, em momento de dificuldades financeiras, dívida criada com o fim de se estabelecer o equilíbrio estatístico, visando-se o benefício da lavoura cafeeira.

Não logrou seguimento o projeto de lei número 121 de 1935, de autoria do Dr. Cincinato Braga.

De 11 a 18 de julho de 1935, reuniram-se os delegados dos Estados cafeeiros para constituir o novo Convênio que seria o oitavo da série, sob a presidência do Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Sousa Costa. Entre as suas deliberações mais importantes, destaquemos algumas.

Resolveu a assembléia que as atividades do Departamento Nacional do Café continuassem as mesmas para as quais fôra criado o Conselho Nacional do Café. Quanto à parte relativa à melhoria da produção, caberia tal função ao Ministério da Agricultura. Apenas caberia ao Departamento a construção e montagem das usinas já iniciadas.

A taxa de 5 shillings (quinze mil réis) instituída pelo Convênio de 5 de dezembro de 1931, continuaria a ser cobrada pelo Departamento e aplicada ao serviço do empréstimo de vinte milhões de libras.

Autorizados ficavam os Estados e o Departamento a entrar em acôrdo com o Banco do Brasil e a União, no sentido de ser reduzido ao mínimo o serviço dos respectivos créditos, diminuindo-se, também, equivalentemente, a taxa de dez shillings destinada a tal fim.

Enquanto tal não se executasse, continuaria a ser cobrada a taxa de dez shillings (trinta mil réis) como até então, destinando-se o produto da cobrança à amortização das obrigações do Departamento.

Para o fim de se manter o equilíbrio estatístico, adquiriria o Departamento, no país e da safra vigente, quatro milhões de sacas.

Proibia-se, pelo prazo do Convênio, e sob pena de multa (cinco mil réis por pé), o plantio de cafeeiros em todo o território nacional.

Aos Estados produtores, cujas plantações não houvessem atingido cinqüenta milhões de árvores, reconhecia-se o direito de completar tal limite, independentemente do pagamento da multa.

Regularia o Departamento as entradas, tendo em vista que os estoques assim se mantivessem, isto é, 2.200.000 sacas para Santos; 700.000 para o Rio de Janeiro e Niterói; 60.000 para Angra dos Reis; 300.00 para Vitória; 110.000 sacas para Paranaguá; 60.000 para a Bahia e 50.000 para o Recife.

Seriam as entradas aumentadas no correr do mês, sempre que saídas mais elevadas o permitissem, tendo-se em vista a recomposição dos estoques ou quando os preços se elevassem de modo a prejudicar a situação da produção brasileira perante a concorrência do exterior, caso em que o limite poderia ser excedido.

Para a reorganização do Departamento, foram feitas as seguintes indicações:

Como órgão nacional e da confiança do govêrno federal, continuaria administrado por uma diretoria composta de três membros. Seria seu presidente de livre escolha e nomeação do govêrno federal e os demais diretores, também, nomeados pelo govêrno federal e escolhidos dentre a classe dos cafeicultores.

Deveria ser, imediatamente, organizado e constituído o Conselho Consultivo e Fiscal, com um delegado de cada um dos Estados cafeeiros não representados na diretoria, escolhidos dentre a classe dos cafeicultores, e um comerciante de cada uma das praças de Santos, Rio, Vitória e Paranaguá, todos indicados pelo govêrno dos Estados e nomeados pelo govêrno federal.

A 28 de junho de 1935, à Câmara dos Deputados, expôs o Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa, diversas questões relacionadas com o problema cafeeiro.

Exprimiu ao Parlamento quanto fôra a atuação do Departamento Nacional do Café um dos assuntos mais debatidos na imprensa e na tribuna. E, se vários dos seus aspectos já se achavam esclarecidos nas controvérsias, outros permaneciam sem explicações bastantes.

Precisava sua ação ser estudada sob os seus diversos aspectos, assim como sua repercussão nas questões financeiras, econômicas, cambiais e no tablado da política internacional, porque a todos êstes setores se estendia a indispensável ação crítica.

Calorosamente defendeu a atuação do Departamento Nacional do Café e a absoluta lisura de tôdas as suas transações. Explicou a aplicação dada às taxas de 10 e 5 shillings e justificou o emprêgo das vultosas somas por êle dispendidas, oferecendo a exame todos os elementos de sua contabilidade. Relatou, então, que o Departamento aplicara 2.823.061:581$400 na aquisição de 49.842.547 sacas.

Haviam as remessas feitas ao govêrno de S. Paulo, para o serviço do empréstimo de £ 20 milhões, além do produto da exportação do café apenhado, atingido 351.730 contos. As despesas com a expedição dêste café, cujo produto fôra aplicado na amortização do empréstimo, montavam a 46.347 contos e as restituições aos Estados cafeeiros a 130.469 contos. Aí estavam os principais itens.

Terminando, exprimiu quanto julgava profundamente inconvenientes tôdas as medidas de devassa em organizações do tipo do Departamento do Café. Se, entretanto, ficasse deliberada a extinção do Departamento, o que era uma possibilidade, entre as resoluções que se iam tomar no próximo Convênio cafeeiro, convinha que se abrisse a mais rigorosa devassa, "porque o govêrno da Revolução, afirmou peremptório, não tinha segredos", declaração esta acolhida com aplausos gerais da Câmara.

Falecendo, em fevereiro de 1935, o Sr. Alcebíades de Oliveira, um dos diretores do D. N. C., *self made man* que tinha a reputação de ser dos mais competentes cafèzistas do Brasil, foi substituido pelo Dr. Cesário Coimbra, presidente do Instituto de Café de S. Paulo.

A 1.º de março imediato, decretou-se que o comércio das safras de café, no Brasil, se iniciaria a 1.º de julho de cada ano, terminando em 30 de junho do ano seguinte, sendo os embarques do interior efetuados sòmente de 1.º de julho a 31 de março.

Em princípios de agôsto de 1935, apresentaram ao Presidente da República, e em caráter irrevogável, pedido de exoneração dos cargos que vinham exercendo à testa do D. N. C., os Drs. Armando Vidal, Alcides Lins e Cesário Coimbra, respectivamente Presidente e Diretores do Departamento Nacional do Café. Aceita a demissão, foram assinados na pasta da Fazenda os decretos de nomeação dos Srs. Antônio Luiz de Souza Melo, Diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil, Osvaldo Sales Sampaio e José Soares de Matos, o primeiro como Presidente e os demais como representantes de S. Paulo e Minas Gerais.

Transmitindo a presidência a 12 de agôsto, expôs o Dr. Vidal, em linhas gerais, que sua gestão, logo de início, enfrentara o grave problema do equilíbrio estatístico do café. A safra de 1933/34 era a maior jamais havida no Brasil, nada menos de 29.000.000 de sacas. De outro lado, o antigo Conselho Nacional do Café havia no Rio, Santos, S. Paulo e Vitória, adquirido mais de 3.500.000 sacas, que urgia pagar, importando tudo em mais de duzentos mil contos de réis.

As sobras das duas safras anteriores montavam a cêrca de 7.100.000 sacas. Entre sobras e safra futura, o total era, pois, de 40.000.000 de sacas! Assim, não julgava oportuno, nem prudente, fazer alarde ou proclamar derrota, atitude que lograra manter invariàvelmente.

As compras efetuadas pelo D.N.C., de 17 de fevereiro de 1933 a 31 de dezembro de 1934, haviam atingido 21.926.853 sacas, na importância de 1.008.801:291$100!

Graças a estas medidas, restabelecido o equilíbrio estatístico e resistindo à pressão de interessados, não instituira o D.N.C. quota de retirada para a safra de 1934/35. Julgara desnecessária qualquer quota para a safra de 1935/1936, assim como descabida a compra das sobras da safra passada, existentes em mãos de intermediários, que se empenhavam em transferir ao Departamento a liquidação de seus negócios.

O acêrto desta orientação reconhecera o último Convênio Cafeeiro, que não admitira compra de sobras de safras passadas, nem instituira quotas de sacrifício, gratuitas como se pretendia, ou pagas. Autorizara, apenas, a compra de 4.000.000 de sacas da safra corrente, de acôrdo com as necessidades que se viessem a verificar e por preço ainda não fixado, o que êle, Dr. Vidal, pensava ser o único expediente para evitar fraudes em classificações.

Expôs o Dr. Vidal como precisara defender-se das manobras baixistas.

Adquirir, com os fundos da taxa de 10 shillings, café de intermediários e impor quota de sacrifício gratuita, corresponderia a onerar duplamente a lavoura e facilitar aos intermediários, libertos dos estoques antigos, concorrer para a baixa pela compressão dos novos depósitos a se formarem no interior.

Procedendo o Departamento como procedera, mantendo em mãos dos intermediários o estoque, adquirido a preço alto, êle transformara em elemento de permanência dos preços, cuja conseqüência seria beneficiar os produtores no curso da safra corrente.

Empenhara-se a presidência do D.N.C., com tôdas as fôrças, em incentivar o aumento dos estoques nos portos. Na luta a que se lançara conseguira de tal modo convencer, que o último Convênio Cafeeiro propusera a formação de estoques a que o D. N. C. jamais se abalançara, pois de sobra se sabia que as existências em Santos e no Rio, de abril a setembro de 1934, não representavam estoques disponíveis.

Alegou o Dr. Armando Vidal a sanção que os convencionais haviam dado à sua política.

Passou, em seguida, a expor uma série de conceitos, produtores das convicções adquiridas graças à permanência à testa do Departamento.

Ao seu ver, o bom entendimento dêste com os comércios exportador e importador dos outros países era o elemento mais seguro de ampliação dos mercados, tendo efeitos mais imediatos do que qualquer campanhas de propaganda.

Afirmou o presidente demissionário a sua convicção absoluta em que a única política sincera e real em torno do café deveria ser largo programa visando facilitar, por tôdas as formas, as vendas para o exterior. Com êste intuito, travaria o D.N.C., em 1934, uma de suas mais memoráveis batalhas para extinguir, em S. Paulo, o regime inaceitável de só se permitir aos produtores o embarque de café nas estradas de ferro, e não aos possuidores da mercadoria.

Passando a tratar das relações de sua presidência com os mercados exteriores, salientou que sempre se orientara no sentido de estabelecer rêde cerrada e permanente de informações com tôdas as praças, procurando habilitar o Departamento a receber, constantemente, elementos informativos de tudo

quanto ocorria em todos os países, quer produtores, quer consumidores.

Esforçara-se sempre na campanha em prol da produção de cafés finos.

Orgulhava-se de ter instalado, em vários Estados, 47 usinas e criado a Estação Experimental de Botucatú, a primeira do Brasil. Aos ataques provocados por estas iniciativas, respondia a certeza dos resultados já patentes nas primeiras remessas chegadas ao Rio. Ou o Brasil se aparelhava tècnicamente, ou seria eliminado do consumo internacional do café.

Nunca fôra baixista, como haviam procurado acoima-lo. Graças ao senso da realidade, não suportava fantasias em matéria econômica. Mercadoria em superprodução, havia longos anos, não podia o café, lògicamente, aspirar a preços elevados. As restrições aquisitivas existentes em todos os países da Europa conduziam, fatalmente, os cafés centro e sul-americanos ao único mercado livre: o norte-americano.

Os países alheios à política da eliminação do gênero buscavam, sôfregamente, o melhor preço possível para liquidar a safra anual. Deveria o Brasil vender, apenas, o que êles não comprassem? Superprodução com cafés inferiores e preços superiores? Valorização em situação tal, seria obra de meros intuitos especulativos, sem sinceridade. A história da política cafeeira do Brasil não admitia mais a ilusão de que retenções, pseudo-financiamentos, intervenções nos mercados e taxas de defesa, conseguiriam assegurar a venda real das safras por preços elevados. Êstes só poderiam provir do equilíbrio e da melhoria da produção no Brasil, além da não incentivação da cultura em outros países, e, especialmente, nas colônias de poderosas metrópoles européias.

Precisava o Brasil convencer-se de que as velhas culturas deficitárias não eram dignas de amparo, e de que para as culturas em condições racionais, isto é, produtivas, os preços naquele momento vigentes eram remuneradores. Não podia o café aspirar à remuneração excepcional sob o padrão econômico brasileiro. O que, por vêzes, assim ocorrera, procedera de fatalidades climatéricas, da especulação momentânea, ou da ilusão econômica que longos anos de sofrimento ainda não haviam logrado corrigir.

Acompanhando a atuação do Dr. Cincinato Braga na Câmara Federal, provocaram, em 1935, os representantes do Partido Republicano Paulista no parlamento estadual de S.

Paulo, vivos debates de desaprovação da política do govêrno federal, por intermédio do Departamento Nacional do Café. Acalorados e extensos debates surgiram, tendo a defesa do govêrno sido feita pelo líder da maioria e membro do Partido Constitucionalista, Dr. Henrique Bayma. Prestou, então, o Instituto do Café de S. Paulo pormenorizadas informações ao legislativo estadual sôbre as suas operações, situação financeira e administrativa, etc. Contemporâneamente, enviou o governador de Minas Gerais, Dr. Benedito Valadares Ribeiro, ao Congresso estadual uma mensagem sôbre a questão cafeeira, expondo-lhe as medidas governamentais de defesa do café e aplaudindo a atuação do D. N. C.

CAPÍTULO XXXVII

O panorama econômico brasileiro, em fins de 1935. Mensagem do Presidente Getúlio Vargas, a 3 de maio de 1936. Diretrizes do Departamento Nacional do Café na presidência Souza Melo. Exposição do Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa.

Analisando a situação cafeeira e o panorama econômico brasileiro em fins de 1935, dizia Vítor Viana que continuava flagrante a importância extraordinária do café no setor da exportação nacional, agora como outrora.

Fôra êle, sem a menor possibilidade de discussão, o elemento preponderante e decisivo na expansão das exportações nacionais, e, por conseguinte, na situação da balança comercial e de pagamentos do país. Sem ela, a "planta-pioneira", a civilização brasileira ainda estaria, talvez, "arranhando" a borda do mar, consoante a velha e sempre repetida imagem do cronista quinhentista.

Infelizmente, no último exercício caira, e bastante, a contribuição do café, quer em mil réis, quer em libras-ouro. Fôra a depreciação do ouro muito mais acentuada do que a do mil réis papel. Em 1935, a exportação brasileira elevara-se a 33.012.000 libras-ouro, contribuindo o café com 52 por cento.

Contribuia o grande gênero, agora, com apenas pouco mais de metade da exportação brasileira, quando dela costumava participar com 70 por cento, em média, chegando até 76 por cento, em certos exercícios.

Da queda alarmante do valor da exportação cafeeira, devida não ao menor volume de vendas, mas à baixa do preço-ouro, decorria precária situação cambial.

Em todo o caso, melhorava, sensìvelmente, o preço em mil réis da saca. De vinte mil réis, em 1933, passara a 24.500, em 1935.

Voltando a analisar a situação do café, louvou o Sr. Leon Regray a lealdade de revisão dos estoques brasileiros feita pelo D. N. C., muito embora os resultados desta verificação fôssem grave argumento contra os otimistas, pois acusara um excesso de dois milhões de sacas sôbre os melhores cálculos.

Continuava o D.N.C. empenhado na terrível batalha em prol da obtenção do equilíbrio estatístico. Acreditava o abalizado cafèzista francês que, a 30 de junho de 1935, seria conseguido quase perfeito equilíbrio, correspondente ao esfôrço gigantesco feito pelo govêrno brasileiro para retirar do mercado o excedente resultante das colheitas, e os remanescentes das anteriores.

A melhora da posição financeira dos lavradores era positiva e considerável. Já os especuladores achavam possível o alteamento das cotações, à sombra do equilíbrio estatístico. De onde, porém, proviera? Do prodigioso esfôrço do govêrno brasileiro para a compra e destruição de enorme quantidade de sacas.

Era verdade que a alta provocada pela situação estatística provisória criada pelos sacrifícios do Brasil aproveitara, imediatamente, aos demais países produtores, ainda uma vez e sem nenhum ônus.

Continuava a superprodução brasileira de seis milhões de sacas anuais, recordava o Sr. Regray.

Daí, três inconvenientes sérios:

1.º — não se tocar nas fôrças produtivas;

2.º — o fato de que sôbre o Brasil cabia o sacrifício da defesa;

3.º — permitir-se que todos os concorrentes do Brasil se aproveitassem da estabilidade dos preços.

Claro que o descomunal esfôrço do govêrno brasileiro em favor dos seus lavradores de café não podia ser renovado indefinidamente. Era necessário, pois, que a política brasileira continuasse a orientar-se para a supressão de qualquer intervenção no mercado.

Longe se achava a situação cafeeira de encontrar tal solução.

A concorrência comercial efetiva, como a que prevalecera em 1933, permitiria ao Brasil, indubitàvelmente, reconquistar parte do mercado mundial. Verificar-se-ia, então, que a superprodução era universal, e não exclusivamente brasileira.

Entrementes, subsistiria no Brasil um superavit anual, e

na expectativa de um forçoso acôrdo mundial entre os produtores de café, deveria o Brasil resolver por si próprio o seu problema.

Entendia o Sr. Regray indispensável a persistência da diretriz nacional imposta pelo D.N.C. Seria, contudo, desejável que êste dispuzesse de mais independência em face dos produtores.

As bases para a futura política do café deveriam compreender, aventava o Sr. Regray, o prosseguimento da luta comercial inevitável, iniciada em 1933, e abrandada ultimamente.

Ao mesmo tempo, convinha continuar a eliminação dos excessos brasileiros à proporção que se verificassem, mas sob a condição precípua de não acarretarem novas despesas para o govêrno (quotas gratuitas, por exemplo), fazendo-se a amortização do descoberto do D.N.C. pela percepção da taxa atual.

Tornava-se provável que o Brasil, mantendo-se dentro dêste critério, após um período em que novamente teria de suportar sòzinho o sacrifício, recebesse, finalmente, o prêmio do seu esfôrço.

Mas, as colunas-mestras da defesa seriam a continuação da diretriz do D. N. C., ao qual convinha dar maior independência em relação aos produtores.

Contemporâneamente, outros cafèzistass abalizados, como Nortz, Laneuville, Danon, Delamare e Mason expenderam os seus pontos de vista, freqüentemente em desacôrdo. Segundo Nortz, diminuia o consumo e apesar da contínua destruição de grandes massas de café, estava-se, ainda, em face de um suprimento móvel de cêrca de 25 milhões de sacas.

No estrangeiro, alargavam-se as lavouras. Segundo Laneuville, ao findar a safra de 1934-1935 continuaria a situação muito séria.

O Sr. Curico Penteado assinalava quanto era falso o que se propalava acêrca da situação dos concorrentes do Brasil. Pelo contrário, perfeitamente informado como dizia estar, sabia que entre êles lavrêra sério desânimo. Se o Brasil adotasse nova política, veria êstes concorrentes a lhe implorarem a colaboração.

Continuava intensa a campanha em prol de obtenção de tipos altos e havia muita deficiência de trabalhadores rurais. Beneficiava o D.N.C. a exportação dos cafés finos.

Pela resolução 287, de 18 de julho de 1935, fixou o D.N.C. as percentagens da quota direta e da quota retida, a vigorarem durante a safra 1935/36.

Seriam:

Quota retida	50%
Quota direta	50%

devendo a liberação da primeira ser feita na ordem cronológica. Não estariam sujeitos a esta os despachos de cafés preferenciais. Continuariam a ser efetuados em uma só quota, com a declaração *preferencial*.

As entradas nos mercados obedeceriam ao seguinte critério: 60% do total em cafés da safra velha e 40% do total em cafés da safra nova, nesta incluindo-se a percentagem de cafés preferenciais.

Novas medidas governamentais foram tomadas em busca da intensificação da campanha contra a broca e novas providências se adotaram.

Na abertura solene do Congresso Nacional, em 1936, o Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, abordou, com especial atenção, os assuntos atinentes ao café. Demonstrou, à luz das estatísticas, não ser possível estabelecer idéma de comparação entre a posição do gênero em 1930, e seja anos mais tarde.

"A situação do café, declarou, conquistados os aspectos mais sérios da crise de 1929, começava a normalizar-se". Apresentava melhoria sensível, apesar da tendência inaparente dos preços, em moeda internacional, no sentido da baixa. Não se tratava, porém, conforme já se assinalara, de depressão que só atingiam o Brasil.

No comércio mundial, as quantidades permutadas haviam crescido de 3%, em 1934, sôbre 1933, mas o valor ouro baixara de 3,2%. Quanto ao café, do confronto das estatísticas internacionais, entre dezembro de 1933 e maio de 1935, resultara ligeiro aumento de 4,1% do preço, em libras esterlinas. Relativamente aos preços-ouro, o coeficiente das variações, no período de 1929 a 1934, positivava, pelo contrário, baixa de tal modo sensível, que poucos tinham sido os artigos de consumo internacional a sofrerem nas mesmas proporções.

A obra do restabelecimento do equilíbrio estatístico constituia acontecimento sem precedente nos anais da política de defesa comercial da produção brasileira. Desenvolvera-se dentro de dois imperativos fundamentais: a incineração dos excedentes, acumulados por orientação verdadeiramente desastrosa, e a restrição da produção, estimulada por motivos notòriamente artificiais, como conseqüência das intervenções praticadas com o fim de valorizá-la. A crise mundial de 1929 tão fundamente golpeara as cotações das mercadorias, principalmente as das matérias primas e gêneros alimentícios, que os preços internos do café vinham crescendo em progressão acelerada.

Em situação assim precária encontrava o Govêrno Provisório o principal produto da economia nacional e da exportação do país. Infelizmente, a tendência dos preços em ouro não se modificara na sua marcha decrescente. Daí, os totais menores com que o café continuava a figurar no cômputo do comércio externo, caindo o seu valor.

Mostravam-se favoráveis as cifras das entregas ao consumo. Entre julho de 1934 e fevereiro de 1935, haviam saído dos portos brasileiros 9.748.000 sacas, ao passo que no mesmo período da safra de 1935-36 tais entregas se tinham elevado a 11.396.000, o que correspondia a um excesso de 1.646.000.

Em 1935, comparado com 1934, o consumo mundial do café brasileiro cresceu de 586.000 sacas; e o dos outros países de 260.000 sacas. Confrontadas as quotas para o consumo mundial evidenciava-se que a participação do Brasil subira de 741.000 sacas, enquanto a quota dos outros países atingira, apenas, 84.000.

Os algarismos relativos à incineração demonstravam, sobejamente, o grande esfôrço necessário para anular os efeitos desastrosos da superprodução. Até 31 de dezembro de 1933, tinham sido incineradas 25.842.429 sacas. Em 1934, 8.265.791, reduzindo-se a queima, em 1935, a apenas, 1.693.297. Correspondia o total à soma de 35.801.332 sacas que, de outra maneira, estariam pesando desastrosamente sôbre a posição mercantil universal do produto, deprimindo-o a um ponto de consequências dificilmente previsíveis.

A política prudente de amparo à lavoura, prejudicada pelas intervenções até então praticadas, tornava possível uma situação de desafôgo. Esta se manifestaria através de índices

melhores se, de um modo geral, a queda dos preços não viesse concorrer para reduzir as vantagens do equilíbrio estatístico.

Continuava o govêrno agindo no sentido de consolidar a posição do café brasileiro nos centros consumidores internacionais, com o objetivo de melhoria dos tipos, de modo a satisfazer as exigências do consumo. O serviço estatístico da classificação, aplicada a todos os cafés entrados nos portos, permitia chegar a resultados seguros e definitivos quanto ao conhecimento da qualidade da produção.

Em princípios de 1936, o presidente do D.N.C., Dr. Antônio Luiz de Souza Melo, definiu as diretrizes de sua presidência.

Solenemente afirmou que o equilíbrio estatístico da produção seria mantido, com a compra dos superavit.

O D.N.C. iniciaria a divulgação dos resultados da classificação efetuada nos armazens reguladores, a fim de que os interessados pudessem resolver se lhes convinha, ou não, vendê-los ao D.N.C.

O ritmo da exportação, em 1935, apresentara-se promissor. Elevara-se de maneira bem sensível, o que autorizava presumir que a exportação se acentuaria para positiva melhoria.

Quanto a preços, a política do govêrno federal continuaria irredutìvelmente adversa a exageradas altas.

Recebia essa política, aliás, dos grandes centros cafeeiros do globo, palavras de louvor e incitamento.

Dizia o Sr. Delamare, abalizado cafeeiro, a propósito da queima do café:

"A aplicação firme e perseverante de uma herança economica permitira ao Brasil sair de uma situação que muitos julgavam desesperadora. A testa do D.N.C. haviam quizido homens obstinados, de mão de ferro, não se detendo em reincidências. Sem a aplicação estrita desta política de destruição, teria o Brasil sucumbido sob verdadeiro dilúvio de café.

Já em 1933-1934, era outra a situação estatística, depois dos anos angustiosos com que os lavoures novos haviam despejado verdadeiras avalanchas de café nicolocáveis.

A história do ano agrícola 1933/34 constituía um dos mais espantosos capítulos da epopeia que descreveria, talvez um dia, a luta dos homens contra uma crise singular — a da superabundância — e a vitória do gênero humano sôbre novo flagelo: a fertilidade ameaçadora e inimiga".

Afirmava o Sr. Delamare que se conjurara o grande perigo.

Seria quase o caso de se cantar vitória e proclamar que o Brasil ganhara a partida.

Mas, inúmeras vítimas cobriam o campo de batalha, inúmeras ruínas assinalavam desmoronamentos trágicos. Muito sacrifício e muita perseverança, em atmosfera de confiança no êxito, se exigiam ainda.

As cifras estatísticas permitiam encarar com otimismo o futuro do café.

Perante a Comissão de Constituição e Justiça, de Viação e Comércio do Senado Federal, proferiu o Dr. Artur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, em maio de 1936, uma oração explicando o que vinha sendo a obra e a finalidade do Departamento Nacional do Café.

Explicou, minudentemente, as diversas taxas e impostos que constituiam as fontes de renda do Departamento.

Convinha não se alterar o regime de embarque das safras, no período de julho a março. Um intervalo de 3 meses entre o termo dos embarques e começo do novo ano agrícola era considerado indispensável.

Continuando as explicações, expendeu o Dr. Souza Costa que não obstante tôdas as controvérsias, a economia ia sendo dirigida em todo o mundo, e o próprio govêrno brasileiro o fazia em relação ao café.

Bem ou mal dirigida, isto ia por conta dos governantes. O fato era que o país não podia abrir mão da organização que se estava sob o império da necessidade de se solucionar premente problema aflitivo até, como fôra, em 1930 e 1931, o criado pela situação do café.

Eleviam os enormes ônus da política alfandegária de diversas nações, e adversa ao café, provocado o retraimento do consumo.

Simbolizando, expôs o Ministro que a questão do equilíbrio econômico fôra o "pivot" da política cafeeira do Govêrno Provisório do atual, a saber, manter as ofertas do café brasileiro dentro das necessidades dos mercados no exterior. Para conseguir tal equilíbrio, em face dos grandes estoques armazenados, criavam-se as taxas e com o seu produto queimava-se o café. Mas a produção em excesso continuava. Conquanto obedecendo a ritmo menos acentuado que o anterior, e sem

o estímulo dos preços exagerados antigos, a produção tendia a cair e vinha pouco a pouco sendo menor.

Os preços exagerados constituiam a eternização do problema. Era preciso que fôssem justos, remuneradores, mas que se não valorizasse o gênero artificialmente fomentando a produção dos demais países e aniquilando, por completo, a situação do Brasil no conjunto mundial. Mas, também, nunca tão miseráveis, que levassem à ruína a lavoura cafeeira.

A situação no momento assim se apresentava.

A 30 de julho de 1935, seria a sobra de 5 milhões de sacas. A safra de 35/36 fôra de 20 milhões e 800 mil sacas. Exportaram-se 15 milhões e 600 mil sacas. Haviam sobrado, portanto, 5.200.000, que deviam ser adicionados aos 5 milhões anteriores, elevando o volume a 10 milhões e 200 mil sacas. Tirando os 4 milhões de sacas já previstas no Convênio, sobrariam, em 30 de junho de 1936, 6 milhões e 200 mil.

Manter-se-ia, assim, inalterável a diretriz do D.N.C., com pequenas modificações, não essenciais, sugeridas pelo seu Conselho Consultivo.

A 5 de novembro de 1936, assumiu o Dr. Luis Pinto Sobrinho, até então Secretário da Agricultura do Estado de S. Paulo, a presidência do Departamento Nacional do Café.

No seu discurso de posse [illegible] transformara. Ocupara a enorme propriedade, em vantagem [illegible] produção como qualidade, [illegible] na vitória da árdua campanha [illegible]

CAPÍTULO XXXVIII

A Conferência Americana dos Países Produtores de Café, em Bogotá, em outubro de 1936. Decisões tomadas. O projeto de criação de um Escritório Pan-Americano de Café. A situação cafeeira do Brasil, em fins de 1936. Opiniões de economistas e cafèzistas abalizados. Assume o Dr. Fernando Costa a presidência do Departamento Nacional do Café. Exposição do seu programa.

Em outubro de 1936, reuniu-se, em Bogotá, a Conferência Americana dos Países Produtores de Café, cujas resoluções se estenderam de 6 a 10 dêsse mês.

A ela compareceram os seguintes países, por suas respectivas delegações, Brasil, Costa Rica, Cuba, México, Salvador, Nicarágua, Venezuela, Guatemala e Colômbia. O representante do Brasil foi o Sr. Eurico Pentoado, do D.N.C., a quem se deferiu a presidência dos trabalhos. Em suas resoluções, considerou a Conferência de alta conveniência a criação de um Escritório Pan-Americano do Café.

Recomendou-se aos países produtores impedissem a exportação de cafés com mais de 20% de grãos pretos e não menos de matérias estranhas, etc. E, ainda, a dos cafés inferiores ao tipo 7 da Bolsa de Nova York. E, por meio de indicações e ensinamentos aos produtores, se procurasse evitar as fermentações prejudiciais ao sabor do café.

Recomendou-se, ainda, que só se cultivasse o *Coffea arabica* e designou-se o Rio de Janeiro para local da segunda conferência a ser realizada em setembro de 1937.

Resolveu-se que, em novembro de 1936, os presidentes ou delegados, devidamente autorizados, do Departamento Nacional do Café do Brasil e da Federação Nacional de Cafeicul-

tores da Colômbia, se reunissem em Washington, com plenos poderes para fixar as estipulações, devendo constituir o acôrdo sôbre a defesa dos preços do café.

Nêste interim, todos os países representados na conferência se comprometeriam a cooperar para o restabelecimento dos preços, que deveriam conservar o nível entre o Santos 4 e o "Manizales", da Colômbia.

Em princípios de 1937, escrevia Vítor Viana, a propósito do panorama universal econômico-financeiro do ano findo, que perdurava a aguda crise dos câmbios, afetando o livre movimento do comércio mundial.

Mas, recomeçara, apezar de tudo, o volume do comércio mundial a crescer sem solução de continuidade, desde fins de 1934!

No Brasil, a baixa do café provocara a ascensão algodoeira. Mas, fôra esta depressão lenta. Em 1929: 71,0; em 1930: 62,6. No triênio seguinte, entretanto, recuperara o café as suas anteriores posições, a saber, em 1931: 68,9; em 1932: 71,6; e, em 1933: 73,1. A grande queda ocorrera depois dêste milésimo com 61,1, em 1934; 52,6, em 1935; e 45,5, em 1936. A esta queda corresponderá a violenta subida do algodão que, ainda em 1933, apenas representava 1% da exportação total do país, para passar a 13,2, em 1934; 15,6, em 1935; e 19,1, em 1936!

A circular Dessmare de fevereiro de 1936 considerava encerrada a crise do grande produto brasileiro. Não suspeita, contudo, hosanas à vitória do Brasil. No campo de lutas jaziam os destroços dos tombados ou dos que tornam de ser sacrificados. De qualquer modo, pela primeira vez depois de 1926, clarificou-se, definitivamente, a situação cafeeira mundial, e, especialmente, a brasileira.

Em face da verdadeira avalanche de café lançada sôbre os mercados, sem colocação lavadoria nos mercados consumidores, se haviam levantado tôdas as diversas fases e providências da defesa cafeeira de 1929 a 1935.

Podia-se considerar perfeitamente equilibrado e restabelecido o mercado cafeeiro brasileiro, o único, aliás, de produção superior às necessidades ou procura da exportação.

Por sua vez, a circular Noel apontava causas de otimismo.

A Conferência de Bogotá se mais não conseguira, trouxera, pelo menos, grande melhora no moral do comércio, e assim, as perspectivas do futuro pareciam mais animadoras.

Ocorria notável falta de cafés baixos, o que explicava a firmeza do novo contrato Rio.

Na conferência haviam oito dos principais países produtores declarado adotar a política seguida pelo Brasil, denunciando de sua parte o desejo de estreitar cooperação com êste país.

A 4 de maio de 1937, tomou posse da presidência do D.N.C. o Dr. Fernando Costa, antigo secretário da Agricultura de S. Paulo, recebendo o cargo das mãos do diretor e presidente interino, Sr. Jayme Fernandes Guedes, que durante curto prazo dirigira o enorme mecanismo cafeeiro, com inteligente dedicação. Expondo o seu programa, lembrou o Dr. Fernando Costa quanto o Brasil secularmente se alheiara do problema da qualidade, em benefício do da quantidade. Mas, a reação viera e a mais benéfica. Operara-se, também, a melhoria da bebida.

Cincoenta por cento das exportações constituiam-se de cafés moles.

A produção diminuiria, e muito, com o desaparecimento de milhões e milhões de árvores de produção baixa. Aludiu, ainda, aos boatos pessimistas que os baixistas propalavam em uma campanha de nervos. A diretriz antiga do Departamento — eliminação dos excedentes — era a única aconselhável para se obter o equilíbrio estatístico do produto, e a safra de 1937/38, tal como ficara assentado no último Convênio Cafeeiro, compreendia 3 quotas: uma de 30%, a ser entregue pelos lavradores ao D.N.C. mediante indenização de expediente de 9$000 por saca; outra, de 40%, a ser adquirida pelo Departamento aos lavradores, pelo preço fixo de 65$000 por saca e uma terceira, finalmente de 30%, reservada à operação que forneceria, mediante a taxa de 45$000 por saca exportada, os recursos necessários à formação das duas primeiras. Todo o café das duas primeiras quotas seria queimado.

Eis, em síntese, o plano adotado no Convênio dos Estados cafeeiros para sustentar, mais uma vez, o preço do café, pelo mesmo processo anterior de eliminação dos excedentes, plano de emergência destinado a, de imediato, resolver as dificuldades contemporâneas. Mas não deixaria de ter efeitos para, no futuro, um firme e decididamente um plano de encerramento.

Previam-se, para 30 de junho de 1938, a existência de 39.549.000 sacas de café brasileiro, sendo que a safra de 1937-

1938 seria grande (25.931.000). A exportação tomaria dezoito milhões. Dos restantes 21.549.000 seriam subtraidos 18.151.700 das duas quotas D.N.C. Assim, a existência provável a 30 de junho de 1938 seria de 3.397.000.

A queima de 18 milhões de sacas, a que era necessário proceder até 30 de junho de 1938, custaria, em números redondos, 714.000:000$000. Se se adicionasse essa soma à já gasta com a anterior de 44 milhões de sacas, atingir-se-ia um dispêndio geral da ordem de 3 milhões de contos de réis.

Não havia como fugir a êste imperativo violento, sob pena de se desencadear verdadeira catástrofe na economia cafeeira nacional.

A eliminação das lavouras velhas não remuneradoras era coisa recomendável, quer porque a produção não compensava o custeio, quer pela escassez dos trabalhadores rurais.

A 18 de julho de 1937, e em Vitória, reiterou o Dr. Fernando Costa os seus pontos de vista.

As diretrizes do Departamento, a que imperava a valiosa assistência do Presidente da República, eram em síntese:

a) retirar os excessos prejudiciais à lei da oferta e da procura;

b) evitar novos excessos;

c) procurar, na medida das possibilidades econômicas, a retirada das taxas e ônus que gravavam o produto;

d) organizar propaganda eficiente para a ampliação e conquista de novos mercados;

e) cuidar da organização do crédito agrícola para proporcionar resistência ao agricultor perante a produção e a venda de seu produto;

f) melhorar a produção, pelo fato de não haver superprodução;

g) e, finalmente, promover a liberdade relativa do comércio, exportação da lavoura.

Tudo isto, porém, não podia ser realizado abruptamente e de uma só vez, e sim por etapas, de modo que as medidas postas em prática colimando tais objetivos não provocassem perturbação violenta no mercado, em prejuízo dos interêsses dos lavradores.

Na mensagem apresentada pelo Presidente da República, em maio de 1937, ao Congresso Nacional, foi examinada, com clareza e minudência, a situação geral do país. Assinalou-se, por meio de farta documentação, a boa marcha dos negócios

públicos e o desenvolvimento acentuado de tôdas as fontes nacionais de riqueza. Na parte referente aos problemas econômicos, mereceram do chefe da Nação especial relêvo todos os acontecimentos ligados ao café, positivando-se, em fatos e algarismos, quão promissora era a atualidade do principal produto exportável do Brasil.

Haviam melhorado os preços, e o tipo 4 Santos subira, de 1935 para 1936, de 16.300 a 17.950.

A melhoria qualitativa da produção vinha, desde muito, constituindo uma das mais constantes preocupações do govêrno.

Em 1936, haviam sido liberadas para os grandes centros exportadores de Santos e Rio, conjuntamente, 11.834.856 sacas, contra 13.928.080 sacas, em 1935. Não obstante a superioridade do volume, a percentagem dos cafés selecionados dos tipos 2 e 4, inclusive, fôra maior, em 1936, do que no ano anterior.

Os cafés dos tipos 2 a 4 montaram a 7.381.200 sacas ou 62% do total, contra os 56% de 1935.

Resultados ainda mais animadores haviam sido obtidos no que se referia à classificação por bebida. Em 1935, dos cafés de rubrica estritamente mole, o saldo, isto é, os cafés moles de descrição completa, liberados em Santos e no Rio, tinham correspondido a um total de 1.824.021 sacas. Em 1936, para um total liberado mais reduzido do que em 1935, os cafés se elevaram a 2.419.969 sacas.

Continuava a campanha intensa em favor da melhoria dos tipos. Quarenta e seis usinas de benefício e rebenefício funcionavam em zonas escolhidas. Mas, ainda restavam as terríveis consequências da crise de superprodução. E, com efeito, continuava a eliminação dos excessos da safra pela queima.

Até primeiro de maio de 1937, haviam sido destruídas 24.929.451. E a safra intensa de 1936-1937 levara os sacrifícios desse ano a um total de 17.196.428 sacas eliminadas!

Havendo o Presidente da República pedido ao Dr. Fernando Costa esclarecimentos pormenorizados sôbre a situação da lavoura cafeeira, apresentou-lhe o novo titular um relatório sintético com os informes solicitados.

De início, lembrou quanto, de longa data, vinham os cafeicultores brasileiros lutando com inúmeras dificuldades para a colocação de seu produto, cujo consumo, infelizmente, não crescera na razão direta da produção.

Tendo encontrado ambiente relativamente fácil e propício, a cultura da rubiácea no Brasil sobrepujara as demais, constituindo a principal preocupação dos maiores lavradores, fato de todos mais que sabido. Tornara-se ela o fator mais importante da entrada de ouro no país.

No quadriênio de 1933-1936, o café baixara em percentagem no cômputo da exportação geral brasileira, de 73,03 a 61,13, depois a 52,63, e, finalmente, a 45,52.

A lavoura cafeeira, pela sua importância na vida econômica e financeira do país, não podia prescindir do amparo governamental, quando em fase de dificuldades.

Intimamente ligada à situação econômica da República, as crises que a assoberbavam refletiam-se na vida nacional, despertando o interêsse e a preocupação da coletividade, pelos malefícios provocados.

Com o elevado objetivo de acautelar as altas conveniências nacionais, de há muito haviam os governos dos Estados e da União tomado a si o encargo de protegê-la.

No momento em que escrevia, [illegible] bastante grave para os cafeicultores.

Felizmente, a policultura, tendo entrado em fase de franca prosperidade, já vinha prestando grandes serviços, concorrendo com 55% para a balança comercial brasileira.

Para um consumo mundial de 25.215.000 sacas de café, em 1936, o Brasil contribuira com 15.036.000 sacas.

Haviam os outros países produtores, devido à situação criada no Brasil pelas valorizações, aumentado a exportação, enquanto em 1936-37 se verificara diminuição bem elevada, de quase dois milhões de sacas das entregas [illegible] ao consumo universal.

Era o cafêzal do mundo, em 1936, de 4.934.000 árvores. Dêste total, 2.370.000 pertenciam ao Brasil. Com êste número conseguira uma produção de 22.333.000 sacas, enquanto os outros países apenas concorriam com 12.259.000.

Tornavam-se evidentes as grandes desvantagens do Brasil que, com um número de árvores, por assim dizer, equivalente ao do restante do universo, apresentava produção quase dupla.

Havia imperiosa necessidade em se reduzir tal excesso por meio da queima, a fim de que a lavoura conseguisse alcançar preço baixo, mas relativamente compensador.

Tornar-se-ia necessário arredar um meio, qualquer que fôsse, para evitar o excesso de produção, conseguir que o Brasil

só produzisse o necessário para atender às exigências do mercado, com, quando muito, pequeno excesso destinado à conquista e ampliação de novos mercados. Nunca, porém, tamanho que onerasse os agricultores, por meio de levantamentos de empréstimos aplicáveis à queima do fruto de seu trabalho.

Era ilusório e paradoxal tomar dinheiro para tal fim.

Falava-se muito em arrancamento dos cafèzais deficitários, problema complexo e oneroso.

O arrancamento, sem indenização, constituia medida um tanto violenta, desgostando os agricultores.

O estabelecimento da quota de produção para cada Estado, cada município, cada agricultor, constituia, ao ver do Dr. Fernando Costa, a melhor medida a ser adotada, apesar das dificuldades que para sua completa execução viessem a verificar-se.

Produziria o lavrador tendo em vista atender as solicitações do mercado consumidor, não podendo embarcar, para a exportação, quantidade superior à sua quota. Seria esta estabelecida de acôrdo com a média da produção de cada fazenda nos três últimos anos, com um tanto por cento a menos, à que se daria o nome de "quota de produção para exportação".

Com esta medida, não mais seria preciso incinerar os excessos, expendia o Presidente do D.N.C.

Deixando de produzir em demasia, poderia o lavrador explorar outras culturas, tôdas compensadoras, não só para ele como para a economia nacional.

Encerrando a brilhante exposição, dizia o Dr. Fernando Costa:

"Com o desaparecimento dos excessos e dos ônus, que impossibilitam o café do Brasil de concorrer vantajosamente com o estrangeiro, poderemos estabelecer a liberdade de comércio, entregando o produto à sua sorte e dando novas modalidades ao D.N.C.

A economia dirigida burocrática nas ocasiões de emergência, deverá desaparecer, quando os mercados se encontrarem em normalidade".

Encaminhou o Dr. Fernando Costa ao Ministro da Fazenda um ante-projeto de lei, visando instituir quota racional de produção cafeeira.

Decretaria o Parlamento a instituição, para as safras cafeeiras a partir de 1.º de julho de 1938, de quota racional de produção e repartição entre os Estados, nos Estados entre os

municípios e nos municípios entres os cafeicultores, obedientes a regulamento a ser expedido, quota que deveria corresponder às necessidades do consumo interno e externo do produto, acrescida da quantidade julgada necessária à propaganda, conquista de novos mercados e ampliação do consumo nos já existentes. Tudo se estabeleceria de acôrdo com a estimativa prèviamente fixada pelo Departamento Nacional do Café, ou autoridade encarregada do contrôle da produção, transporte e comércio do produto.

Para o efeito da instituição da quota em questão, proceder-se-ia ao levantamento rigoroso quanto possível, do censo cafeeiro do país, determinando-se o número de propriedades agrícolas, a área de cada qual, denominação e sede, o número de cafeeiros em produção com indicação aproximada da idade das lavouras, média de produção por milheiro de árvores em cada Estado ou zona, nomes dos respectivos proprietários, e quaisquer outras especificações úteis.

CAPÍTULO XXXIX

A Conferência Pan-Americana do Café, em agôsto de 1937. Desacôrdo entre o Brasil e seus concorrentes. Mudança radical da política cafeeira nacional com a instituição do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. O decreto-lei de 13 de novembro de 1937. Explicações do Ministro da Fazenda. Impressões causadas nos mercados mundiais pela nova atitude brasileira. Assume o Sr. Jayme Fernandes Guedes a presidência do Departamento Nacional do Café.

Na Conferência Pan-Americana do Café, reunida a 17 de agôsto de 1937, em Havana, as sessões decorreram em ambiente de perfeita cordialidade.

Compareceu o Departamento Nacional do Café por delegação do govêrno brasileiro.

A política de defesa do produto em seu país foi sintetizada, em seus pontos capitais, pelo chefe da delegação, Sr. Eurico Penteado. Expôs as queixas do Brasil em relação à grave falta de cumprimento de cláusulas da Conferência de Bogotá, lamentou, no entanto, sob a alegação de que estas inviolavelmente cumpridas.

Continuava o Brasil sempre animado de sincero e leal propósito de cooperação harmônica com as demais cafeicultoras da América.

Das resoluções votadas na capital colombiana poucas se tinham cumprido. Do acôrdo solenemente firmado em Nova York nada restava, embora o Brasil não houvesse faltado a um só de seus compromissos!

Entretanto, pedira-se-lhe e oferecera-se-lhe cooperação! Prometera o que se lhe pedira. Aceitara o que lhe fôra ofe-

recido. Dera o que fôra pedido, mas não recebera o que lhe oferecera.

Sôbre cafés baixos, nenhuma medida restritiva fôra tomada por nenhum país, continuando a sua exportação para a Europa e até para os próprios Estados Unidos!

Ainda assim, o Brasil continuava a proibir severamente a exportação dos cafés inferiores ao tipo 8!

Em relação à propaganda, nada se realizava.

Quanto à defesa dos preços, era o Brasil que continuava a fazê-lo, inteiramente desacompanhado.

Porque não se cumprira o acôrdo brasileiro-colombiano sôbre os Santos-Manizales, juntamente pela parte a que fôra cometida uma parcela mínima de obrigações?

Seria impertinência tentar, no momento, tal análise.

Não obstante o formal oferecimento de cooperação, continuava o Brasil a ser o único país a proibir novas plantações de café, a impedir a exportação de cafés baixos, e a destruir parte das suas colheitas para impedir o aviltamento dos preços mundiais!

Esta política de sacrifícios causou entre observadores superficiais, a falsa impressão de que o problema da superprodução de café era exclusivamente brasileiro, quando no Brasil fôra ditada por motivos poderosos.

Enquanto mantinham os preços do café muito elevados, haviam seus sacrifícios chegado a limites extremos, reduzindo, apenas, em dois anos a destruição já ultrapassada de 50 milhões de sacos e o sacrifício de 70% da sua última colheita!

Na exportação brasileira, porém, o café que representava 61% em 1931, caiu a 53% em 1935, e a 45% em 1936.

Felizmente, coincidiam as duas coisas: o esgotamento das possibilidades de sacrifício e a desmoralização da continuação dêstes.

Assim, devia a segunda Conferência Panamericana do Café chegar a um acôrdo básico, sôbre quatro pontos fundamentais: proibição de novas plantações pelo prazo mínimo de 5 anos; proibição efetiva da exportação de cafés inferiores ao tipo 8; financiamento, por todos os países participantes da Conferência, de uma campanha de propaganda do café nos Estados Unidos, e, possìvelmente, em outros mercados; e cooperação para a defesa dos preços, em níveis que não se

sacrificassem interêsses legítimos do produtor, do distribuidor e do consumidor.

Esta conferência encerrou-se a 19 de agôsto, após onze dias de trabalhos, deixando vários e importantes problemas ainda por solver.

Não se resolvera o caso da proibição das novas plantações, nem os das quotas de exportação, verificando-se um impasse entre o Brasil e a Colômbia.

Idêntico desacôrdo quanto à proposição sôbre a paridade de preços, em que a Colômbia se vira isolada em seus pontos de vista.

O presidente da conferência, Dr. Lopes Castro, propuzera que as providências definitivas relativas a quotas de exportação e paridade de preços se transferissem ao Bureau Pan-Americano do Café de Nova York, que as deveria discutir novamente, procurando realizar o acôrdo definitivo.

Foi tal proposta imediatamente aprovada por todos os países. O delegado brasileiro lembrou, porém, que ao Bureau Pan-Americano de Café dever-se-ia conceder o prazo máximo de 60 dias para fixar as paridades, aditivo aprovado.

A opinião desde logo manifestada pelos observadores foi que, caso não se adotasse o acôrdo da paridade, poderia o Brasil tornar em realidade as suas ameaças de agir por si próprio, cessando a política de auto-sacrifício. Valer-se-ia da situação privilegiada quanto à capacidade, custo de produção e variedade em qualidades.

Vendo improdutível a atitude do seu principal concorrente, não tardou o Brasil a pôr em prática as medidas que anunciara.

"Alterando, radicalmente, a política do café, dizia um editorial do D.N.C., em novembro de 1937, iniciou o govêrno brasileiro, sob os melhores auspícios, uma fase de atividade francamente recuperadora, enquadrando em moldes menos onerosos e mais promissores a defesa e a posição do produto nos mercados internacionais de consumo".

Adotara o nosso govêrno outras diretrizes, já que a experiência demonstrara contraproducente e inútil insistir em uma política de sacrifícios, desaconselhável ante o egoismo dos demais cafeicultores.

O problema da superprodução, cujos ônus e gravames muitos anos vinham oprimindo a lavoura e contendo a expansão do café nos mercados, carecia de providências dia-

metralmente opostas, uma vez que a queda das exportações, a intervenção oficial no mercado, a valorização artificial do produto e o confisco cambial, constituiam armas que o país oferecia aos seus competidores para que o deixassem à margem nos centros de consumo.

E o dilema surgira: reagir ou sossobrar.

Optara o govêrno pela primeira alternativa. Em uma hora excepcional de calamidade econômica impureza à lavoura duríssima provação, mas agora vinha libertar-lhe os movimentos, atendendo ao imperativo de emergência que instituira medidas drásticas aceleradoras da restauração das energias combalidas. O país inteiro aplaudira a reação encetada, e tal apôio constituira índice sobremodo expressivo do acêrto, oportunidade e inteligência da política recém-estabelecida.

Pleiteando novas diretrizes para a política cafeeira, endereçou o Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa, ao Presidente da República, uma exposição de motivos incisiva e lacônica, a 8 de novembro de 1937, em que observava quanto a modificação do regime era imposta pela impossibilidade de se obter a cooperação dos demais países produtores à política até então seguida.

Assim, os ônus dos compromissos que a Nação ia assumir seriam bem menores do que os da manutenção do dito regime em que, à falta daquela cooperação, haviam de encargos recaído, exclusivamente, sôbre o Brasil, além das graves consequências que poderiam advir, por certo, do amortecimento da lavoura de café nacional.

Três dias mais tarde dava-se o advento da nova situação política nacional, a do Estado Novo, criado pela Constituição de 10 de novembro de 1937, sendo chamado a ocupar a pasta da Agricultura o presidente do Departamento Nacional do Café, Dr. Fernando Costa.

Chamou o Presidente da República à chefia do Departamento o Dr. Jayme Fernandes Guedes, que, como sabemos, já a exercera interina e brilhantemente como substituto do Dr. Luiz Piza Sobrinho.

Ao Presidente da República fez o Dr. Souza Costa uma exposição de motivos, encarecendo as determinantes superiores que obrigaram a mudança da orientação da política cafeeira e motivadora do decreto-lei de 13 de novembro de 1937.

Concretizando, em lei as sugestões contidas no anteprojeto elaborado pelo titular da Fazenda, o Presidente da

República assinou um decreto modificando, fundamentalmente, a política de defesa do café. Suprimiu-se a intervenção do govêrno nos mercados e reduziu-se a taxa de exportação. Liberou-se o câmbio e cancelaram-se as dívidas do D.N.C., dispondo-se sôbre a liquidação do empréstimo de 20.000.000 de libras, dando-se, ainda, outras providências de menor alcance.

Dispunha o importante documento o cancelamento das responsabilidades do Departamento Nacional do Café, decorrentes do aceite das letras de câmbio, de saque e endôsso do Tesouro Nacional, no valor de 300 mil contos de réis.

Tomaria o Tesouro a seu cargo, da circulação da Carteira de Redesconto, até 500 mil contos de réis, exonerando-se, também, do pagamento de igual quantia a esta Carteira, o Banco do Brasil. Aplicaria êste tal importância na amortização dos créditos contra o Departamento.

Conta especial abriria o Banco, limitada a 300 mil contos de réis e com a co-obrigação solidária do Tesouro, a débito do qual seriam levados o saldo remanescente dos créditos do referido Banco contra o Departamento, e os pagamentos que o Banco fôsse autorizado a fazer a Estados, bancos e particulares, de ordem do Departamento, para satisfação de débitos líquidos e certos.

Caberia a satisfação dos encargos do Departamento à taxa de 15 shillings.

Seria cobrada a taxa fixa, em moeda nacional de 12% e arrecadada pelo Banco do Brasil.

Como fonte subsidiária contar-se-ia com a oportuna apuração de elementos do ativo do Departamento, mediante entendimento dêste com o Banco do Brasil.

Uma contribuição mínima de quatro mil réis, distraída da taxa de 15 shillings, se aplicaria à satisfação dos encargos, aliás não acrescíveis nem renováveis, existentes dos saldos dos créditos do Banco do Brasil e os pagamentos ordenados ao Banco pelo Departamento.

Liquidados tais encargos, extinguir-se-ia, automàticamente, tal quota de quatro mil réis.

Seriam os trezentos mil contos da conta especial divididos em duas prestações iguais e semestrais.

A amortização do principal e juros de cada prestação aplicar-se-ia, precìpuamente, à quota da taxa de 4 shillings, em líquida renda que, de qualquer outra procedência, obti-

vesse o Departamento, em entendimento com o Banco do Brasil. O excedente semestral, acaso verificado, se aplicaria à liquidação das demais prestações, a partir das mais remotas, de modo a antecipar-se à extinção do débito e da taxa.

Restringir-se-ia a 300 mil contos de réis o limite de 600 mil contos de réis para o redesconto de títulos do Departamento, utilizável, apenas, no redesconto dos títulos correspondentes às prestações em questão. Êste limite reduzir-se-ia, automàticamente, de 25 mil contos de réis, a cada fim de semestre, de modo a desaparecer no prazo máximo de seis anos.

Caso ocorresse alguma das liquidações antecipadas, ficaria o Banco obrigado a comunicá-la à Carteira de Redescontos para efeito de redução no limite do prazo.

Ficava o Ministro da Fazenda autorizado a promover os entendimentos precisos para regularizar a situação de responsabilidade e forma de liquidação do saldo do empréstimo externo paulista de £ 20.000.000.

Subsistiria o Convênio dos Estados cafeeiros em tudo quanto não colidisse, explícita ou implicitamente, com a lei agora promulgada.

À imprensa, deu o Ministro Souza Costa suprêm esclarecimentos sôbre a nova diretriz da política cafeeira. É o fez de modo mais minudente.

Na Conferência de Havana, haviam as queixas brasileiras sido expostas com a maior clareza, sem que se houvesse conseguido modificar a situação injusta da produção brasileira.

Era crença geral entre os concorrentes que, amarrado a esta política havia mais de trinta anos, não teria o Brasil a coragem necessária para deixá-la. Os cronistas estrangeiros chegavam a afirmar que os argumentos brasileiros não passavam de vãs ameaças e que as dificuldades da política interna não permitiriam ao Brasil atitude diferente da que vinha seguindo, presumido pelas circunstâncias.

Provava o Dr. Getúlio Vargas, definitivamente, e de modo bem claro, quanto se haviam enganado os que contavam com a hesitação e indecisão dos governantes do Brasil.

Verificada, na Conferência de Havana, a impossibilidade de cooperação, só restava ao Brasil reduzir os preços. Até quanto? Até onde, sem estimular a concorrência estrangeira, fôsse possível obter o máximo de rendimento do trabalho nacional. O que era necessário e absolutamente indispensável, vinha a ser assegurar-se ao Brasil boa posição nos mercados do

mundo e à sua lavoura, econômicamente organizada, a situação de prosperidade a que tinha direito.

A comentar a mudança de rumos, expressivamente escreveu Teophilo de Andrade: "Contemporâneamente, a continuação da velha política era nada mais, nada menos, do que o suicídio certo".

Diria o futuro, e em não largo prazo, qual era o justo valor da grande arma de que dispunha o Brasil para a luta pela conquista dos mercados internacionais, arma tanto mais preciosa, quanto poderia ser usada não sòmente contra os produtores de cafés baixos, como, também, contra os de cafés finos, reduzindo ainda mais o custo da produção brasileira.

No custo da produção achava-se o elemento máximo e de maior eficiência na guerra comercial iniciada em novembro de 1937.

'Os negócios cafeeiros, dizia a circular Delamare de maio de 1927, haviam sido e continuavam pouco ativos".

Os estoques volumosos, a disparidade entre os preços na Europa cotados para os cafés disponíveis e os exigidos pelos mercados de origem, as condições gerais, em suma, não eram favoráveis a surto de transações.

Não se podia deixar de perguntar, com certa anciedade, quando retomariam os negócios o seu curso normal.

A circular Nortz, do mesmo mês, lembrava a pletora de ouro existente nos mercados financeiros. Era a situação geral angustiosa, devido à paralização dos negócios.

A posição cafeeira apresentara-se cada vez pior.

A queda das exportações brasileiras tomava proporções alarmantes. Estatìsticamente falando, teria o Brasil, na safra de 1937 a 1938, uma produção de cêrca de 26 milhões de sacas. A produção de "milds" não apresentava probabilidade de redução; e, portanto, enquanto o consumo dificilmente acusaria algum aumento, devido às altas tarifas européias e à situação geral do mundo, a produçao mundial, em 1938, orçaria provàvelmente, entre 36 e 38 milhões de sacas e o consumo por cêrca de 25 milhões!

Perspectivas pouco fagueiras, pois.

A situação do café, segundo a circular Nortz, a 4 de março de 1937, era alvo de verdadeiros remoques, por vêzes muito pesados.

Basta aquela publicação na tecla de que vivia o Brasil a

estimular as vantagens dos concorrentes. E o fazia em têrmos por vêzes indelicados.

No momento, estava o Brasil destruindo a média de uma safra em cada três. Tentáva-se fazer com que as fazendas velhas, em sua maior parte pertencentes a pessoas influentes, não fôssem à falência, impedindo que os pioneiros das zonas remotas e novas desfrutassem todo o produto de seus esforços.

"Ao mesmo tempo, iam os produtores não brasileiros rezando todos os dias pela felicidade do D.N.C., a desejar-lhe longa existência", continuava o reparador, em frases de acre ironia.

O aumento de consumo que se esperava viesse em auxílio do Brasil, não parecia provável. A julgar-se pelas cifras das entregas, parecia, quando muito, estacionário. Ao mesmo tempo, os concorrentes dos brasileiros aumentariam a produção com notável regularidade, e, nesta marcha, parecia que 1938 não seria o último ano em que o Brasil se veria na contingência de defender os preços com o adjutório de onerosas quotas de sacrifício.

Seriam os preços sustentados, e os fazendeiros graças ao amparo do Dasp número dois do Brasil — o algodão poderiam resistir por mais algum tempo. Em todo o caso, iam sendo adiados os vencimentos mais penosos.

A circular Delamare de 1937 [illegible] mercados cafeeiros.

Não estava longe o dia em que o Brasil se daria por muito feliz em poder exportar a metade dos cafés consumidos no mundo, quando 15 anos antes sua exportação abrangia as três quartas partes do total.

O Brasil, esmagado sob o peso do excesso de sua produção, depois de ter enviado cêrca de 50 milhões de sacas de café, não se encontrava em condições de suprir a sua clientela com as qualidades que ela, no momento, preferia.

O Brasil não queria mais vender seus cafés inferiores?

Não fôra esta a dúvida: ir-se-ia compelido a [illegible]. Agora, cercava a saída dos cafés verdes que os importadores não conseguiam obter, e, amanhã, assim se iria com os amarelos. Que singular modo de animar os compradores!

À infeliz decisão do Brasil de não permitir a exportação de cafés baixos, mas de boa bebida, podia ser atribuida a perda de importantes mercados.

Tal medida afetaria, especialmente, o porto de Santos.

Dêstes cafés que, por exemplo, dispunham de amplo mercado em França, resultava, para o Brasil, crescente perda, a qual, em quatro anos, culminara em cêrca de 600.000 sacas, substituidas por cafés de outras procedências.

"As informações recebidas indicavam que o Brasil estava inteiramente convicto da gravidade da situação, fazendo esforços inauditos para remediá-la", afirmava a circular Nortz de julho de 1937.

Mas, os últimos acontecimentos indicavam que, sobretudo, se preparava, lentamente, para sacudir, de vez, tôdas as medidas restritivas que entravam o café.

A última cifra relativa à incineração indicava que os velhos excessos, dentro em breve, estariam varridos, mantida que fôsse, nessa marcha, a destruição.

Vários jornais financeiros e econômicos do maior prestígio, como *The Financial News*, *The Statist*, afirmaram, em princípios do segundo semestre de 1937, que a crise cafeeira do Brasil atingira o auge.

Impressionante, o alargamento de cafés não brasileiros. A menos que não se resolvesse a mudar de tática, ver-se-ia o Brasil forçado a perder a tão decantada hegemonia de produtor de café.

A circular Delamare de outubro de 1937 relatava que, no Havre, os resultados da Conferência de Havana não eram aguardados com ansiedade, o que evitara o desapontamento. Causara estranheza houvesse partido do Brasil a iniciativa da proibição de exportação dos cafés baixos, atendendo-se à sua grande produção dêstes tipos.

As estatísticas registravam cifras de mês em mês mais inquietantes. Sua única orientação deveria ser a de vender café, a maior quantidade possível, procurando oferecer à clientela tudo quanto esta desejasse.

Existia, pelo mundo afora, superabundância de conferências, infelizmente estéreis, na grande maioria. Entretanto, uma melhoria para a triste condição do café só poderia decorrer da união, leal e inteligente, de todos os países produtores.

Dizia a circular Delamare de novembro de 1937 que sua redação previra o abandono, pelo Brasil, da antiga política, ameaçando: "A ameaça é categórica, clara e oficial. O Brasil cansou-se de carregar sòzinho êste garoto desassossegado e incômodo que é o café...".

A ameaça não tardara em se transformar em realidade. Com súbito estrondo abalador dos mercados, deixara o Brasil cair o café, reduzindo de cêrca de 75 por cento a taxa de exportação. Fechara o famoso guarda-chuva sob o qual, havia longos anos, se abrigavam todos os demais países produtores do mundo.

Era ainda prematuro qualquer comentário sôbre as decisões adotadas pela grande república da América Meridional. O mais acertado seria, simplesmente, enumerá-las:

— redução da taxa de exportação de 45$ para 12$ por saca;

— liberdade cambial;

— e abandono de tôda e qualquer intervenção nos mercados.

Continuava vigente a quota de sacrifício de 30% e o de equilíbrio de 40%. Nada se sabia ainda, porém, a respeito da destruição dos excessos, nem do contrôle das safras.

Forçoso era reconhecer, porém, que a maior parte destas decisões correspondia às aspirações, repetidas vêzes expressas nos meios cafeeiros, quanto a se ver o café livre das peias que impediam o livre jôgo da oferta e da procura.

Se as cambiais, para a exportação, fôssem, de fato, compradas em mercado livre, se as intervenções não ou menos felizes, mas sempre artificiais, cessassem por completo (pois não se vira o Brasil, ao mesmo tempo que procedia à destruição de milhões de sacas, comprar no mercado de New York?), só haveria motivo geral de regozijo.

Modificando a política cafeeira, dava o Brasil prova de energia e decisão. O resto, que os mercados aguardassem confiantes e serenos...

Em face de situação tão profundamente modificada, e que ainda não se encontrava completamente estabilizada, tornava-se difícil tirar conclusões e fazer prognósticos próximos e ajustados.

Não era possível encarar o futuro senão com otimismo. O raio desferido pelo Brasil lampeja a atmosfera, afugentando para longe as pesadas nuvens que toldavam o firmamento. Era presumível que, se a guerra de preços que o Brasil ia conduzir fôsse dirigida criteriosamente, dando em breve assistiria o mundo cafeeiro a uma era de grandes atividades comerciais e ao renascimento da confiança.

A circular Nortz de 6 de novembro de 1937 objetiva

que a mudança da política do Brasil representava formidável lição — quase um "uppercut" — aos teóricos, aos pretensos monopolizadores da inteligência e aos demagogos que durante tantos anos haviam tentado fazer crer que os impasses estatísticos causados por ciclos econômicos normais poderiam ser, definitivamente, eliminados mediante o recurso de operações de crédito e gastos enormes.

A destruição de café durante os quatro últimos anos atingira a 6.763.000 sacas, contra 3.705.000 vendidas para os países consumidores. A terrível realidade de tais cifras dispensava quaisquer comentários. Só isto justificaria a decisão do presidente Vargas de extirpar tudo quanto se referia à valorização e modificar a situação, tentando levar o Brasil a reconquistar, parte pelo menos, dos mercados que perdera.

O suprimento mundial, a 1.º de novembro de 1937, era de 53.287.000 sacas e como o consumo de 9 meses fôsse, provàvelmente, de 16.943.000, o estoque a 1.º de julho de 1938 seria de 36.344.000!

Assim, um total de mais ou menos 53 milhões de sacas [illegible] depreciado em cêrca de 180 milhões de dólares!

A primeira pergunta racional a ocorrer vinha a ser: que [illegible] feito de todo êsse café? No enorme cômputo incluiam-se cêrca de 9 milhões de sacas de "milds", ainda a entrarem durante a safra, e cêrca de 8 ½ milhões garantindo, mais ou menos ilusoriamente, o empréstimo dos banqueiros.

Até então fácil fôra aos produtores de "milds" cruzar os braços e deixar que o Brasil lutasse só contra as dificuldades. O que estava para acontecer não saberia êle, Nortz, augurar. Quando o Brasil fechara o 'guarda-chuva protetor", a primeira impressão dos países concorrentes fôra que tal manobra não passava de estratagema dos compradores estrangeiros, visando adquirir café barato, mas dentro em pouco viria a realidade convencê-los de que o café brasileiro, barato como estava, tornara-se, novamente, sério concorrente.

O suprimento existente, cêrca de 40 milhões de sacas encontravam-se no Brasil. Não se sabia, ainda, como a nova diretriz da política iria movimentar êsse enorme monte. Nem se novas restrições se imporiam ao meneio do produto e quais poderiam a ser as quotas de entrada nos portos. Tampouco, que seria feito da quota de sacrifício da política de incineração nem a forma pela qual se controlariam as vendas.

Causou a melhor impressão saber-se que o Presidente

nomeara o Sr. Fernando Costa, antigo presidente do D.N.C. e fazendeiro de café em S. Paulo, além de homem que gozava de geral confiança, Ministro da Agricultura. Era, sem dúvida alguma, das figuras de maior destaque e competência do novo regime. Fôra o Sr. Jaime Fernandes Guedes nomeado presidente do D.N.C., cargo que já exercera por pequeno prazo.

Quanto à situação do consumo e produção, dizia a circular que, devido à situação econômica da maioria dos países consumidores, pouco provável se aventava que os seus pedidos excedessem de 24 ou 25 milhões de sacas. Ao menos, por enquanto. Eram os Estados Unidos, pràticamente, a única nação onde o café entrava livre de direitos. Alguns países, como a Itália, a França e a Bélgica, estimulando a produção cafeeira nas próprias colônias, tendiam cada vez mais a emancipar-se da importação estrangeira. O preço na base vigente, de fato, nada tinha a ver com a quantidade consumida. Seria o consumo igual, quer fôsse o preço 15, quer 5 centavos. Poderia a propaganda estimular o consumo e aumentá-lo, quando muito, de um milhão ou pouco mais.

A maior dificuldade, em tôda esta situação em que havia cafeeiros em excesso no Brasil, como, aliás, em todo o mundo, devido ao estímulo que a política brasileira de defesa proporcionara à cultura.

Como conclusão, indagava a Circular Nortz:

Seria, acaso, desesperadora a posição econômica dos preços e dos divisos produtores de café? Não! não parecia, assim, aos analistas da situação.

Notavam que do mundo econômico estava sendo varrida a influência perniciosa do protecionismo extremado. E tinha como certo o declínio da produção, ditada por tão longa série de anos de provações.

Havia, também, a possibilidade de que ainda os países produtores se decidiriam a chegar, de alguma forma, a um acôrdo.

Terminava a circular por palavras de otimismo.

Viajando no Brasil, em fins de 1937, dizia o Sr. Nortz ter encontrado desânimo quanto à possibilidade de nova alta cafeeira, reinando no país certa mentalidade pessimista.

Tivera, porém, a melhor impressão do trabalho e das condições gerais do Brasil. Criavam-se novas indústrias, novas lavouras, cuidavam-se dos recursos minerais do país e de culturas novas. Obras públicas enormes se faziam, ciclópicas al-

gumas. Davam o Rio de Janeiro e S. Paulo a impressão de espantoso progresso. No Rio Grande do Sul, notavam-se muitos melhoramentos urbanos e em matéria de viação. Era, em suma, o progresso por tôda a parte evidente.

Melhoria positiva do padrão de vida e de muitos serviços públicos.

A "piada" cética do estrangeiro ao afirmar que o Brasil seria, eternamente, o país do futuro, poderia ser muito engraçada, mas não correspondia à verdade dos fatos.

As últimas notícias de eminentes modificações na política cafeeira haviam alvoraçado de entusiasmo tôdas as praças. Mas, havia, ainda, dificuldades a enfrentar e vencer.

CAPÍTULO XL

Impressões in loco de um grande cafèzista sôbre a situação cafeeira do Brasil. Écos da opinião mundial sôbre a mudança dominante da política cafeeira nacional. Análise do panorama econômico-financeiro de 1930 a 1937.

No D.N.C. encontrou o Sr. Nortz ambiente de grande otimismo. Tinha o Departamento o perfeito contrôle da situação, afirmaram-lhe.

Mas, entre os produtores percebera irritação contra o Departamento, como, também, certa grita se levantara contra a grande autarquia, por parte do comércio exportador.

Muito bem prevenido ao Sr. Nortz da decadência dos cafèzais do Brasil. De tal modo, que se sentira muito cético. Grandes viagens empreendidas nas zonas cafeeiras certificaram-no de que existia muita verdade em tais afirmativas. Por tôda parte, decadência das médias por mil pés, aspectos penosos de lavouras mal tratadas e com culturas intercaladas, cortes de cafèzais, e plantio intenso do algodão.

Assim mesmo, tal a imensidade da massa do cafèzal paulista, que a safra de 1937-1938 parecia boa. A destruição do café, pelo D.N.C., parecia em declínio. Com a redução de cotas de exportação, tinha-se a impressão de que seria quase totalmente suspensa.

Esboçou o Sr. Nortz sombrio quadro da situação dos fazendeiros. Achou as praças do interior paralisadas.

Os banqueiros, mais ou menos liberais no auxílio dispensado às iniciativas industriais, recusavam-se aos poucos, terminantemente, a emprestar mais dinheiro sôbre café.

Cêrca de 10 milhões de sacos existiam, sôbre as quais os bancos tinham adiantado e esperavam a vez de entrar nos portos. A probabilidade era de que os banqueiros liquidassem

tal posição o mais ràpidamente, e, uma vez recebido o dinheiro, fôsse o mercado abandonado ao seu destino.

Por outras palavras, estava o govêrno lutando desesperadamente para dar tempo ao tempo. Sabendo que um colapso bancário traria, inevitàvelmente, o caos à vida econômica do país, especialmente à sua indústria nascente, ia tenteando para manter os preços em mil réis, a despeito dos efeitos que tal política pudesse ter sôbre o câmbio.

Os fazendeiros enxergavam, claramente, o perigo, e por isto se preparavam para a emergência. Aos cafèzais improdutivos eliminavam por atacado, concentrando todo os esforços nos ainda em condições de produzir. Voltavam-se todos para a cultura intensiva, ao invés da extensiva de antanho. Algumas das grande fazendas com milhões de árvores só dispunham, agora, de metade dos cafèzais.

Reinava na lavoura bastante ceticismo quanto à vantagem da abertura de zonas novas.

"Iam as grandes fazendas desaparecendo, subdivididas em pequenas propriedades e isto devia estar sempre presente à mente dos que quizessem fazer prognósticos de natureza política. Como nos outros países, a éra dos grandes senhores feudais, dominando grandes zonas, e com voz ativa na política, estava se aproximando do fim", vaticinava o Dr. Nortz.

Não eram, porém, os problemas decorrentes da erosão do solo ou da falta de dinheiro, os únicos a polarizar os movimentos dos fazendeiros. O que de tudo sinto da absoluta falta de braço adequado; não havia mais imigração.

À Circular Delamare de dezembro de 1937 imprimia o pessimismo sombrio tom.

Começavam a correr boatos de que se anunciava um encontro de representantes do Brasil e da Colômbia.

Assim se atingira um fim de ano que se tornaria célebre na história do café. Digno de lástima a cotação em forma baixa, a olharem anciosos para um futuro sobrecarregado de ameaças.

Mas, já um passo decisivo se dera na senda da liberdade do comércio. Oxalá o próximo futuro favorecesse a união dos países produtores e a estabilidade dos negócios!

A circular Nortz de 8 de dezembro de 1937 dizia da situação do café, que continuava a apresentar a aparência de zona assolada por furacão, juncada de destroços, onde o povo visse, cautelosamente, examinar e avaliar os danos, a fim de iniciar

a reconstrução. O govêrno brasileiro e os homens de negócios estavam interessados em determinar o que poderia ser aproveitado na reconstrução, qual o entulho a ser removido e quais as primeiras providências a tomar.

A redução das safras brasileiras era o único fator capaz de trazer o equilíbrio aos mercados mundiais. Mas, êste decorreria lento e gradual.

Quanto ao futuro, existia, ainda, leve esperança de que os produtores acabassem fazendo acôrdo.

Em fins de 1937, uma Circular Delamare, em artigo que chamou geral atenção e epigrafado *Tocará, acaso, ao fim a crise cafeeira?*, fazia notar que de novo soprava pelo mundo uma aragem de prosperidade. Imperava o otimismo, e tôdas as matérias primas, ou produtos agrícolas, arrastados pelo turbilhão, alcançavam elevados níveis enchendo de satisfação os altistas.

Não havia pessimismo em relação à possibilidade de uma pauperização mundial.

O café acompanhava, embora a passos curtos, esta marcha ascendente... (também vinha de tão baixo, o pobre!). Era lícito prenunciar o fim de sua crise.

As curvas de produção e consumo já não registravam flutuações tão violentas.

Analisando a situação brasileira, dizia a Circular que o abandono, no Brasil, dos cafezais velhos, o surto da cultura algodoeira e o lucro minguado dos fazendeiros durante a longa crise, haviam arrefecido o entusiasmo, senão a verdadeira mania, de plantar café.

Não havia, porém, ainda, motivos para integral otimismo.

Ao se promulgar a Constituição de 10 de novembro de 1937, realizou o *Jornal do Comércio* uma análise da "política econômica e financeira do govêrno Getúlio Vargas", abrangendo o período de 1930 a 1937, estudo que angariou larga repercussão pública.

"A política financeira adotada pelo govêrno do Presidente Vargas observava o analista, fundamentara-se em duas ordens de providências, guardando absoluta relação de interdependência: racionalizar os processos de organização orçamentária e basear no desenvolvimento da economia nacional a definitiva consolidação da prosperidade das finanças públicas".

Antes do chamado ao govêrno da República, asseverara

o Presidente que nenhuma política financeira pode vingar sem a coexistência paralela de outra, de desenvolvimento econômico.

O problema econômico poderia resumir-se em produzir muito e barato. Dentro desta visão de conjunto, viera o seu govêrno agindo.

O método de preparar os orçamentos melhorara consideràvelmente, e a restrição das despesas constituía o princípio dominante da política financeira.

Os processos de arrecadação haviam-se aperfeiçoado sem cessar. Considerava o govêrno que o êxito da tributação dependia das condições de melhoria crescente da economia nacional.

Havia oito anos, apontara o Presidente a necessidade de se proceder à revisão das tarifas aduaneiras, como necessidade imperativa do momento.

A política financeira fizera-se acompanhar, paralelamente, por outra de expansão econômica baseada no propósito de aumento da produção, acompanhada de respectiva defesa técnica e do amparo assegurado pelo crédito.

Demonstravam as estatísticas agrícolas os resultados gerais obtidos. Afastavam os boletins de exportação que o volume exportado aumentara bastante. O número dos principais artigos expedidos crescera de maneira digna de nota, proporcionando melhores bases e maiores possibilidades à economia exportável do Brasil. A exportação nacional deseava de ter o caráter perigoso da monocultura.

Já mês houvera em que o valor da exportação de café fôra superado pelo algodão. As percentagens dos diversos artigos, no total da produção e da exportação, obedeciam a uma distribuição que indicava estar sendo o país conduzido, com segurança, a uma situação de verdadeiro equilíbrio econômico.

A produção expandia-se sem indústrias artificiais. A idéia central dominadora da política econômica do govêrno consistia em proteger o produtor, sem sacrifício do consumidor, e sem assegurar vantagens excessivas a certas classes em detrimento de outras.

Na execução dessa política, procurava o govêrno da União preparar o país no sentido de realizar produção de volume crescente e qualidade capaz de se impor às preferências do consumo interno e externo. Ao mesmo tempo, visava fins de

ordem social, tendentes ao desagravamento do custo de produção, objetivos só alcançáveis quando o lavrador dispuzesse de meios materiais e assistência técnica em condições convenientes. Evitara, ao mesmo passo, que a lavoura produzisse apenas para assegurar, aos intermediários do crédito, lucros expressos em juros e comissões.

O que o govêrno conseguira fazer, para libertar o Brasil da monocultura, estava produzindo os bons resultados expressos no considerável aumento da tonelagem exportada, proporcionando, assim, ao país meios para adquirir, em maior proporção, as máquinas e utensílios requeridos pelo progresso das atividades ligadas à exploração do solo. Essa não era, porém, uma solução básica, de caráter permanente, a qual só poderia ser encontrada na adoção de medidas capazes de solucionar o problema siderúrgico. A êsse problema reportára-se, havia anos, o Presidente Getúlio Vargas, ao assinalar que o surto industrial do Brasil só se tornaria lógico quando o país estivesse habilitado a fabricar a maior parte das máquinas a êle indispensáveis.

O exame das realidades do Brasil levava a admitir-se que tal situação econômica se apresentava como uma das melhores do mundo sem que houvesse siquer o país percorrido a primeira etapa do aproveitamento das suas possibilidades, ainda em potencial. Nada lhe faltava de essencial para preparar e consolidar uma grande civilização econômica.

Já era a maior potência industrial do sul do continente, dispondo de grande parte das matérias básicas para o progresso mundial.

O comércio exterior desenvolvia-se beneficiado por um surto progressivo, constante em quantidade e valor. As trocas interiores simultâneamente se desenvolviam, de modo a oferecer amparo e resistência contra os efeitos das crises econômicas internacionais.

Passando a analisar a situação comercial cafeeira em fins de 1937, dizia o articulista que a política brasileira do café sempre se baseara na crença de que o Brasil pràticamente possuía o monopólio do produto, de modo a lhe ser possível manter o contrôle dos mercados a seu arbítrio. Podia regular-lhe os preços como quizesse.

Não tinha o consumo onde abastecer-se, caso desejasse substituir a produção brasileira encarecida. Via-se manietado,

e sujeitava-se aos seus caprichos, imperando sem restrições nem contrastes.

Esta crença errônea e ilusória levara os principais Estados cafeeiros a alicerçar, nos impostos de exportação sôbre o café, o sistema tributário.

Depois de historiar o caso das valorizações, lembrava o articulista que, já em princípio do século, *Mercator* e Vicente de Carvalho haviam advogado a queima do café superproduzido.

E, quando uma crise se declarara, retivera-se café, queimara-se café, sempre sob a mesma alegação formulada por Vicente de Carvalho: não havia tempo para outra coisa; fôsse restabelecido primeiro o equilíbrio estatístico, depois, pensar-se-ia no resto...

A procura dêste equilíbrio pela retenção e a queima era, porém, a perseguição. O monopólio brasileiro desaparecera e por isto, à proporção que o Brasil recuava nas vendas, outros produtores iam surgindo para ocupar os [illegible] abertos. M[illegible]era-se o consumo, [illegible] lenta ascenção, e os fornecimentos [illegible] de ano para ano. Enquanto isto, [illegible], estimulados pelos erros que com[illegible] e em que, [illegible]mente, reincidia a política brasileira.

Criara-se o círculo vicioso [illegible], provocando o aumento das plantações [illegible].

Decrescia pouco a pouco a [illegible] de c[illegible], excl[illegible] be[illegible] Brasil [illegible] vésperas de não exportar [illegible]

N[illegible] ignor[illegible] situação [illegible], todavia, a co[illegible] para o [illegible] cio[illegible]. [illegible]-se [illegible] de ru[illegible] que os [illegible] o Brasil [illegible].

Afinal, chegara o dia em que [illegible] impôsto a decisão. A exportação brasileira caíra a [illegible] um milhão de sacas m[illegible] começar [illegible] de 193[illegible], [illegible]nunciando gravíssima conjuntura, isto é, [illegible] com [illegible]tação por volta de 10 milhões de sacas. [illegible] a tendência [illegible] para maiores r[illegible]uos, ver[illegible]-se que [illegible] da catástrofe anunciada por todos quanto ousavam [illegible] de frente a realidade dos [illegible].

Viera o golpe, afinal, em novembro de 1937. Sus[illegible]

dera-se o confisco cambial e reduzira-se a taxa D.N.C. de 45$000 a 12$000.

Fôra o bastante para que as exportações, a partir de dezembro, tivessem aumento acima de qualquer expectativa!

Bastava lembrar que, de maio a novembro de 1937, atingira ela um total de 6.511.888 sacas, e, de dezembro de 1937 a maio de 1938, a cifra de 10.402.062 ou 3.890.174 a mais!

Era preciso, contudo, notar que uma vitória completa não podia ser instantânea. Antes de mais nada, convinha firmar a confiança exterior na política cafeeira nacional, que tão instável vinha sendo.

O ano de 1938-1939 deveria ser o último da superprodução do café brasileiro, previa o ensaista. Chegar-se-ia a junho de 39 sem sobras, e não era absolutamente provável que outros excessos se acumulassem, já porque a produção ultrapassara o auge e estava em manifesta decadência, já porque vigoravam diretrizes capazes de levar à constante progressão as exportações do país.

Convinha, ainda, lembrar quanto se caminhara no Brasil no sentido de se obterem cafés finos, quanto melhorara a produção nacional.

Podia o Brasil confiar na lavoura que, apesar de tudo, fornecia mais da metade de sua exportação. E, fôsse qual fôsse, seria sempre, e por muitos anos, o fulcro da economia nacional.

O cafezal do universo era, então, avaliado em quase cinco bilhões de árvores, exatamente 4.987.536.000, das quais 3.292.798.000 na América do Sul; 353.941.000 na América Central; 135.606.000 na América do Norte; e nas Antilhas 118.235.000.

Ao Brasil cabiam 2.802.600 cafeeiros ou 60,6 do total do globo. Grosso modo assim se repartiam:

S. Paulo	1.400.000.000
Minas Gerais	745.300.000
Rio de Janeiro	279.300.000
Espírito Santo	237.500.000
Bahia	71.200.000
Pernambuco	66.100.000
Paraná	33.700.000

Comentando um discurso do Sr. Eurico Penteado esclarecedor da nova política brasileira, surgiu um editorial do *Tea and Coffee Trade Journal* de Nova York. "O Brasil não continuará a segurar o guarda-chuva em benefício dos demais países produtores de café. Foi, por demais, paciente. Quaisquer que sejam as boas razões que tenham determinado a inabilidade dos chefes do Bureau Pan-Americano do Cafe em elaborar um plano de cooperação prática, que pudesse reconhecer a longa e penosa vigília do Brasil sôbre os mercados cafeeiros, é evidente que se chegou a um impasse. O nosso próprio pensamento é de que a idéia cooperativa nunca foi aventada, como devia ter sido, a diversos dos países cafeeiros".

O comércio e a indústria do café mereciam felicitações pelo rumo que os acontecimentos haviam tomado no Brasil. Não sòmente o Presidente Vargas oferecera ao país novo regime, como prometera a volta de mercados livres para o café. Nestes últimos trinta anos, nunca se haviam apresentado tão boas as perspectivas para a lei da oferta e procura funcionar com normalidade.

CAPÍTULO XLI

Um retrospecto das causas e efeitos da superprodução cafeeira no Brasil. A crise de 1883. As grandes crises de 1902 e 1929. As intervenções governamentais. Conceitos de Roberto Simonsen. A situação cafeeira em princípios de 1940.

Estudando, em janeiro de 1940, os primórdios e as causas da catastrófica crise de superprodução cafeeira na safra de 1929, apontou Roberto Simonsen quanto a contribuição brasileira na safra mundial se avantajara, progressivamente, de 20 por cento da safra mundial, em 1850, e de 57, em 1895.

Houvera períodos depressivos assaz fortes, como o de 1881 a 1883.

De 1889 em diante, como a procura fôsse excelente, em face da produção, dera-se uma fase de grande euforia determinadora do alargamento do cafèzal brasileiro, sobretudo paulista. Ao enorme *rush* cafeeiro haviam incitado as facilidades da solução do "Encilhamento", a feracidade incrível das terras do oeste e a extensão da rêde ferroviária nas terras ubertosas, onde o cafeeiro como que encontrara o seu habitat. Outro elemento favorável, acrescente-se, era o afluxo de imigrantes, sobretudo italianos. Daí, a primeira crise de real e grave superprodução, e que se encetara premente em 1897.

Passara S. Paulo a produzir 2/3 das safras nacionais.

A política deflacionista de Murtinho, ocasionando a crise dos bancos, em 1900, levara à falência dezenas de organizações financeiras do país, maiores e menores. Cerceara a expansão do crédito, agravando a situação crítica em que se encontrava a lavoura cafeeira.

Daí os apelos desesperados dos cafeicultores em prol de uma intervenção governamental em favor da melhoria das cotações, apelos cada vez mais intensos.

Não se devera ao subconsumo o início da crise. Em 1896, era o consumo mundial de 11 milhões de sacas, e, em 1914, de 22. Dobrara em menos de 20 anos, auxiliando a absorção das primeiras grandes safras paulistas.

Declinando um pouco ao acabar a Grande Guerra e no período a ela imediato, readquirira, porém, o nível de 22.000.000, em 1925.

No decênio subseqüente iria crescer lentamente, à razão anual média de 400.000 sacas. Fôra, em 1936, de ..... 26.233.000, e, em 1937, de 25.588.000. Para isto, entrara em cena novo fator a estorvá-lo.

É que, após 1914, além das crises diminuidoras do poder aquisitivo das várias nações compradoras, estas, também, continuamente haviam aumentado os direitos cobrados sôbre a entrada de café e os impostos sôbre o seu consumo. Em alguns países, tais direitos chegaram a representar mais de 10 vêzes o valor da mercadoria!

Ràpidamente historiou Roberto Simonsen o que decorrera do Convênio de Taubaté, referindo-se aos tropeços opostos à execução do plano de fevereiro de 1906, à invasão de São Paulo como comprador dos estoques, e o momento angustioso da exaustão de seus recursos, em 1908, quando o govêrno federal viera em seu socorro ante as perspectivas de pequena safra de 1908-1909. Daí, a realização do grande empréstimo de 15 milhões esterlinos a ser liquidado em dez anos.

Até 1914, porém, estava o empréstimo prèticamente liquidado e os preços do produto mantidos a cotações convenientes.

Havia, nesta época, cêrca de 3 milhões de sacas em estoque na Bélgica e na Alemanha, absorvidos durante a guerra.

O balanço financeiro da valorização, computado no seu crédito a taxa de 5 francos, obtida para os serviços de juros do empréstimo, apresentava saldos positivos. Era inconcebível que a operação evitasse grande e imprevisível baixa nas cotações, o que iria desorganizar não só as finanças do Estado como as do próprio país.

Não se pode negar, tampouco, que os mercados consumidores haviam pago, pela melhoria dos preços de venda, parte do custo da operação.

A experiência demonstrava, no entanto, que o armazenamento de grandes estoques de café no exterior, além de arriscado, constitue fator deprimente para os mercados, tempo-

sob a ameaça de concorrência inesperada, pela entrada em cena nas Bolsas das enormes massas reprezadas.

A baixa dos preços, muito mais do que a proibição do plantio, fizera com que a exportação paulista do quatriênio de 1908-1912 declinasse.

A notável melhoria de preços ocorrida nas alturas de 1912, trouxera nova fase de alento à cafeicultura paulista, cujas condições passavam de satisfatórias a francamente boas.

Tão pujantes se mostravam as lavouras, que se anunciava para 1917 grande safra, embora as incertezas da conflagração mundial tornassem grandes as dificuldades de exportação. Nova ameaça de superprodução, nova grita de lavradores, nova intromissão do govêrno de S. Paulo nos mercados, premido pela opinião pública, e, aliás, estimulado pelos resultados das operações da primeira intervenção.

Conseguira aquêle Estado do govêrno federal um empréstimo de 100 mil contos de réis, adquirindo cêrca de três milhões de sacas, subindo, assim, as cotações.

Em junho de 1918, viera a formidável geada de S. João destruir enorme área de cafèzais e valorizar, em extremo, os estoques em poder do govêrno paulista.

Logo após o armistício subira o preço.

Assim, as autoridades de S. Paulo liquidaram a operação com grandes lucros, dividindo-os com o govêrno federal.

Além disto, êste êxito se devera a fator absolutamente imprevisto, causador do maior enfraquecimento à produtividade do cafèzal paulista.

Outra circunstância contemporânea é lembrada por Simonsen. Se as nações vencidas haviam perdido grande parte de sua capacidade aquisitiva, por outro as desobediências à lei do mínimo não haviam sido muito avultadas.

As estatísticas dos cafèzais paulistas demonstravam o aumento, relativamente pequeno, havido entre 1902 e 1918. De fato, havia em 1902, 685.000.000 de pés, e, em 1918, 775.490.968.

Mas já em 1918 contavam-se 828.355.425 ou mais 43.385.000.

Em 1920, ante a perspectiva de considerável safra, cairam os preços. E o pior era que o câmbio acompanhava a queda dos preços ouro.

Surgiu no Congresso Nacional um projeto de criação de um instituto permanente de defesa do café.

Proclamara o Presidente Epitácio Pessoa nacional o problema do café, determinando novo plano de intervenção nos mercados, plano a ser levado a cabo pelo govêrno federal.

Começara, então, a operar a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

As condições eram, realmente, muito satisfatórias como demonstram as cifras:

Safras	*Produção mundial*	*Consumo mundial*
1920-1921	20.283	19.717
1921-1922	19.788	19.102
1922-1923	18.970	28.499
Totais	59.041	67.318

Assim, entre 1921 e 1924, ocorrera uma como que modalidade de operação valorizadora, tal a de 1906, e um ensaio de política de defesa permanente do café.

Pequeno, ainda, o superavit. À produção global de 1926-1927, com as suas 22.919.000 sacas, vinha contrapor-se o consumo, também global, de 21 298.000, já o superavit passara a 2.426.000 do novo estoque que se formava, ameaçando alterar-se perigosamente.

Despontava na consciência de todos, porém, o temor de um perigo iminente. Sabia-se que centenas de milhões de árvores plantadas em terras ubérrimas e frescas, as que o café exige, estavam "in cheque".

E, assim, surgiu a enorme safra brasileira de 1927-1928, com as suas 27.122.000 sacas, o que, com a contribuição do resto do mundo, deu 35.125.000, cifra enorme em face da procura.

A campanha de consumo com as suas 23.546.000 sacas, apenas, deixara saldo financiado de 12.598.000. A 1º de julho de 1928, esboçara-se o reaparecimento do terrível espectro da primeira grande crise, a de princípios do século. Havia mais de 15 milhões de sacas a depositar.

Mas, esperava-se sempre a compensação decorrente das safras minguadas subseqüentes. E, assim se deu em 1928-1929.

Antes que as floradas anunciassem que a safra de 1929-1930 seria enorme, a maior jamais havida no Brasil, ocorreu o terrível colapso dos mercados mundiais da época.

Em 1924, o govêrno federal passara, oficialmente, ao de

S. Paulo a direção da defesa do próduto, criando-se, então, o Instituto de Café do Estado de S. Paulo.

Em 1926, contraira o Instituto, apoiado pelo govêrno do Estado, um empréstimo de 10 milhões de libras para constituir o fundo permanente de defesa, sendo a seguir criado o Banco do Estado de S. Paulo, com o intúito principal de financiar conhecimentos do café retido nos armazens reguladores. Devia, ainda, proporcionar créditos hipotecários aos agricultores.

"Desenvolvida a política de construção dos armazens reguladores, e criado o Banco, formara-se no Estado uma opinião otimista sôbre a estabilidade da cultura cafeeira", recorda Roberto Simonsen, com tôda a propriedade. Reinava a maior euforia coletiva, mau grado as advertências de algumas vozes prudentes, tidas como de impenitentes pessimistas.

De 1924 a 1929, haviam-se as cotações conservado elevadas, existindo facilidade e abundância de financiamento aos lavradores. A crise mundial de 1929 ocasionara, porém, a suspensão do afluxo de capitais inglêses e americanos para o Brasil, acentuando-se mesmo chamadas de dinheiro daqui, dadas as altas cotações a que tinha atingido o "call money", em Nova York.

O govêrno federal empenhado na política de estabilização, impressionara-se com a falta de cambiais e o declínio dos embarques em Santos, atribuindo-o às cotações altas, quando, realmente, não eram já senão o reflexo da crise mundial.

Esgotando-se os recursos para o financiamento e a defesa do mercado, fôra o Instituto obrigado a cessar sua ação intervencionista, provocando a queda violenta das cotações, em outubro de 1929.

A cotação oficial de Santos caira de 33$500 por 10 quilos, no começo de outubro, para menos de 20$000, em dezembro.

Neste entrementes, desenhava-se a agravação da crise superprodutora.

A 1.º de julho de 1930, o já imenso paralelepípedo do estoque assumia proporções absolutamente colossais. Mais de 25 milhões de sacas havia em depósito, das quais cêrca de 21 nos reguladores!

A única esperança residia na transitoriedade da crise monetária mundial e na possibilidade de alguma tentativa de aceleração, obtida por meio de deflação lenta das cotações.

Os otimistas, os que entendiam não poder deixar-se o produto abandonado à sua sorte, o que provocaria o craque, não

só paulista como nacional, ainda procuravam lutar contra a maré arrazadora da desventura, que ameaçava tomar proporções de verdadeiro cisma econômico e social.

Passada a primeira conturbação dos espíritos, aliás [illegible] atingindo tôda as classes, tentava o govêrno paulista, coerentemente, enfrentar a gravíssima situação.

O estoque, em 1.º de julho de 1930, nos reguladores, montava a cêrca de 21 milhões de sacas. A cotação média, em Nova York, baixara notàvelmente.

A revolução de outubro de 1930, agravando a situação cambial do Brasil, refletira-se nos preços do café.

Mas os cafèzais novos, dia a dia, adquiriam maior vigor. Daí, uma série de safras copiosas, resultantes das grandes plantações. Agravando-se a situação, o govêrno federal resolveu chamar, novamente, a si a sua defesa, pela organização, em 1931, do Conselho Nacional do Café.

Deliberara, por iniciativa do Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, adquirir os estoques dos armazens reguladores, consentindo, no entanto, [illegible] de 20 milhões de libras, o número de sacas a [illegible]

Era a superprodução, porém muito mais volumosa do que se imaginara. E o Conselho, além de [illegible] no continuação de largamente recorrer ao Banco do Brasil e a outros estabelecimentos de crédito, para adquirir os excedentes, [illegible] política de obtenção do equilíbrio estatístico da produção.

Desde 1931, haviam sido criados impostos públicos sôbre novas lavouras. Em 1932, decretou-se a proibição de novos plantios, determinação [illegible] vigorar até fins de 1939.

Em 1933, o govêrno federal criou o Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, [illegible] a seu cargo, e ampliadas, as atribuições do antigo Conselho então extinto.

Esgotados os recursos de sobrevivência, viu-se o D. N. C. obrigado a valer-se de quotas de sacrifício, [illegible] em espécie, dos produtores, e da retenção dos estoques no interior, para evitar o afogamento dos portos exportadores, sob vossa deira torrente cafeeira, despenhada dos planaltos brasileiros para o Atlântico.

Vigorava, então, uma política que [illegible] exclusivamente

acima de artificiosa, por visar o equilíbrio estatístico de um produto em superprodução.

Concorrera para o agravamento da situação de grande parte da lavoura, principalmente daquela que trabalhava com pequena rendabilidade.

Convinha lembrar, ainda, que o Brasil seria desacompanhado dos demais cafeicultores em sua ingente tarefa.

Daí, e procurando aliviar a situação, abolira o govêrno federal, em outubro de 1937, a maior parte das taxas de exportação. Sem recursos para aquisição de novos excessos de safras, vira-se o Departamento forçado a recorrer a novas quotas de sacrifício.

Dando, em 1939, balanço à política do octênio transato, expendeu Roberto Simonsen:

"O enorme esforço dispendido pelo Brasil para fazer face à crise de superprodução, ainda não poude ser bem avaliado. A quantia de cêrca de 65 milhões de sacas, representando 4 anos de exportação do produto, é, por certo, um dos maiores empreendimentos já efetuados em economia dirigida".

Enquanto o Brasil assim agia, a praticar ingentes sacrifícios, os outros países produtores, aproveitando-se da situação, procuravam colocar tôda a sua produção, aumentando-a até de maneira substancial.

Com a abolição da maior parte das taxas gravadoras da exportação, iniciara o govêrno brasileiro, em fins de 1937, a política dos preços baixos e da liberdade de exportação, visando combater a concorrência e reconquistar a antiga posição dos cafés nos mercados externos.

Papel eminente representaram nas crises cafeeiras os fenômenos meteorológicos ocorridos em 1939, prejudicando, notàvelmente, as safras da América Central e as do Brasil. Diante a depressão dos preços desanimado muitos lavradores levados a prosseguir os cafèzais de pouca produtividade. Concorreu a crise do café, combatida deficientemente, a fazer estragos consideráveis. Concorrera ela também, como a insuficiência da mão de obra, para que o trato dos cafèzais fôsse muito prejudicado. Tôdas estas circunstâncias, aliando-se aos resultados da eliminação efetiva de volumosas sobras e à nova política do D. N. C. C. haviam permitido relativo desafogo. Daí, resultara aumento da exportação, melhoria dos preços em milréis e diminuição dos estoques.

A rápida liquidação da primeira e segunda valorizações,

a alta dos preços na década de 1920 e a política ferroviária de S. Paulo, tais haviam sido os grandes fatores do agravamento da sua superprodução, nos últimos 15 anos.

Tivera o Brasil, a partir de 1889, quatro períodos de preços altos em ouro.

O maior, entre 1886 e 1895, atuara como um dos fatores preponderantes da superprodução, e o segundo ocorrera entre 1910 e 1914, como fruto do primeiro plano valorizador. Tivera resultados atenuados, porém, pela Grande Guerra. O terceiro decorrera da grande geada de 1918 e da intervenção nos mercados realizada pelo govêrno federal. Ao quarto, finalmente, ocorrido pouco depois do plano valorizador de 1922, estivera como principal fundamento, a política de defesa permanente do Instituto de Café do Estado de S. Paulo, em perfeita harmonia, aliás, com o govêrno federal.

Fôra esta quarta fase responsável pela extraordinária expansão das lavouras em zonas novas.

Quais os fatores psicológicos principais, provocadores de tal situação?

Escreve Simonsen:

"À mentalidade gerada entre os agricultores de que pelas sucessivas intervenções oficiais acabariam saindo das dificuldades, estimulava a ausência de uma política governamental que os esclarecesse sôbre os perigos econômicos decorrentes da manutenção do estado de superprodução cafeeira. Assim, não obstante a dura experiência do começo do século, o café se alastrara por tôdas as zonas do oeste paulista". Invadira a tudo mata de extensa região, onde, ainda em princípios do século XX, vagueiram kaingangs e cainos apossando-se de quanto solo havia propício à vida da rubiácea.

Segundo as mais recentes estatísticas, estavam as zonas da Noroeste, da alta Paulista e da Sorocabana, e as de Araçaí, de S. Anastácio, do Peixe, do Tietê e do Porcompanema produzindo 60% do café paulista.

Graças às estradas de ferro e de rodagem, às construções civis das primeiras zonas cafeeiras do oeste paulista, como a da grande mancha de Ribeirão Preto, não se verificara, pròpriamente, nas chamadas zonas cansadas, a grande decadência registrada no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais, de condições topográficas bem diversas, com áreas eminentemente erosáveis, como, aliás, as do norte paulista.

Persistia, porém, o regime deficitário em grande número de lavouras.

As de S. Paulo podiam classificar-se em três grupos:

a) as das zonas novas, dando saldos graças à elevada produtividade; b) as que viviam em estado de equilíbrio; c) as francamente deficitárias.

Observou Simonsen o reflexo da depressão econômica cafeeira sôbre a mentalidade dos governantes e governados paulistas, assim explicando-o: "Do embate de interêsses e deslocamento do eixo econômico do Estado, que ocasionavam luta subterrânea entre as várias regiões econômicas, pelo fato das mais novas, as mais humosas, ocasionarem, graças à produção, a ruína de outras, nasceu o desentendimento entre os homens públicos, a intranqüilidade dos que trabalhavam na agricultura.

De tais desentendimentos defluiu a fraqueza da representação do Estado e o declínio de sua hegemonia política na Federação".

Íntima relação houvera sempre entre o preço do café e o câmbio brasileiro.

Convinha lembrar, porém, que no grande período da alta, no final do século XIX, verificara-se a coincidência do elevado preço ouro do café e da depressão cambial. Mas, neste período haviam atuado as conseqüências da grande inflação dos primeiros tempos da República e de seu nefasto filho: o Encilhamento.

A partir de 1926, com exceção, apenas, do ano agrícola de 34-35, nunca mais houvera no Brasil safras inferiores a 18 milhões de sacas.

Os cafèzais paulistas de 1.060.496.765 árvores passaram a 1.325.811.900, sendo o número dos cafeeiros . . 3.818.418.900 para todo o país. Também, em 1933, alcançou a safra brasileira quase 30 milhões!

No entanto, a exportação média do Brasil, no último decênio gravou em tôrno de 14 milhões, com um excesso de produção sôbre o consumo, de mais de 80 milhões! Dessas sobras haviam sido destruidas cêrca de 65 milhões, restando nos armazéns e empenhadas aos banqueiros estrangeiros, para mais de 20 milhões de sacas, em 1940.

A superprodução não fôra, ainda, dominada em 1940, e tampouco atacada de frente em suas causas profundas! Impunham-se medidas que eliminassem o fenômeno, que tão longamente persistia com crescentes danos à estabilidade econômica do país e à sua estrutura política e social.

Não fôra a excessiva preamar da famosa onda verde dos cafèzais, provocada pelo delirante otimismo dos anos do decênio de 1920 a 1930, com todos os seus resultados nefastos, e o Brasil teria a questão cafeeira assente em regime estabilizado e benéfico.

CAPITULO XLII

Síntese da carreira do café no Brasil. O século XVII e o tardonho descobrimento da cultura cafeeira. O grande surto inicial joanino. Invasão das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo pelo cafèzal. A formidável expansão cafeeira imperial. A contribuição imensa do cafèzal paulista. A superprodução de princípio do século XX. O Convênio de Taubaté. Anos maus e anos melhores. Anos bons. A situação em 1920 e o "boom" da década do centenário da Independência. Superprodução enorme e terrível crise.

Curiosa carreira a do café no Brasil, tão modestamente encetada, e, no entanto, destinada a extraordinário e descomunal surto.

Principia insignificante no Pará, leva decênios e decênios a crescer do modo mais moroso; estaciona como em estado larvar. Reflexo, talvez, da nenhuma atenção que ao comércio do grão da rubiácea prestaram os portuguêses, êrro grave de visão, aliás. Entanguida, não se desenvolve, muito embora adquira larga área de disseminação, pois os pequeninos cafèzais se espalham aqui e acolá na imensa vastidão da terra do Grão-Pará maense e da de S. José do Rio Negro.

Ninguém lhe presta atenção. Pequeno esquilho se destaca para o Maranhão, onde vive mirradíssimo.

É que os mercados do Reino não apreciam o artigo e aos paladares lusos causa estranho gôsto o decocto da fava etíope. Além de tudo, pesa sôbre o Brasil o monopólio ferrenho do comércio colonial, concentrador da exportação de colônia nos portos da metrópole.

Até hoje, aliás, o luso bem pouco se afeiçoou ao sabor do café.

Em 1760, a um homem forçosamente inteligente, o chanceler Castelo Branco, ocorre a idéia de que no Rio de Janeiro poderia prosperar a cultura do arbusto etíope. Daí, a sua iniciativa de que decorreriam portentosas conseqüências.

Mas, não dentro de curto prazo, pois, ainda em fins do século XVIII, passados, portanto, quarenta anos, o que havia de lavouras na região fluminense não passava de pequenas chácaras de insignificante produção.

Os pregoeiros da nova cultura, João Hoppman, o Bispo D. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo Branco e o Padre Antônio Lopes da Fonseca, se não pregavam no deserto, em todo o caso pregavam perante pequenos auditórios e a poucos convenciam dos seus ouvintes.

Ainda em fins da era setecentista, o Príncipe Regente pedia com empenho ao vice-rei e a diversos dos seus capitães generais de S. Paulo, de Minas Gerais, etc., que procurassem enviar à côrte dez arrobas de bom café dos territórios a que governavam. Dez arrobas!

Tão insignificante a cultura cafeeira do Brasil que, em princípios do século XIX, um homem de inteligência e de sabedoria de Frei Veloso não encontraria um único exemplo brasileiro para aduzir, ao escrever os dois alentados temas consagrados ao café em seu *Fazendeiro do Brasil*.

Em época de difícil fixação, mas que deve ser posterior a 1810, despertou-se a consciência pública em relação aos grandes proventos que a cafeicultura poderia proporcionar ao Brasil.

E, assim, se iniciou o grande *rush*, no qual se concentraram tôdas as energias econômicas da época. Rápida a propagação dessa enorme vaga cafeeira, que transbordou das cercanias do Rio de Janeiro, invadiu os distritos litorâneos de capitania, e não tardou em provocar o desflorestamento das serranias e tomar a bacia do Paraíba e os vales de seus afluentes.

Reflete-se nas cifras de exportação pela barra da Guanabara e na recrudescência do tráfico africano.

Até então, ocorria no Brasil interessante singularidade. A sua capital, cidade já considerável, com centenas de milhares de habitantes, estava como que separada de larga área civilizada do hinterland por larga cinta de florestas densas, onde viviam tribos de autóctones tão primitivos quantos seus ante-

passados da éra précabraliana, puris, coroados, coropós, botocudos, etc.

Duas ou três vias principais, tênues e extensíssimas, cortavam esta mataria enorme, num percurso de centenas de quilômetros e prendiam o litoral a uma zona civilizada de superfície considerável, onde havia núcleos de população localizados em cidades e vilas de importância, algumas delas já monumentais, como Vila Rica, S. João d'El Rei, Sabará, Mariana, Caeté, ornadas de magníficos templos. Para o lado do sul, a floresta estabelecia uma solução de continuidade entre a região fluminense e a paulista: o trânsito entre S. Paulo e o Rio de Janeiro cortava-se em Lorena, e de Guaratinguetá vinha a ter a Parati.

Ao café caberia remover tal interrupção em sua marcha de Mendanha a S. João do Príncipe, e, depois, a Rezende e Rosas, às margens do Paraíba, e de Queluz e Lorena a Jacareí e Mogi das Cruzes

De como o café significava um verdadeiro pactolo, onde quer que se implantara, fála-nos o depoimento singelo de um anônimo. Naquele tempo, os moradores do alto da serra passavam mesmo velmente. Quase todos, sem terem um só escravo, plantavam mandioca, feijão e bananeiras, para sustento, e milho para levar porcos, cujos toucinhos traziam à cidade (o Rio de Janeiro), que era a única coisa com que faziam dinheiro.

Quando se capacitaram de que o cafèzal seria verdadeira mina, deu-se curiosa circunstância: verdadeira romaria de toucinheiros se encaminhou das terras da Mendanha à fazenda do Pouco Couto, e quando se retiravam para as suas casas [illegible] de mudas de café; assim, os povos desses freguezias passaram de um estado pouco distante da indigência ao da opulência".

Em menos de trinta anos, os dízimos percebidos em uma delas, em Iguaçu, cresceram na proporção de um para cento e vinte".

Dois grandes comércios, paralelamente, se estabeleceram — o dos escravos e o das tropas de transporte das colheitas, encarregadas para o Rio de Janeiro.

A mata cafeeira cada vez mais entumecida e espraiada, [illegible] alterosa, o oriente fluminense e a Mata de Minas Gerais. Aos magotes, dizem os mineiros das suas terras de

mineração exgotada e de pecuária pobre, para a Mata do Rio. Plantar café! Plantar café!

Novos caminhos serranos se rasgam. E se não há muito maior espraiamento, é que escasseiam os braços, a princípio ante o crescente preço dos escravos, e, mais tarde, ante os formidáveis óbices, cada vez maiores, opostos pelos cruzeiros ao tráfico africano.

Em S. Paulo, a grande lavoura cafeeira era prolongamento da fluminense, que de Rezende alcançou Areias e Queluz. Localizam-se no chamado "norte da província", cuja produção se despeja para os portos fluminenses de Angra, Jurumirim e Parati, ou para os paulistas de Ubatuba e S. Sebastião. Santos ainda se encontra em posição secundária. Mas, a feracidade dos chãos bem feitos do oeste paulista atrai os lavradores, embora alarmados por uma causa que os fluminenses e mineiros não conhecem: o temor da geada, motivo dos mais graves sobresaltos.

Cresce tanto e tanto a produção cafeeira do Brasil, que nos três primeiros decênios do Império passa de [illegible] a 152.427 e a 201.[illegible]59 contos de réis, representando [illegible] e 41,4 por cento da exportação total do país.

No quarto decênio, extingue-se por completo o tráfico e, no entanto, aumenta imenso o valor da produção cafeeira. Os totais atingem [illegible]0 e 48,[illegible] por cento. É o café quem determina o [illegible] no estabelecimento das primeiras [illegible] fábricas do país: a Mauá e a Dom Pedro II. No quinto decênio ainda cresce, mau grado os imensos sacrifícios impostos ao país pela guerra do Paraguai. Exportam-se [illegible] sacas, valendo [illegible] contos. No sexto decênio imperial é que começa a avultar a produção paulista. Vem trazer-lhe enorme alento a construção da via férrea [illegible] da Serra do Cubatão. Começa a despejar-se o café do [illegible] de Campinas e das terras roxas do oeste ao [illegible], cada vez mais abundante.

E as dez safras de 1871-1880 se computam em 36 [illegible] sacas, valendo 1.108.1[illegible]9 contos de réis ou 56,[illegible] da exportação nacional. É êste o primeiro período decenal em que o café contribue com mais de metade da produção exportada.

Na última década monárquica, grande crise de preços abate-se sôbre o país, e, no entanto, o caudal do café não diminue de volume, alentado, sobretudo, pela contribuição paulista

que ano a ano se avantaja. Exporta o Brasil 1.487.532 contos correspondentes a uma média decenal de 61,5.

Os últimos dez anos da centúria é que correspondem a uma avançada de enormes proporções, levada a cabo pela lavoura, estimulada, sobretudo em S. Paulo, pelo derrame imenso da inflação do Encilhamento, coincidente com os excelentes preços pagos pelo consumo. Daí, o incremento imenso do plantio, de tão funestas conseqüências em curto prazo. Encerra-se a primeira década republicana com uma contribuição de 74.491.000 sacas, valendo 4.661.906 contos de réis, a representar uma média jamais atingida de 64,5.

No decênio seguinte, de 1901 a 1910, surgem os resultados nefastos do imprudente afã, graças ao qual os perseguidores da fortuna rápida, mas aleatória, haviam enchido de cafèzais o oeste paulista.

Cai mais e mais o preço da saca, e, em 1903, ocorre depressão nunca vista: chega a valer 29.728 rs. ou £ 1,47 apenas, quando, por exemplo, em 1846, chegara a se vender a £ 1,03, ou 6, em moeda do país, rs. 9.205, e, em 1828, £ 1,46, ou, em ouro, réis 11.300.

As cifras da superprodução acusam para 1901-1910 um total de 130.599 000 sacas, em disparidade com o seu valor que, apenas, foi de 4.179.817 contos de réis, quando, em igual período imediatamente anterior, atingira 4.691.906 contos.

Crescera a produção de 75 por cento, e, não obstante, o seu valor global caíra de oitenta por cento.

Mas, como que amparado pela restrição do plantio, e, também, pelos favores meteorológicos da Fortuna, mau grado o enorme desvio da grande safra de 1906-1907, e, ainda, como o colher de Taubaté de 1906 houvesse dado resultados, de vez que o valor da saca subiu de rs. 29$959 ou £ 1,97, em 1906, a rs. 39$644 ou £ 2,74, em 1910, veria a década seguinte um renovamento cafeeiro, sobretudo em S. Paulo.

Se a produção brasileira, entre 1911 e 1920, foi menor do que no decênio anterior, caindo de 130.599.000 sacas a 120.805.000, em compensação a sua valia subiu muito notàvelmente: de 4.179.817 contos de réis ou £ 244.146.000, a 6.246.400 contos ou £ 364.842.000, passando a saca de rs. 32$005 ou £ 1,87, a rs. 13$496 ou £ 3,03.

E isto, apezar das aperturas dos anos da conflagração mundial.

Os estragos das grandes geadas de junho de 1918 e o desin-

terêsse pelo plantio haviam trazido excelente posição do gênero, em princípios de 1922. Passara êle por uma crise, devido à deficiência da exportação por falta de transporte marítimo no último biênio da conflagração. E os govêrnos federal e estadual associados haviam intervido nos mercados com real êxito, promovendo a alta dos preços da saca de rs. 41.510, em 1917, a rs. 47.390, em 1918. A superveniência da "geada grande" elevaria imenso tal cotação, dobrando o valor da saca, que, em 1919, se cotou, em média, a rs. 94.612. Cairia a rs. 74.703, em 1920, para recuperar um pouco em 1921 (rs. 82.395).

O aparelhamento chamado da defesa, criado pela presidência Epitácio Pessoa com a regularização das entradas e o financiamento das lavouras, iria produzir no quatriênio seguinte uma situação realmente eufórica para os produtores:

1922	—	rs.	118.6[illegible]	ou	£	3,1[illegible]
1923	—	"	146.87[illegible]	"	£	3,0[illegible]
1924	—	"	205.[illegible]	"	£	4,[illegible]
1925	—	"	215.[illegible]	"	£	5,[illegible]

A estas [illegible], deveria ter [illegible] restrição do plantio, como se [illegible] em 1902.

Verdadeira [illegible] cafeeira [illegible], tal qual como sucedera entre 1890 e 1897, [illegible] e de magnífica produção, servida pela rêde ferroviária de penetração do oeste.

[illegible] em 1926 e 1927, [illegible] da regularização e retenção das safras, [illegible] para rs. 170.700 e 190.[illegible] ou £ 5,20 e 4,[illegible].

[illegible] o [illegible] governamental, [illegible]o, em 1928, [illegible] a saca a rs. [illegible] ou £ 5,0[illegible]. Baixa a rs. 191.871 ou £ 4,71, em 1929, [illegible] em que, no seu último quartel, ocorre o [illegible] do plano cafeeiro de defesa, devido à terrível crise [illegible] de todos os principais mercados do [illegible]. Em 1930 [illegible] cia a cotação média de rs. [illegible].540 ou £ [illegible].

Tão formidável papel representara o café nesta década de 1921-1930, que, embora a exportação total do Brasil fôsse de 139.532.000 sacas, ou [illegible] por cento a mais

do decênio de 1901-1910, o cômputo dessa exportação fôra cinco vêzes maior do que a do período em confronto:

1901-1910 — 130.599.000 sacas, ou sejam 4.179.817 contos de réis ou £ 244.146.000
1921-1930 — 139.532.000 sacas, ou sejam 22.807.858 contos de réis ou £ 561.035.000.

Mas, as cifras da exportação no último qüinqüênio andavam muito distantes dos da produção.

Em fins de 1930, verificava-se um superavit enorme. Nos armazens reguladores, milhões de sacas existiam que não tinham podido ser embarcadas.

Jamais, em média, se vendera café tão caro no Brasil como entre 1921-1930, assim como jamais se haviam visto coeficientes tão elevados corresponderem à quota do café no conjunto da exportação nacional.

1821-1830 — rs. 14.257 por saca ou £ 2,26 — 18,4 da exportação nacional.
1831-1840 — rs. 15.643 por saca ou £ 2,21 — 43,8 da exportação nacional.
1841-1850 — rs. 11.767 por saca ou £ 1,32 — 41,4 da exportação nacional.
1851-1860 — rs. 16.737 por saca ou £ 1,89 — 48,8 da exportação nacional.
1861-1870 — rs. 24.105 por saca ou £ 2,36 — 45,5 da exportação nacional.
1871-1880 — rs. 30.197 por saca ou £ 3,11 — 56,6 da exportação nacional.
1881-1890 — rs. 27.895 por saca ou £ 2,54 — 61,5 da exportação nacional.
1891-1900 — rs. 63.986 por saca ou £ 2,52 — 64,5 da exportação nacional.
1901-1910 — rs. 62.005 por saca ou £ 1,87 — 51,3 da exportação nacional.
1911-1920 — rs. 53.496 por saca ou £ 1,03 — 53,0 da exportação nacional.
1921-1930 — rs. 163.460 por saca ou £ 4,02 — 69,6 da exportação nacional.

Durante seis exercícios, de 1924 a 1929, êste coeficiente se manteve acima de 70, fato extraordinário, absolutamente inédito, pois, apenas uma vez, em 1886, chegara a esta altura

(70,9), entre 64,0 do ano anterior e 59,4 do posterior. Ao passo que durante o hexênio em questão tivera, em 1924, a mais alta ascensão de quantas até então se haviam verificado (75,8). A êle haviam acompanhado:

Em	1925	—	72,0
"	1926	—	73,8
"	1927	—	70,7
"	1928	—	71,5
"	1929	—	71,0

O ano seguinte, de 1930, presenciaria a derrocada da situação cafeeira, com a saca a 119,540 ou £ 2,69 e o coeficiente 62,3, como índice do café no cômputo da exportação nacional.

Em fins de 1930, debatia-se a indústria cafeeira em um estado de verdadeira angústia. Na década de 1921 a 1930, crescera o cafèzal brasileiro de 1.780.855.850 a 2.567.845.700 árvores, ou de um terço a mais, terço representado por lavouras pujantes, abertas em terras virgens e ferocíssimas. Dos grandes estados cafeeiros fora êste o aumento:

	1921	*1930*
S. Paulo	[illegible].592.000	1.188.058.000
Minas Gerais ...	[illegible].252.100	650.691.700
Espírito Santo ..	[illegible].500.000	271.400.000
Rio de Janeiro ..	160.229.000	213.818.000

Em outros de menor importância verificára-se, também, largo aumento do cafèzal:

Bahia	49.799.000	94.440.200
Pernambuco	27.886.000	82.073.000
Paraná	15.118.000	30.239.00

No decênio de 1921-1930 atingira a produção brasileira cifras cada vez mais avultadas, e a exportação não acompanhara a produção, de longe sequer. (Cf. D.N.C. Anuário Estatístico do Café para 1939-1940, pág. 41).

Anos agrícolas	*Produção*	*Exportação*
1920-1921	17.115.581	11.822.382
1921-1922	14.275.956	12.633.717
1922-1923	14.288.852	12.413.600
1923-1924	15.861.915	15.044.520
1924-1925	14.801.148	13.197.627
1925-1926	15.997.446	14.189.776
1926-1927	18.348.053	14.304.503
1927-1928	27.848.200	15.714.199
1928-1929	16.275.378	13.289.222
1929-1930	29.179.192	15.080.960
TOTAL	183.991.722	137.690.566

Desta massa enorme produzida, cabiam a São Paulo 111.311.217 sacas. Assim, no decênio exportara o Brasil 46.301.156 sacas a menos do que produzira. Dêste total, [illegible]bera a Santos despachar para o exterior 92.400.453, o Rio [illegible]neiro 31.020.000 sacas e Vitória um pouco mais de nove [illegible].

De [illegible] modo, pois, se explicava a existência de enorme [illegible] reprimido nos portos e armazens reguladores, a primeiro de julho de 1930. Convem lembrar, contudo, que o *Anuário Estatístico para 1931, do Instituto do Cfé do Estado de S. Paulo* (pág. 111) aumenta um pouco as cifras da produção brasileira, a majorar enormemente os dados do seu [illegible] anterior, o de 1929.

Qüatriênio de 1920-1921 a 1923-1924..	61.542.074
" " 1924-1925 a 1927-1928..	76.995.152
Safra de 1928-1929	16.275.792
" 1929-1930	29.179.480
TOTAIS	183.992.585

Segundo os mesmos Anuários Estatísticos, fôra esta a produção e consumo mundiais:

Qüatriênio de 1920-21 a 1923-24	86.828.074	81.955.000
" 1924-25 a 1927-28	105.880.192	89.920.000
Safra " 1928-29	25.135.799	23.090.000
" 1929-30	37.452.480	24.389.000
Totais	255.296.545	219.354.000

Houvera, portanto, um excesso de 25.942.545 sacas. Verificára-se um superavit mundial de 25.942.545 sacas, superavit que pesava, principalmente, sôbre o Brasil, e representado pela retenção de enormes massas de café nos reguladores e nos portos.

Em sua "A Política Econômica do Café", transcreve o Sr. Jayme Fernandes Guedes dados os mais frisantes sôbre a produção brasileira e as entregas do Brasil ao consumo mundial.

Eloqüentemente demonstram que as demasias do plantio foram as causadoras do imenso superavit verificado nos últimos anos do decênio de 1921 a 1930. Em nove anos agrícolas (de 1923 a 1931) fôra a produção brasileira de 156.505.000 sacas e as entregas ao consumo de 132.138.000, razão do imenso excesso retido.

Em três safras (1922-1923; 1923-1924 e 1928-1929) houvera 3.365.000 sacas, corespondentes a um excesso da procura sôbre a oferta, e nas outras seis 27.732.000 de excesso de oferta sôbre a procura, donde um saldo de 24.367.000 sacas correspondentes ao estoque reprimido no Brasil ao fim do período.

Era a presença desta enorme massa, a se [illegible] de um momento para outro, que provocava a perturbação [illegible] do comércio do [illegible].

Paralelamente ao caso brasileiro, [illegible] o dos demais produtores.

Anos agrícolas	Produção	Entregas	Excesso de consumo	Excesso da produção
1922-1923	5.075	6.202	495	—
1923-1924	6.863	6.714	—	154
1924-1925	6.762	6.824	62	—
1925-1926	7.052	7.140	88	—
1926-1927	7.066	7.022	—	76
1927-1928	8.003	7.700	—	303
1928-1929	8.660	8.361	—	299
1929-1930	8.271	8.222	49	—
1930-1931	8.633	8.545	—	88

Assim, no período do auge das retenções brasileiras produzira o resto do mundo 67.028.000 sacas e conseguira colocar 66.831.000, havendo, apenas, um superavit insignificante de 193.000 sacas!

CAPÍTULO XLIII

A produção brasileira e as entregas ao comércio mundial, de 1931 a 1937. Os esforços do Brasil para a manutenção do equilíbrio estatístico. Comentários do Presidente do Departamento Nacional do Café, Jayme F. Guedes. A alteração radical da política cafeeira nacional. Resultados notáveis obtidos. Aumento da exportação, mau grado os obstáculos criados pela conflagração mundial. Exame da situação cafeeira, em 1940, pelo Snr. Jayme F. Guedes.

Prosseguindo em sua análise, aduziu o Presidente do Departamento Nacional do Café as cifras relativas à produção do Brasil e entregas do país ao consumo mundial, nos seis anos cafeeiros de 1931-1932 a 1936-1937:

Anos Agrícolas	*Produção*	*Entregas*	*Superavit*
1931-1932	28.335.000	15.589.000	12.744.000
1932-1933	16.500.000	13.356.000	3.144.000
1933-1934	29.610.000	16.062.000	13.548.000
1934-1935	17.366.000	14.859 000	2.507.000
1935-1936	20.857.000	16.128.000	4.729.000
1936-1937	26.107.000	14.010.000	12.097.000
Totais	138.869.000	90.004.000	48.769.000

Neste lapso dos seis anos agrícolas que nos interessam, foi esta a situação do comércio dos demais países produtores:

Anos Agrícolas	*Produção*	*Entregas*	*Superavit ou deficit*
1931-1932	8.287.000	8.134.000	+ 153.000
1932-1933	9.239.000	9.492.000	— 253.000
1933-1934	8.920.000	8.389.000	+ 531.000
1934-1935	7.699.000	7.822.000	— 123.000
1935-1936	10.180.000	9.717.000	+ 463.000
1936-1937	10.766.000	10.996.000	— 230.000
Totais:	55.091.000	54.550.000	

Assim, o hexênio terminava para os demais países produtores do modo mais favorável, com um superavit de 541.000 sacas, que se antepunham às 48.765.000 brasileiras!

Esforços hercúleos fizera o Brasil para manter o equilíbrio estatístico, destruindo nestes seis anos as seguintes quantidades de sacas:

1931	2.825.784
1932	9.329.633
1933	13.687.0[illegible]
1934	8.2[illegible]
1935	1.[illegible]
1936	3.731.[illegible]
1937	7.9[illegible] (primeiro semestre)
Total	[illegible]

Explicando a situação, diz o Sr. [illegible]:

"O represamento [illegible], com descargas sempre [illegible] ao volume despejado aos regularizadores, havia de [illegible] minar, mais cedo ou mais tarde, o rompimento das represas numa catástrofe sem precedentes. E o "crack" de 29 foi o epílogo de uma tragédia há muito pressentida e que, infelizmente, não se procurou evitar."

Recebera o Govêrno Provisório o [illegible] legado um acervo da maior responsabilidade e da mais difícil solução: o do reerguimento da economia cafeeira do país. A aquisição dos estoques retidos, isto é, retirados, temporàriamente, do mercado, determinada pelo decreto de 11 de fevereiro de 1931, constituira o primeiro passo para se enfrentar o problema, aliviando os mercados de consumo da pressão dos

estoques retidos nos reguladores. Remédio heróico, tornar-se-ia, no entanto, inócuo, se não o acompanhassem providências complementares e imediatas. A média da exportação brasileira do qüinqüênio de 1926 a 1930 fôra de 14.463.441 sacas, e, não obstante, a safra 1931-1932 devia atingir a mais de 28.000.000 de sacas, a saber, quase o dôbro da exportação provável! Em face dessa realidade, resolvera o Govêrno Provisório eliminar os cafés adquiridos, comprar os excessos das safras 1931-1932 e 1932-1933 e instituir, posteriormente, as Quotas de Equilíbrio, como um dos meios de dar combate à superprodução, afastando, por meio dêsse remédio heróico, as sérias ameaças que pairavam sôbre a economia nacional.

Se tais medidas não tivessem sido tomadas, a situação do problema cafeeiro apresentar-se-ia, dois anos mais tarde, com a mesma ou senão maior gravidade ainda.

As duas safras de 1931-1933 deram 44.853.000 sacas, exportando-se 27.425.000, donde um superavit de 17.408.00.

"Repetir-se-ia, pois, o mesmo impasse de 1931, comenta [illegible] Fernandes Guedes, um excesso de mais de 17.000.000 de sacas na véspera de iniciar-se o escoamento da safra 1933-1934, que foi de 29.610.000 sacas! Na safra 1933-1934, o Brasil contaria com 47.018.000 sacas a serem oferecidas a compradores que adquiriam, em média, 14.463.441 sacas! Fácil de avaliar-se a situação do mercado, se a tempo não tivessem sido tomadas as providências evitando sobras tão formidáveis."

As plantações da Alta Sorocabana, Alta Paulista e Noroeste haviam entrado na sua fase de plena produção e iam passar a contribuir, como se tem verificado, para aumentar os excessos, por isso que as exportações, embora por alguns anos se mantivessem no mesmo nível, sofreram, posteriormente, acentuada queda."

Fôra, então, que se tornara necessário instituir a Quota de Equilíbrio, incidindo, sucessivamente, sôbre as safras 1933-1934 — 1936-1937, sendo que na de 1935-1936 os excessos existentes foram retirados por meio da denominada "compra dos quatro milhões".

A adoção de tal medida teria, só por si, solucionado em poucos anos o problema da superprodução, não fôra o empenho alicerçado no acôrdo de Bogotá, de se procurar conseguir melhores preços.

"A Quota de Equilíbrio no caso brasileiro, comentava o

Presidente Guedes, impedia o aviltamento dos preços, por estabelecer relativa paridade entre a produção e o consumo".

Os preços alcançados, representando um efeito da lei da oferta e da procura, além de assegurarem, preliminarmente, o volume da exportação anteriormente conhecido, proporcionara não só o ganho de todo o aumento do consumo mundial acaso verificado, como, também, o resultante da impossibilidade de competição por parte dos demais países produtores.

Em contraposição, a valorização artificial anulava, praticamente, tais vantagens. Baseando-se na manutenção de preços arbitrários, determinava a perda de mercados, destruindo, conseqüentemente, o equilíbrio estatístico.

Assim, se explicava porque as previsões de exportação consideradas para o estabelecimento das percentagens de Quotas de Equilíbrio falhavam, provocando, neste caso, a falsa impressão de que para a sua fixação não imperava o critério necessário.

Como consequência da política de valorização artificial, os demais países concorrentes incentivavam culturas, ameaçando o predomínio brasileiro nos principais mercados consumidores. Em 1917-1918, a produção total dos concorrentes não ultrapassava de 5.011.000 sacas, e a partir de 1935, os números indicavam um crescimento [illegible]. Tal fato só devia ser atribuído [illegible] café, [illegible] pelo Brasil.

[illegible]

[illegible] simplesmente, a preencher as quotas que não podiam ser integradas pelos nossos competidores", explicava o Presidente do D. N. C., lucidamente.

As safras extra-brasileiras eram in totum colocadas nos mercados de consumo. Ligeiro exame do panorama mundial em dezesseis anos, entre 1922-1923 e 1937-1938, demonstrava

a situação aflitiva a que chegara o Brasil, após ingentes sacrifícios.

SAFRAS DE 1922-1923 A 1937-1938

Produção Brasil	Prod. dos seus concorrentes	Entregas do Brasil	Entregas dos seus concorrentes
317.545.000	132.115.000	236.939.000	132.115.000

Produção não colocada do Brasil: 80.606.000 sacas!
Excesso da entrega dos concorrentes sôbre a sua produção: 88.000 sacas.

Mais eloqüentes não podiam ser estas cifras. Os concorrentes, além de tudo venderem o que as suas dezesseis safras tinham produzido, ainda haviam colocado 88.000 sacas de reservas anteriores no período em aprêço!

Nada mais exato do que as considerações finais do Presidente Jayme F. Guedes acêrca de tão estranha situação:

"Em face do sistema de defesa seguido no Brasil, seriam contraproducentes quaisquer medidas que se adotassem no sentido, no sentido de incentivar o consumo do café brasileiro, pois não possuindo êste condições de concorrência, a propaganda que se viesse a realizar redundaria, fatalmente, em benefício dos cafés de outras procedências."

Ninguém ignorava que ao Estado de S. Paulo coubera a iniciativa da defesa dos preços.

Pouco tempo mais tarde reconhecia o govêrno paulista que, para continuar a execução do programa traçado, tornava-se indispensável congregar em torno da mesma política os demais Estados produtores. E, como isto só se conseguiria dentro do prisma do interêsse comum, fôra o magno assunto colocado, a pedido dos interessados, sob a égide federal. Assim, os demais Estados, que vinham auferindo as vantagens da política de São Paulo, haviam resolvido sujeitar-se a todas ônus decorrentes da defesa.

Verificara-se, mais tarde, e então em âmbito muito mais vasto, o império dêste mesmo princípio: a política econômica do café seguida pelo Brasil só poderia produzir resultados plenamente satisfatórios se os demais países, que se beneficiavam com as suas vantagens, também se submetessem aos encargos que sòmente sôbre êle pesavam.

Nas Conferências de Bogotá e Havana, envidara o Brasil os melhores esforços para convencer os demais países produto-

res da conveniência da distribuição eqüitativa, por todos êles, dos ônus do programa de defesa, cujas vantagens, ao contrário, todos auferiam.

Ora, o acôrdo de Bogotá, entre o Brasil e a Colômbia, representara o máximo que se conseguira obter. Haviam continuado os concorrentes, entretanto, a postergar o debate daquela tese, na persuasão de que o govêrno brasileiro não tomaria a iniciativa de reduzir as taxas de exportação, para ingressar no regime de relativa concorrência. Logo a seguir sobreviera a denúncia do acôrdo pela Colômbia!

Chegara, pois, a hora das deliberações extremas.

Fôra, então, que o govêrno federal, em legítima defesa dos interêsses nacionais, resolvera alterar, fundamentalmente, a orientação que vinha imprimindo à política do café. E houvera-se com a cautela, o sigilo e a precisão indispensáveis, fatores que tinham cercado de confiança a sua atuação e reduzido ao mínimo possível os inconvenientes que tal atuação poderia acarretar ao país.

O êxito imediato da iniciativa amortecera e dissipara os temores e as inquietações momentâneas, iniciadores, desde então, o ciclo promissor da recuperação dos mercados.

Céticos houvera, e numerosos, ao se acostar à nova política brasileira. E seria impossível que assim não se desse. Entretanto, dentro de curto prazo eram flagrantes os resultados auspiciosos da fixação de novos rumos.

Nos dois primeiros meses de 1937 anteriores à execução da orientação, a exportação brasileira atingira, apenas, 9.802.554 sacas, ou, em média mensal, 980.255 sacas.

No biênio de 1938-1939, porém, atingira o total de 33.820.515 sacas, ou a média mensal de 1.410.354 sacas, e saber, 430.099 sacas e mais.

Os números índices documentadores de tal transformação eram nada menos do que 100 e 143!

Assim, já o ano de 1938 se mostrava mais auspicioso em confronto com o antecedente, mesmo porque já nos últimos meses de 1937 se evidenciavam as vantagens da nova política cafeeira do Brasil.

	1937 (dez meses)	1937 nov. e dez.)	1938 (dez meses)	1938 (nov. e dez.)	1937 Total	1938 Total
Santos	6.188.851	1.421.156	9.761.745	1.625.622	7 610.017	11.386.767!
Rio	1.456.202	390.905	2.587.723	480.650	1.847.187	3.068.373!
Vitória	865.503	246.128	964.554	231.067	1.111.831	1.195.021
Angra dos Reis	655.014	88.348	547.831	122.202	743.362	670.033
Paranaguá	372.688	127.818	593.245	134.332	500.506	683.241
Bahia	224.880	35.594	131.063	55.541	260.474	186.604
Recife	37.961	450	4.007	7.401	38.411	11.408
Florianópolis	1.375	125	1.375	—	1.500	1 375

Os saldos positivos dos grandes portos representavam-se em:

Santos	por	3.776.750	sacas
Rio de Janeiro		1.221.186	"
Vitória		84.390	"
Paranaguá		182.735	"

ou um total de 5.265.061 sacas, ao qual se contrapunha o pequeno deficit de Angra dos Reis, Bahia, Recife e Florianópolis, em um total de 158.327 sacas, donde um saldo positivo total de 5.106.734 sacas!

Foi a eloqüência desta cifra, que só ela justificava a mudança das diretrizes da política cafeeira nacional, com grande desgosto dos concorrentes do Brasil.

O aumento da exportação brasileira sob o regime novo [illegible] ou, por conseguinte, na parcela, nada desprezível, ou antes muito significativa, de 430.099 sacas por mês.

Para se aquilatar, com perfeita segurança, o que passou a representar a exportação de 1938 e 1939, rápida rememoração dos últimos quinze anos traduz frisante aspecto:

1925	[illegible].481.955
1926	[illegible].751.479
1927	[illegible].061
1928	13.88[illegible]445
1929	14.280.[illegible]
1930	15.288.[illegible]
1931	17.850.872
1932	11.935.244
1933	15.459.309
1934	14.146.879
1935	15.328.791
1936	14.149.923
1937	12.113.088
1938	17.203.422
1939	16.645.093

As exportações de 1938 e 1939 tiveram, portanto, sôbre a de 1937, um aumento respectivamente de 5.090.324 e 4.532.005 sacas, não obstante já sôbre as de 1939 se terem feito sentir as conseqüências da conflagração européia.

Em todo o período dos três lustros foram, uma única vez, ultrapassadas as exportações de 1938 e 1939. Isto em 1931, graças a simples antecipação de embarque provinda de operações de troca de café por trigo e ao aumento da taxa de 10 shillings, aliás esperado e efetivado a 7 de dezembro dêsse milésimo.

O total da exportação brasileira foi, nesse biênio, o seguinte:

Em 1938	.....	17.203.422 sacas
Em 1939	.....	16.645.093 sacas
Total	.....	33.848.515 sacas

Tal cifra se apresenta como expressão eloquente do aspecto favorável do novo programa, por corresponder a nível jamais alcançado em tôda a história do café no Brasil.

"De fato, observou o Presidente de D. N. C., quando que se percorrem as estatísticas, [illegible] a dado dois anos consecutivos de grandes exportações, [illegible] biênio em que os embarques para o exterior atingem ao elevado total de 33.848.515 sacas."

Acaso persistisse o programa [illegible] até novembro de 1937, sem a existência do acordo com os demais [illegible] as exportações de 1938 e 1939 deveriam atingir, quando muito, 24.200.000 sacas, ou [illegible], 12.100.000 sacas para cada ano, cifra correspondente à de 1937.

Tudo está impedido, pois, à saída da elevada cifra de 33.848.515 sacas. E, estas somadas às sobras existentes, calculadas em 5.800, deriam, a 31 de dezembro de 1939, o [illegible] excesso de 35.448.515 sacas. [illegible] uma situação de gravidade excepcional, sòmente comparável à que angustiava a lavoura cafeeira em 1929. Com efeito, tal superavit significava a completa contenção da lavoura paulista, pois viria a nova safra encontrar o pôrto de Santos abastecido de cafés em quantidade suficiente para, no ritmo anterior, atender às necessidades de sua exportação durante vinte e quatro meses.

Terminando o exame da situação cafeeira em princípios de 1940, tão moderada de conceitos e tão largamente documentada, interrogou o Snr. Jayme Fernandes Guedes:

"Haverá, ainda, alguém que se mantenha insensível à evidência trágica dêsses algarismos e ouse pretender o retôrno ao regime anterior?"

Prosseguindo, aduziu o Presidente do D. N. C. novo e eloqüente argumento.

"Um dos resultados imediatos da orientação adotada em novembro de 1937 foi a elevação, no interior, dos preços do produto, em virtude do aumento da exportação e da diminuição do prazo de retenção dos cafés.

O comércio das praças exportadoras pôde, assim, oferecer melhores bases, porque já não necessitava reservar largas margens para se pôr a coberto dos ônus derivados de uma retenção que sempre excedia aos cálculos mais pessimistas.

No regime anterior, houve época em que, no Estado de São Paulo, estavam sendo liberados cafés de quatro safras e em que havia retenção nos portos do Rio de Janeiro, Vitória e Paranaguá. Presentemente, os cafés que demandam êstes portos não sofrem retenção alguma, enquanto que nos reguladores paulistas só existem por liberar cafés das safras 1938-1939 e 1939-1940. E, como os remanescentes da safra 1938-1939, atualmente, não atingem a 8% do total despachado (15.611.616 sacas), conclui-se que em junho próximo futuro se achará sob retenção sòmente uma parte da safra 1939-1940. Se não fôsse o fato de alguns mercados da Europa se terem tornado inacessíveis e outros sofrido restrições do consumo, em conseqüência do conflito que assola êste continente, já em março dêste ano não mais possuíríamos represada qualquer quantidade de cafés da safra 1938-1939."

Três anos mais tarde, poderia o Presidente do Departamento Nacional do Café ver cada vez mais sólidas as bases dessa política avisada que, mau grado os tremendos tropeços ocasionados da conflagração mundial, trouxera os resultados excelentes consignados nas declarações e resoluções do Convênio Cafeeiro de 1943: excelente situação estatística, diminuição de taxas e permissão do plantio.

Mas, que seja êste razoável e não desordenado, permitindo o restauro dos cafèzais brasileiros, sem os excessos de uma produção fatal ocasionadora de nova crise, no gênero das que provieram da delirante euforia cafeeira das décadas de 1890 a 1900 e de 1920 a 1930.

CAPÍTULO XLIV

A exportação cafeeira do Brasil de 1821 a 1940. Valor em contos de réis e em libras ouro da saca. Percentagem do café em conjunto com a exportação nacional.

EXPORTAÇÃO CAFEEIRA DO BRASIL (1821-1941)

(*Dados da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional*)

Anos	Sacas de 60 quilos (1.000 sacas)	Valor		Valor por saca		Percentagem do café na exportação nacional
		Contos de réis	£ £ 1.000 ouro	Em réis	Em £ £ (ouro)	
1821	129	3.275	704	25$400	5.50	16,3
1822	186	3.866	789	20$800	4.24	19,6
1823	226	4.163	878	18$420	3.89	20,1
1824	274	3.501	704	12$800	2.57	18,3
1825	224	2.884	623	12$880	2.78	13,5
1826	318	3.450	690	10$850	2.17	20,8
1827	430	5.244	774	12$240	1.80	21,1
1828	452	5.100	650	11$300	1.46	15,9
1829	459	6.846	705	14$920	1.54	20,9
1830	480	6.954	663	14$490	1.38	19,8
Decênio	3.178	45.308	7.189	14$257	2.26	18.4
1831	549	9.208	964	16$770	1.76	28.6
1832	717	12.462	1.832	17$380	2.56	39.2
1833 (1)	560	8.868	1.383	15$840	2.47	42,4
1834/35	1.121	17.820	2.775	15$900	2.47	49,3
1835/36	970	15.078	2.435	15$540	2.51	45,7
1836/37	1.052	15.626	2.555	14$850	2.43	37,7
1837/38	910	13.961	2.237	15$340	2.46	40,9
1838/39	1.149	17.832	2.197	15$520	1.91	53,2
1839/40	1.333	21.338	2.494	61$010	1.87	51.3
1840/41	1.383	20.176	2.657	14$590	1.92	46,7
Decênio	9.744	152.429	21.529	15$643	2.21	43 8
1840/41	1.239	17.804	2.300	14$370	1.86	42,7
1841/42	1.363	18.296	2.311	13$420	1.69	46,8
1842/43	1.444	17.091	1.909	11$840	1.32	41,6
1843/44	1.541	17.982	1.933	11$670	1.25	41,0
1844/45	1.525	17.508	1.838	11$480	1.20	37,2
1845/46	1.723	21.307	2.259	12$366	1.31	39,7
1846/47	2.387	21.971	2.465	9$205	1.03	41.9
1847/48	2.340	25.159	2.936	10$752	1.25	43,4
1848/49	2.106	21.513	2.242	10$215	1.06	38,2
1849/50	1.453	22.838	2.462	15$718	1.69	41.5
Decênio	17.121	201.469	22.655	11$767	1.32	41.4

(Continuação)

ANOS	Sacas de 60 quilos (1.000 sacas)	Valor		Valor por saca		Percentagem do café na exportação nacional
		Contos de réis	£ 1.000 ouro	Em réis	Em £ (ouro)	
1850/51	2.485	32.604	2.006	13$120	1.57	48,1
1851/52	2.337	32.954	3.997	14$100	1.71	49,5
1852/53	2.430	33.897	3.874	13$950	1.59	46,0
1853/54	2.130	35.445	4.207	16$640	1.97	46,1
1854/55	3.190	48.491	5.581	15$201	1.75	53,5
1855/56	2.853	48.013	5.512	16$830	1.93	50,8
1856/57	3.189	54.107	6.211	16$967	1.94	47,2
1857/58	2.380	43.503	4.824	18$280	2.02	45,2
1858/59	2.735	50.138	5.340	18$332	1.95	47,0
1859/60	2.524	60.238	6.289	23$866	2.49	53,3
Decênio	26.253	439.390	449.741	16$737	1.89	48,8
1860/61	3.571	79.664	8.564	22$310	2.39	64,7
1861/62	2.420	58.747	6.257	24$276	2.58	48,7
1862/63	2.136	56.575	6.201	26$486	2.90	46,2
1863/64	2.004	54.131	6.144	27$012	3.06	41,3
1864/65	2.645	64.134	7.151	24$247	2.70	45,4
1865/66	2.436	61.203	6.377	25$125	2.61	38,9
1866/67	3.157	69.743	7.044	22$092	2.23	44,[illegible]
1867/68	3.561	83.611	7.818	23$480	2.1[illegible]	[illegible]
1868/69	3.802	90.518	6.409	23$808	1.[illegible]	[illegible]
1869/70	3.115	77.026	6.039	24$728	[illegible]	[illegible]
Decênio	28.847	695.352	6[illegible]4	24$1[illegible]	[illegible]	55
1870/71	3.827	84.504	7.[illegible]	[illegible]2	[illegible]3	50,3
1871/72	4.060	71.646	7 [illegible]	17[illegible]	1.76	37,6
1872/73	3.497	115.285	1[illegible]	32[illegible]7	3.43	53,6
1873/74	2.774	110.173	[illegible]	3[illegible]71	4.31	58,1
1874/75	3.853	125.812	1[illegible]	32 653	3.50	60,3
1875/76	3.407	118.286	[illegible]	34 718	3.39	64,4
1876/77	3.553	111.707	[illegible]	31$440	3.90	57,1
1877/78	3.843	110.447	[illegible]9	28$740	2.34	59,3
1878/79	4.904	[illegible]	12 813	27$331	2.61	65,7
1879/80	2.618	[illegible]	11.237	48$230	4.29	56[illegible]
Decênio	[illegible]3	[illegible].149	112.954	30$497	3.11	5[illegible]
1880/81	1[illegible]	1[illegible]4	11.604	34$463	3.17	54[illegible]
1881/82	[illegible]	104 53	9.553	25$669	2.34	4[illegible]
[illegible].687	122.643	10.817	18$341	1.81	62,2
1882/83	5.316	130.083	11.681	24$470	2.19	[illegible]
1883/84	6.238	152.434	13.140	24$436	2.10	67,4
1884/85	5.436	124.792	9.671	22$957	1.77	[illegible],0
1885/86	6.075	1[illegible]6.925	14.543	30$770	4.10	59,4
1886/87	1.694	74.411	6.958	43$826	3.15	50,0
1887 (2)	3.444	103.205	10.857	29$937	3.39	66,5
1888	5.586	172.258	18.983	30$888	3.49	67,7
1889	5.109	189.894	17.850	37$168	3.26	64,7
1890	53.326	1.487.532	135.657	27$895	2.54	61,5
Decênio	5.373	284.167	17.561	52$888	2.91	69,4
1891	7.109	441.443	22.028	62$096	3.09	71,4
1892	5.307	452.326	21.712	85$232	4.09	67,8
1893	5.582	499.615	20.884	89$505	3.74	68,5
1894	6.720	543.336	22.385	80$854	3.33	68,7
1895	6.744	524.338	19.663	77$749	2.56	69,4
1896	9.463	525.682	16.506	55$551	1.74	63,8
1897	9.267	465.664	13.830	50$250	1.49	55,3
1898	9.771	470.993	14.459	48$203	3.07	56,6
1899	9.155	484.342	18.889	52$905	2.06	56,9
1900	74.491	4.691.906	187.917	62$986	2.52	64,5
Decênio						

(Continua)

(Continuação)

ANOS	Sacas de 60 quilos (1.000 sacas)	Valor		Valor por saca		Percentagem do café na exportação nacional
		Contos de réis	£ £ 1.000 ouro	Em réis	Em £ £ (ouro)	
1901	14.760	509.598	23.979	34$526	1.62	59,0
1902	13.157	409.841	20.327	31$150	1.54	55,8
1903	12.927	384.298	19.076	29$728	1.47	51,7
1904	10.025	391.587	19.958	39$061	1.99	50,6
1905	10.821	324.681	21.421	30$005	1.98	48,0
1906	13.966	418.400	27.616	29$959	1.97	52,9
1907	15.680	453.764	28.559	28$939	1.82	52,7
1908	12.658	368.285	23.039	29$095	1.82	52,2
1909	16.881	533.870	33.475	31$603	1.98	52,5
1910	9.724	385.493	26.696	39$644	2.74	42,3
Decênio	130.599	4.179.817	244.146	32$005	1.87	51,3
1911	11.258	606.529	40.401	53$875	3.58	60,4
1912	12.080	698.371	46.558	57$812	3.85	62,4
1913	13.268	611.690	40.779	46$103	3.07	62,3
1914	11.270	439.715	27.000	39$016	2.39	57,7
1915	17.061	620.488	32.191	36$369	1.88	59,7
1916	13.039	589.201	29.281	45$188	2.24	51,9
1917	10.606	440.258	23.054	41$510	2.17	36,6
1918	7.433	352.727	19.041	47$390	2.55	31,1
1919	12.963	1.226.463	66.081	94$612	5.10	56,3
1920	11.525	860.958	40.456	74$703	3.51	49,1
Decênio	120.503	6.446.400	364.842	53$496	3.03	53,0
1921	12.369	1.019.065	27.067	82$395	2.19	59,6
1922	12.673	1.504.166	39.549	118$694	3.12	64,5
1923	14.466	2.124.628	44.182	146$875	3.05	64,4
1924	14.226	2.928.572	65.747	205$853	4.62	75,8
1925	13.482	2.900.092	74.032	215$109	5.50	72,0
1926	13.751	2.347.645	69.582	170$700	5.05	73,8
1927	15.115	2.575.626	62.689	170$401	4.15	70,7
1928	13.881	2.840.414	69.701	204$620	5.00	71,5
1929	14.281	2.740.073	67.307	191$871	4.71	71,0
1930	15.288	1.827.577	41.179	119$540	2.69	62,6
Decênio	139.532	22.807.858	561.035	163$460	4.02	69,6
1931	17.851	2.347.079	34.104	131$483	1.91	68,9
1932	11.935	1.823.948	26.238	152$820	2.20	71,6
1933	15.459	2.052.858	26.168	132$791	1.69	73,1
1934	14.147	2.114.512	21.541	149$468	1.52	61,1
1935	15.329	2.156.599	17.373	140$689	1.13	52,6
1936	14.186	2.231.473	17.785	159$301	1.25	45,5
1937	12.113	2.128.616	17.886	178$130	1.47	42,0
1938	17.203	2.296.010	16.191	134$177	0.94	45,0
1939	16.645	2.254.115	14.892	135$423	0 90	40,0
1940	12.053	1.589.956	10.240	131$935	0.85	32,0
Decênio	146.921	20.995.166	202.418	144$421	1.38	53,1

ÍNDICE GERAL

Págs.

Duas Palavras 5

Capítulo I

A origem do café. Etíope ou árabe? Propagação pelo Oriente Próximo. Primeiras notícias na Europa. Penetração no ocidente da Europa. A etimologia do café. O café e a língua portuguêsa. Bibliografia cafeeira antiga. Transplantação do cafeeiro à América. A história célebre de de Clieu. O café na Guiana Francesa. A fam[illegible]a jornada de Palheta. Entrada do cafeeiro no Brasil 15

Capítulo II

Propagação da cultura cafeeira na Amazônia, Maranhão e Nordeste. Entrada no Rio de Janeiro. Castelo Branco e João Hopman. Frei Veloso e o "Fazendeiro do Brasil". O bispo D. José Joaquim Justiniano, os padres Fonseca Couto e Lopes. A Mendanha. Os primeiros depoimentos sôbre os cafèzais fluminenses. Os cafèzais das vizinhanças do Rio de Janeiro, S. João Marcos, Rezende, Piraí e Vassouras. O barão de Aiuruoca. Os primeiros documentos sôbre o cafèzal paulista. Areias e Santos. Campinas. Invasão do norte paulista pelas lavouras. O café em Minas Gerais e Santa Catarina. O maquinário beneficiador primitivo 31

Capítulo III

O [illegible] incremento da cafeicultura sob D. João VI e a região fluminense. O surto cafeeiro de S. Paulo, lento mas constante. Apogeu da fase cafeeira na Província do Rio de Janeiro. Princípios do avantajamento da produção paulista 49

Capítulo IV

Avultamento da produção de Minas Gerais. Primórdios da cultura no Espírito Santo e na Bahia. A produção cearense. A miragem tenaz do chá. Informes dos ministros do Império e da Agricultura. O primeiro grande flagelador do cafèzal brasileiro, a "Elachista Coffeela" 61

Págs.

Capítulo V

O café e as finanças do Brasil. A importância da contribuição crescente da produção cafeeira na economia nacional e no primeiro cinqüentenário imperial. Recrudescência do tráfico escravo, provocada pelo café. A condição da escravatura nas fazendas. Depoimentos vários 7

Capítulo VI

O surto cafeeiro e as tropas e tropeiros. As velhas estradas do café. O surto ferroviário. Mauá e os Teixeira Leite. A "Príncipe do Grão-Pará", e "D. Pedro II" e a "São Paulo Railway" 9

Capítulo VII

A bibliografia agronômica brasileira antiga do café. Borges de Barros e Silvestre Rebelo; Ferreira de Aguiar e Carlos A. Taunay; o conde de Gestas e Agostinho Cunha; o barão de Pati do Alferes e F. Burlamaqui 10

Capítulo VIII

Grandeza e decadência da lavoura fluminense, do norte [illegible] e da Mata de Minas. As grandes fazendas e os grandes fazendeiros. O patriciado dos barões do café. Depoimentos de procedência estrangeira 11

Capítulo IX

A situação do café após a Guerra do Paraguai. Novo e grande surto especialmente em S. Paulo. A importância cada vez maior da exportação por Santos. Prenúncios desfavoráveis. A grande crise dos preços, em 1881. O café e as finanças nacionais .. 12

Capítulo X

Melhoria da produção cafeeira. Prosperidade das finanças do Império. A crise abolicionista e o desfêcho de 13 de Maio. Terrível golpe na lavoura fluminense. Os últimos governos do Império. Contínua ascensão da produção de S. Paulo 13

Capítulo XI

Os grandes documentos bibliográficos cafeeiros das duas últimas décadas imperiais. As obras de Pôrto Alegre e Couty, de Van Delden Laerne e André Rebouças; Nicolau Moreira e F. Belisário Soares de Souza 14

Capítulo XII

Os inquéritos de Couty e van Delden Laerne. Análise dos resultados do trabalho servil. Os últimos anos de trabalho escravo 15

Págs.

Capítulo XIII

As praxes e métodos do antigo comércio cafeeiro do Brasil. O comissariado. A questão dos tipos. Os ensacadores. As primeiras exposições de café. O transporte para os portos e o embarque. As ligas. Idéias predominantes entre os agrônomos. O espaçamento do plantio. Escolha dos solos. Métodos da colheita. Carpas. Adubação 171

Capítulo XIV

A imigração européia e o cafèzal. Vergueiro e Ibicaba. O surto colonizador cafeeiro em S. Paulo, nas últimas décadas imperiais. Projetos contrariados de introdução de asiáticos 185

Capítulo XV

Grandes fazendas e grandes fazendeiros. Como decorria a vida ali. Disparidades flagrantes. Reflexos das grandes fazendas nas cidades de sua vizinhança. Os sobradões dos landlords do café. O nobiliário imperial e os barões do café. Os irmãos Breves. O barão de Nova Friburgo 193

Capítulo XVI

Depoimento valioso sôbre a vida numa grande fazenda na última década imperial. Bródios e festas. Parasitas e mumbares. Depoimentos diversos da xenobibliografia. Ribeyrolles, d'Assier, Zaluar, etc. 209

Capítulo XVII

O panorama cafeeiro imperial. O estado da cafeicultura a 15 de novembro de 1889. A área do cafèzal. Queda do Império 231

Capítulo XVIII

As emissões de 1890. O Encilhamento. Reflexos sôbre a indústria cafeeira. Alta geral e considerável da arroba. Alargamento inconsiderado do plantio, sobretudo em São Paulo. Crise política e guerra civil. Depressão cambial violenta. Prenúncios da superprodução de café 250

Capítulo XIX

Prenúncios de grave crise, em fins de 1895. Ecos parlamentares. A mensagem presidencial de Prudente de Morais, em 1896. A baixa cambial. Gravidade da situação financeira. Grito de alarme de Bernardino de Campos sôbre a crise cafeeira iminente. Baixa contínua e considerável dos preços da arroba. Péssima situação

Págs.

da grande lavoura paulista. Campos Sales na presidência da República. O "Funding Loan" e os planos de Joaquim Murtinho para o reerguimento cambial. Primeiras sugestões para a destruição da produção cafeeira 259

Capítulo XX

Execução do plano Murtinho. A recuperação da taxa cambial. Agravação da crise cafeeira. Depressão dos preços. Avolumamento do "superavit" das safras. Congressos de lavradores. A gravíssima crise bancária fluminense de 1900. Profetas da destruição da produção. Reflexos da crise cafeeira no Parlamento. Projetos e mais projetos para a minoração dos efeitos da crise. A Conferência Internacional Cafeeira de Nova York, em 1902. Melhoria da situação financeira do Brasil. Alta cambial. Os congressos de lavradores paulistas e mineiros de 1902 e 1903. Auge da crise cafeeira..... 269

Capítulo XXI

A mensagem presidencial de Rodrigues Alves em 1904. O crescimento enorme do estoque do "superavit" das safras cafeeiras. Novos projetos de defesa da produção cafeeira. O plano Siciliano. Discussões acaloradas. A proibição do plantio. Assinatura do Convênio de Taubaté e das disposições adicionais de Belo Horizonte. Debates parlamentares em tôrno do Convênio 295

Capítulo XXII

A acerba oposição de Calógeras ao Convênio de Taubaté. Observações de Roberto Simonsen. Os irmãos Ferreira Ramos e sua atuação no caso da valorização. Aspectos da crise cafeeira em Minas Gerais e no Estado do Rio de Janeiro 313

Capítulo XXIII

Evolução das normas comerciais cafeeiras no Brasil. Modernização de métodos. Progresso da agronomia do café. Os notáveis trabalhos de Dafert, no Instituto Agronômico de Campinas. Estudos de F. Rangel sôbre o custeio das lavouras. Sucedâneos e falsificações 321

Capítulo XXIV

Angustiosa situação da lavoura. A "safra grande" de 1906-1907. As primeiras compras de cafés da valorização pelo Estado de S. Paulo. Apêlo do govêrno paulista ao da República. Pedido de endôsso da União para um empréstimo de quinze milhões esterlinos. Veementes debates parlamentares na Câmara dos Deputados 331

Págs.

Capítulo XXV

A questão do endôsso no Senado Federal. Triunfo dos valorizadores. Os resultados das primeiras operações de defesa. Opiniões brasileiras e estrangeiras. Comentários de economistas de maior e menor renome e opiniões de adversários irredutíveis 343

Capítulo XXVI

Prosseguimento das vendas dos cafés da valorização. Redução dos estoques. Campanha contra a valorização nos Estados Unidos e seu desfêcho. Hostilidades em França e na Alemanha. Melhoria das cotações. Crise financeira, em 1913. A conflagração mundial de 1914 e os seus reflexos sôbre a exportação cafeeira. Confisco pela Alemanha dos depósitos de cafés paulistas, em Hamburgo. As grandes geadas de junho de 1918. Situação penosa pela falta de exportação. Intervenção do govêrno federal e do de S. Paulo nos mercados brasileiros. Aquisição de três milhões de sacas. Alta das cotações 353

Capítulo XXVII

Grande aumento da exportação, em 1919. Os cafés paulistas confiscados pela Alemanha. Restituição em virtude da cláusula do Tratado de Versailles. Nova baixa de cotações, em 1920. Projetos de emissão. Novos planos valorizadores. Aquisição de avultados lotes, em 1921. A mensagem presidencial de 1921 e os projetos da criação de um aparêlho para a defesa permanente do café. Debates parlamentares animados. O Instituto de Defesa Permanente da Produção Nacional 369

Capítulo XXVIII

A desorganização da economia universal do após-guerra. Situação singular do café. Cotações altas. Projetos de limitação das entradas nos portos. Atuação da Defesa Permanente. Onda de otimismo. Criação do Instituto do Café de S. Paulo. Irrupção da broca no cafèzal paulista. Empréstimos no exterior feitos pelo govêrno de S. Paulo para a defesa do café. Campanha séria nos Estados Unidos contra as operações da defesa. Enorme extensão do plantio no norceste paulista. Presságios de superprodução. Opiniões pessimistas e otimistas 381

Capítulo XXIX

O custo da produção em Santos, em 1927. O censo cafeeiro de 1920 em todo o país. Dados interessantes e valiosos. O "rush" cafeeiro nas terras virgens de S. Paulo. Incrível valorização de terras. Plantio exagerado de caièzais. A campanha contra a disseminação da broca. A alta dos preços, descoroçoadora da indústria dos sucedâneos e das falsificações. O perigo da concorrências de lavouras estrangeiras estimuladas pelas cotações altas. Os grandes progressos da cafeicultura na Colômbia. A evolução dos métodos comerciais do café em S. Paulo. O magnífico aparelhamento portuário das Docas de Santos. Deficiências de serviço nos demais grandes portos do Brasil 391

Pág.

Capítulo XXX

A situação cafeeira em 1920. A intervenção na presidência Epitácio Pessoa. Rápida subida de preços. Exagerado plantio de cafèzais. Planos de sustentação de preços. Organização da defesa do produto. As festividades solenizadoras da passagem do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil. Vozes pessimistas. Receios da próxima superprodução. Os primeiros convênios dos Estados cafeeiros 407

Capítulo XXXI

As mensagens presidenciais da União e dos grandes Estados cafeeiros, em 1928 e 1929, e o plano de defesa do café. O inquérito do cônsul Muniz em São Paulo. Prorrogação do Convênio interestadual, em 1929. Vozes pessimistas. A grave crise de outubro de 1929. Grandes baixas nas cotações. A crise financeira mundial. Diversas medidas para a minoração da nossa situação angustiosa. Extraordinário avolumamento dos estoques. Enorme **superavit** do café brasileiro 418

Capítulo XXXII

Triunfo da Revolução de 1930. Péssima situação financeira. Reorganização do Instituto de Café de S. Paulo. Compra [illegible] vido, em junho de 1931, pelo govêrno federal. Criação do Conselho Nacional do Café. A conferência interestadual cafeeira de abril de 1931. Avultado [illegible] de café por [illegible] norte-americano. Exames dos diversos [illegible] destinados a debelar a crise. Resolve o govêrno federal [illegible] ar o estoque proveniente do **superavit** das safras, para liquidação das colheitas futuras. Enceta-se a incineração do café. A missão N[illegible]yer 431

Capítulo XXXIII

Criação do Departamento Nacional do Café. O decreto n.º 22.452. Diversos decretos iniciais. Presidência do Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro. Verificação dos estoques. Criação do Serviço Técnico do Café. Fundação da revista "DNC", órgão do Departamento. Mensagem do Chefe do Govêrno Provisório à Assembléia Nacional Constituinte. A lei do Reajustamento Econômico 443

Capítulo XXXIV

A situação do café em fins de 1933. Vislumbres de otimismo. O balanço da situação cafeeira, em 1932, realizado por Leon Regray. Os antecedentes da crise. A situação catastrófica de 1930. O recurso à eliminação. O esfôrço hercúleo do Brasil para vencer enormes dificuldades. Convite do Departamento Nacional do

Págs.

Café ao sr. Regray para estudar a situação cafeeira do Brasil, em 1934. O inquérito por êle realizado, minudente e consciencioso. Conclusões otimistas 453

Capítulo XXXV

Exposição do Presidente Getúlio Vargas, em novembro de 1934. Explanação da política cafeeira do seu govêrno. Declarações do Dr. Armando Vidal. Inflexibilidade de rumos no tocante à eliminação. Relatório ao Ministro da Fazenda. Conceitos de Leon Regray. Declarações peremptórias do D. N. C., em fins de 1934. A mensagem do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, em maio de 1935. Imperiosa necessidade da manutenção do equilíbrio estatístico. Balanço da situação a 1.º de janeiro de 1935 463

Capítulo XXXVI

O projeto parlamentar Cincinato Braga, em 1935, de abolição da taxa de quinze shillings. Informações prestadas pelo Ministro da Fazenda, Dr. Sousa Costa. O oitavo Convênio Cafeeiro, em junho de 1935, suas decisões. Indicações para melhor organização do Departamento Nacional do Café. Exposição do Ministro da Fazenda ao Parlamento, em junho de 1935. Defesa da atuação do Departamento. Exoneram-se o Dr. Armando Vidal e seus companheiros de diretoria, da chefia do Departamento Nacional do Café. Nomeação do Sr. Antônio Luiz de Sousa Melo para a presidência do Departamento. Exposição do Dr. Armando Vidal 469

Capítulo XXXVII

O panorama econômico brasileiro, em fins de 1935. Mensagem do Presidente Getúlio Vargas, a 3 de maio de 1936. Diretrizes do Departamento Nacional do Café, na presidência Sousa Melo. Exposição do Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Sousa Costa 479

Capítulo XXXVIII

A Conferência Americana dos Países Produtores de Café, em Bogotá, em outubro de 1936. Decisões tomadas. O projeto de criação de um Escritório Pan-Americano de Café. A situação cafeeira do Brasil, em fins de 1936. Opiniões de economistas e cafèzistas abalizados. Assume o D.r Fernando Costa a presidência do Departamento Nacional do Café. Exposição do seu programa ... 487

Capítulo XXXIX

A Conferência Pan-Americana do Café, em agôsto de 1937. Desacôrdo entre o Brasil e seus concorrentes. Mudança radical da política cafeeira nacional com a instituição do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. O decreto-lei de 13 de novembro de 1937.

Pág.

Explicações do Ministro da Fazenda. Impressões causadas nos mercados mundiais pela nova atitude brasileira. Assume o Sr. Jayme Fernandes Guedes a presidência do Departamento Nacional do Café 493

Capítulo XL

Impressões in loco de um grande cafèzista sôbre a situação cafeeira do Brasil. Écos da opinião mundial sôbre a mudança dominante da política cafeeira nacional. Análise do panorama econômico-financeiro de 1930 a 1937 509

Capítulo XLI

Um retrospecto das causas e efeitos da superprodução cafeeira no Brasil. A crise de 1883. As grandes crises de 1902 e 1929. As intervenções governamentais. Conceitos de Roberto Simonsen. A situação cafeeira em princípios de 1940 517

Capítulo XLII

Síntese da carreira do café no Brasil. O século XVII e o risonho desenvolvimento da cultura cafeeira. O grande surto inicial joanino. Invasão das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo pelo cafèzal. A formidável expansão cafeeira imperial. A contribuição imensa do cafèzal paulista. A superprodução de princípio do século XX. O Convênio de Taubaté. Anos maus e anos melhores. Anos bons. A situação em 1920 e o "boom" da década do centenário da Independência. Superprodução enorme e terrível crise 527

Capítulo XLIII

A produção brasileira e as entregas ao comércio mundial, de 1931 a 1937. Os esforços do Brasil para a manutenção do equilíbrio estatístico. Comentários do Presidente do Departamento Nacional do Café, Jayme F. Guedes. A alteração radical da política cafeeira nacional. Resultados notáveis obtidos. Aumento da exportação, mau grado os obstáculos criados pela conflagração mundial. Exame da situação cafeeira, em 1940, pelo Sr. Jayme F. Guedes 537

Capítulo XLIV

A exportação cafeeira do Brasil de 1821 a 1940. Valor em contos de réis e em libras-ouro da saca. Percentagem do café em conjunto com a exportação nacional 547

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
E IMPRESSO NAS OFICINAS
GRAFICAS DA COMPANHIA
EDITORA AMERICANA — R.
MARANGUAPE, 15 — RIO.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

BIBLIOTECA

ÊSTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO A BIBLIOTECA NA ÚLTIMA DATA MARCAOA

12/3/77			
3/11/77			
16/11/77			
30/12/77			
25/2/78			
3/3/78			
21/3/78			
24/4/78			
26/1/79			
9-11-85			
12/11/87			
17-4-88			
6/9/90			

13-00-26 Modelo N.º 4

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA
INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Biblioteca

633.73(81)(091)
T226
Taunay, Affonso de Escragnolle
Pequena história do café no Brasil.

v. 76

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro á Biblioteca.

Se, findo o prazo de empréstimo (2 semanas), o livro não for devolvido, será cobrada uma multa.

O prazo acima poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

Modelo 1